

Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História Contemporânea

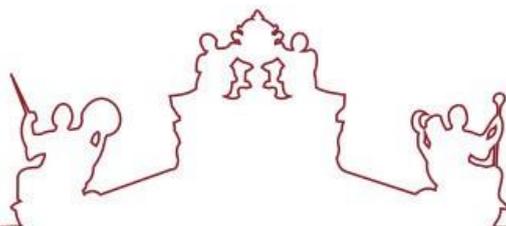
Tese de Doutoramento

**História da UNITA: da Fundação ao Acordo de Alvor
(1966-1975)**

João Sebastião Fusco Ribeiro

Orientador(es) / Helder Adegar FONSECA

Évora 2023



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História Contemporânea

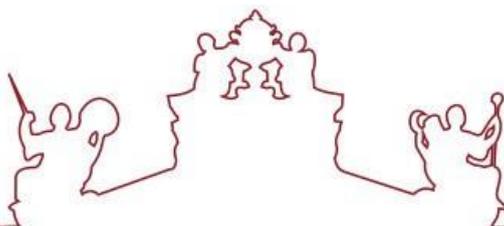
Tese de Doutoramento

**História da UNITA: da Fundação ao Acordo de Alvor
(1966-1975)**

João Sebastião Fusco Ribeiro

Orientador(es) / Helder Adegar FONSECA

Évora 2023



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente / Paulo Eduardo Guimarães (Universidade de Évora)

Vogais / Helder Adegar Fonseca (Universidade de Évora) (Orientador)
Justin Pearce (Universidade de Stellenbosch)
Luís Nuno Rodrigues (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
Pedro Aires de Oliveira (Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)
Vasco Martins (Universidade de Coimbra)

O desenvolvimento deste estudo foi possível com os seguintes apoios e financiamento:



Agradecimentos

Este estudo é resultado do esforço colectivo, directo e indirecto, de várias pessoas e instituições. A orientação teve a mão guiadora do Professor Helder Adegar Fonseca, a quem quero expressar o meu profundo agradecimento pela amizade, pelo espírito de rigor e exigência que me incutiu, pela curiosidade historiográfica contagiante, e pela forma paciente e dedicada como me acompanhou numa longa trajectória académica, que incluiu a licenciatura, mestrado e doutoramento. É com orgulho que herdo, para o resto da minha vida profissional e pessoal, as competências de excelência e qualidades humanas transmitidas por este Mestre.

À Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT) agradeço a confiança científica depositada na concessão da bolsa de doutoramento (UI/BD/150860/2021) que se revelou indispensável para o êxito desta tese. Os meus agradecimentos públicos estendem-se ao Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade de Évora (CICP-UÉ), pelo apoio financeiro e pela oportunidade em participar como investigador júnior no projecto “Historical Sources of Transnational Regionalism in Southern Africa: The Liberation Movements and White Africa as Driving Forces (1960-1980)”, sob a direcção do Professor Helder.

Transmito os meus sinceros agradecimentos ao Professor Chris Saunders, do Departamento de Estudos Históricos da Universidade de Capetown, que, graças aos seus conhecimentos e competências na área, acompanhou este projecto regularmente através de tutorias e da disponibilização de diversos materiais pertinentes.

Ao Professor Paulo Eduardo Guimarães, meu primeiro Mestre, que me ensinou a utilizar, de forma competente, as ferramentas pesadas e difíceis de manejar da investigação histórica.

Agradeço também aos debates, discussões informais, comentários, conselhos, colaborações e convites que contribuíram para o melhoramento deste estudo, particularmente aqueles protagonizados pelos historiadores e académicos Michel Cahen (Sciences Po Bordeaux), José C. Curto (University of York), Justin Pearce (University of Stellenbosch), António Tomás (University of Johannesburg), Natalia Telepneva (University of Strathclyde), Robert Skinner (University of Bristol), Jodie Sun (University of Fundan), Jéssica da Silva Höring (USP), Marçal de Menezes Paredes (PUCRS), Lena

Dallywater (Leibniz-Institut für Länderkunde), Piotr Grudka (University of Warsaw) e Cristina Pinto (Luanda-ATD).

Aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da Defesa Nacional, da Associação Tchiweka de Documentação, do Arquivo de História Social do ICS e do Arquivo da Fundação Mário Soares e Maria Barroso, que graças ao seu esforço incansável contribuem para o avanço geral das fronteiras historiográficas, e possibilitaram a realização deste estudo em particular.

Os meus agradecimentos estendem-se aos funcionários do Instituto de História Tadeusz Manteuffel da Academia Polaca de Ciências pelas sua simpatia e amabilidade.

Ao meu alfarrabista, José Almeida Santos, que percorreu vários confins para satisfazer as caprichosas encomendas geradas por este estudo.

Uma nota especial de agradecimento à amizade e camaradagem académica demonstradas por Fernando Panzo Macaia e Hermenegildo Lange, colegas do programa de Doutoramento em História Contemporânea da Universidade de Évora.

Á companhia constante oferecida pelos meus amigos Artur Ribeiro, Daniel Jacinto, Rui Ferreira, Manuel Conceição, Ana Martins, Tiago Manuel e Maria Manso que nos momentos mais duros do isolamento da investigação se revelaram um pilar inestimável.

Á minha companheira Agata Bloch, por todo o apoio, solidariedade e amizade.

Aos meus Pais, José e Maria de Fátima, e aos meus Irmãos, Duarte e Gonçalo, agradeço os sacrifícios, apoio emocional e confiança inabalável que demonstraram na concretização, nem sempre fácil, dos meus objectivos pessoais.

Por último, à minha Avó Alexandrina e Tia Amélia, que não se encontram presentes, e sempre desejaram que fosse mais além.

Resumo

A memória histórica relativa à UNITA continua refém de narrativas construídas durante a Guerra Fria. Por um lado, o movimento é apresentado como uma organização sem dinâmicas internas, instrumentalizado pelos interesses do Ocidente e pelas forças reacionárias da África Branca. Por outro, existe uma narrativa de legitimação da organização em função da sua luta contra a influência soviética e cubana na África Austral. Estas retóricas competitivas tendem a deixar de parte o que foi a fase formativa desta organização: a do seu passado como movimento anticolonial. Historiograficamente, o percurso do Galo Negro tem sido analisado de forma tematicamente desequilibrada, com abordagens que favorecem a sua trajetória pós-colonial no enquadramento da Guerra Civil de Angola. Este estudo procura preencher essa lacuna, e elaborar uma narrativa histórica cognitiva da UNITA com base num guião construtivista, desde a sua Fundação (1966) ao Acordo de Alvor (1975), na qual se articulem num todo consistente e coerente as dinâmicas das várias dimensões do seu percurso anticolonial na Guerra de Libertação de Angola. O roteiro de fontes deste estudo alicerça-se fundamentalmente em três tipologias documentais: relatórios elaborados pelos serviços de informação portugueses relativamente aos movimentos independentistas angolanos, baseados numa rede de espionagem regional; materiais produzidos pela estrutura da UNITA durante a luta armada, quer da vertente *externa* (exílio), quer da vertente *interna* (guerrilha); ego-documentos que transparecem a trajetória individual de atores históricos, quer sejam coevos (declarações/autos, diários e correspondência) ou produzidos à posteriori (memórias e autobiografias).

Palavras-Chave: UNITA; Jonas Savimbi; Guerra de Libertação de Angola; Luta Armada; Guerrilha Anticolonial.

The History of UNITA: From the Foundation to the Alvor Agreement (1966-1975)

Abstract

The historical memory of UNITA remains hostage to narratives constructed during the Cold War. On the one hand, the movement is portrayed as an organization without internal dynamism, instrumentalized by Western interests and white African reactionary forces. On the other hand, there is a narrative that legitimizes the organization as the result of its struggle against Soviet and Cuban influence in Southern Africa. These competing narratives tend to overlook the crucial phase of this organization: its past as an anti-colonial movement. Historiographically, the trajectory of the Galo Negro has been analyzed in a thematically unbalanced manner, favoring postcolonial development in the context of the civil war in Angola. This study attempts to fill this gap by using a constructivist approach to develop a cognitive historical account of UNITA from its founding (1966) to the Alvor Accord (1975) and to present the dynamics of the different dimensions of its anti-colonial trajectory in the Angolan liberation war. The sources used in this study rely mainly on three types of documents: Portuguese intelligence reports on the Angolan independence movements, based on a regional spy network; material produced by the UNITA structure during the armed struggle, both external (exile) and internal (guerrilla); first-person documents that reveal the individual trajectories of historical actors, whether contemporary (declarations, diaries, and correspondence) or produced after the fact (memoirs and autobiographies).

Keywords: UNITA; Jonas Savimbi; Liberation War of Angola; Armed Struggle; Anticolonial Guerrilla.

Siglas e Abreviaturas

AA – *Autoridade Administrativa*

AAA – *African Activist Archive*

AAD – *Access to Archival Databases*

AAPSO – *Afro-Asian People's Solidarity Organization*

ADN – *Arquivo da Defesa Nacional*

AFMS – *Arquivo da Fundação Mário Soares*

AHPR – *Arquivo Histórico da Presidência da República*

AHS – *Arquivo de História Social*

ALL – *Arquivo Lúcio Lara*

ALSC – *African Liberation Support Committee*

AMANGOLA – *Amigos do Manifesto de Angola*

AML – *Arquivo Manuel Lucena*

ANC – *African National Congress*

ANTT – *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*

APJVS – *Arquivo Pessoal de José Veiga Simão*

ASC – *António Soares Carneiro*

ATD – *Associação Tchiveka de Documentação*

ATECAR – *Associação dos Quiocos do Congo, Angola e Rodésias*

BOSS – *Bureau of State Security*

BPP – *Black Panther Party*

CCFAA – *Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola*

CCPA – *Comissão Coordenadora do Programa do MFA em Angola*

CD25A – *Centro de Documentação 25 de Abril*

CDCS – *Conselho Distrital de Contra-Subversão*

CED – *Comité Especial de Descolonização*

CFB – *Caminho de Ferro de Benguela*

CHC – *Coleção História Social*

CIA – *Central Intelligence Agency*

CIP – *Central Intelligence Pool*

CJB – *Coleção José Barreto*

CLSTP – *Comité pela Libertação de São Tomé e Príncipe*

CMU – *Comando Militar Unificado*

CONCP – *Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas*

COPLAD – *Comando Operacional de Luanda*

COREMO – *Comité Revolucionário de Moçambique*

CPA – *Conselho Político Angolano*

CPAD – *Comité de Preparação de Acção Directa*

CPR – *Comissão Provisória de Reajustamento*

CRC – *Comité Revolucionário de Cabinda*

CSLA – *Conselho Supremo de Libertação de Angola*

DFRC – *Documentos Francisco Ramos da Costa*

DGS – *Direcção Geral de Segurança*

DIP – *Departamento de Informação e Propaganda*

DRR – *Documentos Ruella Ramos*

ELNA – *Exército de Libertação Nacional de Angola*

EMA – *Ernesto Melo Antunes*

FAAM – *Fundo António Arnao Metello*

FAB – *Fundo António Belo*

FALA – *Forças Armadas de Libertação de Angola*

FAMS – *Fundo Arquivo Mário Soares*

FAP – *Forças Armadas Portuguesas*

FAU – *Frente de Apoio à UNITA*

FJL – *Fundo José Laranjo*

FLEC – *Frente de Libertação do Enclave de Cabinda*

FMPA – *Fundo Mário Pinto de Andrade*

FNLA – *Frente Nacional de Libertação de Angola*

FNLC – *Front National de Libération du Congo*

FPL – *Frente Portugal Livre*

FPLN – *Frente Patriótica de Libertação Nacional*

FRA – *Frente de Resistência Angolana*
FRELIMO – *Frente de Libertação de Moçambique*
FUA – *Frente de Unidade Angolana*
GE – *Grupos Especiais*
GRAE – *Governo Revolucionário de Angola no Exílio*
GRS - *Guerrilheiros*
IN – *Inimigo*
IUEF – *International University Exchanged Fund*
JSN – *Junta de Salvação Nacional*
LIMA – *Liga Independente das Mulheres Angolanas*
MEC – *Movimento dos Estudantes do Centro*
MFA – *Movimento das Forças Armadas*
MK – *Umkhonto we Sizwe*
MPLA – *Movimento Popular de Libertação de Angola*
MV – *Mais Velho*
NF – *Nossas Forças*
NT – *Nossas Tropas*
ONU – *Organização das Nações Unidas*
OPVDC – *Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil*
OUA – *Organização da Unidade Africana*
PA – *Posto Administrativo*
PAC – *Pan Africanist Congress of Azania*
PAIGC – *Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde*
PARA – *Partido de Acção Revolucionária Angolano*
PCDA – *Partido Cristão Democrático de Angola*
PCP – *Partido Comunista Português*
PDA – *Partido Democrático de Angola*
PERINTREP – *Periodic Intelligence Report*
PIDE – *Polícia Internacional de Defesa do Estado*
PIM – *Polícia de Informação Militar*

PLAN – *People’s Liberation Army of Namibia*

PSP – *Polícia de Segurança Pública*

RDC – *República Democrática do Congo*

RPA – *República Popular de Angola*

RPC – *República Popular da China*

RPDA – *República Democrática Popular de Angola*

RPS – *Resistência Republicana e Socialista*

SADF – *South African Defence Force*

SARA – *Serviço de Assistência aos Refugiados*

SCCIA – *Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola*

SSDP – *Swedish Social Democratic Party*

SUPINTREP – *Special Intelligence Report*

SWAPO – *South West Africa People’s Organization*

TE – *Tropas Especiais*

TN – *Território Nacional*

TNA – *The National Archives*

UDENAMO – *União Democrática Nacional de Moçambique*

UFA – *United Front of Action*

UNA – *União Nacional de Angola*

UNARMS – *United Nations Archive Records and Management Section*

UNEA – *União Nacional dos Estudantes de Angola*

UNIP – *United National Independence Party*

UNITA – *União Nacional para a Independência Total de Angola*

UPA – *União das Populações de Angola*

WCC – *World Council of Churches*

ZANC – *Zambian African National Congress*

ZANU – *Zimbabwe African National Union*

ZAPU – *Zimbabwe African People’s Union*

ZML – *Zona Militar Leste*

ZMN – *Zona Militar Norte*

Índice

Agradecimentos	1
Resumo	3
Abstract	4
Siglas e Abreviaturas.....	5
Índice	9
Índice dos Mapas	11
Introdução	12
Capítulo I – Narrativas da Trajetória Fundacional.....	28
1 - Antes da Fundação: O Panorama da Atividade Anticolonial no Centro e Leste de Angola.....	30
2 - As Origens do Terceiro Movimento	38
3 - Os “Chineses Negros”: De Nanquim a Lusaka	52
4 - A Corrida pela Frente Leste	59
5 - Muangai: A Conferência Constituinte	63
Capítulo II – A Guerrilha nas Matas: A Luta Armada	68
1 - As Particularidades da Frente Leste	68
2 - A Infância da Guerrilha: Arranque e Colapso	74
3 - Refundação e Reativação da Luta Armada.....	82
4 - Reação Colonial: A Contra-Subversão	95
Capítulo III – A Guerrilha nas Matas: Rivalidades e Alianças	106
1 - As Alianças Regionais: A UFA e a SWAPO	106
2 - Preâmbulo de uma Guerra Civil: A “Luta Fratricida”	111
3 - Colaboração com as Forças Coloniais: A Operação Madeira	125
Capítulo IV– Anatomia das Áreas libertadas	142
1 - A Confusão Historiográfica	142
2 - Ocupação e Controlo do Território	169

Capítulo V – As “Terras Livres de Angola”: Administração, Economia e Sociedade	190
1 - Organização.....	193
2 - Economia	202
3 - Instrução, Ensino e Saúde	212
4 - Rotina.....	219
5 - Estratégias de Mobilização: Entre a Coerção e a Colaboração	223
Capítulo VI – A Variável Externa: Competição e Cooperação.....	232
1 - Isolamento Diplomático.....	235
2 - Conexões Globais	245
Capítulo VII – A Descolonização: Da Revolução de Abril ao Acordo do Alvor...	254
1 - 25 de Abril: Incertezas e Cessar-Fogo.....	261
2 - Mobilização Política: Bases de Apoio e Alinhamentos	274
3 - Rumo ao Alvor: A Construção de uma Plataforma Comum.....	287
Conclusão	313
Fontes e Bibliografia.....	319
I - Fontes.....	319
a. Arquivos	319
b. Fontes Impressas.....	328
c. Webgrafia e Áudio-Visual	333
II - Referências	336
Anexos.....	359
I - Imagens	360
II - Cartografia	395

Índice dos Mapas

Mapa 1.1 - “Zonas de Luta Armada” do MPLA (1968)	158
Mapa 1.2 - “Semi-Áreas Libertadas” do MPLA (1969).....	159
Mapa 1.3 - “Semi-Áreas Libertadas” do MPLA (1970).....	160
Mapa 1.4 - “Áreas Controladas” pelo MPLA (1970)	161
Mapa 1.5 - “Áreas Semi-Libertadas” do MPLA (1970)	162
Mapa 1.6 - “Áreas Libertadas” do MPLA (1972)	163
Mapa 1.7 - “Áreas Mobilizadas” da UNITA (1966).....	164
Mapa 1.8 - “Áreas de Apoio Moral” da UNITA (1969)	165
Mapa 2 - Percurso do jornalista do <i>Washington Post</i> , Leon Dash (1973)	166
Mapa 3.1 - Representação de John Marcum das Áreas Libertadas (1974)	167
Mapa 3.2 - Representação de Basil Davidson das Áreas Libertadas (1970-1974).....	168
Mapa 4 - Topografia de Angola	184
Mapa 5 - “Zonas de Acção do Leste” das Guerrilhas (1970)	185
Mapa 6.1 - Reconstituição da Infraestrutura da Guerrilha da UNITA (1973)	186
Mapa 6.2 - Reconstituição da Infraestrutura da Guerrilha da UNITA (Detalhe) (1973). 187	
Mapa 6.3 - Bases dos Movimentos de Libertação no Exterior (1974)	188
Mapa 7 - Regiões Militares da UNITA.....	189
Mapa 8.1 - Distribuição das Ações Militares das Guerrilhas (1974)	272
Mapa 8.2 – Infraestrutura Militar e Política dos Movimentos de Libertação (1974)	273

Introdução

A memória histórica relativa à UNITA continua refém de narrativas construídas durante a Guerra Fria. Por um lado, o movimento é apresentado como uma organização sem dinâmicas internas, instrumentalizado pelos interesses do Ocidente e pelas forças reacionárias da África Branca. Por outro, existe uma narrativa de legitimação da organização em função da sua luta contra a influência soviética e cubana na África Austral. Estas retóricas competitivas tendem a deixar de parte o que foi a fase formativa desta organização: a do seu passado como movimento anticolonial.

Os principais estudos académicos sobre a UNITA focam-se principalmente no seu desempenho durante a Guerra Civil Angolana (1975-2002). A História da UNITA como movimento de libertação tem sido um tema relativamente marginal e abordado de forma desarticulada e dispersa. É o objetivo deste estudo elaborar uma História do movimento do Galo Negro desde a sua Fundação (1966) ao Acordo de Alvor (1975), que articule num todo coerente as várias dimensões do seu percurso, e que contribua para a enquadrar a participação desta organização no plano das lutas de libertação anticoloniais da África Austral.

A UNITA moldou de forma ativa o percurso político contemporâneo de Angola. Durante a fase anticolonial, a participação da guerrilha do Galo Negro na luta armada valeu-lhe um lugar como um dos três interlocutores exclusivos (a par da FNLA e do MPLA) para o processo de descolonização que se desenrolou entre Abril de 1974 e Novembro de 1975. Após a independência e o despoletar da Guerra Civil, a UNITA empreendeu um projeto paralelo de construção de Estado pós-colonial na Jamba, que concorreu com o governo do MPLA em Luanda pela hegemonia política e militar de Angola. Este período testemunhou uma aceleração da internacionalização do conflito, na qual o Galo Negro se tornou num recipiente de considerável ajuda material proveniente dos Estados Unidos da América e da África do Sul, o que transformou o movimento num importante ator regional no enquadramento estratégico global da Guerra Fria. O colapso do mundo comunista entre 1989 e 1991, sinalizou uma nova vaga descolonizadora e democratizante na África Austral que resultou na independência da Namíbia (1990), no processo que levou ao fim do regime de *Apartheid* (1990-1994), e na realização das primeiras eleições livres de Angola (1992), com o potencial de efetivarem uma paz duradoura. Contudo, a violência pós-eleitoral em Luanda e a recusa da UNITA em aceitar

a derrota nas urnas, reacenderam a Guerra Civil que entrou numa das fases mais violentas (Cerco do Huambo) e que terminou apenas com a morte de Jonas Savimbi pelas forças das FAPLA em Fevereiro de 2002.

Em função da relevância desta organização nos destinos da História de Angola, é hoje urgente encetar uma abordagem historiográfica que capte as dinâmicas da UNITA como movimento anticolonial e expressão distinta do nacionalismo revolucionário angolano.

Em 1980, René Pélissier alertou para o aparente desinteresse da historiografia portuguesa e angolana em relação à História dos Movimentos Independentistas.¹ Volvidos mais de quarenta anos, o panorama historiográfico alterou-se radicalmente. Existe hoje um *corpus* monográfico substancial produzido por historiadores profissionais lusófonos,² que se sobrepõe já às narrativas desenvolvidas por amadores e protagonistas históricos,³ motivadas por uma forte agenda política ou por simples curiosidade cognitiva. Além disso, os estudos sobre o nacionalismo angolano não se esgotam nos movimentos independentistas revolucionários. Existe já uma literatura em língua portuguesa que tem

¹ René Pélissier, “Comments on Recent Historical Writings Concerning Angola and Mozambique” in *The Historiography of Southern Africa – The General History of Africa Studies and Documents 4* (Paris, UNESCO, 1980): 50.

² Dalila Cabrita Mateus, “A Formação das Elites Políticas Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC: 1945-1975” (Dissertação de Mestrado, ISCTE, 1997); José Luís Pereira Carneiro, “Formação e Consolidação da Elite Dirigente do MPLA (1960-1978)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, 1999); Marcelo Bittencourt, “‘Estamos Juntos’: O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)” (Tese de Doutoramento, Universidade Federal Fluminense, 2002); Aurora Alexandrina Almada e Santos, “O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976” (Dissertação de Mestrado, FCSH, 2008); Fátima Salvaterra Peres, “A Revolta Activa: Os Conflitos Identitários no Contexto da Luta de Libertação em Angola” (Dissertação de Mestrado, FCSH, 2010); Fidel Raul Carmo Reis, “Das Políticas de Classificação às Classificações Políticas (1950-1996): A Configuração do Campo Político Angolano, Contributo para o Estudo das Relações Raciais em Angola (Tese de Doutoramento, ISCTE, 2010); Maria Anabela Ferreira da Silveira, “Dos Nacionalismos à Guerra: Os Movimentos de Libertação Angolanos – De 1945 a 1965” (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2011); Margarida Isabel Botelho Falcão, “Mulheres na Luta Armada em Angola: Memória, Cultura e Emancipação” (Tese de Doutoramento, ISCTE, 2014); Agostinho Alexandre Joaquim da Silva, “Angola: Dinâmicas Internas e Externas na Luta de Libertação (1961-1975)” (Tese de Doutoramento, Universidade Lusófona, 2014); Aurora Alexandrina Almada e Santos, “A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa” (Tese de Doutoramento, FCSH, 2014); Dayane Augusta Santos da Silva, “Na Cobertura da Retaguarda: Mulheres Angolanas na Luta Anticolonial (1961-1974)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Brasília, 2021).

³ *MPLA – 18 Anos de Luta (1956-1974)* (Luanda, MPLA, 1974); José Manuel Carvalho, *O MPLA na Destruição de Angola* (Lisboa, Resenha, 1976); *MPLA, 40 Anos por Angola* (Luanda, MPLA, 1996); Lúcio Lara, *História do MPLA* (Lisboa, Dom Quixote, 2000); *História do MPLA: 1940-1976* (Luanda, Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008).

vindo a abordar outras expressões distintas, como as do nacionalismo branco (ou euro-africano)⁴ e do nacionalismo religioso⁵.

Por outro lado, nas últimas duas décadas, as abordagens transnacionais e globais deram um renovado impulso à historiografia dos movimentos de libertação na África Austral,⁶ na qual o caso angolano começa a ganhar presença,⁷ mas onde a temática da

⁴ Fernando Tavares Pimenta, *Branços de Angola – Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)* (Coimbra, Minerva, 2005); Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os Brancos e a Independência* (Porto, Afrontamento, 2008); Fernando Tavares Pimenta, “White Settler Politics and Euro-African Nationalism in Angola” in Edward Cavanagh and Lorenzo Veranici, eds. *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism* (Abingdon, Routledge, 2017): 277-290; Fernando Tavares Pimenta, “White Settler’s Anti-Fascist and Anti-Colonial Movements in Angola (1930-1945)”, *South African Historical Journal*, 74, (1), 2022: 75-99.

⁵ Maria Conceição Neto, “Igrejas Cristãs e Nacionalismo Angolano: O Paradoxo Católico”, *Mulemba*, 3, (6), 2013: 185-202; Fernando Panzo Macaia, “Os Movimentos Religiosos Africanos e a Luta Anti-Colonial na África Austral: O Caso do Tocoísmo em Angola (1949-1975)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2020).

⁶ Chris Saunders, “Namibian Solidarity: British Support for Namibian Independence”, *Journal of Southern African Studies*, 35, (2), 2009, 437-454; Hilary Sapire, “Liberation Movements, Exile, and International Solidarity: An Introduction”, *Journal of Southern African Studies*, 35, (2), 2009, 271-286; Arianna Lissoni, “Transformations in the ANC External Mission and Umkhonto We Sizwe, 1960-1969,” *Journal of Southern Africa Studies*, 35, (2), 2009, 287-301; Christian Williams, “Living in Exile: Daily Life and International Relations at SWAPO’s Kongwa Camp,” *Kronos*, 37, 2011, 60-86; Hilary Sapire and Chris Saunders, eds., *Liberation Struggles in Southern Africa in Context: New Local, Regional and Global Perspectives* (Claremont, UCT Press, 2013); Emily Bridger, “Functions and Failures of Transnational Activism: Discourse of Children’s Resistance and Repression in Global Anti-Apartheid Networks”, *Journal of World History*, 26, (6), 2015: 865-887; Clarence Chongo, “A Good Measure of Sacrifice: Aspects of Zambia’s Contribution to the Liberation Wars in Southern Africa (1964-1975)”, *Zambia Social Science Journal*, 6, (1), 2016: 1-27; Jocelyn Alexander, JoAnn McGregor and Blessing-Miles Tendi, “The Transnational Histories of Southern Africa Liberation Movements: An Introduction”, *Journal of Southern African Studies*, 43, 1, 2017: 1-12; Jocelyn Alexander and JoAnn McGregor, “African Soldiers in the USSR: Oral Histories of ZAPU Intelligence Cadre’s Soviet Training, 1964-1979”, *Journal of Southern African Studies*, 43, (1), 2017: 49-66; Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Southern African Liberations Movements and the Global Cold War ‘East’ – Transnational Activism 1960-1990* (Berlin, De Gruyter, 2019); Eric Burton, Anne Dietrich, Immanuel R. Harisch and Marcia C. Schenk, eds., *Navigating Socialist Encounters: Moorings and (Dis)Entanglements between Africa and East Germany during the Cold War* (Berlin, De Gruyter, 2021); Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s* (Berlin, De Gruyter, 2023).

⁷ Marcia C. Schenck, “Negotiating the German Democratic Republic: Angolan Student Migration during the Cold War, 1976-1990”, *Africa - Cambridge University Press*, 89, (1), 2019: 144-166; Natalia Telepneva, *Cold War Liberation: The Soviet Union and the Collapse of the Portuguese Empire in Africa, 1961-1975* (Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2021); Helder Adegar Fonseca, “The Military Training of Angolan Guerrillas in Socialist Countries: A Prosopographical Approach, 1961-1974” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold War ‘East’* (Berlin, De Gruyter, 2019): 103-128; Helder Adegar Fonseca, “Choosing Eastern Partners: The First Phase of the ‘Angolan Revolution’ (1960-1963)” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s* (Berlin, De Gruyter, 2023): 19-56; Ana Moledo, “Unexpected Comrades in the Struggle for Liberation. The Transregional Solidarity Networks of

UNITA mantém-se marginal.⁸ Originalmente ligada a académicos do mundo anglo-saxónico, esta análise revisionista tem sido preponderante em incorporar novos atores e perspetivas anteriormente ignoradas, numa área da História de África dominada ainda pelas tendências monopolizadoras das narrativas nacionalistas e patrióticas.

Nas histórias gerais de África e de Angola, o tópico da UNITA é invariavelmente tratado de forma superficial quando comparado com outros movimentos de libertação. Na obra seminal *The Cambridge History of Africa* (1984), Basil Davidson dedica um subcapítulo às lutas de independência nas colónias portuguesas. Para o caso angolano, Davidson monta uma narrativa onde o MPLA desempenha um papel central. Tanto a FNLA como a UNITA são apresentados como atores históricos passivos, que explicam o insucesso do MPLA em conseguir uma posição hegemónica no contexto de resistência anticolonial angolana.⁹

A *História Geral de África da UNESCO* (1993) representa o principal marco da historiografia pan-africana contemporânea. Nesta obra o movimento do Galo Negro é referido apenas de forma circunstancial. No âmbito da formação da Nação e do Estado Pós-Colonial, o caso angolano é inserido no conjunto de processos de descolonização que foram incapazes de proceder a uma independência pacífica. A UNITA merece apenas uma menção sumária. Sobre o papel desta organização na luta anticolonial pouco se diz.¹⁰

Na História de Angola de referência da autoria de Douglas Wheeler e René Pélissier (1971), o contexto colonial português e as causas do desenrolar da Guerra de Libertação são abordados de forma sintética. Os movimentos nacionalistas são divididos em dois: os Modernistas, de origem urbana e com fortes influências marxistas; e os Etnonacionalistas, com bases de apoio regional e de carácter tribalista. Curiosamente, a UNITA não é inserida em nenhuma das categorias, sendo este debate conceptual alimentado pelas dicotomias entre o MPLA e a UPA-FNLA, respetivamente. A análise da guerra é dominada pela descrição das atividades na Frente Norte e Cabinda,

Lusophone African Anticolonial Activists (1950s–1970s)” (PhD Thesis, Leipzig University, Em Desenvolvimento).

⁸ João Fusco Ribeiro, “UNITA, China, and the Soviet Bloc: Rivalries, Constraints, and Cooperation (1964-1974)” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s* (Berlin, De Gruyter, 2023): 57-79.

⁹ Basil Davidson, “Portuguese-Speaking Africa,” in Michael Crowder, eds., *The Cambridge History of Africa, Volume 8, from 1940 to 1975* (Cambridge, Cambridge University Press, 1984): 755-806.

¹⁰ Ali A.Mazrui and C.Wondji, eds., *General History of Africa Volume 8: Africa since 1935* (Paris, UNESCO, 1993).

marginalizando as ações na Frente Leste. Este desequilíbrio explica-se pelo facto da abertura desta última frente ter-se realizado em 1966, o que a tornaria num palco de ação militar ainda relativamente recente à data da publicação da obra. À UNITA como movimento de luta anticolonial são dedicadas apenas duas páginas, onde se realça o seu apelo étnico ovimbundo.¹¹

Num dos mais sólidos estudos sobre a “Revolução Angolana”, de John Marcum (1978), o papel desta organização é examinado de forma mais estruturada. O capítulo *Rise of a Third Force: UNITA* desdobra-se em diversos planos de análise. Numa primeira dimensão são abordadas as origens e fundação da UNITA, onde se descreve o contexto político da dissidência interna da FNLA que levou à fundação da organização do Galo Negro. Num segundo plano analisa-se a mobilização estudantil e as relações da UNITA com as diversas associações estudantis de nacionalistas angolanos. Na terceira parte do capítulo, o autor examina a conexão zambiana e a experiência do exílio do movimento em Lusaka, e explora a dimensão do potencial da mobilização política da organização entre o campesinato angolano. Por último, Marcum analisa as estratégias da guerrilha do Galo Negro na ocupação do território. No capítulo *The Pattern and Problems of Three-Party Insurgency (1966-1974)* são avaliados em conjunto o desempenho militar e a capacidade de estabelecer redes transnacionais de assistência da FNLA, MPLA e UNITA. Esta obra vai ser utilizada como um dos principais guias bibliográficos ao longo deste estudo, fruto do rigor metodológico, do extenso trabalho de investigação, e pelo facto de ter uma abordagem temática equilibrada entre os três movimentos de libertação.¹²

A obra da socióloga Christine Messiant (1983) é outro estudo incontornável para a compreensão das raízes do nacionalismo angolano, baseada numa análise sistemática da política económica e estruturas legais da Angola colonial. Apesar de não abordar a questão dos movimentos independentistas diretamente, Messiant sugere que o ponto de partida para desvendar as origens socioculturais destas organizações passa necessariamente pelo exame das dinâmicas da sociedade colonial. Exame esse que a autora faz de forma exaustiva, elaborando uma distinção clara entre o discurso e as práticas imperiais, demonstrando os processos de integração e marginalização social, e

¹¹ Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola* (Lisboa, Tinta da China, 2009).

¹² John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978).

contribuindo para a explicação das causas da natureza fragmentada do nacionalismo angolano.¹³

No campo das relações internacionais e ciência política, a tese de doutoramento de Fernando Guimarães (1992) é o primeiro estudo que analisa de forma sistemática as origens da Guerra Civil Angolana. Guimarães divide as causas do conflito em dois planos: as dinâmicas internas dos movimentos de libertação e os fatores externos que exacerbaram a internacionalização do conflito. O autor considera que o aparecimento da UNITA teve um profundo impacto ao alterar as prioridades dos movimentos de libertação, impulsionando a transição estratégica da resistência no exílio para a luta da guerrilha a partir do interior de Angola. De um modo geral, o movimento do Galo Negro é caracterizado como a primeira força política que encetou a representatividade anticolonial no sul de Angola, o que na opinião do autor se traduziu num importante trunfo político da organização no decorrer da Guerra Civil.¹⁴

Stephen L. Weigert (2011) aborda a História de Angola entre 1961 e 2002 numa perspetiva militar, contribuindo para a clarificação das causas da Guerra Civil. Porém, a parte dedicada à Guerra de Libertação é relativamente magra quando comparada com a análise elaborada pós-1974 e baseia-se em bibliografia e fontes secundárias. Existe, no entanto, um esforço em demonstrar a filosofia de guerrilha da UNITA e a influência da liderança de Jonas Savimbi na luta anticolonial.¹⁵

A *Breve História da Angola Moderna* de David Birmingham (2015), embora se concentre na cronologia pós-colonial, apresenta uma descrição temática equilibrada dos três movimentos independentistas durante a Guerra de Libertação.¹⁶ Por outro lado, na *História de Angola* de Alberto Oliveira Pinto (2015), a secção dedicada à Guerra de Independência é dominada pela atuação militar do MPLA enquanto o desempenho da UNITA tem uma representação relativamente periférica.¹⁷

A literatura específica sobre as histórias dos movimentos de libertação angolanos caracteriza-se por um grande desequilíbrio bibliográfico, marcado pela presença

¹³ Christine Messiant, *L'Angola Colonial, Histoire et Société: Les Premises du Mouvement Nationaliste* (Basileia, Schlettwein, 2006).

¹⁴ Fernando Guimarães, "The Origins of The Angolan Civil War: International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976" (PhD, University of London, 1992).

¹⁵ Stephen L. Weigert, *Angola – A Modern Military History, 1961-2002* (New York, Palgrave Macmillan, 2011).

¹⁶ David Birmingham, *Breve História da Angola Moderna (Séc. XIX-XXI)* (Lisboa, Guerra & Paz, 2017).

¹⁷ Alberto Oliveira Pinto, *História de Angola da Pré-História ao Início do Século XXI* (Lisboa, Mercado de Letras, 2015).

dominante do MPLA, pela marginalidade da FNLA, e ausência da UNITA. Para o MPLA existem várias obras paradigmáticas. A primeira é a do historiador Carlos Pacheco (1997), que desconstrói as falsificações sobre as origens da organização e clarifica a questão fundacional.¹⁸

A obra de Jean Mabeko Tali (2001) é o estudo mais sólido feito sobre um movimento de libertação em Angola, e confirma a tese de Pacheco sobre os mitos fundacionais do MPLA. Debruça-se, principalmente, sobre as tendências e dissidências no seio da organização, identifica as tensões sociais e raciais vividas pela guerrilha nas matas e no exílio, e avalia as oscilações no desempenho político-militar do movimento entre 1962 e 1977. É um trabalho baseado numa forte abordagem interpretativa, e alicerçado em correspondência, imprensa, boletins e comunicados internos do MPLA, e em fontes orais de membros da direção política.¹⁹

Por outro lado, Marcelo Bittencourt (2002) ignora por completo as tensões raciais assinaladas por Tali no seio do MPLA, e apresenta o movimento como imune a episódios de racismo, fruto da sua base social “crioula” proveniente de Luanda. Nesta perspetiva afunilada, o MPLA é retratado deterministicamente como a única organização com os instrumentos necessários para liderar uma luta de libertação nacional.²⁰

Já Fidel Raul Carmo Reis (2010), foca-se precisamente na forma como a utilização de categorias raciais como recurso para as lutas políticas internas, acompanhou a luta anticolonial angolana através de múltiplos processos de inclusão e de exclusão.²¹

Jean Martial Mbah (2010) aborda a dimensão política dos problemas de unidade entre os movimentos independentistas, particularmente entre a FNLA e o MPLA. Neste enquadramento, o autor analisa as várias tentativas diplomáticas para a criação de uma frente de luta comum contra o colonialismo português.²²

A dimensão biográfica dos nacionalistas angolanos tem sido dominada pelas narrativas produzidas por não historiadores, que se focam, essencialmente, na tríade dos

¹⁸ Carlos Pacheco, *MPLA – Um Nascimento Polémico* (Lisboa, Vega, 1997).

¹⁹ Jean-Michel Mabeko Tali, *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante si Próprio (1962-1977)* (Luanda, Nzila, 2001).

²⁰ Marcelo Bittencourt, “‘Estamos Juntos’: O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)” (Tese de Doutoramento, Universidade Federal Fluminense, 2002).

²¹ Fidel Raul Carmo Reis, “Das Políticas de Classificação às Classificações Políticas (1950-1996): A Configuração do Campo Político Angolano, Contributo para o Estudo das Relações Raciais em Angola (Tese de Doutoramento, ISCTE, 2010)

²² Jean Martial Arsene Mbah, *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola e o Movimento Popular de Libertação de Angola (1961-1975)* (Luanda, Mayamba, 2010).

“fundadores” da nação angolana: Agostinho Neto,²³ Jonas Savimbi²⁴ e Holden Roberto²⁵. Este tipo de literatura caracteriza-se pela falta de rigor metodológico e uma utilização assistemática de fontes, que se traduz na tendência em confundir a história da organização com o percurso pessoal do seu líder.

A literatura biográfica escrita por historiadores profissionais é ainda relativamente diminuta. A biografia de Agostinho Neto desenvolvida por Carlos Pacheco (2016) é uma obra de natureza complexa. Por um lado, apresenta uma considerável substância empírica baseada, principalmente, no arquivo da PIDE-DGS. Por outro, é guiada por uma estratégia narrativa enviesada, que concentra todas as ações negativas da coletividade do MPLA na responsabilidade individual de Neto, com o claro objetivo de diabolização do biografado.²⁶ É uma obra mais sobre a história organizativa do MPLA do que propriamente uma biografia de Neto.²⁷

A biografia política do nacionalista angolano cónego Manuel das Neves, elaborada por José Manuel da Silveira Lopes (2017), é outra das obras alicerçada em depoimentos policiais, correspondência capturada e relatórios disponíveis do acervo da PIDE. Este estudo examina a relação política complexa do biografado com a UPA, e oferece um contributo sólido para o debate historiográfico que envolve a “paternidade” do 4 de Fevereiro de 1961 em Luanda.²⁸

Na literatura sobre a Guerra Civil Angolana existe uma categoria bibliográfica que se dedicou à questão da UNITA. A obra de Kirsti Stuvoy (2002) foca-se na relação entre a economia de guerra e a ordem social criadas pela UNITA entre 1966 e 1991. A partir de uma abordagem híbrida, onde mistura uma análise económica com a sociologia clássica de Max Weber, Stuvoy avalia as interações entre as estruturas política e económica de uma insurgência, e sugere que a economia de guerrilha pode ser

²³ Acácio Barradas, dir., *Agostinho Neto – Uma Vida Sem Tréguas (1922-1979)* (Luanda, Edição de Autor, 2005); Maria Eugénio Neto e Irene Neto, coord., *Agostinho Neto e a Libertação de Angola, 1949-1974 – Arquivos da PIDE-DGS* (Luanda, Fundação Dr. Agostinho Neto, 2011).

²⁴ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986); João Paulo Guerra, *Savimbi: Vida e Morte* (Lisboa, Bertrand, 2002); Fernando Emídio, *Jonas Savimbi: Do Lado Errado da História* (Lisboa, D.Quixote, 2012).

²⁵ João Paulo Nganga, *O Pai do Nacionalismo Angolano – As Memórias de Holden Roberto (1923-1974)* (São Paulo, Parma, 2008).

²⁶ Helder Adegar Fonseca, *Agostinho Neto and Biographical Historiography* (Mauritius, Lambert Academic Publishing, 2020): 38.

²⁷ Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva* (Lisboa, Nova Vega, 2016).

²⁸ José Manuel da Silveira Lopes, *O Cónego Manuel das Neves – Um Nacionalista Angolano* (Lisboa, Nova Vega, 2017).

considerada uma forma de organização social, que apresenta características semelhantes às de um “Quase Estado”. Proposta teórica que é testada no estudo de caso da UNITA. Porém, é uma obra que apesar do longo arco cronológico, foca-se essencialmente na década de 80. As partes deste estudo dedicadas ao período da luta de libertação são curtas e baseadas em fontes secundárias.²⁹

Teresa Koloma Beck (2012) conceptualiza as dinâmicas da guerra civil através de uma perspectiva sociológica, utilizando como caso de estudo as ações militares da UNITA. Através de uma abordagem centrada na reconstrução das consequências sociais da guerra, a autora argumenta que as ações da guerrilha do Galo Negro provocaram a normalização da violência quotidiana entre a população civil.³⁰

O trabalho de Justin Pearce (2015) aborda a base social de apoio da UNITA durante a Guerra Civil, baseando-se em trabalho de campo extensivo de recolha de testemunhos orais realizado na década de 2000. Pearce dedica um primeiro capítulo à mobilização política pré-independência, onde explora o contributo da UNITA e argumenta que existiu um desenvolvimento tardio da atividade anticolonial no Planalto Central.³¹

Numa abordagem comparativa sobre a Diplomacia “Rebelde”, Reyko Huang (2016) utiliza como um dos casos de estudo o desempenho da UNITA na Guerra Civil e contrasta-o com outros conflitos regionais (Afeganistão, Síria e Colômbia). Com base numa análise empírica, Huang procura determinar a relação entre a legitimidade doméstica e a atividade diplomática externa de uma insurgência.³²

Para além dos estudos gerais sobre as Lutas de Libertação e a Guerra Civil em Angola, existem algumas obras académicas dedicadas a certos aspetos deste movimento. É o caso do artigo de Linda Heywood (1989), que se dedica ao nacionalismo Ovimbundu e às suas expressões dentro da organização. A autora centra-se nas dinâmicas internas do

²⁹ Kirsti Stuvoy, “War Economy and the Social Order of Insurgencies: An Analysis of the Internal Structure of UNITA’s War Economy”, *Research Unit of Wars, Armament and Development - University of Hamburg*, (3), 2002.

³⁰ Teresa Koloma Beck, *The Normality of Civil War: Armed Groups and Everyday Life in Angola* (Frankfurt, Campus, 2012).

³¹ Justin Pearce, *Political Identity and Conflict in Central Angola (1975-2002)* (Cambridge, Cambridge University Press, 2015).

³² Reyko Huang, “Rebel Diplomacy in Civil War,” *Journal of International Security*, 40, (4), 2016: 89-126.

etnonacionalismo, e no seu impacto no enquadramento da luta armada como gerador de diversas estratégias competitivas de construção do estado e da nação em Angola.³³

Num registo semelhante ao de Christine Messiant, Didier Péclard (2015) dá enfoque às tendências históricas na sociedade colonial que conduziram à formação deste movimento. Examina, sobretudo, a influência das missões cristãs na formação das elites africanas, e as relações entre o “imaginário” étnico e cultural e a identidade política. O autor argumenta que o contributo das comunidades do Planalto Central na luta anticolonial foi marginal.³⁴

A tese de Paula Cristina Roque (2017) é baseada numa análise comparativa entre o projeto da Jamba da UNITA e o caso do SPLM no Sudão, com o propósito de traçar as particularidades e semelhanças na instituição de sistemas de governo “rebeldes” paralelos e a sua relação com as populações.³⁵

O contributo de Marçal de Menezes Paredes (2021) foca-se na evolução do discurso político de Jonas Savimbi, particularmente após a independência de Angola, utilizando materiais publicados pelo líder da UNITA. Paredes analisa o pensamento de Savimbi em relação a três questões centrais: a construção da nação angolana; a Revolução de Abril; o Acordo do Alvor; e as divisões internas do MPLA.³⁶

O trabalho de Vasco Martins (2022) analisa a etnia Ovimbundu como plataforma identitária com base em trabalho etnográfico. É um estudo de carácter multidimensional que pretende clarificar o papel da etnicidade como pilar identitário de uma organização sociopolítica. Embora o enfoque desta obra se concentre nas capacidades de mobilização e recrutamento da UNITA pós-1974, o autor analisa, com base em bibliografia e fontes secundárias, as tensões étnicas dentro da UPA/FNLA que serviram de base para a fundação do Galo Negro em 1966. Nesta tese é reforçada, mais uma vez, a ideia de que a participação das comunidades do centro de Angola na guerra de libertação foi periférica.³⁷

³³ Linda Heywood, “UNITA and Ethnic Nationalism in Angola,” *Journal of Modern Africa Studies*, 27, (1), 1989: 47-66.

³⁴ Didier Péclard, *Les Incertitudes de La Nation en Angola: Aux Racines Sociales de l’UNITA* (Paris, Karthala, 2015).

³⁵ Paula Cristina Roque, “The Rebel Governance of the SPLM/A and UNITA: A Comparative Study on Parallel States in Angola and South Sudan” (PhD Thesis, University of Oxford, 2017).

³⁶ Marçal de Menezes Paredes, “The Political Discourse of Jonas Savimbi: Historicity, Scale, and Power” in José C. Curto, ed., Maryann Buri, ass., *New Perspectives on Angola: From Slaving Colony to Nation State* (Ontario, Baywolf Press, 2021): 265-282.

³⁷ Vasco Martins, *Colonialism, Ethnicity and War in Angola* (London, Routledge, 2022).

A história da UNITA tem sido analisada de forma tematicamente desequilibrada, com abordagens que favorecem principalmente a sua trajetória pós-colonial no enquadramento da Guerra Civil de Angola. É o objetivo deste estudo elaborar uma narrativa histórica cognitiva deste movimento com base num guião construtivista, desde a sua Fundação (1966) aos Acordos de Alvor (1975), na qual se articulem num todo consistente e coerente as dinâmicas das várias dimensões do seu percurso nas lutas de libertação anticolonial da África Austral.

Impossibilitado o acesso ao que poderia ser um arquivo histórico autónomo da UNITA, destruído durante a Guerra Civil, no roteiro de fontes, além das ego-biografias publicadas por militantes do Galo Negro, ocupam um lugar central as fontes constituídas pelos: 1) fundos do Arquivo da PIDE-DGS, quer os dos Serviços Centrais, quer os da Delegação de Angola (ANTT); 2) fundos dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (ANTT); 3) fundos do Ministro sem Pasta Ernesto Melo Antunes do 2º e 3º Governos Provisórios (ANTT); 4) fundos do Secretariado Geral de Defesa Nacional relativos ao Comando das Forças Armadas em Angola (ADN); 5) Atas do Conselho Superior da Defesa Nacional (AHPR); 6) fundos do Arquivo da Fundação Mário Soares, particularmente os materiais publicados pelos movimentos de libertação angolanos (AFMS); 7) fundos do Arquivo de História Social, particularmente documentação produzida pelos movimentos de libertação no exílio (AHS-ICS); 8) boletins de propaganda anticoloniais disponíveis no African Activist Archive (AAA); 9) materiais de imprensa disponíveis no Marxist Internet Archive (MIA); 10) material diverso disponível na Associação Tchiweka de Documentação (ATD); 11) documentação relativa à ação do MFA em Angola disponível no fundo António Belo do Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A); 12) correspondência diplomática do Departamento de Estado dos EUA proveniente do Consulado Norte Americano em Luanda (TNA-AAD); 13) fundos do Comité Especial para a Descolonização das Nações Unidas relativos à questão angolana (UNARMS).

Nestes corpos documentais interessaram diversas categorias de informação. A primeira categoria é composta pelos relatórios elaborados pela PIDE-DGS/SCCIA ao longo do exercício das suas funções de pesquisa, incluindo a obtida através de redes de espionagem internacionais e da estabelecida com outros serviços de segurança regionais da África Branca (Center Intelligence Pool - Rodésia e África do Sul). Receberam especial atenção os relatórios organizacionais (SUPINTREP), processos individuais,

relatórios operacionais e os relatórios crono-sistemáticos (Relatórios Semanais de Situação).

A segunda categoria relaciona-se com as declarações e testemunhos de dissidentes ou de indivíduos capturados à guerrilha. O leitor deverá ter sempre presente os desafios inerentes na utilização destas fontes para traçar o percurso de atores angolanos. Estes autos consistem na transcrição de interrogatórios policiais efetuados ou voluntariamente, ou, muitas das vezes, sob duras condições que incluíam intimidação psicológica e tortura física.³⁸ As opiniões pessoais dos sujeitos submetidos a este processo não são conhecidas. A história que estes atores transmitiram às autoridades coloniais limitou-se a relatar o que fizeram, o que viram, e o que outros, normalmente numa posição de liderança, disseram ou ordenaram que eles fizessem. O principal objetivo dos agentes policiais era obter informações que pudessem ser utilizadas ao nível operacional pelas forças armadas portuguesas – localização dos acampamentos da guerrilha, número e variedade de armas, estruturas de comando e redes logísticas, foram as principais categoriais de informação que a PIDE-DGS procurou apurar em detalhe através destes interrogatórios. Contudo, estas fontes permitem uma abordagem prosopográfica única, que possibilita a reconstituição em detalhe das trajetórias individuais de guerrilheiros, os esquemas de recrutamento utilizados pelos movimentos de libertação, e a relação da guerrilha com as comunidades rurais.

A terceira categoria é composta por documentação capturada durante o desenrolar de operações militares contra as bases da guerrilha. O fundo da PIDE-DGS é, aliás, incontornável para o estudo de qualquer movimento de libertação angolano por esta razão – parte considerável dos arquivos destas organizações sobreviveu graças à recolha efetuada pelos serviços de informação no exercício das suas funções. A utilidade destes materiais é uma questão que o historiador David Birmingham valorizou: “Por irónico que possa parecer, o inimigo colonizador derrotado preservara um conjunto de registos melhor do que os movimentos de libertação vitoriosos. Os documentos congelados nos arquivos da polícia não haviam sido sujeitos ao processo de adaptação a que eram submetidos os registos orais, enquanto cada sobrevivente tentava reinterpretar a sua trajetória pessoal à luz das circunstâncias e constante mudança.”³⁹ Os documentos

³⁸ Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)* (Lisboa, Terramar, 2004): 107-115.

³⁹ David Birmingham, *Breve História da Angola Moderna (Séc.XIX-XXI)* (Lisboa, Guerra & Paz, 2017): 122-123.

capturados à UNITA durante a guerra são de tipologia heterogênea – incluem relatórios, diários, livros de notas, missivas, panfletos propagandísticos, correspondência, estatutos partidários e burocracia corrente.

Outra categoria documental consiste nas publicações de imprensa nacional e internacional sobre a guerra em Angola (*Afrique-Asie, Província de Angola, O Comércio, Diário de Lisboa, Peking Review, Xinhua News Agency, Tages-Anzeiger, Le Monde, The Washington Post, The Zambian Times, Zambia Daily Mail, Zambian News*). Interessam particularmente nestas publicações as entrevistas concedidas por militantes da UNITA e, especialmente, os relatos de repórteres que visitaram o interior de Angola e testemunharam, em primeira pessoa, o funcionamento das áreas “libertadas” da guerrilha.

Para além da imprensa, os boletins políticos publicados pelos órgãos de informação da UNITA (*Angola 66, Basta e Kwacha*) a partir dos escritórios no Reino Unido, Suíça, Países Baixos e Egito, servem como representantes da “voz” oficial da organização nas múltiplas reações aos acontecimentos angolanos e internacionais, e um importante indicador da identidade política do Galo Negro no enquadramento da competição regional da Guerra Fria na África Austral.

Os discursos e entrevistas publicadas de Jonas Savimbi, embora posteriores à Guerra de Independência de Angola, são outro material relevante para compreender o discurso oficial do movimento em relação à sua trajetória anticolonial.⁴⁰

Para além dos materiais de arquivo e de imprensa, as narrativas memoriais são outra das fontes primárias utilizadas. Duas obras vão ser utilizadas de forma recorrente: As autobiografias de Samuel Chiwale (2008) e Miguel N’Zau Puna (2011), por servirem como testemunho de dois dirigentes político-militares intimamente ligados na organização e liderança da luta armada.⁴¹

⁴⁰ Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977); Jonas Savimbi, *O Que é o ‘Espírito de Bissau’? Todos os Portugueses poderão regressar?* (Jamba, UNITA, 1978); Jonas Savimbi, *Quo Vadis Angola Nossa* (Paris, UNITA, 1978); João Rosa, *Jonas Savimbi: O Homem do Projecto Angolano – Texto Integral da Histórica Entrevista Recentemente Concedida ao Jornalista do ‘Tempo’ João Rosa* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979); Jonas Savimbi, *Angola: A Resistência em Busca de uma Nova Nação* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979); Jonas Savimbi, *Por um Futuro Melhor* (Lisboa, Tempo, 1986); UNITA, *The UNITA Leadership* (Jamba, UNITA, 1990); Esteves B.I. Pena, *Primeiro o Angolano, Segundo o Angolano...Angolano Sempre: Os Discursos do Dr. Jonas Malheiro Savimbi* (Lisboa, GEPMI, 2019).

⁴¹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008); Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019).

As memórias de Chiwale são um guião essencial para compreender o discurso legitimista da UNITA, uma vez que representam a ortodoxia da narrativa oficial da organização. Figura incontornável do nacionalismo revolucionário angolano, Chiwale foi um dos onze membros fundadores da UNITA que receberam treino militar na Academia Militar de Nanquim na China em 1965. Durante a Guerra da Independência de Angola ocupou o cargo de Comandante-Geral das FALA, onde atuou principalmente como elo de ligação militar com as guerrilhas da SWAPO que operavam no sul do país. Em 1981, durante a Guerra Civil Angolana, foi acusado de colaborar num golpe interno contra a liderança de Jonas Savimbi, pelo qual foi severamente espancado. Em 1984, testemunhou o assassinato da sua tia materna durante a “Queima das Bruxas” na Jamba, quartel-general da UNITA, onde diversas pessoas acusadas de feitiçaria foram queimadas vivas. Apesar destes eventos traumáticos, Chiwale permaneceu pessoalmente leal a Savimbi até ao final da Guerra Civil em 2002.

A autobiografia de Puna reflete o percurso ativo de um dirigente político-militar da UNITA durante a luta anticolonial. Natural de Cabinda, militou pela primeira vez no movimento do Galo Negro em 1967, durante a fase de exílio político de Jonas Savimbi no Cairo. Apesar de não ser um dos membros fundadores, rapidamente ascendeu a um cargo de topo na organização, com a promoção a Comissário Político Geral das FALA em 1968. Graças à sua formação na área de Agronomia, foi também responsável pelo programa de produção agrícola da guerrilha, no âmbito da doutrina de autossuficiência logística implementada nas áreas “libertadas”. Chefiou, inclusivamente, a delegação da UNITA na tomada de posse do Governo de Transição de Angola em 1975. Entrou em rutura definitiva com Jonas Savimbi em 1991, devido às purgas políticas iniciadas pelo Presidente no interior do Partido que levaram aos assassinatos do Representante da UNITA em Portugal, Fernando Wilson dos Santos, e do Secretário de Relações Exteriores da UNITA, Tito Chinguji. Em 1992, juntamente com outros dissidentes da UNITA, fundou a Tendência de Reflexão Democrática (TRD), e em 2008 foi eleito deputado da Assembleia Nacional pelo MPLA.

Para além destes dois testemunhos centrais vão ser utilizadas de forma complementar outras autobiografias. As memórias de Benjamim de Almeida (2011) são relevantes por retratarem o percurso individual de um militar do exército português no leste de Angola que participou de forma ativa na implementação da Operação Madeira e

nas negociações do cessar-fogo durante a fase da descolonização.⁴² O contributo do testemunho do padre António Oliveira (2017) prende-se com o papel de intermediário que realizou, por diversas ocasiões, nas negociações entre as autoridades militares portuguesas e a direção da UNITA.⁴³ A autobiografia de Jardo Muekalia (2010) é um testemunho importante de um nacionalista angolano que militou nas fileiras do Galo Negro com quinze anos, e que participou de forma ativa nas primeiras campanhas de mobilização política não clandestinas do movimento durante a primeira fase do processo de descolonização de Angola, logo após o 25 de Abril de 1974.⁴⁴

Devido à natureza própria das ego-narrativas – escritas passadas várias décadas após os acontecimentos que retratam e, pelo facto de poderem ter sido elaboradas por protagonistas preocupados em moldar as suas representações como atores históricos para a posteridade – estas memórias foram contrastadas de forma contínua com documentação coeva.

Duas preocupações metodológicas conduziram a investigação desta tese: a triangulação da informação, como método de exploração e validação das fontes; a visibilidade e a discussão sistemática da polifonia das fontes, como elemento da narrativa (controvérsia). Ainda que não descurando as poucas virtudes da generalizada tentação de “fulanização” do movimento do Galo Negro, a unidade analítica deste estudo é a UNITA como organização, como plataforma política e militar na Guerra de Libertação Angolana. O guião que a conduz assenta num modelo construtivista e compreende a seguinte estrutura: *Capítulo I – Narrativas da Trajetória Fundacional: O Nascimento do Galo Negro* – Capítulo dedicado ao processo de fundação organizacional da UNITA entre 1964 e 1966, como um processo multicêntrico e baseado numa rede transregional e transnacional de militantes políticos angolanos. Clarificam-se polémicas de ordem cronológica e historiográfica e identificam-se as diversas narrativas exclusivistas e legitimistas do movimento do Galo Negro; *Capítulo II – A Guerrilha nas Matas: A Luta Armada* – Secção que analisa as atividades anticoloniais, militares e políticas, da guerrilha da UNITA no interior de Angola entre o arranque da Frente Leste (1966) e o estabelecimento da Operação Madeira (1971); *Capítulo III – A Guerrilha nas Matas: Rivalidades e Alianças* – Capítulo que aborda a competição militar direta entre a UNITA e outros movimentos nacionalistas rivais, e as dinâmicas da aliança criada com a SWAPO

⁴² Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011).

⁴³ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017).

⁴⁴ Jardo Muekalia, *Angola: A Segunda Revolução* (Porto, Sextante, 2015).

e do acordo de colaboração com o regime colonial; *Capítulo IV – Áreas Libertadas: Debate Conceptual e Anatomia Geográfica* – Capítulo onde se examina, numa primeira secção, o debate na literatura política, jornalística e académica sobre o conceito de Áreas Libertadas em Angola durante a Luta de Libertação. Uma segunda secção procura clarificar conceptualmente e definir territorialmente a evolução das Áreas Libertadas da guerrilha do Galo Negro; *Capítulo V – Áreas Libertadas: Administração, Economia e Sociedade* – Neste capítulo procura-se reconstituir a vida de guerrilheiros e populações nas Áreas Libertadas, analisando a administração e hierarquia político-militar, as medidas de autossuficiência alimentar, os programas de saúde e ensino, o sistema logístico, a constante penúria material nas matas, e as estratégias de recrutamento da UNITA; *Capítulo VI – A Variável Externa: Competição e Cooperação* – Capítulo que examina as conexões globais da UNITA, o reflexo diplomático das rivalidades regionais e internacionais com o Kremlin, e os recursos polivalentes mobilizados pelo movimento nas redes transnacionais de solidariedade anticolonial; *Capítulo VII – A Descolonização: De Abril ao Alvor* – Capítulo que aborda a primeira fase da descolonização de Angola, entre 25 de Abril de 1974 e 15 de Janeiro de 1975, dando enfoque às iniciativas diplomáticas e ações de mobilização política da UNITA.

Capítulo I – Narrativas da Trajetória Fundacional

O estudo dos movimentos de libertação em Angola coloca sérios desafios de ordem cronológica e historiográfica. A natureza exclusivista destes projetos nacionalistas transformou as histórias oficiais das organizações independentistas angolanas num campo de intensa competição narrativa. Isto obrigou ao aceleração dos factos no discurso memorialístico, o que gerou vazios cronológicos e o aglutinamento de diversos processos históricos distintos. Estas inconsistências são visíveis nas narrativas das trajetórias fundacionais. É bem conhecida, por exemplo, a polémica historiográfica que envolve os atos fundadores do MPLA.⁴⁵ Como veremos, o discurso oficial da UNITA também tem os seus conflitos com o passado. Embora longe de ser uma particularidade angolana, a transformação da memória em campo de batalha, no contexto de concorrência entre diversas forças políticas, teve em Angola contornos que deixaram profundas marcas na contemporaneidade. A sobrevivência destas organizações dependeu em muito na forma como estruturam as narrativas legitimistas sobre si mesmas.

Estes discursos oficiais apresentam ainda outra tendência: a do líder que desempenha a função de motor da História, do homem que com base nas suas qualidades individuais funda o movimento, e através das suas qualidades de liderança guia a organização ao longo de todo o percurso da luta anticolonial. Neste discurso a história do movimento é, fundamentalmente, a história do percurso pessoal do seu dirigente. A organização de Savimbi é talvez a mais afetada por esta narrativa fulanizadora. O livro sobre a trajetória do Galo Negro publicado por Marco Vinicius e Maria João Saldanha em 1977, é o expoente máximo deste tipo de narrativa, e apresenta claros contornos de

Nota: A investigação para este capítulo contribuiu para as seguintes comunicações: João Fusco Ribeiro, “The Emergence of a Third Liberation Movement in Angola: UNITA and the Narratives of the Foundational Path (1964-1966)”, Paper presented at the: *The Lusophone World: Liberation Movements of Lusophone Africa: Connections, Competition and Agency*, LSA and CICP Org., University of Évora, 2019; João Fusco Ribeiro, “Fontes Coloniais e as Lutas de Libertação de África: O Arquivo da PIDE-DGS e a História dos Movimentos Anticoloniais Angolanos (1961-1974)”, Comunicação apresentada no: *II Seminário Internacional de Ensino e Pesquisa em História da África na Contemporaneidade*, EPHÁ Org., Rio de Janeiro, 2022; João Fusco Ribeiro, “The Formative Experience of UNITA’s Founding Members in the People’s Republic of China: Exchange of Norms and Ideas (1966-1974)”, Paper presented at the: *Anticolonial Struggle, Transnational Solidarity and Agency of Individual Actors: Dialogues with the Portuguese Colonies, 1945-1975*, IHC-FCHS Org., Universidade Nova de Lisboa, 2023.

⁴⁵ Carlos Pacheco, *MPLA – Um Nascimento Polémico* (Lisboa, Vega, 1997): 33-39; Jean-Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 75-85.

culto de personalidade: “Só uma alma gigante como a sua [Savimbi], só uma determinação firme e contagiante, empolada pelos ideais de libertação que personificou, poderiam operar o milagre da resistência que foi a luta travada pela UNITA.”⁴⁶

Contudo, a história da fundação da UNITA não se resume à cristalização de uma ação individual num momento e num lugar específicos, mas antes o longo processo do arranque operacional necessário para a materialização de uma guerrilha no interior de Angola em inícios de 1966. Neste capítulo não vamos analisar apenas o momento fundacional comemorativo, mas também os eventos precedentes que permitiram a realização desses atos políticos nas matas de Muangai em Março de 1966, que oficialmente criaram a UNITA. Isto apresenta uma dificuldade, a de nem no discurso oficial existir uma narrativa descritiva clara e coerente dos acontecimentos. Deste modo, o desafio principal foi o de estabelecer uma descrição cronológico-factual relativamente fiável, de forma a ter uma base sólida onde contrastar os discursos de legitimação construídos posteriormente. Para a reconstituição deste percurso, além da utilização de documentação oficial da UNITA e de informação reunida e cruzada pelos serviços de informação portuguesa, vão ser utilizados dois guias: A autobiografia de Samuel Chiwale publicada em 2008, como um testemunho relevante de um dos militantes com papel ativo no processo fundacional, e porque são memórias que representam, na verdade, a ortodoxia da narrativa oficial da UNITA; E a biografia *Jonas Savimbi: A Key to Africa* de 1986 do jornalista britânico Fred Bridgland. Esta última obra tem sido alvo de duras críticas acerca do discurso apologético em relação à UNITA, posicionamento que é em parte assumido pelo autor ao longo da narrativa biográfica.⁴⁷ É uma obra que se estrutura em torno de documentação oficial da UNITA e de entrevistas pessoais a Savimbi, o que a torna numa janela de observação privilegiada para a compreensão do discurso legitimista do movimento.

⁴⁶ Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977): 30.

⁴⁷ Recentemente, Brigland publicou as memórias da sua experiência como correspondente de guerra em Angola, onde expõe uma visão muito mais crítica em relação ao percurso político-militar de Jonas Savimbi. Fred Brigland, *The Guerrilla and the Journalist: Exploring the Murderous Legacy of Jonas Savimbi* (London, Delta Books, 2022).

1 - Antes da Fundação: O Panorama da Atividade Anticolonial no Centro e Leste de Angola

A UNITA foi o primeiro movimento político do centro de Angola que conseguiu iniciar um processo de luta armada contra as autoridades coloniais. No entanto, está longe de ser a primeira manifestação de mobilização anticolonial originária do Planalto Central. Alguma da literatura que abordou esta região, considerou que, ao contrário de Luanda e da região Norte, o Planalto Central não foi uma zona de mobilização política ativa contra o colonialismo português na luta pela independência.⁴⁸ Este não foi inteiramente o caso. Apesar da aparente desarticulação e falta de organização das atividades de cariz anticolonial desenvolvidas nesta região, estas apresentaram sintomas de um grande dinamismo interno e de interação com os acontecimentos no norte de Angola.

Em 1961, já depois dos levantamentos de 15 de Março, Samuel Chiwale considerou que as prisões levadas a cabo pela polícia política nesta região impediram a consolidação de movimentos nacionalistas que teriam já uma rede que se estendia às cidades de Huambo, Bailundo, Lobito e Lubango.⁴⁹ De acordo com um relatório da PIDE do Posto de Nova Lisboa, em Junho do mesmo ano, a opinião de Chiwale é partilhada por esta polícia: “Pelos provas até agora feitas, nos processos em curso neste Posto, verifica-se que se encontram disseminados por toda a zona planáltica núcleos políticos e clandestinos cuja atividade visa a criação de movimentos destinados a promover a independência de Angola.”⁵⁰

Um dos movimentos referidos tanto pela PIDE como por Chiwale, foi o Movimento dos Estudantes do Centro (MEC) encabeçado pelo pastor João Fernando Capuca e pelo comerciante Alexandre Pedro Magno,⁵¹ ambos militantes da UPA e, este último, futuro membro fundador da AMANGOLA (1965) e da UNITA (1966). Não é

⁴⁸ Justin Pearce, “Control, Ideology and Identity in Civil War: The Angolan Central Highlands 1965-2002” (PhD Thesis, University of Oxford, 2011); Didier Péclard, *Les Incertitudes de La Nation en Angola: Aux Racines Sociales de l’UNITA* (Paris, Kartala, 2015); Vasco Martins, “The Plateau of Trials: Modern Ethnicity in Angola” (Tese de Doutoramento, ISCTE, 2015).

⁴⁹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 42.

⁵⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1479/NT 989/Relatório: *Ambiente Político e Social nesta Cidade e em Todo o Distrito de Huambo*, 1961: 123.

⁵¹ No enquadramento do acordo de cooperação mútua entre a UPA e a SWAPO de 1963, Alexandre Pedro Magno serviu como o principal elo de comunicação entre Holden Roberto e o movimento independentista do Sudoeste Africano que se encontrava no exílio no então Protetorado da Bechuanalândia (atual República do Botswana). ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 14.46.A2/NT 2062/ *Relatório Semanal Nº26/23-S.R-Situação no Baixo Cunene*, 1963: 160.

claro se esta organização funcionava como uma célula satélite da UPA ou como um movimento autónomo que colaborava com o movimento de Holden Roberto. Contudo, a atividade política desta organização no centro de Angola precede os ataques de 15 de Março realizados no norte de Angola.⁵² De acordo com o informante da PIDE Tiago Álvaro Catumbela, professor primário na Missão do Dôndi, em Janeiro de 1961 foi organizada uma reunião clandestina a coberto de cerimónias religiosas, onde se pediu aos presentes para se quotizarem e enviarem o dinheiro para o Congo-Léopoldville com o propósito de financiarem a UPA. Após esta reunião, João Capuca, um dos cabecilhas do movimento, seguiu para a República do Congo onde integrou a UPA no estatuto de Representante dos Angolanos do Sul.⁵³

Como Chiwale sugere, depois do 15 de Março houve uma onda de prisões que aparentou desarticular estas redes clandestinas de carácter estudantil. Em Junho de 1961 a PIDE empreendeu uma série de prisões entre os alunos de liceu de Nova Lisboa que se preparavam para eleger e enviar delegados para o Congo Léopoldville sob a liderança de João Capuca e Alexandre Pedro Magno.⁵⁴

No interior da província de Benguela, em Agosto de 1961, a PIDE efetuou outra ação importante ao dismantelar os preparativos de uma revolta concertada nas zonas do Balombo, Monte Carlo, Monte Belo e Bocoio.⁵⁵ A intenção da rebelião apresentava moldes semelhantes à do 15 de Março, um levantamento geral acompanhado de ataques indiscriminados à população branca. De acordo com os depoimentos prestados pelos fomentadores da revolta, não aparenta existir nenhuma ligação ou contacto com a UPA, mas antes a atividade autónoma de diversas igrejas protestantes sob a coordenação da Missão Adventista do Elende-Cuma.⁵⁶

No leste de Angola, particularmente nas províncias do Moxico e da Lunda, assistiu-se a atividades de cariz anticolonial que precederam os ataques da UPA no Norte, desenvolvidas pelo ATECAR (Associação dos Quiocos do Congo, Angola e Rodésias). Este movimento transregional de cariz etnonacionalista chokwe fundado em 1956,

⁵² Ver Almerindo Jaka Jamba, *Ecos de Colina: Memórias e Testemunhos* (Luanda, Mayamba, 2022): 60-61.

⁵³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1479/NT 989/Auto de Perguntas: *Tiago Álvaro Catumbela*, 1967: 40-41.

⁵⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1479/NT 989/Relatório: *Ambiente Político e Social nesta Cidade e em Todo o Distrito de Huambo*, 1961: 123.

⁵⁵ Ver Anexos, Mapa 1.

⁵⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1479/NT 989/Auto de Perguntas: *Tomás Vicente*, 1961: 105-107.

mantinha uma importante rede de militantes na Vila de Teixeira de Sousa⁵⁷ e desenvolveu diversas campanhas de propaganda e recrutamento nas cidades do Luso e Dala.⁵⁸

Longe de apresentarem as características de movimentos de libertação revolucionários modernos, estas redes clandestinas dispersas ao longo do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), consistiam em núcleos juvenis africanos de discussão e consciencialização política, sem um programa político estruturado, e guiados por aquilo a que a PIDE definiu como “elementos pretos evoluídos, em regra protestantes” que “formam uma espécie de elite entre a massa negra”.⁵⁹ A influência considerada como “desnacionalizante” destes elementos na juventude africana provocou alarme nas autoridades coloniais, num período em que a vigilância e repressão da polícia política se intensificou particularmente face à recente independência do Congo Belga e aos ataques da UPA no norte de Angola. Neste contexto de entusiasmo pelas independências a PIDE considerou serem estas elites africanas que “na sombra e à retaguarda vão empurrando os menos evoluídos.”⁶⁰

Na realidade, estamos perante a primeira geração africana do Planalto Central com a educação e consciência política necessárias para desafiar o poder colonial de forma permanente. Como veremos, a formação desta elite foi, essencialmente, fruto do sistema educativo estabelecido pelos missionários da igreja Católica e das igrejas Protestantes.

Aquando da sua chegada ao interior de Angola nos finais do século XIX, estas missões, no seu esforço de evangelização, precederam muitas das vezes o estabelecimento da administração colonial portuguesa. Em 1879-1880, os primeiros missionários Congregacionistas da American Board of Commissioners for Foreign Missions (ABCFM) chegaram ao Bié, aos quais se juntaram, uma década depois, os Congregacionistas canadianos (Canadian Congregational Foreign Mission Society - CCFMS), e durante a década de 20 do séc.XX as primeiras missões Adventistas. Assistiu-se a uma corrida pelo domínio espiritual do Planalto Central entre a Igreja Católica e estas denominações protestantes, na qual, regra geral, as missões protestantes apresentaram

⁵⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.27.D1/NT 1858/ *Ambiente Político e Social na Área do Posto desta Polícia, em Vila Teixeira de Sousa*, 1961: 73-74; Ver Anexos, Figuras 33 e 34.

⁵⁸ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 02 CCFA-SUPINTREP: *Movimentos Políticos Angolanos*, 1961: 19-22; Ver Anexos, Mapa 2.

⁵⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1479/NT 989/Relatório: *Ambiente Político e Social nesta Cidade e em Todo o Distrito de Huambo*, 1961: 123.

⁶⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1479/NT 989/Relatório: *Ambiente Político e Social nesta Cidade e em Todo o Distrito de Huambo*, 1961: 123.

uma tendência de implantação nas zonas rurais e as missões católicas nas cidades e ao longo da infraestrutura da administração colonial.⁶¹

A divisão entre as várias igrejas protestantes em Angola pode ser enquadrada, grosso modo, na teoria do Nacionalismo Tripartido gizada por John Marcum, no sentido que a influência dos Baptistas no Norte Bakongo, dos Metodistas na região Mbundu e dos Congregacionistas no Planalto Central Ovimbundu, acentuou a fragmentação das manifestações do nacionalismo angolano através do fortalecimento de várias identidades regionais. A ênfase dos missionários protestantes no ensino do evangelho nas línguas locais permitiu, em muitos casos, reformular e manter estas identidades regionais face a uma política imperial de assimilação.⁶² No caso do centro de Angola, o estabelecimento da infraestrutura missionária, com a oferta de serviços educativos e de saúde, em estreito contacto com as autoridades tradicionais, ajudou à criação daquilo que Linda Heywood apelidou de rede Pan-Ovimbundu, que transcendia as afinidades tribais.⁶³

A dinâmica de missionação encetada nos finais do século XIX rapidamente deixou de estar em mãos exclusivamente europeias, o que implicou a evangelização de africanos por africanos, e a criação de uma classe de catequistas e pastores negros com formação e capacidade oratória necessárias para tomarem as rédeas do processo de cristianização num contexto colonial de hegemonia branca. Na década de 40 do século XX os resultados deste processo eram evidentes: a região de Huambo era a mais cristianizada de Angola.⁶⁴

A rede de ensino estabelecida pelas missões protestantes e católicas transformou-se numa plataforma fundamental para a formação de uma elite africana moderna originária do centro de Angola.⁶⁵ No caso do ensino pós-primário, deveu-se fundamentalmente ao facto de, até ao fim do Estatuto do Indigenato em 1961, as missões cristãs serem os únicos centros de educação secundária abertos aos nativos. Fruto das consideráveis restrições económicas e sociais de acesso aos Liceus por parte de africanos,

⁶¹ Kate Burlingham, “‘In the Image of God’: A Global History of the North American Congregational Mission Movement in Angola, 1879-1975” (PhD Thesis, State University of New Jersey, 2011): 15-77.

⁶² Didier Péclard, “Religion and Politics in Angola: The Church, the Colonial State and the Emergence of Angolan Nationalism (1940-1961)”, *Journal of Religion in Africa*, 28, (2), 1998: 177.

⁶³ Linda Heywood, “UNITA and Ethnic Nationalism in Angola”, *Journal of Modern African Studies*, 27, (1), 1989: 47-66.

⁶⁴ A população nativa no Distrito de Huambo em 1940 rondava os 541 980 habitantes, e apresentava uma taxa de cristianização de 45%, acima da média de Angola de 28%. Ver: Maria Conceição Neto, “In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (1902-1961)” (PhD Thesis, University of London, 2012): 209.

⁶⁵ Ver Anexos, Mapa 18.

em 1960 existiam apenas 150 alunos africanos matriculados no ensino secundário em toda a colónia.⁶⁶

O Instituto Currie na missão de Dondi⁶⁷ foi um dos centros formadores mais importantes, que Chiwale caracterizou como “a incubadora da fina flor de intelectuais e políticos de Angola”.⁶⁸ Jonas Malheiro Savimbi (1934), natural de Munhango, iniciou o seu ensino primário nesta missão perto da Bela Vista.⁶⁹ Depois de passagens pelas escolas das missões protestantes de Calieque, Liapunda e Chilessso, Savimbi regressou ao Dôndi em 1951, onde ingressou no Instituto Currie, de onde saiu em 1955 para prosseguir os estudos liceais no colégio católico dos Maristas em Silva Porto – daqui seguiu para o liceu Diogo Cão, em Sá da Bandeira, mas foi em 1959, no liceu Passos Manuel de Lisboa, que terminou o ensino liceal.⁷⁰ Em 1975, em visita à missão do Dôndi, Savimbi recordou, em particular, os sentimentos anticoloniais do corpo docente desta missão.⁷¹

A missão do Dondi foi, aliás, um dos centros formativos por onde passaram várias figuras da liderança da UNITA quer da primeira geração (fase anticolonial) quer da segunda geração (guerra civil): 1º geração – Nicolau Chiuka Biango (1926), Noé Adolfo Kapiñala (1930), Jeremias Kussia Chinhundu (1934), César Pedro Kaliengue (1935), Jeremias Kalundula Chitunda (1942), Samuel Chiwale (1943), Samuel Martinho Epalanga (1943), Almerindo Jaka Jamba (1949); 2º geração – Teodoro Eduardo Torres Kapiñala (1938), Junior Agostinho Benguela (1944), Isaías Henrique Ngola Samakuva (1946), Eugénio António Ngolo “Manuvakola” (1947), Abel Epalanga Chivukuvuku (1957), Augusto Domingos Lutoki Liahuka “Wiyo” (1948), Armindo Moisés Kassessa (1950).⁷²

⁶⁶ Christine Messiant, “L’Angola Colonial, Histoire et Societé: Les Premisses du Mouvement Nationaliste,” (Tese de Doutoramento, Université de Paris, 1986): 408.

⁶⁷ Sobre a relevância sentimental da Missão do Dondi para as elites da UNITA ver a biografia de Abel Epalanga Chivukuvuku, com alguns contornos de romance literário, escrita por José Agualusa: José Eduardo Agualusa, *Vidas e Mortes de Abel Chivukuvuku: Uma Biografia de Angola* (Lisboa, Quetzal, 2023).

⁶⁸ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 24.

⁶⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 3.254/ NT 7844/ *Certidão de Nascimento*, 1970: 1.

⁷⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 3.254/ NT 7844/ *Direcção dos Serviços de Instrucção. Liceu Nacional de Diogo Cão*, 1970: 1; UNITA, *The UNITA Leadership* (Jamba, UNITA, 1990): 5.

⁷¹ Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977): 16-18.

⁷² UNITA, *The UNITA Leadership* (Jamba, UNITA, 1990): 23, 25, 29, 31, 45, 61, 81, 83, 87, 89, 95, 117.

Este Instituto tinha ainda a característica de ter tido como seu director o Dr. Gladwin Murray Childs,⁷³ missionário norte americano referenciado desde 1959 pela PIDE como um elemento estrangeiro suspeito.⁷⁴ Gladwin Childs e a sua mulher Margaret Childs desempenharam um papel importante no auxílio à UNITA, através do seu apoio declarado ao movimento, numa carta aberta que é publicada em 1969 na obra *Qui Libere L'Angola?* da autoria de Jorge Valentim, e que protagonizou uma das primeiras divulgações a nível internacional das atividades da UNITA.⁷⁵

O ensino pós-primário, quer fosse liceal ou técnico-profissional, oferecia aos africanos uma oportunidade de mobilidade social ascendente numa sociedade onde a cor da pele era um forte elemento de estratificação social. O investimento na educação abria as portas para a aquisição do estatuto legal de Assimilado⁷⁶ e à possibilidade dos africanos se tornarem trabalhadores especializados ou semiespecializados, quer fosse em ocupações de colarinho azul ou de colarinho branco.

O Hospital Central e o Caminho de Ferro de Benguela (CFB) eram os dois principais empregadores deste tipo de trabalhadores no distrito de Huambo. O corpo de enfermagem do Hospital Central era constituído quase exclusivamente por africanos, uma tendência que era geral a toda Angola.⁷⁷ No Caminho de Ferro de Benguela concentrava-se o que se pode chamar a elite dos trabalhadores negros do centro de Angola, na qual existia uma grande diversidade ocupacional, responsável pelo funcionamento e

⁷³ Gladwin Childs foi um missionário norte americano com uma longa carreira académica na área de antropologia que incluiu a publicação de vários estudos dedicados à cultura e história dos Ovimbundu. Como obras representativas destacam-se: Gladwin Childs, *Umbundu Kinship and Character: Being a Description of Social Structure and Individual Development of the Ovimbundu* (Oxford, Oxford University Press, 1949); Gladwin Childs, "The Kingdom of Wambu (Huambo): A Tentative Chronology", *Journal of African History*, (5), 3, 1964: 367-379.

⁷⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1479/NT 989/Referência à Nota nº578/959-GAI, 1959: 125.

⁷⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.24.A/NT 1843/ Relatório: *As Missões Protestantes, e as suas Relações com os Movimentos Terroristas*, 1970: 5; Jorge Alicerces Valentim, *Qui Libere L'Angola?* (Bruxelas, Coppens, 1969).

⁷⁶ Para adquirir a condição de Assimilado os requisitos eram os seguintes: "1) Ter mais de 18 anos; 2) Falar correctamente a língua portuguesa; 3) Exercer profissão, arte ou ofício que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficiente para o mesmo fim; 4) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; 5) Não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor." *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, (Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954): 21.

⁷⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1479/NT 989/Relatório: *Ambiente Político e Social nesta Cidade e em Todo o Distrito de Huambo*, 1961: 123.

manutenção de toda a infraestrutura e equipamento.⁷⁸ Aliás, a PIDE alertava para o elevado grau de instrução destes trabalhadores: “Nos Caminhos de Ferro de Benguela, a maioria dos empregados são pretos e todos eles normalmente com um grau de cultura superior aos brancos.”⁷⁹

Apesar de existirem canais de ascensão social para os jovens africanos com formação, um trabalhador negro era pago menos do que um trabalhador branco pelo mesmo emprego. Os assimilados estavam, portanto, mais conscientes do seu estatuto discriminatório perante o sistema colonial, pelo que desempenhavam funções semelhantes às dos colonos sem os mesmos benefícios salariais. Perante a grande vaga imigratória portuguesa da década de 50, os trabalhadores negros viram as suas possibilidades de promoção social sob pressão, e competiam no mercado laboral com colonos que, de forma geral, apresentavam um baixo nível técnico e cultural.⁸⁰

No entanto, para a esmagadora maioria da população africana privada do estatuto legal de assimilado, o principal foco de tensão com as autoridades coloniais era o regime de contrato. O Planalto Central era a região mais afetada pela severidade deste modelo de trabalho forçado, ao constituir a principal reserva de mão de obra contratada da colónia: “In 1963 the Huambo district supplied more than 46% of all Contract Workers in Angola, representing 13% of Huambo’s active population.”⁸¹ A construção de novas estradas, portos e caminhos de ferro que se assistiu durante o Pós-Segunda Guerra foi sustentada essencialmente por trabalho braçal Ovimbundo. A pressão para o recrutamento forçado de trabalhadores sob contrato intensificou-se particularmente, não só devido ao

⁷⁸ Maria Conceição Neto, “In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (1902-1961),” (PhD Thesis, University of London, 2012): 76.

⁷⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1479/NT 989/Relatório: *Ambiente Político e Social nesta Cidade e em Todo o Distrito de Huambo*, 1961: 123.

⁸⁰ No caso da cidade de Nova Lisboa, a população branca duplicou de 1950 para 1960. Maria Conceição Neto, “In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (1902-1961),” (PhD Thesis, University of London, 2012): 257; Em 1949 emigraram de Portugal para Angola **9 248** colonos, número que aumentou e foi estabilizando ao longo da primeira metade da década de 50 (**16 871** colonos em 1952, **15 586** colonos em 1953, **16 062** colonos em 1954 e **17 683** colonos em 1955). *Anuário Estatístico do Império Colonial de 1949*, (Lisboa, INE, 1951): 40; *Anuário Estatístico do Ultramar de 1952*, (Lisboa, INE, 1953): 48; *Anuário Estatístico do Ultramar de 1953*, (Lisboa, INE, 1954): 58; *Anuário Estatístico do Ultramar de 1954*, (Lisboa, INE, 1955): 46; *Anuário Estatístico do Ultramar de 1955*, (Lisboa, INE, 1956): 58.

⁸¹ Maria Conceição Neto, “In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (1902-1961),” (PhD Thesis, University of London, 2012): 254.

lançamento de obras públicas, mas também fruto da grande vaga de imigração branca e instalação de novas empresas agrícolas.⁸²

Após os ataques da UPA no norte de Angola, o descontentamento e resistência passiva contra o regime de contrato intensificaram-se significativamente no Planalto Central. Em Julho de 1961, o posto da PIDE de Nova Lisboa relatou a frustração dos angariadores perante a resistência dos africanos em cumprirem trabalho forçado fora do distrito. Esta atitude prendia-se com os testemunhos de ovimbundos contratados para trabalhar nas zonas cafezeiras do Norte e que foram vítimas dos ataques de 15 de Março, e por aquilo a que a PIDE considerava uma campanha de mobilização anticolonial “subversiva” liderada por pastores negros.⁸³

As oportunidades de escapar ao regime de contrato eram escassas e passavam quase sempre pela fuga e emigração ou para o Sudoeste Africano ou para a Rodésia do Norte.⁸⁴ Como veremos mais à frente, o núcleo de angolanos emigrados em Lusaka desempenhou um papel relevante no arranque operacional da UNITA.

A mobilização anticolonial no Planalto Central teve o seu núcleo no sistema de ensino missionário, e foi liderada essencialmente por estudantes, professores e pastores. Apesar de não existir um desafio direto às autoridades coloniais através de um processo de luta armada, existiam redes clandestinas pulverizadas regionalmente entre vários núcleos políticos informais. Nalguns casos, estes núcleos tiveram contactos regulares com a UPA, podendo mesmo ser considerados como um braço autónomo do movimento no centro de Angola. Isto mostra que esta região apresentava um grande dinamismo de mobilização política e que não era alheia aos acontecimentos do norte de Angola, habitualmente tidos como o início da Guerra de Libertação. Foi neste contexto regional que muitos dos futuros fundadores da UNITA viveram as primeiras experiências políticas na clandestinidade, tendo sido primeiramente atraídos para a órbita da UPA.

⁸² Edmundo Rocha, *Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (1950-1964)* (Lisboa, Kilombelombe, 2003): 58.

⁸³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1479/NT 989/Relatório: *Ambiente Político e Social nesta Cidade e em Todo o Distrito de Huambo*, 1961: 123.

⁸⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 14.46.A2/NT 2062/ *Imigração de Mão de Obra Rural de Angola para o S.W.A*, 1964: 66-67; De acordo com Michel Cahen, a promulgação do Código do Trabalho Rural de 1962 não acabou imediatamente com a utilização do trabalho forçado em Angola. Ver Michel Cahen, “Seis Teses sobre o Trabalho Forçado no Império Português Continental em África”, *Revista África*, 35, 2015: 129-155.

2 - As Origens do Terceiro Movimento

A versão oficial da história da UNITA tende a ocultar a diversidade e a complexidade das conexões criadas pelo movimento durante o seu processo de fundação, ao desconsiderar o período de incerteza de escolhas e compromissos. Este tipo de narrativa celebra principalmente a experiência formativa chinesa e omite convenientemente os episódios colaborativos com o MPLA e a sua rede de apoio transnacional.⁸⁵

Os membros fundadores da UNITA tiveram experiências, com maior ou menor intensidade, em atividades de carácter anticolonial, antes da criação deste movimento em Março de 1966. Alguns militaram em movimentos independentistas fora de Angola, como foi o caso de Samuel Chiwale na SWAPO (Namíbia), ou de Smart Chata⁸⁶ na ATECAR (Zâmbia). Porém, a esmagadora maioria dos fundadores da UNITA tiveram um percurso político anterior na UPA/FNLA. Percurso esse marcado por diversos tumultos e experiências traumáticas, que levaram muitos militantes numa trajetória de rutura total com o movimento de Holden Roberto. Foi a partir dessa dissidência que se gerou o projeto do terceiro grande movimento de libertação de Angola.

A grande cisão dentro da UPA/FNLA, que se materializou de forma definitiva com a demissão de Jonas Savimbi do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio) em Julho de 1964, pôs a descoberto fragilidades que são atribuídas ao movimento de Holden Roberto por John Marcum: o seu carácter regional e tribalista. Como veremos, nos momentos que se seguem à sua demissão, Savimbi demonstrou uma grande facilidade em atrair para a sua órbita militantes desta organização originários do centro e leste de Angola. Isto mostra que as divisões internas que a UPA/FNLA atravessava em 1964, não seriam apenas uma disputa política na cúpula hierárquica entre Holden Roberto e Jonas Savimbi, mas uma

⁸⁵ O site da UNITA fornece uma página e meia para a história das origens do Partido, onde os laços de solidariedade com a SWAPO e a República Popular da China são referenciados como as conexões que contribuíram para o processo fundacional do Galo Negro:

http://www.unitaangola.com/PT/PrincipNouvP0.awp?WD_ACTION_=MENU&ID=OPT_OPTIONMOD_ELE3

⁸⁶ Smart Gaston Mandembo Chata (1934), natural do Moxico, refugiou-se na Zâmbia na década de 50 para escapar ao regime de trabalho forçado. Durante os anos 60 foi um militante ativo da ATECAR, onde estabeleceu contactos com a FNLA. Em 1966, integrou o *Comité Préparatório de Acção Directa* (CPAD) da UNITA na Zâmbia, como 2º Vice-Presidente. ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/Assunto: *Propaganda da UNITA*, 1967: 492; UNITA, *The UNITA Leadership* (Jamba, UNITA, 1990): 21.

crise com profundas clivagens na base da organização. Clivagens essas que Marcum caracterizou como incompatibilidades étnicas, entre o que seria o favoritismo que Holden daria aos Bakongos em detrimento dos Ovimbundos, na oferta de bolsas de estudo, nas oportunidades de formação militar e na distribuição de cargos de chefia.⁸⁷

A crise que a UPA/FNLA atravessou no primeiro semestre de 1964 ameaçou a própria sobrevivência da organização. Porém, as causas da instabilidade interna do movimento estão longe de se resumirem a uma questão linear de simples rivalidades étnicas. Existem várias indicações que as tensões raciais e dissidências políticas foram exacerbadas pelo descontentamento geral, quer da guerrilha, quer dos sectores intelectuais, com o que seria o fraco desempenho militar da UPA/FNLA em Angola.

Foi precisamente na base da hierarquia do movimento, entre os guerrilheiros, que as primeiras grandes clivagens com a liderança política se manifestaram em torno de várias questões-chave: o modelo de recrutamento, a ausência quase total de equipamento e material, a incompetência das chefias militares e, especialmente, a discrepância que se refletia socialmente entre a vida de duras privações dos guerrilheiros nas matas, e o desafogo material da liderança política no exílio em Léopoldville. Em Maio de 1964, na base do Kinkuzu, o principal campo de treinos do ELNA (Exército de Libertação Nacional de Angola) na República do Congo, reinou um ambiente de indisciplina e de revolta contra a chefia político-militar: “As queixas mais repetidas referem-se ao não pagamento de salários, (constando que teria havido, uma revolta de soldados em Kinkuzu, por este motivo), à falta de armamento, à inépcia de alguns chefes, ao contraste entre a vida faustosa da maior parte dos dirigentes e a miséria em que vivem os soldados e ainda às dificuldades que encontram no interior de Angola, em especial devido à actividade constante das NT [Nossas Tropas]. Tal situação leva a que muitos dos combatentes declarem não querer trabalhar.”⁸⁸

Existia também um problema de base na estratégia de captação de novos guerrilheiros, muito dependente de esquemas de recrutamento forçado entre a comunidade de refugiados angolanos no Congo, que muitas vezes não demonstravam qualquer motivação ideológica, situação que potenciou um ambiente de revolta aberta nas fileiras da guerrilha com o acumular de descontentamentos. Este era um sistema de recrutamento forçado que funcionava integrado nos campos de refugiados criados pela

⁸⁷ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 134.

⁸⁸ ANTT/ SCCIA/ Livro 121/ Relatório de Situação N°108/ 30ABR64 a 6MAI64, 1964: 18.

UPA/FNLA através do SARA (Serviço de Assistência aos Refugiados), que incluía não só a convivência como a ajuda ativa da polícia congoleza,⁸⁹ e onde a resistência ao recrutamento e fuga de volta para Angola eram relativamente comuns.⁹⁰ A situação destes recrutados no Kinkuzu foi descrita da seguinte forma: “Quanto ao ambiente que rodeia os recrutados no campo, volta a ser acentuado como aspecto mais saliente, o regime de muita pancada e muita fome.”⁹¹

Estas condições refletiram-se, naturalmente, num desempenho fraco do ELNA no norte de Angola, com a deserção de vários guerrilheiros e a diminuição considerável das operações ofensivas contra a tropa portuguesa a partir de Janeiro de 1964.⁹² Os insucessos no plano militar geraram dentro da FNLA forte oposição à liderança de Holden Roberto, particularmente do PDA (Partido Democrático de Angola), organização que juntamente com a UPA compunha a FNLA, e que em Março de 1964 ameaçou abandonar a frente unida.⁹³ Por parte do sector dos intelectuais, representado na UNEA (União Nacional dos Estudantes de Angola),⁹⁴ também se moveram duras críticas à liderança de Holden. Jorge Valentim,⁹⁵ Presidente da UNEA, declarou que após três anos de guerra sem resultados positivos, seria necessário alterar radicalmente a estratégia, intensificando a pressão contra o colonialismo português através da abertura de uma segunda frente no leste de Angola.⁹⁶

O elemento agregador desta oposição era o Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, Jonas Savimbi, que responsabilizava a chefia política pelo falhanço da luta de libertação, apontando como principais causas do insucesso a sua política de “tribalismo”

⁸⁹ ANTT/ SCCIA/ Livro 120/ Relatório de Situação Nº95/ 23JAN64 a 29JAN64, 1964: 18.

⁹⁰ ANTT/ SCCIA/ Livro 120/ Relatório de Situação Nº95/ 23JAN64 a 29JAN64, 1964: 8; ANTT/ SCCIA/ Livro 121/ Relatório de Situação Nº108/ 30ABR64 a 6MAI64, 1964: 18.

⁹¹ ANTT/ SCCIA/ Livro 120/ Relatório de Situação Nº95/ 23JAN64 a 29JAN64, 1964: 18.

⁹² ANTT/ SCCIA/ Livro 121/ Relatório de Situação Nº104/ 2ABR64 a 9ABR64, 1964: 10-11.

⁹³ ANTT/ SCCIA/ Livro 121/ Relatório de Situação Nº104/ 2ABR64 a 9ABR64, 1964: 10.

⁹⁴ A UNEA foi uma organização estudantil de cariz anticolonial fundada por Jonas Savimbi em 1961, em Lausana, na Suíça. A partir de 1964, a organização passou a refletir as clivagens que se viviam dentro do GRAE, entre a facção pró-Holden, com delegação nos EUA, e a facção pró-Savimbi, centralizada nas delegações da UNEA na Suíça e na Holanda. ANTT/ SCCIA/ Livro 132/ Relatório de Situação Nº210/ 13ABR66 a 20ABR66, 1966: 10.

⁹⁵ Jorge Alicerces Valentim (1937), natural do Lobito, estudou na Universidade Vrije de Bruxelas, onde desenvolveu iniciativas políticas de apoio à causa independentista – entre elas como presidente da UNEA e editor principal do jornal *Basta*. Integrou a UNITA em 1966, e tornou-se um dos membros mais relevantes da organização no exílio, onde desenvolveu atividades de divulgação da causa anticolonial do Galo Negro. UNITA, *The UNITA Leadership* (Jamba, UNITA, 1990): 73.

⁹⁶ ANTT/ SCCIA/ Livro 121/ Relatório de Situação Nº105/ 9ABR64 a 16ABR64, 1964: 8; ANTT/ SCCIA/ Livro 121/ Relatório de Situação Nº104/ 2ABR64 a 8ABR64, 1964: 8.

e “despotismo”.⁹⁷ Tal como Valentim, Savimbi mostrava-se adepto de uma estratégia de intensificação da guerra no interior de Angola, principalmente através da abertura de uma segunda frente que a FNLA se demonstrava impotente em realizar.⁹⁸ Os Serviços de Informação Militar consideraram-no a figura capaz de substituir Holden Roberto: “[Savimbi] dispõe de meios suficientes dentro da FNLA para, se bem aproveitados e com oportunidade, tomar conta do poder.”⁹⁹

As tentativas de diversificação das fontes de apoio externo também contribuíram para a crescente cisão entre Savimbi e Holden. No primeiro trimestre de 1964, o líder da FNLA conseguiu estabelecer relações com a República Popular da China, com promessas de receber importante ajuda financeira e material.¹⁰⁰ Savimbi assumiu mais tarde a responsabilidade em ter pressionado Holden a entrar em contacto com Pequim.¹⁰¹ No entanto, documentação coeva do Ministério da Defesa português sugere que se opôs publicamente à nova ligação chinesa da FNLA.¹⁰² Esta oposição pode ter surgido do contexto da rivalidade interna entre Savimbi e Viriato da Cruz, o histórico fundador e dissidente do MPLA que aderiu à FNLA no início de 1964 e que, como adepto maoísta, era a favor de fortes relações com a China continental.¹⁰³

O ministro do GRAE, por sua vez, procurou apoio no Leste Europeu, através de diversos contatos com as embaixadas Soviética, da Alemanha de Leste e Checoslovaca no Cairo que culminaram, em Abril de 1964, numa visita às respetivas capitais europeias. Savimbi empreendeu esta ofensiva diplomática num estatuto ambíguo: não era claro se representava a FNLA ou a si próprio, como líder da facção da oposição dentro do movimento. Telepneva e Fonseca sugerem o último e mostram como Savimbi promoveu a ideia de que era o homem capaz de colmatar as diferenças entre o MPLA e a FNLA criando uma frente comum – o que incluiu uma visita conjunta com Agostinho Neto a

⁹⁷ ANTT/ SCCIA/ Livro 123/ Relatório de Situação N°123/ 13AGO64 a 19AGO64, 1964: 8.

⁹⁸ ANTT/ SCCIA/ Livro 121/ Relatório de Situação N°106/ 16ABR64 a 22ABR64, 1964: 8.

⁹⁹ ANTT/ SCCIA/ Livro 124/ Relatório de Situação N°131/ 8OUT64 a 14OUT64, 1964: 10.

¹⁰⁰ ANTT/ SCCIA/ Livro 120/ Relatório de Situação N°93/ 8JAN64 a 15JAN64, 1964: 20; ANTT/ SCCIA/ Livro 120/ Relatório de Situação N°95/ 23JAN64 a 29JAN64, 1964: 9; ANTT/ SCCIA/ Livro 120/ Relatório de Situação N°97/ 6FEV64 a 12FEV64, 1964: 18.

¹⁰¹ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 59.

¹⁰² ADN/SGDN/Caixa 4345/Pasta 4A/ Proc. 940, 117; *Correspondência Secretário Adjunto da Defesa Nacional*, 1964: 2.

¹⁰³ João Paulo Nganga, *O Pai do Nacionalismo Angolano – As Memórias de Holden Roberto (1923-1974)* (São Paulo, Parma, 2008): 177.

Moscovo, numa tentativa falhada em materializar a referida frente.¹⁰⁴ Numa entrevista ao jornalista britânico Mike Marshment, em 1966, Savimbi recordou a digressão e declarou que os países do Bloco de Leste não estavam interessados em “novas experiências em Angola”, mas apenas em recrutar novos membros para o MPLA. De acordo com o líder da UNITA, o pré-requisito de integração na organização de Neto, em troca de ajuda financeira, treino militar e educação política, foi rejeitado. A experiência negativa na “Outra Europa”¹⁰⁵ abriu a porta à alternativa do “Outro Leste”, onde Savimbi afirmou ter encontrado “real understanding, because the Chinese knew what was correct”.¹⁰⁶ Apesar desta rejeição, os relatórios da PIDE sugerem um curto episódio de colaboração com a RDA em 1968, momento em que a UNITA recebeu apoio financeiro através da missão diplomática da Alemanha de Leste em Lusaka.¹⁰⁷

A 16 Julho de 1964, durante a reunião da OUA (Organização da Unidade Africana) no Cairo, numa medida de saneamento da oposição contra a sua liderança, Holden demitiu Savimbi do cargo de Ministro do GRAE.¹⁰⁸ Savimbi, por outro lado, afirmou ter sido ele a demitir-se.¹⁰⁹ Imediatamente o núcleo duro da facção “Savimbista”, constituído por estudantes da UNEA e guerrilheiros oriundos do sul de Angola, mobilizou-se para criar, sem sucesso, um novo movimento, o PARA (Partido de Acção Revolucionária Angolano). Este insucesso deveu-se, principalmente, ao facto de Savimbi ter sido incapaz de atrair para o novo projeto político militantes da UPA/FNLA em número suficiente. A oposição a Holden não se declarava inteiramente favorável a uma solução que implicasse a rutura total com a organização, mas antes a uma que visasse a

¹⁰⁴ Natalia Telepneva, “Our Sacred Duty: The Soviet Union, the Liberation Movements in the Portuguese Colonies, and the Cold War (1961-1975)” (PhD Thesis, London, The London School of Economics, 2014): 114-119; Helder Adegar Fonseca, “Choosing Eastern Partners: The First Phase of the ‘Angolan Revolution’ (1960-1963)” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s* (Berlin, De Gruyter, 2023): 53-54.

¹⁰⁵ Ver Jacques Rupnik, *The Other Europe: The Rise and Fall of Communism in East-Central Europe* (New York, Schocken, 1989).

¹⁰⁶ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ Kwacha – Angola: *Special Edition*, 1972: 15.

¹⁰⁷ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Processo C.1.UNITA/Vol.1/ NT9093/ *Zâmbia: Actividades da UNITA/2274-68*, 1968: 193.

¹⁰⁸ ANTT/ SCCIA/ Livro 123/ Relatório de Situação N°119/ 16JUL64 a 2JUL64, 1964: 9.

¹⁰⁹ Savimbi estabeleceu na sua carta de demissão seis problemas centrais que assolavam a Revolução Angolana: “1) Ausência de apoio às tropas no interior de Angola. 2) Não realização da unidade entre os movimentos de nacionalistas. 3) Mudança na intervenção dos países limítrofes de Angola. 4) Falta de programa e realização dum congresso com todas as forças vivas de Angola. 5) Perigo do neocolonialismo que ameaça a parte austral de África. 6) Ineficácia do Governo Angolano no Exílio.” João Paulo Nganga, *O Pai do Nacionalismo Angolano – As Memórias de Holden Roberto (1923-1974)* (São Paulo, Parma, 2008): 178-179.

substituição da liderança por Savimbi, devido a uma crença generalizada que não poderiam resistir formando um novo partido.¹¹⁰

Porém, as hesitações desta oposição em abandonar definitivamente UPA/FNLA alteraram-se radicalmente com as ações tomadas por Holden Roberto em Agosto de 1964, quando ordenou a prisão de todos os guerrilheiros Ovimbundos na base do Kinkuzu, o que incluiu o Chefe do Estado Maior do ELNA, José Kalundungo.¹¹¹ A onda de prisões terá sido justificada pelo rumor de um suposto plano de assassinar Holden, organizado por Savimbi, Kalundungo e Liahuca.¹¹² A intenção por detrás desta ação punitiva baseada em critérios étnicos, seria a de purgar a base da organização de potenciais elementos simpatizantes da causa “Savimbista”. No entanto, esta repressão inflamou uma segunda revolta no Kinkuzu a 10 de Agosto, que resultou na destruição parcial da base, e que obrigou à intervenção do Exército Congolês para controlar os revoltosos.¹¹³ Este foi um evento catalisador da cisão da UPA/FNLA, com a deserção de vários militantes, e a demissão de figuras importantes do movimento como José Kalundungo, e o chefe do SARA, José Liahuca.¹¹⁴ Com a sua posição reforçada, Jonas Savimbi¹¹⁵ absorveu esta cisão, e lançou uma ofensiva diplomática de aproximação junto das organizações que colaboravam com a UPA, como o PDA, a UNA (União Nacional de Angola) e a ATECAR.¹¹⁶

Neste contexto, o MPLA tentou capitalizar ao máximo das dissidências no seio da FNLA ao tentar convencer os elementos “Savimbistas” a ingressarem nas suas fileiras. Para este efeito, em Novembro de 1964 em Brazzaville, Agostinho Neto e Daniel Chipenda reuniram-se com Jonas Savimbi e o José Liahuca.¹¹⁷ Apesar de não se conhecerem os detalhes do processo negocial, conhece-se o resultado político desta

¹¹⁰ ANTT/ SCCIA/ Livro 123/ Relatório de Situação Nº123/ 13AGO64 a 19AGO64, 1964: 9.

¹¹¹ ANTT/ SCCIA/ Livro 123/ Relatório de Situação Nº123/ 13AGO64 a 19AGO64, 1964: 23; João Paulo Nganga, *O Pai do Nacionalismo Angolano – As Memórias de Holden Roberto (1923-1974)* (São Paulo, Parma, 2008): 182.

¹¹² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 16.12/NT 2122/ *Holden Roberto*, 1964: 70.

¹¹³ ANTT/ SCCIA/ Livro 123/ Relatório de Situação Nº123/ 13AGO64 a 19AGO64, 1964: 23.

¹¹⁴ ANTT/ SCCIA/ Livro 123/ Relatório de Situação Nº122/ 6AGO64 a 12AGO64, 1964: 7.

¹¹⁵ De acordo com Gordon Winter, jornalista britânico que operou como informante para os Serviços Secretos Sul Africanos (BOSS), Jonas Savimbi, logo após a cisão do GRAE, foi recrutado como operativo da CIA a partir da embaixada norte americana em Lusaka. Contudo, Winter não apresenta nenhuma referência que sustente tal sugestão. Gordon Winter, *Inside BOSS: South Africa's Secret Police* (London, Penguin, 1981): 540-541.

¹¹⁶ ANTT/ SCCIA/ Livro 123/ Relatório de Situação Nº123/ 13AGO64 a 19AGO64, 1964: 10.

¹¹⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.24.A/27/NT 1843/Processo Individual: *Alexandre Pedro Magno*, 1968: 16.

reunião: Savimbi recusou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas comprometeu-se em colaborar com o MPLA mantendo um considerável grau de autonomia. Este tipo de aproximação ao MPLA teve antecedentes em Savimbi, que durante o seu exílio na Suíça já havia encetado correspondência com Viriato da Cruz, da qual resultou, inclusivamente, o envio de um cartão de militante deste movimento.¹¹⁸

Da conferência realizada em Brazzaville em finais 1964 nasceu uma nova organização, o embrião de um terceiro movimento: os Amigos do Manifesto de Angola (AMANGOLA). O diretório político era composto por futuros membros da UNITA que desempenhariam um papel relevante na sua fundação e na realização das primeiras operações de guerrilha no interior.¹¹⁹ É de realçar o facto da AMANGOLA não ter apresentado a pretensão de ser um movimento de libertação ou um partido político, mas antes uma associação de “desmembrados da UPA” que acusaram Holden Roberto de liderar “um bando de assassinos.”¹²⁰ O manifesto publicado por este movimento a 11 de Dezembro de 1964, fez uma exposição incipiente dos moldes em que tencionou combater o colonialismo português.¹²¹ Por outro lado, denunciou veementemente o que considerou serem ações “antipatrióticas”, “ambiciosas” e “divisionistas” por parte da UPA, nas quais se incluem os ataques a quadros militares do MPLA.¹²² Uma ideia transparece neste manifesto, que mais tarde acompanhou de forma recorrente o discurso político-diplomático da UNITA: o tema da unidade nacional e a urgência da criação de uma frente comum contra o colonialismo português.¹²³

Savimbi, na sua crítica a Holden, exibiu uma das marcas que veio a caracterizar o seu pensamento em relação à forma ideal de luta armada: a de que uma guerrilha com uma liderança político-militar exclusivamente no exílio estaria condenada a fracassar.¹²⁴ Noção que era partilhada pelos seus colaboradores: “É do interior que virá a salvação.

¹¹⁸ Lúcio Lara, *Itinerário do MPLA através de Documentos e Anotações de Lúcio Lara: Um Amplo Movimento* – Vol.I (Até Fev. 1961) (Luanda, Associação Tchiweka de Documentação, 2017): 461-475.

¹¹⁹ Destacam-se os nomes de Alexandre Pedro Magno, Jacob Hossi Inácio, Samuel Civala e José Kalundungo.

¹²⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.24.A/27/NT 1843/Processo Individual: *Alexandre Pedro Magno*, 1968: 15-16.

¹²¹ ANTT/PIDE-DGS/Serviço Central/SR/ Processo 128/65/NT 3446/ Processo Individual: *José Samuel Chiwale*, 1971: 82.

¹²² ANTT/PIDE-DGS/Serviço Central/SR/ Processo 128/65/NT 3446/ Processo Individual: *José Samuel Chiwale*, 1971: 82.

¹²³ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 72/ *Basta: Confia em ti mesmo antes de esperar pelo Próximo*, 1965: 13.

¹²⁴ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 0438.002.013/ *Why we Quitted the UPA and the GRAE of Mr.Holden Roberto*, 1965: 1.

Temos de ir combater com o Povo.”¹²⁵ Em 1965, num artigo escrito no jornal *Basta*, dirigido por Jorge Valentim, Savimbi expôs o que seriam as fragilidades do nacionalismo angolano, onde estabeleceu uma ligação entre o nascimento de partidos no exílio e a “doença” da falta de unidade. Apresentou, como solução, a criação de uma “Frente mais larga que compreenderia todas as forças angolanas capazes de oferecer uma resistência contínua à dominação colonial”.¹²⁶

Numa entrevista em 1983, Savimbi esclareceu as principais causas que o levaram a abandonar a UPA: “Saímos em 1964 por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar porque Holden Roberto achava que os dirigentes da Frente deviam estar no estrangeiro e nós pensávamos que o seu lugar era no interior de Angola, em contacto com o povo e com as realidades. A segunda razão tinha que ver com a própria guerra. Nós pensávamos que só poderíamos compreender a dinâmica político-militar, de modo a estender a guerra para lá do cantinho onde ela estava confinada, no Norte. Também nos parecia indispensável que os quadros militares tivessem uma preparação adequada, mas o presidente Holden Roberto não os autorizava a partir para a Tunísia ou para a Argélia, onde podiam formar-se.”¹²⁷

Outra das acusações focava-se no que seriam as tendências autoritárias de Holden e na instrumentalização do GRAE para seu enriquecimento pessoal. Entre as denúncias de corrupção financeira, falta de empenho na luta contra o colonialismo, e ofensivas arbitrarias contra o MPLA, Savimbi acusou Holden de tribalismo por promover atos de limpeza étnica: “We cite also the case of hundreds of innocent Angolans who were massacred by the agents of Holden Roberto in North Angola. Their crime was that they did not belong to the Mukongo ethnic-group to which Holden belonged.”¹²⁸

Na perspetiva dos serviços de informação portugueses, a PIDE resumiu taxativamente a AMANGOLA como: “(...) um arranjo provisório de curta duração estabelecido entre Agostinho Neto do MPLA e Jonas Savimbi.”¹²⁹ Na realidade esta

¹²⁵ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 60/ Angola 66, Fevereiro, 1966: 15.

¹²⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 72/ *Basta: Confia em ti mesmo antes de esperar pelo Próximo*, 1965: 23.

¹²⁷ Esteves B.I. Pena, *Primeiro o Angolano, Segundo o Angolano... Angolano Sempre: Os Discursos do Dr. Jonas Malheiro Savimbi* (Lisboa, GEPMI, 2019): 103.

¹²⁸ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 0438.002.013/ *Why we Quitted the UPA and the GRAE of Mr. Holden Roberto*, 1965: 3.

¹²⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.24.A/27/NT 1843/Processo Individual: *Alexandre Pedro Magno*, 1968: 16.

organização refletiu bem o espírito de colaboração sem subordinação: os dissidentes da UPA encontravam-se para efeitos de manutenção na dependência do MPLA, mas nada faziam sem o consentimento de Savimbi.¹³⁰

Numa primeira fase, que podemos considerar aproximadamente entre finais de 1964 e meados de 1965, a dinâmica de relações no quadro do compromisso MPLA-AMANGOLA, não só foi cordial como foi colaborativa no plano militar. O enquadramento colaborativo permitiu aos militantes da AMANGOLA as primeiras oportunidades de formação militar e política no estrangeiro, através da rede de apoio transnacional que o MPLA dispunha. Numa primeira fase, em Dezembro de 1964, o movimento de Agostinho Neto enviou para Argel três membros da organização de Savimbi para frequentar um curso militar de duração de três meses. Para este efeito, o MPLA não só financiou a operação, como fez pressão política junto do governo de Brazzaville para que fosse emitida a documentação necessária para a viagem do pequeno grupo à Argélia.¹³¹ Numa segunda fase, assistiu-se a uma massificação da formação militar da facção Savimbista. Relatórios da PIDE sugerem que em finais de Abril de 1965, noventa e sete dissidentes da UPA afetos a Savimbi na Zâmbia foram transportados por camiões da FRELIMO de Livingstone para a Tanzânia. Parte recebeu treino militar num campo da FRELIMO orientado por técnicos chineses e outra fez formação em assuntos político-administrativos, sob a orientação desses técnicos e do próprio Savimbi. O objetivo final desta campanha de formação seria a da realização efetiva duma frente comum entre os Savimbistas e o MPLA no leste de Angola.¹³²

Se no plano militar as relações entre as duas organizações foram colaborativas, o mesmo não se podia dizer na dimensão política, onde as clivagens eram claras. Savimbi acusava os dirigentes do MPLA de possuírem um certo sentido de superioridade, ao declararem que apenas aquele movimento teria a capacidade para dirigir a luta de libertação e liderar a futura Angola independente. A crítica baseava-se no que seria a promoção do “mestiço” na direção do MPLA, e o seu sentido de oportunismo “por ocupar lugares de destaque do movimento e prever que a actual constituição será a mesma que

¹³⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.24.A/27/NT 1843/ *Actividades da UNITA na Zâmbia e Leste e Sudeste da Província conhecidas através dos Depoimentos dos Detidos Jacob Hossi Inácio e Vieira Elambo*, 1967: 50.

¹³¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.24.A/27/NT 1843/ *Actividades da UNITA na Zâmbia e Leste e Sudeste da Província conhecidas através dos Depoimentos dos Detidos Jacob Hossi Inácio e Vieira Elambo*, 1967: 50.

¹³² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ *Actividades do Inimigo: Zâmbia*, 1965: 669.

amanhã dirigirá o povo.”¹³³ Correspondência privada entre os militantes da AMANGOLA reflete também particular hostilidade às ligações do MPLA com a União Soviética, como ilustra o exemplo de Alexandre Magno, que acusou Agostinho Neto de “ser muito rico” depois de “vender Angola aos russos”.¹³⁴

Savimbi conseguiu também estabelecer ligações de apoio externas fora da rede de influência do MPLA, que desempenharam um papel crucial na consolidação da trajetória autónoma para a criação do terceiro grande movimento de libertação angolano. Meses antes de Che Guevara oferecer os seus serviços de guerrilha à Rebelião Simba no Congo,¹³⁵ Savimbi conseguiu um encontro com o revolucionário argentino através de contatos com o presidente argelino Ben Bella. Existem algumas divergências quanto à data desta reunião. John Marcum sugere que o encontro ocorreu após Savimbi deixar a FNLA, em Julho de 1964.¹³⁶ Por outro lado, Fred Brigland afirma que ocorreu antes da expulsão, em Janeiro de 1964. A biografia de Brigland do líder guerrilheiro angolano, publicada no auge da intervenção externa do “imperialismo Russo-Cubano”¹³⁷ na Guerra Civil, em 1986, baseia-se principalmente em entrevistas dadas pelo presidente da UNITA. O retrato do encontro montado pelo autor enquadra-se neste contexto histórico posterior, ao retratar Savimbi dominando o encontro com Guevara, argumentando que a imposição de fórmulas estrangeiras de revolução em Angola não era diferente do colonialismo tradicional.¹³⁸ O contato com Guevara pode ter tido importantes repercussões. No final de 1966, durante os primeiros estágios da luta armada da UNITA, relatórios dos serviços de informação portugueses fazem referência a uma entrega única de armas do governo cubano à jovem organização.¹³⁹

As primeiras ligações com a República Popular da China representaram um marco na tentativa da AMANGOLA em transformar-se numa força relevante na competitiva e sobrelotada arena anticolonial angolana. Os contactos iniciais pedindo apoio foram feitos

¹³³ ANTT/ SCCIA/ Livro 126/ Relatório de Situação Nº145/ 14JAN65 a 20JAN65, 1965: 9.

¹³⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.24.A/27/NT 1843/Processo Individual: *Alexandre Pedro Magno*, 1968: 17.

¹³⁵ Ver Roger Anstey, “The Congo Rebellion”, *The World Today*, 21, (4), 1965: 169-176.

¹³⁶ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 161.

¹³⁷ Jonas Savimbi, *Quo Vadis Angola Nossa* (Paris, UNITA, 1978): 5.

¹³⁸ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 60-61.

¹³⁹ De uma pesquisa exaustiva realizada nos Relatórios Semanais de Situação Militar, entre Janeiro de 1962 e Abril de 1974, transpareceu apenas uma breve menção ao apoio cubano: “A UNITA recebeu cinco toneladas de material de guerra, vindo de Cuba e oferecido por Fidel Castro a Savimbi.” ANTT/ SCCIA/ Livro 134/ Relatório de Situação Nº241/ 16NOV66 a 23NOV66, 1966: 26.

através da embaixada chinesa em Dar-es-Salaam.¹⁴⁰ Apesar de alguma apreensão inicial, fruto da oposição anterior de Savimbi dentro da FNLA à política de aproximação com Pequim, as autoridades chinesas concordaram em treinar militantes da AMANGOLA.¹⁴¹

Simultaneamente ao comprometimento com Agostinho Neto,¹⁴² em Março de 1965, Savimbi enviou para formação na Academia Militar de Nanquim dois grupos: um proveniente de Brazzaville (Jacob Hossi Inácio, Samuel Civala e José Kalundungo) e outro de Lusaka (Samuel Chiwale, Isaías Massumba, Francisco Banda, Nicolau Biangu, Jeremias Chinhundo, David Chinguji, Moisés Paulo e Manuel Johni).¹⁴³ Batizado de os “Chineses Negros”,¹⁴⁴ este grupo de onze militantes constituiu o núcleo duro dos comandantes da guerrilha da UNITA durante a Guerra de Independência de Angola.

A SWAPO desempenhou um papel fundamental na execução da viagem, permitindo que os elementos do grupo viajassem como membros da organização independentista da Namíbia. A manobra de camuflagem de identidade foi implementada pelo representante da SWAPO na Tanzânia, Peter Nanhemba, como uma medida de contraespionagem para disfarçar as reais intenções da AMANGOLA de outras organizações nacionalistas angolanas rivais e da PIDE-DGS. Os militantes foram informados por Savimbi que viajariam para Cuba para instrução militar, e só souberam do destino concreto já dentro do avião que os levaria de Dar-es-Salaam para a República Popular da China via Paquistão.¹⁴⁵

Uma interpretação que se pode fazer destes acontecimentos é que o envio em segredo do grupo dos onze para a China foi uma manobra intencional de Savimbi para a criação de um terceiro movimento soberano sem o conhecimento da liderança do MPLA.

¹⁴⁰ Stephen L. Weigert, *Angola – A Modern Military History, 1961-2002* (New York, Palgrave Macmillan, 2011): 27.

¹⁴¹ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 160.

¹⁴² Jacob Hossi Inácio referiu no seu auto da PIDE que, para além de Savimbi ter empreendido esta viagem à China sem conhecimento de Agostinho Neto, utilizou fundos disponibilizados pelo MPLA para financiar a formação dos militantes da AMANGOLA em Nanquim. ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.1/ NT 7444-7448/*Resumo das Declarações de Jacob Hossi Inácio*, 1967: 36.

¹⁴³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.24.A/27/NT 1843/ *Actividades da UNITA na Zâmbia e Leste e Sudeste da Província conhecidas através dos Depoimentos dos Detidos Jacob Hossi Inácio e Vieira Elambo*, 1967: 51; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Assunto: UNITA*, 1966: 426.

¹⁴⁴ Alcinha dada aos comandantes da UNITA pelo jornalista austríaco Franz Sitte, que visitou as áreas operacionais da guerrilha do Galo Negro nas matas de Angola em 1971, e relatou a adoção de princípios Maoistas. ATD/ Arquivo Lúcio Lara/ C0124.003.033/ *With the 'Black Chinese' in Angola*, 1971: 1; Ver Anexos, Figura 20.

¹⁴⁵ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 63, 75.

A aproximação a Agostinho Neto e a criação da AMANGOLA seriam nesta perspectiva uma tática para ganhar tempo e recursos, até surgir a oportunidade para escapar de forma definitiva à esfera de influência do MPLA. Esta linha de pensamento é partilhada pelo historiador Carlos Pacheco: “Intrinsecamente, o que Savimbi procurava com todos estes avanços e recuos era ganhar tempo, arregimentar forças e chamar para o seu lado os militantes do sul (...)”¹⁴⁶

Chiwale refere que aquando do seu primeiro encontro com Savimbi em Janeiro de 1965, foi-lhe apresentada pela primeira vez a ideia de criar uma alternativa à UPA e ao MPLA, e a necessidade urgente de alterar a estratégia de luta contra o colonialismo português, através da criação de uma força política cujos líderes se fixassem no interior do Angola.¹⁴⁷ Ou seja, pouco tempo depois da conferência de Novembro de 1964 com Agostinho Neto na qual se comprometeu a colaborar com o MPLA, Savimbi tentou deliberadamente mobilizar, recrutar e formar ativos militares no estrangeiro para a realização de um novo movimento libertação.

Este é um episódio completamente esquecido na história oficial da génese da UNITA. Chiwale e Brigland não referem em nenhum momento a existência da AMANGOLA ou a proximidade de Savimbi ao MPLA. No caso de Chiwale é extremamente improvável que não tivesse consciência da existência desta organização, não só pelo facto de ter sido recrutado pelo seu dirigente em inícios de 1965, mas também por mais tarde ter integrado o grupo que seguiu para a China com quatro membros do seu diretório político. O que leva a crer que nas suas memórias, Chiwale tenha omitido este episódio, com o propósito de apresentar uma narrativa sobre a origem da fundação da UNITA completamente autónoma e desligada da história do MPLA.

Efetivamente, o fim da dependência em relação ao MPLA e a autonomização do processo que daria génese ao terceiro grande movimento de libertação em Angola acabou por acontecer através de uma rutura. Em Julho de 1965 assistiu-se a uma profunda deterioração das relações entre Neto e Savimbi. A AMANGOLA anunciou num comunicado o fim da colaboração por existir pressão para a integração total dos militantes desta organização na estrutura do MPLA na Zâmbia. A integração foi recusada por não representar uma solução para os problemas gerais do “nacionalismo angolano”, solução

¹⁴⁶ Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva, Vol. I* (Lisboa, Nova Vega, 2016): 264.

¹⁴⁷ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 57-58.

que residia na “unidade”.¹⁴⁸ Apesar da separação ter sido feita na retórica da AMANGOLA na “maior cordialidade”, militantes de ambos os movimentos envolveram-se em cenas de pancadaria na Zâmbia.¹⁴⁹ Já o MPLA, emitiu um comunicado aos seus militantes onde referiu que após o grupo de Savimbi ter efetuado “propaganda anti-MPLA entre os nosso compatriotas residentes na Zâmbia”, foi decidido cessar todas as relações com a AMANGOLA.¹⁵⁰ Jacob Hossi Inácio,¹⁵¹ comandante da UNITA capturado pela PIDE, apresentou no seu depoimento a sua versão dos acontecimentos: Agostinho Neto verificou que Savimbi estava a trabalhar exclusivamente para si, e expulsou-o.¹⁵² De facto, desde inícios de 1965 os Serviços de Informação Militar previam que, fruto das suas ambições pessoais, Savimbi não se conformaria com um papel secundário no enquadramento da aliança com Agostinho Neto.¹⁵³

Em Novembro de 1965, durante o Congresso da UNEA nos Estados Unidos, associação de estudantes angolanos que apoiava abertamente a AMANGOLA, considerou-se que o GRAE e o MPLA tinham-se revelado ineficazes na luta contra o colonialismo português.¹⁵⁴ Jorge Valentim afirmou que a única solução passava por uma reorganização das “forças da luta” numa terceira formação política de carácter nacional, empenhada em desenvolver ações revolucionárias no interior de Angola, e que Savimbi

¹⁴⁸ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 72/ *Basta: Confia em ti mesmo antes de esperar pelo Próximo*, 1965: 21.

¹⁴⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.24.A/27/NT 1843/Processo Individual: *Alexandre Pedro Magno*, 1968: 17.

¹⁵⁰ ATD/ Arquivo Lúcio Lara/ C0075.000.001.001/ *Comunicado aos Militantes do MPLA*, 1965: 1.

¹⁵¹ Jacob Hossi Inácio nasceu a 27 de Novembro de 1942, no Andulo, província do Bié. Em Janeiro de 1964 abandonou o emprego de condutor de locomotivas no Caminho de Ferro de Benguela, em Teixeira de Sousa, e atravessou a fronteira para a República Democrática do Congo, onde aderiu à UPA. Através do contacto com Tomás Fuca abandonou a UPA e juntou-se à FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) e estabeleceu-se em Brazzaville. Em Agosto de 1964, Savimbi recrutou Inácio para a AMANGOLA, com a promessa de uma futura bolsa de agronomia na Suíça. Seguiu primeiramente para um curso militar na Argélia e integrou o grupo dos onze para a República Popular da China em Março de 1965. Em Abril de 1966, Savimbi encarregou-o de infiltrar um grupo de guerrilheiros da UNITA pela fronteira sul de Angola via Botswana e Namíbia. Foi capturado pelas autoridades coloniais no Posto Administrativo de Dima, no Cuando Cubango. ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.1/ NT 7444-7448/*Resumo das Declarações de Jacob Hossi Inácio*, 1967: 35-38.

¹⁵² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.24.A/27/NT 1843/ *Actividades da UNITA na Zâmbia e Leste e Sudeste da Província conhecidas através dos Depoimentos dos Detidos Jacob Hossi Inácio e Vieira Elambo*, 1967: 51.

¹⁵³ ANTT/ SCCIA/ Livro 126/ Relatório de Situação N°145/ 14JAN65 a 20JAN65, 1965: 10.

¹⁵⁴ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 60/ *Angola 66, Fevereiro*, 1966: 27.

era o homem indicado para a liderar.¹⁵⁵ A necessidade de um impulso unificador foi, mais uma vez, um argumento convocado para a urgência na criação de um terceiro movimento que lutasse “incansavelmente para a formação de uma Frente Unida de todas as forças revolucionárias de Angola”.¹⁵⁶

É plausível que as razões para o termo da colaboração entre o MPLA-AMANGOLA se encontram na natureza contraditória da vontade dos dois projetos: por um lado, o desejo de Savimbi em prosseguir uma trajetória autónoma e, por outro, a intenção de Neto em integrar por completo nas suas fileiras as dissidências ocorridas no seio da UPA/FNLA em 1964.

Se seguirmos a linha interpretativa exposta acima, torna-se claro que ao longo do ano de 1965, Jonas Savimbi tem em curso duas operações distintas, mas com objetivos confluentes. Uma primeira operação, à superfície, materializada nos Amigos do Manifesto de Angola, através da qual recebe diversos apoios do MPLA e manifesta a aparente intenção de colaborar com esta organização. É uma segunda operação clandestina de criação de um terceiro movimento soberano, que foi posta em marcha de forma inequívoca com o envio em segredo dos onze elementos sob a identidade da SWAPO para a China, que mais tarde constituem o núcleo duro da guerrilha da UNITA no interior de Angola.

A génese de um terceiro grande movimento de libertação nesta altura tornou-se inevitável por duas razões. A primeira prende-se com a incapacidade da UPA/FNLA em representar adequadamente os anseios de representatividade política anticolonial dos seus militantes do centro e leste de Angola. Isto é demonstrado pelo mau estar no seio da FNLA, pela cisão provocada por Savimbi no GRAE, e pela facilidade em atrair para AMANGOLA diversos militantes da organização de Holden Roberto. A segunda razão relaciona-se com a incapacidade do MPLA em 1965, de absorver e acomodar estas dissidências na sua organização de forma definitiva, dando azo à abertura de uma terceira trajetória que se materializou numa organização independentista angolana distinta, a UNITA.

¹⁵⁵ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 60/ *Angola 66, Fevereiro, 1966*: 4, 29-30.

¹⁵⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 60/ *Angola 66, Fevereiro, 1966*: 15.

3 – Os “Chineses Negros”: De Nanquim a Lusaka

A experiência formativa chinesa vivida pelo grupo dos onze¹⁵⁷ na Academia Militar de Nanquim teve longas repercussões nos moldes da luta armada que a UNITA desenvolveu contra o colonialismo português. Durante a década de 60, a política externa da República Popular da China tinha uma doutrina clara para o continente africano: apresentar-se como o patrono dos movimentos de libertação, exportando a sua experiência revolucionária camponesa como o modelo ideal para as realidades materiais das sociedades coloniais africanas na luta pela independência. Tinha uma orientação marcadamente anti-imperialista, anti-americana e anti-soviética, com uma grande ênfase no potencial revolucionário do mundo rural e na centralidade do seu papel a desempenhar na libertação de África.¹⁵⁸ Na verdade, era uma política externa que para além da forte componente anticolonial, refletia essencialmente a rivalidade RPC-URSS saída da rutura Sino-Soviética de 1960.¹⁵⁹ Aliás, as consequências divisionistas da internacionalização desta rivalidade tiveram influência no seio do MPLA em 1963, nos diferendos internos entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz.¹⁶⁰

No que respeita ao apoio oferecido aos movimentos de libertação do Império Português, a China atravessou duas fases que são identificadas por Steven F. Jackson: uma primeira fase (1961-1963), na qual o apoio não teve preferência nem pelo MPLA nem pela UPA, mas de oferta reduzida e essencialmente a nível retórico no campo da propaganda e da diplomacia; e uma segunda fase (1963-1969), mais comprometida e que a nível regional se centrou no apoio a grupos minoritários que demonstrassem potencial em desafiar a influência soviética, que no caso de Moçambique se traduziu na estagnação das relações com a FRELIMO e no aumento do apoio ao COREMO, e, no caso de Angola, materializou-se numa ajuda limitada à UNITA.¹⁶¹

¹⁵⁷ Ver Anexos, Figura 1.

¹⁵⁸ Bruce D. Larkin, *China and Africa (1949-1970)* (Berkeley, University of California Press, 1973): 148-193; Julia Lovell, *Maoism: A Global History* (New York, Vintage, 2019): 185-222.

¹⁵⁹ Jeremy Friedman, *Shadow Cold War: The Sino-Soviet Competition for the Third World* (Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2015): 1-24; Odd Arne Westad, *The Global Cold War* (Cambridge, Cambridge University Press, 2005): 160-170, 207-249.

¹⁶⁰ Jean-Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 152-164.

¹⁶¹ Steven F. Jackson, “China’s Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique (1961-1993)”, *The China Quarterly*, 142, 1995: 393-400.

Em Março de 1965 o grupo dos onze partiu para a China com destino à Academia Militar de Nanquim, onde ingressaram num curso de guerrilha de duração de seis meses. Na chegada a Pequim o grupo foi recebido cerimoniosamente pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Marechal Chen Yi. Da capital chinesa, a classe dos onze viajou para a cidade de Nanquim, onde foram recebidos com um banquete oficial, que incluía a presença de vários representantes do Partido Comunista, membros do corpo docente da Universidade de Nanquim, e oficiais de alta patente do Exército de Libertação Popular.¹⁶² Em claro contraste com o tom racista da sociedade colonial angolana, a demonstração de hospitalidade chinesa impressionou marcadamente o grupo, como atestam as memórias de Chiwale: “Estes encontros e a maneira como éramos recebidos marcaram-nos profundamente: para quem vinha de Angola, onde éramos submetidos a graves humilhações baseadas na ideia de sermos inferiores perante os outros seres humanos, a forma como os chineses nos tratavam levantava a nossa autoestima e fazia emergir, em cada um de nós, a crença de que éramos iguais aos outros homens e mais: se nos dessem uma oportunidade, estaríamos à altura de tomarmos as rédeas da governação do nosso país.”¹⁶³ Este sentimento de inclusividade foi partilhado por *freedomfighters* de diversos movimentos que tiveram experiências formativas fora de África,¹⁶⁴ embora estejam também documentados incidentes isolados de aberto racismo.¹⁶⁵ Apesar de um curto episódio desta natureza por parte de um instrutor, Chiwale considerou que de uma forma geral o grupo foi bem recebido e acompanhado pela administração chinesa.¹⁶⁶

O curso de guerrilha lecionado na Academia Militar de Nanquim, por onde passaram diversos movimentos de libertação africanos, tinha duas componentes distintas: uma dedicada às táticas e técnicas da guerrilha, e outra de doutrinação ideológica. Para além da parte prática dedicada às lições de tiro e topografia, existia um forte elemento teórico que dava especial ênfase à mobilidade, adaptabilidade e à necessidade de manter uma relação umbilical com as massas camponesas. Os instrutores chineses definiam a guerrilha de ação em cinco fases distintas: 1) Propaganda e Mobilização Política: Ainda

¹⁶² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ *Cópia do Auto de Perguntas ao nacional africano Nicolau Chiuca-Biango*, 1966: 633.

¹⁶³ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 66.

¹⁶⁴ Julia Lovell, *Maoism: A Global History* (New York, Vintage, 2019): 189.

¹⁶⁵ Helder Adegar Fonseca, “The Military Training of Angolan Guerrillas in Socialist Countries: A Prosopographical Approach, 1961-1974” in Lena Dallywater, Chris Saunders e Helder Adegar Fonseca, eds. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold Water 'East'* (Berlin, De Gruyter, 2019): 121.

¹⁶⁶ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 69-70.

antes de qualquer atividade militar, anunciar a existência do movimento às massas; 2) Subversão e Infiltração: Manter presença no interior do território inimigo; 3) Guerrilha, Emboscada e Sabotagem: Atacar onde o inimigo é fraco; 4) Insurreição, Ataque a Alvos que Proporcionem Atenção Internacional: Ataques diretos à infraestrutura colonial; 5) Ofensivas Gerais do Campo para a Cidade: Fase final da guerrilha, exemplificada no desfecho da Guerra Civil Chinesa em 1949.¹⁶⁷

A classe dos onze ingressou num curso de guerrilha de seis meses composto pelos módulos de doutrinação política, instrução técnica sobre topografia, manuseio de armas e explosivos e aulas de estratégia e tática militar. Nicolau Biangu,¹⁶⁸ por ser o mais sénior do grupo, foi selecionado para a especialização de comissário político.¹⁶⁹ Os seis instrutores que ministravam as aulas eram auxiliados por dois intérpretes chineses com experiência anterior no Brasil. O caminho da luta armada foi apresentado como a única opção para alcançar a vitória contra o colonialismo, e a mobilização das “massas populares” como a única forma de executá-la com sucesso.¹⁷⁰ Na componente militar, os recrutas foram instruídos no princípio cardinal da guerra maoísta do “morde e foge” e a relevância da flexibilidade e iniciativa tática. Os instrutores salientaram a importância de compreender as realidades sociais locais e interagem frequentemente com os alunos, pedindo-lhes que descrevessem detalhadamente a História de Angola e as características do colonialismo português. Estas foram lições que Chiwale considerou como contributos

¹⁶⁷ ANTT/PIDE-DGS/CI(2)/Processo 6773/ NT 7460/ *Academia Militar de Nanquim*, 1966: 5; Estes princípios continuaram a ser utilizados pela UNITA durante a Guerra Civil. Ver Jonas Savimbi, *Quo Vadis Angola Nossa* (Paris, UNITA, 1978): 15-48.

¹⁶⁸ Nicolau Chiuka Biangu nasceu a 1 de Agosto de 1926, em Camacupa, distrito do Bié. Em Março de 1961, abandonou o cargo de professor na escola evangélica de Cachimbango, em Teixeira de Sousa, e refugiou-se no Katanga, onde arranhou emprego nos caminhos de ferro. Em Fevereiro de 1963 foi sinalizado pela PIDE como o Director de Informação da UPA para a Rodésia do Norte e Katanga. Ao longo de 1964 fez parte do grupo de militantes descontentes com a liderança de Holden Roberto, e em 1965 foi recrutado por Savimbi em Lusaka. Em Março de 1965, integrou, como membro mais sénior, o grupo dos onze que fez formação na Academia Militar de Nanquim. Durante as primeiras operações de infiltração da UNITA em Angola, Biangu liderou um grupo que atravessou a fronteira internacional de Angola com a Zâmbia entre Santa Cruz e Luiana, na província do Cuando Cubango. Em Julho de 1966 foi capturado pelos habitantes de um quimbo e entregue às autoridades coloniais em Mavinga. Foi sentenciado a 12 anos de trabalho forçado na prisão de São Nicolau, de onde foi libertado na sequência do 25 de Abril de 1974. Após a sua libertação voltou a ingressar nas fileiras do Galo Negro como Secretário Provincial da UNITA para o Distrito do Bié. ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.1/ NT 7444-7448/*Resumo das Declarações de Nicolau Chiuka-Biangu*, 1967: 39-41; UNITA, *The UNITA Leadership* (Jamba, UNITA, 1990): 87-88.

¹⁶⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ *Cópia do Auto de Perguntas ao nacional africano Nicolau Chiuka-Biangu*, 1966: 633.

¹⁷⁰ ANTT/PIDE-DGS/CI(2)/Processo 6773/ NT 7460/ *Academia Militar de Nanquim*, 1966: 2.

inestimáveis para a capacidade da UNITA em abrir a Frente Leste em inícios de 1966.¹⁷¹ A doutrina de guerrilha chinesa era categórica numa questão, na qual a UNITA estruturou a sua estratégia contra o colonialismo português: a luta deve ser levada a cabo no interior de Angola e não a partir do exílio.

Outro aspeto em que incidia o curso de guerrilha relacionava-se com a componente de doutrinação política. Consistia, essencialmente, na exposição do pensamento Marxista-Leninista com uma ênfase particular das experiências acumuladas por Mao Tsé-Tung e Ho Chi Min nas suas lutas contra a ocupação estrangeira. A retórica ideológica chinesa denunciava tanto o imperialismo ocidental como o revisionismo de Khrushchev, e a ideia de que a política externa soviética não apoiava uma luta aberta contra o colonialismo, mas antes novas formas de exploração das sociedades africanas.¹⁷² As acusações posteriores que Savimbi elaborou durante a Guerra Civil, sobre a suposta subserviência do MPLA a Moscovo e da atitude neocolonialista da União Soviética em relação a Angola, são profundamente influenciadas pela retórica anti-soviética chinesa e as denúncias maoístas sobre o “Social Imperialismo”.¹⁷³

Ao contrário das tentativas de Savimbi em mobilizar recursos na “Outra Europa” em 1964, não há indicação por parte dos atores da UNITA de que a solidariedade do governo chinês implicasse contrapartidas. O que é consistente com o padrão proposto por Bruce Larkin do apoio da China aos movimentos de libertação africanos, de fornecer um modelo revolucionário sem necessariamente exigir supervisão direta sobre a política militar e política interna da organização.¹⁷⁴ Contudo, Alexandr Voevodskiy sugere que no âmbito do rivalidade Sino-Soviética, os apoios aos movimentos de libertação provenientes da RPC não ocorriam sem condicionantes. Os atores africanos eram pressionados a optar entre Moscovo e Pequim, com a exigência por parte de um dos patronos em excluir obrigatoriamente o outro.¹⁷⁵ Nesta escolha, o movimento de Savimbi, durante a luta armada, optou, sem compromissos, pela retórica maoísta anti-soviética.

Ao longo da sua estadia na China, o grupo dos onze estava consciente de que pertencia a um terceiro movimento com pretensões de ser uma alternativa séria à FNLA

¹⁷¹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 68, 87.

¹⁷² ANTT/PIDE-DGS/CI (2)/Processo 6773/ NT 7460/ *Academia Militar de Nanquim*, 1966: 52.

¹⁷³ Jonas Savimbi, *Por um Futuro Melhor* (Lisboa, Nova Nórdica, 1986): 14-15.

¹⁷⁴ Bruce D. Larkin, *China and Africa (1949-1970)* (Berkeley, University of California Press, 1973): 157.

¹⁷⁵ Alexandr Voevodskiy, “The Sino-Soviet Split and Soviet Policy towards Southern Africa Liberation Movements in the Early 1960s” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s* (Berlin, De Gruyter, 2023): 182-183, 196-197.

e ao MPLA, mas ainda não lhe tinha sido apresentado uma proposta concreta que se materializasse num movimento de libertação propriamente dito. Foi Savimbi que se reuniu com o grupo em Nanquim para discutir em que moldes políticos se efetuaria o regresso a Angola. Apresentou-lhes a sigla UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e a lógica por detrás da sua abrangência: de que seria um erro grave criar um partido com referências alusivas a uma região ou a um grupo étnico particular.¹⁷⁶ Pediu-lhes inclusivamente que mantivessem segredo: a organização só deveria ser tornada pública quando tivesse presença no interior de Angola, de forma a criar um maior impacto político.¹⁷⁷ Na China, Chiwale não refere a existência de nenhum programa político, apenas uma conversa na qual Savimbi lançou os alicerces do que viria a ser a UNITA. Savimbi já teria, previamente, reunido com Tony da Costa Fernandes¹⁷⁸ na Suíça, onde a “invenção” do terceiro movimento se teria realizado no princípio de 1965.¹⁷⁹ Num discurso proferido em 1983, referiu que a ideia da organização já estaria presente desde 1964: “De 1964 a 1966, mantive o meu plano comigo. Tinha em mente o nome do Partido. Mas, durante dois anos, aqueles que faziam parte do meu grupo não sabiam que ele existia.”¹⁸⁰

¹⁷⁶ A necessidade da unidade nacional, uma lição da Revolução Chinesa, foi particularmente enfatizada durante o curso de guerrilha em Nanquim: “A unidade nacional também é um fator muito importante. Na China havia cinquenta tribos, mas todas se uniram para lutar contra o imperialismo, disse o instrutor.” ANTT/PIDE-DGS/CI (2)/Processo 6773/ NT 7460/ *Academia Militar de Nanquim*, 1966: 2; Noção que pode ter influenciado a decisão de dar um carácter nacional ao nome de UNITA. Segundo a ego narrativa de Chiwale, quando Savimbi apresentou pela primeira vez à classe dos onze o projeto da UNITA em Nanquim, o raciocínio por detrás do nome foi justificado com base nesse espírito: “União Nacional, para o partido que criarmos fazer diferença: Vejam, a UPA-FNLA, onde militei, e cujas bases são profundamente étnicas. Ninguém desconhece que a UPA surgiu da UPNA (União das Populações do Norte de Angola), criada por mais velhos do norte de Angola, com Eduardo Pinoque à cabeça. O MPLA também não foge à regra, é um partido circunscrito a pessoas de Luanda. O que precisamos, agora, é de um partido à escala nacional onde os jovens, homens e mulheres se revejam primeiro e acima de tudo como angolanos e não como bacongos, kimbundus, umbundus, ou seja lá o que for. Seria uma grande asneira criarmos um partido que se referisse ao centro, leste de Angola, ou a um grupo étnico em particular. Daí UNITA.” Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 71.

¹⁷⁷ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 71.

¹⁷⁸ Tony Fwaminy da Costa Fernandes (1942), natural de Cabinda, foi estudante na Universidade de Friburgo, Suíça, onde operou como Secretário para os Assuntos Externos da UNEA, então associada à FNLA. Foi na Suíça que estabeleceu contactos próximos com Jonas Savimbi, que o levaram a abandonar a FNLA em 1964, para conceber a ideia de um novo movimento em Outubro do mesmo ano. Durante a luta anticolonial serviu como o principal agente diplomático do Galo Negro no exterior, particularmente no Cairo, Lusaka e Londres. UNITA, *The UNITA Leadership* (Jamba, UNITA, 1990): 75-76.

¹⁷⁹ Jonas Savimbi, *Angola: A Resistência em Busca de uma Nova Nação* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 19.

¹⁸⁰ Jonas Savimbi, *Por um Futuro Melhor* (Lisboa, Tempo, 1986): 71.

Em Outubro de 1965, o grupo regressou à Tanzânia onde foi instalado na base Kongwa, campo cedido pelo governo tanzaniano sob os auspícios do Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana como uma base de treino para os movimentos de libertação. Desde a sua criação em 1964, a base Kongwa transformou-se numa comunidade internacional das guerrilhas, onde praticamente todos os movimentos de libertação africanos transitaram em algum momento da sua história.¹⁸¹ A UNITA não foi exceção. Porém, a permanência dos onze no campo foi feita em segredo sob a identidade da SWAPO, como aliás tinha acontecido durante a estadia na China. Na verdade, só eram aceites no campo Kongwa movimentos de libertação reconhecidos pela OUA (Organização da Unidade Africana), o que significava que a passagem do grupo tinha de ser feita à sombra de outro movimento.

Apesar dos cuidados tomados pelos onze em ocultar a sua identidade, o MPLA suspeitou da existência de elementos leais a Savimbi nas fileiras da SWAPO e enviou Daniel Chipenda e Nicolau Spencer ao campo Kongwa para averiguar os rumores.¹⁸² O MPLA chegou a formalizar uma queixa ao Comité de Libertação da OUA acerca desta irregularidade. O presidente da SWAPO, Sam Nujoma, defendeu-se e respondeu à OUA argumentando que os “suspeitos angolanos” eram genuínos membros da sua organização, e que a aparente irregularidade explicava-se pelo facto da fronteira norte da Namíbia ser um mundo fluído, o que levava a que alguns militantes da SWAPO inevitavelmente falassem português.¹⁸³

Perante a atitude denunciante do MPLA, tornou-se evidente que manter em segredo o projeto da UNITA até ao momento político apropriado se revelava difícil. Em finais de 1965, motivado por estes acontecimentos, Savimbi decidiu enviar os seus homens para a Zâmbia separados em pequenos grupos. Excetuando Jeremias Kussia, que foi preso na fronteira pela polícia de emigração zambiana, os restantes conseguiram atingir Lusaka em segurança.¹⁸⁴ Foi nos escritórios da SWAPO em Lusaka que a UNITA estabeleceu a sua base de operações preliminar para a posterior infiltração na fronteira leste de Angola.¹⁸⁵

¹⁸¹ Christian A. Williams, “Living in Exile: Daily Life and International Relations at SWAPO’s Kongwa Camp”, *Kronos*, 37, (1), 2011: 60-86.

¹⁸² Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 80.

¹⁸³ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 70.

¹⁸⁴ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 81.

¹⁸⁵ ANTT/ SCCIA/ Livro 131/ Relatório de Situação N°187/ 4NOV65 a 10NOV65, 1965: 26.

A UNITA estabeleceu uma relação próxima com os exilados angolanos na Zâmbia, em especial com o movimento regionalista ATECAR fundado em 1956.¹⁸⁶ Desde 1960 que este movimento de base étnica tinha vindo a efetuar uma campanha de mobilização política relativamente incipiente, mas suficientemente visível para alertar as autoridades nas cidades de Dala e Luena na província do Moxico.¹⁸⁷ A absorção da ATECAR pela UNITA aparenta ser formalizada quando Savimbi, em Janeiro de 1966, criou o CPAD (Comité Preparatório de Acção Directa), no qual integrou como seu número dois o presidente do movimento, Smart Chata.¹⁸⁸ As afinidades étnico-linguísticas desta associação com as comunidades quíocas do leste de Angola revelaram-se num importante trunfo durante as operações de infiltração através da fronteira.¹⁸⁹

Chiwale sugere-nos que Savimbi utilizou alguma dissimulação para convencer Kenneth Kaunda a aceitar a sua presença na Zâmbia. Ocultou inicialmente a sua verdadeira intenção de começar um terceiro movimento e promoveu um encontro com Holden Roberto, com Kaunda como mediador, sob o pretexto de iniciar negociações para a criação de uma frente unida em Angola.¹⁹⁰ Enquanto as negociações preparativas para a reunião se desenrolavam em Lusaka, os homens de Savimbi tinham livre-trânsito na Zâmbia e uma maior facilidade em infiltrarem-se na fronteira angolana.¹⁹¹

¹⁸⁶ Para mais detalhe sobre o nacionalismo étnico Chokwe ver Daniel J. Crowley, “Politics and Tribalism in the Katanga”, *The Western Political Quarterly*, 16, (1), 1963: 68-78.

¹⁸⁷ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 02 CCFA-SUPINTREP: *Movimentos Políticos Angolanos*, 1961: 19-22.

¹⁸⁸ O *Comité Preparatório de Acção Directa* (CPAD) consistia num diretório com poderes executivos provisórios até à fundação formal da UNITA no 1º Congresso de Março de 1966 em Mungwai. Era encabeçado por Jonas Savimbi com o estatuto Presidente e por três Vice-Presidentes membros do ATECAR: 1º Vice-Presidente (Coordenação) Smart Chata, 2º Vice-Presidente (Secretário Interno) Kauimbo Muliata, 3º Vice-Presidente (Organização) Salomão Jolomba. ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/Assunto: *Propaganda da UNITA*, 1967: 492.

¹⁸⁹ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 68.

¹⁹⁰ Savimbi reuniu-se de facto com Holden em Lusaka no mês de Abril de 1966. ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/Assunto: *Jonas Savimbi*, 1966: 651.

¹⁹¹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 81.

4 - A Corrida pela Frente Leste

A independência da Zâmbia reformulou profundamente as perspectivas dos movimentos de libertação na África Austral. Numa posição geográfica interior, a existência de um governo de maioria negra na Zâmbia significou o desbloqueio de cerca de 2500 km de fronteira adjacentes com a África Branca, expandindo de forma considerável as opções estratégico-militares dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Namíbia e Rodésia. Para os movimentos de libertação angolanos representou uma oportunidade para penetrar no interior de Angola a partir da fronteira oriental, o que exacerbou a competição entre a FNLA, MPLA e UNITA pela estreia da almejada segunda frente.

As primeiras tentativas de implantação no Leste são, no entanto, anteriores à independência da Zâmbia. A reintegração do Katanga na República do Congo, em Janeiro de 1963, após o episódio de secessão da província sob a liderança de Moise Tshombé, permitiu a Holden Roberto estabelecer uma infraestrutura político-militar naquela região com o potencial de desenvolver operações no leste de Angola. Jorge Valentim, que chefiava o escritório da FNLA no Katanga desde Agosto de 1963, recrutou com a parceria de Jonas Savimbi cerca de cento e cinquenta voluntários das etnias Quioco e Ovimbundo, que seguiram para treino militar na base do Kinkuzu. Esperava-se que quando regressassem ao Katanga depois do treino de três meses, a missão da ONU nesta região tivesse sido rendida pelo exército congolês, situação que tornaria politicamente mais permeável o estabelecimento de uma base operacional do ELNA naquela região. Base a partir de onde Valentim e Savimbi teriam a intenção de encetar a Frente Leste nos distritos da Lunda e do Moxico na primeira metade de 1964.¹⁹²

O deterioramento das relações entre Valentim e Holden, a partir de Março de 1964, e a escassez de fundos que a direção política em Léopoldville destinava às células do Katanga inviabilizaram a execução do plano: “Não obstante o esforço despendido na estruturação das representações do GRAE no Katanga, crescem as dificuldades desde sempre existentes, acentuando-se a penúria com que tais representações se debatem, mercê da necessidade de manter refugiados que se teriam deixado mistificar pela propaganda da UPA.”¹⁹³ Esta falta de investimento impediu a FNLA de desenvolver

¹⁹² John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 106-108.

¹⁹³ ANTT/ SCCIA/ Livro 121/ Relatório de Situação Nº104/ 2ABR64 a 9ABR64, 1964: 8.

operações militares para lá da fronteira, limitando-se apenas a atividades de cariz político no interior da região.¹⁹⁴

Porém, os problemas na realização desta frente não eram apenas internos à FNLA. O uso do Katanga como plataforma de apoio à guerrilha angolana era politicamente sensível para o governo de Léopoldville. O governo português tinha apoiado abertamente o secessionismo katanguês, e após a queda do governo separatista de Moise Tshombé, vários *gendarmes* katangueses procuraram asilo em Angola e passaram a integrar as forças armadas portuguesas.¹⁹⁵ O primeiro-ministro do Congo, Cyrille Adoula, era particularmente cauteloso em relação à abertura duma frente a partir do Katanga, com receio de criar um pretexto provocatório para uma incursão dos separatistas katangueses em território congolês com o apoio determinado de Portugal.¹⁹⁶

A independência da Zâmbia, em Outubro de 1964, criou uma oportunidade de enorme valor logístico para a abertura da segunda frente. A FNLA foi pioneira na fixação naquele país. Ainda antes da proclamação formal da independência, Holden Roberto iniciou uma campanha de recrutamento entre os refugiados angolanos na Zâmbia e abriu delegações da FNLA em Lusaka.¹⁹⁷ O estabelecimento da infraestrutura e de pessoal só foi possível com o apoio político, material e logístico disponibilizado pelo partido de Kenneth Kaunda: “No território da Rodésia do Norte, verifica-se que a UPA está a estruturar neste território a sua organização, com o apoio, ao que parece efectivo, da UNIP [United National Independence Party], quer cedendo-lhe transportes e edifícios para se instalar, quer fornecendo-lhe elementos seus, especializados em propaganda, com o fim de orientarem a acção da UPA, pelo que é de admitir um aumento da propaganda e subversão na região de fronteira com Angola.”¹⁹⁸

Apesar da infraestrutura que montou na Zâmbia desde cedo, a FNLA foi incapaz de desenvolver operações militares no leste de Angola antes do MPLA e da UNITA. As dissidências, que fragilizaram profundamente o movimento ao longo de 1964, traduziram-se num esvaziamento gradual da influência da FNLA na Zâmbia. Influência essa que foi absorvida, em grande medida, por outros movimentos independentistas

¹⁹⁴ ANTT/ SCCIA/ Livro 121/ Relatório de Situação N°106/ 16ABR64 a 22ABR64, 1964: 22.

¹⁹⁵ Salvador José Nascimento, “A Política Externa Portuguesa face aos Apoios dos Movimentos de Libertação Angolanos – Os casos da República Democrática do Congo/ Zaire e da Zâmbia” (Dissertação de Mestrado, FLUP, 2015): 70-75.

¹⁹⁶ Ver Erik Kennes and Miles Larmer, *The Katangese Gendarmes and War in Central Africa: Fighting Their Way Home* (Bloomington, Indiana University Press, 2016).

¹⁹⁷ ANTT/ SCCIA/ Livro 123/ Relatório de Situação N°118/ 9JUL64 a 15JUL64: 22.

¹⁹⁸ ANTT/ SCCIA/ Livro 121/ Relatório de Situação N°108/ 30ABR64 a 6MAI64: 23.

angolanos. A organização de Neto foi a que mais vantagens colheu com a desagregação da rede que Holden mantinha na Zâmbia, com a ocupação dos escritórios em Lusaka e a sua transformação em delegações do MPLA,¹⁹⁹ mas, também, com a integração de diversos militantes dissidentes.²⁰⁰ A AMANGOLA por seu lado, absorveu exclusivamente pessoal da FNLA, com o recrutamento de cerca de 140 militantes ao longo de 1965.²⁰¹

A consumação do corte de relações entre o MPLA e a AMANGOLA em meados de 1965, e o estabelecimento do projeto da UNITA na Zâmbia em finais de 1965, criou, de facto, um ambiente de corrida pela abertura da Frente Leste. Para o MPLA a abertura da segunda frente, através da criação da III Região Militar, era fulcral para atingir as pretensões estratégicas de ocupar um corredor que a ligasse à Frente Norte, de forma a criar a chamada rota Agostinho Neto.²⁰² Para a UNITA, que ainda não tinha sido criada formalmente, o pioneirismo na Frente Leste e a realização dos atos fundacionais nas matas do Moxico, representavam a forma ideal de anunciar o movimento ao mundo, demonstrando o sério comprometimento anticolonial de estabelecer a liderança político-militar no interior de Angola.²⁰³

Samuel Chiwale afirma que foi a UNITA quem estreou a Frente Leste: “Também, a falar verdade, não havia ali outra organização política e muito menos o MPLA. Não é que queira puxar a brasa à minha sardinha, muito longe disso; desejo apenas revelar que fomos nós quem abriu a Frente Leste. Isso aconteceu numa altura em que as outras organizações definiam estratégias para o fazer e nós já estávamos lá.”²⁰⁴

De forma a verificar esta afirmação é necessário compreender que a abertura da Frente Leste foi um processo que se deu de forma faseada. Consistiu, primeiro, em diversas ações de infiltração, que se caracterizaram em esforços de mobilização política e recrutamento das populações junto à fronteira. Numa segunda fase realizaram-se as primeiras operações militares ofensivas, quase sempre contra alvos civis, seguidas de uma retirada para a proteção do território zambiano. E, numa última fase, correspondeu à sedentarização da guerrilha em território angolano, através do estabelecimento de uma

¹⁹⁹ ANTT/ SCCIA/ Livro 128/ Relatório de Situação Nº163/ 20MAI65 a 26MAI65: 11.

²⁰⁰ ANTT/ SCCIA/ Livro 127/ Relatório de Situação Nº154/ 18MAR65 a 24MAR65: 8-9.

²⁰¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093 Zâmbia, 1965: 666-667.

²⁰² Jean-Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 192-194.

²⁰³ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 103.

²⁰⁴ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 89.

infraestrutura básica de acampamentos e da fixação de parte do comando militar. No caso da UNITA isto incluiu também a presença permanente da direção política nas matas.

Do ponto de vista do desenvolvimento de ações de infiltração a reivindicação de Chiwale não se confirma. Em Setembro de 1965, o MPLA precedeu a UNITA e arrancou com operações generalizadas de propaganda²⁰⁵ e recrutamento²⁰⁶ nas zonas de fronteira com a Zâmbia. Embora sem indícios de uma presença permanente ou o desenvolvimento de ações militares no Leste, o MPLA demonstrou a capacidade de infiltrar os seus elementos e desenvolver atividades subversivas em Angola. Rapidamente, em Outubro, seguiram-se operações semelhantes por parte da UNITA, motivadas pela antecipação do MPLA num ambiente descrito como de “verdadeira corrida”.²⁰⁷

A massificação das campanhas de mobilização política no leste angolano, por meio de reuniões clandestinas e circulação panfletária, anunciaram a abertura militar da segunda frente, na qual a organização de Neto aparentava ser a mais bem posicionada para o fazer. Em Novembro de 1965, o movimento estabeleceu campos de treino junto à fronteira de Angola,²⁰⁸ e teria planos para desencadear operações ofensivas nas áreas do Alto Zambeze e Teixeira de Sousa, entre Dezembro de 1965 e Janeiro de 1966,²⁰⁹ estreando militarmente a Frente Leste. As más condições logísticas que afetavam a infraestrutura do MPLA na Zâmbia impediram a concretização deste plano. De acordo com o testemunho de um guerrilheiro capturado, a principal base de treino no Sikongo atravessava uma situação crítica: “Este acampamento onde não existiria qualquer armamento, está vedado por uma sebe de paus e capim, vivendo os concentrados em condições deploráveis, com fome, pelo que já de lá teriam desertado alguns recrutas.”²¹⁰

As primeiras ações militares no Leste registaram-se em inícios de Fevereiro de 1966, nas imediações de Teixeira de Sousa. Consistiram num ataque a uma bomba de gasolina da Texaco, e a um ato de sabotagem no Caminho de Ferro de Benguela (CFB), que resultou no descarrilamento de um comboio mercadorias.²¹¹ A partir dos autos de

²⁰⁵ ANTT/ SCCIA/ Livro 130/ Relatório de Situação Nº180/ 16SET65 a 22SET65: 11.

²⁰⁶ ANTT/ SCCIA/ Livro 130/ Relatório de Situação Nº181/ 23SET65 a 29SET65: 16.

²⁰⁷ ANTT/ SCCIA/ Livro 130/ Relatório de Situação Nº182/ 30SET65 a 6OUT65: 21-22, 26.

²⁰⁸ ANTT/ SCCIA/ Livro 131/ Relatório de Situação Nº189/ 18NOV65 a 24NOV65: 22.

²⁰⁹ ANTT/ SCCIA/ Livro 131/ Relatório de Situação Nº193/ 16DEZ65 a 22DEZ65: 21.

²¹⁰ ANTT/ SCCIA/ Livro 131/ Relatório de Situação Nº193/ 16DEZ65 a 22DEZ65: 21.

²¹¹ O ataque à bomba de gasolina foi efetuado a 6 de Fevereiro por um grupo de nove guerrilheiros, e causou a morte de um civil e de um agente da PSP. A 8 de Fevereiro deu-se o ato de sabotagem da linha do CFB,

quatro guerrilheiros capturados é possível confirmar que estas operações foram da autoria da UNITA,²¹² o que demonstra a antecipação desta organização no campo militar. Em Março de 1966, o Galo Negro tinha desenvolvido a sua campanha de mobilização política²¹³ e fixado a chefia político-militar nas matas,²¹⁴ numa operação para realizar os atos fundacionais do movimento em Muangai, no interior de Angola.

5 – Muangai: A Conferência Constituinte

O 1º Congresso da UNITA é o momento mais polémico da trajetória fundacional do movimento. Para além de ser o ato político formal que lhe deu origem, representou também uma demonstração de força perante as autoridades coloniais e perante os movimentos rivais. A escolha de Muangai no interior de Angola,²¹⁵ como o local ideal para o momento fundador, deu corpo às ideias expressas por Savimbi sobre o que devia ser a característica fundamental da luta contra o colonialismo português: dispor de uma liderança política que chefiasse a luta no interior do país e não a partir do exílio. Este é o ponto central do discurso legitimista da UNITA acerca da originalidade do seu contributo na Guerra de Libertação em relação aos outros movimentos. O 1º Congresso desempenha nesta narrativa um argumento estruturante: ao contrário da UPA e do MPLA que têm momentos fundacionais no exílio, a UNITA tem as suas origens no coração de Angola – “UNITA wages an armed struggle as the main form of struggle, UNITA represents a new step in the struggle of Angola, because for the first time in the history of the struggle for liberation, a political party was born inside the action, instead of being an action initiated from the military camps based in neighbouring countries.”²¹⁶ – “Leaders must return home and fight alongside the people. They must understand, in loco, the problems that the people are facing, and should not stay abroad sending ‘second class’ fighters to face the portuguese. This is the background of the creation of UNITA.”²¹⁷

que resultou no descarrilamento de um comboio de mercadorias sem vítimas mortais. ANTT/ SCCIA/ Livro 131/ Relatório de Situação N°200/ 3FEV66 a 9FEV66: 25.

²¹² ANTT/ SCCIA/ Livro 131/ Relatório de Situação N°202/ 17FEV66 a 23FEV66: 29.

²¹³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 11.24.A/27/NT 1843/ *Actividades da UNITA na Zâmbia e Leste e Sudeste da Província conhecidas através dos Depoimentos dos Detidos Jacob Hossi Inácio e Vieira Elambo*, 1967: 55-65.

²¹⁴ ANTT/ SCCIA/ Livro 132/ Relatório de Situação N°205/9MAR66 a 16MAR66: 9.

²¹⁵ Ver Anexos, Mapa 3.

²¹⁶ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04357.006.007/ *Angola Seventh Year – UNITA Central Committee*, 1968: 18.

²¹⁷ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 15.

Ao longo deste capítulo temos tentado demonstrar que a fundação deste movimento está longe de ser um processo linear e que não pode ser limitada a um local e a um instante específicos. O chamado 1º Congresso de Março de 1966 não é mais que a consumação de um longo percurso, no qual se considerou o local e o momento mais apropriado para anunciar politicamente a UNITA ao mundo.

Mas até mesmo este momento está longe de ser pacífico. Existem claras contradições cronológicas entre as fontes coevas e as narrativas construídas posteriormente. Apesar da polémica cronológica em termos historiográficos ser relativamente irrelevante, é sintoma de contradições de muito maior substância. O que foi exatamente o 1º Congresso? Na narrativa oficial é o momento criador da UNITA em todos os sentidos: Em Muangai todos os aspetos institucionais da organização nasceram e foram implementados. Elegeu-se o Comité Central, conceberam-se integralmente os Estatutos do Partido, estabeleceu-se de raiz toda a estrutura hierárquica partidária e criaram-se as FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola), juntamente com seis regiões militares operacionais de ação militar. No último dia do Congresso, elegeu-se por unanimidade Jonas Savimbi como Presidente da UNITA.²¹⁸

O Manifesto de 1966, documento original saído da fundação, sugere que as resoluções tomadas pelo chamado 1º Congresso foram expressivamente mais modestas do que aquelas expressas na narrativa oficial.²¹⁹ A própria denominação de “1º Congresso” aparenta ser uma construção posterior. Existe, sim, referência à realização de uma Conferência Política que dá origem ao movimento da UNITA. A irregularidade na semântica não é trivial, porque de acordo com este documento existiu uma decisão deliberada de não eleger um Comité Central ou uma Direcção Política definitiva, o que significa que o ato político não entra totalmente na definição de um Congresso

²¹⁸ De acordo com os estatutos atuais da UNITA o 1º Congresso realizou-se a 13 de Março; Num discurso em 1971, Savimbi refere 13 de Abril como a data da fundação; Chiwale refere a realização do Congresso entre 11 a 13 de Março; O Manifesto de 66, documento original da fundação da UNITA, situa o Congresso entre 5 a 25 de Março. Ver ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/Presidente da UNITA Dr. Jonas Savimbi, aos discípulos e toda a gente da UNITA fora da Terra, 1971: 44; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/O que é a UNITA e os seus esforços para a Libertação de Angola, 1966: 309. Jonas Savimbi, *Comunicação ao Povo Angolano* (Departamento de Informação e Propaganda da UNITA, 1975): 1-2; Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977): 24; Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 95; Estatutos da UNITA Aprovados pelo XIII Congresso Ordinário do Partido, Novembro de 2019: <http://www.unitaangola.org/PT/Tablestatutos1.awp>

²¹⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/O que é a UNITA e os seus esforços para a Libertação de Angola, 1966: 309-314.

Constituinte. A própria presença de Savimbi na Conferência Fundacional não é consensual. John Brigland que tem uma narrativa assumidamente pró-UNITA, esclarece taxativamente que Savimbi se encontrava na Zâmbia durante o ato fundador.²²⁰ Chiwale dá-nos como certa a sua presença e a sua eleição por unanimidade em Muangai.²²¹ O Manifesto de 1966 é ambíguo nesta questão: não confirma nominalmente a presença de Savimbi na Conferência, como também não reconhece explicitamente a sua ausência.

O programa político do Manifesto de 66 não corresponde ao que está nas memórias de Samuel Chiwale. O programa político atribuído pelo autor ao 1º Congresso é um programa liberal, que defende a implementação de uma democracia multipartidária, assegurada por sufrágio universal, onde estão asseguradas eleições livres, liberdade de expressão para todos os angolanos e uma economia de mercado livre.²²² Chiwale compara-o com o programa do MPLA e da FNLA: “De nada adiantava apontarem-nos o dedo: no nosso programa de Muangai, estava explícita a ideia de que o sistema político ideal para Angola deveria basear-se na Democracia e no Estado de Direito, com sufrágio universal e alternância de poder. Os outros baseando-se no modelo soviético e nas ditaduras do ocidente, nem em sonhos pensavam em partilhar o poder.”²²³ Na verdade, o programa político original da UNITA, não apresenta este cunho Democrático-Liberal, mas assemelha-se muito mais a uma organização de inspiração Marxista-Leninista, com o estabelecimento dos princípios do Centralismo Democrático, Direcção Colectiva, e as aspirações à implantação de uma Economia Planificada.²²⁴ O jornal *Le Monde* caracterizou o Galo Negro em 1975 como um movimento “d’inspiration socialiste liberal” e em 1991 apelidou Jonas Savimbi como “l’enfant de Mao et de Reagan”.²²⁵ Contudo, foi após a independência de Angola que se assistiu a esta transformação dos princípios ideológicos da UNITA.

Outro dos pontos polémicos é o da criação das FALA, que de acordo com a narrativa oficial foi concebida integralmente, juntamente com seis regiões militares bem definidas, neste 1º Congresso.²²⁶ Isto é uma fabricação. O comandante Miguel N’zau

²²⁰ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 69.

²²¹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 95.

²²² Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 96-97.

²²³ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 170.

²²⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/O que é a UNITA e os seus esforços para a Libertação de Angola, 1966: 313-314.

²²⁵ *Le Monde*, “L’Angola Déchiré”, 29 Mars, 1975; *Le Monde*, “Angola: Jonas Savimbi, L’enfant de Mao et Reagan”, 2 Juin, 1991.

²²⁶ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 99.

Puna relata nas suas memórias que a criação das regiões militares foi pensada apenas por altura do 2º Congresso da UNITA em 1968, e consistiam em apenas três regiões com um escopo relativamente menor e mais mal definido que aquelas que Chiwale apresenta.²²⁷ Não existe indicação de nenhuma resolução tomada nesse sentido no Manifesto de 1966. Tudo aponta para que as FALA sejam uma criação posterior, de 1968, como nos sugere um relatório da PIDE.²²⁸ Relatório esse que consta no caderno fotográfico das memórias de Chiwale e que contradiz diretamente a sua narrativa.²²⁹ Nesta primeira fase, as fronteiras entre o que era a componente militar e a componente política da organização confundiam-se e não estavam ainda enraizadas institucionalmente como viriam a estar após a grande reorganização de 1968.

A história oficial da fundação da UNITA, que tem como seu principal testemunho Samuel Chiwale, denuncia uma retórica influenciada por um forte contexto de rivalidades no enquadramento das distintas expressões do nacionalismo angolano. Nesta narrativa há um esforço em demonstrar que no momento fundacional, o movimento do Galo Negro apresentava já uma grande maturidade organizacional.

O ambiente de competição não foi uma dinâmica vivida de forma intensa apenas nas fases mais avançadas da Guerra de Libertação de Angola. Rivalidade que se manifestava no campo da retórica política: “O MPLA, na sua emissão de 27MAR66, formula um ataque à acção de Jonas Savimbi acusando-o de ‘tentar reunir à sua volta os compatriotas do Sul’, recorrendo ao que classifica de ‘propaganda tribalista’ que – acrescenta – ‘certamente aprendeu a utilizar na UPA’. Não se estranha a atitude do MPLA tentando ‘queimar’ Savimbi, que se lhe antecipou nas actividades no leste de Angola.”²³⁰

Por outro lado, o Manifesto de 1966, saído da Conferência Constituinte, acusou o MPLA de promover um ambiente de guerra civil, ao enviar guerrilheiros para uma zona já sob o controlo da UNITA: “Chamamos a atenção de todos os patriotas para o facto do MPLA-NETO estar a criar uma vez mais uma atmosfera de guerra fratricida por enviar 55 soldados para uma região já sob o nosso controle.”²³¹ Isto sugere que a rivalidade do

²²⁷ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 88.

²²⁸ ANTT/PIDE-DGS/Serviço Central/SR/ Processo 128/65/NT 3446/ Processo Individual: *José Samuel Chiwale*, 1971: 50.

²²⁹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 192-193.

²³⁰ ANTT/ SCCIA/ Livro 132/ Relatório de Situação N°207/ 23MAR66 a 30MAR66: 11.

²³¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/O que é a UNITA e os seus esforços para a Libertação de Angola, 1966: 311.

eixo MPLA-UNITA em 1966, ia para lá das simples acusações políticas mútuas, e que se manifestava já em confrontos militares diretos pelo controlo do leste angolano.

Neste contexto de rivalidade, é com alguma naturalidade que o discurso legitimista da UNITA tenha como elementos centrais o “pioneirismo” do movimento e a “angolanidade” das suas origens. O que inclui a ideia de que dos atos fundacionais emergiram simultaneamente e de forma integral toda uma estrutura organizativa sofisticada, apesar de existirem várias indicações bem documentadas do contrário, de que consistiu num processo de diversas evoluções posteriores e graduais.

Contudo, no momento fundacional, a visão da UNITA sobre como levar a cabo a luta contra o colonialismo português amadureceu, influenciada fortemente pela experiência formativa chinesa. O caminho da luta armada teve prioridade absoluta sobre as dimensões diplomática e política: “In the current phase, the battleground is no longer the United Nations, nor the African or Afro-Asian Conferences.”²³² A nível internacional Savimbi era a favor de uma política não alinhada, mantendo a “democratic fight of national liberation” fora da dinâmica da Guerra Fria, evitando “ideological struggles” e, sobretudo, evitando “flirts with the Big Powers”.²³³ Os atores da UNITA viam-se como pioneiros de um novo capítulo da libertação nacional, que marcava a transição de uma luta armada dependente da variável externa, para o investimento no potencial revolucionário do povo angolano, apenas alcançado através da renúncia à luta liderada pelo exílio: “It is the masses that will make the revolution, foreign aid will count for less. It is Angola’s internal forces that will decide victory.”²³⁴ – “Today we must know once and for all that the place of a good Angolan leader is to be with the masses. The time for good speeches on international platforms is outdated and it’s ridiculous.”²³⁵

²³² AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 60/ *Angola 66*, 1966: 16.

²³³ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 72/ *Basta: Confia em ti mesmo antes de esperar pelo Próximo*, 1965: 27.

²³⁴ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 72/ *Basta: Confia em ti mesmo antes de esperar pelo Próximo*, 1965: 27.

²³⁵ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 72/ *Basta: No teu olhar há Oceanos de Fúria*, 1966: 12.

Capítulo II – A Guerrilha nas Matas: A Luta Armada

1 - As Particularidades da Frente Leste

A independência da Zâmbia em Outubro de 1964, e o consequente estabelecimento de um governo liderado pelo United National Independence Party (UNIP), favorável à causa independentista, permitiu a abertura de uma frente no leste de Angola aos movimentos nacionalistas revolucionários.²³⁶ Independência que, geopoliticamente, não afetou apenas Portugal, mas também outros regimes minoritários brancos da África austral, que a consideraram como uma séria ameaça à segurança nacional: “The foregoing political activities of Kaunda portray him not only as a political enemy of the Republic of South Africa, but as an aggressive one who avails himself of every opportunity to harm not merely the interests of the Republic of South Africa, but also those of its friendly neighbouring states.”²³⁷

Foi do início de 1966 em diante que se assistiu a uma participação militar efetiva dos três movimentos de libertação no leste angolano, um palco que progressivamente se estendeu a quatro distritos coloniais afetados pelas operações da guerrilha (Moxico, Cuando Cubango, Bié e Lunda), totalizando uma massa territorial de 673 782 Km². Como termo de comparação, a República Francesa (incluindo os departamentos ultramarinos) tem uma área de 643 801 Km². À vastidão territorial juntava-se o secular subpovoamento destes distritos²³⁸: com a exceção do Bié (6,4 hab/Km²), o restante território mantinha uma densidade populacional baixa que, em 1966, se estimou em 1,4 hab/Km² para a Lunda, 1,2 hab/Km² para Moxico e 0,6 hab/Km² para o Cuando Cubango, cunhado por Henrique Galvão como “as terras do fim do mundo.”²³⁹

²³⁶ Ver Marcelino dos Santos, “Les Mouvements de Libération et les Etats Africains”, *Présence Africaine*, Nouvelle Série, 3e Trimestre, 75, 1970: 3-10.

²³⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Central Intelligence Pool/Vol.2/NT 2515/*An Intelligence Study of the Threat posed by Zambia to the Republic of South Africa*, 1972: 54.

²³⁸ *Anuário Estatístico: Províncias Ultramarinas, Volume II*, (Lisboa, INE, 1966): 10.

²³⁹ Henrique Galvão (1895-1970), administrador colonial com uma complexa trajetória política de apoiante do Estado Novo a determinado ativista antifascista, e consumado escritor no âmbito da literatura colonial portuguesa, cunhou a expressão “terras do fim do mundo, onde só há entrada e não há saída” para descrever a ausência quase total de acessos, a vastidão do território, e a dificuldade em estabelecer uma administração eficiente na província do Cuando Cubango. O livro de Galvão está dividido em capítulos organizados em função do itinerário percorrido pelo autor em Angola: 1-Moxico, *Berço de Rios*; 2-Terras do Fim do Mundo; 3-Do Cuangar à Huíla, pelo Bié; 4-Para Aquém e para Além da Chela; 5- Do Lubango a Luanda

A região do Leste pode ser orograficamente dividida em duas zonas. Uma primeira, relativamente acidentada, junto à fronteira do Moxico ocidental, no Cuando Cubango norte, e na margem esquerda do Zambeze, rio que divide a saliência do Cazombo em duas. A segunda zona orográfica é plana, de solo arenoso, cruzada frequentemente por cursos de água – sendo os mais importantes o Cassai, Cuito, Cuando, Cubango, Lungué-Bungo e o Zambeze – que durante a época das chuvas criam inúmeras zonas alagadiças – chanas e anharas – que atingem por vezes enormes extensões, de difícil transposição para qualquer guerrilha a pé ou exército regular motorizado, mas que favoreciam operações com tropas helitransportadas.²⁴⁰

Contrastando com a floresta densa do maiombe cabindense, e da vegetação guinéu-congolesa que cobre a maioria do norte de Angola, a cobertura vegetal zambeziana que caracteriza o Leste é relativamente descontínua, e aumenta de porte e densidade na proximidade de linhas de água. Existem, no entanto, matas cerradas a oriente do rio Zambeze e na zona do Alto Chicapa, e manchas verdes de considerável extensão nos vales dos rios Cuango e Cassai.²⁴¹

A rede rodoviária no Leste era rudimentar pela altura da Guerra de Independência. Em 1969, apenas as estradas entre a cidade do Luso e Henrique de Carvalho, e de Henrique de Carvalho a Malanje se encontravam asfaltadas. Os restantes itinerários rodoviários, à base de terra batida (picadas), transformavam-se em lamaçais na época das chuvas, e na época seca, a natureza arenosa do terreno apresentava também desafios à deslocação de viaturas motorizadas. A principal infraestrutura de transporte era a linha de Caminho de Ferro de Benguela, que atravessava o interior de Angola desde o porto de Lobito até ao extremo oriental, na Vila de Teixeira de Sousa, junto à fronteira da região do Katanga no Congo Léopoldville.²⁴²

por *Terras de Oeste*. Henrique Galvão, *Outras Terras, Outras Gentes (Viagens em África)* (Porto, Empresa do Jornal de Notícias, 1944).

²⁴⁰ Dário Queiroz, *O Clima de Angola* (Luanda, Serviço Meteorológico de Angola, 1955): 7; Encyclopædia Britannica Online, “Zambezi River”, “Lungwebungu River”, “Okavango River” 2022; Rachel Warner, “The Society and its Environment” in Thomas Collelo, ed. *Angola: A Country Study* (Washington, Federal Research Division, 1991): 57-61.

²⁴¹ David J. Goyder e Francisco Maiato P. Gonçalves, “A Flora de Angola: Colectores, Riqueza e Endemismo” in Brian J. Huntley, Vladimir Russo, Fernanda Lages e Nuno Ferrand de Almeida, eds. *Biodiversidade de Angola, Ciência e Conservação: Uma Síntese Moderna* (Porto, Arte & Ciência, 2019): 119-126.

²⁴² ADN/SGDN/ Caixa 528/ CCFA/ *Evolução da Situação, Capítulo 3 – Factores Geográfico, Económico, Humano e Social de Angola e sua Influência na Situação Subversiva*, 1969: 3-5.

Do ponto de vista da administração colonial, o Leste apresentava dois alvos económicos sensíveis às atividades da guerrilha: a indústria extrativa de diamantes e o Caminho de Ferro de Benguela.²⁴³

Se a imensidão do Leste significava, por um lado, que o Estado português era incapaz de manter uma vigilância e um controlo territorial apertados – sintoma de um processo de ocupação colonial ainda em curso – por outro lado, representou para a guerrilha um agravamento do problema logístico. Um exemplo destas dificuldades relacionava-se com o abastecimento de armamento às guerrilhas dos movimentos nacionalistas operacionais no interior. Na Frente de Cabinda que o MPLA abriu em 1964, ou na Frente Norte que o MPLA e a FNLA simultaneamente partilhavam e disputavam entre si, a logística do armamento era facilitada pela acessibilidade aos portos do Congo Léopoldville e Congo Brazzaville, relativamente próximos de ambas as frentes. Existia uma retaguarda logística sólida, particularmente na Frente de Cabinda.²⁴⁴ As dificuldades enfrentadas por estes movimentos no acesso às linhas de abastecimento eram, essencialmente, uma questão política, de não cooperação entre os movimentos de libertação, de manutenção de boas relações com ambos os governos congolese e com a Organização de Unidade Africana (OUA), do que propriamente um desafio puramente logístico.

Na Frente Leste o problema era radicalmente mais complexo, as linhas de abastecimento desde o porto de Dar-Es-Salaam, na Tanzânia, até às bases de trânsito na Zâmbia eram consideravelmente mais longas.²⁴⁵ A manutenção destas linhas incluía complexas ligações políticas, nas quais a UNITA era de longe o movimento mais frágil, por nunca ter gozado do reconhecimento formal da OUA,²⁴⁶ e das suas relações com o

²⁴³ ADN/SGDN/ Caixa 528/ CCFA/ *Evolução da Situação, Capítulo 3 – Factores Geográfico, Económico, Humano e Social de Angola e sua Influência na Situação Subversiva*, 1969: 4-5.

²⁴⁴ Jean Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 249.

²⁴⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Central Intelligence Pool/Vol.2/NT 2515/*Situação Externa*, 1972: 114.

²⁴⁶ Chiwale, por exemplo, protestou que o material bélico que a República Popular da China prometeu à UNITA em 1967, nunca foi entregue pelo Comité de Libertação da OUA e foi enviado a outros movimentos de libertação. Aludindo ao favorecimento que esta organização africana daria ao MPLA e à FNLA. Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 120; Esta situação levou a UNITA a adquirir, muitas das vezes, armamento através de vendedores clandestinos. Jonas Savimbi comentou que muitos destes contrabandistas negociaram a entrega de armas à UNITA e desapareciam imediatamente após receberem o dinheiro. *O Comércio*, Luanda, nº 9087, 30 de Setembro, 1974; Puna relatou um episódio em 1968 no qual encomendaram, através de um traficante, quatro espingardas automáticas FN-FAL e duas pistolas. Depois de feito o pagamento foram enviadas, mais tarde, duas espingardas de repetição Lee-Enfield e munições com o calibre desadequado de uma Mauser. Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 67.

governo de Kaunda terem oscilado, entre um apoio político limitado e a expulsão completa do movimento do território zambiano durante a maior parte da luta de libertação, obrigando a uma ação clandestina no interior daquele país.²⁴⁷

A sensibilidade e influência da questão regional zambiana foi, aliás, uma característica estruturante da Frente Leste e transversal aos movimentos nacionalistas angolanos que nela atuaram.²⁴⁸ A permissividade no livre trânsito de mantimentos, armamento e guerrilheiros através da fronteira internacional com Angola, as autorizações para o estabelecimento de escritórios com funções de propaganda e recrutamento, e a fixação de pontos de abastecimento recuados para a consolidação da retaguarda logística em território zambiano, dependiam, para o governo de Kaunda, da sensibilidade político-económica do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) e das garantias dos movimentos nacionalistas angolanos em não o atacarem.²⁴⁹ A necessidade em manter relações estáveis com o governo português levou, inclusivamente, à decisão da Zâmbia em não aplicar o boicote comercial de 1965 aprovado pela ONU contra Portugal, de forma a evitar as repercussões económicas que resultariam do encerramento da linha de Benguela.²⁵⁰

O governo de Lusaka, pela força de circunstâncias externas, viu-se obrigado a gerir um equilíbrio diplomático delicado e precário em duas frentes: por um lado, não hostilizar totalmente Portugal através do apoio que fornecia aos movimentos de libertação; por outro, como membro do Comité de Libertação e gestor do Fundo Especial de Libertação, corresponder aos compromissos acordados com a OUA de ajudar sem reservas “a causa da emancipação total dos territórios africanos ainda não independentes.”²⁵¹ – “As a result, whereas Portugal deliberately exaggerates the extent of Zambian connivance in liberation activities, Zambia tends to discount heavily the degree of its involvement.”²⁵² – “This fact

²⁴⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 221-222; ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, 8; Capítulo VII, 4; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Central Intelligence Pool/Vol.2/NT 2515/*Situação Externa*, 1972: 111.

²⁴⁸ Ver Clarence Chongo, “A Good Measure of Sacrifice: Aspects of Zambia’s Contribution to the Liberation Wars in Southern Africa (1964-1975)”, *Zambia Social Science Journal*, 6, 1, 2016: 1-27.

²⁴⁹ Salvador José Nascimento, “A Política Externa Portuguesa face aos Apoios dos Movimentos de Libertação Angolanos – Os casos da República Democrática do Congo/ Zaire e da Zâmbia” (Dissertação de Mestrado, FLUP, 2015): 79-80, 89.

²⁵⁰ Douglas G. Aglin, “Confrontation in Southern Africa: Zambia and Portugal”, *International Journal*, 25, 3, 1970: 503.

²⁵¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Central Intelligence Pool/Vol.1/NT2505/ *Apoio da Zâmbia aos Partidos Emancipalistas*, 1969: 108.

²⁵² Douglas G. Aglin, “Confrontation in Southern Africa: Zambia and Portugal”, *International Journal*, 25, 3, 1970: 504.

meant that a nation espousing anti-colonial stance and supporting nationalists movements fighting for Independence of Angola was forced to depend on the hated Portuguese for the lion's share of its prosperity.”²⁵³

A permissividade, em território zambiano, da atividade das guerrilhas independentistas, provocou retaliações por parte de Portugal, que ameaçaram a permanência de Kaunda no poder, não só através de pressão económica,²⁵⁴ como através de tentativas de mudança de regime.²⁵⁵ Tentativas essas materializadas na criação do grupo especial de *Leais*, composto por refugiados políticos zambianos em Angola que, juntamente com os *Flechas*, desenvolveram diversas operações de contra-subversão e sabotagem naquele país.²⁵⁶

A importância do CFB para a economia zambiana devia-se ao facto de ser a principal via de escoamento do cobre de exportação para o mercado internacional. O cobre tinha uma importância monopolizante na economia: em 1968 representava 90% das exportações e 65% das receitas de Estado.²⁵⁷ Como consequência do embargo imposto pelo governo de minoria branca de Ian Smith na Rodésia, a ligação atlântica do CFB ao porto do Lobito tornou-se na mais importante via de escoamento de mercadorias zambianas.²⁵⁸ Em 1975, com a estreia da linha férrea TANZAM, construída e financiada pela China (1970-1975), que ligou Copperfield ao porto de Dar-es-Salaam na Tanzânia,

²⁵³ John P. Cann, “Securing the Borders of Angola (1961-1974)”, *Revista Militar*, 2495, 2009: 1685.

²⁵⁴ Salvador José Nascimento, “A Política Externa Portuguesa face aos Apoios dos Movimentos de Libertação Angolanos – Os casos da República Democrática do Congo/ Zaire e da Zâmbia” (Dissertação de Mestrado, FLUP, 2015): 86.

²⁵⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Central Intelligence Pool/Vol.1/NT 2505/Zâmbia – *Operação Colt*, 1969: 9-10; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Central Intelligence Pool/Vol.2/NT 2514/Zâmbia – *Comentário*, 1971: 5.

²⁵⁶ John P. Cann, “Securing the Borders of Angola (1961-1974)”, *Revista Militar*, 2495, 2009: 1692; Luís Fernando Machado Barroso, “A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral” (Tese de Doutoramento, ISCTE, 2012): 260; Fernando Cavaleiro Ângelo, *Os Flechas: A Tropa Secreta da PIDE/DGS na Guerra de Angola* (Alfragide, Casa das Letras, 2017): 95-98, 142, 160; Maria José Tíscar, *A PIDE no Xadrez Africano: Conversas com o Inspector Fragoso Allas* (Lisboa, Mão de Ferro, 2018): 102-107.

²⁵⁷ CIA Archives/RDP85T00875R002000160013-5/ *Special Memorandum from the Board of National Estimates: Troubles Ahead for Zambia*, 1968: 1-11; Stan Du Plessis and Sophia Du Plessis, “Explanations for Zambia's Economic Decline”, *Development Southern Africa*, 23, 3, 2006: 351-369.

²⁵⁸ CIA Archives/RDP71T00730R000200070007-7/ *The Lobito Route: A Survey of the Capacity of the Rail Between Zambia and the Porto of Lobito*, 1966: 1-40; Allison Butler Herrick, *Area Handbook for Angola* (Washington, American University, 1967): 336-338; Irving Kaplan, *Area Handbook for Zambia* (Washington, American University, 1969): 263-264; Harold D. Nelson, *Area Handbook for Southern Rhodesia* (Washington, American University, 1975): 203-205.

a situação não se alterou substancialmente devido à incapacidade desta nova via férrea em processar tráfego de muita tonelagem.²⁵⁹

Todos estas dificuldades de implantação no terreno eram acentuadas por outra peculiaridade do Leste: a escassez demográfica. Fator que diminuía significativamente o potencial de autossuficiência da guerrilha no interior de Angola. As populações no apoio aos movimentos de libertação desempenharam funções polivalentes que forneciam vantagens económicas, políticas e militares, todas elas de extrema importância para a sobrevivência física de uma guerrilha em palco hostil, muitas das vezes, sob o cerco duplo das tropas coloniais e de movimentos rivais. O comandante N'Zau Puna referiu a importância dos civis no esforço da luta armada da UNITA: “De facto, não é fácil e foi para mim dura a convivência com os camponeses. Só que, aos poucos, tornaram-se os nossos grandes defensores e mesmo protectores. Entenderam a nossa luta. Deram-nos informações que sabiam, e os seus filhos alistaram-se na tropa. Os camponeses foram, de facto, peças importantes para a nossa luta.”²⁶⁰ Sobre esta questão, Chiwale foi mais longe e afirmou que o contributo dos civis representou um requisito base para a presença da guerrilha no interior: “Sem o povo do Leste não sobreviveríamos nem sequer um mês, pois disponibilizaram as armas, a alimentação e as informações.”²⁶¹ Como veremos, o controlo das populações, muitas das vezes feito à base da coerção, foi um capital estratégico militar tão ou mais importante que o da captura territorial, quer para os movimentos nacionalistas, quer para o regime colonial através da criação da rede de aldeamentos estratégicos.

Para além dos constrangimentos expostos acima, uma característica única da Frente Leste foi a do desenrolar de uma competição militar simultânea, por domínio territorial e controlo das populações, entre os três movimentos de libertação. Os reflexos da natureza fragmentada do nacionalismo revolucionário angolano manifestaram-se de forma plena no Leste, o palco generalizado de uma “luta fratricida” tripartida que encetou uma guerra civil a que foi dada continuidade depois da independência em 1975.

²⁵⁹ Allison Butler Herrick, *Area Handbook for Tanzania* (Washington, American University, 1968): 242-243; Bruce D. Larkin, *China and Africa – 1949-1970* (Los Angeles, University of California Press, 1971): 96-103; Jamie Mason, *African's Freedom Railway: How Chinese Development Project Changed Lives and Livelihoods in Tanzania* (Bloomington, Indiana University Press, 2009): 34.

²⁶⁰ Miguel N'Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 110-111.

²⁶¹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 104.

2 – A Infância da Guerrilha: Arranque e Colapso

Na edição de Junho de 1970 do boletim político *Kwacha*, a UNITA apresentou uma apreciação do seu contributo nos últimos quatro anos de guerra, onde indicou que a primeira ação que a guerrilha tomou contra os “colonialistas portugueses” deu-se em Abril de 1966 em Makafuma, na província do Moxico.²⁶² Este ataque não transpareceu nos relatórios de situação militar que, referem algumas ações de infiltração na fronteira e tentativas de autoria desconhecida de sabotagem a pontes.²⁶³ Não existe registo da ocorrência de ataques a alvos militares por parte dos movimentos independentistas no Moxico para este período.²⁶⁴ Porém, a guerrilha da UNITA já tinha empreendido ataques a alvos civis desde Fevereiro de 1966, abrindo de forma efetiva a Frente Leste.²⁶⁵

A primeira ofensiva confirmada da guerrilha do Galo Negro contra um alvo militar deu-se a 4 de Dezembro de 1966 no Posto Administrativo de Cassamba.²⁶⁶ Sessenta guerrilheiros liderados pessoalmente por Savimbi atacaram um quartel do exército sem provocarem nenhuma baixa entre a tropa portuguesa.²⁶⁷ Num discurso em 1996, Savimbi invocou este acontecimento como uma das datas que integrava a memória comemorativa do movimento: “Os marcos mais importantes do percurso da UNITA: o 4 de Dezembro de 66, quando atacámos Kassamba; 25 de Dezembro de 66, quando atacámos Teixeira de Sousa; o 25 de Abril de 74, quando a tropa Portuguesa, num Golpe de Estado, libertou Portugal e também permitiu que as colónias se libertassem.”²⁶⁸

²⁶² AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Angola*, No. 4, 1970: 1.

²⁶³ ANTT/ SCCIA/ Livro 132/ Relatório de Situação N°208/ 30MAR66 a 6ABR66: 20-21; ANTT/ SCCIA/ Livro 132/ Relatório de Situação N°211/ 20ABR66 a 27ABR66: 27-28.

²⁶⁴ ANTT/ SCCIA/ Livro 132/ Relatório de Situação N°208/ 30MAR66 a 6ABR66: 20; ANTT/ SCCIA/ Livro 132/ Relatório de Situação N°209/ 6ABR66 a 13ABR66: 25-26; ANTT/ SCCIA/ Livro 132/ Relatório de Situação N°210/ 13ABR66 a 20ABR66: 24; ANTT/ SCCIA/ Livro 132/ Relatório de Situação N°211/ 20ABR66 a 27ABR66: 28; ANTT/ SCCIA/ Livro 132/ Relatório de Situação N°212/ 27ABR66 a 4MAI66: 23.

²⁶⁵ ANTT/ SCCIA/ Livro 131/ Relatório de Situação N°200/ 3FEV66 a 9FEV66: 25.

²⁶⁶ ANTT/ SCCIA/ Livro 134/ Relatório de Situação N°243/ 30NOV66 a 7DEZ66: 31-32; Ver Anexos, Mapa 4.

²⁶⁷ Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977): 41; Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 71-72.

²⁶⁸ Esteves B.I. Pena, *Primeiro o Angolano, Segundo o Angolano... Angolano Sempre: Os Discursos do Dr. Jonas Malheiro Savimbi* (Lisboa, GEPMI, 2019): 416.

O ataque à Vila de Teixeira de Sousa no extremo oriental do Caminho de Ferro de Benguela constituiu, de facto, um marco na Luta de Libertação de Angola.²⁶⁹ Uma data que foi, aliás, elevada a feriado nacional pelo Governo de Transição de 1975,²⁷⁰ juntamente com o 4 de Fevereiro de 1961 (Autoria reclamada pelo MPLA – Falsa autoria, a liderança do ataque pertencia à UPA-Interna)²⁷¹ e o 15 de Março de 1961 (Autoria da UPA). Savimbi destacou o 25 de Dezembro como um importante marco do calendário político do partido, ocasião em que, durante a Guerra Civil, se comemorava o Aniversário do Início da Luta Armada do Galo Negro na Jamba: “Vamos festejar, no dia 25 de Dezembro, 18 anos de combate armado da UNITA. São também 18 anos de FALA. Temos experiência neste combate e queremos que a UNITA e as Forças Armadas vão até ao fim.”²⁷² Embora não tivesse sido a primeira operação militar empreendida na nova frente foi, pela sua dimensão sem precedentes, uma ação com demasiado impacto para que as autoridades portuguesas ignorassem que a guerra havia, definitivamente, chegado ao leste de Angola.²⁷³ Apesar da clara vitória no campo da propaganda, a operação transformou-se, para todos os efeitos, num desastre militar para a guerrilha do Galo Negro.

Um grupo estimado de quinhentas pessoas, armadas de forma muito rudimentar, sob o forte efeito de álcool e motivadas por amuletos e orações de feiticeiros tradicionais, atacou frontalmente o aquartelamento do exército português junto ao aeródromo. O ataque resultou em baixas de duzentos e quarenta e três militantes para UNITA e a morte de quatro civis e de um Chefe de Brigada da PIDE.²⁷⁴ A violação dos princípios da doutrina militar de Mao, foi completa, com o ataque a assemelhar-se às táticas utilizadas pela rebelião Mau-Mau no Quênia (1952-1960), e aos levantamentos populares da UPA do 15 de Março de 1961, do que propriamente à atividade de uma guerrilha nacionalista moderna e disciplinada, que agia operacionalmente em pequena escala e tomava a

²⁶⁹ Ver Anexos, Mapa 2.

²⁷⁰ Helder Adegar Fonseca, “Angola: Presentes Instáveis, Passados Imprevisíveis” in José Manuel da Silveira Lopes, *Lutem até Alcançarem a Liberdade: Uma Leitura do ‘4 de Fevereiro’ de 1961 em Luanda* (Pontinha, Nova Vega, 2021): 16.

²⁷¹ Ver José Manuel da Silveira Lopes, *Lutem até Alcançarem a Liberdade: Uma Leitura do ‘4 de Fevereiro’ de 1961 em Luanda* (Pontinha, Nova Vega, 2021): 230-244.

²⁷² Jonas Savimbi, *Por um Futuro Melhor* (Lisboa, Nova Nórdica, 1986): 107.

²⁷³ Na mensagem de Ano Novo de 1967 o Presidente Américo Tomás lamentou o agravamento de um suposto mau ambiente internacional, alimentado pela “(...) incompreensão e ambição desmedida dos homens que através de guerras de tipo subversivo se aliam aos comunistas.” Referiu o incidente de Teixeira de Sousa, sem nunca, no entanto, referir a UNITA. Arquivo RTP, Noticiário Nacional, *Mensagem de Ano Novo dirigida aos Portugueses, de Américo Tomás, Chefe de Estado, no Palácio de Belém em Lisboa, 1967*

²⁷⁴ ANTT/ SCCIA/ Livro 134/ Relatório de Situação N°246/ 21DEZ66 a 28DEZ66, 1966: 1, 25.

iniciativa apenas em zonas onde a posição inimiga era considerada fraca, de forma a maximizar as hipóteses de sucesso e de minimizar o número de baixas.²⁷⁵

Em retrospectiva a UNITA justificou as razões estratégicas do ataque – evitar a criação de duas novas bases militares pelas tropas coloniais em Teixeira de Sousa – sem, no entanto, admitir as pesadas consequências que resultaram do amorismo tático da operação.²⁷⁶ Na perspetiva da PIDE, o ataque da UNITA ao quartel do exército em Teixeira de Sousa tinha um objetivo concreto: a captura de armamento.²⁷⁷

É importante referir precisamente o carácter popular deste ataque, ou seja, a esmagadora maioria dos atacantes não seriam guerrilheiros integrados nos quadros do movimento, mas populações mobilizadas para o efeito.²⁷⁸ O que revela, apesar do desastre militar, a primeira prova de sucesso da UNITA na capacidade de mobilização política em massa.

Depois de Teixeira de Sousa a guerrilha não voltou a repetir nenhum ataque frontal de larga escala a um povoamento. A escala operacional passou a ser consideravelmente menor e focada, numa fase inicial, em objetivos pragmáticos que dessem soluções concretas aos problemas imediatos da guerrilha, como a alimentação e a ausência quase total de armamento sofisticado. O grosso das atividades ofensivas traduziu-se em assaltos a casas comerciais e emboscadas a viaturas civis, por representarem alvos de baixo risco que possibilitavam a captura de variado equipamento e material.²⁷⁹ Ocorreram também diversos assassinatos de cunho político e racial, a agricultores e comerciantes europeus,²⁸⁰ assim como a Regedores²⁸¹ e a indivíduos de etnia Quimbundo.²⁸² Este foi, de forma

²⁷⁵ Peter Sommer, “Jonas Savimbi and UNITA’s Struggle for Independence: An Application of Mao’s Theory of Warfare?”, *National War College, Core Course II, Seminar X*, 1997: 1-10.

²⁷⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Angola*, No. 4, 1970: 1.

²⁷⁷ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.1/ NT 7444-7448/*Propaganda da UNITA*, 1967: 94.

²⁷⁸ O grosso dos indivíduos que participaram no ataque aparentam ter sido recrutados pela UNITA dias antes numa pedreira junto à fronteira com o Congo e nas povoações ao longo da estrada entre Teixeira de Sousa e o Marco 25. A esmagadora maioria seria do grupo étnico Quioco. ANTT/ SCCIA/ Livro 134/ Relatório de Situação N°246/ 21DEZ66 a 28DEZ66, 1966: 25.

²⁷⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Actividades da UNITA*, 1967: 282-290; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Actividades do Inimigo*, 1967: 263-273.

²⁸⁰ ANTT/ SCCIA/ Livro 135/ Relatório de Situação N°256/ 1JMAR67 a 8MAR67, 1967: 34; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Luchazes: Actividades do Inimigo*, 1967: 273; ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.1/ NT 7444-7448/*Propaganda da UNITA*, 1967: 94.

²⁸¹ ANTT/ SCCIA/ Livro 136/ Relatório de Situação N°272/ 21JUN67 a 28JUN67, 1967: 33.

²⁸² ANTT/ SCCIA/ Livro 134/ Relatório de Situação N°250/ 18JAN67 a 25JAN67, 1967: 26.

geral, o *modus operandi* da UNITA no interior de Angola durante 1967. Reflexo de uma guerrilha mal equipada em estágio embrionário, numa clara busca de recursos, que lutava mais pela manutenção da sua existência nas matas do que propriamente pela expansão efetiva da sua presença no território. Seria equívoco falar nesta altura de áreas libertadas.

Isto não impediu a UNITA de empreender um trabalho de mobilização política entre as populações, através de palestras de esclarecimento, recrutamento de militantes, recolha de fundos e a constituição de comissões políticas a nível local.²⁸³ Consideradas pelas autoridades coloniais como “ações de aliciamento”, estas atividades desenrolavam-se normalmente de noite por questões de segurança.²⁸⁴ Seria igualmente errado falar de populações libertadas sob administração da guerrilha, a presença entre as populações era, em 1967, de carácter essencialmente transitório.

Desenvolveram-se, também, atos de sabotagem com repercussões regionais muito negativas para a UNITA. A 23 de Março de 1967, a guerrilha descarrilou um comboio no Km 983 do CFB enquanto Savimbi se encontrava no Cairo em busca de apoios.²⁸⁵ O boletim político do movimento esclareceu que este ataque não teve como objetivo a paralisação da economia zambiana mas sim impedir o transporte de tropas colonial na linha férrea: “It was in 1967 that the UNITA comandos blew up the Benguela Railway – Tanganyka Concessions – not with intentions of harming the economy of Zambia which is using the line for export of copper through the Lobito port in Angola, but because the portuguese soldiers continously have been utilising the same line for military reasons.”²⁸⁶ As repercussões diplomáticas do ato de sabotagem foram imediatas. Fernando Bandeira, diretor da Tanganyka Concessions, consórcio britânico que explorava a linha de Benguela, fez uma viagem a Lusaka na qual esclareceu Kaunda que se o seu governo continuasse a dar refúgio aos movimentos nacionalistas angolanos todo o tráfego

²⁸³ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo I, 2; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/UNITA-Distrito do Bié, 1967: 297; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ UNITA-Distrito de Moxico, 1967: 284; Ver Anexos, Figura 8.

²⁸⁴ “A Revolução impusera-nos um regime noctívago: dormíamos de dia e andávamos de noite de aldeia em aldeia fazendo palestras.” Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 90.

²⁸⁵ O MPLA reivindicou para si a sabotagem do CFB, embora os serviços de informação militar sejam da opinião que este fora um ato da exclusiva responsabilidade da UNITA. ANTT/ SCCIA/ Livro 135/ Relatório de Situação N°259/ 22MAR67 a 29MAR67, 1967: 1, 33; Ver Anexos, Figura 26.

²⁸⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ Kwacha-Angola, No. 4, 1970: 2.

zambiano seria banido da linha.²⁸⁷ Em Julho de 1967, Savimbi foi preso pela polícia de imigração da Zâmbia ao tentar regressar ao interior de Angola.²⁸⁸ De acordo com Fred Brigland, a intervenção de Nasser e a pressão de Nyerere foram determinantes para que não fosse entregue às autoridades portuguesas.²⁸⁹ Savimbi só voltaria a território angolano passado aproximadamente um ano, em Julho de 1968. Até lá viveria no exílio no Cairo, empenhado no projeto de reestruturação do movimento.²⁹⁰

Chiwale, que permaneceu junto da guerrilha, caracterizou este momento como um dos mais difíceis da existência da UNITA, com parte considerável dos comandantes que compunham o grupo original dos onze a retirarem das matas e a refugiarem-se clandestinamente na Zâmbia.²⁹¹ Durante o segundo semestre de 1967 e o primeiro de 1968, com comunicação muito irregular com a liderança no exterior e privada de linhas de abastecimento, a guerrilha no interior de Angola ficou entregue a si mesma, em risco de se desintegrar completamente como força operacional de combate. Num artigo do jornal *Zambian News*, um representante do movimento admitiu que a organização, órfã da sua liderança, corria o risco de se extinguir: “Um dos dirigentes da UNITA reconhece não ser suficiente a orientação que Savimbi continua a dar por telegramas e que, sem a sua presença, a UNITA está condenada a desaparecer.”²⁹²

A decisão de Kaunda em limitar as atividades militares dos movimentos nacionalistas angolanos em território zambiano incluiu a UNITA e, também nesta altura, o MPLA: “Recentemente, o governo de Lusaka determinou medidas atinentes a impedir as actividades do ‘MPLA’ e ‘UNITA’ no território da Zâmbia, por pretender melhorar as relações existentes com Portugal.”²⁹³ Um informante da PIDE no terreno relatou a situação dramática vivida por estes dois movimentos de libertação naquele país: “O pessoal dos partidos revolucionários em Lusaka, encontra-se muito desmoralizado com a resolução do governo da Zâmbia, mas principalmente o MPLA e a UNITA, que se

²⁸⁷ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 75; John P. Cann, “Securing the Borders of Angola (1961-1974)”, *Revista Militar*, 2495, 2009: 1688.

²⁸⁸ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 192; Gillian Rosalind Gunn Clissold, “Coercion versus Co-Optation: Western Relations with the MPLA and FRELIMO from 1956 to 1976” (PhD Thesis, London School of Economics and Political Science, 2001): 80.

²⁸⁹ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 75.

²⁹⁰ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 77-79.

²⁹¹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 115.

²⁹² ANTT/ SCCIA/ Livro 136/ Relatório de Situação N°281/ 23AGO67 a 30AGO67, 1967: 11.

²⁹³ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.1/ NT 7444-7448/Situação na Zâmbia, 1967: 181.

encontram mesmo sem qualquer acção de movimentos, isto quanto à passagem de pessoal, armamento e munições com destino a Angola.”²⁹⁴ As atividades políticas destas organizações continuaram a ser permitidas, embora circunscritas à capital, em Lusaka.²⁹⁵

Durante a ausência de Savimbi intensificaram-se significativamente as ações de deslocamento forçado das populações das suas aldeias para acampamentos sob controlo da UNITA.²⁹⁶ Conduta identificada por Carlos Pacheco em relação ao MPLA, no que classificou como a “Guerra contra as Comunidades Rurais”.²⁹⁷ Este comportamento vai ao encontro da teoria formada por Reed M. Wood, relativa ao uso estratégico de violência da guerrilha contra civis.²⁹⁸ Uma guerrilha em contexto de severos constrangimentos tem uma maior tendência a instrumentalizar a violência contra as populações, utilizando-a como um mecanismo de recrutamento e cooperação logística.

Estes métodos coercivos transparecem nos autos registados pela PIDE-DGS de civis que se apresentaram ou foram capturados à guerrilha. Como o caso do camponês Sahamba Sacatambo que, juntamente com a sua comunidade, foi raptado pelos guerrilheiros do Galo Negro em 1967: “(...) a UNITA apareceu no quimbo onde residia, e de sua naturalidade, o Sandonga, na área do rio Dala. Após lhes ter dito que a ‘terra’ agora era deles [UNITA], levou-os para a mata, onde ficaram sob o seu controle.”²⁹⁹ O caso de Japão Samussango, que em inícios de 1968 foi forçado a deslocar-se com a sua comunidade do povoamento onde residia, para junto da nascente do rio Chimbandianga.³⁰⁰ Teneti Chimona, agricultor que se apresentou no posto de Cangamba, declarou ter sido raptado pela UNITA em Dezembro de 1967, e terá ouvido o seguinte

²⁹⁴ ADN/SGDN/Caixa 4259/Pasta 1/ PIDE Informação nº 118 SC/CI/ *Actividades do Inimigo*, 1967: 6.

²⁹⁵ Douglas G. Aglin, “Confrontation in Southern Africa: Zambia and Portugal”, *International Journal*, 25, 3, 1970: 504-507.

²⁹⁶ **Agosto de 1967** - ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Distrito do Moxico: Actividades da UNITA*, 1967: 72; **Outubro de 1967** - ANTT/ SCCIA/ Livro 137/ Relatório de Situação Nº288/ *11OUT67 a 18OUT67*: 31; **Novembro de 1967** - ANTT/ SCCIA/ Livro 137/ Relatório de Situação Nº292/ *08NOV67 a 15NOV67*: 33; **Dezembro de 1967, Janeiro de 1968, Fevereiro de 1968, Março 1968** - ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Distrito do Bié: Actividades da UNITA*, 1969, 108, 110, 122-124, 142-143; **Julho de 1968** - ANTT/ SCCIA/ Livro 139/ Relatório de Situação Nº326/ *07JUL68 a 13JUL68*: 26; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ *Apresentação das Populações*, 1968, 164.

²⁹⁷ Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva*, Vol. 1 (Lisboa, Nova Vega, 2016): 377-479.

²⁹⁸ Reed M. Wood, “Rebel Capability and Strategic Violence against Civilians”, *Journal of Peace Research*, 47, (5), 2010: 601-614.

²⁹⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 2996/ NT8109/ *Relatório de Interrogatório Nº5/72-SP*, 1972: 81.

³⁰⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 2996/ NT8109/ *Relatório de Interrogatório Nº26/72-DINV*, 1972: 102.

discurso no acampamento da guerrilha: “Os terroristas que raptaram o declarante, doutrinavam as populações e advertiam-nas de que não podiam apresentar-se às autoridades, mas sim permanecer nas matas até vir Savimbi. Acrescentaram ainda, que se tornava necessário combater os terroristas do MPLA, que são tão inimigos da UNITA como os brancos.”³⁰¹ Ou o exemplo de Malassa Cachisse, que declarou que o primeiro contacto que teve com guerrilheiros foi em finais de 1967, quando um grupo da UNITA se dirigiu à sua aldeia e afirmou que “(...) andavam na terra a fazer guerra aos brancos e que iam correr com eles de Angola, pois esta era dos pretos e que aqueles só andavam cá a tirar-lhes as coisas deles.”³⁰² O grupo procedeu a uma requisição forçada de géneros alimentares, e advertiram os indivíduos da comunidade que não se dirigissem ao Posto Administrativo, ou seriam mortos por eles ou pelos ‘brancos’. A testemunha relatou que os guerrilheiros assassinaram dois elementos da população “por terem conhecimento que eram feiticeiros.”³⁰³ Este caso contradiz as acusações posteriores da UNITA que a execução sumária de autoridades tradicionais eram atos da exclusiva autoria da guerrilha do MPLA.³⁰⁴

Em sérias dificuldades logísticas e operacionalmente decapitada da sua liderança, a guerrilha da UNITA *interna* intensificou as táticas coercivas de baixo custo para compelir comportamentos colaborativos entre as populações. No Capítulo V veremos em detalhe como através da consolidação de áreas libertadas o movimento do Galo Negro optou também por estratégias de alto custo para conseguir a lealdade dos civis, através da oferta de segurança e da criação de serviços básicos de saúde e educação.

Outro golpe pesado que se abateu sobre a guerrilha foi o problema das deserções. Chiwale descreve um ambiente generalizado de desânimo entre os comandantes, causado pelo exílio de Jonas Savimbi: “Isaías Mussumba, coordenador político-militar da região nº1, foi o primeiro a abandonar a luta. Endereçou-me uma missiva onde dizia: ‘Epá, eu vou me embora. Com a prisão do Dr. Savimbi isto já não dá mais nada. Quem mais poderá, para além dele, estabelecer relações com o exterior para adquirir armamento?’ Seguiram-se outros comandantes que abandonaram o interior, dirigindo-se para a

³⁰¹ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Processo C.1.UNITA/ NT9093/ *Distrito do Moxico: Actividades do In*, 1969: 79.

³⁰² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 2996/ NT8109/ *Relatório de Interrogatório Nº14/72-DINV*, 1972: 106.

³⁰³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 2996/ NT8109/ *Relatório de Interrogatório Nº14/72-DINV*, 1972: 106.

³⁰⁴ Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977): 31.

Zâmbia: Calundungu foi um deles. Foi também nesse momento que assistimos às primeiras traições, sobretudo por parte de companheiros com os quais tínhamos ido a Nanquim e fundado a UNITA. (...) O desespero era total.”³⁰⁵

A 2 de Julho de 1968 assistiu-se à maior dissidência da história da UNITA durante a guerra de independência. O comandante Samuel Civala “Mwanangola”, membro do grupo original dos onze, desertou e juntou-se à FNLA levando cento e cinquenta guerrilheiros que tinha sob o seu comando.³⁰⁶ Marcum sugere que Holden Roberto enviou uma unidade do ELNA para o noroeste de Teixeira de Sousa com ordens específicas para evitar confrontos com os guerrilheiros da UNITA, de forma a estabelecer uma linha de comunicação com a intenção de aliciar “Mwanangola” a regressar à FNLA.³⁰⁷ Puna refere que a deserção teve motivações de cunho étnico, acusando Civala de atitudes tribalistas por “Não conseguir esquecer que era Quioco.”³⁰⁸ De facto, foi essa a leitura do boletim político da UNITA em 1969: “These people [FNLA] have infiltrated reactionary elements into Angola to spread discouraging propaganda, and they have sunk so low as to have resorted to tribalism to regain some influence amongst the people.”³⁰⁹ Uma das razões que catalisou a deserção deste numeroso contingente parece estar relacionado com as duras condições que a guerrilha do Galo Negro atravessava nas matas. A partir do auto da PIDE-DGS do aldeão Muancandure Muaxiávua, as razões apresentadas por Samuel Civala foram as seguintes: “(...) à chegada o Muanangola [Civala] mandou chamar o declarante, a quem disse que ia regressar de vez à Zâmbia, pois andava a morrer muita gente e a UNITA não possui armas bastantes para poderem lutar.”³¹⁰

³⁰⁵ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 115.

³⁰⁶ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, 8; De acordo com Savimbi o número de guerrilheiros que desertaram para a FNLA, juntamente com Mwanangola, limitou-se a “uma dezena”. Jonas Savimbi, *Angola: A Resistência em Busca de uma Nova Nação* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 22.

³⁰⁷ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 214.

³⁰⁸ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 85.

³⁰⁹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Angola*, No. 2, 1969: 3.

³¹⁰ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Declarações de Muacandure Muaxiávua*, 1969: 263.

3 – Refundação e Reativação da Luta Armada

Paralelamente a estes acontecimentos, Savimbi, exilado no Cairo, empreendeu um projeto de reestruturação do movimento e planeava o seu regresso para junto da guerrilha em Angola. Com este propósito criou-se a Missão Externa, composta por Miguel N'zau Puna, encarregue da vertente militar, o histórico fundador Tony da Costa Fernandes, com responsabilidades versáteis de diplomacia e propaganda, e Jorge Sangumba como representante da UNITA no exterior.³¹¹ Miguel N'Zau Puna, personagem incontornável da organização, não figura entre o grupo dos fundadores originais da UNITA, embora reclame esse estatuto.³¹² Durante a Conferência Constituinte de Muangai, em 1966, era ainda militante da UPA e encontrava-se na Tunísia num curso de agronomia.³¹³ Não é claro quando se iniciaram os primeiros contactos com a UNITA, mas foi em meados de 1967 que se juntou a Jonas Savimbi no Cairo, de onde seguiu para um curso de formação militar na China. Para a narrativa explicativa deste estudo é a partir deste ponto que as memórias de Puna são consideradas como um testemunho ativo da história da organização.

Em meados de 1968 a Missão Externa deslocou-se clandestinamente para o escritório que Daniel Muliata e Smart Chata, ex-militantes do ATECAR, mantinham em Lusaka.³¹⁴ O objetivo era o de restabelecer contactos regulares com a guerrilha no interior e infiltrar a chefia militar em Angola para a reestruturação da UNITA *interna* e a reativação da luta anticolonial. É consensual entre vários autores e testemunhos que o regresso de Savimbi a Angola se efetuou a 28 de Julho de 1968.³¹⁵ Aspeto que aparentemente passou despercebido ao serviço de informação da PIDE, que em finais de Outubro de 1968 continuou a dar a ausência do líder da UNITA como evidente.³¹⁶

Com o regresso de Savimbi para junto da guerrilha assistiu-se a uma reestruturação profunda que pode ser classificada como uma refundação do movimento.

³¹¹ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 77-79.

³¹² Miguel N'Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 55.

³¹³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*O que é a UNITA e os seus esforços para a Libertação de Angola*, 1966: 309.

³¹⁴ Ver Anexos, Figura 19.

³¹⁵ Miguel N'Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 28; Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 79; Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 123.

³¹⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ *Zâmbia: Actividades da UNITA*, 1968: 31.

Convocou-se uma conferência de altos quadros na qual se definiram tarefas concretas entre a UNITA *interna* e a UNITA *externa* e procedeu-se a uma reorganização hierárquica. Reorganização que refletiu uma distinção mais clara entre a vertente político/partidária e a componente militar do movimento, com as nomeações de Puna para Secretário Geral do Partido e Chiwale para Comandante Geral das Forças Armadas.³¹⁷ A constituição das FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola) foi uma criação desta conferência de quadros e não da Conferência de Muangai de 1966, como já tinha sido referido no capítulo anterior.³¹⁸ Desta reestruturação nasceu um plano de formação de comandantes através da criação de cursos de doutrina política, estratégia, tática e geografia ministrados por Savimbi, Puna e José Kalundungo. O objetivo era replicar nas matas as competências adquiridas pelo núcleo duro de comandantes que fez formação na China e autonomizar o processo de criação de altos quadros sem a necessidade de enviar recursos humanos para o estrangeiro.³¹⁹

A expulsão da UNITA da Zâmbia e o seu não reconhecimento como legítimo movimento de libertação angolano por parte de Kaunda, continuou até ao final da guerra de independência em 1974, apesar de Savimbi ter tentado persuadir, em vão, a opinião pública e o governo de Lusaka por diversas vezes. Em finais de Abril de 1968, Smart Chata organizou uma manifestação de refugiados angolanos na cidade zambiana de Copperfield, contra a decisão do governo de Kaunda de encerrar a sede do Galo Negro naquele país.³²⁰ Em Outubro de 1968, através de uma carta aberta ao povo zambiano divulgada no *Times of Zambia*, Savimbi negou que a sabotagem do CFB tivesse sido obra da sua guerrilha e prometeu que tudo faria para impedir ataques à linha: “O Dr. Savimbi afirmou que a UNITA necessita de apoio para a luta e pediu ao governo zambiano para não tratar com hostilidade em virtude de ter sido acusada de sabotar o CFB usado para levar para a Zâmbia abastecimentos vitais e escoar o cobre. Segundo Savimbi, a sabotagem do CFB não foi trabalho da UNITA, acrescentando que tinha instruído os seus comandantes do exército e activistas na área para não atacarem o caminho de ferro.”³²¹

³¹⁷ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 76.

³¹⁸ No processo individual de Chiwale há a indicação de que as FALA foram fundadas em 1968, embora não exista referência a nenhum tipo de reestruturação dentro da UNITA. ANTT/PIDE-DGS/Serviço Central/SR/ Processo 128/65/NT 3446/ Processo Individual: *José Samuel Chiwale*, 1971: 50.

³¹⁹ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 79.

³²⁰ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.2/ NT 7444-7448/*Encerramento da Sede da ‘UNITA’ em Lusaka*, 1968: 358.

³²¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1968: 162-163.

Em Fevereiro de 1969, o presidente do Galo Negro enviou uma carta a Kaunda onde admitiu a autoria do ataque ao CFB e afirmou a disponibilidade para cumprir as condições do governo zambiano caso lhe fosse permitido o trânsito no país: “Na sua carta que me foi entregue por estafetas que passaram despercebidos às tropas portuguesas, o Dr. Savimbi admite ter quebrado as condições estritamente impostas pelo governo para controlar os terroristas na Zâmbia. (...) O dirigente da UNITA prossegue, afirmando que se lhe for dada outra oportunidade para operar de Lusaka, assegura que as condições impostas pelo governo zambiano serão estritamente cumpridas.”³²²

Perante a ausência de resposta, Savimbi alterou radicalmente a estratégia e passou à ofensiva. Entre Abril e Maio de 1969, a guerrilha elaborou um número recorde de catorze ações de sabotagem a vários níveis sobre o CFB, o que sugere uma jogada clara de forçar o apoio zambiano através da paralisação da sua economia de exportação.³²³ O auto de um militante capturado pela PIDE em Julho 1969 confirma esta intenção: “O Savimbi, depois de historiar a sua vida política, os descarrilamentos feitos pela UNITA, referiu-se ao material de guerra retido na Zâmbia e que estes descarrilamentos eram para o Kaunda ver a potência da UNITA.”³²⁴

A recusa do governo de Lusaka implicou que, para o movimento do Galo Negro e até ao final da guerra, o trânsito logístico naquele país ficava limitado à clandestinidade, o que criou uma necessidade urgente de estratégias de autossuficiência por parte da guerrilha no interior de Angola. Em 1983, Savimbi recordou a intransigência de Lusaka: “A Zâmbia nunca aceitou, de livre vontade, cooperar com a UNITA.”³²⁵

O movimento do Galo Negro demonstrou também a capacidade de manter uma rede de células clandestinas fora das matas – o que vai contra a tese que sugere “the absence of organised opposition in the Central Highlands before 1974”.³²⁶ Em Julho de 1969, a PIDE executou a “Operação Detenção” que desmantelou uma rede de militantes da UNITA na cidade do Luso e nas províncias do Bié e Huambo, que desenvolvia atividades de agitação política e de apoio logístico à guerrilha. A ação da polícia resultou

³²² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 221-222.

³²³ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexo C, 4.

³²⁴ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Declarações de Felisberto Gongo Bernardo*, 1969: 256.

³²⁵ Jonas Savimbi, *Por um Futuro Melhor* (Lisboa, Nova Nórdica, 1986): 72.

³²⁶ Justin Pearce, “Control, Ideology and Identity in Civil War: The Angolan Central Highlands 1965-2002” (PhD Thesis, University of Oxford, 2011): 75.

na prisão de diversos indivíduos, entre eles o cabecilha, Eduardo Jonatão Chinguji,³²⁷ e o elemento de ligação entre a célula clandestina urbana e o acampamento de Jonas Savimbi nas matas, João Cauaua.³²⁸ Nas suas memórias, Chiwale assinala esta onda de prisões e refere Chinguji como o coordenador das células. Atribui este acontecimento, erroneamente, ao ano de 1970, e exagera o número de militantes presos pela polícia: “Era uma verdadeira limpeza: cerca de 600 militantes da UNITA das redes clandestinas, incluindo pastores, catequistas e evangelistas, foram presos e enviados para o Tarrafal e São Nicolau; grande parte acabou por falecer.”³²⁹ O relatório da PIDE aponta para um número de capturados mais modesto: “(...) procedeu-se à ‘Operação Detenção’ que consistiu na captura de todos os responsáveis mais activos. Posteriormente foram transferidos para Luanda 16 dos capturados.”³³⁰

Com base em interrogatórios aos militantes presos resultou a tentativa, por parte da polícia política em colaboração com o exército, de localizar o acampamento de Savimbi nas matas e proceder a uma ofensiva que liquidasse fisicamente a liderança da UNITA. Ofensiva que falhou pela impossibilidade de localizar o referido acampamento.³³¹ Chiwale, por outro lado, refere que esta tentativa esteve perto de ser bem-sucedida, graças à suposta traição de Castro Bango, um militante que servia de elo de comunicação entre a célula do Luso e a guerrilha nas matas: “Entretanto a tropa portuguesa conseguira localizar a coluna do Dr. Savimbi, logo depois da retirada de Castro Bango, o que nos fez suspeitar. O Dr. Savimbi escapou à justa. Estava claro que o delator, ao chegar ao Luso, dera com a língua nos dentes junto da polícia política portuguesa.”³³²

Estas redes de apoio, desempenharam um papel importante no alívio dos problemas logísticos da guerrilha do Galo Negro que vivia sob permanente penúria material. Estes militantes, que habitavam em zonas sob controlo colonial, adquiriam

³²⁷ Pai do comandante das FALA David “Samwimbila” Jonatão Chingunji e do Secretário de Relações Exteriores da UNITA, Pedro “Tito” Chinguji, assassinado durante as purgas ordenadas por Savimbi em 1991.

³²⁸ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Actividades da UNITA*, 1969: 258; De acordo com Jaka Jamba, Chingunji, após ser preso pela PIDE, foi posteriormente mobilizado pelas autoridades coloniais para desenvolver ações “psicológicas” entre as populações. Jaka Jamba, *Ecossistema de Colina: Memórias e Testemunhos* (Luanda, Mayamba, 2022): 124.

³²⁹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 138.

³³⁰ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Actividades da UNITA*, 1969: 258.

³³¹ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Actividades da UNITA*, 1969: 258.

³³² Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 138.

produtos nas casas comerciais que depois enviavam de forma clandestina para a guerrilha nas matas. Abundam exemplos desta prática na correspondência capturada pela PIDE entre os comandantes da UNITA e simpatizantes da causa independentista que viviam sob administração portuguesa. Foi o caso de João Simões, residente em Chicala,³³³ que trocou diversa correspondência com Savimbi na mata, onde lhe foram encomendados diversos artigos.³³⁴ O colaborador alertou, por várias ocasiões, para o perigo de poder vir a ser descoberto graças às suspeitas das autoridades: “No entanto eu creio que alguma coisa há, pois desde então para cá a polícia está a vigiar muito as lojas e se vê um preto com um embrulho vai logo ver o que ele leva, até ver tem deixado seguir tudo.”³³⁵ – “Por exemplo, ainda esta semana estiveram aqui na povoação, toda a semana, 2 agentes da PIDE, que vieram algumas vezes a todas as casas para os informarem se notam que os pretos compram artigos em excesso (...)”.³³⁶

A entrega de artigos adquiridos por militantes e simpatizantes era quase sempre feita através de um intermediário que se deslocava às matas. Os madeireiros, que no desempenho da sua profissão eram, muitas vezes, obrigados a transitar em zonas sob o controlo da UNITA, tornaram-se num elo importante que permitiu o estabelecimento de uma linha de abastecimento à guerrilha. Foi através das camionetas de transporte de madeiras que a célula clandestina do Luso enviou, por diversas vezes, géneros alimentares ao acampamento de Savimbi: “Era através daquelas camionetas que o ‘comité do Luso’ mandava fuba, peixe e outros auxílios aos terroristas, ao que parece com o conhecimento dos próprios proprietários que, nesse sentido, teriam mentalizado os seus motoristas.”³³⁷ No Capítulo V abordaremos de forma aprofundada a questão logística e as iniciativas de autossuficiência desenvolvidas pela guerrilha das FALA.

O ano de 1969 foi também marcado pelas primeiras conversações secretas entre as autoridades portuguesas e a direção da UNITA, com o objetivo de estabelecer um pacto de não agressão mútuo que dificultasse a progressão do MPLA no leste de Angola. As conversações iniciadas pelas autoridades portuguesas, sob o nome de “Operação

³³³ Ver Anexos, Mapa 5.

³³⁴ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Actividades do Inimigo*, 1969: 200-204.

³³⁵ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Actividades do Inimigo*, 1969: 202.

³³⁶ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Actividades do Inimigo*, 1969: 210.

³³⁷ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Colaborador ‘O Santiago’*, 1969: 233.

Viragem”, revelaram-se um fracasso. Foi apenas mais tarde, em 1971, que a guerrilha da UNITA e o Comando da Zona Militar Leste (ZML) estabeleceram um acordo de colaboração efetivo (Operação Madeira), que durou continuamente até finais de Dezembro de 1973.

Existem indícios que as autoridades portuguesas teriam consciência de que Savimbi estaria, não só disponível, como positivamente recetivo para a abertura de negociações deste tipo. Um chefe de acampamento da UNITA capturado pela PIDE em 1969, declarou no seu auto ter sido testemunha do seguinte discurso na base do Chivulo: “Numa das visitas ao Chivulo, que teve lugar no mês de Agosto de 1968, o Samuel recomendou que não deveriam atacar os brancos, pois Savimbi iria dar instruções sobre como devia ser conduzida a guerra. Por fim acrescentou que Savimbi pretendia avistar-se com os brancos e entabular conversações para um entendimento.”³³⁸

As primeiras conversações deram-se em Fevereiro de 1969, através de correspondência, entre o Diretor da PIDE-DGS em Luanda, Aníbal São José Lopes, e o Presidente da UNITA. O Diretor da PIDE, tentou persuadir retoricamente Savimbi a colaborar com as autoridades portuguesas sem, no entanto, estabelecer as condições dessa futura colaboração: “Consideramos chegado o momento decisivo, não podemos perder mais tempo, pois mais vidas se perderão. Daqui para diante a responsabilidade é sua e a UNITA, além de ver os seus elementos destruídos pelo MPLA ou juntarem-se ao GRAE, ficará responsável pela morte de milhares de vidas inocentes que a fome e a doença não perdoarão. Confiaram na UNITA e ela não teve possibilidade de lhe valer, ao passo que, colaborando connosco tudo isso se evitaria.”³³⁹

Savimbi, por outro lado, apresentou propostas concretas que deviam servir para a “solução de uma parte dos problemas”, entre elas, a condição geral das autoridades portuguesas em aceitarem o “princípio imutável do reconhecimento ao direito à independência para os povos que vivem em Angola.” Para além desta condição geral, o dirigente da UNITA estabeleceu, como base da negociação, que a PIDE libertasse diversos presos políticos do movimento, entregasse armas e munições, e o fim do que Savimbi considerou como a “vossa propaganda pro-MPLA fora e dentro de Angola.”³⁴⁰

³³⁸ Sublinhado nosso - ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ *Distrito do Moxico: Actividades do Inimigo*, 1969: 79-80.

³³⁹ Sublinhado nosso - ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Operação Viragem*, 1969: 304.

³⁴⁰ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Envio de uma carta endereçada por Jonas Malheiro Savimbi*, 1969: 315.

São José Lopes pressionou para a realização de um encontro pessoal com o presidente da UNITA: “Sugeria nessa minha carta um encontro para dialogarmos, com plena garantia da sua segurança pessoal, e propunha-lhe que a UNITA deixasse de actuar contra nós, procedimento esse que, em contrapartida, cumpriríamos rigorosamente da nossa parte.”³⁴¹ Encontro que se realizou perto de Cangamba a 7 de Março,³⁴² sob o comando do inspetor Óscar Cardoso, acompanhado por uma escolta de 14 *Flechas* e pelo comandante dissidente das FALA e colaborador da PIDE, Tiago Sachilombo. Aquando da chegada ao local, os guerrilheiros da UNITA insistiram em desarmar a comitiva portuguesa e deram indicação de um novo sítio onde se realizaria a reunião com Savimbi.³⁴³ De acordo com a versão de Óscar Cardoso: este, receoso de uma possível cilada, decidiu fazer um voo de reconhecimento de helicóptero sobre o local indicado, quando o piloto alertou para a falta de combustível, o que obrigou uma ida à base para reabastecer. No regresso ao local da reunião a aeronave foi surpreendida por chuva torrencial que obrigou novo regresso à base, deixando a escolta de *Flechas* à sua sorte nas matas com a guerrilha. Numa entrevista, Óscar Cardoso descreveu a imagem do dia seguinte: “À noite, o nosso radiotelegrafista, que estava no acampamento da UNITA, comunicou que havia notícias de que os *Flechas* tinham sido massacrados. Disse-lhe para destruir o rádio e meter-se num buraco. De manhã começámos a ver corpos dos *Flechas* cortados aos bocados.”³⁴⁴

Apesar de ser inconclusivo se a emboscada da guerrilha sobre as forças da PIDE-DGS ter sido de natureza premeditada ou espontânea, esta foi divulgada no boletim político do movimento como uma cilada planeada e, de forma a demonstrar a autenticidade do ataque, foram publicados os números de série das espingardas de assalto capturadas aos *Flechas*. N’Zau Puna também refere este episódio e classifica-o como um plano premeditado de atrair as forças portuguesas para uma armadilha.³⁴⁵ Na narrativa da UNITA, a PIDE tinha desenvolvido um plano com a colaboração de diversos dissidentes do movimento para decapitar a liderança da organização: “Their plan was to capture the

³⁴¹ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Correspondência*, 1969: 327.

³⁴² Ver Anexos, Mapa 6.

³⁴³ Fernando Cavaleiro Ângelo, *Os Flechas: A Tropa Secreta da PIDE/DGS na Guerra de Angola* (Alfragide, Casa das Letras, 2017): 103-106.

³⁴⁴ Entrevista a Óscar Cardoso conduzida por Leonardo Ralha (CMTV), Lisboa, 14 de Fevereiro de 2016: <https://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/oscar-cardoso-nunca-vi-torturar-ninguem>

³⁴⁵ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 93-94.

president of UNITA and other members of the High Command.”³⁴⁶ A “Operação Baile” foi desenvolvida pela guerrilha como resposta a este plano, que culminou na emboscada da comitiva portuguesa, que, de acordo com o boletim político, resultou na morte de dez tropas “fantoche” e onze agentes da PIDE.³⁴⁷ Número que contrasta com o revelado pela PIDE, que se resume a seis mortos.³⁴⁸ Os serviços de informação portugueses destacaram esta cilada como um dos ataques mais relevantes desempenhado pela guerrilha das FALA no ano de 1969, tanto pelo alto número de baixas como pela captura considerável de material.³⁴⁹

A “Operação Viragem” falhou em estabelecer um acordo de cessar-fogo e terminou com um pesado ataque sobre as forças paramilitares da PIDE-DGS. Os contactos entre as autoridades portuguesas e a UNITA só voltaram a ser retomados em Setembro de 1971, quando foi auscultada a possibilidade para a criação de um novo acordo, que mais tarde se veio a materializar na “Operação Madeira”.³⁵⁰

As atividades militares da UNITA, ao longo de 1969, demonstram a impossibilidade de um acordo de cessar-fogo efetivo entre o movimento do Galo Negro e as autoridades coloniais. Caracterizaram-se, essencialmente, por um crescendo nos ataques diretos ao exército português e, como já vimos, pela sabotagem de infraestruturas coloniais, particularmente o CFB. As características das operações desenvolvidas assemelhavam-se já às de uma guerrilha moderna disciplinada: “As acções mais expressivas, embora espaçadas, caracterizam-se pela surpresa, pelo efectivo concentrado para o efeito e pela violência com que foram desencadeadas e, conseqüentemente, pelas baixas causadas e pelo armamento de que se apoderou.”³⁵¹

Isto demonstra que o processo de reorganização que Savimbi empreendeu em meados de 1968 teve um impacto positivo no desempenho da guerrilha, que se materializou em resultados concretos e imediatos, com um inédito aumento da iniciativa

³⁴⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Angola*, No. 2, 1969: 4.

³⁴⁷ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Angola*, No. 2, 1969: 4.

³⁴⁸ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Correspondência*, 1969: 327.

³⁴⁹ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexo C, 4.

³⁵⁰ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ *UNITA. Operação Madeira/ Situação da UNITA (Estudo)*, 1973: 3.

³⁵¹ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexo C, 4.

no terreno. É importante referir que apesar das operações contra a tropa colonial terem acarretado um risco acrescido, apresentavam também uma vantagem para uma guerrilha mal equipada e constringida logisticamente, proporcionando a possibilidade da captura de armamento sofisticado e de munições. Uma tática divulgada pelo órgão de propaganda do movimento: “Our freedom fighters are trained in Angola and our main source of weapons is the enemy himself.”³⁵² Em Maio de 1969, a UNITA enviou diversas fotografias da guerrilha no interior de Angola ao Comité Especial de Descolonização da ONU, onde inclui um conjunto considerável de armas provenientes da NATO capturadas às tropas coloniais.³⁵³

O confronto direto com o exército português representava a luta anticolonial no seu expoente máximo, e mostrava perante a comunidade internacional que a UNITA estava a desempenhar o papel a que se propôs, e que era um movimento legítimo a par do MPLA e da FNLA, embora não fosse reconhecido pela OUA.

A segunda metade de 1969 foi marcada por dois eventos importantes: a realização do 2º Congresso, entre 24 e 30 de Agosto, em Sachimbanda,³⁵⁴ na província do Moxico – “the most important historical event in 1969”³⁵⁵ – e a visita do primeiro repórter às zonas da UNITA pela mesma ocasião, o jornalista Steve Valentine, do *Times of Zambia*. O 2º Congresso,³⁵⁶ sob o slogan “Maior União para Maiores Vitórias”, não foi particularmente relevante devido às resoluções que aprovou, mas antes pela perceção que manifestou em relação à luta anticolonial em geral e na forma como autoavaliou o desempenho da UNITA nessa luta em particular.³⁵⁷ Com oitenta delegados presentes (55 civis e 25 militares), o Congresso elegeu um novo Comité Central no qual Jonas Savimbi foi reeleito por unanimidade como Presidente. Em sessão plenária, formaram-se duas

³⁵² AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04352.011.005/ *Angola: Órgão de Informação*, 1969: 8.

³⁵³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 203-205; Ver Anexos, Figura 9.

³⁵⁴ ATD/ Angola – Nos Trilhos da Independência/ *Local do Segundo Congresso da UNITA em Sachimbanda*: <https://www.tchiweka.org/audiovisuais/9745001011>

³⁵⁵ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Angola*, No. 4, 1970: 3.

³⁵⁶ É de realçar que nas memórias de Chiwale não é dado especial destaque ao 2º Congresso, ao qual se refere: “Nele, foi redefinida a linha política do partido a nível interno e externo e analisou-se a conjuntura política do momento.” Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 124; Puna nas suas memórias não se alonga em relação ao 2º Congresso, embora o considere um ponto de viragem, sem especificar medidas concretas: “É que, a partir daí, a UNITA começou a funcionar como uma ‘máquina’, no melhor sentido do termo. Cada um dos seus membros sabia o que tinha que fazer e estava perfeitamente enquadrado.” Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 87-88.

³⁵⁷ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 30/ *II Congress of UNITA*, 1969: 1-6.

comissões - uma política e outra militar - encarregues de discutir e aprovar revisões ao programa partidário da UNITA e ao regulamento interno das FALA.³⁵⁸

No comunicado final do Congresso considerou-se que existiu um progresso real contra o colonialismo português em Angola, e que o estabelecimento permanente da liderança no interior representou uma vitória fundamental da luta de libertação nacional. Apesar de toda a retórica política otimista acerca do apoio entusiasmado do povo, existiu também a aceitação de que a vitória estaria longe, e que a conclusão mais lógica seria a de uma guerra prolongada contra Portugal, na qual o princípio de autossuficiência da guerrilha seria determinante.³⁵⁹

As denúncias focaram-se essencialmente no isolamento da UNITA como obra dos “colonialistas e imperialistas.” Especialmente no problema do não reconhecimento por parte da OUA, que “(...) tem tentado impor o sistema de partido único às populações que ainda se encontram sob dominação estrangeira, reconhecendo somente um partido em cada país dominado.”³⁶⁰ Apesar de se ter reconhecido a “divisão do nacionalismo angolano e suas consequências presentes e futuras”, não existiu nenhuma referência direta ao MPLA e à FNLA.³⁶¹ No entanto, transpareceu uma mensagem pública clara e em tom de ameaça, que teve estes dois movimentos como alvo: o 2º Congresso autorizou as forças das FALA a perseguir qualquer “grupo angolano agressivo” que atacasse a UNITA.³⁶²

Ideologicamente, a UNITA continuou a manifestar um claro cunho maoista de não alinhamento, reiterando os princípios de independência em relação a qualquer bloco, saudando os feitos da Revolução Cultural Chinesa e condenando a invasão da Checoslováquia pela União Soviética durante a Primavera de Praga.³⁶³

De um modo geral pode-se considerar que o 2º Congresso não foi marcado por reformas organizativas, por grandes reformulações nos quadros já existentes ou

³⁵⁸ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Angola Special Edition*, No. 4, 1969: 1; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Angola: Actividades da UNITA*, 1969: 109.

³⁵⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Angola: Actividades da UNITA*, 1969: 112; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Angola Special Edition*, No. 4, 1969: 2.

³⁶⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Angola: Actividades da UNITA*, 1969: 113.

³⁶¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Angola: Actividades da UNITA*, 1969: 111.

³⁶² AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Angola Special Edition*, No. 4, 1969: 4.

³⁶³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Angola: Actividades da UNITA*, 1969: 113-115.

redefinições na linha ideológica. Pautou-se antes por representar um discurso síntese da forma como a UNITA encarava o contexto político-militar do momento. Constituiu também, para todos os efeitos, uma demonstração de força e de capacidade de mobilização: a realização de uma conferência por um movimento de libertação em pleno território angolano. Afirmção política a que foi dado especial eco, devido à presença de um jornalista internacional.

Steve Valentine, jornalista australiano do *Times of Zambia*, foi o primeiro repórter a visitar as zonas de guerra da UNITA, e fê-lo por ocasião do 2º Congresso. Em Agosto de 1969, percorreu a pé, durante treze dias, cerca de 250 milhas de território operacional, onde alegou ter encontrado “a formidable political and military machine”,³⁶⁴ o que oferece uma janela de observação privilegiada da vivência da luta armada nas matas. No que o repórter considerou como uma visita à “cinderella of the [angolan] freedom movements”, liderado por um “scholar soldier” (Savimbi, uma vez “called the most dangerous man in Angola”) com uma “almost Robin Hoodish approach”, Valentine mostrou-se impressionado com a organização e os “moldes rígidos da disciplina” da guerrilha do Galo Negro.³⁶⁵

O líder da UNITA afirmou que dispunha de um dispositivo de três mil homens que controlavam quase metade do território de Angola, facto que o jornalista afirmou ter testemunhado pessoalmente.³⁶⁶ No entanto, não apresenta sustentação para tal afirmação. As localizações geográficas do trilho que percorreu foram-lhe ocultadas por razões de segurança, o que significa que não conseguiu especificar objetivamente as zonas por onde passou. Pela descrição elaborada, fica claro que as regiões que atravessou estavam fortemente atingidas pela guerra. Valentine reportou um abandono geral das aldeias que originou uma crise de refugiados nas matas, e sinais evidentes da campanha de bombardeamento aéreo: “Entrar em Angola é entrar num território em guerra. Os vestígios de sofrimento estão patentes em toda a parte. Os mais evidentes são as aldeias abandonadas, algumas com todos os haveres dos antigos proprietários espalhados pelo

³⁶⁴ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 2, 1969: 11.

³⁶⁵ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 2, 1969: 11-17; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Angola: Actividades da UNITA*, 1969: 133.

³⁶⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 131.

chão, apodrecidos, outros queimados pelo bombardeamento. Ainda há pessoas a viver na mata, pilhando alimentos, quase nus, mas decididos a ficar.”³⁶⁷

As referências a “áreas libertadas” são comuns. Na viagem que fez acompanhado exclusivamente por guerrilheiros da UNITA, pernoitou e visitou diversos acampamentos. Em nenhum destes acampamentos temos indicação da existência de populações libertadas. Aparentam ser bases com propósitos militares de trânsito de operacionais e de consolidação da retaguarda logística. Os únicos civis com que entrou em contacto ao longo do trilho foram encontrados por batedores avançados da guerrilha, e não viviam nem sob administração portuguesa nem sob administração da UNITA. Eram simplesmente refugiados que se abrigaram nas matas e estavam entregues a si mesmos.³⁶⁸ Valentine testemunhou palestras de mobilização política com a participação voluntária destes refugiados, em que o principal conselho dos comissários políticos foi o de incentivar os civis a não pagar impostos aos portugueses.³⁶⁹ O que é indicativo que a disputa pela lealdade das populações ainda estava em curso, e que a UNITA não tinha a capacidade de controlar e limitar a livre circulação de pessoas entre as áreas sob o seu controlo e as áreas sob administração colonial.

Não há referência de nenhum tipo de infraestrutura permanente sob gestão direta da UNITA onde vivessem civis, nem a existência da mimetização de serviços do Estado através de sistemas rudimentares de saúde e educação. Os civis refugiados nas matas aparentavam estar entregues a si mesmos, embora tivessem contactos regulares com o movimento do Galo Negro, não viviam sob a sua administração. Com base neste testemunho seria errado falar da existência de populações libertadas nas áreas operacionais do movimento em 1969, mas antes de populações disputadas ou contactadas.

Durante o ano de 1970 a guerrilha da UNITA continuou a desenvolver ações de mobilização política entre as populações nas províncias do Moxico, Bié, Lunda e Cuando-Cubango.³⁷⁰ No distrito do Bié a PIDE considerou a situação militar do Galo Negro particularmente trágica: “A UNITA desfalcada em quadros, pobre de munições e armamento, tenazmente perseguida pelo MPLA a quem possivelmente não poderá

³⁶⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 137.

³⁶⁸ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 138.

³⁶⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 142.

³⁷⁰ ADN/SGDN/ Caixa 528/ CCFA/ *Evolução da Situação, Capítulo 5 – A Situação do Inimigo*, 1970: 16.

resistir, numa situação-limite que a levará a acções espetaculares sobre postos da AA, AM, PSP, linha e instalações do CFB, comerciantes e cortes de madeira isolados, para tentar conseguir as armas e munições de que tanto necessita, manter o prestígio que lhe resta junto das populações e impressionar a opinião mundial para obter mais apoio.”³⁷¹ No distrito do Moxico a expansão do MPLA e as incursões das tropas coloniais continuaram a reduzir significativamente a zona de influência da UNITA, que manteve como refúgio principal a área do rio Lungué-Bungo, a sudoeste da cidade do Luso.³⁷²

Apesar das atividades anticoloniais da guerrilha do Galo Negro se terem focado mais na politização das populações durante este período, também ocorreram ações contra a tropa colonial e forças da PSP que incluíram a captura de material de guerra e rapto de civis.³⁷³ Foi o caso em Setembro de 1970, na estrada de Luchia-Luso, quando um grupo de guerrilheiros emboscou uma coluna motorizada da PSP que escoltava civis, e capturou duas euro-africanas que foram levadas para a Zâmbia, onde posteriormente foram entregues às autoridades portuguesas via a Cruz Vermelha Internacional.³⁷⁴

A análise cronológica das atividades da guerrilha da UNITA no interior de Angola entre 1971 e 1974 é retomada no Capítulo III: Subcapítulo – Colaboração com as Forças Coloniais: A Operação Madeira.

³⁷¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo I.16.21^a/3 MIAA/NT 2131/ *Relatório sobre a Situação Político-Subversiva do Distrito do Bié*, 1970: 112.

³⁷² ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, 5.

³⁷³ ADN/SGDN/ Caixa 528/ CCFA/ *Evolução da Situação, Capítulo 5 – A Situação do Inimigo*, 1970: 16.

³⁷⁴ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.4/ NT 7447/*UNITA – Libertação de Prisioneiras Capturadas em Angola*, 1971: 822-824; Ver Anexos, Figura 17.

4 – Reação Colonial: A Contra-Subversão

A partir dos anos de 1968-1969 a UNITA teve de lidar com uma profunda intensificação da reação das forças armadas portuguesas contra a guerrilha. Para além do já comum patrulhamento da tropa regular de quadrícula, o aparecimento dos grupos especiais de Comandos, Paraquedistas e Fuzileiros, introduziu na guerra de Angola uma doutrina de contrainsurgência, com uma estratégia bem definida de ir ao encontro da guerrilha onde fosse possível, destruindo metodicamente os seus acampamentos, postos de observação e depósitos de armas.³⁷⁵

Parte integrante desta doutrina foi o esforço de africanização das Forças Armadas Portuguesas (FAP), particularmente do exército. Iniciativa que tinha em conta solucionar os problemas de recrutamento na metrópole, causados pela crescente taxa de refratários, e aliviar o peso financeiro da guerra, através da redução dos custos de transporte, treino e manutenção militares.³⁷⁶ A progressiva partilha do esforço humano de guerra com as colónias, que se acentuou significativamente em 1968 com a presidência do conselho de Marcelo Caetano, não teve motivações exclusivamente económicas. No enquadramento retórico do regime, o processo de africanização dava corpo à ideologia integracionista de inclusão e promoção social dos africanos como cidadãos portugueses “plenos”. Em 1971 Savimbi classificou a estratégia colonial portuguesa da seguinte forma: “(...) aqui em Angola verificamos a radicalização da política neo-colonialista de Caetano de querer formar angolanos fantoches para tomarem parte cada vez mais activa nas Forças Armadas Portuguesas, na educação, na administração, numa palavra, na promoção social.”³⁷⁷

O envolvimento africano era, neste sentido, um elemento essencial na aplicação de uma estratégia de contrainsurgência que valorizava a conquista da lealdade das populações como a chave de ouro para a vitória militar sobre os movimentos de libertação.³⁷⁸ Do ponto de vista operacional fazia todo o sentido, as forças nativas apresentavam diversas vantagens face às tropas metropolitanas por se encontrarem

³⁷⁵ John P. Cann, *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de fazer Guerra (1961-1974)* (Lisboa, Atena, 1997): 133-145; Gianluca Bonci, *Contraguerriglia – Una Anilisi di Casi Storici* (Bologna, LEG Edizioni, 2019): 101-137.

³⁷⁶ John P. Cann, *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de fazer Guerra (1961-1974)* (Lisboa, Atena, 1997): 121-122, 125-126.

³⁷⁷ AHS/ ICS/Coleção História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 15/ *Mensagem do Presidente da UNITA aos Quadros e Militantes da UNITA no Exterior*, 1971: 5.

³⁷⁸ J.P. Borges Coelho, “African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guine-Bissau and Mozambique”, *Portuguese Studies Review*, 10, 1, 2002: 138.

totalmente familiarizadas com as características locais, como as línguas autóctones, rituais sociais e topografia e clima de África.³⁷⁹

Em Angola o processo de africanização militar e paramilitar foi cronologicamente, geograficamente e institucionalmente heterógeno. Sob autoridade da PIDE, a primeira unidade, *Tropas Especiais*, foi criada em 1966 em Cabinda, fruto da deserção de Alexandre Taty e de diversos guerrilheiros da FNLA. Embora a zona tradicional de ação destas tropas fosse Cabinda e a Frente Norte, atuaram por diversas ocasiões na Frente Leste.³⁸⁰

Em 1967, pela mão do inspetor Óscar Cardoso, nasceram os *Flechas* no Cuando Cubango. Os *Flechas* eram compostos originalmente por bosquímanos, povo nómada anterior às migrações bantus, que habita no sul de Angola, Namíbia e Botswana, e conhecido pelas suas qualidades de reconhecimento e *tracking* no emprego do seu principal meio de subsistência, a caça.³⁸¹ A rivalidade ancestral entre os bosquímanos e as comunidades angolanas de raiz bantu foi conveniente na criação desta força: “Inicialmente, estes bosquímanos eram motivados pelo seu ódio e desconfiança pelos negros, pois historicamente estes tinham-nos tratado como mercadoria, vendendo-os como escravos. A PIDE explorou esta animosidade e compensou os Flechas através de saque.”³⁸² Esta força foi crescendo significativamente (em 1974 totalizava 2270 soldados), incluindo ex-guerrilheiros dos movimentos de libertação e expandindo o modelo para a maioria das subdelegações afetadas pela guerrilha independentista, transformando-se, para todos os efeitos, num exército privado da PIDE-DGS.³⁸³

Outras forças paramilitares da PIDE incluíam os *Fiéis* (1969), constituídos por cerca de 2400 separatistas catangueses que se refugiaram em Angola em 1967 após a

³⁷⁹ Fátima da Cruz Rodrigues, “Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas: A Guerra Colonial como Território de (Re)conciliação” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012): 130.

³⁸⁰ J.P. Borges Coelho, “African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guine-Bissau and Mozambique”, *Portuguese Studies Review*, 10, 1, 2002: 140-141.

³⁸¹ Ver Raphael Chijioko Njoku, “Bantu Migrations and Cultural Transnationalism in the Ancient Global Age, 2500 BCE-1400 CE” in Raphael Chijioko Njoku, dir., *History, Memory and Transnationalism* (Rochester, Boydell & Brewer, 2020): 67-88.

³⁸² John P. Cann, *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de fazer Guerra (1961-1974)* (Lisboa, Atena, 1997): 143.

³⁸³ J.P. Borges Coelho, “African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guine-Bissau and Mozambique”, *Portuguese Studies Review*, 10, 1, 2002: 141, 146; Fernando Cavaleiro Ângelo, *Os Flechas: A Tropa Secreta da PIDE/DGS na Guerra de Angola* (Alfragide, Casa das Letras, 2017): 139

derrota de Tshombé, onde criaram a Front National de Libération du Congo (FNLC).³⁸⁴ Esta unidade, para além de realizar atividades de contra-subversão contra a guerrilha, desenvolveu diversas operações no território da República do Zaire com o objetivo de destabilizar o regime de Mobutu.³⁸⁵ De forma semelhante, embora em número muito mais modesto (127 soldados), foram criados os *Leais* (1967), com base de recrutamento entre dissidentes políticos zambianos do *Zambian African National Congress* (ZANC), partido de oposição ao governo do UNIP.³⁸⁶ Paralelamente aos *Fiéis* no Zaire, os *Leais* participaram em incursões ao interior da Zâmbia com o propósito de desmobilizar os acampamentos do MPLA e fizeram parte de planos de sabotagem a infraestruturas zambianas, com o objetivo de colocar pressão sobre o regime de Kenneth Kaunda.³⁸⁷

Para além destas unidades sob responsabilidade da PIDE, foram criadas várias forças africanas sob o comando militar e das autoridades administrativas. Em 1968 organizaram-se os *Grupos Especiais* no exército, constituídos por voluntários locais sujeitos ao mesmo treino que as tropas metropolitanas.³⁸⁸ Em 1974 eram o grupo africano mais numeroso que atuava nos três palcos de guerra, totalizando os 3250 homens.³⁸⁹ Sob autoridade administrativa, e com um treino e equipamento muito rudimentares, existiam as *Milícias* criadas para a autodefesa dos aldeamentos estratégicos, e voluntários enquadrados na Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil (OPVDCA).³⁹⁰

³⁸⁴ J.P. Borges Coelho, “African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guine-Bissau and Mozambique”, *Portuguese Studies Review*, 10, 1, 2002: 141-142, 146; Erik Kennes and Miles Larmer, *The Katangese Gendarmes and War in Central Africa: Fighting Their Way Home* (Bloomington, Indiana University Press, 2016): 80-98.

³⁸⁵ Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)* (Lisboa, Terramar, 2004): 180-184.

³⁸⁶ J.P. Borges Coelho, “African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guine-Bissau and Mozambique”, *Portuguese Studies Review*, 10, 1, 2002: 142, 146.

³⁸⁷ Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)* (Lisboa, Terramar, 2004): 179-180; Maria José Tíscar, *A PIDE no Xadrez Africano: Conversas com o Inspector Fragoso Allas* (Lisboa, Mão de Ferro, 2018): 102-212.

³⁸⁸ Fátima da Cruz Rodrigues, “Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas: A Guerra Colonial como Território de (Re)conciliação” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012): 134.

³⁸⁹ João Paulo Borges Coelho, “African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guine-Bissau and Mozambique”, *Portuguese Studies Review*, 10, 1, 2002: 146.

³⁹⁰ Fátima da Cruz Rodrigues, “Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas: A Guerra Colonial como Território de (Re)conciliação” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012): 135.

Juntamente com o processo de africanização militar, outro elemento essencial à execução da doutrina de contra-subversão³⁹¹ foi o da competição pela lealdade das populações: privar os movimentos nacionalistas da capacidade de recrutamento e mobilização política entre os civis, através da chamada ação Psico-Social. A guerra contra-subversiva devia articular ações de coação, constrangimento, sedução e acolhimento, de forma a convencer a guerrilha e os civis que a luta armada não fazia sentido. Para tal, era nuclear, para além das manobras militares, um conjunto de medidas de mentalização ideológica e de apoio económico, educacional e sanitário, que consolidassem o controlo do regime sobre as populações.³⁹²

Porém, as atividades de sensibilização, como a construção de escolas e hospitais, e o desenvolvimento de empreendimentos agrícolas, eram acompanhadas também por um aspeto intrinsecamente coercivo, ligado ao deslocamento forçado de comunidades inteiras para aldeamentos estratégicos, batizados pela propaganda colonial como as “Sanzalas da Paz”.³⁹³ Na perspetiva de Samuel Chiwale, o propósito da política de aldeamentos seria o seguinte: “O objectivo das mesmas tinha mais a ver com a necessidade de evitar o contacto dos guerrilheiros com o povo, sua fonte de subsistência, do que propriamente de protegê-lo, como as autoridades coloniais faziam querer.”³⁹⁴

O processo de implementação dos aldeamentos desenvolveu-se a vários níveis.³⁹⁵ Numa primeira fase de prospeção passava pelo recenseamento geral e fiscalização periódica das populações que, muitas vezes, viviam dispersas nas matas, alheias à administração governamental.³⁹⁶ Depois de efetuado o recenseamento era essencial

³⁹¹ Ver Joaquim Franco Pinheiro, Hermes de Araújo Oliveira e Jaime de Oliveira Leandro, “Subversão e Contra-Subversão”, *Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais*, 62, 1963: 1-129.

³⁹² António Horta Fernandes, “A Guerra Subversiva lida a partir da Escola Estratégica Portuguesa e da Experiência Portuguesa nas Guerras Coloniais em África”, *Janus E-Journal of International Relations*, 8, (2), 2017: 35, 38.

³⁹³ Douglas Wheeler, “The Portuguese Army in Angola”, *Journal of Modern African Studies*, 7, (3), 1969: 433; John P. Cann, *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de fazer Guerra (1961-1974)* (Lisboa, Atena, 1997): 208-221; João Paulo Borges Coelho, “Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-Colonial Violenta: Sobre um Legado das Guerras Coloniais nas Ex-Colónias Portuguesas”, *Lusotopie*, 10, 2003: 175-193.

³⁹⁴ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 117.

³⁹⁵ Para uma abordagem sobre as origens da implementação do sistema de aldeamentos ver Bernardo Luís Campos Pinto da Cruz, “As Origens Institucionais da Moderação da Violência: Regedorias e Concentração em Angola (1914-1974)” (Tese de Doutoramento, FCSH, 2022).

³⁹⁶ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Deliberações tomadas na Reunião Ordinária do dia 15OUT69 do Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico*, 1969: 265; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº89*, 1971: 34.

documentar a população e restringir os seus movimentos, de forma a evitar o estabelecimento de linhas auxílio à guerrilha, obrigando a quem se deslocasse a ser portador de um Certificado de Residência. O segundo nível passava pela seleção de um, ou vários povoamentos, vulneráveis a colaborar com os movimentos de libertação, e situá-los em zonas de fácil acesso a forças policiais ou militares. Numa terceira fase organizava-se a autodefesa do aldeamento através da criação de Milícias, e implementavam-se vários projetos de saúde e educação, melhoramento de infraestruturas, e medidas de fomento económico.³⁹⁷

Foi o caso de diversas povoações identificadas pelo Comando da ZML na região de Cangumbe-Caminhão-Rio Cassai,³⁹⁸ que auxiliavam a guerrilha e se recusaram a colaborar com as autoridades coloniais: “A Pop [População] sobre controle da AA [Autoridade Administrativa] está fortemente influenciada pelo In [Inimigo], UNITA, e há indícios sintomáticos da sua colaboração com o mesmo. (...) A população, ou vivendo ideologicamente afecta à UNITA ou sob coação do MPLA, retrai-se e não colabora com as Forças da ordem.”³⁹⁹ Sem nenhum tipo de controlo documental, os civis desta zona adquiriam produtos nas casas comerciais e transitavam livremente para as matas abastecendo os movimentos independentistas. A solução proposta pelo representante da ZML ao Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico foi o de recensear, documentar, e recolocar estas populações em aldeamentos estratégicos, apelidados pela burocracia colonial como “novos reagrupamentos”.⁴⁰⁰

Nem todas as aldeias identificadas como permeáveis à penetração da guerrilha eram obrigatoriamente deslocadas. Foi o exemplo da povoação da Chicala,⁴⁰¹ sinalizada como uma zona de pressão da UNITA, e onde a solução encontrada foi a de reforçar o dispositivo de defesa sem recorrer à criação de um aldeamento estratégico noutra local: “A zona da Chicala, sobretudo a Sul da linha do CFB está nitidamente afectada por movimentos In, principalmente da UNITA.”⁴⁰² – “Sendo uma zona particularmente

³⁹⁷ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°82, 1970: 104.*

³⁹⁸ Ver Anexos, Mapa 7.

³⁹⁹ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°82, 1970: 103.*

⁴⁰⁰ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°82, 1970: 104.*

⁴⁰¹ Ver Anexos, Mapa 5.

⁴⁰² ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Deliberações tomadas na Reunião Ordinária do dia 29ABR70 do Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, 1970: 188.*

sensível, em cujas imediações a UNITA se tem revelado altamente agressiva, não existe um plano de auto-defesa desta Povoação, tornando-se imprescindível a sua elaboração. Após se ter ventilado quem deveria elaborar esse plano, decidiu-se que a tarefa incumbiria à OPVDCA em colaboração com a PSP.”⁴⁰³

Em inícios de 1970, numa análise da panorâmica geral da guerra na província do Moxico, o Conselho Distrital de Contra-Subversão (CDCS) classificou a situação como de “grande preocupação”, fruto da agressividade dos movimentos de libertação sobre as populações, sugerindo a frustração da guerrilha perante a campanha colonial de aldeamentos: “MPLA, UPA, UNITA; que pelas mutilações praticadas nos corpos das vítimas dos últimos ataques deste ano, vê-se que o In está a agir com raiva e rancor para obter efeitos psicológicos sobre as populações rurais.”⁴⁰⁴

De facto, ocorreram diversas retaliações da guerrilha face à política de aldeamentos. Em Maio de 1970, no aldeamento do Caminhão, a UNITA sabotou a ponte sobre o rio Munhango e influenciou os civis locais. Fruto destas ações, o processo de deslocamento das populações teve de ser interrompido: “Nesta altura já não se pode fazer o reagrupamento daquelas populações, em virtude da acção sucessiva do In que se está a registar ultimamente naquela zona.”⁴⁰⁵ Outro exemplo de retaliação deu-se em Julho de 1970, em Cangumbe,⁴⁰⁶ onde a UNITA raptou e matou um Soba que colaborava com as autoridades coloniais e que estava designado para se estabelecer com a sua comunidade no aldeamento estratégico da Ponte.⁴⁰⁷

Diversas medidas acompanharam a implementação das “Sanzalas da Paz” com o propósito de incentivar lealdade civil para a causa colonial e servirem de barreira às ações de mentalização e intimidação da guerrilha sobre as populações. Estas medidas incluíram

⁴⁰³ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°77, 1970: 135.*

⁴⁰⁴ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Deliberações tomadas na Reunião Ordinária do dia 14JAN70 do Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, 1970: 240.*

⁴⁰⁵ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°71, 1970: 175-176.*

⁴⁰⁶ Ver Anexos, Mapa 7.

⁴⁰⁷ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°74, 1970: 159.*

a construção de escolas e clínicas de saúde,⁴⁰⁸ iniciativas de fomento agrícola,⁴⁰⁹ isenções fiscais,⁴¹⁰ eletrificação e canalização,⁴¹¹ incentivos monetários pela entrega de material de guerra às autoridades,⁴¹² e propaganda panfletária e rádio⁴¹³. No entanto, o grau de sucesso destas iniciativas tem de ser contrastado com os inúmeros episódios de resistência, fuga, críticas e auxílio continuado à guerrilha que se assistiram na rede de aldeamentos estratégicos.

Nos distritos do Moxico, Bié e Cuando Cubango registaram-se várias queixas relativas à falta de condições nos aldeamentos. Na ótica das autoridades coloniais o principal problema levantado relacionava-se com a segurança. A questão das milícias foi uma questão referida recorrentemente nas reuniões do Conselho de Contra-Subversão, onde se reconheceu que estas unidades de autodefesa eram insuficientes em número, mal equipadas, mal pagas, e raramente se encontravam devidamente enquadradas com outras forças policiais. Os exemplos são inúmeros.⁴¹⁴ Foi o caso da avaliação do plano de defesa do aldeamento da Ponte, onde se reconheceu que a fragilidade que ali se registava, era geral a quase toda a província: “Quanto à garantia da defesa do Núcleo, não pode de forma alguma considerar-se senão como uma garantia relativa, pois ela é igual àquela que se

⁴⁰⁸ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº77*, 1970: 132; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº87*, 1970: 53; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.A/ NT 1851/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Cuando Cubango, Sessão Nº4*, 1970: 34; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.A/ NT 1851/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Bié, Sessão Extraordinária Nº8*, 1970: 73.

⁴⁰⁹ Ver Cláudia Castelo, “O Projecto-Piloto de Extensão Rural do Andulo (Angola): Conhecimento, Desenvolvimento e Contra-Subversão”, *Ler História*, 76, 2020: 1-19.

⁴¹⁰ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Comissão Local de Contra-Subversão de Calunda: Acta de Reunião*, 1970: 58.

⁴¹¹ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.A/ NT 1851/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Cuando Cubango, Sessão Nº4*, 1970: 33.

⁴¹² Ver Anexos, Figura 30.

⁴¹³ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº70*, 1970: 181; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº72*, 1970: 171; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº75*, 1970: 152; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº82*, 1970: 100.

⁴¹⁴ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº83*, 1970: 93; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº87*, 1970: 49; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº89*, 1970: 36.

pode oferecer em quase todo o Distrito, ou seja, insuficiente por não haver homens, armamento e equipamento compatíveis com as necessidades (...)”⁴¹⁵

Cann sugere que este problema foi resultado de uma certa resistência das autoridades coloniais em confiarem armas aos camponeses africanos que constituíam as milícias.⁴¹⁶ Um exemplo ilustrativo desta relutância foi a proposta do inspetor da DGS da subdelegação do Luso, de retirar o armamento às milícias em seis aldeamentos, caso não fosse possível manter agentes da PSP que vigiassem adequadamente as unidades de autodefesa.⁴¹⁷ No Posto Administrativo do Umpulo, no Bié, foi decidido não fornecer armamento às milícias por “estas não merecerem confiança”.⁴¹⁸

À escassez de equipamento juntava-se a questão do pagamento às milícias, que, em princípio, deviam receber um salário mensal de 300 escudos saídos do orçamento distrital.⁴¹⁹ A falta de canalização de financiamento para as milícias provocava, muitas vezes, atrasos salariais que duravam mais de meio ano, problema que conduzia à deserção.⁴²⁰ Os constrangimentos orçamentais agravavam a situação de segurança dos aldeamentos, ao impossibilitarem a criação de novas unidades de autodefesa, que, muitas vezes, eram urgentes na ótica regional da contra-subversão. Foi o caso da rejeição do pedido de aumento de milícias na Circunscrição do Alto Zambeze formulado pelo Comando Distrital da OPVDCA: “Não criar mais milícias no Distrito, em virtude da impossibilidade que, de momento, existe de lhes pagar os respectivos salários e de lhes

⁴¹⁵ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°76*, 1970: 143.

⁴¹⁶ John P.Cann, *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de fazer Guerra (1961-1974)* (Lisboa, Atena, 1997): 215.

⁴¹⁷ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Deliberações tomadas na Reunião Ordinária do dia 14JAN70 do Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico*, 1970: 241

⁴¹⁸ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.A/ NT 1851/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Bié, Sessão Extraordinária N°14*, 1970: 90.

⁴¹⁹ Como base de comparação: um voluntário local do *Grupo Especial* que auxiliava a tropa, auferia 600 escudos; um soldado raso oriundo da metrópole em comissão em Angola recebia 600 escudos mais gratificações, que, dependendo da classe e da especialidade, podiam ascender aos 500 escudos mensais. *Diário do Governo, Decreto Lei N° 44864, Série I, Número 22, 26 de Janeiro de 1963: 93-94*; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°80*, 1970: 114.

⁴²⁰ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°76*, 1970: 144-145; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°77*, 1970: 132; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.A/ NT 1851/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Bié, Sessão Extraordinária N°10*, 1970: 61; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.A/ NT 1851/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Bié, Sessão N°3*, 1970: 108; ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.A/ NT 1851/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Cuando Cubango, Sessão N°5*, 1970: 29.

fornecer os indispensáveis armamento, equipamento e fardamento, embora se verifique a necessidade da sua criação. Em face da inexistência de verba para esse efeito, não pode, pois, satisfazer-se uma necessidade que não é apenas do Alto Zambeze mas, de um modo geral, de todas as Divisões Administrativas do Distrito.”⁴²¹

Outro problema reconhecido pelas autoridades era o “divórcio” existente entre os civis e a tropa colonial, fruto dos abusos praticados pelo exército português durante o exercício das suas operações de deslocamento das populações.⁴²² A solução proposta para reforçar a frágil ligação de confiança entre os civis e a tropa passava, como já foi referido anteriormente, pela campanha psico-social de melhoramento da segurança e dos índices educacionais, sanitários e alimentares dos aldeamentos.⁴²³ Porém, nem sempre estes projetos foram implementados adequadamente. Foi o caso do aldeamento do Muié, na circunscrição de Cangamba, onde a população vivia sob escassez alimentar e de vestuário, as aulas eram dadas ao ar livre por falta de instalações escolares e as milícias encarregues pela autodefesa não eram pagas há sete meses.⁴²⁴ Noutros aldeamentos registaram-se vários episódios de fuga de elementos da população para as matas por falta de comida.⁴²⁵ Situações exploradas pelo boletim político da UNITA para fins propagandísticos: “In the contested zones the Portuguese are using the tactic of ‘strategic hamlets’, in which conditions of life are unbearable. People captured by the Portuguese are without food, or medical care and the infant mortality rate is unbelievable.”⁴²⁶

Um sintoma da impopularidade da aplicação da doutrina de contra-subversão de deslocamentos forçadas foi a resistência das comunidades africanas durante o processo. Esta resistência incluiu autoridades tradicionais que eram leais ao regime, como foi o caso do Soba de Sautar, junto ao rio Lotume, que comunicou à administração colonial que não pretendia deslocar-se para o reordenamento da Jangada, uma vez que o seu povo se recusava a abandonar as lavras, e pelo fato do novo aldeamento ser habitado por

⁴²¹ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°76*, 1970: 144.

⁴²² ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°75*, 1970: 155.

⁴²³ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°75*, 1970: 156.

⁴²⁴ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°77*, 1970: 132.

⁴²⁵ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Deliberações tomadas na Reunião Ordinária do dia 18MAR70 do Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico*, 1970: 217

⁴²⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Angola*, No. 2, 1969: 1.

populações de outra etnia.⁴²⁷ Casos semelhantes aconteceram no Bié, onde os habitantes rejeitavam as iniciativas agrícolas e deslocavam-se dos aldeamentos estratégicos para trabalhar nas lavras dos quimbos de onde eram originários.⁴²⁸ No Huambo, por exemplo, nos concelhos do Bailundo-Lunge do Mungo,⁴²⁹ diversas comunidades resistiram ativamente à implantação do sistema aldeamentos, regressando em massa para as suas antigas aldeias.⁴³⁰ Um dos aldeões declarou o seguinte: “O Governo obriga-nos a tudo: a pagar impostos e a viver onde as autoridades querem, mas eu não vou nisso, pois mesmo que os terroristas aqui cheguem e as autoridades venham matar toda a gente, eu não me importo de morrer.”⁴³¹ Estes testemunhos têm de ser temperados com exemplos de colaboração, como o caso dos deslocamentos de diversas comunidades no posto de Cachipoque (entre Cangumbe e Chicala), que, totalizando 4500 elementos, foram reagrupados em novos aldeamentos com a cooperação dos respetivos Sobas.⁴³²

A rede de aldeamentos dificultou o acesso da guerrilha à mais importante fonte de recrutamento e apoio logístico no interior de Angola: a população. No entanto, esta rede esteve longe de ser impermeável à influência dos movimentos nacionalistas. Um caso ilustrativo foi o do aldeamento do Gando, no qual os militares reconheceram as dificuldades operacionais criadas pelo apoio civil à guerrilha: “(...) as populações estão a dar um grande apoio aos grupos inimigos de qualquer dos partidos que ali actuam negando auxílio às NT. Que a acção destas é muito dificultada porque a colaboração com o inimigo se traduz não só pelo fornecimento de abastecimentos mas também pela prestação de informações que nega normalmente às NT.”⁴³³ Chiwale refere episódios onde os regedores dos aldeamentos estratégicos entregaram o armamento das milícias e os seus filhos para lutar nas fileiras da UNITA.⁴³⁴ Puna vai mais longe e afirma que os

⁴²⁷ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°77*, 1970: 134.

⁴²⁸ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.A/ NT 1851/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Bié, Sessão Extraordinária Restrieta*, 1969: 138.

⁴²⁹ Ver Anexos, Mapa 8.

⁴³⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo I.16.21^a/3 MIAA/NT 2131/ *Fiscalização e Contactos com a População Europeia e Africana nos Dias 12 a 17OUT70*, 1970: 130-141.

⁴³¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo I.16.21^a/3 MIAA/NT 2131/*Comportamento Suspeito de Populações na Área do Concelho do Mungo*, 1972: 4-5.

⁴³² ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Deliberações tomadas na Reunião Ordinária do dia 18MAR70 do Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico*, 1970: 222.

⁴³³ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°83*, 1970: 92.

⁴³⁴ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 118-119.

aldeamentos não só foram incapazes de isolar a guerrilha, como serviram de suporte importante para a luta armada.⁴³⁵

Na verdade, estas memórias tendem a mostrar apenas a colaboração voluntária das populações. Em nenhum momento transparecem nestas narrativas os vários episódios, referidos neste capítulo, de instrumentalização da violência praticados pela UNITA contra a população. A doutrina de contra-subversão teve, de facto, efeitos de constrangimento sobre a capacidade dos movimentos independentistas em mobilizar civis, o que levou à intensificação de medidas de intimidação e retaliação por parte da guerrilha.

O desempenho da campanha de aldeamentos aparenta ter tido resultados mistos - reflexo de uma política dual, entre a coação e a sedução das populações. Opinião partilhada por John P.Cann: “Consequentemente, os portugueses, tal como os seus antecessores britânicos e franceses, tiveram tantos sucessos como fracassos na aplicação deste conceito.”⁴³⁶

⁴³⁵ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 113-114.

⁴³⁶ John P.Cann, *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de fazer Guerra (1961-1974)* (Lisboa, Atena, 1997): 193.

Capítulo III – A Guerrilha nas Matas: Rivalidades e Alianças

1 – As Alianças Regionais: A UFA e a SWAPO

Quatro movimentos de libertação atuaram operacionalmente no leste de Angola: MPLA, FNLA, UNITA e SWAPO. Esta última organização estabeleceu uma longa e extensiva colaboração com o movimento do Galo Negro. Contudo, a existência desta aliança durante a Guerra de Independência foi alvo de negacionismo histórico por parte do discurso oficial da SWAPO. Sam Nujoma, ex-presidente da SWAPO e o primeiro presidente da Namíbia independente, publicou em 2001 as suas memórias, onde rejeitou por completo a ideia que o seu movimento tivesse cooperado em algum momento com a UNITA: “Those who spread false stories that SWAPO and UNITA were allies did not know of the connections between SWAPO and the MPLA (...) How could SWAPO collaborate with such a traitor [Savimbi]?”⁴³⁷ As causas deste revisionismo são fruto do estabelecimento, após a descolonização de Angola, de uma relação aberta entre a UNITA e o regime da África do Sul (que lutava contra a independência da Namíbia), e que implicou um estado de guerra efetivo entre os dois movimentos no sul de Angola entre 1976 e 1990.⁴³⁸ A exclusão do passado de cooperação com a UNITA do discurso oficial da SWAPO é indicativo dos receios da organização em associar a sua reputação histórica com um movimento que, pós-1974, colaborou com o *Apartheid*.

A SWAPO manteve relações próximas com os três movimentos de libertação angolanos durante a Guerra de Independência. Na segunda metade de 1963, a SWAPO e a UPA estabeleceram um acordo de cooperação mútua e colaboraram, por diversas ocasiões, no trânsito de efetivos militares na Zâmbia.⁴³⁹ Com o MPLA, foi a partir de 1970 que a ligação entre os dois movimentos se traduziu numa aliança militar efetiva,

Nota: A investigação para este capítulo resultou na seguinte publicação: João Fusco Ribeiro, “A UNITA e a Operação Madeira (1971-1974): Narrativas, Motivações e Termos de Colaboração” in Fernando Martins, Maria Ana Bernardo e Paulo Eduardo Guimarães, eds., *Entre África e Europa: Estudos Históricos em Homenagem ao Professor Helder Adegar Fonseca* (Famalicão, Húmus, 2022): 117-137.

⁴³⁷ Sam Nujoma, *Where Others Wavered* (London, Panaf, 2001): 236.

⁴³⁸ Lalli Metsola, “The Liberation Narrative and Post-Return Life Stories of Namibian former Exiles” (Master’s Thesis, University of Helsinki, 2001): 133; Jardo Muekalia, *Angola: A Segunda Revolução* (Lisboa, Sextante, 2010): 95-96; Vilho Amukwaya Shigwedha, “The Relationship between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, *Journal of Southern African Studies*, 40, (6), 2014: 1281-1282.

⁴³⁹ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luanda/ P. Inf/ Processo 111.09.02/ NT2612-2613/ SWAPO, 1964: 21, 25, 28, 105.

através do estabelecimento de bases mistas na Zâmbia e planos conjuntos para atingir a província do Cunene e a Ovambolândia no norte da Namíbia.⁴⁴⁰ Contudo, os laços organizacionais e operacionais mais estreitos foram com a UNITA.

A SWAPO esteve presente em vários momentos do processo de fundação da UNITA entre 1965 e 1966. De acordo com Samuel Chiwale, que teve uma experiência de ativismo na juventude política da SWAPO entre 1962 e 1964,⁴⁴¹ a relação entre os dois movimentos foi, desde o início, simbiótica: “A organização de libertação do sudoeste africano, SWAPO, ombreou com a UNITA desde o primeiro momento: nascêramos do mesmo parto.”⁴⁴² Logisticamente a organização independentista da Namíbia foi fundamental para o arranque operacional da UNITA. Foi através da identidade camuflada da SWAPO que foi possível ao grupo dos onze fazer formação na Academia Militar de Nanquim em Março de 1965,⁴⁴³ e permanecer na base Kongwa gerida pela OUA em Outubro de 1965.⁴⁴⁴ Situação que, aliás, levantou inconveniências ao presidente da SWAPO, Sam Nujoma, quando o MPLA formalizou uma queixa ao Comité de Libertação da OUA em relação à estadia “irregular” de elementos angolanos no campo Kongwa. Nujoma contra-argumentou ao Comité de Libertação que os “suspeitos angolanos” eram militantes autênticos da sua organização, e que a aparente irregularidade explicava-se pelo facto da fronteira norte da Namíbia ser um mundo fluído, o que levava a que alguns membros do movimento inevitavelmente falassem portugueses.⁴⁴⁵

A UNITA e a SWAPO foram dois dos elementos centrais na formação da UFA (United Front of Action), juntamente com o ANC (African National Congress). Em Dezembro de 1966, numa conferência em Lusaka, representantes dos três movimentos⁴⁴⁶ anunciaram a formação desta frente e apresentaram uma visão etapista para a libertação da África Austral. Numa primeira fase, os três movimentos focar-se iam na expulsão dos

⁴⁴⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1 Leste de Angola 71-74/ Vol.2/NT 9089/ *Situação Político-Subversiva no Leste*, 1973: 15.

⁴⁴¹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 48-51.

⁴⁴² Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 131.

⁴⁴³ “Devemos a esta organização política [SWAPO] a nossa ida à China.” Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 132.

⁴⁴⁴ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 75, 80; Christian A. Williams, “Living in Exile: Daily Life and International Relations at SWAPO’s Kongwa Camp”, *Kronos*, 37, (1), 2011: 65.

⁴⁴⁵ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 70.

⁴⁴⁶ UNITA: Jonas Savimbi e Kaposo Muliata; SWAPO: Sam Nujoma (Presidente da SWAPO, 1960-2007); ANC: Duma Nokwe (Secretário-Geral do ANC, 1958-1969), Oliver Tambo (Presidente do ANC, 1967-1991) e Joe Modise (Comandante-Chefe do braço armado do ANC, *Umkhonto we Sizwe* (MK), 1965-1990).

portugueses em Angola, ao que se seguiria a luta pela independência da Namíbia e posteriormente seguir-se ia a luta contra o regime minoritário branco na África do Sul. Embora formada apenas por estes três movimentos, a UFA contaria com a colaboração próxima da ZANU e da ZAPU da Rodésia, e da FRELIMO em Moçambique.⁴⁴⁷ Não existem indicações que esta frente tenha atuado militarmente nestes moldes. No entanto, a sua criação do ponto de vista formal revela a natureza complexa, fluída e incerta, dos compromettimentos e acordos entre os movimentos de libertação na África Austral, particularmente durante o arranque da luta armada. Porém, o alinhamento da UFA prosseguiu, sem a participação do ANC, através do eixo cooperativo entre a UNITA e a SWAPO.

A SWAPO, como movimento de libertação reconhecido pela OUA em 1964⁴⁴⁸ e considerado como “autêntico” na conferência de Khartoum de 1969,⁴⁴⁹ gozava de uma reputação internacional e de acesso a canais diplomáticos que a UNITA não tinha. A organização independentista do sudoeste africano utilizou estas influências no plano externo para a promover a causa da UNITA: “Publicitaram a nossa luta em países onde nós não tínhamos representantes.”⁴⁵⁰ Um exemplo deste tipo de solidariedade organizacional deu-se quando a SWAPO defendeu a causa do Galo Negro após a decisão do Partido Social Democrata sueco em retirar o apoio à UNITA.⁴⁵¹

A cooperação operacional militar da UNITA-SWAPO ocorreu essencialmente na província do Cuando-Cubango. As primeiras atividades da guerrilha do Galo Negro no Cuando desenvolveram-se de forma esporádica ao longo de 1966 nas zonas de fronteira com o distrito do Moxico.⁴⁵² Por esta altura a FNLA também tentou, sem sucesso, estabelecer presença nesta província do sudeste angolano.⁴⁵³ A crise de liderança provocada pela prisão de Savimbi na Zâmbia, em Julho de 1967, e a onda de dissidências

⁴⁴⁷ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.1/ NT 7444-7448/*United Front of Action - UFA*, 1966: 347-349.

⁴⁴⁸ Randolph Vigne, “SWAPO of Namibia: A Movement in Exile”, *Third World Quarterly*, 9, (1), 1987: 88.

⁴⁴⁹ AHS/ ICS/ Coleção História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 144/ *International Affairs Bulletin*, ‘Khartoum Conference and Six Liberation Movements’, Vol. IV, No. 1, 1969: 1-2.

⁴⁵⁰ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 113.

⁴⁵¹ Vilho Amukwaya Shigedha, “The Relationship between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, *Journal of Southern African Studies*, 40, (6), 2014: 1277-1278.

⁴⁵² ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexo C, 1.

⁴⁵³ ANTT/ SCCIA/ Livro 134/ Relatório de Situação N°239/ 2NOV66 a 9NOV66: 22; ANTT/ SCCIA/ Livro 134/ Relatório de Situação N°239/ 9NOV66 a 16NOV66: 23; ANTT/ SCCIA/ Livro 134/ Relatório de Situação N°239/ 16NOV66 a 23NOV66: 23-24.

que o movimento atravessou ao longo da primeira metade 1968, enfraqueceram a atividade operacional da guerrilha e a sua capacidade de se expandir territorialmente. As ações da UNITA no Cuando continuaram, nesta altura, circunscritas ao norte da província, nas imediações da povoação do Longa, e relativamente próximas da zona tradicional de implantação do movimento na região do Lungué-Bungo na província do Moxico.⁴⁵⁴ Contudo, esta situação alterou-se após a reestruturação da organização, quando o comandante Samuel Chiwale foi encarregue, em 1969, de chefiar as operações no Cuando Cubango e de estabelecer uma cooperação militar efetiva com a SWAPO. Esta colaboração operacional incluiu estreita cooperação logística e a formação de um comando unificado UNITA-SWAPO no Cuando.⁴⁵⁵

Entre 1969 e 1970, e em ligação com a SWAPO, o âmbito geográfico das ações da guerrilha moveu-se para o extremo sul da província, com intensidade nas imediações da Sede de Posto do Mucusso,⁴⁵⁶ com o objetivo de facilitar a infiltração de elementos da organização do sudoeste africano através da faixa de Caprivi.⁴⁵⁷ Contudo, a reação militar das forças coloniais portuguesas, que nesta zona contavam com a colaboração do dispositivo de segurança da República da África do Sul, revelou-se particularmente intensa (Ver Anexos, Mapa 19). Em Dezembro de 1969, os *Flechas* da delegação da PIDE no Mucusso, juntamente com o exército sul africano, provocaram pesadas baixas e considerável captura de material na perseguição de duas colunas de guerrilheiros que operavam no sul do Cuando.⁴⁵⁸ De acordo com o relatório elaborado pela PIDE após a operação, a intenção e os objetivos da guerrilha em estabelecer uma presença permanente na fronteira sul de Angola era clara: “Pela natureza do material capturado e a confirmar-se a presença de José Samuel Chiwale [sic] no referido grupo, estamos em crer que a UNITA pretende criar bases em todo o Baixo Cubango, as quais, não só se destinarão a incrementar a luta naquela região, mas também a servir de apoio aos grupos da SWAPO que, através de Angola, se infiltram no SWA [Sudoeste Africano].”⁴⁵⁹

⁴⁵⁴ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexo C, 2-3.

⁴⁵⁵ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 124, 131-132, 165.

⁴⁵⁶ Ver Anexos, Mapa 9.

⁴⁵⁷ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexo C, 5; Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 125

⁴⁵⁸ Entre o material capturado, que incluía variado equipamento militar e documentação classificada de “muito interesse”, constavam também bandeiras da UNITA e da SWAPO. ANTT/PIDE-DGS/ Serviços Centrais/ CI (2)/ Processo 10167/ NT7589/ *FALA*, 1969: 19.

⁴⁵⁹ ANTT/PIDE-DGS/ Serviços Centrais/ CI (2)/ Processo 10167/ NT7589/ *FALA*, 1969: 20.

Fruto da contínua pressão da tropa colonial, a guerrilha da UNITA/SWAPO viu-se obrigada a retirar do sul do Cuando no final do primeiro trimestre de 1970.⁴⁶⁰ Chiwale, nas suas memórias, admitiu o fracasso da missão e reconheceu que a UNITA retirou o dispositivo militar que mantinha naquela província para a zona tradicional de acantonamento no sul do Moxico, no Lungué-Bungo.⁴⁶¹ Após a retirada da guerrilha do Galo Negro, iniciou-se uma fase de cooperação operacional entre a SWAPO e o MPLA,⁴⁶² uma vez que o movimento de Neto começou a atuar na província do Cuando a partir das bases que dispunha na Zâmbia, e desenvolveu planos conjuntos com a organização nacionalista da Namíbia para atingir o distrito do Cunene, com o fim de explorar a agitação que à data se verificava entre os Cuanhamas e os Ovambos.⁴⁶³ Contudo, a eclosão da Revolta do Leste, em 1972, liderada por Daniel Chipenda, provocou uma cisão política no seio do MPLA que desarticulou as atividades militares do movimento na Frente Leste.⁴⁶⁴

A reaproximação SWAPO-UNITA sucedeu durante este período, quando a guerrilha do MPLA colapsou no Cuando e a guerrilha do Galo Negro reativou as suas operações naquela província. Em 1972, Chiwale foi reenviado para o sul de Angola por Savimbi, com a missão de apoiar a SWAPO a infiltrar-se na Ovambolândia.⁴⁶⁵ As relações entre os dois movimentos consolidaram-se em Agosto de 1973, durante a realização do 3º Congresso, onde foi estabelecido um pacto formal de auxílio material e ajuda operacional mútua, acordo indicativo da “extensão do arrefecimento existente entre a SWAPO e o MPLA” e que permitiu à UNITA “poder novamente apoiar a SWAPO, como o havia feito até 1970”.⁴⁶⁶

⁴⁶⁰ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexo C, 5.

⁴⁶¹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 129-130.

⁴⁶² AHPR/ GB1729/ Presidência do Conselho/ Secretariado-Geral da Defesa Nacional/ Actas do Conselho Superior da Defesa Nacional/ *Relato Sucinto da Sessão do dia 15 de Junho*, 1971: 9.

⁴⁶³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1 Leste de Angola 71-74/ Vol.2/NT 9089/ *Situação Político-Subversiva no Leste*, 1973: 15; Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, “From the ‘Ovambo Strike’ (Namibia) to ‘Agitation in the Lower Cunene’ (Angola): ‘SWA agitators’, Trans-Imperial Work Mobilization and Liberation Struggles (1971-1972)”, Paper presented at International Conference: *The Lusophone World: Global and Local Communities*, LSA and CICP Org., University of Évora, 2019.

⁴⁶⁴ Jean Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 219-229.

⁴⁶⁵ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 164-166.

⁴⁶⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1 Leste de Angola 71-74/ Vol.2/NT 9089/ *Situação Político-Subversiva no Leste*, 1973: 15.

A cooperação SWAPO-UNITA foi mais além que o simples apoio logístico e moral, incluiu uma colaboração militar estreita e mútua no interior de Angola. De facto, as relações cordiais que a SWAPO manteve com os três movimentos de libertação angolanos foram fruto do imperativo militar em aceder à fronteira sul de Angola. A diplomacia da organização independentista do sudoeste africano foi guiada pela necessidade de estabelecer alianças pragmáticas com movimentos angolanos que fossem ativos na província chave para a entrada na Namíbia: o distrito do Cuando-Cubango.

2 - Preâmbulo de uma Guerra Civil: A “Luta Fratricida”

Historiograficamente, a questão da “Luta Fratricida” é uma temática que tem recebido uma atenção limitada no panorama da Guerra de Independência. Jean Martial Mbah (2010) foi um dos historiadores que se debruçou especificamente sobre esta questão, particularmente sobre a rivalidade política entre o MPLA e a FNLA.⁴⁶⁷ Carlos Pacheco (2016), por outro lado, abordou parcialmente a competição militar entre o MPLA e a UNITA na Frente Leste.⁴⁶⁸

Em termos de fontes, a principal dificuldade em captar os ataques entre os movimentos de libertação relaciona-se com o facto de não existir informação sistematizada, cronologicamente ou tematicamente, nos serviços de informação portugueses sobre estas ações, ao contrário do que acontece com as atividades de cariz estritamente anticolonial. As informações a que temos acesso estão dispersas entre vários relatórios avulsos, invariavelmente baseados em autos de apresentados ou capturados que testemunharam as hostilidades na primeira pessoa, ou em relatórios gerais que sintetizam parcamente todas estas informações numa tentativa de dar uma visão global.

As raízes da competição militar entre a UNITA e o MPLA remontam, como vimos no Capítulo I, à corrida pela abertura da Frente Leste no primeiro trimestre de 1966. Ambos os movimentos reivindicaram o pioneirismo na estreia da almejada segunda frente. Num comunicado, o Comité Diretivo da organização de Neto afirmou ter iniciado

⁴⁶⁷ Jean Martial Arsene Mbah, *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola e o Movimento Popular de Libertação de Angola (1961-1975)* (Luanda, Mayamba, 2010).

⁴⁶⁸ Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva, Vol. I* (Lisboa, Nova Vega, 2016): 260-281.

a guerra no Leste, e que a UNITA chegara aquela zona apenas em Dezembro de 1966 com o propósito exclusivo de “semear a confusão” e “sabotar a luta do MPLA”.⁴⁶⁹

Em moldes semelhantes, o boletim *Kwacha* reivindicou que a UNITA foi a primeira organização a marcar presença na região, afirmou que “the claims of MPLA about the Eastern Front are totally unfounded and false”, e denunciou a atividade de outros “grupos angolanos”, que tinham como objetivo “confundir a luta genuína” e intensificar a “guerra fratricida”.⁴⁷⁰ Na narrativa moldada pelo órgão de propaganda do Galo Negro, as atividades deste movimento causaram o “pânico”, não só entre os “colonialistas portugueses”, como entre “outros dois grupos angolanos”, que tinham aspirações de criarem uma “hegemonia sobre o nacionalismo angolano”.⁴⁷¹

Em Fevereiro de 1967, numa conferência de imprensa realizada em Lusaka, Jonas Savimbi exprimiu traços do discurso hegemónico e exclusivista de que o MPLA era acusado pelo boletim político *Kwacha*, ao referir que, para além do seu movimento, existia “um outro partido” que era o “partido dos mulatos”, e afirmou que a “UNITA é que vai suceder no poder em Angola” e que a “UNITA governará Angola”.⁴⁷² Num registo semelhante, Denis Chipoya, militante do Galo Negro que desertou do MPLA em inícios de 1967, dirigiu uma carta aberta a Agostinho Neto onde acusou o MPLA de ser comandado por “ditadores brancos”.⁴⁷³

Esta retórica competitiva registou-se também na FNLA, o último dos três movimentos a entrar na Frente Leste, em 1968.⁴⁷⁴ Durante as cerimónias comemorativas do 4º aniversário da independência da Zâmbia, Holden Roberto declarou que enviaria os seus guerrilheiros para o leste de Angola com o objetivo de acabar com as atividades do MPLA e da UNITA.⁴⁷⁵

⁴⁶⁹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 55/ *Le MPLA Denonce*, 1967: 2.

⁴⁷⁰ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 1-2; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Special Issue*, No. 2, 1969: 6.

⁴⁷¹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 2.

⁴⁷² ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/*Conferência Feita em Lusaka na Quinta-Feira, 24 de Fevereiro de 1967, pelo Dr. Jonas Savimbi, Chefe do Partido da UNITA, no seu regresso de Angola, onde esteve 4 Meses*, 1967: 482.

⁴⁷³ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.1/ NT 7444-7448/*O MPLA é tão Mau como a Frente Rodesiana*, 1967: 99-100.

⁴⁷⁴ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 219.

⁴⁷⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ *Zâmbia: Apoio ao GRAE*, 1968: 170.

As intensas tensões entre os movimentos de libertação angolanos não se resumiram apenas a acusações mútuas na literatura propagandística e nos discursos políticos. O Leste foi um palco de disputa militar por controlo territorial e das populações entre as três forças, revelando-se num aspeto autónomo, dinâmico e de contornos alargados no enquadramento da Guerra de Independência de Angola. Após a independência, em Novembro de 1975, este aspeto exacerbou-se profundamente, dando continuação a uma Guerra Civil que, de facto, já tinha vindo a decorrer paralelamente à luta anticolonial durante quase uma década.

Os primeiros sinais desta competição deram-se na Zâmbia, onde o MPLA gozava da vantagem de possuir apoio político aberto do governo de Lusaka.⁴⁷⁶ Em Setembro de 1966 um delegado enviado pelo movimento de Neto, pediu a Kenneth Kaunda que expulsasse a UNITA daquele país, proposta que o Presidente da Zâmbia recusou e aconselhou à criação de uma frente unida entre os dois partidos.⁴⁷⁷ Porém, apesar desta atitude aparentemente conciliatória por parte de Kaunda, as autoridades zambianas favoreceram claramente o MPLA em detrimento da UNITA. Exemplo ilustrativo disso aconteceu no Sikongo, um dos canais estratégicos de trânsito de guerrilheiros e material junto à fronteira de Angola: “A polícia de Sikongo deu instruções ao pelotão do exército [zambiano] com base naquela localidade para não interferir com o MPLA mas para estorvar a UNITA.”⁴⁷⁸

Apesar das vantagens políticas gozadas pelo MPLA na Zâmbia, a guerrilha do Galo Negro antecipou-se geograficamente na Frente Leste, entre 1966 e 1969, enquanto o movimento de Neto colocou pressão na retaguarda, seguindo o “trilho da UNITA”.⁴⁷⁹ Isto não significa que o MPLA estivesse exclusivamente a lutar contra o movimento de Savimbi, mas aponta para que, muitas vezes, quando a guerrilha do MPLA chegava a um povoamento, a guerrilha da UNITA já tinha transitado nessa zona e elaborado contactos com as populações numa tentativa de as mobilizar politicamente para a sua causa.⁴⁸⁰

⁴⁷⁶ Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva*, Vol. 1 (Lisboa, Nova Vega, 2016): 280.

⁴⁷⁷ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ Assunto: *Jonas Sidónio Malheiro Savimbi*, 1966: 525.

⁴⁷⁸ Sublinhado original do texto. ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ Assunto: *Zâmbia, Actividades do IN*, 1967: 457.

⁴⁷⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo Dolisie/ Vol. 2/NT 2721/ *Relatório Extraordinário N°03/73-DINF2ª(GEP)*, 1973: 53.

⁴⁸⁰ AHP/ GB1729/ Presidência do Conselho/ Secretariado-Geral da Defesa Nacional/ Actas do Conselho Superior da Defesa Nacional/ *Apreciação da Situação Político-Subversiva em Angola e sugestão para um melhor aproveitamento das populações nativas na luta contra os terroristas*, 1970: 3.

Situação que não passou despercebida aos serviços de informação portugueses que, para o ano de 1967 descreveram a seguinte situação: “Verifica-se contudo, que a partir da faixa fronteiriça, a UNITA começou a ser suplantada pelo MPLA, nas áreas que vai ‘trabalhando’, o que provoca o rápido progresso daquele partido, em direcção ao interior, preparando assim, inconscientemente, o caminho ao MPLA que, melhor armado e organizado, tem maior facilidade em fazer aderir a si, as populações já contaminadas pela UNITA.”⁴⁸¹ Os confrontos militares diretos entre as duas forças ocorriam apenas quando o MPLA “esbarrava” em núcleos territoriais onde a presença do movimento do Galo Negro possuía um carácter mais permanente do que transitório.

Esta antecipação da UNITA no terreno transpareceu nos autos de civis e guerrilheiros que foram capturados ou se apresentaram à PIDE-DGS. Numa amostra de vinte e cinco processos individuais do distrito do Moxico, entre 1966 e 1969, onze relataram que a primeira guerrilha independentista que os contactou foi a UNITA⁴⁸² e oito declararam ter sido o MPLA⁴⁸³ (nos restantes seis processos a autoria dos primeiros contactos revelou-se impossível de definir). Dos onze que foram contactados, raptados ou recrutados pelo movimento do Galo Negro, oito integraram posteriormente as fileiras do MPLA, ou como guerrilheiros ou como população controlada.⁴⁸⁴ Em nenhum dos vinte

⁴⁸¹ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo I, Anexo C, 2.

⁴⁸² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório Nº65/71-DINF*, 1971: 10; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório Nº17/72-DINF*, 1972: 78; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório Nº21/72-DINF*, 1972: 62; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório Nº26/72-DINF*, 1972: 43; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 131.07.68/ NT2749/ *Relatório de Apresentado Nº63/73-DINF/2ª*, 1973: 8; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 2996/ NT8109/ *Relatório de Interrogatório Nº05/72-DINF*, 1972: 81; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 2996/ NT8109/ *Relatório de Interrogatório Nº13/72-DINF*, 1972: 84; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 2996/ NT8109/ *Relatório de Interrogatório Nº14/72-DINF*, 1972: 106; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 7480/ NT8195/ *Relatório de Capturado Nº27/70*, 1970: 14; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 9345/ NT8233/ *Relatório de Interrogatório Nº31/70*, 1970: 45; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 9345/ NT8233/ *Relatório de Interrogatório Nº34/70*, 1970: 51.

⁴⁸³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório Nº24/72-DINF*, 1972: 27; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 7480/ NT8195/ *Cofuna Dala*, 1969: 88; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 7480/ NT8195/ *Michai Cambungo “MPLA”*, 1969: 97; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 7480/ NT8195/ *Actividades do Inimigo*, 1969: 135-136; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 2996/ NT8109/ *Samugango Txingango*, 1971: 208; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 130.07.84/ NT2749/ *Nº4/72-DINF*, 1972: 192; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 8345/ NT8233/ *Capturado Nº3/73* 1973: 24; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 9345/ NT8233/ *Luciano Mazaca*, 1969: 121

⁴⁸⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório Nº65/71-DINF*, 1971: 10-11; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/

e cinco percursos individuais analisados, existiram casos de civis mobilizados primeiro pela guerrilha do MPLA e mais tarde integrados no dispositivo da UNITA. Porém, o inverso revelou-se a trajetória pessoal mais comum. O que demonstra que a guerrilha do Galo Negro, neste período (1966-1969), fruto da sua antecipação na abertura da Frente Leste, funcionou como uma vanguarda, enquanto o MPLA lhe seguiu o encaço, desmobilizando as populações por onde a UNITA havia transitado.

Os casos que o ilustram são inúmeros. Dinzinga Capuca, agricultora natural do Quimbo de Nachoana, em data que não conseguiu especificar com precisão, afirmou que os primeiros guerrilheiros que contactou pertenciam à UNITA e eram chefiados por Savimbi, e que “tempos depois apareceu o MPLA”.⁴⁸⁵

O exemplo de Chioia Sachitumbo, camponês capturado pelos *Flechas* à guerrilha do MPLA em Julho de 1972, descreveu no seu auto ter sido contactado primeiramente pela UNITA no Sobado de Caponde e, mais tarde, em 1968, pelo movimento de Agostinho Neto.⁴⁸⁶

No Sobado de Mocovoto, o agricultor Livingue Muconda afirmou ter sido raptado em 1965, juntamente com a população do seu povoamento, por guerrilheiros do movimento do Galo Negro. Em 1966 apareceu um grupo do MPLA, que “travou luta com o grupo da UNITA e, depois de o ter posto em debandada, tomou posse daquela região, passando a controlar toda a população ali existente.” Mais tarde, em 1968, o declarante foi promovido a Presidente da Fuba da guerrilha do MPLA, indivíduo responsável por gerir a produção agrícola das populações controladas.⁴⁸⁷

Também no Sobado do Mocovoto, Fulai Chibia, desertor da guerrilha do MPLA que se apresentou à PIDE em Setembro de 1970, declarou ter sido raptado pela UNITA em 1966, e que em 1967 o MPLA apareceu naquela região, onde travou lutas contra o

Relatório de Interrogatório N°17/72-DINF, 1972: 78-79; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório N°21/72-DINF*, 1972: 62; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório N°26/72-DINF*, 1972: 43; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 2996/ NT8109/ *Relatório de Interrogatório N°13/72-DINF*, 1972: 84; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 7480/ NT8195/ *Relatório de Capturado N°27/70*, 1970: 14; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 9345/ NT8233/ *Relatório de Interrogatório N°31/70*, 1970: 45-46; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 9345/ NT8233/ *Relatório de Interrogatório N°34/70*, 1970: 51-52.

⁴⁸⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório N°65/71-DINF*, 1971: 10-11.

⁴⁸⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório N°21/72-DINF*, 1972: 61-62.

⁴⁸⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 9345/ NT8233/ *Relatório de Interrogatório N°31/70*, 1970: 45-46.

movimento do Galo Negro e capturou o declarante, integrando-o mais tarde como guerrilheiro.⁴⁸⁸

O exemplo de Saloche Jamba, guerrilheiro do MPLA batizado com o nome de guerra “Vingança do Povo”, capturado pelas tropas coloniais em Fevereiro de 1972, que afirmou ter sido raptado pela UNITA em 1967. No mesmo ano apareceu um grupo do MPLA de vinte e cinco elementos que atacou o grupo onde se encontrava e o capturou.⁴⁸⁹

Em 1968, na aldeia do Donga, o agricultor Chinoia Vissima afirmou que um grupo da UNITA “disse que andavam na terra a fazer guerra aos brancos, pedindo-lhes de comer, que deram e não lhes fazendo mal, voltaram aquela aldeia, mais uma duas ou três vezes, sempre com a mesma missão”. Passados “mais ou menos dois anos”, testemunhou pela primeira vez a presença de guerrilheiros do MPLA, que “correram com a UNITA daquela área”, afirmando perante “toda a população que a UNITA não tinha material de guerra para correr com os brancos” e que “eles do MPLA é que estavam à altura de fazer a guerra”. Procederam, de seguida, a um deslocamento forçado dos civis da aldeia para o interior da mata.⁴⁹⁰

Outro dos casos ilustrativos desta tendência foi o de Japão Samussango “O Caumba”, camponês que habitava num quimbo junto à nascente do Rio Cuebe, que em 1968 foi obrigado a deslocar-se, juntamente com a população do povoamento, para uma zona sob o controlo da guerrilha do Galo Negro. Mais tarde, “em fins de 1969 princípios de 1970, chegou à área do Rio Chimbandianga um grupo do MPLA chefiado por Brida que expulsou a UNITA da zona e capturou parte dos elementos da população sob o seu controle, entre os quais o declarante”. Em Maio de 1971 foi escolhido pelo Comandante “Furioso” para integrar o dispositivo militar do MPLA como guerrilheiro.⁴⁹¹

Numa reportagem do *Zambia Daily Mail*, Samuel Chiwale afirmou que, no contexto da “luta fratricida”, as FALA não fizeram mais do que se defender.⁴⁹² Na verdade, existem indicações que Chiwale liderou pessoalmente iniciativas contra

⁴⁸⁸ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 9345/ NT8233/ *Relatório de Interrogatório N°34/70*, 1970: 51-52.

⁴⁸⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório N°17/72-DINF*, 1972: 78-79.

⁴⁹⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 2996/ NT8109/ *Relatório de Interrogatório N°13/72-DINF*, 1972: 84.

⁴⁹¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ *Relatório de Interrogatório N°26/72-DINF*, 1972: 43-44.

⁴⁹² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 132.

acampamentos do MPLA,⁴⁹³ e que em finais de 1968, um apresentado à PIDE testemunhou o comandante Chiwale afirmar que “todos deviam estar unidos para poderem combater o MPLA, seu principal inimigo de momento. Não deviam fazer guerra contra os brancos, pois essa ficaria para mais tarde.”⁴⁹⁴

Inúmeros testemunhos confirmaram ataques entre os dois movimentos durante este período. Em Dezembro de 1968, a guerrilha da UNITA atacou um acampamento do MPLA junto à fronteira da Zâmbia, onde infligiu várias baixas e apoderou-se de variado equipamento militar.⁴⁹⁵ Para o mesmo mês um apresentado à PIDE relatou que esta era uma situação recorrente e generalizada: “Através do terrorista Muamba teve conhecimento que a UNITA tem travado grandes lutas com o MPLA.”⁴⁹⁶ Também no ano de 1968, o camponês Teneti Chimona, raptado pelo movimento do Galo Negro, referiu a ênfase dada pelos guerrilheiros à luta contra a organização de Neto: “Frisavam também os terroristas da UNITA que se tornava necessário combater o MPLA, pois eram tão inimigos como os brancos, e sabe que, na área dos Bundas, tem havido luta entre a UNITA e o MPLA, com baixas de ambos os lados (...)”.⁴⁹⁷ O mesmo se registava do lado do MPLA, como exemplifica o caso de uma mulher que se apresentou às autoridades no Mucusso, província do Cuando-Cubango, e referiu que os guerrilheiros do MPLA alertavam as populações da região para a necessidade urgente de lutar contra o Galo Negro “até ao seu aniquilamento total”.⁴⁹⁸

Apesar dos vários indicadores que apontam para uma profunda competição militar pelo território e pelas populações do Leste, registaram-se, também, casos isolados de cooperação ativa entre as guerrilhas da UNITA e do MPLA, que aparentam ser únicos e excepcionais durante o decorrer da luta de libertação. Um desses casos deu-se em Setembro/Outubro de 1967, no distrito do Cuando Cubango, com um ataque em conjunto à povoação do Dima onde a guerrilha pilhou diversas casas e procedeu a assaltos de

⁴⁹³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ *Distrito do Bié: Actividades da UNITA*, 1969: 119.

⁴⁹⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ *Distrito do Moxico: Actividades da UNITA*, 1968: 161.

⁴⁹⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Organização Militar do Inimigo*, 1969: 153.

⁴⁹⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Actividades da UNITA*, 1969: 119.

⁴⁹⁷ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Declarações do africano Teneti Chimona*, 1969: 348.

⁴⁹⁸ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.4/ NT 7447/*Actividade Terrorista em Angola – Distrito do Cuando Cubango*, 1970: 1065-1066.

viaturas civis na estrada Dima-Mavinga.⁴⁹⁹ Este grupo misto de guerrilheiros do MPLA e UNITA permaneceu junto e seguiu na direção de Mavinga, onde montou um acampamento conjunto perto da margem direita do Rio Gombe.⁵⁰⁰ Um outro dos casos ocorreu a 21 de Abril de 1968, também no Cuando Cubango, num ataque ao povoamento do Xingango: “Neste último ataque houve mesmo cooperação entre a UNITA e o MPLA, o acampamento da UNITA situado na nascente do Rio Lunhende, afluente do Rio Cuito, frente à embala abandonada do Sobado Nhundo, pediu reforços ao acampamento do MPLA.”⁵⁰¹ No mesmo ano, na zona de Cazaje, no sul da província da Lunda,⁵⁰² grupos de guerrilheiros de ambos os movimentos, embora atuassem separadamente, mantinham “as melhores relações entre si, verificando-se até a cedência de munições, especialmente granadas, por parte do grupo do ‘MPLA’ aos grupos da ‘UNITA’.”⁵⁰³

Estas operações aparentam ter sido de natureza circunstancial, fruto da iniciativa autónoma dos comandantes locais. Não existe nenhuma indicação do estabelecimento de um acordo de cooperação militar entre as chefias do MPLA e da UNITA, pelo contrário, a narrativa é a de tensão e rivalidade na disputa pelo Leste. Contudo, em finais de 1973, a liderança da UNITA procurou estabelecer uma aliança com a facção MPLA-Chipenda, saída da Revolta do Leste, dissidência que fragilizou a liderança política de Agostinho Neto e reduziu seriamente a atividade da guerrilha do MPLA na segunda frente. Porém, esta iniciativa diplomática resultou apenas num acordo tácito de não agressão entre a organização de Jonas Savimbi e a facção liderada por Daniel Chipenda, e não em uma aliança que envolvesse cooperação militar ativa entre as duas forças.⁵⁰⁴

Os anos de 1969 e 1970 foram marcados pela intensificação da pressão do MPLA sobre a UNITA, naquilo que os serviços de informação portugueses classificaram como o “espetacular avanço, em território nacional, das organizações do MPLA” que “continua

⁴⁹⁹ Ver Anexos, Mapa 10.

⁵⁰⁰ O grupo era composto por vinte e oito elementos do MPLA e treze da UNITA. ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ Assunto: João António, Agente Subversivo da UNITA, 1967: 263.

⁵⁰¹ Sublinhado nosso - ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ Relatório de Posto, 1968: 216.

⁵⁰² Ver Anexos, Mapa 11.

⁵⁰³ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.2/ NT 7444-7448/Actividade da ‘UNITA’ e ‘MPLA’, 1968: 285.

⁵⁰⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1 Leste de Angola 71-74/ Vol.2/NT 9089/ Situação Político-Subversiva no Leste, 1973: 6-8.

a desarticular núcleos da UNITA no sector do Moxico”.⁵⁰⁵ O duplo cerco causado pela expansão do movimento de Neto e pelas ações da tropa colonial, reduziram a zona de influência da guerrilha do Galo Negro a uma área de refúgio no alto curso do Rio Lungué-Bungo, no que se transformou na região tradicional de acantonamento da UNITA até ao final da guerra em 1974.⁵⁰⁶ (Ver Capítulo IV, Mapa 6.2) Mesmo esta área de implantação, nuclear para a guerrilha das FALA, foi alvo de uma intensa disputa com o MPLA, particularmente entre 1969 e 1970. Em correspondência capturada entre Savimbi e os seus colaboradores “pressente-se um desespero da UNITA perante a penetração e avanço do MPLA na sua zona de refúgio tradicional o que obriga os dois partidos a movimentarem-se com efectivos consideráveis com mútuo receio”.⁵⁰⁷

A competição militar entre a UNITA e a FNLA foi consideravelmente menos intensa quando comparada com as constantes lutas entre o MPLA e o movimento do Galo Negro. As forças do ELNA começaram a operar relativamente tarde na Frente Leste (1968), e geograficamente não seguiram o trilho da guerrilha das FALA, preferindo penetrar pelo extremo sul da fronteira do Distrito da Lunda com a Zâmbia, perto de Nova Chaves,⁵⁰⁸ de onde seguiam para o interior de Angola ao longo do norte da via férrea de Benguela.⁵⁰⁹ Marcum considera que nesta posição geográfica, onde a concorrência de outras organizações independentistas era fraca, a guerrilha da FNLA, na Frente Leste, sofreu menos desgaste no enquadramento da “luta fratricida”: “From their vantage point north of the Benguela Railroad, however, FNLA patrols felt relatively well off as they watched their UNITA-MPLA competitors to the south tear each other in pitched battles.”⁵¹⁰

Porém, o troço da linha do CFB, entre a Sede de Posto de Cangumbe e o povoamento de Chicala a oriente, foi uma área fortemente afetada pela competição

⁵⁰⁵ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo I, Anexo C, 4.

⁵⁰⁶ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo I, Anexo C, 5-7.

⁵⁰⁷ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Envio de Fotocópia de Documento Inimigo*, 1970: 113.

⁵⁰⁸ Ver Anexos, Mapa 2.

⁵⁰⁹ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 216.

⁵¹⁰ *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 220.

simultânea entre os três movimentos de libertação.⁵¹¹ Imediatamente a norte do território de refúgio da UNITA nas matas do alto curso do rio Lungué-Bungo,⁵¹² a sul da zona de pressão da FNLA a ocidente da cidade do Luso,⁵¹³ e na área geral de progressão do MPLA ao longo da linha férrea de Benguela e no encalço da guerrilha do Galo Negro,⁵¹⁴ este era o local de confluência das três guerrilhas independentistas. Em Março de 1970, a Comissão de Contra Subversão do Moxico, alertou para a extrema vulnerabilidade da região de Chicala, onde cerca de 7 mil civis ou estavam “afectos” à UNITA, ou eram “objecto de interesse de grupos do MPLA e até da UPA”.⁵¹⁵ Para o mês de Junho do mesmo ano, em correspondência trocada entre Savimbi e os seus colaboradores civis, torna-se claro que a disputa por este troço da linha do CFB apresentava contornos acentuados. O militante Benedito alertou o líder da UNITA para a presença de um grupo do MPLA em Chicala, que se preparava para atacar a guerrilha do Galo Negro na sua zona de implantação tradicional, e informou o aparecimento de uma patrulha de 140 guerrilheiros da FNLA perto de Cangumbe. Savimbi afirmou que a sua guerrilha fez de tudo para impedir a instalação dos “desordeiros” do MPLA nas imediações de Chicala e Cangumbe, o que havia “causado trabalho em excesso”.⁵¹⁶

A disputa nesta região centrou-se, essencialmente, na capacidade de influenciar e criar laços de colaboração com as populações, mais do que manter o controlo permanente do território. A guerrilha independentista era, aliás, militarmente incapaz de manter sob seu controlo efetivo um povoamento na linha do CFB durante um longo período, fruto, não só da forte presença da administração colonial e de um dispositivo militar, como da grande mobilidade e conseqüente rápido tempo reação que a tropa colonial gozava ao longo desta infraestrutura. Para os movimentos de libertação, esta região representava uma zona operacional e não uma área de implantação.

⁵¹¹ AHPR/ GB1729/ Presidência do Conselho/ Secretariado-Geral da Defesa Nacional/ Actas do Conselho Superior da Defesa Nacional/ *Relatório da Situação Político-Subversiva da Província de Angola*, 1970: 19; Ver Anexos, Mapa 3.

⁵¹² ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Deliberações tomadas na Reunião Ordinária do dia 29ABR70 do Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico*, 1970: 188.

⁵¹³ “The FNLA chose the hills and gorges of its farthest penetration around Cangumbe and Alto Chicapa as best suited for a base of guerrilla operations.” John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 220.

⁵¹⁴ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo I, Anexo C, 5.

⁵¹⁵ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Deliberações tomadas na Reunião Ordinária do dia 18MAR70 do Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico*, 1970: 223.

⁵¹⁶ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Envio de Documento IN e Resposta dada pelo Colaborador ‘Benedito’*, 1970: 107, 110.

Apesar da incapacidade em controlar de forma permanente os núcleos populacionais próximos da linha do CFB, a guerrilha conseguiu estabelecer redes de apoio logístico, nas quais os madeireiros serviam de elo fundamental entre os colaboradores que residiam nas comunidades sob administração colonial e a guerrilha no interior das matas. Na zona de Cangumbe as autoridades reconheceram, em 1970, que a população vivia “afecta à UNITA ou sob coacção do MPLA”, e que o abastecimento destes movimentos era possível graças à “população ao serviço dos madeireiros”.⁵¹⁷

Também aqui se manifestaram de forma plena as disputas da “luta fratricida”, que tiveram como alvo particular os exploradores de madeira. Em 1970, João Nunes Gonçalves, madeireiro que colaborava com a UNITA e operava na área do Alto Cuito,⁵¹⁸ relatou em correspondência ao comandante “Leão da Anhara” das FALA, que o movimento de Neto Ihe havia queimado a madeira, que os seus colegas madeireiros passavam grandes dificuldades “criadas pelo nosso inimigo comum o MPLA” e que era do seu interesse em ver “o MPLA eliminado desta zona”.⁵¹⁹ Numa outra carta, João Gonçalves, relatou que os guerrilheiros do MPLA raptavam os civis da povoação do Nhonga quando se deslocavam às lavras e que “interromperam as picadas da madeira, ameaçaram queimar os tractores, matar os trabalhadores etc.”. Terminou a carta pedindo ao comandante da UNITA que normalizasse a situação através de uma “intervenção activa e positiva”, assegurando que as populações da região eram “simpatizantes acérrimas do Movimento”.⁵²⁰

Jonas Savimbi, através do pseudónimo “Sangue Frio”,⁵²¹ em correspondência trocada com o madeireiro Acácio dos Santos, que operava nas imediações de Cangumbe, afirmou que, para os exploradores de madeira e os trabalhadores das serrações, era “mil vezes melhor cooperar com a UNITA do que com o MPLA”, e que a base da cooperação

⁵¹⁷ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº82*, 1970: 103.

⁵¹⁸ Ver Anexos, Mapa 12.

⁵¹⁹ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Cópias de Cartas*, 1970: 83-84.

⁵²⁰ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Cópias de Cartas*, 1970: 88-89.

⁵²¹ Savimbi utilizava os pseudónimos “Folha Seca” e “Sangue Frio” na correspondência que trocava com os militantes civis que viviam nos povoamentos sob vigilância colonial. Estes colaboradores não tinham consciência de que o autor das cartas era o Presidente da UNITA, mas antes um comandante da guerrilha a mando de Savimbi. ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Pesquisa sobre Elementos Responsáveis da UNITA*, 1969: 279; ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Envio de Fotocópia*, 1970: 144.

passava pelo compromisso da guerrilha do Galo Negro em “proteger os seus bens”. Acácio dos Santos, por sua vez, referiu-se ao MPLA como um “motivo de preocupação constante” e que os madeireiros denunciavam à tropa colonial a localização dos acampamentos deste movimento.⁵²²

A rivalidade UNITA/MPLA foi, inclusivamente, explorada e alimentada operacionalmente pela PIDE, através do emprego de táticas de identidade camuflada. Na área de Chicala, em Maio de 1970, um grupo de *Flechas* mascarados de guerrilheiros do MPLA, montaram uma emboscada a militantes da UNITA que se dirigiam com mantimentos para as matas do Lungué-Bungo.⁵²³ O objetivo desta operação foi, não só impedir o abastecimento da guerrilha das FALA, como instigar ainda mais a rivalidade entre os dois movimentos: “(...) visto tornar-se necessário correr o boato de que tinha sido o MPLA, já que isso dará grande repercussão no seio da UNITA.”⁵²⁴

Em 1970, o impulso da luta armada progrediu bem mais a oeste do que a Sede de Posto de Cangumbe, penetrando no Distrito do Bié até às imediações de Cuemba na linha do CFB (zona de ação UNITA/MPLA), na área do Umpulo a sul (zona de ação UNITA/MPLA), e na zona do Luando a norte (zona de ação MPLA/FNLA).⁵²⁵ Província do Bié, onde a UNITA foi, aliás, o primeiro movimento a desenvolver atividades (1967), embora inicialmente de forma esporádica e com uma presença de carácter transitório.⁵²⁶ Em 1970, com a expansão das forças do MPLA para o Bié, após pressionarem a zona de acantonamento do Galo Negro no Lungué-Bungo e a contornarem pelo Sul e pelo Norte, a guerrilha da UNITA viveu a ameaça de ser ultrapassada geograficamente e cercada pelo movimento de Agostinho Neto.⁵²⁷ Em Maio de 1970, a Comissão de Contra Subversão do Moxico descreveu a situação estratégica da UNITA da seguinte forma: “Que se admite que GRS [Guerrilheiros] de politização e reconhecimento já estejam actuando no Bié, regiões de Luando e até Nharea, o que associado à presença efectiva de GRS

⁵²² ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Envio de Carta recebida pelo Acácio*, 1970: 118-119.

⁵²³ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Acção levada a efeito por esta Subdelegação, na Área de Chicala*, 1970: 138-139.

⁵²⁴ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Acção levada a efeito por esta Subdelegação, na Área de Chicala*, 1970: 140.

⁵²⁵ Ver Anexos, Mapa 13.

⁵²⁶ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexo C, 2.

⁵²⁷ ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº71*, 1970: 175; ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexo C, 5.

[Guerrilheiros] do MPLA na região do Umpulo, dá bem a medida do duplo envolvimento que a UNITA está sofrendo e da sua situação crítica.”⁵²⁸

Samuel Chiwale e N’Zau Puna referem nas suas memórias que o MPLA criou um esquadrão de guerrilha, sob o comando de António Muty “Angola Livre”, que tinha a missão exclusiva de atacar as bases da UNITA.⁵²⁹ Em 1972, o triplo cerco sobre as forças do Galo Negro seria tão apertado que, de acordo com Chiwale, as FALA reestruturaram o dispositivo militar em função das ameaças: “Em 1972, tivemos que formar três colunas com alvos distintos: uma voltada para a tropa colonial, outra para as forças do MPLA e ainda outra para a FNLA.”⁵³⁰

Um exemplo indicativo, para este período, da escala da luta entre os movimentos nacionalistas, foi o testemunho do guerrilheiro do MPLA Cassanga Rimuanha “Novo Mundo”, que se apresentou às autoridades coloniais em Agosto de 1972. No seu auto, Rimuanha referiu as diversas baixas registadas na unidade de guerrilha de cinquenta homens onde estava enquadrado, e que operava na fronteira Sul do Moxico com o Distrito do Bié. Em meados de 1972, esta coluna tinha sofrido treze mortos: cinco foram abatidos pela tropa colonial; quatro abatidos pela UNITA; três morreram de doença; um foi vítima mortal de acidente.⁵³¹

Por esta altura a guerrilha do MPLA sofreu, no Leste, uma fragmentação interna que culminou, no último trimestre de 1973, na desativação quase total das operações militares nesta frente. Desde cedo se registaram sintomas de descontentamento entre os guerrilheiros oriundos do Leste, com os duros moldes de disciplina e punição exigidos pelos comandantes que, na sua maioria, eram importados dos quadros da Frente Norte. Em Dezembro de 1969 eclodiu a primeira grande manifestação, embora pacífica, catalisada pelo fuzilamento de um dirigente originário do Leste e liderada por Barreiros Freitas “Jibóia”, contra o que seriam os privilégios e o *comandismo* dos “do Norte” na III Região Militar.⁵³² Numa segunda fase, em 1972, este descontentamento geral ganhou contornos mais graves com a Revolta do Leste encabeçada por Daniel Chipenda, que

⁵²⁸ Sublinhado nosso. ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão Nº71, 1970: 176.

⁵²⁹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 169; Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 101-102.

⁵³⁰ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 169-170.

⁵³¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Processo 26781/ NT8535/ Relatório de Interrogatório Nº2191/72-DINF, 1972: 34.

⁵³² Jean Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 215-216.

criou uma dissidência efetiva nas fileiras da guerrilha do MPLA, com características étnico-identitárias e contestatária da liderança político-militar de Agostinho Neto.⁵³³

Em Janeiro de 1973, numa tentativa falhada de reconciliar a fratura interna do MPLA, realizaram-se, sob os auspícios do governo Zambiano, reuniões do Movimento de Reajustamento da Frente Leste entre as duas partes.⁵³⁴ A questão da UNITA foi levantada na Comissão Provisória de Reajustamento (CPR), onde Chipenda reconheceu que o movimento do Galo Negro era um “sério obstáculo à manobra do MPLA” e argumentou pela necessidade de criar um “acordo com Savimbi, ou, no mínimo a neutralização da UNITA por persuasão e aliciamento”. Por outro lado, Neto era hostil a qualquer acordo, preferindo dar continuidade à estratégia de combater a guerrilha de Savimbi.⁵³⁵ Como veremos mais à frente, deu-se, de facto, uma aproximação entre a UNITA e a facção Chipenda, que resultou num acordo tácito de não agressão.

Simultaneamente ao despoletar da Revolta do Leste, assistiu-se a uma aproximação diplomática entre o MPLA e a FNLA que culminou com o Acordo de Kinshasa de Dezembro de 1972.⁵³⁶ Este acordo estabeleceu uma aliança político-militar entre os dois movimentos, através da criação do CSLA (Conselho Supremo de Libertação de Angola), composto por um Presidente da FNLA e um Vice-Presidente da MPLA, cujos mandatos implicavam a coordenação da luta conjunta pela independência de Angola. Acordou-se também, em Kinshasa, à formação de um Comando Militar Unificado entre a organização de Neto e Roberto efetivando, em teoria, uma próxima cooperação operacional.⁵³⁷ Porém, desconfianças mútuas, novos embates entre a guerrilha dos dois movimentos na Frente Norte, e a oposição do regime de Mobutu ao acordo, condenaram a tentativa de unificação ao longo do ano de 1973.⁵³⁸

A hipótese de uma aliança efetiva entre o MPLA e a FNLA causou fortes reações por parte da UNITA. O movimento do Galo Negro denunciou o acordo como uma

⁵³³ Jean Michel Mabeke-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 219-229.

⁵³⁴ Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva, Vol. I* (Lisboa, Nova Vega, 2016): 742-752.

⁵³⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1 Leste de Angola 71-74/ Vol.2/NT 9089/ *Situação Político-Subversiva no Leste*, 1973: 14.

⁵³⁶ Ver Jean Martial Arsene Mbah, *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola e o Movimento Popular de Libertação de Angola (1961-1975)* (Luanda, Mayamba, 2010): 221-225.

⁵³⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/ Dolisie/ Vol.2/ NT2721/ *Relatório Extraordinário N.º3/73-DINF2ª-(GEP)- Reconciliação MPLA/FNLA*, 1973: 9-11.

⁵³⁸ Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva, Vol. I* (Lisboa, Nova Vega, 2016): 593-597.

“reconciliação oportunista” e um “irrealista casamento de conveniência”, baseado em “motivações reacionárias” por excluir uma organização “progressista” como a de Savimbi.⁵³⁹ Na perspectiva da UNITA, as negociações deviam ter acontecido num molde tripartido entre todos os movimentos: “UNITA, however, will refuse to form a single United bloc with any of the angolan groups aimed at isolating or destroying the third one.”⁵⁴⁰ A participação na formação do CSLA foi recusada pelo MPLA e FNLA por o movimento de Savimbi ser considerado um “grupo contra-revolucionário”.⁵⁴¹ A marginalização da UNITA do acordo de Kinshasa, e o conseqüente reforço do isolamento diplomático, ocorreu durante um período em que a organização independentista mantinha uma linha de comunicação com as autoridades portuguesas em Angola, que evoluiu para um acordo de colaboração militar com o exército colonial.

3 - Colaboração com as Forças Coloniais: A Operação Madeira

A colaboração entre o exército português e a UNITA através da chamada Operação Madeira é um dos episódios mais polémicos da história desta organização. A integração do movimento do Galo Negro no plano de contrainsurgência do Comando Militar da Zona Leste, entre 1972 e 1973, significou um abandono completo das atividades de guerrilha anticoloniais a que se propôs realizar aquando da sua fundação em 1966 nas matas de Muangai. Para os seus rivais políticos, esta aliança com o regime colonial, representou a prova da falta de comprometimento de Savimbi na luta pela independência de Angola e reforçou a ideia da UNITA como um peão das forças reacionárias da África Branca.⁵⁴² Se, por um lado, a literatura académica e não académica da Guerra de Libertação de Angola tem sido rica em referências à Operação Madeira, a natureza concreta do acordo e as suas implicações têm sido dimensões exploradas superficialmente, ou de forma incisiva mas curta.⁵⁴³ A única obra que oferece uma visão

⁵³⁹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 9, 1972: 1-2.

⁵⁴⁰ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 9, 1972: 7.

⁵⁴¹ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, 3.

⁵⁴² Ver Anexos, Figura 25.

⁵⁴³ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 211, 218; Jean Michel Mabeko-Tali, *Dissidências e Poder de Estado – O MPLA perante si próprio: 1962-1977, Vol. I* (Luanda, Coleção Ensaio, 2001): 120; Kirsti Stuvoy, “War Economy and the Social Order of Insurgencies: An Analysis of the Internal Structure of UNITA’s War Economy”, *Research Unit of Wars, Armament and Development - University of Hamburg*, (3), 2002: 54-55; Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra do Colonial (1961-1974)* (Lisboa, Terramar, 2004:

compreensiva, balizando os termos do acordo com base em fontes coevas, é a publicação de 1988 do investigador William Minter. Este livro apresenta ainda a vantagem de publicar nos anexos alguma da documentação disponível sobre a Operação Madeira.⁵⁴⁴

As provas documentais que vieram a público no seguimento do 25 de Abril sobre o acordo são de autenticidade inequívoca. Correspondência parcial entre Savimbi e o comandante da Zona Militar Leste (ZML), general Bettencourt Rodrigues, foi publicada na revista francesa *Afrique-Asie* a 8 de Julho de 1974, dias depois do assinar de cessar-fogo entre a UNITA e as autoridades portuguesas.⁵⁴⁵ Em 1988 foi publicado um novo conjunto documental relativo à Operação Madeira.⁵⁴⁶ Para todos os efeitos, a correspondência publicada em 1974 é de longe mais comprometedora politicamente que a de 1988.

Oficialmente a UNITA continua a classificar esta documentação como um conjunto de falsificações. Em 1982, quando confrontado com a questão da colaboração, Jonas Savimbi evocou uma campanha de descrédito movida contra o seu movimento sem nenhuma evidência documental: “Desafiámo-los logo e voltamos a desafiá-los hoje, quer a Luanda quer aos portugueses, para que produzam um só documento, policial ou militar, capaz de fundamentar essas acusações. Então a UNITA colaborou durante anos com a PIDE e não há um único relatório onde isso esteja assinalado?! É claro que não há, porque são só calúnias. O Pinto de Andrade e o Chipenda apregoaram que iam divulgar as cartas que nos comprometiam. Fizemos constar que os oficiais do MFA ligados ao Partido Comunista Português e simpatizantes do MPLA, lhes iam fornecer esses documentos, guardados nos arquivos militares e nos da PIDE. Mas então onde estão esses documentos?”

199-207; John P.Cann, “Securing the Borders of Angola (1961-1974)”, *Revista Militar*, 2495, 2009: 1680; Stephen L.Weigert, *Angola – A Modern Military History, 1961-2002* (New York, Palgrave Macmillan, 2011): 54-55; Agostinho Alexandre Joaquim da Silva, “Angola: Dinâmicas Internas e Externas na Luta de Libertação (1961-1975)” (Tese de Doutoramento, Universidade Lusófona, 2014): 188-193; Maria José Tíscar, *A PIDE no Xadrez Africano: Conversas com o Inspector Fragoso Allas* (Lisboa, Mão de Ferro, 2018): 165-170.

⁵⁴⁴ William Minter, *Operation Timber: Pages from the Savimbi Dossier* (New Jersey, Africa World Press, 1988).

⁵⁴⁵ Jack Bourderie, “Angola – La Longue Trahison de L’UNITA: Un Document Explosif”, *Afrique-Asie*, 61, 1974: 7-17.

⁵⁴⁶ William Minter, *Operation Timber: Pages from the Savimbi Dossier* (New Jersey, Africa World Press, 1988): 42-65.

Não bastaram dez anos para os encontrarem? Não tiveram plenos poderes para isso, em 1974 e 75?”⁵⁴⁷

Variada documentação direta e paralela confirma a existência do acordo. O relatório elaborado pelo Ministério da Defesa Nacional em 1973 sobre a UNITA, confirma a ocorrência de uma anomalia na atitude da guerrilha deste movimento durante o decorrer da Operação Madeira, e faz referência a uma suposta documentação secreta: “Cria-se um ‘status quo’ em que a UNITA evita contacto com as NF [Nossas Forças]. Informação especial sobre a actividade da UNITA, 1971-1973, de difusão muito limitada.”⁵⁴⁸ Essa documentação classificada de “muito secreta” encontra-se hoje no Arquivo da Defesa Nacional e, como veremos, não só não lança dúvidas sobre a existência do acordo como é uma das fontes primárias para compreender as motivações político-militares da operação. Nas suas memórias, António de Almeida Santos fez referência a “dóssies altamente explosivos” relativos a Savimbi, que o então Ministro da Coordenação Interterritorial do I Governo Provisório, por considerá-los “segredo de Estado”, entregou a referida documentação ao Presidente Spínola em 1974 – e da qual se desconhece o seu destino (localização).⁵⁴⁹

Diversas testemunhas, entre elas protagonistas da Operação Madeira, afirmaram publicamente a existência do acordo. O comandante da Zona Militar Leste (ZML), general Bettencourt Rodrigues, responsável militar pela operação entre Agosto de 1971 e Março de 1973, confirmou o seu papel no desenrolar do acordo numa entrevista, embora se mantivesse evasivo em relação a detalhes concretos.⁵⁵⁰

O capitão miliciano Benjamim Almeida, que cumpriu serviço militar obrigatório em Angola entre 1971 e 1975, desempenhou uma função relevante no desenvolvimento da Operação Madeira, onde serviu como elo de comunicação entre a direção da UNITA e o comando da ZML. Escreveu as suas memórias dos acontecimentos onde incluiu documentação nos anexos.⁵⁵¹

O Padre António Oliveira, que trabalhou como missionário em Angola entre 1970 e 1974, operou como um dos elementos de ligação informal entre as autoridades

⁵⁴⁷ Esteves B.I. Pena, *Primeiro o Angolano, Segundo o Angolano...Angolano Sempre: Os Discursos do Dr. Jonas Malheiro Savimbi* (Lisboa, GEPMI, 2019): 112; Também Jaka Jamba rejeita a existência do acordo. Almerindo Jaka Jamba, *Ecos de Colina: Memórias e Testemunhos* (Luanda, Mayamba, 2022): 36-37.

⁵⁴⁸ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo I, 9.

⁵⁴⁹ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, Vol. I (Braga, Círculo de Leitores, 2006): 239-240.

⁵⁵⁰ Arquivo RTP, *A Guerra – O Jogo Duplo de Savimbi*, Episódio 17, Dir. Joaquim Furtado, 2004.

⁵⁵¹ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011).

portuguesas e a UNITA durante o colapso da Operação Madeira entre finais de 1973 e inícios de 1974. Nas suas memórias narrou a sua história pessoal desses acontecimentos, onde inclui a correspondência privada que trocou com o líder do movimento.⁵⁵² Após a independência de Angola tornou-se num simpatizante e colaborador da causa da UNITA, e num amigo pessoal de Savimbi.

Do lado da UNITA, Miguel N'Zau Puna é o único alto cargo que confirma a existência do acordo, que classifica da seguinte forma: “Um certo desvio da linha política do Partido, quando Savimbi estabeleceu uma certa cooperação que visava enganar os portugueses para, simplesmente, ganhar tempo.”⁵⁵³ Apesar de confirmar a sua existência não se alonga sobre as minúcias dos termos da cooperação, nem sobre o papel ativo que a guerrilha das FALA teve na luta contra o MPLA e a FNLA.

A primeira tentativa de estabelecer um pacto de não agressão mútuo com a guerrilha da UNITA, que favorecesse o plano de contrainsurgência do exército português, remonta a Fevereiro de 1969. As negociações iniciadas pelas autoridades portuguesas por esta altura, sob o nome de “Operação Viragem”, revelaram-se, como vimos no Capítulo II, num fracasso, que resultaram numa emboscada da guerrilha das FALA em Março de 1969, que causou pesadas baixas entre os *Flechas*.⁵⁵⁴

Uma nova linha de comunicação com a UNITA foi estabelecida durante Setembro de 1971: “A partir de SET71, iniciaram-se contactos particulares via PSP/MOXICO, que visavam a obtenção de informações para avaliar a situação da UNITA e a possibilidade de se atingir uma ligação com a direcção do movimento.”⁵⁵⁵ A questão dos madeireiros revelou-se, neste contexto, uma situação oportuna. A exploração de madeiras exóticas levava civis a transitarem em zonas sob o controlo da guerrilha, situação que levou ao estabelecimento de um acordo entre os madeireiros e a UNITA. Os madeireiros eram livres de continuar a explorar madeira nessas áreas, mas tinham como contrapartida pagar tributo e dar informações sobre a localização e movimentações da tropa portuguesa.⁵⁵⁶ Esta facilidade no deslocamento entre áreas controladas pela guerrilha e os territórios sob

⁵⁵² António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017).

⁵⁵³ Miguel N'Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 107-108.

⁵⁵⁴ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Correspondência*, 1969: 327; ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo I, Anexo C, 4; Fernando Cavaleiro Ângelo, *Os Flechas: A Tropa Secreta da PIDE/DGS na Guerra de Angola* (Alfragide, Casa das Letras, 2017): 103-106.

⁵⁵⁵ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ *Situação da UNITA (Estudo)*, 1973: 3.

⁵⁵⁶ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 116.

administração colonial tornaram os madeireiros no interlocutor ideal para a abertura de uma linha de comunicação entre as duas forças.

Chiwale admite a existência de relações com os madeireiros e o estabelecimento de um pacto económico com benefícios mútuos, mas nega taxativamente qualquer contacto com as autoridades portuguesas: “Em momento algum a UNITA colaborou com a PIDE.”⁵⁵⁷ Acusa, inclusivamente, o MPLA e elementos “comunistas portugueses” de fabricarem o “mito” da colaboração, numa campanha de descrédito movida pelo MPLA para excluir a UNITA do processo independentista angolano.⁵⁵⁸

O facto de Chiwale negar a existência da Operação Madeira pode apenas significar que não teve consciência que ela tenha ocorrido. O padre António Oliveira refere que apenas um círculo fechado dentro da direcção da UNITA tinha conhecimento da colaboração e dos seus termos concretos: “Só em 1992, quando Costa Fernandes e Nzau Puna abandonaram a UNITA é que fiquei esclarecido sobre o conhecimento que os restantes membros da direcção do movimento tinham das negociações no âmbito da ‘Operação Madeira’. Estes confirmaram que o ‘Mais Velho’ [Savimbi] escondia dos colegas da direcção as negociações com os militares portugueses. Aos jornalistas estrangeiros que recebeu, na época, e aos membros do Comité Central dava a entender que a ausência de ataques dos militares portugueses era consequência da sua chefia competente e do medo que incutia no inimigo.”⁵⁵⁹ De acordo com o testemunho de Puna, Chiwale, embora fosse comandante das FALA, estava de fora desse círculo de confiança. As razões prendiam-se com Savimbi julgar que Chiwale não teria a fibra política necessária para compreender as vantagens estratégicas do acordo, porque “(...) era analfabeto e não podia compreender.”⁵⁶⁰

Os contactos entre a UNITA e o comando da Zona Militar Leste ocorreram em Setembro de 1971 por iniciativa do general Bettencourt Rodrigues, e com aprovações superiores do Comandante Geral das Forças Armadas em Angola, general Francisco da Costa Gomes e do Governador Geral de Angola, coronel Rebocho Vaz.⁵⁶¹ Após o desenvolvimento favorável destes contactos iniciais, foi pedida nova autorização para a criação de uma operação que neutralizasse a guerrilha da UNITA por meios não militares,

⁵⁵⁷ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 145.

⁵⁵⁸ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 144-145.

⁵⁵⁹ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 107.

⁵⁶⁰ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 108.

⁵⁶¹ Maria José Tíscar, *A PIDE no Xadrez Africano: Conversas com o Inspector Fragoso Allas* (Lisboa, Mão de Ferro, 2018): 167.

que Francisco Costa Gomes aprovou 27 de Novembro de 1971.⁵⁶² Na perspectiva do comando militar de Angola a implementação da Operação Madeira seria uma oportunidade única de criar uma zona tampão adversa à progressão militar do MPLA e da FNLA, e um passo importante na pacificação total do leste de Angola e de uma futura integração da UNITA no aparelho colonial: “(...) com a qual se pretendia, em última análise, uma solução em que, sob total e exclusivo controlo operacional das NF [Nossas Forças], se mantivesse o actual dispositivo ‘militar’ da UNITA, continuando a constituir um obstáculo às intenções expansionistas do MPLA e UPA e se encontrasse uma situação adequada para os quadros da UNITA – dentro de uma total manutenção da soberania Nacional nas actuais áreas de fixação da UNITA.”⁵⁶³

A proposta tácita de cooperação assentava em dois princípios base: Um acordo de não agressão mútua entre a UNITA e o exército português, e a disponibilidade da UNITA em desencadear ataques contra o MPLA e a FNLA a partir da sua zona de implantação. Proposta que foi aceite por Savimbi.⁵⁶⁴

Estabelecido o pacto informal de não agressão e uma linha de comunicação indireta, os termos do acordo foram evoluindo e complexificando as cláusulas que regulavam as relações entre as duas partes, que podem ser sintetizadas da seguinte forma: 1) A UNITA não atacaria sob pretexto algum as tropas portuguesas ou as populações sob o seu controlo; 2) Delimitação de um território de ocupação da UNITA com fronteiras definidas, a fim de viabilizar o pacto de não agressão e evitar incidentes (área envolvente ao Rio Lungué-Bungo); 3) Os guerrilheiros da UNITA estavam proibidos de sair dessa área de ocupação, exceto para ataques contra a FNLA e o MPLA, nos quais deviam notificar os militares portugueses. Reciprocamente a tropa portuguesa devia atuar da mesma forma caso entrasse no território da UNITA em perseguição do inimigo; 4) UNITA e tropa portuguesa deviam trocar informações sobre a localização de acampamentos e bases do MPLA e da FNLA, com a obrigação de notificar a outra parte caso pretendessem desencadear ataques sob essas posições; 5) As autoridades

⁵⁶² ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ *Situação da UNITA (Estudo)*, 1973: 3.

⁵⁶³ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ *Situação da UNITA (Estudo)*, 1973: 3.

⁵⁶⁴ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 117.

portuguesas comprometiam-se a prestar apoio social e económico às populações controladas pela UNITA.⁵⁶⁵

Tanto o Chefe das Forças Armadas, Francisco Costa Gomes, como o Governador Geral, Rebocho Vaz, concordavam que a operação não se esgotava nos termos acordados acima, e que deveria orientar-se também por objetivos de longo prazo que culminassem numa neutralização definitiva da guerrilha da UNITA em território angolano. Estes princípios orientadores, relativamente genéricos, entretinham a ideia de uma futura integração do dispositivo militar do movimento na “Comunidade Nacional” que passava por duas premissas: 1) A hipótese de conceder um cargo administrativo a Jonas Savimbi dentro do aparelho colonial; 2) A integração completa dos guerrilheiros das FALA com o estatuto de “irregulares” na tropa colonial – uma *Flechização* das FALA.⁵⁶⁶

Durante a duração do acordo, o apoio logístico fornecido pela ZML tinha características polivalentes. Na categoria de material bélico, a ajuda limitou-se exclusivamente pela entrega de munições. O general Bettencourt Rodrigues nega que alguma vez tenham sido entregues à UNITA espingardas de assalto G3 ou outro tipo de equipamento militar ofensivo.⁵⁶⁷ O restante apoio centrava-se essencialmente em ajudas de natureza civil, através da cedência de sementes e de cabeças de gado caprino para projetos agrícolas⁵⁶⁸ e no fornecimento de material escolar e medicamentos.⁵⁶⁹

A comunicação entre as duas partes era feita através de correspondência entregue pelos madeireiros e por algumas reuniões presenciais. As três primeiras reuniões ocorreram entre Março e Setembro de 1972 na cidade do Luso, com intermediários do comando da ZML e o delegado Sabino Sandele da UNITA, onde se estabeleceram as bases concretas do acordo e se trocaram informações sobre as atividades do MPLA e da

⁵⁶⁵ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 120-122; AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04339.001.002/ *Savimbi Desmascarado*, 1974: 3, 6-11, 18-20; William Minter, *Operation Timber: Pages from the Savimbi Dossier* (New Jersey, Africa World Press, 1988): 18.

⁵⁶⁶ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ *Contactos com Jonas Malheiro Savimbi, “Presidente” da UNITA*: 1.

⁵⁶⁷ O comandante da ZML revela inclusivamente que o exército português não tinha excedentes de G3 em armazém, o que significava que mesmo que tivesse autorização para entregar este equipamento à guerrilha da UNITA, só o conseguiria fazer desequipando as unidades sob o seu comando do seu material orgânico. Ao que conclui: “Não faria qualquer sentido.” Arquivo RTP, *A Guerra – O Jogo Duplo de Savimbi*, Episódio 17, Dir. Joaquim Furtado, 2004.

⁵⁶⁸ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04339.001.002/ *Savimbi Desmascarado*, 1974: 18-20.

⁵⁶⁹ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ *Contactos com Jonas Malheiro Savimbi, “Presidente” da UNITA*, 1973: 3.

FNLA.⁵⁷⁰ Só por uma ocasião houve um encontro pessoal com Savimbi na mata, a 20 de Março de 1973, no qual Benjamim Almeida e N’Zau Puna estiveram presentes.⁵⁷¹

Este encontro teve como propósito debater as propostas e problemas discutidos através da correspondência, e de promover também uma relação de confiança entre as duas partes. Os problemas levantados por Savimbi relacionavam-se com as áreas atribuídas à UNITA, que na sua opinião eram insuficientes e criavam problemas tanto nas ações ofensivas contra os outros movimentos como no acesso à Zâmbia.⁵⁷² Estas são queixas recorrentes na correspondência que mantinha com a ZML. Um dos grandes problemas da guerrilha das FALA seria o da inatividade, fruto não só do pacto de não agressão com as forças coloniais, como também das áreas atribuídas à UNITA não aumentarem, no enquadramento do acordo, em função da expansão que este movimento fazia à custa do MPLA e à FNLA. De acordo com Savimbi, esta inatividade provocava inquietação entre os guerrilheiros que exerciam “(...) pressão sobre os comandantes e criam um clima de revolta por não terem em que se ocupar.”⁵⁷³ A solução oferecida para este problema passava pelo que seria um dos objetivos finais da Operação Madeira, o da incorporação do movimento no aparelho colonial: “Terminadas as suas considerações eu sugeri que a integração era a única solução viável para qualquer problema de inatividade que a UNITA enfrentasse, no que o MV [Mais Velho – Savimbi] concordou, acrescentando ainda que era sua intenção que cada elemento da UNITA poderia seguir carreira militar ou uma função civil segundo o seu desejo de qualificação.”⁵⁷⁴

Após a conclusão das negociações o ambiente que se seguiu era de relaxamento: “A mesa, que até ali havia sido negocial, foi rapidamente transformada em mesa de convívio. Este encontro de inimigos, ainda com o estatuto de adversários, que se tinham reunido para esclarecer posições, desfazer equívocos e renovar compromissos, acabava em ambiente de entendimento e confraternização. (...) Seguiram-se ainda mais uns minutos em que se discutiram banalidades, como o comportamento do Futebol Clube Moxico no campeonato angolano.”⁵⁷⁵

⁵⁷⁰ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ *Contactos com Jonas Malheiro Savimbi, “Presidente” da UNITA*, 1973: 3-4.

⁵⁷¹ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 188; Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 109.

⁵⁷² Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 191.

⁵⁷³ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 191.

⁵⁷⁴ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 191.

⁵⁷⁵ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 195.

Porém, a correspondência e os encontros presenciais parecem ter sido meios de comunicação insuficientes para a coordenação de questões operacionais sensíveis ao tempo. Savimbi propôs em finais de 1973 o estabelecimento de contacto direto através de rádio com o comando da ZML.⁵⁷⁶ Esta proposta incluiu o envio de dois voluntários da UNITA ao Luso, onde lhes seria ministrada instrução nestes aparelhos.⁵⁷⁷

A implementação prática dos princípios do acordo não aconteceu sem a existência de atritos. Savimbi teve como queixa recorrente, em correspondência a Bettencourt Rodrigues, que a zona de ocupação concedida à UNITA era desadequada estrategicamente, e atrofiava o potencial ofensivo dos seus guerrilheiros contra a FNLA e o MPLA: “O mapa das áreas atribuídas à UNITA foi feito mais na conveniência da estratégia global da luta no leste contra a subversão, do que tomando em conta a contribuição que a UNITA poderia dar na luta contra a UPA e o MPLA”⁵⁷⁸ A percepção de Savimbi em relação às supostas limitações das áreas de implantação que lhe foram delimitadas, prendia-se também com outra questão essencial: os constrangimentos que o acordo impunha no acesso à Zâmbia. Na faixa de trânsito desde as zonas da UNITA à fronteira deste país, conhecida como o corredor de Luanguinga, o pacto de não agressão era inviável e a segurança dos guerrilheiros não estava assegurada pela tropa portuguesa.⁵⁷⁹ De acordo com o padre António Oliveira, o comando da ZML receava que o estabelecimento de um corredor seguro até à Zâmbia tivesse, como uma das finalidades, facilitar a infiltração de jornalistas estrangeiros de modo a publicitar no exterior o dispositivo da UNITA em Angola.⁵⁸⁰ Situação que de facto aconteceu pela ocasião do 3º Congresso com as visitas dos repórteres Leon Dash e Malik Chaka.

Porém, os argumentos convocados por Savimbi para o facilitamento do acesso à Zâmbia, relacionavam-se com o contributo contra subversivo único que este movimento podia dar naquele país. A UNITA, por não ter nenhum tipo de estatuto político reconhecido internacionalmente, podia atravessar fronteiras internacionais sem grandes repercussões diplomáticas, para destruir os acampamentos do MPLA e desmobilizar as populações sob o seu controlo.⁵⁸¹ Desempenhava, portanto, um papel de contrainsurgência que a tropa portuguesa era incapaz de realizar abertamente.

⁵⁷⁶ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04339.001.002/ *Savimbi Desmascarado*, 1974: 4.

⁵⁷⁷ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 191.

⁵⁷⁸ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04339.001.002/ *Savimbi Desmascarado*, 1974: 2.

⁵⁷⁹ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 192.

⁵⁸⁰ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 106.

⁵⁸¹ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04339.001.002/ *Savimbi Desmascarado*, 1974: 13.

Este contributo único que a UNITA oferecia através da sua rede clandestina na Zâmbia, foi reconhecido pelo comando da ZML, que em correspondência com Savimbi estabeleceu os princípios que deviam guiar as atividades deste movimento naquele país: 1) Manter as populações refugiadas com uma atitude desfavorável ao MPLA; 2) Desacreditar o MPLA difundindo que este movimento não possui áreas libertadas em Angola, e que a única tática que aplica é o de aterrorizar as populações; 3) Realização de “golpes de mão” (ataques surpresa) às bases do MPLA; 4) Colheita de informação sobre as atividades do MPLA e sobre a situação política na Zâmbia; 5) Pressionar o governo zambiano no sentido de alterar a sua política em relação a Portugal.⁵⁸²

Quanto à colaboração em território angolano, a troca de informações entre as duas partes permitiu uma identificação mais rápida da infraestrutura das guerrilhas da FNLA e do MPLA no Leste. As ofensivas contra estas infraestruturas eram realizadas separadamente. Não existe nenhuma indicação de cooperação operacional no terreno entre unidades da tropa portuguesa e guerrilheiros da UNITA. Embora, episodicamente, o Galo Negro tenha disponibilizado guias para conduzir as tropas coloniais à localização de acampamentos do MPLA.⁵⁸³

Savimbi transmitiu ao comando da ZML que o seu comprometimento na luta pela “pacificação do Leste” era total: “A nossa posição é irreversível. Já não estamos mais interessados na OUA, nem na Zâmbia actual, muito menos em alianças com o MPLA. Se certos aspectos da política da UNITA ainda não estejam suficientemente claros para as autoridades governativas de Angola e da Nação, há, porém, um facto que não se pode desmentir: Nós temos participado activamente no enfraquecimento do MPLA em certas áreas do Leste.”⁵⁸⁴

Durante o período em que os compromissos da Operação Madeira vigoravam em pleno, a UNITA realizou, entre 13 e 18 de Agosto de 1973, o 3º Congresso.⁵⁸⁵ Ocorreu na Base Central N°1, com um plenário constituído por duzentos e vinte e um delegados que reelegeu Jonas Savimbi como presidente pela terceira vez consecutiva.⁵⁸⁶ Este foi o Congresso, que se realizou durante a Guerra de Libertação, que mais atenção mediática recebeu no exterior, com a presença de dois jornalistas internacionais norte americanos:

⁵⁸² AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04339.001.002/ *Savimbi Desmascarado*, 1974: 6-7.

⁵⁸³ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04339.001.002/ *Savimbi Desmascarado*, 1974: 18.

⁵⁸⁴ Sublinhado nosso - AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04339.001.002/ *Savimbi Desmascarado*, 1974: 13.

⁵⁸⁵ Ver Anexos, Figura 5.

⁵⁸⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ [Ilegível], 1973: 6-7.

Malik Chaka do *Zambia Daily Mail*, e Leon Dash do *Washington Post*. Importante realçar também a presença de representantes da UNITA que se encontravam no exterior, como o histórico fundador Tony da Costa Fernandes, que liderava o Órgão de Informação da UNITA no Cairo, e Jorge Sangumba, representante do movimento em Londres.⁵⁸⁷ Durante a conferência política, não existiu nenhum reconhecimento público do acordo de colaboração estabelecido com as forças coloniais.

Duas questões marcaram o 3º Congresso. A primeira prendeu-se com a aprovação em plenário, da transição da UNITA de organização para partido político, numa ação que Chiwale se refere como uma: “(...) aproximação de ideias entre os radicais e os moderados.”⁵⁸⁸ Esta transição, aparentemente nominal, devia refletir uma maior união ideológica dos nacionalistas angolanos que integravam o movimento: “UNITA is now a mass party led by revolutionary cadres United on all major political questions. Divisions among leaders have held back the struggle to free Africa. The leadership of UNITA now speaks as one man.”⁵⁸⁹ União ideológica que se pautou por uma reafirmação dos princípios do Marxismo-Leninismo de vertente Maoista, como a filosofia que orientava a luta revolucionária anticolonial.

Desenvolveu-se um debate relativamente à opção da UNITA em se aproximar dos países do mundo socialista ou dos países do ocidente capitalista, no qual Savimbi fez prevalecer um equilíbrio do que seriam as ligações com os dois blocos.⁵⁹⁰ De facto, havia uma certa desconfiança em relação à União Soviética típica de um movimento maoista, e que durante a Guerra Civil, se transformou numa oposição declarada à influência deste país em Angola. Foi aprovada, no Congresso, a proibição dos representantes da UNITA de viajarem à URSS: “Proibição aos representantes no exterior de se deslocarem à Rússia, uma vez que este país se tem revelado extraordinariamente oportunista.”⁵⁹¹

A segunda questão relevante que marcou o Congresso foi o problema da desunião dos movimentos de libertação angolanos. A UNITA manifestou publicamente o seu desejo de criar uma frente unida contra o colonialismo português. Foi reconhecida a necessidade de formar uma aliança com o MPLA e a FNLA, na qual se criaria uma frente comum liderada por um comité central com representantes dos três movimentos,

⁵⁸⁷ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 114.

⁵⁸⁸ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 178.

⁵⁸⁹ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola’s Daring People Win more Freedom*, 1973: 2.

⁵⁹⁰ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 178.

⁵⁹¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ [Ilegível], 1973: 10.

mantendo cada organização autonomia sobre os seus assuntos internos.⁵⁹² Este comité serviria, depois de conseguida a independência, como base para a constituição do primeiro governo angolano.⁵⁹³ Não é claro se nesta proposta de frente única, a UNITA optou pelo MPLA de Agostinho Neto, ou pela facção do MPLA de Daniel Chipenda saída da Revolta do Leste. De acordo com Chiwale, Savimbi manteve-se neutro durante as clivagens internas do MPLA.⁵⁹⁴ Oficialmente, a posição da UNITA em relação à liderança do MPLA só foi definida e clarificada em Novembro de 1974, após a independência: “Essa questão já foi abordada pelo Bureau Político e Comité Central da UNITA e já temos, como tal, uma posição clara: a nossa escolha recai sobre o Dr. Agostinho Neto. Para nós, é ele o presidente do MPLA.”⁵⁹⁵ De facto, logo a seguir ao 3º Congresso, em Setembro de 1973, Savimbi estabeleceu contactos com a facção Chipenda, auscultando para a possibilidade de uma integração das suas forças na estrutura da UNITA.⁵⁹⁶ Contactos que até ao final de 1973 se mostraram infrutíferos.⁵⁹⁷

Outro dos aspetos que mereceu especial debate foi a sensibilidade do Caminho de Ferro de Benguela como alvo para a guerrilha. Em plenário decidiu-se assegurar publicamente, mais uma vez, o compromisso da UNITA em não interromper o trânsito no CFB: “Depois de recebido apoio material e quando for considerada a altura oportuna, serão levadas a efeito acções sobre os comboios, principalmente sobre o comboio-mala, mas com a preocupação do não provocar a interrupção do tráfego para evitar problemas com a Zâmbia e a República do Zaire.”⁵⁹⁸ Este compromisso prendia-se com o suposto receio que o governo zambiano, que não reconhecia a UNITA como movimento de libertação legítimo, pudesse endurecer a sua atitude caso o trânsito do CFB fosse ameaçado, e impedisse a passagem de representantes do movimento no seu território.⁵⁹⁹ De facto, neste período, a pressão exercida pelos comandantes sobre os guerrilheiros para evitar atacar a linha ferroviária, devia-se ao acordo secreto de colaboração que Savimbi estabeleceu com as autoridades portuguesas. O compromisso não foi, no entanto, aprovado sem resistências. Alguns guerrilheiros argumentaram que os portugueses

⁵⁹² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ [Ilegível], 1973: 16.

⁵⁹³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ [Ilegível], 1973: 12.

⁵⁹⁴ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 167.

⁵⁹⁵ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 190.

⁵⁹⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ [Ilegível], 1973: 16.

⁵⁹⁷ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. *Operação Madeira/ Situação da UNITA: Interpretação de Documentos Capturados*, 1973: 4.

⁵⁹⁸ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ [Ilegível], 1973: 10.

⁵⁹⁹ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 6.

utilizavam os impostos que cobravam ao longo da linha para financiar o esforço de guerra, e que a grande mobilidade que a tropa colonial tinha na zona, graças à infraestrutura do CFB, representava uma ameaça constante às bases da UNITA: “But the UNITA soldiers and the peasants who live near the line have been arguing that the Portuguese were using taxes from the railroad to buy arms to shoot Angolans, and the transport of troops on the railroad is a constant threat to their camps and villages, they said.”⁶⁰⁰

O colapso da Operação Madeira ocorreu de forma faseada, após a realização do 3º Congresso. O rompimento do acordo deu-se por iniciativa portuguesa e não por parte da guerrilha da UNITA, ao contrário do que Puna afirma nas suas memórias.⁶⁰¹ A substituição no comando da ZML, em Março de 1973, do general Bettencourt Rodrigues pelo general Abel Hipólito, foi a causa principal que levou ao fim do cessar fogo. Abel Barroso Hipólito era um opositor conhecido da Operação Madeira desde a sua origem, que desconfiava da sinceridade de Jonas Savimbi nos contactos que este mantinha com os militares portugueses.⁶⁰² Era da opinião que o dispositivo das FALA, no enquadramento do acordo, estaria a ganhar tempo e recursos para se fortalecer, enquanto aguardava por um momento oportuno para recomeçar as hostilidades contra a tropa colonial: “Barroso Hipólito, não tendo qualquer dúvida a este respeito, entendia que a UNITA devia ser encarada e tratada como os restantes movimentos.”⁶⁰³

Na perspetiva estratégica portuguesa de contrainsurgência a situação seria, de facto, sensível. O MPLA no Leste encontrava-se praticamente inativo, fruto das dissidências internas provocadas pela contestação de diversos guerrilheiros encabeçados pelo comandante Daniel Chipenda. O mau estar de certos sectores da guerrilha do MPLA no Leste com a liderança político-militar de Agostinho Neto, não era uma situação nova, já se tinha manifestado em 1969 com a eclosão da Revolta Jibóia. Com Chipenda esta contestação ganhou contornos ainda mais graves, ameaçando a unidade do movimento e a desagregação total do seu potencial militar no leste angolano, situação que se viveu com particular intensidade na segunda metade de 1973.⁶⁰⁴ Para o comando da ZML, o colapso da guerrilha do MPLA significava que a função de contrainsurgência que a UNITA cumpria no contexto do acordo, perdia parcialmente o propósito. Além disso, existia o

⁶⁰⁰ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 6.

⁶⁰¹ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 108.

⁶⁰² António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 112.

⁶⁰³ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 170.

⁶⁰⁴ Jean Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 228.

receio que Savimbi, ao abrigo do cessar fogo da Operação Madeira, pudesse substituir totalmente o MPLA no leste, ou juntasse forças com a facção de Chipenda: “(...) somos levados a admitir que as dissidências no seio do MPLA, com a possibilidade de poder ligar-se aos dissidentes ou ‘substituí-los’ em TN [Território Nacional], conduziu, certamente, a nova análise da situação, na qual o factor tempo desempenharia para Savimbi papel importante pelas opções que lhe concederia.”⁶⁰⁵ De facto, em Setembro de 1973, após o 3º Congresso, deu-se uma aproximação entre as duas partes: “Verificou-se em SET/73 uma diligência da UNITA, tendente a estabelecer ligações com a facção dissidente pró-Chipenda, de que se desconhecem os resultados efectivos, sendo de admitir que aquela tenha obtido, no mínimo, uma promessa de um ‘Status Quo’ de não beligerância.”⁶⁰⁶

Perante esta reformulação estratégica desenvolveu-se a Operação Castor, que tinha como objetivo neutralizar a UNITA por via militar, e que arrancou de forma definitiva a partir de Janeiro de 1974, embora já se tivessem registado alguns confrontos com as FALA durante o último trimestre de 1973.⁶⁰⁷ Os primeiros confrontos dão-se a 23 de Setembro, 14 de Novembro e 8 de Dezembro, quando grupos especiais de *Flechas* procederam a assaltos a acampamentos fora das zonas de influência da UNITA que haviam sido estabelecidas no acordo.⁶⁰⁸ A partir destes acontecimentos até Janeiro de 1974, a Operação Madeira continuou a vigorar oficialmente, embora já afetada pelas ações ofensivas da tropa colonial. Apesar destes acontecimentos, do lado português, parece ter existido a disponibilidade política em aprofundar as negociações. A posição defendida pelo Ministro do Ultramar, Joaquim da Silva Cunha, em Novembro de 1973, seria a seguinte: “Poder-se-á, portanto, comunicar a Savimbi: continuamos a aceitar a sua colaboração na luta contra o MPLA e UPA nos termos que ficaram enunciados: continuamos a aceitar e desejar a sua integração e do seu movimento na vida nacional,

⁶⁰⁵ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ Para o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas: Operação Madeira, 1974: 4; Ver também AHPR/ GB1729/ Presidência do Conselho/ Secretariado-Geral da Defesa Nacional/ Actas do Conselho Superior da Defesa Nacional/ Relato da Sessão de 30 de Novembro, 1973: 22.

⁶⁰⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 1 Leste de Angola 71-74/ Vol.2/NT 9089/ Situação Político-Subversiva no Leste, 1973: 6-7.

⁶⁰⁷ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 112.

⁶⁰⁸ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ Estudo sobre a Situação da UNITA, 1973: 4; ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ Para o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas: Operação Madeira, 1974: 5.

indo-se proceder ao estudo do processo porque a integração se deve realizar e das fases em que se deve desenvolver. Poder-se-á pedir-lhe sugestões.”⁶⁰⁹

A 5 de Janeiro de 1974 o general Abel Hipólito indicou duas soluções para a questão da UNITA a Francisco Costa Gomes, comandante das forças armadas em Angola: Hipótese A – Uma solução política, mas acelerada, por meio de decisões concretas que levassem à sua integração total. Hipótese a que estimava 10% de probabilidade de concretização; Hipótese B – Uma solução militar de contraguerrilha.⁶¹⁰ O comandante da ZML argumentava que Savimbi repetidamente havia evitado a questão concreta da integração da sua organização no aparelho colonial, e que esta seria uma tática para ganhar tempo e manter as suas opções abertas.⁶¹¹ Em coerência com esta linha de pensamento terminou com o pedido: “Solicito que cesse a Operação Madeira e a UNITA seja tratada como qualquer outro movimento.”⁶¹²

Através de correspondência apreendida pela PIDE-DGS entre Savimbi e Puna, confirma-se que o fator “ganhar tempo” seria o princípio guiador da UNITA nas suas relações com os militares portugueses no final de 1973. Por um lado, pela expectativa em ser reconhecida formalmente pela OUA, e, por outro, pela potencial aliança que poderia estabelecer com a facção Chipenda do MPLA no Leste: “Não restam dúvidas que o seu objectivo de SET a DEZ [1973] foi ganhar tempo, preparando-se para a guerra e aguardando o evoluir da situação no respeitante a possíveis ligações com outros movimentos e apoio internacional. A evolução destes factores, que preocupam o autor [Savimbi], parece não decorrer favoravelmente para a UNITA.”⁶¹³

Durante o colapso da Operação Madeira em Dezembro-Janeiro de 1973/74, Savimbi procurou restabelecer contactos com a ZML através do padre António Oliveira. Nesta correspondência é clara a intenção do líder do movimento em voltar aos termos originais do acordo e ao início de um cessar-fogo imediato. Neste sentido, argumentou que a UNITA havia cumprido integralmente os compromissos que tinham sido

⁶⁰⁹ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/Orientação defendida por S.Ex.^a o Ministro do Ultramar, relativamente à Operação Madeira, 1973: 1.

⁶¹⁰ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ Para o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas: Operação Madeira, 1974: 2.

⁶¹¹ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ Para o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas: Operação Madeira, 1974: 3.

⁶¹² ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ Para Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas: Operação Madeira, 1974: 5.

⁶¹³ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ Situação da UNITA: Interpretação de Documentos Capturados, 1973: 4.

negociados, ao contrário dos militares portugueses que haviam retomado as hostilidades. Savimbi afirmou que mesmo após os ataques dos grupos especiais de *Flechas* continuou a cumprir a sua parte do acordo: “Fizemos compreender ao Luso os sentimentos de toda a tropa da UNITA que via nesse acto cobarde a ruptura das negociações. A direcção da UNITA não cedeu à pressão dos soldados.”⁶¹⁴ Pediu, sem sucesso, ao padre António Oliveira, que abrisse um canal de comunicação com Luanda de forma a contornar o comando da ZML de Abel Hipólito, com a intenção de retomar a um cessar-fogo.⁶¹⁵

Do lado português também existiu alguma relutância política em quebrar com o acordo. Em Janeiro de 1974 o Ministro da Defesa Nacional lamentou ao Ministro do Ultramar que a Operação Madeira se tenha deteriorado, ao ponto de Costa Gomes solicitar autorização para tratar a UNITA como os outros movimentos de libertação. A situação seria ainda mais sensível devido a alguma escassez de recursos humanos para lidar com a reativação total da Frente Leste: “O Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola, dadas as ameaças que pairam sobre Cabinda e ZMN [Zona Militar Norte], não deve ter muitas reservas disponíveis para actuar em força sobre a UNITA.”⁶¹⁶

O fenómeno de colaboração ativa com o regime colonial tem de ser inserido no contexto específico das pressões sofridas pela guerrilha da UNITA perante o que foi considerado pelos serviços de informação militar portugueses como: “(...) o espetacular avanço, em território nacional, das organizações do MPLA (...)”⁶¹⁷ A questão da luta “fratricida”, principalmente do eixo UNITA-MPLA, foi uma dinâmica que se desenrolava já em pleno desde a abertura da Frente Leste em 1966, que se intensificou durante a Operação Madeira, e que voltou a eclodir durante a fase da descolonização e após o advento da independência em 1975.

Certas considerações estratégicas levaram uma parte da direcção da UNITA a aceitar os termos da colaboração oferecidos pelo regime colonial, como uma mais-valia importante para a sobrevivência e aumento das capacidades operacionais de combate da guerrilha no interior de Angola. A ambiguidade de Savimbi, em relação às propostas de integração do seu movimento no aparelho colonial, demonstrou o desejo de se manter autónomo, disponível apenas para uma colaboração sem subordinação. Porém, este “jogo

⁶¹⁴ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 127.

⁶¹⁵ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 129.

⁶¹⁶ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. Operação Madeira/ *Exmº. Senhor Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Ministro do Ultramar*, 1974: 1.

⁶¹⁷ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexos, 4.

duplo”, juntamente com o colapso do MPLA, foi encarado pelo novo comando da ZML como uma ameaça à estabilidade de longo prazo da Frente Leste. Com a aceitação do acordo, a prática da UNITA como força anticolonial foi posta completamente de lado em função de uma concentração total em ofensivas contra outros movimentos de libertação na Frente Leste, com particular intensidade contra o MPLA.

Capítulo IV – Anatomia das Áreas libertadas

1 – A Confusão Historiográfica

O estudo das dinâmicas operacionais da guerrilha da UNITA no interior de Angola coloca um desafio conceptual que é transversal à História dos movimentos de libertação da África Austral. Para estas organizações, a captura e controlo territorial transformaram-se num imperativo militar, elemento fundamental de construção de legitimidade política perante as comunidades nacionais. Na UNITA, a relação entre a estrutura partidária e o braço militar devia estar subordinada às características específicas da luta armada: “Pour l’orientation de l’UNITA, tout le travail politique ou militaire, l’articulation du politique avec le militaire obéissent à une stratégie et à une tactique révoltionnaire adaptées aux conditions concrètes de la situation qui prévaut aujourd’hui dans le pays.”⁶¹⁸ Agostinho Neto, por exemplo, reconhecia a estreita relação entre credibilidade política e o desempenho militar no enquadramento da luta de libertação: “In a war like the one we are waging, all political problems are reflected in the military activity and successful military activity reflects a correct political line.”⁶¹⁹

A extensão das áreas libertadas representou o maior medidor do sucesso de um movimento independentista e um critério de financiamento da OUA. Na literatura propagandística destes movimentos, a questão das “áreas libertadas” foi uma dimensão explorada recorrentemente e que ocupou um lugar de destaque no discurso partidário. São comuns as representações cartográficas, descrições detalhadas do funcionamento da administração e testemunhos individuais sobre as chamadas populações libertadas. No entanto, esta é uma literatura que está longe de apresentar um modelo de clareza para definir as características fundamentais do que é objetivamente uma “área libertada”.

⁶¹⁸ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 76.

⁶¹⁹ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 10201.023/ *13 Years of Armed Struggle*, 1974: 4.

Os boletins políticos das organizações independentistas angolanas fazem um uso liberal e fluído dos termos “Áreas libertadas”,⁶²⁰ “Áreas Semi-Libertadas”,⁶²¹ “Zonas Controladas”,⁶²² e “Terras Livres”,⁶²³ que empregam de forma alternada, muitas vezes como sinónimos, e quase sempre sem nenhum tipo de clarificação conceptual. Cada movimento de libertação moldou a sua própria representação autónoma do que considerou ser uma “Área libertada”. Contudo, estas representações apresentam incompatibilidades quando comparadas entre si.

No caso do MPLA, este conflito emerge não só em contraste com outras ideias de “área libertada” propagadas por organizações nacionalistas rivais, mas também entre várias correntes interpretativas no seio do movimento. Em Maio de 1968, durante a primeira Conferência Regional de Quadros da Frente Leste, Agostinho Neto anunciou a decisão de implementar uma estratégia militar de generalizar a luta armada por todo o

⁶²⁰ AAA/ Selma Waldman Collection on the Seattle Coalition Against Apartheid/ *Speech by President Agostinho Neto on the External Service of Radio Tanzania*, 1968: 19; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 8-9; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 2, 1969: 9; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 6; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 3/ *National Liberation Wars in the Portuguese Colonies*, 1970: 108; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 17/ *Comunicado de Guerra da IIIa. Região N°9/71*, 1971: 1; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 17/ *Comunicado de Guerra da IIIa. Região N°26/71*, 1971: 1; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 2, 5, 14; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 31/ *The Angolan Women Brigades – UNITA*, 1971: 2; AHS/ ICS/ Colecção José Barreto/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 8/ *Medical Situation in the Liberated Areas of Angola*, 1971: 1; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 9, 1972: 4; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 61/ *Message to the Angolan People from our President Agostinho Neto*, 1972: 10; AAA/ Liberation Support Movement Pamphlet Collection/ *Interviews in Depth MPLA-Angola, 4, Paulo Jorge*, 1973: 7, 15-16; AAA/ Liberation Support Movement Pamphlet Collection/ *Interviews in Depth MPLA-Angola, 3, Seta Likambuila*, 1974: 10, 19-21

⁶²¹ AAA/ Private Collection of David Wiley and Christine Root/ *Interview to Commander and Member of the MPLA, Comité Director, Spartacus Monimambu*, 1968: 7; AAA/ Adwoa Dunn-Mouton Collection/ *Interview to Member of the MPLA, Comité Director, Daniel Chipenda*, 1969: 11; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 11/ *Revolution in Angola*, 1972: 26; AAA/ Private Collection of Candice Wright/ *The Making of a Middle Cadre: The Story of Rui Pinto*, 1973: 79.

⁶²² AHS/ ICS/ Arquivo História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 174/ *MPLA, Boletim de Informação, Angola N°4/69*, 1969: 2; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 61/ *Interview with our President Agostinho Neto*, 1972: 21; AAA/ Liberation Support Movement Pamphlet Collection/ *Interviews in Depth MPLA-Angola, 4, Paulo Jorge*, 1973: 20.

⁶²³ AHS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 17/ *Comunicado de Guerra da IIIa. Região N°26/71*, 1971: 1; AHS/ Arquivo História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 17/ *Mensagem do Presidente da UNITA aos Quadros e Militantes no Exterior*, 1971: 1; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 3; AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 19, 55, 64.

território de Angola.⁶²⁴ De acordo com o comandante Spartacus Monimambu que atuou na Frente Leste, a generalização da luta era essencial “in order to force a dispersal of Portuguese troops” e evitar o erro da concentração geográfica das forças da guerrilha.⁶²⁵ Um dos objetivos almejados com a implementação desta estratégia incluía a ligação entre a III Região Militar no leste (Moxico e Cuando-Cubango) com a I Região Militar no norte (Zaire, Uíge, Cuanza Norte e Luanda), utilizando a IV Região Militar (Malanje e Lunda) como ponte, através da chamada *Rota Agostinho Neto*.⁶²⁶ A intenção final da generalização da luta armada passava precisamente pela continuidade geográfica, logística e operacional, de todas as frentes, articulando-as numa frente única de combate: “Other regions will follow this year, so that there are no longer a number of combat fronts, but just one enveloping the enemy in an encirclement which will paralyse him and render him inoffensive. This will be the prelude to the final blow.”⁶²⁷

Contudo, a ênfase do MPLA, a partir de 1968, no esforço de “generalizar a luta por todo o território nacional”⁶²⁸ demonstrou-se incompatível com a noção de “área libertada”. A opção militar pela primeira, em função da necessária exclusão da última, foi admitida de forma clara por Agostinho Neto durante a Conferência Regional de Quadros da Frente Leste: “The objective of the Conference was to discuss the implementation of their earlier decision to generalize the armed struggle to all regions of Angola, rather than try to achieve fully liberated zones.”⁶²⁹ Numa entrevista concedida em Agosto de 1969, o comandante Daniel Chipenda referiu que na “nova fase” que a III Região Militar atravessava, um dos objetivos passava por repelir a tropa portuguesa do Leste e estabelecer “a fully liberated base area”.⁶³⁰ No entanto, Chipenda subordinou a expulsão do exército colonial e a consequente criação de “áreas libertadas”, à missão prévia de

⁶²⁴ AAA/ Liberation Support Movement Pamphlet Collection/ *People's War in Angola: Report on the First Eastern Regional Conference of the MPLA*, 1968: 23.

⁶²⁵ AAA/ Private Collection of David Wiley and Christine Root/ *Interview to Commander and Member of the MPLA, Comité Director, Spartacus Monimambu*, 1968: 2.

⁶²⁶ AAA/ Private Collection of David Wiley and Christine Root/ *Interview to Commander and Member of the MPLA, Comité Director, Spartacus Monimambu*, 1968: 4; Jean Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 193-194.

⁶²⁷ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 11/ *Revolution in Angola*, 1972: 13.

⁶²⁸ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 17/ *Comunicado de Guerra Nº14/69*, 1969: 2.

⁶²⁹ AAA/ Liberation Support Movement Pamphlet Collection/ *People's War in Angola: Report on the First Eastern Regional Conference of the MPLA*, 1968: 23.

⁶³⁰ AAA/ Adwoa Dunn-Mouton Collection/ *Interview to Member of the MPLA, Comité Director, Daniel Chipenda*, 1969: 3.

generalizar a luta armada: “We believe its more important at this point to further generalize the struggle in Angola and force increasing dispersal of Portuguese troops. (...) If we prematurely concentrate our forces in one or two regions, it will be very difficult for us.”⁶³¹ Resumindo, em 1968, a liderança do MPLA optou por valorizar uma estratégia de expansão (generalização da luta e dispersão de forças) em vez de uma estratégia de consolidação (criação de “Áreas libertadas” e concentração de forças).

No entanto, a literatura propagandística do MPLA continuou a utilizar de forma recorrente o termo “área libertada” para qualificar a sua presença no interior de Angola. O comandante Spartacus Monimambu (1968) foi um dos membros da hierarquia militar do MPLA que evitou utilizar um vocabulário triunfalista. Monimambu caracterizou o nível de controlo da guerrilha com as expressões “semi-liberated areas” e “controlled and semi-controlled territories”, e avançou que apenas com a futura transferência da chefia do MPLA de Brazzaville para o interior angolano, estas zonas se transformariam em “áreas libertadas”.⁶³² As reivindicações geográficas incluíam o controlo parcial da província do Moxico e de metade da província do Cuando-Cubango: “Now we can say that all of Moxico district are under our control – not completely controlled by our freedom fighters, but the portuguese cant go there and opress the people or arrest them or kill them or what they did before 1966.”⁶³³ Quanto a estimativas quantitativas, comuns neste tipo de literatura propagandística, Monimambu foi consideravelmente conservador quando comparado com produção panfletária que o sucedeu, estimando o número de civis vivendo sob administração da guerrilha na casa dos 30 mil.⁶³⁴

Num livro publicado em 1970, pelo Secretariado Permanente da AAPSO (Afro-Asian People’s Solidarity Organization), relativo às lutas de libertação nacional nas colónias portuguesas, a participação da UPA/FNLA foi marginalizada e a existência da UNITA omitida, enquanto o MPLA foi apresentado como o único movimento legítimo do nacionalismo angolano.⁶³⁵ Pouca atenção foi dada à natureza concreta do controlo

⁶³¹ AAA/ Adwoa Dunn-Mouton Collection/ *Interview to Member of the MPLA, Comité Director, Daniel Chipenda*, 1969: 5-6.

⁶³² AAA/ Private Collection of David Wiley and Christine Root/ *Interview to Commander and Member of the MPLA, Comité Director, Spartacus Monimambu*, 1968: 7-8, 14.

⁶³³ AAA/ Private Collection of David Wiley and Christine Root/ *Interview to Commander and Member of the MPLA, Comité Director, Spartacus Monimambu*, 1968: 2.

⁶³⁴ AAA/ Private Collection of David Wiley and Christine Root/ *Interview to Commander and Member of the MPLA, Comité Director, Spartacus Monimambu*, 1968: 14-15.

⁶³⁵ AHS/ Fundo José Laranjo/ *Movimentos Nacionalistas Africanos/ 3/ National Liberation Wars in the Portuguese Colonies*, 1970: 99-108.

territorial da guerrilha no interior, sendo esta questão reduzida a uma dicotomia simplista entre “liberated areas” e as “areas still under foreign control”.⁶³⁶ Juntamente com o texto foi publicada uma representação cartográfica onde foram assinaladas as “zonas de luta armada” do MPLA para o ano de 1968 (**Mapa 1.1**).

Daniel Chipenda (1969) foi outro dos comandantes da Frente Leste que utilizou a expressão “semi-liberated area” para qualificar o nível de presença da guerrilha do MPLA nas matas, embora avançasse que o objetivo futuro passava pelo estabelecimento de uma “fully liberated base area”.⁶³⁷ Atribuiu ao MPLA o estatuto de único movimento de libertação a combater no interior de Angola, e de exclusivo e “genuíno representante da luta popular”, rejeitando, deste modo, a existência da luta armada de outras organizações nacionalistas.⁶³⁸ Além disso, reivindicou a presença da guerrilha de Neto em dez dos quinze distritos de Angola,⁶³⁹ e o panfleto onde foi publicada a entrevista disponibilizou um mapa da extensão daquilo que Chipenda classificou como “áreas semi-libertadas” (**Mapa 1.2**).

A entrevista a Paulo Jorge (1970), diretor do DIP (Departamento de Informação e Propaganda), demonstra a natureza heterogénea, e muitas vezes contraditória, das declarações públicas de membros do topo da estrutura hierárquica do MPLA sobre a essência de uma “área libertada”. Ao contrário dos comandantes Monimambu (1968) e Chipenda (1969), o diretor do DIP utilizou, de forma liberal, o termo “Área libertada” para descrever a presença do MPLA no interior de Angola.⁶⁴⁰ Contudo, utilizou também a expressão “MPLA-Controlled Areas” como sinónimo para descrever a mesma realidade.⁶⁴¹ Isto leva a crer que Paulo Jorge, ao contrário dos comandantes militares referidos anteriormente, fazia uma utilização mais solta do termo para efeitos de retórica, característica da produção panfletária do DIP do qual era diretor.⁶⁴² A representação

⁶³⁶ AHS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 3/ *National Liberation Wars in the Portuguese Colonies*, 1970: 108.

⁶³⁷ AAA/ Adwoa Dunn-Mouton Collection/ *Interview to Member of the MPLA, Comité Director, Daniel Chipenda*, 1969: 3, 11.

⁶³⁸ AAA/ Adwoa Dunn-Mouton Collection/ *Interview to Member of the MPLA, Comité Director, Daniel Chipenda*, 1969: 14.

⁶³⁹ AAA/ Adwoa Dunn-Mouton Collection/ *Interview to Member of the MPLA, Comité Director, Daniel Chipenda*, 1969: 4.

⁶⁴⁰ AAA/ Liberation Support Movement Pamphlet Collection/ *Interviews in Depth MPLA-Angola, 4, Paulo Jorge*, 1973: 7, 15-16.

⁶⁴¹ AAA/ Liberation Support Movement Pamphlet Collection/ *Interviews in Depth MPLA-Angola, 4, Paulo Jorge*, 1973: 20.

⁶⁴² Por exemplo, em Julho de 1971, num comunicado de guerra elaborado pelo DIP, o texto é rico em vocabulário triunfalista: “O inimigo está sendo sistematicamente desalojado das posições que ocupava nas

cartográfica publicada no panfleto da entrevista é semelhante à apresentada por Chipenda, inclusive o emprego do conceito de “semi-liberated area” ao qual não existe referência ao longo da entrevista (**Mapa 1.3**).

Esta representação cartográfica contrasta radicalmente com o mapa publicado numa brochura do MPLA em 1970 relativo às “áreas controladas” (**Mapa 1.4**). O exagero propagandístico das capacidades do movimento de Neto é claro, com a reivindicação do controlo completo das duas regiões mais populosas de Angola (Luanda e Huambo).

A entrevista a Rui Pinto (1970), ilustrador e escritor de panfletos, brochuras e artigos no DIP, deu uma maior ênfase ao percurso individual do entrevistado e às razões que o levaram a ingressar no MPLA, do que propriamente à análise do estado da luta armada em Angola. Contudo, foi publicada, juntamente com a entrevista, uma representação cartográfica das “semi-liberated areas” em Angola, consistente com outros mapas apresentados em entrevistas anteriores (**Mapa 1.5**).

Seta Likambuila (1970), comandante de campo na Frente Leste e quadro intermédio na hierarquia militar, utilizou exclusivamente o termo “liberated area” para classificar o nível de ocupação territorial da guerrilha.⁶⁴³ Likambuila estimou que viviam nas “Áreas libertadas” do MPLA mais de 500 mil pessoas: “Of course, even now what we have is very little and the number of Angolans living in the liberated areas is growing, and now must be over half a million.”⁶⁴⁴

O representante do MPLA no Reino Unido, I. Martins (1970), num artigo que escreveu para o jornal britânico *Morning Star*, utilizou alternadamente como sinónimos as expressões “zones controlled by the MPLA” e “our liberated land”, e reivindicou que a guerrilha de Agostinho Neto “effectively controls approximately one-third of the national territory”.⁶⁴⁵

Esta foi, aliás, a reivindicação mais comum da literatura propagandística do MPLA acerca da extensão geográfica das “áreas libertadas”. Em 1971, numa brochura

zonas controladas pelos nossos guerrilheiros. Ao tentar agora invadir o nosso território livre depara com um povo de pé e decidido a defender as conquistas sagradas da nossa revolução libertadora. O inimigo será derrotado nas zonas que ocupa ainda e não passará nas zonas libertadas.” AHS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 17/ *Comunicado de Guerra da IIIa. Região N°26/71*, 1971: 1.

⁶⁴³ AAA/ Liberation Support Movement Pamphlet Collection/ *Interviews in Depth MPLA-Angola, 3, Seta Likambuila*, 1974: 10, 19-20.

⁶⁴⁴ AAA/ Liberation Support Movement Pamphlet Collection/ *Interviews in Depth MPLA-Angola, 3, Seta Likambuila*, 1974: 21.

⁶⁴⁵ AHS/ ICS/ Arquivo História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 235/ *One-third of Angola has been Liberated*, 1970: 1.

sobre a situação médica no interior de Angola, afirmou-se que as “regiões libertadas” do movimento, representavam mais de um terço da área total do país, aproximadamente a “área combinada da França, Alemanha, Holanda e Itália”.⁶⁴⁶ Por ocasião do 15º aniversário do MPLA, em Dezembro de 1971, o presidente Agostinho Neto afirmou o seguinte: “For 10 years we have been engaged in armed struggle, the MPLA is in combat in 10 of the 15 districts of Angola, on an area of more than 500 million of km2. One third of the surface of our country is under our control.”⁶⁴⁷ A pretensão do controlo de “um terço de Angola” por parte do MPLA transpareceu, inclusivamente, para a literatura internacional solidária com a causa independentista.⁶⁴⁸ De forma semelhante, António Alberto Neto, representante do MPLA nos países nórdicos, reivindicou que apesar do uso de armas químicas pela força aérea portuguesa, a guerrilha continuava a expandir as “áreas libertadas”, que incluíam já um terço de Angola e onde viviam mais de um milhão de pessoas.⁶⁴⁹ Esta reivindicação foi repetida e amplificada num panfleto de inícios de 1972, onde se afirmou que o MPLA não só controlava um terço do país, onde habitavam um milhão de angolanos, como esta era a maior extensão geográfica alguma vez controlada por qualquer movimento de libertação africano até então.⁶⁵⁰ **(Mapa 1.6)**

Também a literatura propagandística da UNITA apresentou diversas incoerências em relação à natureza das “áreas libertadas”, à sua extensão geográfica, e ao número de civis que nelas habitavam. Em Janeiro de 1969, o boletim *Kwacha* endereçou um comunicado ao Comité de Libertação da OUA, onde referiu que a credibilidade da luta dos movimentos nacionalistas estava a ser manchada pela propaganda do “exagero e distorção”, causada por anos de comunicados “bombásticos e monótonos que não significam nada”.⁶⁵¹ A UNITA assumiu, portanto, um compromisso público de transmitir a realidade da luta armada através da sua imprensa panfletária: “We believe that the best propaganda in the struggle is always the truth.”⁶⁵² Contudo, no mesmo comunicado foi reivindicada a “inquestionável” presença da UNITA nos distritos do Moxico, Cuando-

⁶⁴⁶ AHS/ ICS/ Coleção José Barreto/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 8/ *Medical Situation in the Liberated Areas of Angola*, 1971: 1.

⁶⁴⁷ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 61/ *XV Anniversary*, 1971: 22.

⁶⁴⁸ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 11/ *Revolution in Angola*, 1972: 14.

⁶⁴⁹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 61/ *Colonialism and Chemical Warfare in Angola*, 1972: 30.

⁶⁵⁰ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 61/ *People's War in Angola*, 1972: 11, 15.

⁶⁵¹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 8.

⁶⁵² AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 8.

Cubango, Lunda, Bié, Malanje e Huambo – “Large areas in these provinces are under UNITA’s control, and have been since 1966.”⁶⁵³ Noutro comunicado endereçado ao Comité de Libertação, datado de Agosto de 1969, voltou a ser exagerada a dimensão territorial da luta armada das FALA, ao se afirmar que a UNITA havia “enraizado” as suas forças no Huambo e havia aberto uma nova frente na província da Huíla, expandindo a atividade da guerrilha para sete dos quinze distritos de Angola.⁶⁵⁴ A guerrilha do Galo Negro nunca atuou no Huambo e na Huíla, a sua atividade no Lunda e Malanje foi essencialmente de carácter transitório e, para este período, o único núcleo territorial sob controlo efetivo localizava-se no alto curso do rio Lungué-Bungo no distrito do Moxico.⁶⁵⁵

De um modo geral, a propaganda da UNITA fez a distinção entre “zonas contestadas”⁶⁵⁶ – áreas de disputa entre a guerrilha e a tropa colonial – e “áreas libertadas”,⁶⁵⁷ onde o nível de controlo da guerrilha era absoluto. No entanto, existiram algumas variações. Num comunicado endereçado à OUA pelo boletim *Kwacha*, em Agosto de 1969, o nível de influência territorial da UNITA foi dividido em duas categorias: “áreas de mobilização” e “zonas de apoio moral”. As “áreas de mobilização” referiam-se às zonas onde a guerrilha do Galo Negro desenvolveu a “hardworking mobilization of the masses”, que incluiu não só atividades de consciencialização política, como também uma campanha de recrutamento militar entre os civis.⁶⁵⁸ Para os finais de 1966, a UNITA reivindicou como “áreas de mobilização” os distritos da Lunda, Moxico e Cuando-Cubango. **(Mapa 1.7)** A UNITA considerou as “zonas de apoio moral”, regiões que enviavam “their most representative people to participate physicaly in the

⁶⁵³ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 8.

⁶⁵⁴ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Special Issue*, No. 2, 1969: 7-8.

⁶⁵⁵ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexo C, 2-5.

⁶⁵⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 8; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 2, 1969: 1; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 2.

⁶⁵⁷ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 8-9; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 2, 1969: 9; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 6; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 2, 5, 14; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 31/ *The Angolan Women Brigades – UNITA*, 1971: 2; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 9, 1972: 4.

⁶⁵⁸ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Special Issue*, No. 2, 1969: 5.

battlefield”.⁶⁵⁹ Para 1968, a extensão geográfica destas zonas concentrava-se nos distritos costeiros de Angola. **(Mapa 1.8)** Através das representações cartográficas das “áreas de mobilização” e das “zonas de apoio moral”, a UNITA tentou transmitir à OUA a ideia de um movimento com apelo político a nível nacional, que ia além de uma organização com uma base de apoio exclusivamente regional.

Basil Davidson, ex-militar, jornalista e africanista britânico solidário com as lutas de libertação de África, e ideologicamente alinhado com os movimentos independentistas reconhecidos na Conferência de Khartoum (1969), visitou as “áreas libertadas” do MPLA no leste de Angola entre Maio e Julho de 1970.⁶⁶⁰ Esta visita provocou uma forte reacção por parte da literatura panfletária da UNITA.⁶⁶¹ Por um lado, esta reacção passou por classificações de âmbito ideológico, nas quais Davidson foi rotulado de “reacionário”, “pseudo-marxista” e “contra-revolucionário”, e acusado de ser um instrumento de “senhores revisionistas e imperialistas”.⁶⁶² Em Maio de 1971, numa mensagem de Jonas Savimbi aos militantes no exterior, o presidente do Galo Negro referiu que o MPLA viu-se obrigado a “mobilizar jornalistas de ‘renome internacional’, como Basil Davidson para ir aldrabar ao nível do mundo”.⁶⁶³ Numa demonstração clara de retórica maoista, a UNITA acusou Davidson de estar ao serviço do “social imperialismo”, e aconselhou o ex-coronel do exército britânico a ler “o trabalho de um dos mais brilhantes pensadores dos nossos tempos, o camarada Mao Tse-Tung”.⁶⁶⁴

Contudo, as críticas a Davidson foram além das simples acusações de cariz ideológico, a UNITA questionou a veracidade das reivindicações expressas na

⁶⁵⁹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Special Issue*, No. 2, 1969: 7.

⁶⁶⁰ Basil Davidson, “Angola in the Tenth Year: A Report and an Analysis”, *African Affairs*, 70, (278), 1971: 37-49.

⁶⁶¹ Samuel Chiwale refere que Jonas Savimbi considerou a visita de Basil Davidson exclusivamente como um golpe propagandístico do MPLA, que não refletia a realidade da luta armada do movimento de Agostino Neto no interior de Angola: “Vejam o que está a fazer o MPLA: contratou um jornalista britânico, o Basil Davidson, que não é, na minha opinião um homem sério e objectivo, pois um verdadeiro jornalista não anda por aí a fabricar factos ou acções de guerrilheiros; os guerrilheiros são os que estão cá na mata, a lutar. Agora, isso de tirar as pessoas dos gabinetes de Lusaka ou de Brazzaville, pôr-lhes uma AK aos ombros e ir a um matagal tirar uma fotografia, isso não presta.” Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 151-152.

⁶⁶² AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 2; AHS/ ICS/Coleção História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 17/ *Basil Davidson in the Service of Modern Revisionism*, 1971: 3.

⁶⁶³ AHS/ ICS/Coleção História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 15/ *Mensagem do Presidente da UNITA aos Quadros e Militantes da UNITA no Exterior*, 1971: 4.

⁶⁶⁴ AHS/ ICS/Coleção História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 17/ *Basil Davidson in the Service of Modern Revisionism*, 1971: 3-4.

reportagem acerca da luta armada do MPLA. Em Janeiro de 1971, Savimbi encabeçou a primeira crítica de fundo, através de uma carta que enviou ao jornal francês *Le Monde Diplomatique*, que havia publicado excertos da reportagem de Davidson. Numa primeira fase, o presidente da UNITA tentou minar a credibilidade de Davidson ao expor algumas inconsistências geográficas triviais – por exemplo, o jornalista britânico indicou que visitou o Muié no “centro do Moxico”, Savimbi corrigiu para o facto de ser no “sul do Moxico” – e acusou-o de explorar a “ignorância da opinião pública europeia dos problemas africanos”.⁶⁶⁵

Seguiram-se, no entanto, críticas de maior substância que revelam algumas noções que Savimbi idealizava como essenciais para distinguir o grau de controlo de uma guerrilha no território. Davidson referiu o “controlo estratégico” do MPLA em dez dos quinze distritos de Angola, ao qual Savimbi contra-argumentou que o conceito da UNITA de “controlo estratégico” não equivalia a um controlo permanente de uma zona: “For UNITA, control, true control of the zones, the liberation of vast zones and the subsequent creation of base areas consists only of ‘tactical’ control. A liberated zone is a zone in which the enemy can no longer penetrate, for should he try to do so, he would leave only dead men and no longer would have the courage to continue. (...) Strategic control certainly exists, but only in the zones disputed by the enemy.”⁶⁶⁶

Portanto, de acordo com esta descrição, Savimbi considerava como característica central de uma “área libertada”, um grau de controlo territorial exercido por parte da guerrilha, que incapacitava a ocupação permanente dessa zona pelo inimigo. Marcou também a distinção entre “área libertada”, onde o controlo era “tático”, e “zonas disputadas” com o inimigo, onde o controlo era “estratégico”. Porém, esta descrição conceptual não é totalmente coerente com aquela que Savimbi concedeu numa entrevista em Agosto de 1970, onde integrou na categoria de “Áreas libertadas” da UNITA as “zonas disputadas” e, inclusivamente, as “zonas controladas pelo inimigo”: “We must be clear, because revolutionary duty demands it of us. Of course, there are in our liberated zones, disputed zones and zones controlled by the enemy.”⁶⁶⁷

⁶⁶⁵ AHS/ ICS/Coleção História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 66/ *Exposing the Lies of Basil Davidson about Angola*, 1971: 7.

⁶⁶⁶ Sublinhado nosso - AHS/ ICS/Coleção História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 66/ *Exposing the Lies of Basil Davidson about Angola*, 1971: 8.

⁶⁶⁷ Sublinhado nosso - AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 32.

De forma semelhante aos boletins informativos do MPLA, também a literatura propagandística do Galo Negro reivindicou o controlo direto de centenas de milhares de civis no interior de Angola. Em Fevereiro de 1967, o boletim *Kwacha* afirmou que meio milhão de civis viviam “under UNITA control”, espalhados pelas províncias do Moxico, Lunda, Cuando-Cubango, Bié e Malange.⁶⁶⁸ No ano de 1968 este número triplicou: “UNITA has under its control approximately 1,500,000 people inside the country.”⁶⁶⁹ Já para o ano de 1969, Savimbi estimou o número de civis que habitavam nas “áreas libertadas” do Galo Negro aproximadamente na casa dos 500 mil.⁶⁷⁰ Para 1970, a UNITA estimou em mais de um milhão os civis sob “influência e controlo” do movimento, e entre 400 mil e 500 mil os que viviam exclusivamente sob “controlo”.⁶⁷¹

Os relatos de testemunhos que passaram pelas zonas da guerrilha apresentam também uma grande fluidez na utilização destes termos, e alguns manifestam claras contradições em relação à presença dos movimentos independentistas em certas regiões. A viagem às zonas da UPA que John Marcum e George Houser realizaram como representantes do *American Committee on Africa* em 1962, resultaram num relatório que expressou as dificuldades em avaliar a extensão geográfica concreta de uma área libertada: “In sum, there exists the beginnings of a political state. I could not judge how far south this relatively tight organizational control extends. (...) I am in no position to make a final judgement on whether any other nationalist organizations in Angola control an area similar to that held by the UPA. As yet there has not been any objective way of assessing either how far the UPA organization extends, or whether other troops have a foothold on certain sections of Angola.”⁶⁷²

Esta atitude cautelosa, que reconhece as limitações em determinar de forma rigorosa a extensão geográfica sob o controlo de uma guerrilha, não foi partilhada pela vaga de jornalistas que visitaram o interior de Angola nas décadas de 60 e 70. Existiu, aliás, a tendência contrária, de reproduzir as reivindicações dos movimentos de libertação tal como eram apresentadas.

⁶⁶⁸ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 20.

⁶⁶⁹ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04357.006.007/ *Angola Seventh Year – UNITA Central Committee*, 1968: 28.

⁶⁷⁰ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 27.

⁶⁷¹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 6.

⁶⁷² George M. Houser, “A Report on a Journey Through Rebel Angola”, *American Committee on Africa*, 1962: 8.

Em Setembro de 1969, por exemplo, o repórter Steve Valentine do *Times of Zambia*, assegurava que a UNITA tinha libertado aproximadamente metade de Angola: “De alguns meses para esta data, Savimbi, em cartas enviadas clandestinamente para a Zâmbia, vem informando que tem o verdadeiro auxílio das populações: que, excluindo as cidades, tem sob o controlo quase metade de Angola (...) Poucos o acreditaram. (...) J. Savimbi convidou-me, através da imprensa zambiana, a ver com os meus próprios olhos se as suas informações eram exageradas. Vi que não eram.”⁶⁷³

Em Junho de 1970, Basil Davidson visitou as bases do MPLA no Leste, e apresentou a ideia que nesta frente toda a província do Moxico se encontrava sob o controlo exclusivo do movimento. Indo mais longe e afirmando que a guerrilha da UNITA na Frente Leste tinha apenas uma presença residual: “It may reasonably be concluded that UNITA today is still able to make occasional probes into Angola, but otherwise remains little more than a distraction along the MPLA’s rear lines of communication outside Angola.”⁶⁷⁴

O jornalista austríaco Franz Sitte relatou o oposto em Junho de 1971, que percorreu mais de dois mil quilómetros de “áreas libertadas” da UNITA e não encontrou nenhum indício da presença do MPLA na Frente Leste: “Acrescentou que existe, somente, uma forte república de guerrilheiros em Angola – são as áreas libertadas da UNITA. Durante um mês que passou em Angola, não avistou quaisquer indícios do MPLA.”⁶⁷⁵

Em Agosto de 1973, o jornalista norte americano Malik Chaka viajou às matas de Angola por ocasião do 3º Congresso da UNITA, com o propósito de documentar “daily life in the liberated areas”.⁶⁷⁶ Embora não tenha elaborado descrições da extensão geográfica das “áreas libertadas” do Galo Negro, reivindicou uma característica original: “The borders of UNITA liberated areas are not contiguous with any independent African state. This makes the movement unique in Africa.”⁶⁷⁷

Também por ocasião do 3º Congresso, o repórter do *Washington Post*, Leon Dash, permaneceu durante dez semanas no interior de Angola. Dash não reivindicou extensões

⁶⁷³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 131.

⁶⁷⁴ Basil Davidson, “Angola in the Tenth Year: A Report and an Analysis”, *African Affairs*, 70, (278), 1971: 39, 44.

⁶⁷⁵ ANTT/PIDE-DGS/Serviço Central/SR/ Processo 128/65/NT 3446/ Processo Individual: *José Samuel Chiwale*, 1971: 14-15.

⁶⁷⁶ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola’s Daring People Win more Freedom*, 1973: 6.

⁶⁷⁷ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola’s Daring People Win more Freedom*, 1973: 7.

geográficas sob o controlo da guerrilha da UNITA, mas referiu que durante o trilho que percorreu, não encontrou nenhum guerrilheiro ou elemento da população que apoiasse o MPLA.⁶⁷⁸

O problema de algumas destas afirmações relaciona-se, por um lado, com o facto destes repórteres terem visitado apenas um fragmento das zonas controladas pela guerrilha, o que torna controversa qualquer reivindicação que façam sobre a extensão global das áreas libertadas. Por outro lado, a maioria destes repórteres foi incapaz de indicar de forma detalhada o itinerário geográfico que percorreu: Valentine (1969) limitou-se a referir que atravessou a fronteira algures nas imediações da cidade zambiana de Kalabo; Davidson (1970) afirmou que o seu ponto de chegada no interior de Angola foi o povoamento de Muié, no Moxico Central; Sitte (1971) não elaborou nenhuma descrição do seu percurso, referindo apenas que viu a linha do CFB; Chaka (1973) não traçou o itinerário, referiu somente que a primeira zona da UNITA foi atingida após “alguns dias de marcha” desde a fronteira com a Zâmbia; Dash (1973) incluiu na reportagem cartografia da sua “800 miles trek” (**Mapa 2**).

A polémica das áreas libertadas tem sido uma questão que nem a historiografia académica tem oferecido um contributo analiticamente consistente. Para o caso angolano existem várias tendências historiográficas: A primeira é a de replicar, de forma relativamente acrítica, as reivindicações dos movimentos de libertação relativas à extensão territorial das áreas sob o seu controlo e do número de população que nelas vivem. A segunda tendência é a de uma literatura que desconstrói estas reivindicações sem, no entanto, apresentar um modelo teórico explicativo que defina o que se entende por área libertada. Esta dicotomia tem como exemplo paradigmático as diferentes representações que Basil Davidson e John Marcum apresentam das áreas libertadas em Angola.

Marcum cinge o seu corte temporal ao mês de Abril de 1974, e elabora uma distinção entre o que são considerados os *Bastões da Guerrilha* e as áreas afetadas pela *Actividade da Guerrilha* (**Mapa 3.1**). Reconhece a presença da FNLA no Leste e representa o MPLA nesta zona como um movimento acantonado na fronteira com a Zâmbia, com a exceção de uma bolsa de resistência presente a oeste de Chiume.

A cartografia que Davidson exhibe tem um arco cronológico de cerca de quatro anos (**Mapa 3.2**). Este longo corte temporal esconde a mobilidade e o carácter temporário

⁶⁷⁸ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 23.

e inconstante da presença da guerrilha no território. Transmite a aparência que as áreas sinalizadas como zonas libertadas do MPLA estiveram sob o controlo efetivo deste movimento entre 1970 e 1974. Quando, na verdade, a Revolta de Leste em 1973 provocou o colapso da guerrilha do MPLA na III Região Militar,⁶⁷⁹ fenómeno invisível nesta representação cartográfica. Outra dimensão ignorada por Davidson foi a presença da FNLA na Frente Leste, a nordeste da cidade do Luso (atual Luena).

Se há um consenso nestas duas representações cartográficas, está relacionado com a existência de um núcleo territorial considerável sob controlo da UNITA a sudoeste da cidade do Luso. Apesar disso, nenhum dos autores especifica quais os critérios de elaboração dos mapas, nem apresentam uma definição conceptual do que se entende por área libertada.

Existe também uma terceira tendência historiográfica que não tem pretensões em abordar a questão das áreas libertadas. É o caso das Histórias Gerais de Angola de Douglas Wheeler e René Pélissier, de Alberto Oliveira e Pinto e de David Birmingham.⁶⁸⁰

Na História do MPLA desenvolvida por Jean Mabeko-Tali (2018), que tem por detrás um trabalho de investigação de grande fôlego, a ênfase analítica caiu preferencialmente sobre as questões sociais e raciais da vivência da guerrilha. A única referência cartográfica das zonas de atividade do MPLA tem como fonte um boletim político do movimento. O autor alerta para o carácter superficial deste mapa, que não permite a elaboração de conclusões sobre a existência ou inexistência de “áreas libertadas”.⁶⁸¹

A obra de Stephen L. Weigert (2011), embora focada na vertente militar, não faz uma avaliação das extensões geográficas controladas pelos movimentos de libertação, analisando principalmente a evolução das táticas de insurgência e contrainsurgência.⁶⁸²

⁶⁷⁹ Jean Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 219.

⁶⁸⁰ Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola* (Lisboa, Tinta da China, 2009); David Birmingham, *Breve História da Angola Moderna (Séc.XIX-XXI)* (Lisboa, Guerra & Paz, 2017); Alberto Oliveira Pinto, *História de Angola da Pré-História ao Início do Século XXI* (Lisboa, Mercado de Letras, 2015).

⁶⁸¹ Jean Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 199.

⁶⁸² Stephen L. Weigert, *Angola – A Modern Military History, 1961-2002* (New York, Palgrave Macmillan, 2011).

O historiador Carlos Pacheco (2016) é extremamente crítico da “falácia do controlo sobre vastas áreas em Angola”.⁶⁸³ Contudo, é uma crítica limitada que não oferece uma alternativa ou clarificação conceptual de “área libertada”. Além disso, o texto está repleto de adjetivação que caracteriza a propaganda do MPLA como “logorreia”, “espuma de falsidades” e “arte da mentira aos extremos do burlesco”, e que não contribuiu para a clarificação da problemática.⁶⁸⁴

De forma a ultrapassar estas carências historiográficas vamos, neste capítulo, utilizar o modelo teórico que o geógrafo Robert W. McColl elaborou para captar as principais tendências dos estados insurgentes em ação. No artigo publicado em 1969, *The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution*, McColl estabelece um padrão no comportamento das insurgências revolucionárias na captura e controlo do território. Através de uma análise comparativa baseada em diversas experiências de guerrilha,⁶⁸⁵ o autor tipifica vários graus de influência que definem os limites de uma insurgência: **1) Área Núcleo:** Zona onde se localizam as bases centrais e que está sob controlo absoluto da guerrilha; **2) Área Adjacente:** Zona contígua às bases centrais, onde vivem as populações civis sob controlo da guerrilha; **3) Área Operacional:** Zona preferencial de ação da guerrilha, onde o controlo efetivo é inconstante, mas onde as atividades militares desempenhadas concedem prestígio e atenção internacional; **4) Área Contestada:** Zona de fronteira entre a guerrilha e o governo, de contornos esbatidos e difíceis de definir, mas onde a presença das funções do estado é condicionada pela guerra. Nestas áreas contestadas os civis viviam sob a soberania partilhada do regime colonial e dos movimentos independentistas.

Apesar da carga ideológica do termo “Área Libertada”, este vai ser um conceito utilizado recorrentemente neste Capítulo e que se define de forma objetiva como o conjunto da *Área Núcleo* e *Área Adjacente* descritas por McColl. Por outro lado, a *Área Operacional* e *Área Contestada*, representam as zonas preferenciais de atividades militares e o alcance máximo da guerrilha fora das suas zonas de controlo permanente. A

⁶⁸³ Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva*, Vol. I (Lisboa, Nova Vega, 2016): 801.

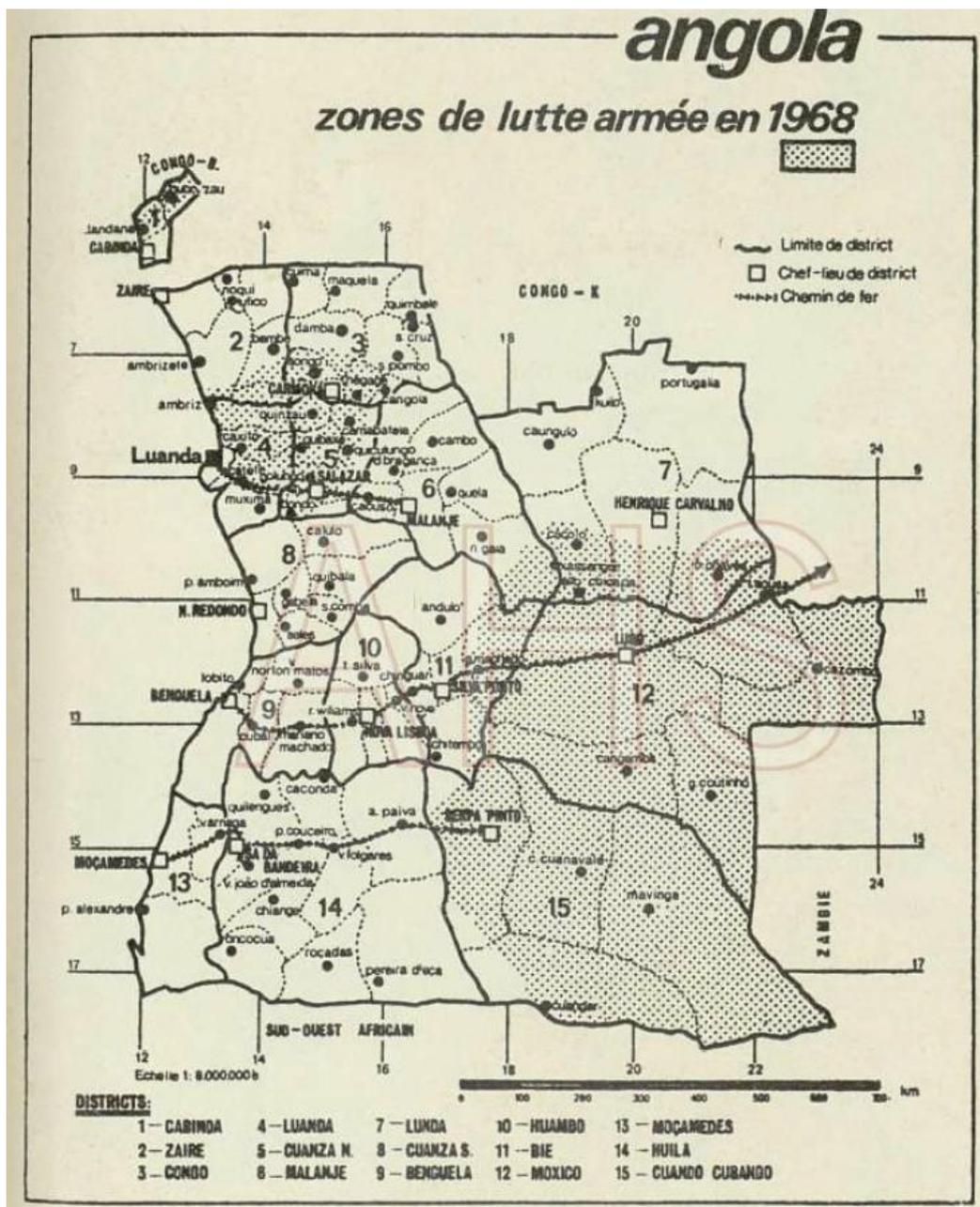
⁶⁸⁴ Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva*, Vol. I (Lisboa, Nova Vega, 2016): 801, 810-812.

⁶⁸⁵ Estudo comparado com base em documentação das experiências da *Guerra Civil Chinesa* (1927-1950), *Guerra Civil Grega* (1946-1949), *Revolução Cubana* (1953-1958), *Guerra de Independência da Malásia* (1948-1960), *Revolta Hukbalahap nas Filipinas* (1946-1950) e *Insurgência da República Indonésia em Java* (1948). Robert W. McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 614.

preferência na utilização do termo “Área Libertada” em vez de “Área Controlada”, relaciona-se com o facto de uma guerrilha ter a capacidade de *controlar* um território taticamente sem nunca estabelecer nenhuma forma de administração civil entre as populações. Uma área libertada, não é um conceito puramente geográfico, pressupõe a existência de populações libertadas e a implantação de uma organização que mimetiza, de forma rudimentar, as funções tradicionais da administração colonial, assemelhando-se a um Quase Estado.⁶⁸⁶ Para esse efeito vamos considerar populações libertadas quaisquer civis que viviam sob administração direta da UNITA e totalmente integrados numa soberania alheia à do regime colonial.

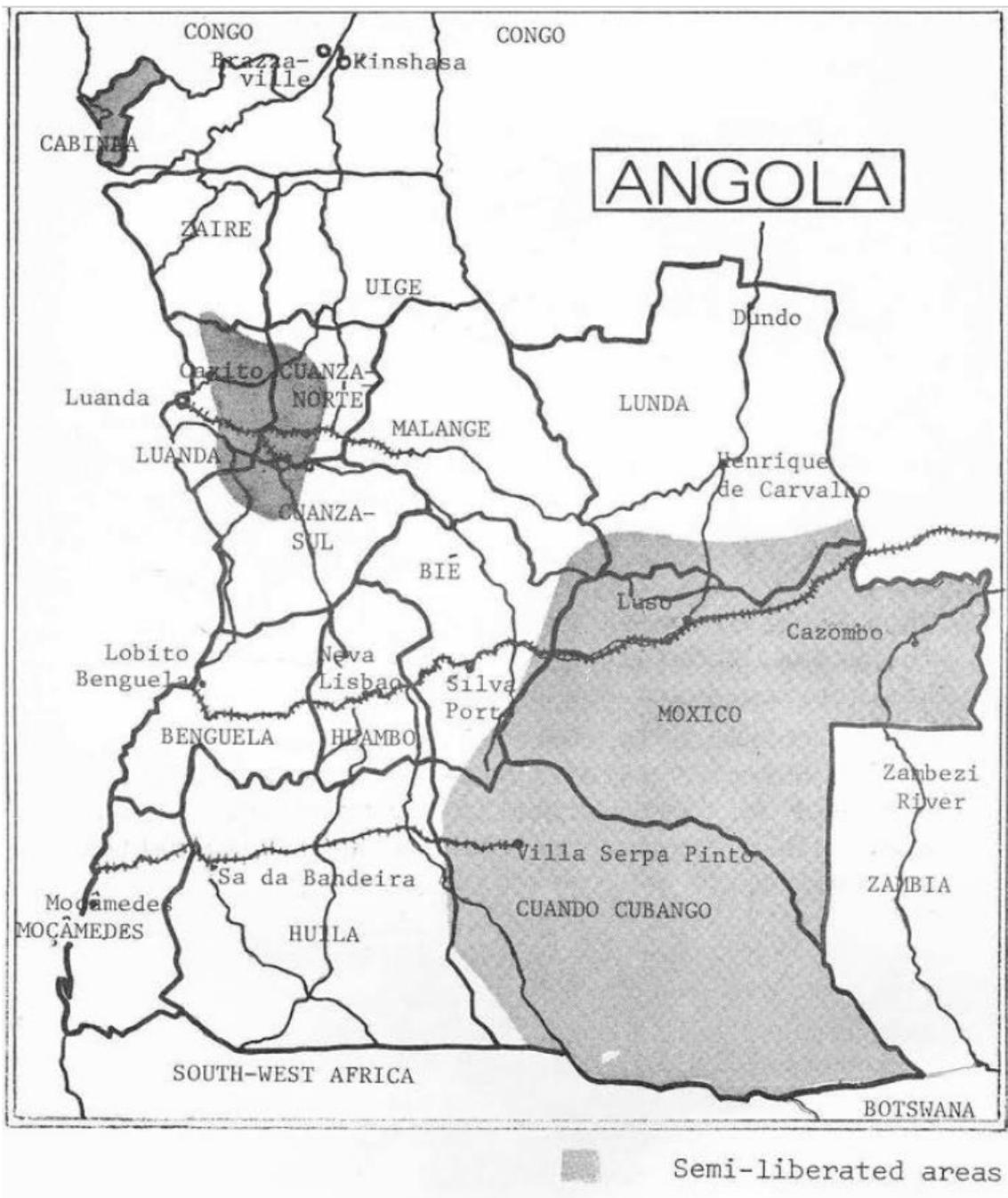
Utilizando estes modelos pretendemos captar as dinâmicas de implantação do território empregues pela UNITA e identificar as principais zonas sob o seu domínio efetivo. Através de relatórios de situação da PIDE-DGS e SCCIA, foi construída uma base de dados das bases centrais, acampamentos, hospitais e postos de observação da UNITA no interior de Angola. Com a ajuda de software de processamento cartográfico vai ser possível visualizar a dispersão geográfica destas infraestruturas e a lógica por detrás da sua implantação.

⁶⁸⁶ Kirsti Stuvoy, “War Economy and the Social Order of Insurgencies: An Analysis of the Internal Structure of UNITA’s War Economy”, *Research Unit of Wars, Armament and Development - University of Hamburg*, (3), 2002: 19.



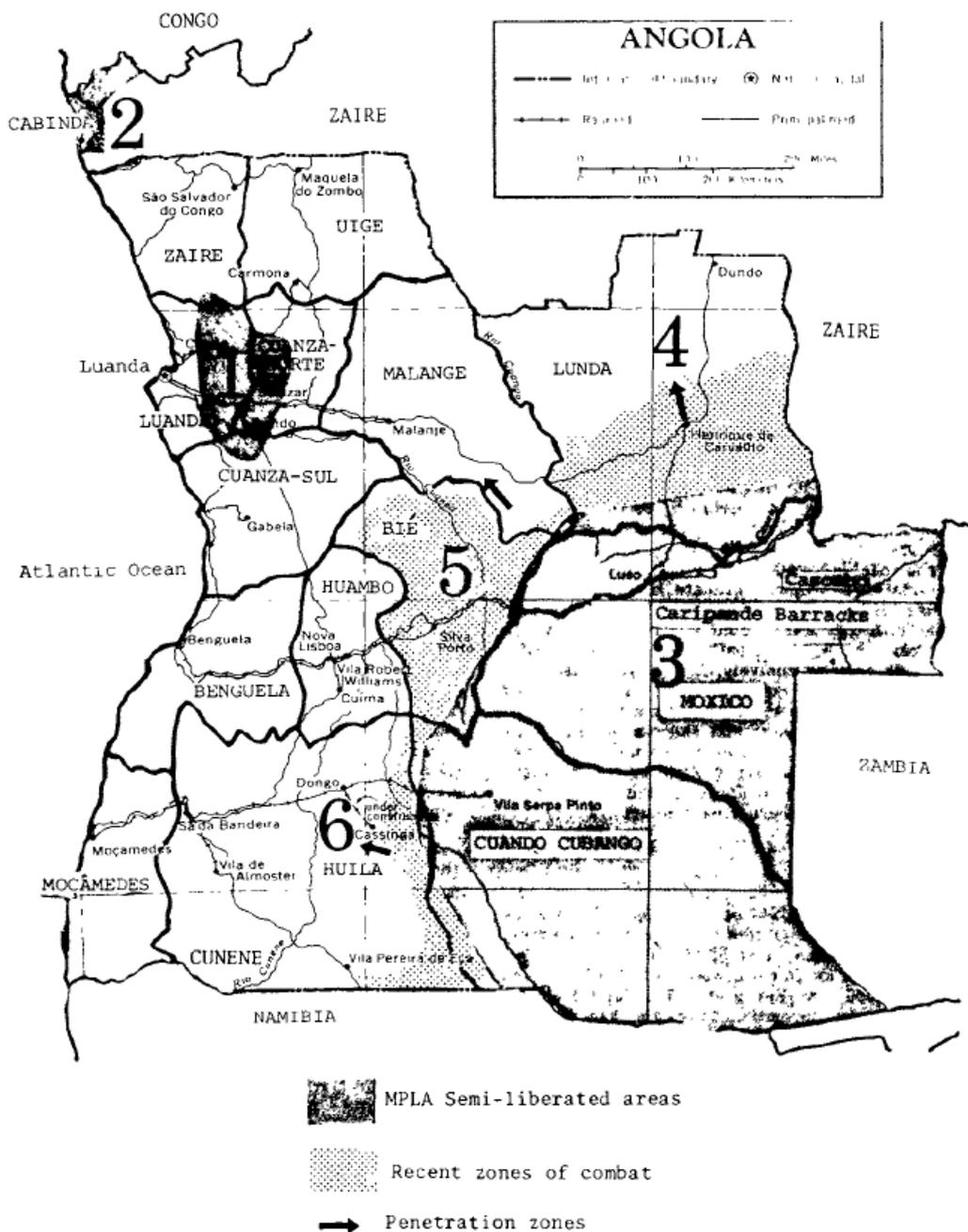
Mapa 1.1 – Representação das “zonas de luta armada” do MPLA em Angola (1968)

Fonte: AHS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 3/ *National Liberation Wars in the Portuguese Colonies*, 1970: 105.



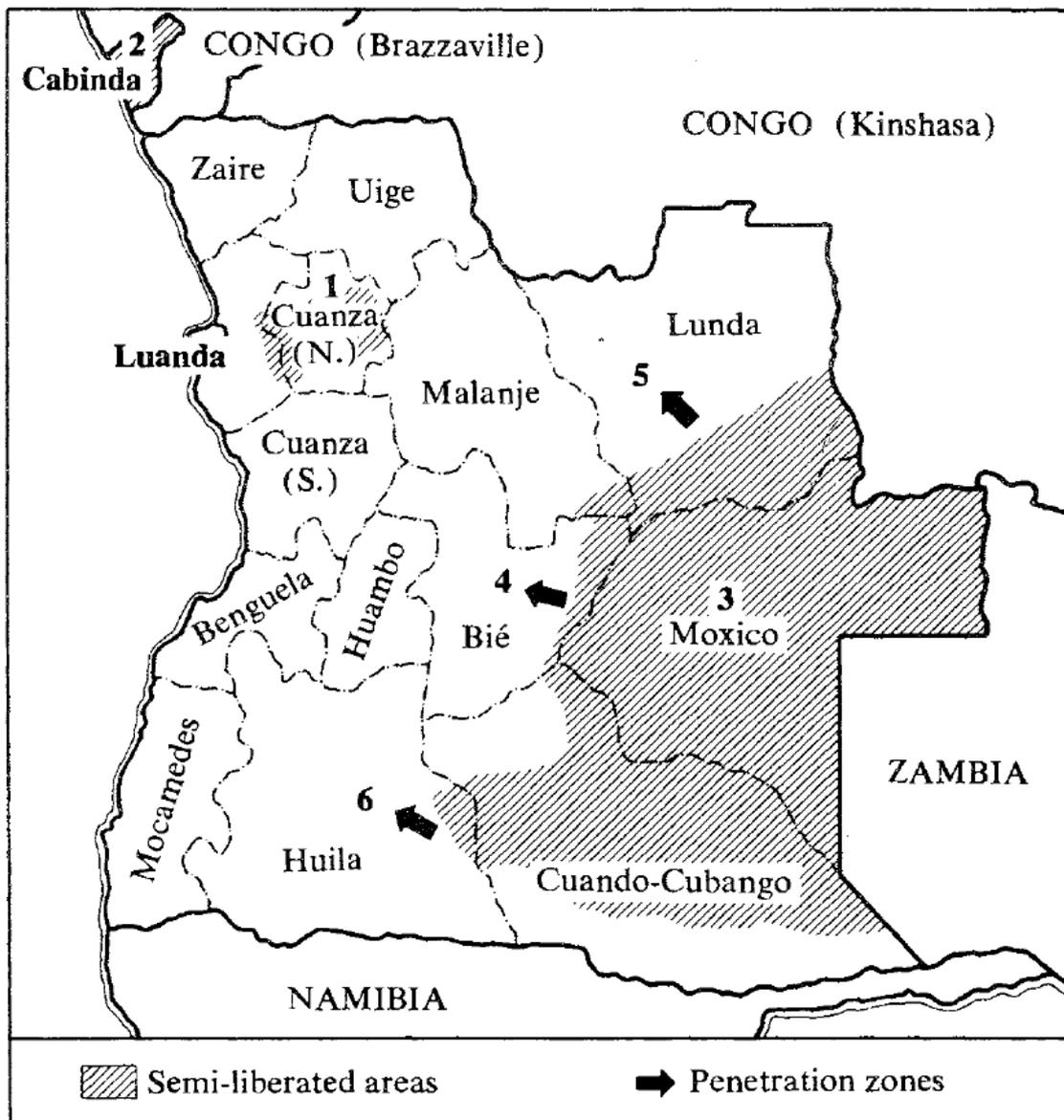
Mapa 1.2 – Representação das “semi-áreas libertadas” do MPLA em Angola (1969)

Fonte: AAA/ Adwoa Dunn-Mouton Collection/ *Interview to Member of the MPLA, Comité Director, Daniel Chipenda, 1969: II.*



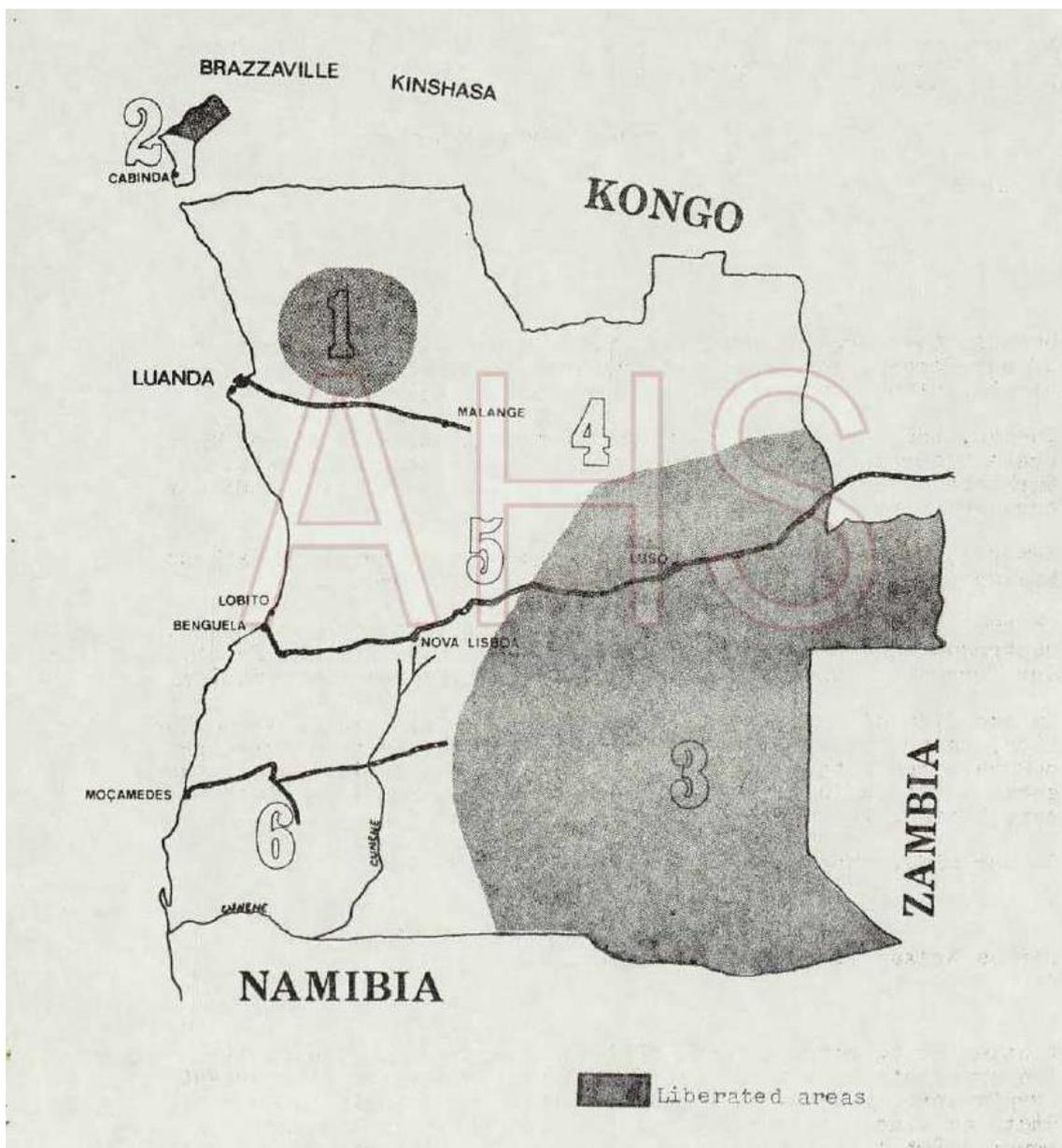
Mapa 1.3 – Representação das “semi-áreas libertadas” e “zonas recentes de combate” do MPLA em Angola (1970)

Fonte: AAA/ Liberation Support Movement Pamphlet Collection/ *Interviews in Depth MPLA-Angola, 4, Paulo Jorge, 1973: 13.*



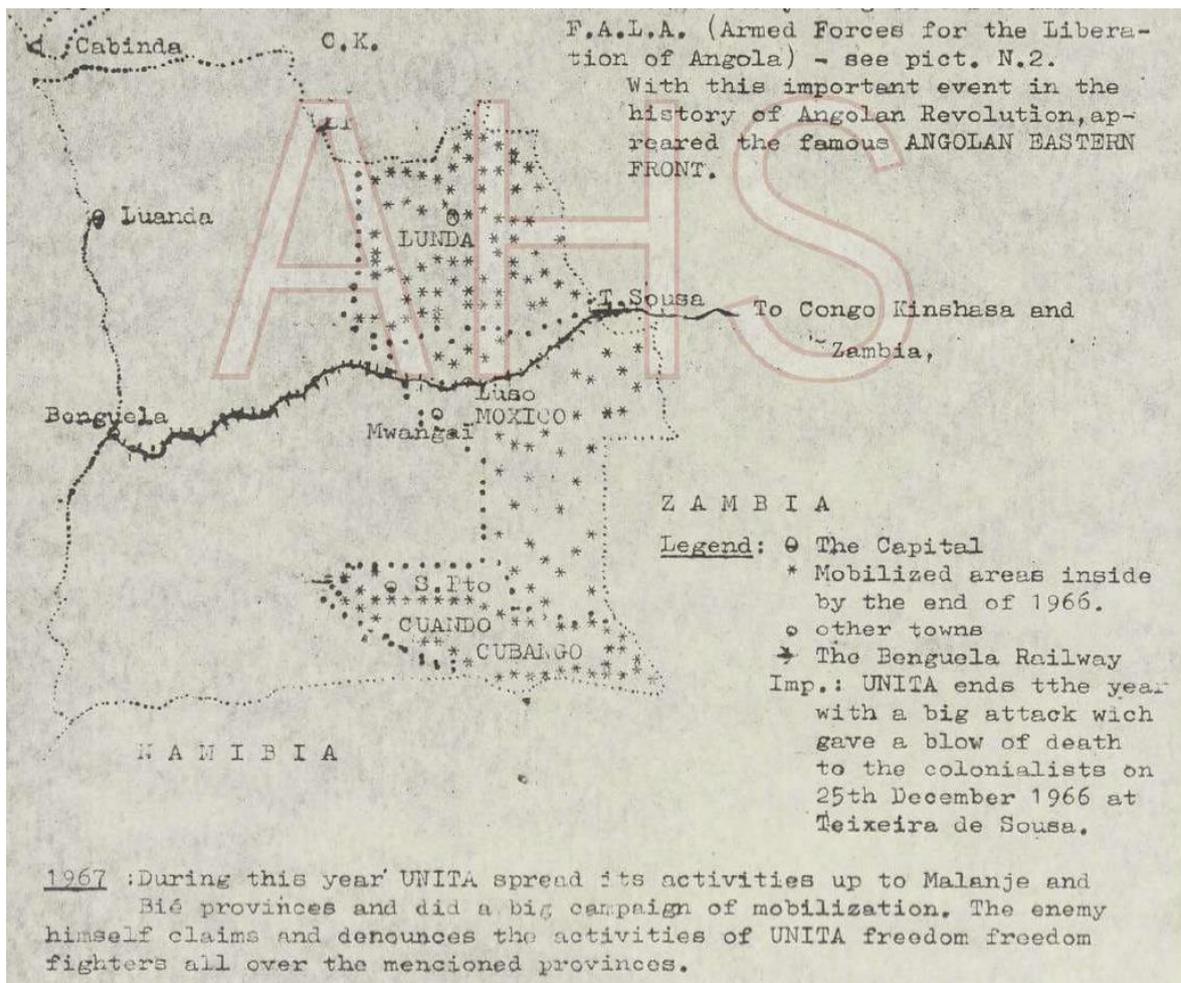
Mapa 1.5 – Representação das “áreas semi-libertadas” do MPLA em Angola (1970)

Fonte: AAA/ Private Collection of Candice Wright/ *The Making of a Middle Cadre: The Story of Rui Pinto*, 1973: 79.



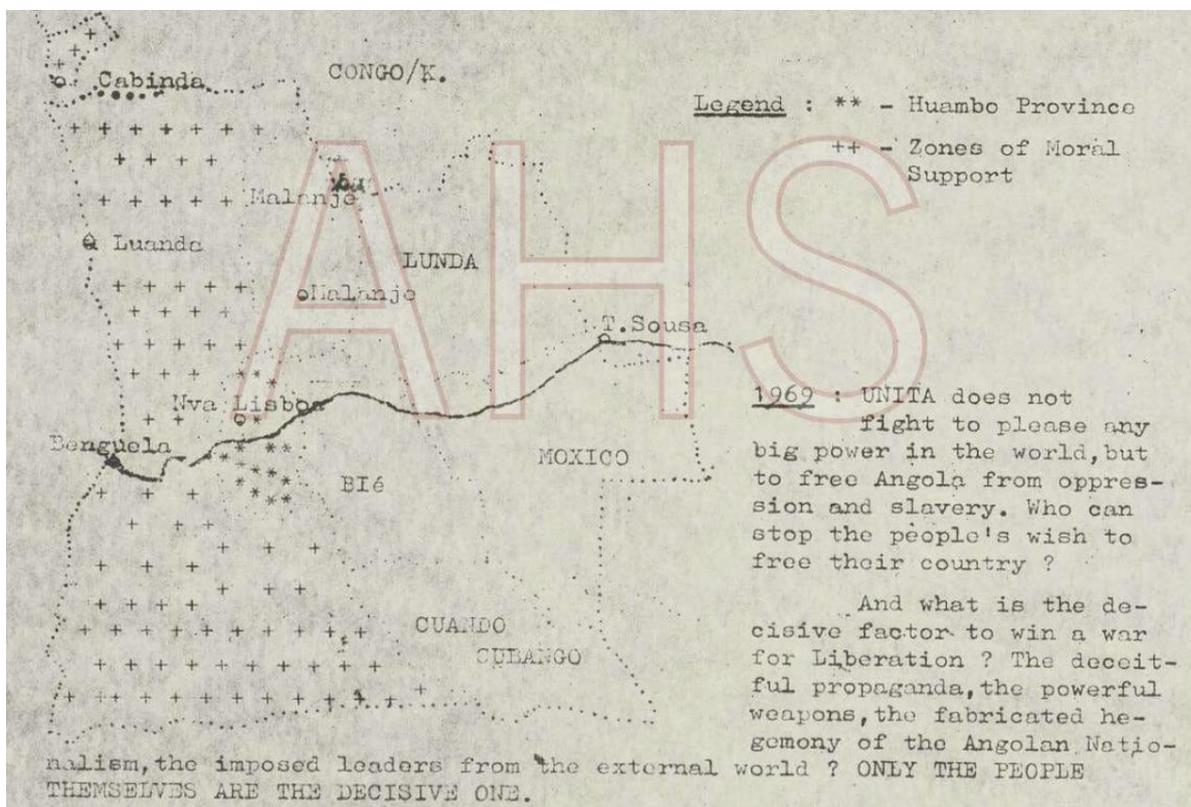
Mapa 1.6 – Representação das “áreas libertadas” do MPLA em Angola (1972)

Fonte: AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 61/ *People's War in Angola*, 1972: 33.



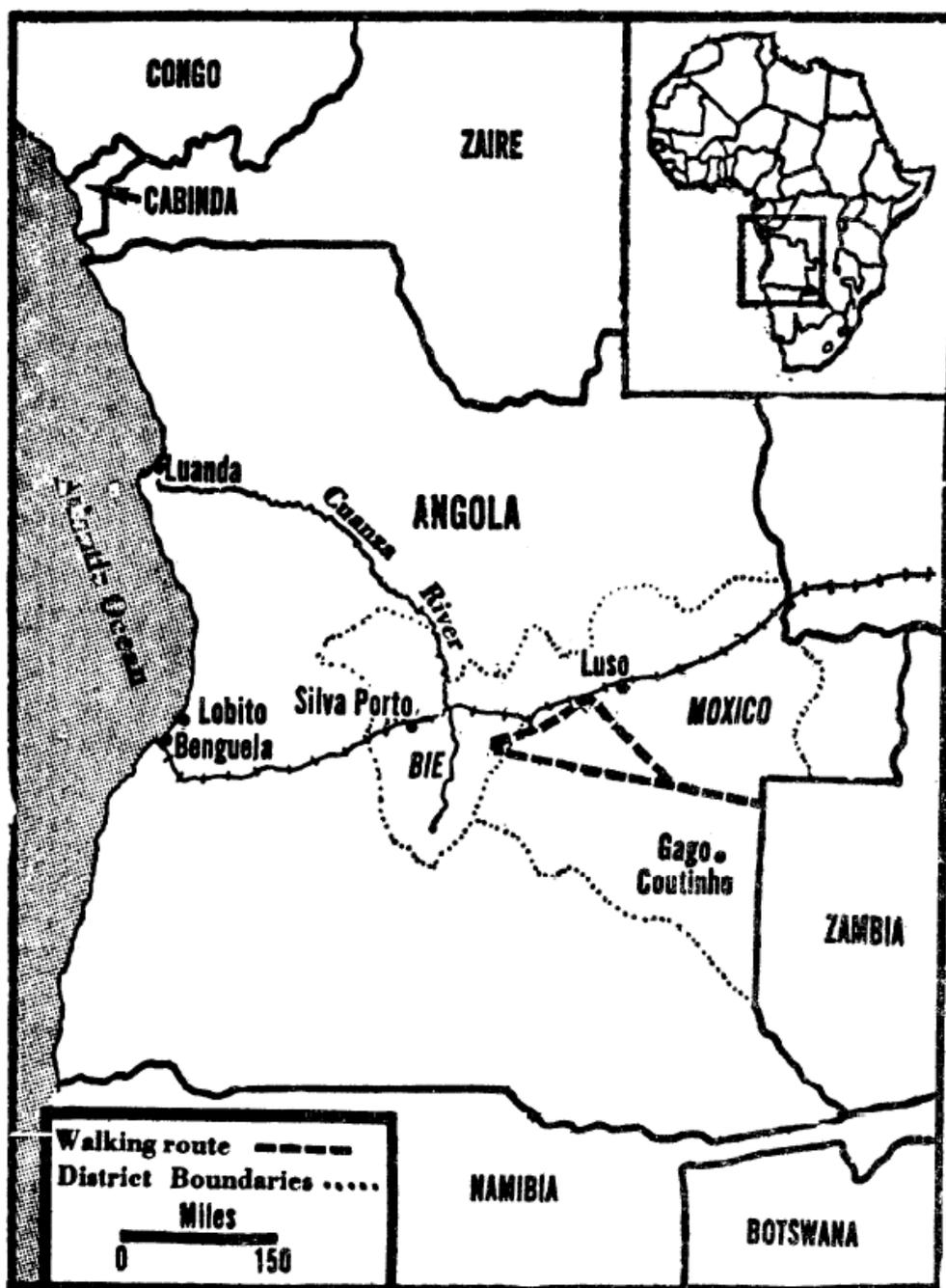
Mapa 1.7 – Representação das “áreas mobilizadas” da UNITA em Angola (1966)

Fonte: AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ Kwacha, No. 2, 1969: 5.



Mapa 1.8 – Representação das “áreas de apoio moral” da UNITA em Angola (1969)

Fonte: AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ Kwacha, No. 2, 1969: 7.

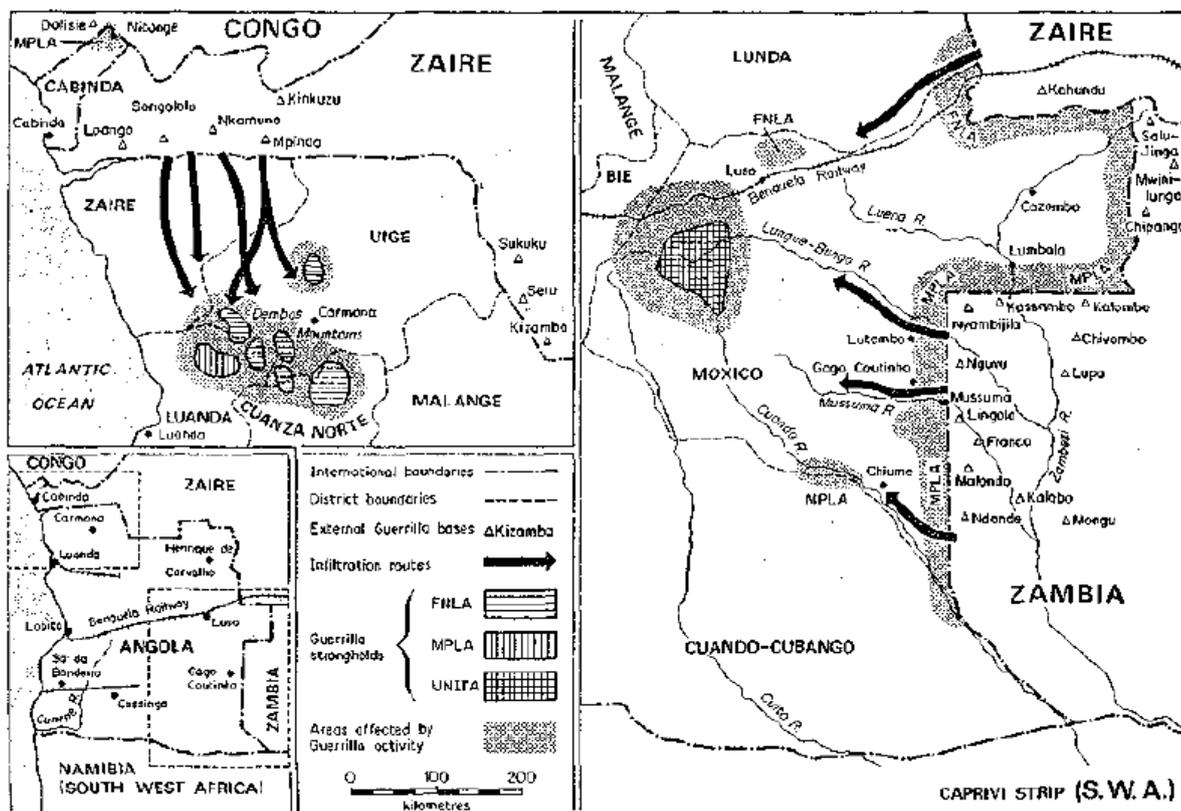


By Joseph P. Mastrangelo—The Washington Post

Dotted line shows the path of Leon Dash's 800-mile trek through Angola.

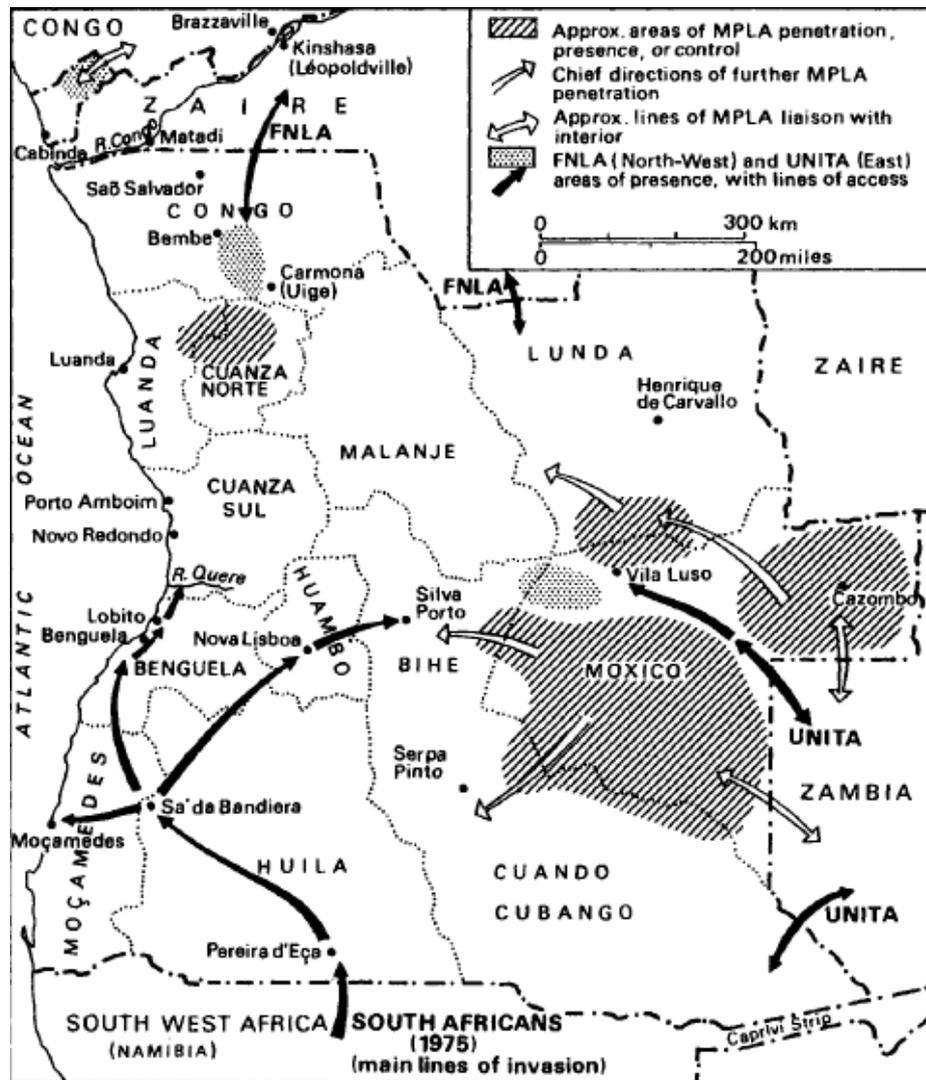
Mapa 2 – Percurso do jornalista do *Washington Post*, Leon Dash, por ocasião do III Congresso da UNITA (1973)

Fonte: AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 31.



Mapa 3.1 – Representação de John Marcum das áreas libertadas em Angola com detalhe na Frente Norte e na Frente Leste (Abril de 1974)

Fonte: John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 216.



Mapa 3.2 – Representação de Basil Davidson das áreas libertadas em Angola (1970 - 1974)

Fonte: Basil Davidson, "Portuguese-Speaking Africa," in Michael Crowder, eds., *The Cambridge History of Africa, Volume 8, from 1940 to 1975* (Cambridge, Cambridge University Press, 1984): 792.

2 – Ocupação e Controlo do Território

A avaliação e periodização da dinâmica territorial da expansão e consolidação da guerrilha do Galo Negro no interior de Angola entre 1966 e 1974, baseia-se em relatórios e materiais cartográficos produzidos pela PIDE-DGS e pelos SCCIA, fontes elaboradas numa perspetiva colonial de contra-insurgência e com a preocupação de identificar, de forma objetiva, a infraestrutura da guerrilha e as fronteiras da sua capacidade de ação na Frente Leste. Utilizando os dados geográficos destes relatórios sobre a localização das bases centrais, hospitais, acampamentos e postos avançados da UNITA, procedeu-se à criação de um mapa através do software *ArcGis Pro*, no qual é possível captar a dispersão espacial da infraestrutura da guerrilha do Galo Negro nas matas durante os períodos finais da Guerra de Libertação. A abordagem interpretativa a esta infraestrutura apresenta uma ênfase global, de compreender a sua lógica de implantação como uma rede integrada, composta por ramificações geográficas com funções e propósitos distintos. A análise qualitativa mais aprofundada dos sistemas de saúde e ensino, da economia da guerrilha e da vida nas áreas libertadas, centrar-se-á exclusivamente no Capítulo V.

O imperativo político de captura territorial foi o grande impulsionador da transição de uma guerrilha nomádica para uma guerrilha capaz de criar e manter bases núcleo permanentes nas matas.⁶⁸⁷ A criação destas bases foi uma expressão clara de maturidade da luta armada e apresentou diversas vantagens estratégicas.

Primeiro, atuavam como retaguarda no interior do território inimigo, funcionando como bastiões onde o comando político-militar se podia refugiar de maneira a assegurar a sua integridade física, e exercer a capacidade de chefiar de forma contínua a luta armada no terreno. Esta foi uma questão que teve particular relevância para a UNITA, que desde meados de 1968 até 1974 manteve a sua liderança de forma ininterrupta no interior de Angola, ao contrário do MPLA e da FNLA. Na teoria de guerra maoísta estas bases deviam funcionar, de facto, como uma retaguarda tática, sem a qual nenhuma luta armada poderia ser bem-sucedida: “Guerrilla warfare could not last long or grow without Base Areas. The Base Areas, indeed, are its rear.”⁶⁸⁸ Jonas Savimbi, numa entrevista concedida em Agosto de 1970, transmitiu a ideia que a guerrilha do Galo Negro atuava em harmonia com o pensamento de guerra maoísta nesta questão: “When we in UNITA speak of

⁶⁸⁷ Robert W. McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 614.

⁶⁸⁸ Mao Tse-Tung, *Selected Military Writings* (Peking, Foreign Languages Press, 1963): 165.

liberated zones we do not wish to be confused in any way with other liberation movements who speak of liberated zones within their own country, whilst pretending to have rears in other neighbouring countries. When an area is liberated that means, in scientific and military terms, that you have your rears in your own country. UNITA's liberated zones are also its rears."⁶⁸⁹

Em segundo lugar, o estabelecimento de bases núcleo possibilitava à guerrilha a oportunidade de controlar permanentemente as populações capturadas ou recrutadas, e, deste modo, mobilizá-las para o alívio do sistema logístico, como, por exemplo, a produção de comida através do cultivo das lavras.⁶⁹⁰

Outra das vantagens da captura de território pela guerrilha, fosse à escala local ou regional, era o de demonstrar a impotência do governo colonial em proteger eficazmente o território e as populações sob sua administração.⁶⁹¹ O que, para além das considerações puramente militares, tornava-se num acumular de capital político por parte da guerrilha, passível de ser canalizado na vertente propagandística, reafirmando o potencial anticolonial do movimento de libertação.

O benefício estratégico da implementação de bases permanentes relacionava-se com a consolidação de uma retaguarda logística próxima das principais zonas de atividade militar, reduzindo consideravelmente os itinerários de trânsito de materiais e pessoal até ao teatro operacional imediato. Além disso, o estabelecimento nas Bases Centrais, de uma administração civil de serviços de ensino e saúde, providenciou uma aura de legitimidade aos movimentos de libertação, potenciado na perceção das populações uma alternativa credível ao sistema colonial.⁶⁹² Para uma análise aprofundada do problema logístico, dos esforços de autossuficiência e dos serviços de suporte às populações, ver o Capítulo V.

As dinâmicas territoriais da luta armada em Angola apresentam, contudo, contornos de grande fluidez ao longo do decorrer da guerra. A presença de uma guerrilha em território hostil não significou, necessariamente, a existência de uma estrutura permanente no interior de Angola, o que dificulta, por vezes, medir de forma objetiva o

⁶⁸⁹ Sublinhado nosso - AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 32.

⁶⁹⁰ Ver os vários exemplos ilustrativos referidos por Carlos Pacheco no subcapítulo “Trabalho Forçado Imposto às Populações” em Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva*, Vol. 1 (Lisboa, Nova Vega, 2016): 429-436.

⁶⁹¹ Robert W. McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 614.

⁶⁹² Robert W. McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 614.

grau da permanência dos movimentos de libertação no território. Existe um período de transição, entre o arranque das primeiras atividades de mobilização política e a capacidade de controlo territorial, que se caracteriza por uma grande mobilidade e nomadismo da guerrilha. Este estágio embrionário móvel foi teorizado pela doutrina de guerra Maoista, como um primeiro passo essencial para o sucesso de qualquer luta armada: “The other aspect of guerrilla-ism consists of the principle of mobile warfare, the guerrilla character of both strategic and tactical operations which is still necessary at present, the inevitable fluidity of our base areas, flexibility in planning the development of the base areas, and the rejection of premature regularization in building the Red Army.”⁶⁹³

A guerrilha da UNITA viveu esta fase nomádica em pleno entre as primeiras operações na Frente Leste em 1966, até à reestruturação do movimento em meados de 1968, com o regresso de Jonas Savimbi do exílio. Este período caracterizou-se por uma rápida expansão da guerrilha em direção ao interior de Angola que não foi acompanhada por um processo de ocupação e controlo do território.

Na segunda metade de 1966, a PIDE considerou que pequenos grupos de guerrilheiros haviam elaborado uma eficiente campanha de mobilização política das populações fronteiriças, a partir de onde alcançaram o interior do distrito do Moxico.⁶⁹⁴ Estas ações foram atribuídas principalmente à atividade da guerrilha do Galo Negro.⁶⁹⁵ Em Janeiro de 1967 o “agravamento por alastramento” da situação militar da Frente Leste em direção ao interior, levou as autoridades a estabelecer uma linha limite (considerada uma “barreira de contra-subversão” ou uma “frente de contra-revolução”), que a Norte ia desde Henrique de Carvalho (Lunda) e Nova Gaia (Malanje), e que a Oeste e Sudoeste ia desde o Rio Cuanza (Bié), a Serpa Pinto (Cuando-Cubango), e ao Rio Cubango até alcançar a fronteira internacional com a Namíbia.⁶⁹⁶ Esta linha foi traçada excluindo as regiões com populações consideradas como “já contactadas pelo IN [Inimigo]”,⁶⁹⁷ o que é indicativo da capacidade de penetração da guerrilha durante a abertura da Frente Leste. A criação desta barreira hostil ao rápido alastramento das atividades dos movimentos de libertação em 1966-1967, tinha como objetivo claro evitar a grave ameaça da penetração da guerrilha, particularmente das forças do Galo Negro, nas zonas densamente povoadas

⁶⁹³ Mao Tse-Tung, *Selected Military Writings* (Peking, Foreign Languages Press, 1963): 139.

⁶⁹⁴ ADN/SGDN/ 2REP-I/ Caixa 536/ *Evolução Político-Subversiva no Leste de Angola*, 1966: Anexo I, 4.

⁶⁹⁵ ADN/SGDN/ 2REP-I/ Caixa 536/ *Evolução Político-Subversiva no Leste de Angola*, 1966: Anexo I, 6.

⁶⁹⁶ ADN/SGDN/ 2REP-I/ Caixa 536/ *Evolução Político-Subversiva no Leste de Angola*, 1967: 3, 6.

⁶⁹⁷ ADN/SGDN/ 2REP-I/ Caixa 536/ *Evolução Político-Subversiva no Leste de Angola*, 1967: 6.

do Planalto Central: “A UNITA ameaça alastrar a subversão ao planalto central de Angola, que parece constituir o objectivo decisivo do IN, ao Distrito do Cuando Cubango (áreas do Cuito-Cuanavale e Serpa Pinto) e às zonas de exploração de minérios da Huíla. A extensão da subversão ao planalto central – Bié e Huambo – traria dificuldades para Angola que dificilmente poderiam ser superadas.”⁶⁹⁸

Em meados de 1967, os serviços de informação portugueses concluíram que a UNITA estava a desenvolver um trabalho “constante e eficiente de subversão das populações” em “pontos muito distanciados da fronteira” a partir de uma faixa de infiltração ao longo do Rio Lungué-Bungo, apesar de dispor de “fracos meios” e de grupos “mal armados”.⁶⁹⁹ Situação que contrastava com as atividades do MPLA no Leste, desenvolvidas por grupos “bem preparados e bem armados”, mas que enfrentavam “dificuldades de entendimento com a população”.⁷⁰⁰ Os limites geográficos das operações de mobilização política do Galo Negro iam além das fronteiras do distrito do Moxico e incluíam: na Lunda – ações de mobilização entre Dala e o Cazaje (Norte do Luso), e a criação de células clandestinas no Chilunge e Muriege (Leste de Henrique de Carvalho)⁷⁰¹; no Bié – as operações de mobilização da guerrilha atingiram as regiões de General Machado, Nova Sintra e Nharea⁷⁰²; no Malanje – criação de células clandestinas na regedoria de Muandumba, entre Sautar⁷⁰³ e a fronteira com o distrito da Lunda.⁷⁰⁴

Contudo, a larga dispersão geográfica das áreas operacionais da UNITA em 1967 não foi acompanhada por uma ocupação permanente do território, fenómeno que caracteriza o processo de construção das Áreas Libertadas. A questão da existência de Áreas Libertadas para este período foi abordada pela OUA, através do envio para Angola de uma Comissão Militar Neutra na primeira metade de 1967, que contou com a colaboração de representantes da FNLA e do MPLA, com o propósito de avaliar o desempenho dos movimentos de libertação, de forma a estabelecer a “base correcta para a assistência militar a ser fornecida de futuro” às guerrilhas independentistas.⁷⁰⁵

⁶⁹⁸ Sublinhado nosso – ADN/SGDN/ SCCIA/ Caixa 524/ *Evolução da Situação em Angola*, 1967: 22.

⁶⁹⁹ ADN/SGDN/ SCCIA/ Caixa 524/ *Evolução da Situação em Angola*, 1967: 21-22.

⁷⁰⁰ ADN/SGDN/ SCCIA/ Caixa 524/ *Evolução da Situação em Angola*, 1967: 20-21.

⁷⁰¹ Ver Anexos, Mapa 14.

⁷⁰² Ver Anexos, Mapa 15.

⁷⁰³ Ver Anexos, Mapa 16.

⁷⁰⁴ ADN/SGDN/ SCCIA/ Caixa 524/ *Evolução da Situação em Angola*, 1967: 21-22.

⁷⁰⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/PI 130.01.01/ Vol.5 /NT 2720-2724/ *Relatório da Comissão Militar Neutra da OUA sobre Angola*, 1967: 28.

A Comissão considerou duas linhas orientadoras compostas por diversas variáveis para avaliar o avanço da luta pela independência em Angola: **1) Antecedentes dos Movimentos** – a) Data da Fundação do Partido; b) Data do Lançamento da Luta Armada; c) Composição da Chefia do Partido; d) Representações em Países Africanos; e) Jornais e Boletins emitidos pelos Movimentos; **2) Atividades dos Movimentos** – a) Zonas de Combate; b) Regiões Libertadas; c) Número de Forças, Armamento e Material; d) Forças Inimigas; e) Relações dos Movimentos de Libertação com os Países Vizinhos; f) Relações entre os Movimento de Libertação.⁷⁰⁶ Na variável das Regiões Libertadas, a Comissão Militar Neutra da OUA concluiu taxativamente que as guerrilhas nacionalistas não controlavam de forma permanente nenhum território.⁷⁰⁷ Para o caso da FNLA a Comissão “não encontrou qualquer prova para mostrar que o GRAE tenha libertado qualquer parte de Angola.”⁷⁰⁸ Quanto ao MPLA determinou-se que apesar da abertura de uma nova frente no Leste, e da capacidade da guerrilha em manter liberdade de movimentos nalgumas zonas, nenhuma região de Angola tinha sido libertada pelo movimento de Agostinho Neto.⁷⁰⁹ Em relação à UNITA, o relatório da Comissão da OUA não fez sequer nenhuma referência à existência desta organização, que não reconhecia.

Como vimos no Capítulo II, entre meados de 1967 e meados de 1968, a guerrilha do Galo Negro atravessou um risco de desagregação total no interior de Angola, fruto da expulsão da UNITA na Zâmbia e consequente exílio de Savimbi no Cairo, e da deserção do comandante Samuel Civala “Mwanangola” para a FNLA com um esquadrão de cento e cinquenta guerrilheiros. Relatórios dos SCCIA consideraram outro fator relevante que contribuiu para o quase colapso da UNITA: a sobre-extensão territorial do pequeno dispositivo militar do Galo Negro, causada pela rápida e abrangente expansão das zonas de ação do movimento ao longo de 1966 e 1967.⁷¹⁰ Isto significa que a larga dispersão geográfica das áreas operacionais da UNITA revelou-se, a médio prazo, uma fragilidade. Contudo, o mesmo relatório sugere que “Savimbi conseguiu vencer o mau momento” através de um processo de consolidação territorial quando, após voltar do exílio em 1968,

⁷⁰⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/PI 130.01.01/ Vol.5 /NT 2720-2724/ *Relatório da Comissão Militar Neutra da OUA sobre Angola*, 1967: 37-38.

⁷⁰⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/PI 130.01.01/ Vol.5 /NT 2720-2724/ *Relatório da Comissão Militar Neutra da OUA sobre Angola*, 1967: 27.

⁷⁰⁸ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/PI 130.01.01/ Vol.5 /NT 2720-2724/ *Relatório da Comissão Militar Neutra da OUA sobre Angola*, 1967: 30.

⁷⁰⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/PI 130.01.01/ Vol.5 /NT 2720-2724/ *Relatório da Comissão Militar Neutra da OUA sobre Angola*, 1967: 33.

⁷¹⁰ ADN/SGDN/ Caixa 528/ CCFA/ *Evolução da Situação, Capítulo 5 – A Situação do Inimigo*, 1970: 15.

reagrupou o dispositivo militar no que se veio a tornar a zona preferencial de acantonamento do movimento até ao fim da guerra: a região próxima das nascentes do Lungué-Bungo, imediatamente a sul do CFB.⁷¹¹

Através do testemunho de Steve Valentine, que visitou o interior de Angola como repórter, em Agosto de 1969, fica claro que a UNITA vivia ainda um momento de transição do estágio de guerrilha móvel para o processo de criação das primeiras áreas libertadas. A infraestrutura que Valentine relatou, desempenhava, essencialmente, funções militares de trânsito de operacionais e de consolidação da retaguarda logística. Apesar de existirem contactos regulares com as populações, inclusivamente ações de mobilização política, não existia nenhum tipo de infraestrutura permanente onde vivessem civis sob a administração direta da guerrilha.⁷¹²

O período entre 1969 até ao acordo de cessar-fogo com a Operação Madeira em 1971, pautou-se pela intensificação do triplo cerco sobre a guerrilha das FALA. Com a pressão do MPLA, da FNLA, e da tropa colonial, o movimento ficou confinado à zona de refúgio na área do alto curso Lungué-Bungo.⁷¹³ Este foi o período que Puna caracterizou como o mais difícil da luta de libertação: “De 1969 para 1971, foram os anos mais duros para a nossa organização. As nossas áreas começavam a ser invadidas pelas forças colonialistas tucas. Havia bombardeamentos constantes. De resto, tínhamos vários inimigos.”⁷¹⁴

Esta descrição é compatível com a fornecida pelos serviços de informação portugueses, que nas vésperas dos primeiros contactos entre Savimbi e o Comando da ZML, em 1970, classificaram a situação da UNITA como de isolamento e sobrevivência, mas com a capacidade de manter e defender com sucesso um núcleo territorial de acantonamento: “Não sofrendo alteração apreciável, em relação a período precedente [1970], na área de refúgio – alto curso do R. Lungué-Bungo – e continuando, na prática, isolada do exterior, com todos os seus elementos de chefia, incluindo o ‘Presidente’, instalados em TN [Território Nacional], a UNITA procura sobreviver, opondo-se às tentativas do MPLA a N de Cangamba, exercendo ‘pressão’ sobre a FNLA em ambas as

⁷¹¹ ADN/SGDN/ Caixa 528/ CCFA/ *Evolução da Situação, Capítulo 5 – A Situação do Inimigo*, 1970: 15.

⁷¹² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 142.

⁷¹³ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, 6.

⁷¹⁴ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 101.

margens do R. Munhango, e reagindo esporadicamente à reacção das NF [Nossas Forças], na sua área de guerrilha, com capacidade de iniciativa, não habitual.”⁷¹⁵

Em 1970, a situação na Frente Leste caracterizou-se pela intensificação da competição militar entre os três movimentos de libertação. O MPLA, considerado pelos SCCIA como a maior ameaça no Leste para este período,⁷¹⁶ dispunha de núcleos de implantação na saliência do Cazombo, de uma zona considerável na região de Cangamba no sul do Moxico, e de uma área a nordeste do Luso. As zonas de implantação da FNLA no Leste resumiam-se a dois núcleos: um na zona do Buçaco a nordeste do Luso, onde competia diretamente com o MPLA, e outro na região entre Nova Chaves e Luacano. Por outro lado, a UNITA, dispunha de uma única área de implantação na área do alto Lungué-Bungo, que se encontrava numa zona de vanguarda em relação às zonas do MPLA, a partir de onde guerrilha do Galo Negro lançava incursões em direção ao distrito do Bié e Cuando Cubango (**Mapa 5**).

Entre Setembro de 1971 e Dezembro de 1973, a UNITA estabeleceu um pacto de não agressão com a tropa colonial que lhe concedeu uma vantagem militar considerável sobre os outros movimentos nacionalistas angolanos que atuavam na Frente Leste. O Comando da Zona Militar Leste (CMLZ) identificou uma posição geográfica entre o Moxico e o Bié ocupada pelo Galo Negro, que se caracterizava por uma “excelente zona de refúgio, proporcionada por boa cobertura, ausência de itinerários, relevo acentuado (nó hidrográfico das bacias dos rios Cuanza, Cuito, Lungué-Bungo e Cassai” e sugeriu que se respeitasse “o actual dispositivo militar da UNITA” enquanto continuasse a constituir “um obstáculo às intenções expansionistas do MPLA e da UPA”.⁷¹⁷ O CMLZ reconheceu a existência de um território sob ocupação da UNITA, com o propósito de viabilizar o acordo de não agressão, seguindo as fronteiras geográficas já definidas por outros relatórios desenvolvidos pelos SCCIA (**Mapa 5**). Enquanto a Operação Madeira vigorou, os guerrilheiros do Galo Negro estavam proibidos de sair dessa área de ocupação, exceto para ataques contra a FNLA e o MPLA, nos quais deviam notificar antecipadamente os militares portugueses. Reciprocamente a tropa portuguesa devia atuar da mesma forma

⁷¹⁵ Sublinhado nosso - ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, 6.

⁷¹⁶ “No Leste temos a considerar a actuação dos três principais movimentos, o MPLA, a UNITA e a FNLA, através do ELNA, por ordem de importância de actuação no momento presente.” ADN/SGDN/ Caixa 528/ CCFA/ *Evolução da Situação, Capítulo 5 – A Situação do Inimigo*, 1970: 13.

⁷¹⁷ ADN/SGDN/ 2ª REP - Informações/ Secção 164/ Série 0594/ Caixa 11/ UNITA. *Operação Madeira/ Situação da UNITA*, 1973: 1-2.

caso entrasse no território da UNITA em perseguição do inimigo.⁷¹⁸ Durante este período, a expansão das atividades de guerrilha do Galo Negro fez-se à custa das zonas da FNLA e do MPLA, e não à custa das zonas sob administração colonial em direção ao interior da província do Bié.

Em Outubro de 1973, o Ministério dos Negócios Estrangeiros apresentou um relatório à NATO no qual desvalorizou a luta armada da UNITA como a simples atividade de “bandidos comuns”: “In fact, the UNITA is nothing more than a group of common robbers and to whom a political label brings some material benefits.”⁷¹⁹ Como vamos ver, a presença da guerrilha do movimento do Galo Negro para este período ia muito além de simples ações de roubo e pilhagem, ao ter a capacidade de implantar no território uma rede de acampamentos, postos avançados e bases centrais, que tem sido apelidada pela literatura académica e não académica, como o estabelecimento de Áreas Libertadas.

Para a representação cartográfica da infraestrutura de guerra da UNITA no interior de Angola foi escolhida a data de Dezembro de 1973, porque é uma cronologia de transição que coincide com o colapso da Operação Madeira, e permite avaliar o estado da infraestrutura da luta armada e a lógica de implantação da rede de Bases Centrais, Hospitais, Acampamentos de Trânsito e Postos Avançados. Representa, inclusivamente, o período auge do potencial de controlo territorial da UNITA: exatamente no fim do acordo de cessar-fogo, e de todas as implicações que este teve no alívio de pressões militares, e imediatamente antes do início da Operação Castor, que retomou as ofensivas da tropa colonial contra o movimento em Janeiro de 1974. Foi também um período no qual a guerrilha do MPLA se encontrava praticamente neutralizada no Leste, fruto da revolta da fação de Chipenda.

De acordo com McColl, o estabelecimento de uma infraestrutura permanente de luta armada em território inimigo devia ter em conta critérios geográficos específicos e as experiências de guerrilhas revolucionárias antecedentes.⁷²⁰ O autor definiu cinco critérios geográficos ideais para a criação de uma área de implantação base de uma guerrilha: **1)** Se possível deverá ser escolhida uma zona com antecedentes de oposição

⁷¹⁸ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 120-122; AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04339.001.002/ *Savimbi Desmascarado*, 1974: 3, 6-11, 18-20; William Minter, *Operation Timber: Pages from the Savimbi Dossier* (New Jersey, Africa World Press, 1988): 18.

⁷¹⁹ ADN/SGDN/ Caixa 5702/ Pasta 4/ *Relatório Ministério dos Negócios Estrangeiros para Grupo de Peritos sobre África da NATO*, 1973: 62.

⁷²⁰ Robert W. McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 617-618.

política ao governo colonial – como vimos no Capítulo I, apesar do Leste, antes de 1966, não ter sido alvo de uma luta armada aberta como no norte de Angola, estava longe de ser uma região “virgem” de mobilização anticolonial. Particular destaque para as atividades políticas clandestinas da Associação dos Quiocos do Congo, Angola e Rodésias (ATECAR), organização de caráter transregional e assumidamente étnico, fundada em 1956 e absorvida pelo movimento do Galo Negro em 1966, que desenvolveu campanhas de propaganda e recrutamento de militantes nas províncias do Moxico e do Lunda, com especial intensidade nas cidades do Luso e de Dala.⁷²¹ A UNITA, por outro lado, invocou o passado de resistência desta região durante as “Campanhas de Pacificação” dos inícios do século XX, como justificação para desenvolver a luta anticolonial no centro e sul de Angola : “La paysannerie du Sud a été la dernière à déposer les armes contre le Portugal expansionniste car les dernières campagnes meurtrières datent de 1919-1920, campagnes militaires de Cuamato, Humbe, Huila et un peu avant: Cuando, Cuango, Bie, Moxico et Huambo. Ce n’est pas pour riens que les dirigeants de l’UNITA ont implanté le parti dans ce milieu anti-colonial. Ce milieu bien mobilisé, peut étendre la révolution vers le reste du pays.”⁷²²

2) Estabilidade política a nível nacional e local deve ser frágil ou ausente; esta é uma premissa relativamente genérica e que pode incluir uma vasta gama de situações que não são clarificadas ou exemplificadas por McColl. Vamos interpretar por estabilidade política “nacional” o grau de apoio dos africanos à política colonial de Lisboa que, a nível nacional (Angola) estava longe de ser consensual desde o eclodir da Guerra de Libertação.

3) Localização que permita o acesso facilitado a alvos civis e militares, como capitais provinciais, cidades regionais, recursos económicos e serviços de transporte – A área de implantação da UNITA (**Mapa 6.1**) cumpre este requisito com distinção: encontrava-se numa localização estratégica a partir do qual tinha o potencial de desencadear ataques à capital da província do Moxico e sede do comando da ZML (Luso). Além disso, tinha como refém a maior infraestrutura de transportes de Angola, o CFB, que Savimbi reivindicava a capacidade do seu movimento em interromper o trânsito a

⁷²¹ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 02 CCFA-SUPINTREP: *Movimentos Políticos Angolanos*, 1961: 19-22.

⁷²² Sublinhado nosso - AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 78.

qualquer momento: “The railroad is very vulnerable, we can make it unusable any time we wish.”⁷²³

4) Zona de autoridade administrativa e política confusa, próxima de fronteiras provinciais, fronteiras de regiões militares, ou ao longo de fronteiras internacionais – neste caso a UNITA cumpre apenas parcialmente este requisito, com parte da sua zona de implantação entre a fronteira da província do Moxico e do Bié (**Mapa 6.1**).

5) Área com terreno favorável a operações de guerrilha e que forneça segurança à integridade física da sua liderança – A zona do alto curso do Lungué-Bungo é cruzada por diversos cursos de água,⁷²⁴ por vegetação densa e por terreno acidentado (**Mapa 4**), características ideais para as táticas de guerrilha baseadas em emboscadas e ataques surpresa de curta duração e grande intensidade seguidos de uma fuga rápida. Apresenta também condições físicas vantajosas para o estabelecimento de postos avançados, acampamentos e bases, difíceis de localizar por parte da tropa colonial e camufladas da vigilância e bombardeamentos da força aérea. De acordo com Brigland, no encontro pessoal entre Jonas Savimbi e Mao Tsé Tung, em Maio de 1967, o líder chinês aconselhou o presidente da UNITA a estabelecer a sua base de operações no centro de Angola, ao abrigo das matas, dos inúmeros cursos de água, e do relevo moderadamente acidentado da área do Rio Lungué-Bungo: “Mao stressed the importance of winning peasant support; encouraged Savimbi in a new plan to establish UNITA’s base area 100 kilometres south of the Benguela Railway among the hill ranges and thick forests of the headwater of the Lungue Bungue river, a big tributary of the Zambeze; and urged the UNITA leader to be persistent and enduring because he would face many problems.”⁷²⁵

6) Região com capacidade económica de sustentar o esforço logístico da guerrilha – como veremos no Capítulo V, a UNITA, através do projeto agrícola, criou nas suas áreas de implantação um sistema de lavras comunitárias que potenciou a autonomia alimentar do movimento.

A infraestrutura de luta armada da UNITA cumpre a esmagadora maioria dos requisitos estabelecidos por McColl, tirando partido de elementos geográficos ideais, de forma a maximizar a eficácia das suas áreas nucleares. A disposição em triângulo das três bases no Oeste do Moxico (**Mapa 6.2**), facilitava o acesso de cada Base a uma ou mais províncias distintas: Base Nº 2 aos Distritos da Lunda e Malanje; Base Nº3 ao Distrito do

⁷²³ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 6.

⁷²⁴ Ver Anexos, Mapa 17.

⁷²⁵ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 75.

Bié; Base Nº1 ao Distrito do Cuando-Cubango e à fronteira internacional com a Zâmbia. Como vimos acima, esta disposição potenciou a capacidade da guerrilha em assediar diversas cidades regionais chave (Luso, Silva Porto, Serpa Pinto) e, mais importante, tornava um troço considerável do CFB, desde Cuemba às imediações do Luso, vulnerável a atividades de sabotagem.

Porém, apesar do acesso facilitado a diversos centros urbanos relevantes, as forças das FALA nunca empreenderam nenhuma ofensiva contra estas cidades até à Guerra Civil. A ênfase no controlo territorial rural e as reticências na captura de alvos exclusivamente urbanos, é explicada pelas lições da experiência de guerra maoista,⁷²⁶ que Savimbi manifestava abertamente: “You ask if UNITA will control the cities; that can only result from the development of the armed struggle in the rural areas. In Angola 95% of the population are peasants. In our struggle, they are the most reliable class. Therefore, they should join the struggle voluntarily and consciously, integrated into it by the most politically advanced elements of the party and the people. When this is achieved, we will begin to control the forest, the rural areas and surround the cities.”⁷²⁷

A divisão das regiões militares da UNITA é uma questão dissonante nas narrativas memoriais. Chiwale afirma que o 1º Congresso estabeleceu uma estrutura de seis regiões militares.⁷²⁸ No Manifesto de 66, documento fundacional saído da Conferência Constituinte, não foi tomada nenhuma resolução nesse sentido.⁷²⁹ As regiões que Chiwale apresenta têm fronteiras territoriais bem definidas e cobrem a totalidade do distrito do Moxico, e partes consideráveis dos distritos do Lunda, Bié, Malanje e Cuando-Cubango. Nenhuma documentação coeva, quer dos serviços de informação portugueses, quer da UNITA, corrobora a operacionalidade desta malha de jurisdição militar.

N’Zau Puna refere uma estrutura menos ambiciosa e criada apenas em 1968 após a reestruturação do movimento.⁷³⁰ Existiam apenas três regiões militares, cada uma com uma Base Central que lhe era afeta e de onde emanavam mais zonas de influência, do que propriamente jurisdições com fronteiras claras e inflexíveis. A Base Central Nº1, sob o comando de Puna, cabia uma área de ação que seguia da margem direita do Lungué-

⁷²⁶ Robert W. McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 616.

⁷²⁷ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 31

⁷²⁸ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 100-101.

⁷²⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/O *que é a UNITA e os seus esforços para a Libertação de Angola*, 1966: 311-320.

⁷³⁰ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 88.

Bungo e seguia na direção leste e sul, até à fronteira com a Zâmbia, e que colocava as atividades desenvolvidas no Cuando-Cubango sob a sua autoridade militar. A zona de ação da Base Central N°2 compreendia a margem esquerda do Lungué-Bungo, com uma zona de influência para Norte e Este, ao longo do troço do CFB e da área da cidade do Luso. Por último, à Base Central N°3 cabia-lhe uma zona desde a nascente do Lungué-Bungo a expandir para a área do Cuanza e do Bié a Oeste (**Mapa 7**).

Estas divisões não podem ser vistas como áreas sob controlo da guerrilha, mas antes como jurisdições flexíveis que facilitavam a coordenação de atividades operacionais. Em 1973, a Região Militar N°2 era de longe a mais importante com 243 guerrilheiros, seguida da Região Militar N°1 (146 guerrilheiros), e da Região Militar N°3 (30 guerrilheiros).⁷³¹ A centralidade da Região Militar N°2, e por consequência a Base Central N°2, tem uma certa naturalidade. A sua área de ação a Norte cobria a zona com maior densidade demográfica do distrito do Moxico, tinha de lidar com a grande mobilidade da tropa colonial ao longo CFB, e estava próxima da principal infraestrutura militar portuguesa, o quartel de Cangumbe (**Mapa 6.2**). Pelo seu elevado número de operacionais em relação às outras Regiões Militares e por ser comandada pelo líder do movimento, Jonas Savimbi, a Base Central N°2 entra na classificação de Base Capital estabelecida por McColl.⁷³²

Para além das três Bases Centrais existia também a chamada Base Zero. Esta Base, relativamente próxima da Zâmbia, tinha como propósito manter uma linha de abastecimento logístico, através da chamada rota Luanguinga⁷³³ (**Mapa 6.2**). Para lá das fronteiras internacionais de Angola, não existe registo que a UNITA mantivesse algum tipo de infraestrutura militar, o que contrasta com os casos do MPLA e da FNLA. (**Mapa 6.3**) Embora não se saiba o itinerário completo de muitos dos jornalistas que visitaram o interior de Angola, a Base Zero é referida como a primeira paragem de alguns dos repórteres que visitaram as áreas da UNITA após a travessia da fronteira internacional com a Zâmbia: “After five more hours walking through this forest, we entered what the guerrillas call ‘zone zero’, the first military camp west of the zambian border.”⁷³⁴ - “The first UNITA zone was reached a few days after the road. Set in a thickly wooded area the

⁷³¹ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo IV: 3-4.

⁷³² Robert W. McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 626.

⁷³³ ADN/SGDN/ Caixa 528/ CCFA/ *Evolução da Situação, Capítulo 5 – A Situação do Inimigo*, 1970: 15.

⁷³⁴ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 5.

village was impossible to see until we entered to a singing welcome from women waving branches. (...) Zone Zero is UNITA's foreign postal depot. It is responsible for communication with the outsider and transporting the small amounts of clothing and medicine received from supporters abroad.”⁷³⁵

Segundo McColl, existem vários graus de influência que definem os limites da presença geográfica de uma guerrilha. A Área Núcleo é a zona onde existe uma presença permanente e onde a insurgência exerce um controlo absoluto.⁷³⁶ No caso da UNITA estas Áreas Núcleo localizavam-se nas três Bases Centrais que estabeleceu (**Mapa 6.2**). O segundo grau de controlo é o da Área Adjacente, que se caracterizava pela zona contígua às Bases Centrais, onde habitavam as populações civis sob controlo direto da guerrilha.⁷³⁷ Estas áreas foram observadas pelos repórteres, que relataram diversos povoamentos sob administração da UNITA nas zonas envolventes das Bases Centrais: “Thousands of Angolan peasants live in the forests in villages organized by UNITA, building their grass huts among the 18 foot high trees to avoid detection from the Portuguese spotter planes and helicopters that sometimes pass overhead. – Peasants living in villages scattered around the militar camps were considered civilians.”⁷³⁸

McColl esclarece que apenas o conjunto da Área Núcleo com a Área Adjacente pode ser considerada como Área Libertada.⁷³⁹ As fronteiras de uma Área Libertada são impossíveis de definir de forma precisa e absoluta. Foi assinalada de forma aproximada no conjunto dos **Mapas 6.1 e 6.2** a verde-escuro, sobrepondo a área que John Marcum propôs como Bastiões da Guerrilha (**Mapa 3.1**). A zona definida por Marcum é compatível com a infraestrutura mapeada, coincidindo o triângulo de áreas núcleo, formado pelas três Bases Centrais, com o centro geográfico da mancha.

A Área Operacional foi assinalada a verde-claro, sobrepondo a mancha que Marcum classificou como Zonas Afetadas pela Atividade da Guerrilha (**Mapa 3.1**). Para lá das áreas libertadas estas eram as zonas preferenciais de ação da guerrilha, onde o controlo efetivo era inconstante, mas onde as atividades militares desempenhadas concediam prestígio e atenção internacional: “Insurgent control in these areas is weaker,

⁷³⁵ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 5.

⁷³⁶ Robert W.McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 615.

⁷³⁷ Robert W.McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 623.

⁷³⁸ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 5

⁷³⁹ Robert W.McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 623.

but their location gives them political and military significance often exceeding that of the ‘liberated’ areas.”⁷⁴⁰ Nas Áreas Operacionais localizavam-se os principais alvos político-militares, como cidades chave e linhas de transporte e comunicação. Devido à proximidade destas zonas com a infraestrutura militar colonial, particularmente do quartel militar de Cangumbe, as Áreas Operacionais não continham bases grandes e complexas, mas antes acampamentos de trânsito e postos avançados de observação (**Mapa 6.2**).

Entre o controlo da administração colonial e a influência da guerrilha existiam zonas transicionais de fronteira, classificadas como Áreas Contestadas. Estas fronteiras, de contornos inerentemente esbatidos, eram muitas vezes arenas importantes de disputa entre as duas forças. Disputa que se caracterizava mais pelo controlo das populações do que propriamente pela captura territorial: “The struggle is not over the land itself, as in a purely military battle, but rather over the population concentrations.”⁷⁴¹

Num estatuto de soberania partilhada, a influência sobre os civis podia alternar num curto período, sendo a noite uma altura propícia ao desenvolvimento de atividades políticas da guerrilha entre as populações. Este axioma diurno-noturno da disputa pela lealdade civil é referido por Chiwale nas campanhas de mobilização que participou: “As sessões de esclarecimento político às populações eram geralmente feitas à noite. A revolução impusera-nos um regime noctívago: dormíamos de dia e andávamos durante a noite de aldeia em aldeia fazendo palestras.”⁷⁴²

McColl afirma que estas Áreas Contestadas tinham a tendência a neutralizar a lealdade política das populações locais que nelas habitavam – um apoio declarado a um lado significaria a repressão imediata pelo outro no enquadramento da soberania partilhada. Jonas Savimbi mostrava-se consciente do carácter dual destas áreas de fronteira: “The disputed zones are those where we can exercise relative control over a certain period of time and which the enemy can penetrate and likewise exercise temporary control.”⁷⁴³

Esta área cinzenta no comprometimento político civil era um *status quo* que jogava a favor da guerrilha. Mesmo que as populações locais das zonas de fronteira não apoiassem abertamente a causa independentista, atitudes menos colaborativas para com

⁷⁴⁰ Robert W. McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 623.

⁷⁴¹ Robert W. McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 624.

⁷⁴² Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 90.

⁷⁴³ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 32.

o regime limitavam a eficácia da administração colonial em detetar o real grau de influência da guerrilha nas Áreas Contestadas. Situação que a longo prazo potenciava uma presença mais permanente da guerrilha nas zonas de fronteira.⁷⁴⁴ A estratégia da guerrilha consistia em, sempre que possível, empurrar a fronteira das Áreas Contestadas para zonas sob o controlo colonial e, conseqüentemente, expandir e consolidar as Áreas Libertadas: “In the zones controlled by the Portuguese colonialists the situation is clear cut; it is the Portuguese who remain there. Final victory will mean that UNITA will turn disputed zones into liberated zones; those controlled by the Portuguese will become disputed zones; and ultimately the disputed zones will be liberated zones.”⁷⁴⁵

A incapacidade do Regime Colonial em cumprir as suas funções tradicionais é outro indicador de uma Área Contestada. As zonas onde a tropa colonial e funcionários públicos transitavam em segurança de dia e de noite, e onde o regime mantinha a capacidade de recolher impostos, estavam claramente dentro das fronteiras do controlo absoluto do Estado. Onde estas capacidades cessavam ou eram constringidas, significava a existência de uma Área Contestada e, portanto, de um território em estado de guerra.⁷⁴⁶ Os repórteres que visitaram o interior de Angola relatam este fenómeno no qual a UNITA interrompia as funções tradicionais do Estado, com base em palestras de consciencialização política dos civis ou através de ações violentas contra funcionários da administração colonial: “O principal conselho dado à multidão é para não pagarem os impostos, não ajudarem de maneira nenhuma os portugueses e trabalharem na cultura de alimentos, para prosseguir a luta.”⁷⁴⁷ – “The road, Shimbizika said, has been abandoned by the Angolan government after six military convoys escorting government tax collectors had been ambushed.”⁷⁴⁸

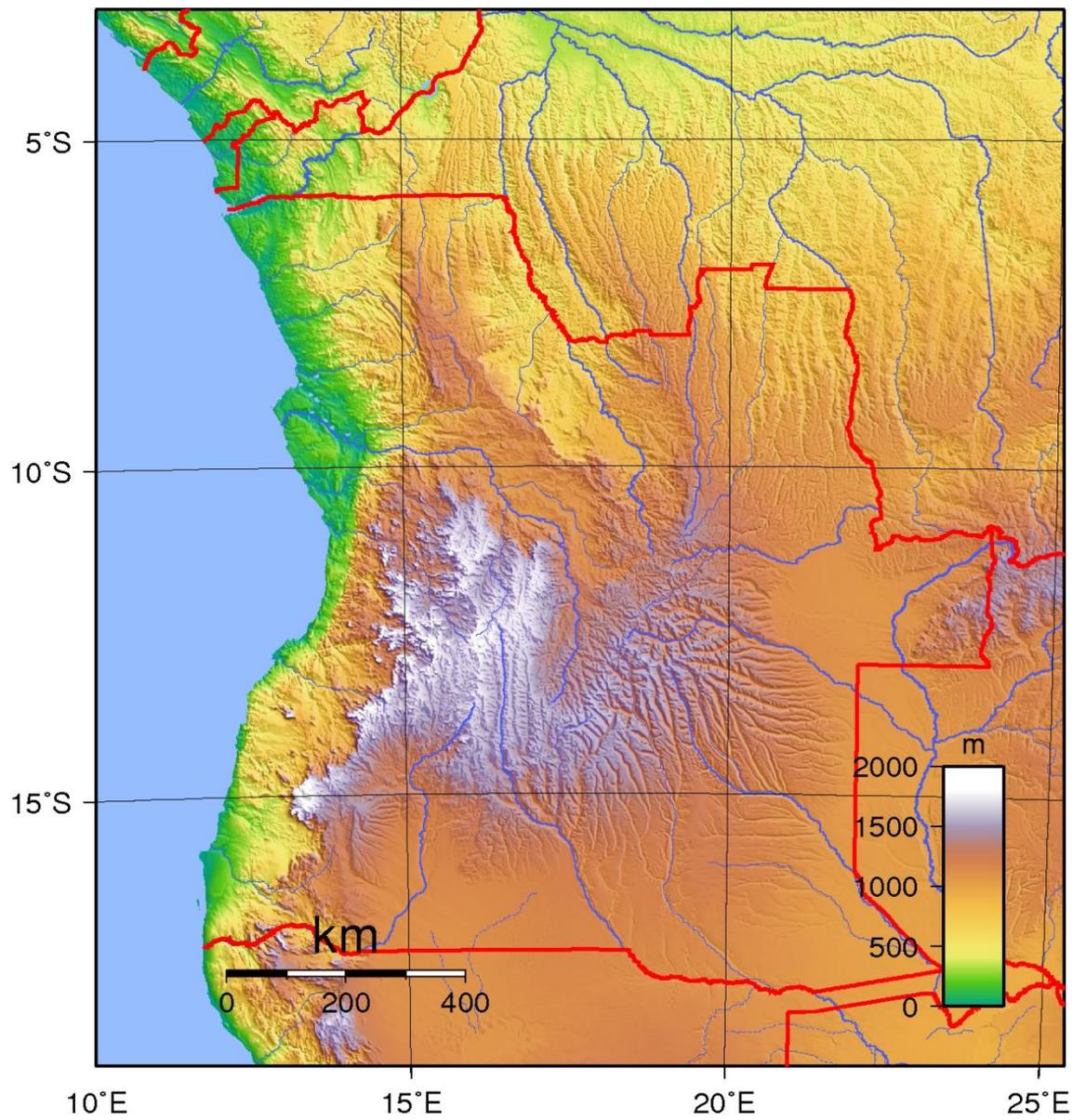
⁷⁴⁴ Robert W.McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 624.

⁷⁴⁵ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 32.

⁷⁴⁶ Robert W.McColl, “The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution”, *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 624.

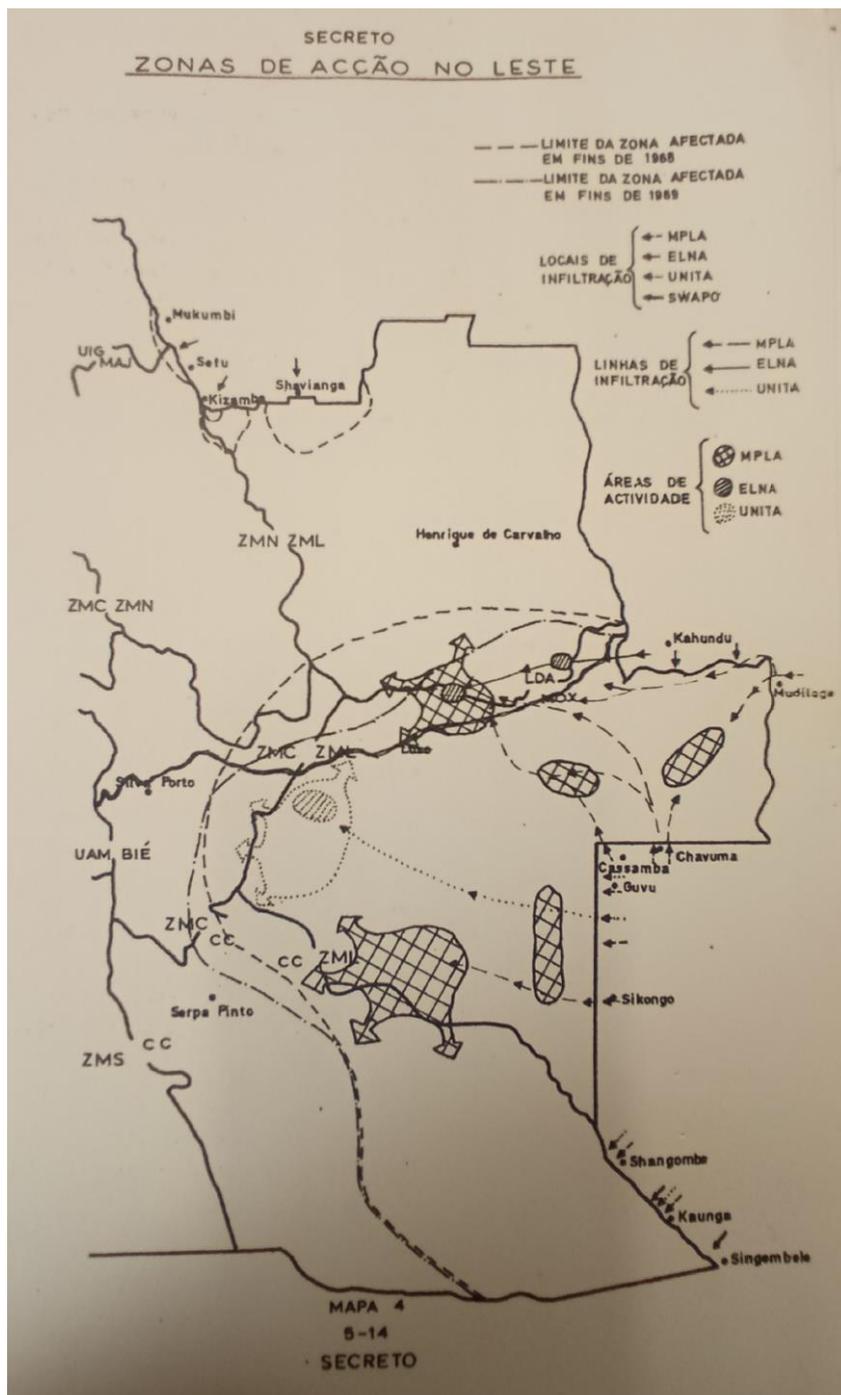
⁷⁴⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 142.

⁷⁴⁸ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 5.



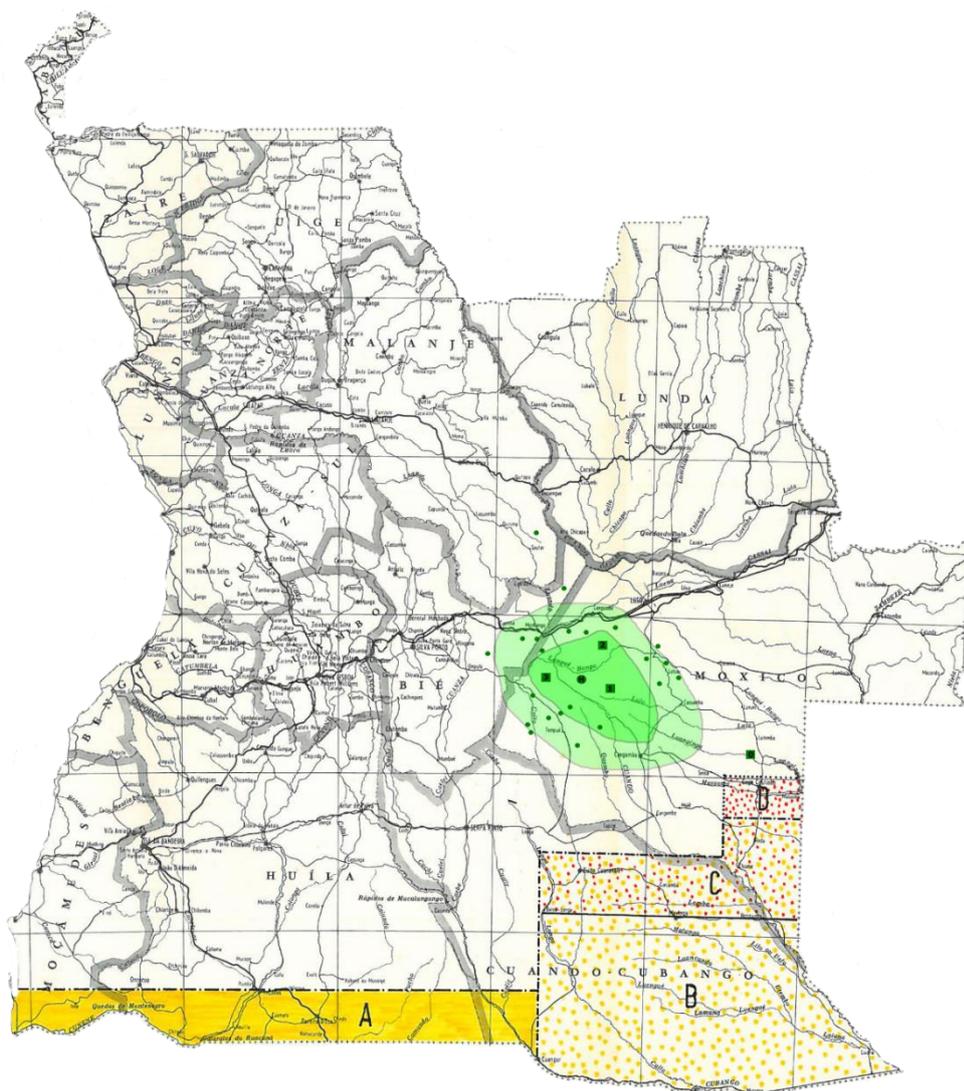
Mapa 4 – Mapa Topográfico de Angola

Fonte: GMT from public domain, GLOBE data, 2007.



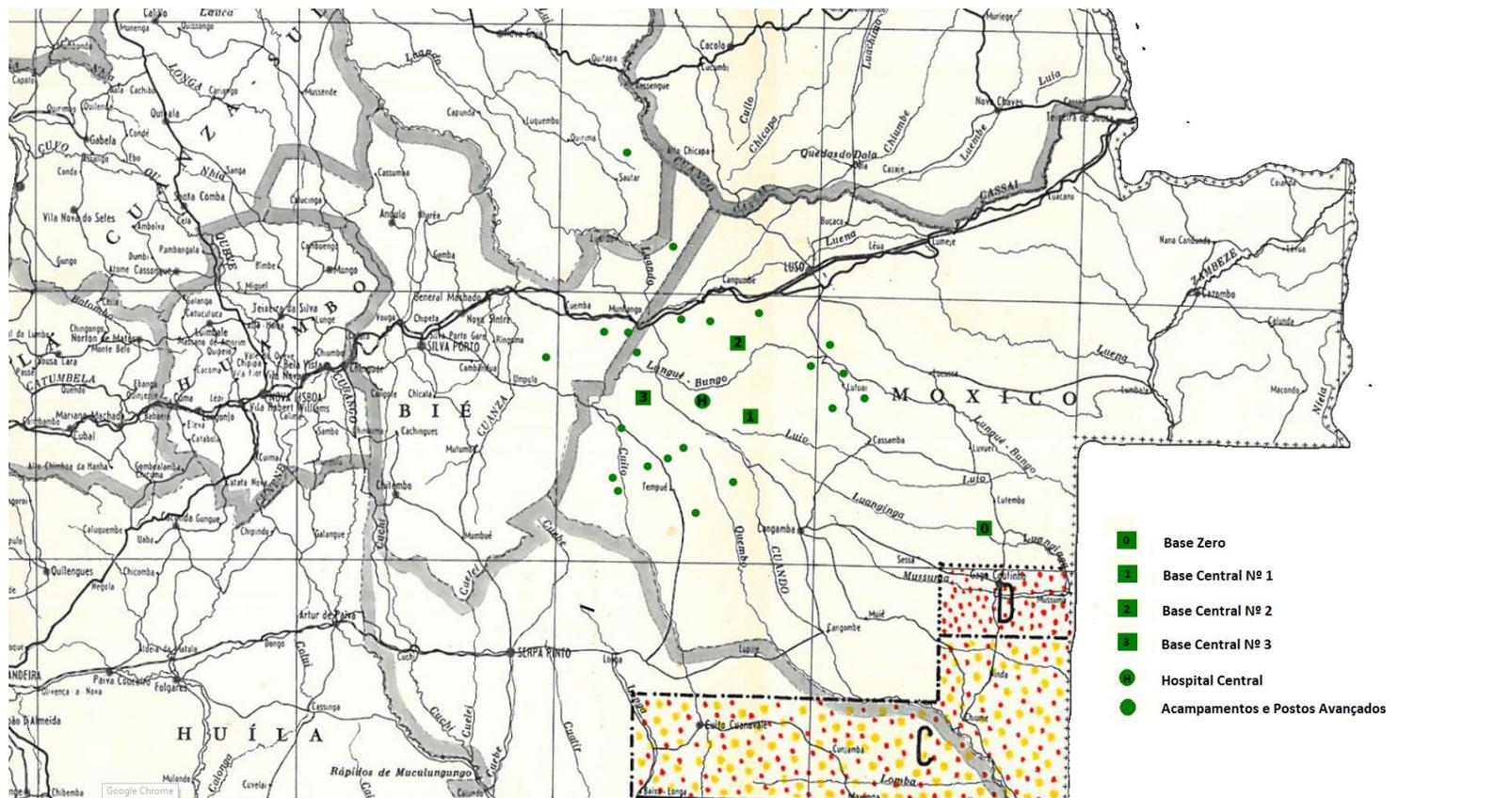
Mapa 5 – “Zonas de Acção do Leste” (Fevereiro-Julho de 1970)

Fonte: ADN/SGDN/ Caixa 528/ CCFA/ *Evolução da Situação, Capítulo 5 – A Situação do Inimigo*, 1970: 15.



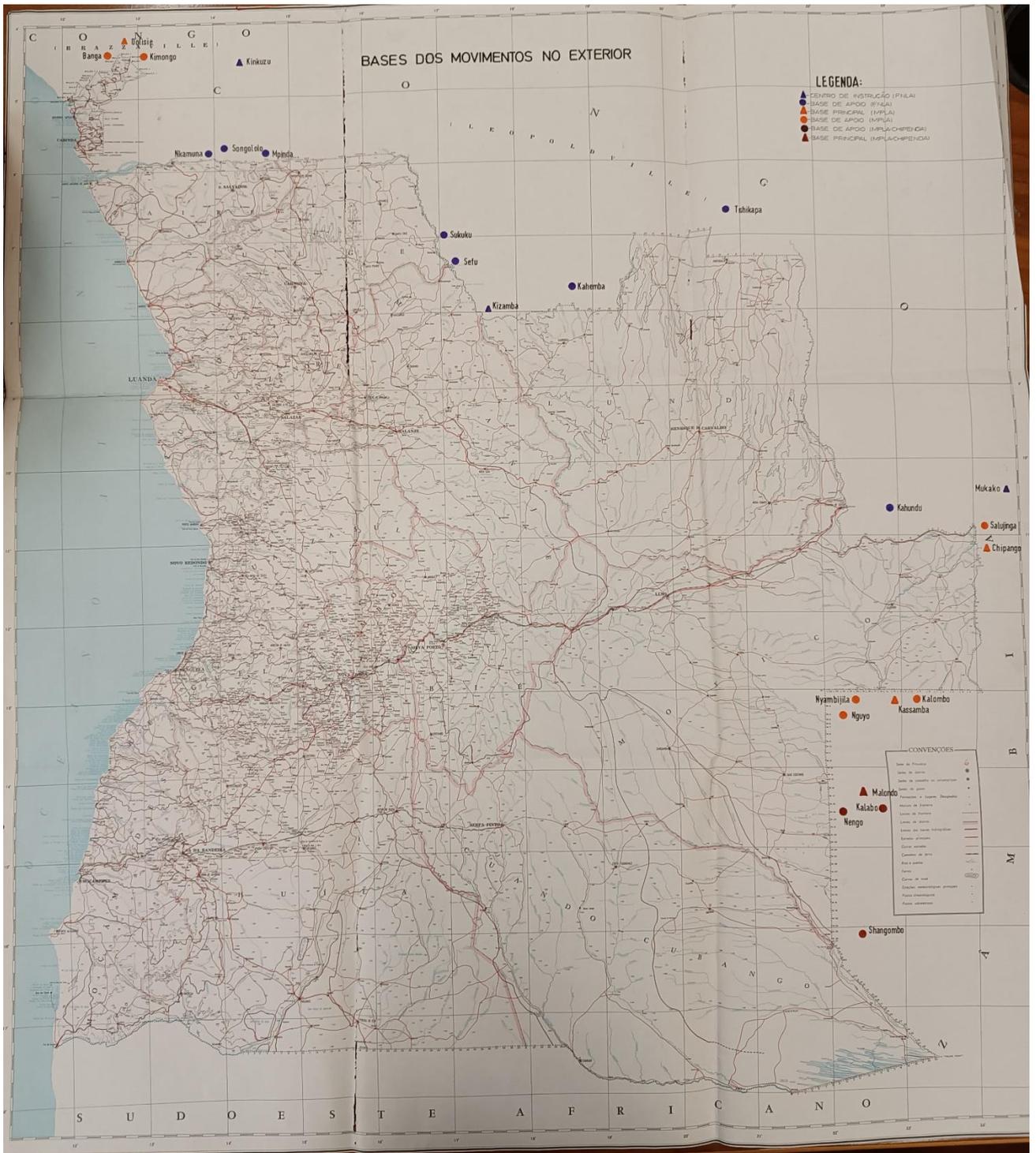
Mapa 6.1– Reconstituição Cartográfica da Infraestrutura da Guerrilha da UNITA (Visão Geral) (Dezembro de 1973) – Escala 1: 6 000 000; Para legendas ver o Corte em Detalhe do Mapa 6.2.

Fontes: Mapa Base - ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Central Intelligence Pool/Vol.1/NT 2505/Colaboração com a Polícia RAS, 1968: 190; **Dados Cartográficos** - ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo III, 6 – 7; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ [Ilegível], 1973: 12 – 13.



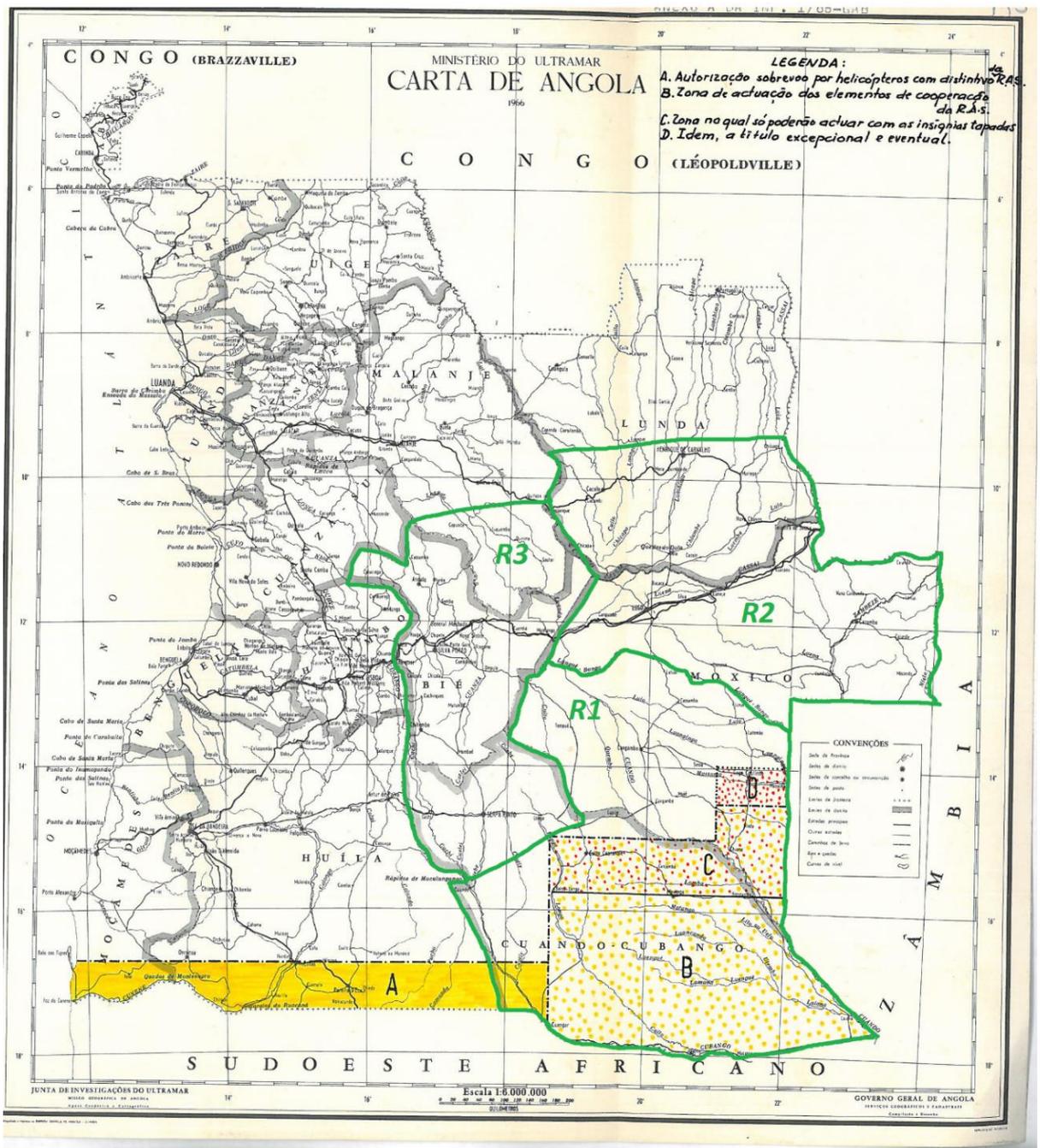
Mapa 6.2 – Reconstituição Cartográfica da Infraestrutura da Guerrilha da UNITA (Corte em Detalhe) (Dezembro de 1973)

Fontes: Mapa Base - ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Central Intelligence Pool/Vol.1/NT 2505/Colaboração com a Polícia RAS, 1968: 190; **Dados Cartográficos** - ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo III, 6 – 7; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ [Ilegível], 1973: 12 – 13.



Mapa 6.3 – Localização das bases dos movimentos de libertação no exterior (FNLA, MPLA-Neto e MPLA-Chipenda) no rescaldo da Guerra de Libertação. A ausência de infraestruturas da UNITA fora de Angola é total. **(Segunda Metade de 1974)**

Fonte: ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ 0003/ 0050/ 0012/ *Documentos Cartográficos sobre as Posições dos Movimentos de Libertação de Angola*, 1974: 2.



Mapa 7 – Regiões Militares da UNITA.

Fonte: Mapa Base: ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Central Intelligence Pool/Vol.1/NT 2505/Colaboração com a Polícia RAS, 1968: 190; **Dados Cartográficos:** Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 88.

Capítulo V – As “Terras Livres de Angola”: Administração, Economia e Sociedade

Na África Austral, os movimentos independentistas desde cedo proclamaram a capacidade de estabelecer, nas suas áreas libertadas, sistemas sócio-administrativos alternativos aos dos regimes coloniais. Estes sistemas alternativos representaram uma visão concreta da forma como se deveria organizar o estado após a independência. Barry Munslow resumiu esta tendência de forma incisiva para o caso da FRELIMO em Moçambique: “To varying extents the protracted people’s war produced liberated and semi-liberated areas where alternative development strategies evolved that influenced post-independence thinking. These included structures of *poder popular*, a degree of women’s emancipation (though far short of what was required), mass education, systems of preventive health care, important cultural transformations, a greater integration between leaders and the population and experimentation with new forms of production relations.”⁷⁴⁹

A UNITA não foi exceção na implementação destes sistemas. Logo nos primeiros anos, em 1967, Jonas Savimbi delineou o que seriam as políticas sociais do movimento: “O objectivo da UNITA não é só libertar Angola dos portugueses mas também levar aos aldeões cuidados médicos, instrução agrícola e escolar.”⁷⁵⁰ Em 1969, numa carta pública endereçada à OUA, o movimento do Galo Negro assumiu a responsabilidade de providenciar três serviços fundamentais nas áreas libertadas (produção, saúde e educação), como pilares para um programa de “reconstrução nacional”: “National reconstruction in the liberated areas, to establish a political, economic and social system which will both respect our traditions and at the same time make our country strong and progressive.”⁷⁵¹ Volvidos quatro anos, em 1973, a guerrilha da UNITA reivindicou diversas conquistas sociais e económicas conseguidas nas zonas sob sua administração: “It’s army [FALA] has liberated entire regions, encompassing a large population, which it protects, educates and mobilizes. Infant mortality has fallen by fifty per cent. Hunger has disappeared. Children go to school. Women are emerging from a position of

⁷⁴⁹ Barry Munslow, *Mozambique: The Revolution and its Origins* (London, Zed Books, 1986): 10.

⁷⁵⁰ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/*Propaganda da UNITA*, 1967: 442.

⁷⁵¹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 8-9.

inferiority.”⁷⁵² Isto significou, necessariamente, um esforço na criação de uma nova ordem social e a construção de um projeto de Estado, que competiu simultaneamente com o regime colonial por autoridade política e controlo territorial – uma experiência que teve continuidade durante a Guerra Civil com o projeto da Jamba no extremo sudeste do Cuando-Cubango, em oposição ao governo do MPLA em Luanda.

No campo da ciência política e das relações internacionais existe uma vasta produção académica que se tem debruçado sobre a instabilidade endémica em África, causada pelo choque entre diversas fações políticas com agendas monopolizadoras de controlo estatal. No entanto, esta é uma literatura académica que se foca quase exclusivamente no contexto pós-colonial e que se centra, muitas das vezes, em enquadramentos teóricos de “guerras de recursos”, com abordagens económicas que negligenciam a complexidade social destes fenómenos.⁷⁵³

A obra de Kirsti Stuvoy (2002) estabelece um precedente incontornável na análise dos mecanismos sociais inerentes ao funcionamento da administração de um território controlado por uma guerrilha. A partir de uma abordagem híbrida, onde mistura uma análise económica com a sociologia clássica de Max Weber, Stuvoy analisa as interações entre as estruturas política e económica de uma insurgência, e sugere que a economia de guerrilha pode ser considerada uma forma de organização social, que apresenta características semelhantes às de um “Quase Estado”. Proposta teórica que é testada no estudo de caso da UNITA entre 1966 e 1991. Porém, é uma obra que apesar do longo arco cronológico, foca-se essencialmente na UNITA da década de 80. As partes deste estudo dedicadas ao período da luta de libertação são curtas, baseadas em fontes secundárias, e com referências escassas e superficiais a áreas libertadas.⁷⁵⁴

⁷⁵² AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 99.

⁷⁵³ Assis Malaquias, “Diamonds are a Guerrilla’s Best Friend: The Impact of Illicit Wealth on Insurgency Strategy”, *Third World Quarterly*, 22, (3), 2001: 311-352; Christopher Clapham, *Africa and the International System: The Politics of State Survival* (Cambridge, Cambridge University Press, 1996); Jackie Cilliers and Christian Dietrich, *Angola’s War Economy: The Role of Oil and Diamonds* (Pretória, ISS, 2000); Jean-Daloz Pascal and Patrick Chabal, *Africa Works: Disorder as Political Instrument* (Oxford, African Institute, 1999); Jean-François Bayart, *The State in Africa: The Politics of the Belly* (London, Longman, 1993); Mark F. Chingono, *The State, Violence and Development: Political Economy of War in Mozambique 1975-2002* (Hong Kong, Avebury, 1996); Nelson Kasfir, *Kingdom, State and Civil Society in Africa: Conceptual and Political Collisions* (Pretória, Basler Afrika, 2017); Robert H. Jackson, *Quasi-States: Sovereignty, International Relations, and the Third World* (Cambridge, Cambridge University Press, 1990).

⁷⁵⁴ Kirsti Stuvoy, “War Economy and the Social Order of Insurgencies: An Analysis of the Internal Structure of UNITA’s War Economy”, *Research Unit of Wars, Armament and Development - University of Hamburg*, (3), 2002: 1-95.

Não é o objetivo deste capítulo preencher esta lacuna através da metodologia e dos modelos teóricos utilizados por Kirsti Stuvoy, embora exploraremos conceptualmente a definição de “Quase Estado”. O objetivo é abordar a questão das áreas libertadas a partir de uma visão *bottom-up*, analisando a vida quotidiana de guerrilheiros e civis nos referidos espaços, as suas interações com a estrutura administrativa da UNITA, e os seus contributos no desenrolar da guerra de libertação nacional.

O grosso das fontes utilizadas para este capítulo centra-se em materiais produzidos por indivíduos que experienciaram a vida nas áreas libertadas. Um dos problemas em avaliar o sucesso de certas iniciativas, como o projeto agrícola ou os sistemas de saúde e ensino, está relacionado com o facto dos testemunhos do seu desempenho serem quase exclusivamente membros da UNITA. Outro dos medidores de sucesso são os relatos de repórteres que visitaram as áreas libertadas. Os testemunhos destes jornalistas estão condicionados, muitas das vezes, por um total ou parcial desconhecimento do trajeto percorrido. Embora não existam essas admissões por parte dos repórteres que visitaram o interior de Angola, não é de descurar que a imparcialidade jornalística de relatar de forma objetiva a realidade no terreno, possa ter sido diminuída consideravelmente pelo acompanhamento constante de guias e comissários políticos, que controlavam todo o itinerário e restringiam o acesso a determinadas áreas e pessoas – um quadro que foi comum a outros movimentos de libertação.⁷⁵⁵

Apesar destas dificuldades, e com base numa análise essencialmente qualitativa, abordam-se cinco planos: 1) *Organização* – Estrutura burocrática, hierarquias político-militares, organização administrativa e dispositivo; 2) *Economia* – Plano agrícola, doutrina de autossuficiência e os esforços para colmatar os constrangimentos logísticos; 3) *Instrução, Ensino e Saúde* – Disponibilidade de sistemas rudimentares de educação e saúde; 4) *Rotina* – Dia-a-dia típico nas áreas libertadas, reconstituição de horários, dietas, disciplina, ordens de marcha e atividades de lazer; 5) *Estratégias de Mobilização: Entre a Coerção e a Colaboração* – Gestão social, sistema de recrutamento e aplicabilidade do conceito de Quase Estado.

⁷⁵⁵ Ver Alba Martín Luque, “‘We Have Made History’: Yugoslav Visual Solidarity with FRELIMO’s Struggle (1967-1975)” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s* (Berlin, De Gruyter, 2023): 103-140.

1 – Organização

As bases da estrutura administrativa e hierárquica da UNITA foram lançadas durante o processo de reorganização iniciado por Savimbi após o seu regresso do exílio em Julho de 1968. Deste momento em diante assistiu-se a uma evolução da estrutura organizativa, com algumas variações, rumo a uma complexificação e especialização substancial. Previamente a esta “refundação”, a plataforma partidária, o movimento político e as forças armadas, eram essencialmente a mesma coisa: uma guerrilha nomádica assente numa cadeia de comando militar, com uma presença irregular no território e em claro processo de criação de áreas libertadas. Mesmo após 1968 continuou a existir uma clara tendência de acumulação de funções civis na estrutura militar: “Os comandantes regionais faziam um mês de trabalho administrativo nas bases centrais e, noutro mês, uma digressão pelas zonas militares, destacamentos e assembleias populares, comités de zonas populares e simples aldeias. Contactavam responsáveis militares, sim, mas também os responsáveis populares.”⁷⁵⁶ Esta polivalência de competências dos comandantes militares justifica-se, não só pela escassez de recursos humanos qualificados na estrutura da luta armada, mas, também, pelo próprio enquadramento ideológico maoísta, que propunha uma fusão orgânica entre o povo e a guerrilha.⁷⁵⁷

Espacialmente a UNITA compreendia quatro níveis territoriais nos quais tentou estabelecer uma estrutura piramidal representativa: *Nação, Província, Concelho e Aldeia*.⁷⁵⁸ Na *Nação* encontravam-se os órgãos superiores do movimento que reclamavam o estatuto de representantes da “Pátria Angolana”. O *Congresso* era o corpo constituinte supremo, estabelecia o programa político do partido, aprovava alterações à estrutura político-administrativa e político-militar, e elegia os membros dos restantes órgãos nacionais. Era constituído pelos membros do *Plenário*, das *Comissões*, do *Comité Central* e de delegados enviados por outros *Comités Locais*. A realização de um *Congresso* só se efetuava após a convocação de uma *Conferência Nacional*, que discutia sobre a urgência política da sua realização. Abaixo destes dois órgãos o *Plenário* atuava como corpo deliberativo que aprovava as moções vindas da *Comissão Administrativa* e da *Comissão Política (Figura 1)*.

⁷⁵⁶ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 105.

⁷⁵⁷ Peter Sommer, “Jonas Savimbi and UNITA’s Struggle for Independence: An Application of Mao’s Theory of Warfare?”, *National War College, Core Course II, Seminar X*, 1997: 4.

⁷⁵⁸ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo II, 3.

O poder executivo dividia-se entre a esfera militar, no *Alto Comando das FALA*, e na civil, através do *Comité Central*. A posição de Jonas Savimbi era suprema neste enquadramento, uma vez que o estatuto de Presidente da UNITA concedia poderes alargados na estrutura partidária, através do cargo de Secretário-Geral do Comité Central, e na estrutura militar, como o Chefe Supremo das Forças Armadas.⁷⁵⁹

O *Comité Central* agia, para todos os efeitos, como um protótipo de governo. Era constituído por diversos secretários com funções ministeriais que abrangiam a saúde, ensino, agricultura, assuntos sociais e negócios estrangeiros. Na dependência deste órgão existiam os *Comités Locais* que serviam de base para a administração das populações, e que se reproduziam de forma hierárquica da *Província*, passando pelo *Concelho*, até à *Aldeia*. De acordo com boletim *Kwacha*, estes *Comités Locais* ao nível da *Aldeia* eram liderados por um *Chairman* que era eleito pela população da comunidade.⁷⁶⁰

O propósito destes comités foi definido da seguinte forma: “Organizar o povo é formar órgãos de poder Político ou Administrativo no seio do povo e transferir para os dirigentes locais as responsabilidades do seu funcionamento. Organizar o povo é perpetuar na Pátria aquilo que explicamos em teoria. Imediatamente depois da explicação dos problemas do Colonialismo e da Luta que travamos contra ele, devemos formar um comité local.”⁷⁶¹ Um *Comité Local* implicava necessariamente a inclusão de pelo menos uma comunidade sob a alçada administrativa da UNITA. O Presidente de um *Comité Local*, para além de dar continuidade ao trabalho de agitação e mobilização política junto das populações, exercia funções judiciais semelhantes às de um Soba em colaboração com os “mais velhos” das localidades, e era desencorajado a recorrer às autoridades tradicionais reconhecidas pela administração colonial para a resolução de conflitos no seio da comunidade.⁷⁶² Possuía também a autoridade fiscal para cobrar impostos, na forma de contribuições monetárias ou alimentares, que deveriam ser transferidas para os

⁷⁵⁹ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/*Documentos capturados ao In durante o Assalto ao Acampamento da UNITA*, 1970: 1; ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1972: Capítulo VII: 2; AFMS / Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 156; ADN/SGDN/ Caixa 5702/ Pasta 4/ *Relatório Ministério dos Negócios Estrangeiros para Grupo de Peritos sobre África da NATO*, 1973: 60.

⁷⁶⁰ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 6.

⁷⁶¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 33.

⁷⁶² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 33.

órgãos centrais do movimento para futura redistribuição em função das necessidades logísticas da guerrilha.⁷⁶³

É importante realçar o papel feminino na gestão destes comités através da *Brigada das Mulheres*, organização paralela que agrupava todas as mulheres da UNITA a partir dos quinze anos.⁷⁶⁴ Em 1973, a *Brigada das Mulheres* foi rebatizada de *Liga Independente das Mulheres Angolanas* (LIMA), nome que mantém atualmente. Embora esta ala feminina da organização realizasse reuniões e trabalhos específicos, estava sob a dependência do Presidente do *Comité Local* e funcionava sempre em colaboração com as diretrizes gizadas por este. Estas brigadas tinham como propósito um maior envolvimento das mulheres na vida política, uma vez que o programa da UNITA dava ênfase ao contributo feminino como uma parte integral da luta pela independência: “A mulher é tão inteligente como o homem. Ela é capaz de desempenhar todas as funções que o seu colega homem. Toda a revolução que não enquadra as suas mulheres está condenada à derrota. É das nossas mulheres de hoje que sairão as mães de amanhã e todos os cidadãos de uma Angola Livre.”⁷⁶⁵ Porém, na divisão do trabalho existente na administração de um *Comité Local*, várias funções concentravam-se exclusivamente na *Brigada das Mulheres*. Cabia às mulheres ajudar na campanha de alfabetização, gerir o trabalho dos enfermeiros, desempenhar ocupações sanitárias na comunidade, e trabalhos de manutenção que envolvessem coser e remendar. Durante o encontro internacional das “Mulheres Lutadoras” realizado na República Popular Socialista da Albânia, em 1971, a delegação feminina da UNITA afirmou que nas fileiras das FALA estavam integradas mais de quatrocentas mulheres, e que desempenhavam um papel determinante na vertente educativa e de saúde.⁷⁶⁶ A função sobre a qual estas brigadas tinham a possibilidade de exercer maior autoridade estava relacionada com a recolha das contribuições alimentares

⁷⁶³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 34.

⁷⁶⁴ Para um contributo mais alargado e consistente sobre a participação da mulher angolana na luta anticolonial ver Margarida Isabel Botelho Falcão, “Mulheres na Luta Armada em Angola: Memória, Cultura e Emancipação” (Tese de Doutoramento, ISCTE, 2014); Dayane Augusta Santos da Silva, “Na Cobertura da Retaguarda: Mulheres Angolanas na Luta Anticolonial (1961-1974)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Brasília, 2021).

⁷⁶⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 35.

⁷⁶⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 31/*To the Fighting Women of the World, meeting in Tirana - Albania*, 1971: 2-3.

obrigatórias às populações.⁷⁶⁷ Para o caso do Galo Negro a documentação existente não sugere a utilização recorrente de mulheres guerrilheiras em situações de combate, embora tenham desempenhado funções de sentinela nos acampamentos e bases onde existisse uma particular falta de efetivos militares.⁷⁶⁸

A *Brigada da Juventude* era composta pelos jovens de ambos os sexos entre os dez e os quinze anos que viviam sob a administração de um *Comité Local*. Não tinha nenhuma função específica, para além de manter um certo grau de vigilância sobre a população juvenil, educando-os a contarem sempre a verdade e a nunca espalharem rumores.⁷⁶⁹

Paralelamente à administração civil existia a estrutura militar, composta pela cadeia de comando das FALA. Embora houvesse uma distinção entre as duas estruturas no papel, no terreno a situação era substancialmente diferente. A grande maioria das populações libertadas não vivia em aldeias dispersas, mas concentrava-se sim nas bases militares centrais da UNITA, o que fazia com que existisse uma sobreposição de jurisdições entre a componente militar e a administrativa civil.⁷⁷⁰

No topo da hierarquia das FALA, o *Alto Comando* era o órgão supremo, responsável pela direção, planeamento e condução de todas as operações de guerrilha.⁷⁷¹ Abaixo estavam os *Comandos Regionais*, que correspondiam às três Bases Centrais (**Mapa 6.2**) existentes e às suas regiões militares anexas. Cada uma destas bases era guarnecida por um *Batalhão*, que era constituído em teoria por trezentos elementos, e respondia perante o *Comandante Regional*. O *Batalhão* subdividia-se em três *Companhias* de cem homens comandadas por um *Tenente*, que por sua vez se dividiam em três *Pelotões* de trinta homens sob a direção de um *Alferes* – estrutura hierárquica semelhante à utilizada no exército português.⁷⁷²

Para além do dispositivo armado propriamente dito, as FALA eram constituídas por vários comissariados com funções de retaguarda de apoio à estrutura militar. O

⁷⁶⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ 1ª Edição da *Cartilha do Guerrilheiro da "UNITA"*, 1972: 34.

⁷⁶⁸ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 131.07.68/ NT 2749-2751/ *Aditamento ao Relatório de Apresentado Nº 66-73, Depoimento ao Ex. Cap. da UNITA Vasco Lória*, 1973: 5.

⁷⁶⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ 1ª Edição da *Cartilha do Guerrilheiro da "UNITA"*, 1972: 35.

⁷⁷⁰ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 5.

⁷⁷¹ O *Alto Comando* era composto pelo Comandante em Chefe, o Comissário Político Geral, o Chefe do Estado Maior e o Comandante-Geral. ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo II: 9.

⁷⁷² Ver Anexos, Figura 12.

Comissariado à Intendência dedicava-se exclusivamente ao suporte logístico da guerrilha. Devia planear e procurar satisfazer as necessidades de produtos essenciais das Bases Centrais, criando *stocks* estratégicos e controlando todas as entradas e saídas de víveres, com o propósito de racionalizar ao máximo os poucos recursos disponíveis. No contexto dos constrangimentos materiais da luta armada, o desperdício de alimentos era considerado um ato contrarrevolucionário.⁷⁷³ Cabia igualmente a este comissariado a administração do plano agrícola, incentivando a cultura das lavras nas áreas libertadas e distribuindo os ganhos produtivos conforme as prioridades político-militares.⁷⁷⁴

Para efeitos da manutenção da ordem e da disciplina criou-se o *Comissariado à Ordem e à Intendência*, que funcionava, de facto, como a polícia militar da UNITA (conhecidos como os Dragões), com jurisdições diversas que iam desde o controlo de trânsito de pessoal nas áreas libertadas, à imposição de padrões de higiene entre os guerrilheiros. Em estreita cooperação com o *Comandante-Geral* da Base Central, o *Comissário à Ordem* fixava a hora do recolher, do silêncio, do levantar e do reunir, e tinha autoridade para punir adequadamente qualquer infração.⁷⁷⁵

Paralelamente, e em colaboração com este último, existia o *Comissariado ao Corpo Militar de Investigação*, que funcionava como serviço de informação e segurança. A sua preocupação principal era a luta contra a espionagem, particularmente a infiltração de informantes da PIDE ou de outros movimentos nacionalistas nas áreas libertadas.⁷⁷⁶

No campo da comunicação, as FALA possuíam também um comissariado próprio, que se encarregava da transmissão de ordens entre as Bases Centrais e os acampamentos, na forma de correspondência através de um sistema de estafetas. Porém, as funções do *Comissariado à Informação e Cultura* não se esgotavam aí. Juntamente com a gestão de correspondência e a manutenção do arquivo documental da UNITA nas matas, deveria organizar entre a população diversos programas culturais que refletissem temas revolucionários da luta contra o colonialismo.⁷⁷⁷

⁷⁷³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da "UNITA"*, 1972: 46.

⁷⁷⁴ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo II: 12.

⁷⁷⁵ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo II: 13.

⁷⁷⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da "UNITA"*, 1972: 50.

⁷⁷⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da "UNITA"*, 1972: 48-50; ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo II: 13.

Os comissários que encabeçavam cada um destes órgãos formavam o *Conselho dos Comissários*, que funcionava como o corpo central de administração militar. Sem nenhum poder deliberativo, este conselho limitava-se a aplicar as decisões definidas pelo *Comité Central* e pelo *Alto Comando* das FALA.⁷⁷⁸

A vantagem que a organização da luta armada da UNITA tinha em relação aos outros movimentos, não estava relacionada na forma como se organizava a estrutura em si, mas com o facto de toda ela se localizar no interior de Angola. Existia uma proximidade física entre a liderança política e o comando militar que facilitava ações de coordenação e comunicação, chegando ao ponto de se confundirem e terem jurisdições sobrepostas. Esta seria, aliás, a grande originalidade da UNITA na Guerra de Libertação: “Jonas Savimbi was the first Angolan leader to return from exile and lead his movement from inside. In conformity with UNITA doctrine, which criticized overreliance on outsider help and stressed the need to mobilize for a people’s war inside (...) Neto and other top MPLA officials did take occasional treks into the country but were more outside than in (...). Holden Roberto never ventured across the Zaire-Angola border.”⁷⁷⁹ O não ter uma liderança no exílio, mas uma que vivia entre as populações, traduziu-se num trunfo importante de legitimação e mobilização política que continuou a ter efeitos após a independência.

Uma das questões de difícil avaliação é a contabilização numérica do dispositivo militar da UNITA no interior de Angola. Os dados disponíveis são dispersos cronologicamente, contraditórios e originários de fontes heterogêneas, algumas delas de credibilidade duvidosa.

Desde a fundação em 1966, até à reestruturação em 1968, não existe nenhuma referência numérica concreta do número de guerrilheiros da UNITA presentes em Angola. Em 1968, já após a reestruturação, Chiwale afirma que as FALA possuíam um dispositivo militar de três mil homens.⁷⁸⁰ Para o mesmo período, o órgão de informação da UNITA apresenta uma figura mais conservadora para o número de guerrilheiros (mil

⁷⁷⁸ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ 1ª Edição da *Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 45.

⁷⁷⁹ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 182-183.

⁷⁸⁰ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 126.

e quinhentos), mas reivindicava que as FALA conseguiram organizar milícias populares na ordem dos vinte e cinco mil homens.⁷⁸¹

Para 1969, Brigland, embora não forneça uma estimativa do número total, refere que só a guarda pessoal de Savimbi estava na ordem dos quatrocentos guerrilheiros.⁷⁸² Já Valentine, que visitou as áreas libertadas em Agosto de 1969, menciona que lhe asseguraram que as FALA seriam compostas por três mil guerrilheiros, dos quais mil e quinhentos estariam armados. Ao qual junta a sua apreciação pessoal: “Não o posso garantir. Só vi no máximo 70 – metade com armas de fogo e o resto com arcos e flechas. Todos os guerrilheiros me garantiram que o resto das forças estavam mais à frente e que poderia ver com os meus próprios olhos, a sua verdadeira força.”⁷⁸³

Para os anos setenta já existem dados com mais substância. Marcum, para 1970, considera que na Frente Leste o MPLA tinha uma vantagem numérica para a UNITA de quatro mil e quinhentos homens para oitocentos.⁷⁸⁴ Na sua obra *The Angolan Revolution* apresenta uma estimativa relativamente mais alta, de cerca de mil homens.⁷⁸⁵ Leon Dash que visitou as áreas da UNITA em 1973, relata que Savimbi : “(...) declined to make any claims about how many peasants lived with the guerrillas or how many armed men he has.”⁷⁸⁶

Nestas estimativas, os relatórios centralizados da PIDE-DGS apresentam informação em detalhe e de uma credibilidade mais sólida. Com base em declarações de guerrilheiros capturados e fichas militares de patrulha, a aproximação do potencial numérico de combate das FALA apresenta figuras conservadoras nas vésperas do final da Operação Madeira (Novembro de 1973): cerca de quatrocentos e dezanove guerrilheiros dos quais apenas duzentos e quarenta e um armados.⁷⁸⁷ Informação consistente com aquela que foi apresentada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros no

⁷⁸¹ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04352.011.005/*Kwacha Angola – Órgão de Informação da UNITA*, 1968: 5.

⁷⁸² Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 85.

⁷⁸³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 141.

⁷⁸⁴ John Marcum, “Lessons of Angola”, *Foreign Affairs*, 54, (3), 1973: 411.

⁷⁸⁵ John A.Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 217.

⁷⁸⁶ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Portugal Counting Down its Days in Africa – Angola Will be Free: Marching with the Fighters of UNITA*, 1974: 16.

⁷⁸⁷ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo IV: 5; AHP/ GB1729/ Presidência do Conselho/ Secretariado-Geral da Defesa Nacional/ Actas do Conselho Superior da Defesa Nacional/ *Relato da Sessão de 30 de Novembro*, 1973: 14.

relatório apresentado à NATO sobre os movimentos de libertação em África.⁷⁸⁸ Para o mesmo período estima-se que a FNLA teria seis mil e trezentos e cinquenta e o MPLA dois mil e quinhentos em todas as frentes.⁷⁸⁹ Existe uma discriminação da distribuição numérica pelas três regiões militares, que demonstra a centralidade da Região Militar N°2 e a quase inatividade da Região Militar N°3: RM N°1 (**146**), RM N°2 (**243**) e a RM N°3 (**30**).⁷⁹⁰ A estimativa da população controlada pela UNITA vai ao encontro da apreciação de Dash, cerca de cinco mil civis.

⁷⁸⁸ ADN/SGDN/ Caixa 5702/ Pasta 4/ *Relatório Ministério dos Negócios Estrangeiros para Grupo de Peritos sobre África da NATO*, 1973: 60.

⁷⁸⁹ ADN/SGDN/ Caixa 5702/ Pasta 4/ *Relatório Ministério dos Negócios Estrangeiros para Grupo de Peritos sobre África da NATO*, 1973: 43, 56.

⁷⁹⁰ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo IV: 3-4.

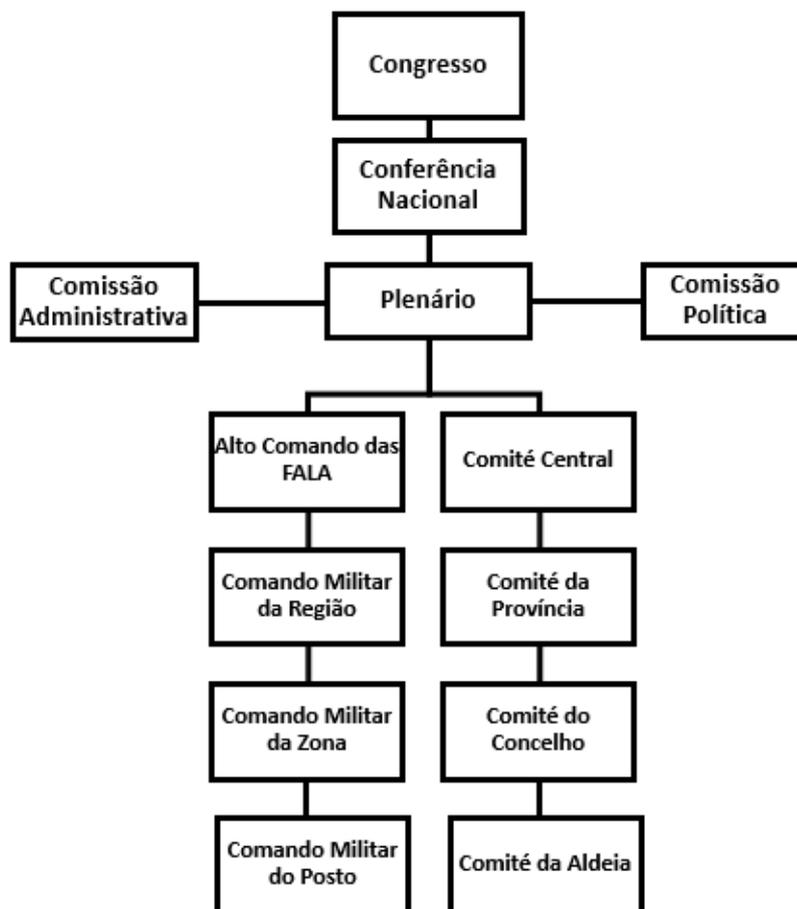


Figura 1 – Reconstrução da estrutura político-militar da UNITA.

Fontes: ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/
 1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”, 1972; ADN/SGDN/Fundo 002/
 Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973.

2 – Economia

Uma abordagem quantitativa à economia das áreas libertadas é tarefa difícil devido à aridez dos arquivos. A ausência de registos documentais contínuos impede, por exemplo, a reconstituição de séries de produção agrícola, ou uma análise numérica da diversidade ocupacional. O enfoque deste subcapítulo é essencialmente qualitativo, baseado em testemunhos presenciais de guerrilheiros e jornalistas, com especial interesse analítico na composição e gestão da estrutura económica implantada pela guerrilha nas matas.

A liderança da UNITA desde cedo tentou institucionalizar uma doutrina de autossuficiência, como princípio dominante de um sistema económico instalado nas matas e sustentado por civis, que consolidasse e autonomizasse a retaguarda logística da guerrilha, e diminuísse a dependência do exterior. Doutrina de luta armada que foi inscrita no programa oficial do movimento: “As a philosophy, UNITA adopted the following principles: To be self-reliant in order to carry out the armed struggle for national liberation. (...) By that we mean that we shall not allow our struggle and its development to be dependent on outsider assistance which can be contingent and uncertain.”⁷⁹¹

No enquadramento do carácter inconstante dos apoios materiais providenciados através da variável externa, Chiwale classificou o contributo das populações como uma condição pré-necessária para a existência de uma luta armada em Angola: “Sem o povo do Leste não sobreviveríamos nem sequer um mês, pois disponibilizaram as armas, a alimentação e as informações.”⁷⁹² A importância da capacidade interna da guerrilha em mobilizar recursos de forma autónoma, ganha maior relevância se tivermos em consideração a ausência quase total de ajuda material e financeira externa. Aspeto este reconhecido pelas autoridades portuguesas: “Dadas as características da UNITA, o fraco apoio que tem recebido dos Países Limítrofes e Outros e dos Organismos Internacionais, o movimento tem tido dificuldade em obter os meios necessários para a manutenção e incremento das ações de guerrilha em TN [Território Nacional].”⁷⁹³

⁷⁹¹ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 109.

⁷⁹² Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 104.

⁷⁹³ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo VII: 2.

A principal prioridade económica do movimento do Galo Negro centrou-se de forma clara num programa agrícola que promovesse a autossuficiência alimentar da guerrilha e das populações sob o seu controlo. Se, numa primeira fase, a guerrilha dependia muito de atividades de roubo e pilhagem para se manter,⁷⁹⁴ após a reestruturação de 1968 delineou-se um plano assente na agricultura de subsistência de lavras, gerido por quadros da UNITA ou por civis leais ao movimento fora da administração direta do Galo Negro. Isto não acabou, no entanto, com o fenómeno das requisições forçadas às populações. Em 1973, os serviços de informação do Exército Português resumiam da seguinte forma a capacidade da guerrilha para se abastecer de bens alimentares: “A UNITA obtém a maioria dos abastecimentos de que necessita, na população sob seu controlo e em ações de saque que realiza para o efeito. Assim, as populações nas lavras produzem a quase totalidade dos víveres que necessita.”⁷⁹⁵ Ou seja, nas vésperas do término da Guerra de Libertação de Angola existia a consciência por parte das autoridades portuguesas que, o grosso da logística alimentar do movimento do Galo Negro, era proveniente das chamadas áreas libertadas.

De acordo com a narrativa do Galo Negro, o programa agrícola havia erradicado a fome nas zonas sob o controlo da guerrilha das FALA: “UNITA can state quite categorically that there is no hunger in [the] Freeland of Angola (...).”⁷⁹⁶ N’Zau Puna, que fez formação em agronomia na Tunísia, foi a figura de proa desta iniciativa agrícola. Pela sua própria avaliação o projeto foi um sucesso: “Fomos andando, na tentativa de passar da monocultura que por ali havia para a agricultura diversificada. E avançámos até para culturas que o próprio povo dizia que ali...ali não dava. Foram alcançados resultados muito positivos. De tal forma que os populares, de início, muito cépticos e sem acreditarem, começaram a vir depois agradecer o empreendimento do partido. E nas outras regiões, onde se falou no nosso plano, seguiram-lhe o exemplo.”⁷⁹⁷

Para além da vitória no campo produtivo, Puna considera que o plano reforçou profundamente as relações entre a UNITA e as populações. Para os dirigentes, a campanha agrícola não era vista apenas numa perspetiva de facilitamento logístico no

⁷⁹⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Actividades da UNITA*, 1967: 282-290; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Actividades do Inimigo*, 1967: 263-273.

⁷⁹⁵ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo VII: 3.

⁷⁹⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 6.

⁷⁹⁷ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 89.

enquadramento da luta armada, mas também numa visão social de um trabalho coletivo com as populações,⁷⁹⁸ que servia como elemento mobilizador e de resolução de carências alimentares civis: “O povo tinha mesmo de nos ajudar. E eu recordo, até, que a minha ideia de fazer lavras e diversificar a cultura arregimentou para as nossas fileiras muitos e muitos apoiantes. Sobretudo porque nunca mais a fome ‘assustou’ o nosso povo.”⁷⁹⁹

Uma dimensão esquecida por estas narrativas memoriais, foi o espírito revolucionário por detrás da iniciativa agrícola. Era um projeto, com forte inspiração marxista, que tinha a intenção de criar novas relações de produção com base numa lógica cooperativa: “C’est ainsi, qu’au niveau des unités de production, coopératives-villageoises, il y a instauration complete de rapports de production de type nouveau qui permettent la solution du problème de l’accroissement de la productivité. (...) Ces rapports ne sont plus de type ancien colonialiste mais ils se basent sur le respect de l’homme (...) Cela a été possible, car il s’agit tout simplement d’adapter la nouvelle expérience de type socialiste à l’ancien type communautaire villageois africain (non capitaliste), système de type collectif répandu encore à la campagne.”⁸⁰⁰

Na verdade, desde 1962 que o Ministério do Ultramar, através da Missão de Extensão Rural, tinha vindo a elaborar diversas iniciativas agrícolas com propósitos semelhantes entre as populações africanas que concorriam com as guerrilhas independentistas pela lealdade das populações: “Nos últimos anos desta década, conceituados especialistas nacionais em questões de equilíbrio social, certos de que o bem-estar económico e a progressiva eliminação de tensões são as barreiras mais eficazes à infiltração de ideias negativas, procuraram evidenciar a necessidade de incrementar e acelerar ainda mais a promoção social e económica das populações rurais, com a aplicação das técnicas mais avançadas no domínio da sociologia rural e economia agrária.”⁸⁰¹ Esta iniciativa, estava enquadrada numa doutrina de contrainsurgência que tinha como objetivo contrabalançar a influência política dos movimentos de libertação no seio das comunidades rurais africanas, elevando o seu estatuto económico-social através de uma campanha de fomento agrícola.⁸⁰²

⁷⁹⁸ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 89.

⁷⁹⁹ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 96.

⁸⁰⁰ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 90.

⁸⁰¹ Sublinhado nosso - *Diário do Governo*, I Série, nº224, Portaria nº 568 de 16 de Outubro de 1971: 1548.

⁸⁰² Ver Cláudia Castelo, “O Projecto-Piloto de Extensão Rural do Andulo: Conhecimento, Desenvolvimento e Contra-Subversão”, *Ler História*, 76, 2020: 153-178.

Em 1971, o militante da UNITA, Luciano Kassoma, publicou no boletim *Kwacha* um relato do seu percurso às terras livres do Galo Negro. Agrônomo de profissão, com mestrado em ciência dos solos, Kassoma elaborou uma descrição técnica do sistema de lavras, os métodos agrícolas e a qualidade dos solos nas áreas sob administração da guerrilha. Kassoma descreveu o tipo de organização social por detrás do sistema agrícola, que era constituída por três tipos de modalidades produtivas: hortas individuais, coletivas e cooperativas. Referiu também as consequências nefastas da guerra química portuguesa, particularmente da utilização massiva de desfolhantes pela força aérea, que condicionaram de forma constante a produção alimentar nas áreas libertadas.⁸⁰³ As consequências do uso de desfolhante nas lavras transpareceram nos relatórios da PIDE que, por exemplo, em 1970, registaram a intensificação da fome nas áreas da UNITA em Chicala, Saleno, Cachipoque e Cangumbe, o que levou à apresentação de diversas populações afetadas ao Galo Negro junto das autoridades coloniais.⁸⁰⁴

Dois dos jornalistas que visitaram as áreas libertadas mostraram-se impressionados com a extensão e a organização do programa agrícola da UNITA. O jornalista austríaco Fritz Sitte, repórter do jornal suíço *Tages-Anzeiger*, afirmou de forma taxativa em Setembro de 1971, que a alimentação não constituía um problema para as populações sob administração da UNITA.⁸⁰⁵ Do *Times of Zambia*, Malik Chaka,⁸⁰⁶ que visitou as áreas libertadas por ocasião do 3º Congresso em Outubro de 1973, assegurou que as regiões militares sob controlo do Galo Negro eram totalmente autossuficientes em comida e que o programa agrícola avançava para iniciativas de hortas experimentais.⁸⁰⁷ Durante as comemorações do Congresso, Chaka testemunhou uma parada militar que incluía, entre outras coisas, camponeses a marcharem exibindo as colheitas de milho e de mandioca, numa clara manifestação de propaganda à suposta abundância alimentar que se vivia nas áreas libertadas.⁸⁰⁸

⁸⁰³ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 12-13; ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.4/ NT 7447/*Propaganda da UNITA*, 1972: 13, 15

⁸⁰⁴ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/*Correspondência entre a Subdelegação do Luso ao Director de Serviços da Direcção-Geral de Segurança em Luanda*, 1970: 113-114.

⁸⁰⁵ ANTT/PIDE-DGS/Serviço Central/SR/ Processo 128/65/NT 3446/ Processo Individual: *José Samuel Chiwale*, 1971: 14.

⁸⁰⁶ Ver Anexos, Figura 2.

⁸⁰⁷ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 3.

⁸⁰⁸ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 3.

Após o término dos procedimentos do Congresso, comissários políticos da UNITA encaminharam o jornalista num périplo pela base central, que começou precisamente por uma visita ao sistema agrícola comunitário e ao seu sistema de irrigação. Malik Chaka realçou não só a quantidade produzida, mas mostrou-se também impressionado com a capacidade de policultura destas hortas: “The guerrillas were growing sugar cane, carrots, spinach, peppers, pineapples, rice, beans and extremely large onions.”⁸⁰⁹ Numa curta entrevista que fez a N’Zau Puna, o comandante realçou que o programa agrícola ia além do sector produtivo, e tinha uma componente educativa muito importante na luta contra a subnutrição das populações: “We bring people in and teach them new ideas in agriculture. We bring people in and teach them new methods and about new crops. They take this knowledge back to the zones and villages. This increases protein intake and improves health.”⁸¹⁰

Leon Dash, do *Washington Post*, que visitou as três bases centrais em Agosto de 1973, relatou de forma mais crítica o que seria a situação alimentar nas zonas da UNITA. Ao contrário dos outros dois jornalistas, Dash indicou que muitos acampamentos e aldeias passavam vários dias sem comida, facto assumidamente reconhecido pelos guerrilheiros com quem contactou: “Getting surplus food from a plentiful area to an area of scarcity is difficult because it must be hand carried. Many villages and guerrilla camps may go without food for several days, the guerrillas said.” Para o jornalista norte americano, esta dificuldade do quotidiano alimentar não se devia a um falhanço produtivo do programa agrícola, mas sim a uma incapacidade logística crónica de abastecer adequadamente todas as zonas, fruto das enormes distâncias e da ausência total de transportes motorizados: “One of the most difficult tasks the guerrillas face, we were told, is growing food and distributing it from areas of abundance to those where crops have failed.”⁸¹¹

Em 1971, um dos acontecimentos que foi aclamado como prova definitiva do triunfo do programa agrícola por Chiwale e Brigland, foi a decisão da UNITA em oferecer milho à República da Zâmbia. Num período em que a Zâmbia atravessava graves carências alimentares, devido ao embargo imposto pelo governo da Rodésia, a direcção do Galo Negro decidiu doar cerca de duas toneladas de milho às comunidades zambianas fronteiriças para aliviar a fome: “Et du fait c’est une économie de guerre, le Parti a mis à la disposition du gouvernement Zambien 2000 kg de mais, qui sont excédentes de grains

⁸⁰⁹ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola’s Daring People Win more Freedom*, 1973: 6.

⁸¹⁰ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola’s Daring People Win more Freedom*, 1973: 6.

⁸¹¹ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 4.

produits dans les zones liberées.”⁸¹² O transporte do milho ficou ao encargo de Chiwale, e foi carregado por cerca de quatrocentos e cinquenta guerrilheiros em sistema de estafetas, de acampamento em acampamento, até à cidade fronteiriça de Kalabo na Zâmbia.⁸¹³

O gesto humanitário foi acompanhado por uma tentativa de aproveitamento político: o de aumentar a visibilidade das atividades da UNITA perante a opinião pública internacional e nacional zambiana, e o melhoramento das relações com o Presidente Kenneth Kaunda, de forma a atenuar o isolamento imposto pela Zâmbia depois dos ataques ao CFB. De facto, o governo da Zâmbia deu permissão a Chiwale para se deslocar a Lusaka e anunciar, numa conferência de imprensa, a oferta ao povo zambiano.⁸¹⁴ Este gesto foi publicitado pelo jornal *Times of Zambia* sob a manchete “Freedom Army in Angola give us maize.”⁸¹⁵ Apesar da oferta, não existe nenhuma indicação de que, nesta fase, Kaunda tenha mudado radicalmente a sua postura em relação às atividades da UNITA no seu território. Chiwale aproveitou esta deslocação para convidar o Comité de Descolonização da ONU e o Comité de Libertação da OUA para visitarem as áreas libertadas no interior de Angola, aparentemente sem sucesso.⁸¹⁶ Na petição apresentada, a situação nas áreas sob controlo do Galo Negro foi descrita como “excelente” e foram salientadas diversas vitórias nos campos da educação, da assistência médica, da agricultura, da ajuda humanitária e da situação militar.⁸¹⁷

Para lá da questão dos bens alimentares, as áreas libertadas sofriam problemas crónicos de acesso a certos produtos, materiais e equipamento militar, que não podiam ser resolvidos com a aplicação estrita de uma doutrina de autossuficiência. Existia uma dependência externa quase total de armas, munições, sal, sabão, medicamentos, vestuário, papel, entre outros.⁸¹⁸ Uma das estratégias utilizadas pela guerrilha do Galo Negro para a obtenção destes bens foi a da utilização de civis, que viviam sob administração

⁸¹² AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 91.

⁸¹³ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 148.

⁸¹⁴ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 95.

⁸¹⁵ Ver Anexos, Figura 7.

⁸¹⁶ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 95.

⁸¹⁷ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 4-5.

⁸¹⁸ Álcool e tabaco eram outros dos dois itens extremamente cobiçados pelos guerrilheiros, que desempenhavam uma importante função moralizadora nas fileiras do Galo Negro que viviam nas matas, local onde a penúria material era constante e os luxos ocasionais. ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Correspondência entre a Subdelegação do Luso ao Director de Serviços da Direcção-Geral de Segurança em Luanda*, 1970: 76.

portuguesa, como intermediários para a aquisição de artigos críticos no comércio local.⁸¹⁹ A PIDE alertava para a compra excessiva de certos produtos chave nas casas comerciais como uma atividade suspeita de apoio à guerrilha, e montou várias operações de vigilância e rusga. Foi, por exemplo, o caso do envio de uma brigada da PSP pela Subdelegação da DGS do Luso, em 1969, a Chicala, zona de intensa atividade da guerrilha do Galo Negro, com o objetivo de reprimir a “compra e venda de produtos e artigos que revertem a favor dos terroristas”. Esta ação foi possível graças à colaboração de um militante da UNITA com a rede de informantes da PIDE.⁸²⁰

Este sistema de mobilização de recursos entre as populações sob autoridade colonial, estabelecido pela guerrilha a partir das matas, pode ser dividido em duas categorias: uma mobilização com base em motivações ideológicas; e uma mobilização com base na intimidação e extorsão. Registaram-se inúmeros casos de colaboração voluntária por parte de civis. Foi o caso do comerciante João Nunes Gonçalves nas imediações do Luso, um “amigo e leal colaborador” da UNITA, que enviou diversas mercadorias para as matas. Uma das encomendas que forneceu à guerrilha, em Julho de 1970, pela qual foi pago em 3 mil escudos, incluía charutos, cigarros, vinho, bagaço, canetas, cadernos, mantas, sapatos, sabão, sal e peixe.⁸²¹ Outro caso ilustrativo foi o do comerciante João Simões de Oliveira, da Chicala, que forneceu à guerrilha do Galo Negro vários artigos ao longo de 1969, sendo sempre pago em dinheiro.⁸²² O pagamento aos colaboradores também se fazia à base de trocas diretas com produtos que a guerrilha extraía nas matas, particularmente cera e pele de onça.⁸²³

As narrativas memoriais de Puna e Chiwale referem o estabelecimento de um pacto económico entre os madeireiros e a UNITA baseado na reciprocidade, na qual os exploradores de madeira forneciam sabão, sal e roupas em troca de peças de caça,

⁸¹⁹ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo VII: 8.

⁸²⁰ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Correspondência entre a Subdelegação do Luso ao Director de Serviços da Direcção-Geral de Segurança em Luanda*, 1969: 83.

⁸²¹ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Correspondência entre a Subdelegação do Luso ao Director de Serviços da Direcção-Geral de Segurança em Luanda*, 1970: 82-93.

⁸²² ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Correspondência entre a Subdelegação do Luso ao Director de Serviços da Direcção-Geral de Segurança em Luanda*, 1969: 240-255; Ver Anexos, Figura 11.

⁸²³ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Correspondência entre a Subdelegação do Luso ao Director Provincial da Polícia Internacional de Defesa do Estado*, 1969-1970: 77, 148, 182, 200.

mandioca e mel.⁸²⁴ Contudo, relatórios dos serviços de informação portugueses sugerem que nem sempre estas trocas ocorreram de forma pacífica.⁸²⁵ O próprio Savimbi admitiu que desenvolveu diversas ações punitivas, e que os madeireiros “não ganharam muito com a UNITA, mas, em contrapartida, esta soube, através deles, explorar os pontos fracos da estrutura colonial”.⁸²⁶ Um caso ilustrativo foi o do madeireiro Benedito, obrigado a pagar à guerrilha do Galo Negro uma espécie de “imposto revolucionário” de 2 mil escudos sob ameaça de destruição das camionetas e tratores que utilizava para a exploração de madeira.⁸²⁷ Outro madeireiro, de nome Santiago, foi acusado pela guerrilha de se recusar a fornecer munições, pelo qual a sua contribuição mensal obrigatória foi aumentada de 2 mil para 3 mil escudos.⁸²⁸

Entre Agosto de 1971 e Janeiro de 1974, altura em que vigorou o acordo da Operação Madeira, a UNITA recebeu variados apoios materiais do Exército Português de forma consistente. Isto inclui apoio logístico militar, na forma de entrega de munições e fardamentos, e na reparação de metralhadoras.⁸²⁹ Incluiu também a oferta de material médico e escolar, bem como o envio de sementes e cabeças de gado necessárias para o programa agrícola.⁸³⁰ As carências crónicas que as áreas libertadas enfrentavam foram atenuadas pela assistência externa portuguesa, mas também pelo próprio acordo de não agressão. O cessar da campanha de bombardeamento aéreo e o fim das incursões das tropas helitransportadas nas áreas da UNITA, aliviaram a pressão sobre os escassos recursos da guerrilha.

Outra estratégia utilizada para a aquisição de bens foram as ações de pilhagem e saque. As FALA encontravam-se armadas, quase exclusivamente, com equipamento que capturaram ao MPLA, à FNLA, e ao Exército Português.⁸³¹ Nem todos os guerrilheiros se encontravam armados, e muitos dispunham apenas de arcos e flechas ou

⁸²⁴ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 144; Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 105-106.

⁸²⁵ AHPR/ GB1729/ Presidência do Conselho/ Secretariado-Geral da Defesa Nacional/ Actas do Conselho Superior da Defesa Nacional/ *Relatório da Situação Político-Subversiva da Província de Angola*, 1970: 21.

⁸²⁶ Jonas Savimbi, *Angola: A Resistência em Busca de uma Nova Nação* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 38.

⁸²⁷ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Acção levada a efeito por esta Subdelegação, na Área da Chicala*, 1970: 138.

⁸²⁸ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/ *Colaborador Santiago*, 1969: 233.

⁸²⁹ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04339.001.002/ *Savimbi Desmascarado*, 1974: 8, 19.

⁸³⁰ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04339.001.002/ *Savimbi Desmascarado*, 1974: 17-18.

⁸³¹ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo VII: 2.

canhangulos⁸³² improvisados para o efeito, especialmente durante o arranque da luta armada.⁸³³ O armamento mais sofisticado era, normalmente, entregue apenas aos guerrilheiros com a disciplina tática adequada.⁸³⁴

As armas adquiridas variavam entre as metralhadoras e espingardas de assalto alemã G3, a belga FN-FAL e as russas AK47 e PPSH, ou a espingarda de repetição alemã Mauser.⁸³⁵ Dada toda esta heterogeneidade do armamento capturado e das variações no seu calibre, a UNITA enfrentava sérias dificuldades no reabastecimento de munições. Este problema crónico transpareceu na correspondência entre os comandantes das FALA e os colaboradores do Galo Negro que enviavam mantimentos para as matas.⁸³⁶ De forma a racionalizar ao máximo, os oficiais das FALA controlavam diariamente a distribuição das balas entre os guerrilheiros consoante as prioridades operacionais.⁸³⁷ Isto foi acompanhado pela criação de centros artesanais de produção de balas, que atenuaram o problema das munições mas estiveram longe de o resolver, como explicou um comandante das FALA a um militante do Galo Negro: “A UNITA tem nas suas bases centrais algumas fábricas rudimentares de munições. Mas as nossas áreas são vastas e a produção é muito inferior às nossas necessidades.”⁸³⁸ Registou-se também um esforço pela autossuficiência na manutenção, com a criação de oficinas improvisadas em cada Base Central para proceder a reparações de material.⁸³⁹ Chaka testemunhou o funcionamento destes centros: “Using relatively simple tools, he set up a workshop to repair them. I saw a Mauser with a broken stock overhauled completely. He removed the

⁸³² Canhangulo era uma arma de fogo de fabrico artesanal utilizada pela guerrilha em Angola. Era uma arma de tiro único e carregada pela boca. Desperdícios de metal eram utilizados como munição, que criavam um efeito de metralha, semelhante à de uma caçadeira, quando disparada à queima-roupa. Para mais detalhes ver Pepetela, *Mayombe* (São Paulo, Ática, 1982): Glossário.

⁸³³ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 106.

⁸³⁴ Em 1968, Savimbi queixava-se que dos cerca de mil e quinhentos recrutas disponíveis nas FALA, apenas sessenta estariam suficientemente bem treinados para manobrar armas. Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 80.

⁸³⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 132.

⁸³⁶ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/*Correspondência entre a Subdelegação do Luso ao Governador do Distrito do Moxico*, 1969: 253; ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/*Correspondência entre a Subdelegação do Luso ao Comandante da Zona Militar Leste*, 1970: 145.

⁸³⁷ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo VII: 5.

⁸³⁸ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/*Correspondência entre a Subdelegação do Luso ao Comandante da Zona Militar Leste*, 1970: 119.

⁸³⁹ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo VII: 5.

stock and made another from a block of wood. Five people have been trained at his workshop. The establishment of the workshop eased the weapons shortage.”⁸⁴⁰

Assaltos a povoações, especialmente a casas comerciais, representavam outra das formas de adquirir artigos estratégicos que não podiam ser produzidos nas áreas libertadas. O ano de 1967 foi particularmente fértil neste tipo de ações, num período inicial em que a guerrilha não exercia controlo efetivo do território e comportava-se de forma essencialmente nomádica.⁸⁴¹ De um modo geral, esta forma de proceder continuou, com maior ou menor intensidade, até ao fim da guerra, sempre que uma oportunidade de baixo risco e alta recompensa se apresentava. Em 1970, por exemplo, a tropa portuguesa capturou documentação da UNITA que incluía uma lista dos artigos pilhados em diversos ataques a povoações ao longo de 1969. Este inventário incluía bens que eram de difícil acesso nas matas, mas essenciais para as zonas libertadas, como alfaias agrícolas, diversos utensílios de cozinha, e roupa e calçado para equipar a guerrilha.⁸⁴²

Se, no campo da alimentação a UNITA apresentava um grau considerável de autonomia, no acesso a outros bens militares e civis encontrava-se sob severas dificuldades. Esta pressão logística teve, por um lado, um efeito impulsionador das atividades ofensivas da guerrilha contra alvos que pudessem fornecer esses recursos e, por outro, uma permeabilidade em aceitar acordos estratégicos com as forças coloniais que permitissem um alívio dos constrangimentos materiais.

⁸⁴⁰ Sublinhado nosso – AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 7.

⁸⁴¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Actividades da UNITA*, 1967: 282-290; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Actividades do Inimigo*, 1967: 263-273.

⁸⁴² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Actividades da UNITA no Distrito do Moxico*, 1970: 94-96.

3 – Instrução, Ensino e Saúde

A construção de sistemas de saúde e educação nas áreas libertadas, não se traduziu apenas na criação de uma plataforma de apoio direto à guerrilha. Significou, e talvez de forma mais relevante, um investimento de alto custo, por parte da UNITA, na disputa com a administração colonial pela lealdade das populações. A existência destes serviços é um indicador qualitativo da maturidade de uma área libertada, e da capacidade que a guerrilha tinha em mobilizar apoio sem a necessidade de recorrer exclusivamente a táticas coercivas de baixo custo. Serviços que mimetizaram, mesmo que de forma rudimentar, as funções do Estado, tornaram-se incentivos importantes na atração de civis para junto da guerrilha, limitando o desejo de colaborar com as forças coloniais ao mesmo tempo que expandiam significativamente a base de recrutamento da insurgência.⁸⁴³

A oferta educativa nas áreas libertadas pode ser dividida em três componentes: formação política, instrução militar e ensino elementar. A formação política e a instrução militar tinham um objetivo muito claro de formar quadros especializados que pudessem ser utilizados na estrutura da luta armada. Como vimos no primeiro capítulo, durante o período fundacional a UNITA esteve totalmente dependente do exterior, particularmente da República Popular da China, para a graduação militar dos seus militantes. Este panorama inverteu-se em 1968 após a reestruturação do movimento, onde se criou um plano para a autonomização do processo de criação de novos quadros, através da constituição de Centros de Instrução Militar nas bases centrais, orientados pelo grupo de comandantes que já possuíam formação.⁸⁴⁴ A ideia passava por replicar as competências e lições aprendidas no estrangeiro aos recrutas no interior de Angola, e formar tanto guerrilheiros como comandantes. Fritz Sitte, que visitou as áreas do Galo Negro em 1971, relatou um esquema de treino militar completamente autónomo de apoio externo: “UNITA trains its Guerilleros itself in the fighting area without any outsider ‘adviser’ or instructors, and that by the strictest and sharpest guerilla close-combat training you can imagine. No foreigner lives in the UNITA area (...)”.⁸⁴⁵ Esta situação contrastava com o processo de instrução militar de outros movimentos de libertação angolanos, que estava

⁸⁴³ Reed M. Wood, “Rebel Capability and Strategic Violence against Civilians”, *Journal of Peace Research*, 47, (5), 2010: 603.

⁸⁴⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Distrito do Moxico: Atividades da UNITA*, 1970: 66.

⁸⁴⁵ ATD/ Arquivo Lúcio Lara/ C0124.003.033/ *With the ‘Black Chinese’ in Angola*, 1971: 3.

dependente das redes de solidariedade transnacionais, e era complementada por bases de treino que dispunham nos Congos e na Zâmbia.⁸⁴⁶

Porém, na opinião da PIDE, esta autonomização teve algumas consequências negativas. A escassez de recursos humanos especializados necessários para a instrução político-militar refletiu-se numa formação deficiente de elementos qualificados para funções de chefia.⁸⁴⁷ Steve Valentine, em 1969, caracterizou o nível de formação dos diferentes grupos que integravam as FALA da seguinte forma: “Os próprios guerrilheiros formavam, entre si, uma mistura. As outras patentes formavam um grupo grosseiro sem instrução, enquanto todos os oficiais eram letrados e a maioria tinha tido preparação intelectual. Os professores escolares e os enfermeiros constituíam mais de metade do grupo de oficiais.”⁸⁴⁸

Devido à falta de pessoal qualificado para ministrar instrução, parte das funções formativas recaíam, muitas das vezes, sobre a orientação direta dos principais dirigentes da UNITA: “At first, Savimbi and Puna tried to train everybody themselves, but this proved impossible. Instead they began organising courses for leaders who in turn could train others.”⁸⁴⁹ Em 1968 o curso de oficiais era administrado integralmente, por Jonas Savimbi, que se encarregava da componente da Estratégia, por N’Zau Puna, que ensinava Geografia e Política, e por José Kalundungo, que instruía sobre Tática Militar.⁸⁵⁰

A formação de quadros, quer na vertente dos comandantes militares, dos comissários políticos, ou dos guerrilheiros, tinha como manual orientador a *Cartilha do Guerrilheiro*, publicada originalmente em 1968, e da autoria de Savimbi. O primeiro conteúdo a ser lecionado era a questão colonial, com uma particular ênfase na história dos 500 anos do colonialismo português em Angola – uma narrativa similar à História de Angola produzida pelo MPLA em 1965.⁸⁵¹ Onde, a UNITA, se enquadrava como uma continuação orgânica das longas tradições de luta contra a ocupação portuguesa. A narrativa histórica apresentava a noção da existência de uma nação angolana una e coesa

⁸⁴⁶ Helder Adegar Fonseca, “The Military Training of Angolan Guerrillas in Socialist Countries: A Prosopographical Approach, 1961-1974” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold War ‘East’* (Berlin, De Gruyter, 2019): 126.

⁸⁴⁷ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: UNITA, 1973: Capítulo VI: 2.

⁸⁴⁸ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ Zâmbia: *Propaganda da UNITA*, 1969: 134.

⁸⁴⁹ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 82.

⁸⁵⁰ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 79.

⁸⁵¹ *História de Angola (Apontamentos)* (Centro de Estudos Angolanos, Argel, 1965).

em tempos pré-coloniais, e exprimia um tom nacionalista centrado à volta de figuras paradigmáticas de resistência: “Os sobas patrióticos ofereceram uma resistência tenaz aos actos de banditismo dos Portugueses. De entre os sobas que mais se distinguiram destaca-se a Rainha Ginga, o Rei Ekui-Kui, o Rei Machigava, o Rei Mandume, que nunca aceitaram a presença de estrangeiros no Solo-Pátrio.”⁸⁵²

Outro dos problemas políticos abordados era a questão do tribalismo e da necessidade urgente da união dos diferentes grupos étnicos na luta pela libertação de Angola. As ideias tribalistas no seio do Partido e nas fileiras das FALA eram, em princípio, consideradas atitudes contrarrevolucionárias que não deviam ser toleradas pelos seus dirigentes. Apesar de existir um reconhecimento que o povo angolano era constituído por diversas etnias, os brancos estavam excluídos desse conceito de comunidade nacional: “O nosso povo deve unir-se na luta comum contra os portugueses que são todos estrangeiros.”⁸⁵³ Esta retórica desapareceu durante a fase da descolonização (1974-1975), onde os brancos foram incluídos como parte integrante da nação: “Dissemos várias vezes que o angolano é o preto, o mulato ou o branco, desde que se identifique com as aspirações mais profundas da maioria do Povo de Angola.”⁸⁵⁴

Tirando as questões ideológicas mais marcantes, a restante instrução política focava-se predominantemente na explicação da estrutura organizativa da UNITA. Onde se abordava o funcionamento do Partido, desde os órgãos centrais às células locais, e a cadeia de comando das FALA e o seu dispositivo de guerra.⁸⁵⁵

A instrução militar tinha como base um programa estruturado entre a vertente prática e teórica. A formação ministrada tinha uma duração entre duas a quatro semanas, e incluía educação física, instrução à ordem unida de marcha e instrução individual de tiro.⁸⁵⁶ No campo dos conteúdos táticos é clara a forte influência da cultura de guerrilha revolucionária chinesa, com particular inspiração na obra seminal de Mao Tsé-Tung sobre

⁸⁵² ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 30.

⁸⁵³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 31.

⁸⁵⁴ Jonas Savimbi, *Por Um Futuro Melhor* (Lisboa, Tempo, 1986): 61; Ver também Jonas Savimbi, *O Que é o ‘Espírito de Bissau’? Todos os Portugueses poderão regressar?* (Jamba, Terra Livre de Angola, 1978): 40-48.

⁸⁵⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 33-52.

⁸⁵⁶ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo VI: 4.

a questão.⁸⁵⁷ A guerrilha devia aliar a surpresa à concentração de forças, de forma a empregar superioridade numérica em detalhe, evitando assim grandes batalhas convencionais e apostando em múltiplos ataques rápidos de pequena escala, de onde facilmente conseguia, em teoria, retirar e dispersar para evitar baixas pesadas. Nos conhecimentos gerais lecionados, enfatizava-se este princípio absoluto de conservação das forças baseado na iniciativa e retirada táticas, que pode ser resumido nas seguintes noções gerais: “1) Quando o inimigo avança nós recuamos. 2) Quando ele ataca nós resolvemos atacar. 3) O inimigo retira-se nós perseguimos. 4) Quando o inimigo está cansado nós o aniquilamos.”⁸⁵⁸

Estes princípios, embora genéricos, requeriam maturidade tática por parte dos comandantes e disciplina por parte dos guerrilheiros, de modo a serem executados com sucesso no terreno. Para uma boa aplicação destas noções gerais, a formação militar incluía uma explicação aprofundada de técnicas e manobras de combate concretas que se enquadravam na filosofia de guerrilha de conservação de forças. Ensinava-se ao pormenor tirar partido do terreno, a acampar depois de estabelecer perímetros de segurança e a montar emboscadas e contraemboscadas.⁸⁵⁹ Chicua Candemba, Sargento das FALA que se apresentou à PIDE em 1973, relatou no seu depoimento o processo de instrução militar a que foi submetido pela guerrilha nas matas. O treino teve a duração aproximada de três meses, na qual esteve integrado num grupo de sessenta recrutas. Aprendeu várias táticas de guerrilha e diversos exercícios de ginástica. O treino com armamento era simulado com paus, fruto da carência generalizada de armas.⁸⁶⁰

Para além da formação política e da instrução militar direcionada para a criação de quadros no Partido e nas FALA, existia a componente civil da educação através do ensino elementar. A campanha de alfabetização foi, aliás, uma das principais bandeiras políticas da UNITA, através da criação das “schools against illiteracy”.⁸⁶¹ Savimbi alertava para o facto de a educação ser um privilégio sob domínio português, e que na “Nova Angola” deveria tornar-se num direito.⁸⁶²

⁸⁵⁷ Mao Tse-Tung, *Selected Military Writings* (Peking, Foreign Languages Press, 1963).

⁸⁵⁸ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 36.

⁸⁵⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 39.

⁸⁶⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 131.07.68/NT 2749/ *Relatório de Apresentado*, 1973: 7-8.

⁸⁶¹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 6.

⁸⁶² AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 3.

A taxa de cobertura do ensino elementar é impossível de determinar com rigor, porém, através de testemunhos é possível ter uma avaliação relativa da sua extensão e desempenho. Para 1970, o boletim *Kwacha* reivindicou trezentos alunos, entre os sete e os quinze anos.⁸⁶³ O professor Vasco Lória, que lecionava nas zonas controladas da UNITA, apresentou-se à PIDE em 1973, e revelou no seu depoimento alguns dados numéricos sobre a estrutura de ensino primário. Na sua totalidade era composta por nove escolas distribuídas pelas três Regiões Militares, e tinha um número estimado de quinhentos e trinta alunos para nove professores e nove assistentes de educação.⁸⁶⁴ Muitas destas escolas possuíam acomodações onde os alunos viviam.⁸⁶⁵

Os conteúdos do currículo elementar focavam-se nos fundamentos da leitura, escrita e aritmética. Os dois primeiros anos eram lecionados nas línguas locais e os restantes em português. A este nível de ensino existiam também esforços de consciencialização infantil para a questão anticolonial. Os alunos estavam familiarizados não só com a luta armada em Angola, mas também em Moçambique, Guiné-Bissau e na Namíbia. Nas lições de aritmética os estudantes eram introduzidos a referências sobre a luta armada: “Even mathematics is political. A problem on the blackboard read – ‘FALA captured 20 guns in April, 32 in May and 18 in June. How many weapons did we take from the fascists?’”⁸⁶⁶ Parte do ensino elementar estava direcionado também para adultos, numa tentativa de reduzir os altos índices de analfabetismo. O programa curricular aqui incluía também formação na “Ciência Doméstica”, que tinha como alvo o público feminino, ensinando noções elementares de nutrição e higiene, e técnicas de cozinha.⁸⁶⁷

Malik Chaka relatou opiniões mistas dos dirigentes da UNITA em relação ao sucesso do projeto de educação primário. Por um lado, evidenciaram-se progressos no campo da alfabetização infantil, por outro, a iliteracia adulta permanecia um problema grave.⁸⁶⁸ Há um reconhecimento claro no 3º Congresso, em 1973, que os objetivos traçados para a educação elementar não foram cumpridos: “Leaders of the local

⁸⁶³ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 15.

⁸⁶⁴ A distribuição das escolas pelas regiões era a seguinte: RM Nº1 (5), RM Nº2 (3) e RM Nº3 (1) ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 131.07.68/ NT 2749-2751/ *Aditamento ao Relatório de Apresentado Nº 66-73, Depoimento ao Ex. Cap. da UNITA Vasco Lória*, 1973: 4-5.

⁸⁶⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 131.07.68/ NT 2749-2751/ *Aditamento ao Relatório de Apresentado Nº 66-73, Depoimento ao Ex. Cap. da UNITA Vasco Lória*, 1973: 4-5.

⁸⁶⁶ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 6.

⁸⁶⁷ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 7.

⁸⁶⁸ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 3.

committees and popular assemblies were criticised for not fulfilling UNITA's literacy goals.”⁸⁶⁹

Através da criação de um departamento sanitário, a UNITA estabeleceu um serviço de saúde que abrangia diversas funções de apoio à guerrilha e às populações. Tal como no ensino, a falta de material e de pessoal especializado eram as principais dificuldades enfrentadas, que se traduziam numa oferta de saúde rudimentar: “De même que pour les écoles, le problème du matériel technique, des médicaments, demeure le plus important.”⁸⁷⁰ A ausência de medicamentos, especialmente penicilina, significava uma alta taxa de infeções até em traumatismos relativamente ligeiros.⁸⁷¹ Eram comuns amputações sem anestesia, nas quais as feridas causadas pela intervenção eram deixadas a curar “por si próprias”.⁸⁷² Não há, por exemplo, nenhum indício da existência de um plano geral de vacinação, aparentemente por falta de material. Sitte, em 1971, declarou que o sistema de saúde nas matas atravessava uma “lamentable condition” devido à falta de material e pessoal especializado.⁸⁷³

A falta de recursos humanos significava que, muitas vezes, pessoal com formação em enfermagem desempenhava funções de médico, e pessoal sem formação em saúde era usado como ajudante de enfermeiro. A Brigada das Mulheres teve um papel relevante nesta captação de mão de obra, ao recrutar mulheres e instruindo-as em técnicas básicas de primeiros socorros para poderem servir em funções de apoio na estrutura de saúde. Fora das Bases Centrais, onde a assistência médica especializada era pouca, era sobre a Brigada das Mulheres que recaía a responsabilidade de formar um encarregado de saúde.⁸⁷⁴

Outro dos problemas estava relacionado com alguma resistência das populações rurais às técnicas e métodos da medicina moderna. Dash relatou um episódio de uma criança com uma infeção grave na boca, que a mãe se recusou que fosse operada, mantendo vigilância constante de forma a impedir que os enfermeiros a assistissem. Um médico resumiu a situação e o prognóstico da seguinte forma: “We want to operate, but his parents refuse to let us. He will die a slow and painful death.”⁸⁷⁵

⁸⁶⁹ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 3.

⁸⁷⁰ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 02236.001/ *Kwacha – Angola: Special Edition*, 1972: 92.

⁸⁷¹ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 6.

⁸⁷² AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 7.

⁸⁷³ ATD/ Arquivo Lúcio Lara/ C0124.003.033/ *With the 'Black Chinese' in Angola*, 1971: 2.

⁸⁷⁴ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo VII: 5.

⁸⁷⁵ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 7.

O sistema de saúde baseava-se em várias clínicas distribuídas pelas zonas, que reportavam a um Hospital Central único, localizado na Região Militar Nº2, para onde eram evacuados os pacientes mais graves.⁸⁷⁶ Os cuidados administrados não se limitavam apenas ao tratamento de feridos de combate, mas também ao acompanhamento pré e pós-natal. Na opinião do Secretário da Saúde, Eduardo Sakwanda, a criação destes dois últimos serviços teve um impacto radical na redução da taxa de mortalidade infantil nas áreas libertadas em 1973.⁸⁷⁷ O Hospital Central estava equipado com uma maternidade, e incluía um curso de formação de parteiras, para que as mulheres das zonas e das aldeias pudessem ser autónomas nestes cuidados.⁸⁷⁸ Existia também um centro de diagnósticos, uma unidade de cirurgia, e quatro dormitórios para recuperação, segregados entre pessoal militar e civil.⁸⁷⁹ A secção militar possuía um grande número de paciente amputados, para os quais existia um programa de terapia física.⁸⁸⁰ O boletim *Kwacha* reivindicou que a infraestrutura de saúde da UNITA nas matas servia cerca de 20 mil a 25 mil civis.⁸⁸¹

⁸⁷⁶ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ Nº 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo VII: 6.

⁸⁷⁷ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Portugal Counting Down its Days in Africa – Angola Will be Free: Marching with the Fighters of UNITA*, 1974: 8.

⁸⁷⁸ AFMS / Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 7.

⁸⁷⁹ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola's Daring People Win more Freedom*, 1973: 7.

⁸⁸⁰ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 8.

⁸⁸¹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 30/ *II Congresso f UNITA*, 1969: 3; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 15.

4 – Rotina

A vida de guerrilheiro nas matas implicava por definição suportar um regime de diversos sacrifícios. O problema logístico traduzia-se em dificuldades materiais a todos os níveis, que ameaçavam permanentemente a desagregação da guerrilha e representavam um perigo tão adverso como as tropas inimigas. As duras condições de vida nas matas criavam um ambiente de constante desmoralização, terreno fértil para o aprofundamento de clivagens e lutas intestinas que podiam resultar em deserções e traições, dos quais temos exemplos bem documentados que vão desde o comandante ao soldado.⁸⁸²

A rotina de um guerrilheiro das FALA pautava-se por uma movimentação constante. Mesmo após o estabelecimento e consolidação das áreas libertadas, existia uma grande mobilidade de efetivos entre bases, zonas, aldeias e postos avançados. Este nomadismo crónico explica-se pelo facto de todo o transporte de bens e pessoas, e a criação e manutenção de linhas de comunicação, terem sido sustentados exclusivamente pelas marchas dos guerrilheiros.⁸⁸³

A comunicação de ordens e transferência de correspondência assentava em mensageiros que operavam num sistema simples de estafetas, em que cada um entregava a informação ao seguinte até ao destinatário.⁸⁸⁴ As deslocações essenciais para suportar as necessidades materiais da luta armada implicavam já grupos mais numerosos e riscos acrescidos. Nestas marchas era comum caminhar durante dez horas, carregando equipamento pessoal e material coletivo, numa média diária de 40 a 50 km percorridos, muitas vezes durante vários dias sucessivos.⁸⁸⁵ As viagens longas durante a estação das chuvas eram particularmente duras.⁸⁸⁶ O regime de viagem consistia em acordar às 5:30, caminhar das 6:00 até às 12:00, com uma interrupção de duas horas para almoço e

⁸⁸² Diversos Comandantes da UNITA desertaram ao longo da Guerra de Libertação: Frank Mateus Banda – Fugiu para a Zâmbia; Jeremias Cussia Chinhundo – Colaborador da PIDE; Jacob Hossi Inácio – Colaborador da PIDE; António Tiago Sachilombo – Colaborador da PIDE que integrou os *Flechas*; Samuel Civala – Desertou para a FNLA juntamente com o esquadrão de guerrilheiros sob o seu comando. ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Luso/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951/*Relação dos Elementos da UNITA Identificados, por Fotografia, nesta Delegação*, 1970: 68; Ver Anexos, Figura 32.

⁸⁸³ Para um contributo mais sistemático sobre esta questão durante a Guerra de Libertação de Angola ver: Inge Brinkman, “Porters in the Angolan Nationalist War (1961-1974)” in Iva Pesa and Jan-Bart Gewald, eds. *Magnifying Perspectives – Contributions to History: A Festschrift for Robert Ross* (Leiden, African Studies Centre of Leiden, 2017): 232-253.

⁸⁸⁴ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 144.

⁸⁸⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 136.

⁸⁸⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 12.

repouso. Às 14:00 retomava-se para às 18:00 se terminar a marcha, ao qual se procedia a uma prospeção de um local seguro para montar acampamento.⁸⁸⁷ Puna recorda nas suas memórias a experiência das longas marchas pelo Leste: “Há alturas em que quase ninguém sente os pés e é preciso continuar, continuar sempre. De uma forma geral, por entre a vegetação, ora rasteira, ora altaneira, subindo e descendo, às vezes tendo de atravessar o obstáculo de um rio ou ribeiro. Depois, era preciso perscrutar o horizonte para saber se o inimigo vinha por ali...ou se vinha pelo ar.”⁸⁸⁸

De forma a evitar a surpresa de forças adversárias a marcha aplicava métodos específicos de segurança. Qualquer viagem tinha uma vanguarda, normalmente constituída por três batedores equipados com armas automáticas, que iam avaliando o terreno a uns quinhentos metros do grosso da formação. No seu encalço seguia o grupo principal, composto por carregadores e outro pessoal não armado, com guerrilheiros dispostos em fileira a proteger cada flanco. Atrás seguia a retaguarda composta normalmente por três guerrilheiros, aproximadamente a cem metros da formação principal. As rotas percorridas faziam-se, sempre que possível, ao abrigo da vegetação densa das matas, evitando clareiras e planícies que denunciavam a movimentação da coluna e a tornassem vulnerável a ataques do inimigo: “The plains that separate the forest are the most dangerous place to cross. (...) The helicopters are very fast and carry many soldiers. They are very quiet and you dont hear them until they are on top of you.”⁸⁸⁹ Quando o itinerário implicava obrigatoriamente atravessar longas extensões de zonas abertas, empregava-se a marcha noturna para dificultar a deteção da coluna de guerrilheiros a partir do ar.⁸⁹⁰

Durante as marchas o regime alimentar era rigoroso. A maioria da comida consumida estava limitada aquela que se conseguia transportar, embora existissem oportunidades de caça que permitiam o consumo ocasional de carne fresca.⁸⁹¹ Em época seca, a hidratação em viagem fazia-se, muitas vezes, escavando buracos nos leitos dos rios – experiência relatada por Dash – que causava disenterias coletivas e intermitentes, que obrigavam a interromper a marcha.⁸⁹² Fruto da má higiene causada pela escassez de

⁸⁸⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 140.

⁸⁸⁸ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 110.

⁸⁸⁹ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 4.

⁸⁹⁰ ATD/ Arquivo Lúcio Lara/ C0124.003.033/ *With the ‘Black Chinese’ in Angola*, 1971: 1.

⁸⁹¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 139.

⁸⁹² AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 4.

bens elementares de consumo, era comum os guerrilheiros sofrerem de surtos de sarna e pragas de piolhos.⁸⁹³ Morte por malária era outra das realidades, não só fruto da insalubridade das matas, mas também devido à ausência de medidas profiláticas e a uma assistência rudimentar de saúde.⁸⁹⁴

Nas bases e acampamentos permanentes, a dieta da guerrilha apresentava alguma variação em função dos recursos disponíveis da geografia em que se encontrava. As farinhas de mandioca (ou cassava) e de milho produzidas nas lavras constituíam a base nutricional, complementada por carne e peixe secos, legumes, mel, e frutos silvestres.⁸⁹⁵ A carência de sal nas matas obrigava, muitas das vezes, à confeção da comida sem este ingrediente essencial.⁸⁹⁶ Como vimos anteriormente, o problema alimentar devia-se mais a uma incapacidade de distribuição adequada do que propriamente a dificuldades produtivas na agricultura.

O dia a dia num acampamento da guerrilha era semelhante à vida num exército convencional. Em 1969, Steve Valentine relatou as suas impressões: “A minha primeira surpresa foram os moldes rígidos da disciplina. A princípio pensei que fosse para me impressionar, mas como essa disciplina não esmoreceu durante três semanas, deve-se admitir que é característica permanente da organização.”⁸⁹⁷ Aplicavam-se formalismos de continência, sentido e arma ao ombro na apresentação de um subordinado ao seu superior, que seguiam o padrão de honras militares empregues pelo exército português.⁸⁹⁸ De um modo geral os comandantes mantinham barbas longas enquanto os guerrilheiros eram encorajados a barbearem-se.⁸⁹⁹

Os acampamentos permanentes apresentavam uma segregação de messes entre soldados, sargentos e oficiais superiores.⁹⁰⁰ De forma a impor a ordem e a disciplina

⁸⁹³ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 77, 112.

⁸⁹⁴ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 183.

⁸⁹⁵ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 74, 110; Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 161; AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 5; AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Angola’s Daring People Win more Freedom*, 1973: 3; ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 137.

⁸⁹⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 12.

⁸⁹⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 133.

⁸⁹⁸ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 43.

⁸⁹⁹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 11.

⁹⁰⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA*, 1969: 133.

criou-se uma força de polícia militar, conhecida como os *Dragões*, e que tinha poderes abrangentes sobre os guerrilheiros ordinários. Parte das suas responsabilidades incluía manter padrões de limpeza corporal entre a guerrilha, punir atos de insubordinação a superiores, policiar o cumprimento da hora do recolher, do levantar, do reunir e de silêncio. Outra das funções consistia em manter um perímetro de segurança nos acampamentos, controlando todas as entradas e saídas de pessoal militar e não militar, e, de noite, manter vigília.⁹⁰¹

A vida nas áreas libertadas incluía também uma componente de lazer que, normalmente, desempenhava um papel complementar a outras atividades políticas. Qualquer conferência ou congresso era acompanhado por manifestações culturais, na forma de danças tradicionais e cânticos temáticos.⁹⁰² Práticas desportivas, quase sempre futebol, tinham também um lugar importante nos momentos de relaxamento que se seguiam às reuniões políticas. Puna refere a existência de um campeonato que se realizava entre as três regiões militares: “De qualquer modo, cada região militar tinha a sua equipa de futebol. O mais curioso é que a Região Militar 2 tinha a melhor equipa. E sabem porquê? Porque nos jogos entre regiões, o comandante da Região Militar 2 transferia os melhores jogadores para a sua área.”⁹⁰³

As populações que habitavam nas zonas sob administração da UNITA, apesar de interagirem no dia a dia com a guerrilha, de modo geral, viviam segregadas da componente militar da organização. As bases principais dividiam-se em duas partes distintas: uma que era composta pelo acampamento militar onde se encontrava o quartel, e outra pela povoação onde viviam os civis, que podia ser adjacente ou, por vezes, relativamente distante do acampamento.⁹⁰⁴ A localização dos serviços educativos ou de saúde entre estas duas componentes aparenta variar conforme a base.

Os aldeamentos das bases tinham uma disposição planeada, constituídos por diversas cubatas construídas com materiais tradicionais e localizadas de forma dispersa, e de preferência sob a folhagem densa do coberto vegetal, de forma a evitar a sua deteção a partir do ar. Era comum a existência de um pavilhão comunitário no centro do povoamento (jango), semelhante aos locais tradicionais de reunião dos sobas, onde a

⁹⁰¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 47-48.

⁹⁰² AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Portugal Counting Down its Days in Africa – Angola Will be Free: Marching with the Fighters of UNITA*, 1974: 5.

⁹⁰³ Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 84.

⁹⁰⁴ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 5.

administração civil desempenhava as suas funções.⁹⁰⁵ Invariavelmente, nos arredores destas povoações encontravam-se as lavras que sustentavam a guerrilha.

As comunidades mais afastadas das bases principais apresentavam vários níveis de cooperação com a UNITA. Algumas, apesar de estarem fora do seu controlo direto, elegiam *Comités Locais* e integravam-se de forma ativa na estrutura política da organização, mantendo um certo grau de autonomia administrativa. Os acampamentos e postos avançados da guerrilha do Galo Negro fixavam-se normalmente junto a uma rede de quimbos que colaboravam logisticamente com o movimento.⁹⁰⁶ Nas zonas de fronteira esbatidas e difíceis de definir entre a autoridade colonial e a influência da guerrilha, encontravam-se as comunidades disputadas. Aqui, a mobilização política era por vezes parcial, que muitas vezes se resumia a contactos inconstantes entre as populações e onde o suporte ativo resumia-se a uns quantos elementos colaborativos.

5 – Estratégias de Mobilização: Entre a Coerção e a Colaboração

Um movimento de libertação que desafie um regime colonial, necessita de uma estrutura organizacional que mobilize, coordene e sustente a luta armada. Vimos como a UNITA tentou resolver vários problemas materiais através da aplicação de uma agenda de autossuficiência, e através de um pacto de colaboração com as forças coloniais. Porém, esta agenda não se esgotou em iniciativas económicas. Existiu uma componente social relevante através da oferta de serviços de ensino e saúde, que se enquadra na definição de Kirsti Stuvoy de Quase Estado: “Insurgent movements do not possess juridical statehood, but through provision of services, such as basic needs and security, to civilians under insurgent control, their status can be considered an alternative form of empirical statehood.”⁹⁰⁷ Parece-nos claro que parte das áreas sob o controlo da guerrilha da UNITA, nos inícios da década de 70, cumprem os requisitos de um Quase Estado.

Do ponto de vista qualitativo vários testemunhos que passaram pelas áreas libertadas reportaram não só o estabelecimento de uma estrutura político-militar, como também a criação de serviços básicos de apoio às populações. Leon Dash e Malik Chaka,

⁹⁰⁵ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 5.

⁹⁰⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/ *Luchazes: Actividades do Inimigo*, 1967: 288.

⁹⁰⁷ Kirsti Stuvoy, “War Economy and the Social Order of Insurgencies: An Analysis of the Internal Structure of UNITA’s War Economy”, *Research Unit of Wars, Armament and Development - University of Hamburg*, (3), 2002: 19.

nas suas viagens ao interior de Angola em 1973, relataram de forma detalhada o funcionamento destes serviços de saúde e ensino e as suas respectivas limitações. Já Steve Valentine em 1969, não apresentou nenhuma referência da sua existência. Se tomarmos como indicadores de maturidade de uma área libertada os requisitos necessários que definem um Quase Estado, a UNITA apresentou melhorias substanciais na gestão das suas zonas ao longo da década de 70.

Esta gestão evoluiu para um sistema que dava maior ênfase à reciprocidade entre a guerrilha e as populações. As infraestruturas produtivas agrícolas, de saúde e ensino, asseguravam um grau de suporte de vida aos civis, e por outro lado, os mesmos civis disponibilizavam mão de obra e recrutas para sustentar a luta armada. Contudo, isto não significou o fim das estratégias de instrumentalização da violência utilizadas pela guerrilha do Galo Negro para compelir a colaboração das populações.

De acordo com Reed M. Wood, a transição para uma política de mobilização baseada em incentivos positivos é um indicador qualitativo da força de uma guerrilha: “Stronger rebels should perceive a declining benefit to the use of violence against civilians as a mobilization strategy and a corresponding increase in the utility of offering civilians a better deal than is offered by the regime. (...) Compared to stronger rebel organizations, weak or weakening groups are therefore more likely to use violence as a strategy to close the capability gap. (...) Given this situation, stronger insurgents maximize their mobilization potential by decreasing violence against civilians.”⁹⁰⁸ A implementação de iniciativas que mimetizavam o Estado nas áreas libertadas, representou uma medida com benefícios a longo prazo na conquista da lealdade política das populações, apenas disponível a uma organização com os recursos necessários para suportar o alto investimento. Em contrapartida, o uso seletivo de violência como mecanismo de recrutamento representava um instrumento de baixo custo, mas com efeitos contraproducentes na mobilização política civil a longo prazo.

A problemática da coerção, particularmente da utilização de esquemas de recrutamento forçado por parte da guerrilha, foi abordada de forma exaustiva pelo historiador Carlos Pacheco. A obra de Pacheco dá voz às comunidades rurais “não beligerantes” e não distingue entre a brutalidade dos vários movimentos nacionalistas angolanos e a do regime colonial portuguesa. Para o caso do MPLA, o autor classifica as

⁹⁰⁸ Reed M. Wood, “Rebel Capability and Strategic Violence against Civilians”, *Journal of Peace Research*, 47, (5), 2010: 604.

práticas coercivas contra civis como a Quinta, Sexta e Sétima guerras do movimento: Primeira guerra, contra o Estado colonial; Segunda guerra, a luta “Fratricida”; Terceira guerra, as disputas internas pelo poder dentro da organização; Quarta guerra, a luta movida aos Cabindenses, particularmente contra o Comité Revolucionário de Cabinda (CRC); Quinta guerra, os ataques às comunidades rurais “não beligerantes”; Sexta guerra, contra os “corpos”, ou o assalto sexual a civis; Sétima guerra, contra a infância, através da utilização de crianças soldado.⁹⁰⁹

Apesar da considerável substância empírica, baseada no uso extensivo do arquivo da PIDE-DGS, a obra de Pacheco é guiada por uma narrativa enviesada, que concentra todas as ações negativas da coletividade do MPLA na responsabilidade individual de Neto, com o claro objetivo de diabolização do biografado.⁹¹⁰ Um dos sintomas desta estratégia de diabolização passa pela utilização livre e criativa de adjetivos fortes para classificar as ações do MPLA contra a população civil (“crime hediondo”, “coleção de atrocidades”, “orgia criminosa”, “assalto abominável” e “banho de sangue”), os agentes históricos da guerrilha (“demónio do terror”, “carniceiro contumaz”, “bestas do apocalipse”, “matilha exaltada de demónios”, “séquito de facínoras”, “besta guerreira”, “carrasco de civis” e “personagens diabólicas”), e as motivações por detrás da brutalização de civis (“nacionalismo esquizofrénico” e “ideologia radical de tipo jacobino”).⁹¹¹ A proposta explicativa para a instrumentalização da violência contra civis resume-se exclusivamente à “visão niilística e fanática do mundo” e “lógica assassina” inerentes à ideologia do MPLA.⁹¹² Outro dos problemas da narrativa montada por Pacheco prende-se com o facto de o autor não contrastar os inúmeros episódios de violência contra civis com casos de adesão voluntária e colaboração ativa das populações com a guerrilha.

Também no caso da guerrilha do Galo Negro transpareceram inúmeros casos de brutalização de civis nos autos da PIDE de apresentados e capturados. O programa das FALA estabeleceu oito princípios que deviam regular as relações entre os guerrilheiros da UNITA e as populações: “1º - Falar polidamente; 2º - Comprar e vender com

⁹⁰⁹ Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva*, Vol. 1 (Lisboa, Nova Vega, 2016): 377.

⁹¹⁰ Helder Adegar Fonseca, *Agostinho Neto and Biographical Historiography* (Mauritius, Lambert Academic Publishing, 2020): 38.

⁹¹¹ Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva*, Vol. 1 (Lisboa, Nova Vega, 2016): 381-382, 386, 389-390, 393, 395, 403, 410, 422.

⁹¹² Carlos Pacheco, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva*, Vol. 1 (Lisboa, Nova Vega, 2016): 400-407.

honestidade; 3º - Devolver tudo quanto se torna empréstimo; 4º - Indemnizar por todos os prejuízos que se causam; 5º - Não bater nem insultar as populações; 6º - Não causar prejuízos às plantações; 7º - Não tomar liberdades com as mulheres; 8º - Não maltratar os prisioneiros.”⁹¹³ Estas regras foram recorrentemente quebradas ao longo da luta armada, tanto pelos guerrilheiros como pela iniciativa dos comandantes que os lideravam - e contradizem a narrativa propagandística que a “guerrilha da UNITA se esforçava por não ocasionar baixas entre as populações civis.”⁹¹⁴

Um dos exemplos ilustrativos de brutalização de civis ocorreu em Outubro de 1966, por iniciativa do comandante André Samanhonga, no distrito do Moxico, quando ordenou a guerrilha incendiar o povoamento de Canda, como repercussão pela recusa da população em aderir à UNITA.⁹¹⁵ Em Dezembro de 1966, o carpinteiro Mariche Cassapato foi raptado pelos guerrilheiros das FALA, juntamente com a população da aldeia de Cassinde, no Moxico. Após uma tentativa de fuga, Cassapato foi severamente espancado, e o comandante da guerrilha ordenou que fosse amarrado durante um mês como castigo.⁹¹⁶ Outro episódio, em inícios de 1967, ocorreu nas imediações da sede de posto de Dala, na província da Lunda, onde o soba Muatxiawa cooperou logisticamente com um acampamento de vinte e cinco guerrilheiros do Galo Negro através do fornecimento de mantimentos e de “mulheres para satisfação das suas necessidades sexuais”.⁹¹⁷ Em Agosto de 1967 um grupo de dez civis foi raptado pela UNITA no quimbo de Cachicala, junto ao rio Cuando. Após uma tentativa de fuga, um dos civis, de nome Chinoia Massango foi espancado continuamente e torturado com queimaduras graves nas costas e braços.⁹¹⁸ Execuções sumárias de autoridades tradicionais foram outra das ocorrências comuns. Um dos casos ilustrativos foram as atividades do grupo de guerrilheiros sob o comando de Manuel Sachilombo na área do Alto Cuito. Sachilombo

⁹¹³ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*O Programa Geral das FALA*, [Sem Data]: 42.

⁹¹⁴ Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977): 14-15.

⁹¹⁵ ADN/SGDN/2REP-I/ Caixa 536/ SCCIA/ Centro de Informações Nº2/ *Evolução Politico-Subversiva no Leste de Angola*, 1967: 5.

⁹¹⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Actividades da UNITA*, 1969: 127-129.

⁹¹⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Acções Terroristas*, 1967: 400.

⁹¹⁸ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Actividades do Inimigo*, 1967: 278.

ordenou a execução de três sobas e um feiticeiro por colaborarem com as autoridades coloniais e adquirirem mercadorias em casas comerciais geridas por europeus.⁹¹⁹

Sob a chefia do comandante de nome de guerra “Fox” registaram-se vários episódios de particular violência contra as populações rurais. Em Janeiro de 1968, nos quimbos de Chinguelenguele e Buéte, no distrito do Bié, um grupo de guerrilheiros liderado por “Fox” raptou cerca de duas dezenas de civis, que foram obrigados a construir um acampamento nas matas e a cultivar lavras para fornecer fuba à guerrilha. No mesmo mês, “Fox” obrigou a população das embalas de Moximano, Quenguelês, Muassamba, nos arredores da sede de posto do Umpulo, a deslocar-se para as matas, onde ordenou o espancamento de quem se recusasse fazê-lo. Entre os raptados recrutou à força diversos civis para servirem de soldados nas fileiras do Galo Negro.⁹²⁰ Em finais de 1968, “Fox” foi despromovido por “tratar mal o seu pessoal” e transferido para a zona do rio Cassapa com o estatuto de “milícia”.⁹²¹

Por outro lado, registaram-se também diversos casos de adesão voluntária à causa da UNITA. Ao longo deste capítulo abordou-se recorrentemente como o problema logístico da guerrilha nas matas se refletiu numa oferta rudimentar e limitada de serviços de saúde e ensino. Existem problemas de medição que impedem de perceber, de forma objetiva, se o nível de qualidade destes serviços cumpria os requisitos mínimos de uma assistência e cobertura básica das necessidades civis. Mas mesmo nesta avaliação há, no entanto, uma grande margem de relatividade. A guerrilha em contexto de luta armada precisava apenas de oferecer às populações melhores condições que aquelas disponibilizadas pelo regime adversário e, deste modo, transformar-se num pólo de atração mais apelativo que o Estado colonial. Esta fragilidade do regime foi um dos argumentos que Savimbi convocou para explicar o suposto sucesso das áreas libertadas da UNITA em 1973: “Education and medical services have never been available to the peasants here from the government, only the few Protestant missions here have provided schools and free medical, services, but even they are not enough to meet the need.”⁹²²

⁹¹⁹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Actividades da UNITA*, 1967: 290-291.

⁹²⁰ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Actividades do Inimigo*, 1969: 104-106, 108-115.

⁹²¹ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.1/NT 9093/*Actividades da UNITA*, 1969: 102-103.

⁹²² AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 8.

A questão da disputa entre a UNITA e a administração colonial pela lealdade civil não era influenciada apenas pela oferta de incentivos positivos do lado da guerrilha, mas também pelas consequências negativas provocadas pela utilização de medidas repressivas necessárias à manutenção do regime colonial. No caso das zonas afetadas diretamente pela guerra, o uso de violência indiscriminada por parte do exército português, contribuiu para que muitas populações anteriormente alheias à influência dos movimentos independentistas, optassem pela vida nas matas com a guerrilha. Os abusos praticados pela tropa colonial contra civis, durante o exercício das suas operações na Frente Leste, foram uma questão referenciada, mas abordada timidamente nas atas das reuniões da Comissão de Contra Subversão do Moxico.⁹²³

Em 1969, Steve Valentine descreveu a crise de refugiados que se vivia no interior de Angola, causada pela campanha de bombardeamentos aéreos e pela política de aldeamentos.⁹²⁴ Sem nenhum apelo político específico da guerrilha, estas comunidades desenraizadas das suas povoações, procuraram voluntariamente abrigo nas matas fora do controlo colonial, e representavam um grupo com uma grande receptividade a colaborar de forma ativa com a UNITA.⁹²⁵ Como relata Valentine, as duras condições do sistema colonial contribuíram de forma significativa para a capacidade de recrutamento do movimento do Galo Negro: “Uma boa percentagem dos guerrilheiros foram forçados a lutar devido aos maus tratos dos portugueses.”⁹²⁶

As entrevistas que Leon Dash elaborou em 1973 nas bases da UNITA, são uma amostra importante que ilustra as razões que levaram civis a juntarem-se de livre vontade à guerrilha numa vida de duras privações nas matas. Há uma grande diversidade nos

⁹²³ “Apenas pretende dizer-se, por imperativo de consciência, que o ‘divórcio’ actualmente existente entre as NT/População e que tem levado aquelas, por falta de confiança nestas, a praticarem, se não genocídios, pelo menos degradação e abusos (...) Como podem as nossas tropas ter confiança nessas populações? As tropas são vítimas de emboscadas, flagelações, rebentamentos de minas e têm a convicção que na maioria das vezes as populações não são alheias a essas acções violentas. É, portanto, natural que façam as suas buscas e revistem quimbos, não podendo contar com o auxílio das autoridades administrativas, que estão longe. Nestas acções de busca e de revista é de admitir que se verifiquem, por vezes, atitudes menos próprias não só devido ao estado emocional resultante, sem dúvida compreensível, como também à não preparação especial das nossas tropas para lidar com as várias etnias.” ANTT/ PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ P. Inf/ Processo 11.26.1/ NT 1854/ *Conselho Distrital de Contra-Subversão do Moxico, Sessão N°77, 1970: 137.*

⁹²⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA, 1969: 137.*

⁹²⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA, 1969: 142.*

⁹²⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Zâmbia: Propaganda da UNITA, 1969: 134.*

motivos específicos destes testemunhos que, invariavelmente, se relacionam ou com as consequências diretas da guerra ou com a violência do regime colonial. Um dado importante a ter em consideração é o facto de entre as populações que voluntariamente se submeteram à administração da guerrilha, essa adesão não implicar necessariamente um comprometimento político ou ideológico sério, quer com a UNITA em específico, quer com a causa independentista angolana em geral. O impulso polarizador das áreas libertadas perante os civis resumia-se, muitas das vezes, à sua capacidade de satisfazer necessidades básicas ou superar a das zonas sob autoridade colonial. Foi o caso de várias mulheres que fugiram de um aldeamento em 1972, que convocaram o argumento da segurança alimentar para explicar as razões da fuga: “The women said they had run away from the Hamlet, Chipoia, because they preferred living with the guerrillas, not for any intricate political or ideological reasons, but because they ate better.”⁹²⁷

Outra das razões comuns para a fuga do controlo da administração colonial passava pelo descontentamento generalizado em relação ao regime de trabalho forçado e aos abusos recorrentes dos chefes de posto. Nestes casos, a receptividade à mobilização política da UNITA tinha a tendência a ser alta. Exemplo ilustrativo foi o caso de Jaa Matende,⁹²⁸ bosquímano forçado a trabalhar na exploração de diamantes no Sul de Angola, que em 1968 foi recrutado pelos guerrilheiros do Galo Negro: “They said the only way we could enjoy a better life was for all Angolans to get together and kick the Portuguese out. So, I came to join them.”⁹²⁹

Entre os escalões baixos das autoridades coloniais também existiam aqueles que preferiram viver sob o controlo da guerrilha, como foi o caso do Regedor Agosto Kambimba. Kambimba estava encarregue, pelo Chefe de Posto do Umpulo, de recolher os impostos em oito sobados. Tarefa que, como relatou, dificilmente conseguia cumprir: “It was the same thing each year. I dont know why they did it because they knew ahead of time that the people would not have enough money to pay the taxes.” Como consequência deste incumprimento, o Regedor e os Sobas sofreram punições corporais de palmatória, e foram obrigados a aumentar o número de homens que forneciam ao sistema de trabalho forçado.⁹³⁰

⁹²⁷ Sublinhado nosso – AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 9.

⁹²⁸ Ver Anexos, Figura 3.

⁹²⁹ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 11.

⁹³⁰ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 11.

Outro exemplo foi o do Soba Antunes Chihondi, que em 1968 aderiu à guerrilha juntamente com a população da sua aldeia, devido aos abusos dos Chefes de Posto na recruta de trabalhadores para o regime de contrato. Nas suas palavras, a vida nas áreas libertadas da UNITA revelou-se numa experiência positiva para a sua comunidade fruto da ausência dos instrumentos de exploração do sistema colonial: “For the first several months they were upset. But now they have become accustomed to the life in the bush. The important thing is that here we are not bothered by the Portuguese collecting taxes and taking our men off to the coffee plantations.”⁹³¹

Outro dos relatos recorrentes relacionava-se com as consequências diretas da guerra sobre as populações, como histórias de destruição de aldeias, deslocamentos forçados, e fuzilamento e espancamento indiscriminado de civis por parte do exército português. Foi o caso de Felipe Swanwileno que testemunhou a destruição da sua aldeia pelas tropas coloniais: “They began to kill everything, the goats, the chickens, and burned all our houses down.”⁹³² Ou o exemplo da trabalhadora rural Isalina Fawima que presenciou o fuzilamento da sua família: “As she watched helplessly, the soldiers lined up and shot her mother, father and three brothers, an uncle and the other unarmed villagers. After the soldiers left, she ran to the nearest UNITA guerrilla militar camp, vowing to never again be caught without a gun.”⁹³³ Para estas vítimas, a opção de viver nas áreas libertadas revelou-se simplesmente uma questão de sobrevivência, sem haver grande necessidade de uma campanha de mobilização política por parte da guerrilha do Galo Negro.

O depoimento de 1973 de Vasco Lória, sugere também que o Galo Negro alterou a sua estratégia comportamental em relação com os civis, baixando consideravelmente as táticas coercivas: “Que ultimamente a UNITA não tem efectuado raptos de populações, em virtude de preferir que as mesmas vão voluntariamente para a mata, ‘aliciadas’ por familiares ou por elementos das ‘células’ clandestinas, pois desta forma o ‘partido’ não corre o risco das pessoas fugirem dos acampamentos, revelando as suas localizações às autoridades.” No entanto, no mesmo depoimento, Lória sugere que esta mudança de estratégia não alterou radicalmente a insatisfação de uma parte considerável dos civis que viviam sob a administração da UNITA: “Que, muitas pessoas estão descontentes com

⁹³¹ Sublinhado nosso – AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 11-12.

⁹³² AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 12.

⁹³³ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.002/ *Rebel Bands Roam at Will in Portuguese Territory*, 1973: 12.

Savimbi, em virtude da sua dureza com as populações e próprios militares com ou sem graduação.”⁹³⁴

Existiram, portanto, vários níveis de mobilização empregues pela UNITA, que iam desde o uso indiscriminado de violência contra civis, à implementação de serviços que atuaram como elementos de atração. Esta capacidade polarizadora da guerrilha tem de ser contextualizada com os sentimentos das populações em relação ao sistema colonial e à doutrina de contrainsurgência, e no modo como de forma direta ou indireta, contribuíram para que muitos civis preferissem viver sob a administração da guerrilha.

⁹³⁴ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 131.07.68/ NT 2749-2751/ *Aditamento ao Relatório de Apresentado N° 66-73, Depoimento ao Ex. Cap. da UNITA Vasco Lória, 1973: 5.*

Capítulo VI – A Variável Externa: Competição e Cooperação

O apoio material e moral externo, juntamente com a participação em redes de solidariedade informais e institucionais, constituíram uma variável determinante nas lutas de libertação da África Austral. Porém, o sucesso de um movimento independentista em captar assistência externa polivalente, em quantidade e qualidade, ou de estabelecer boas relações diplomáticas com plataformas internacionais anticoloniais, não se traduziu, necessariamente, em sucesso militar no terreno. Como aponta John Marcum (1978) para o caso de Angola, se, por um lado, o exemplo da UNITA ilustra como a ausência de apoio externo substantivo limitou a capacidade de insurgência de uma guerrilha, por outro, os exemplos da FNLA e do MPLA demonstram que linhas externas de assistência substancial e contínua, não foram suficientes para superarem fragilidades políticas internas ou restrições de acesso à fronteira angolana impostas por países vizinhos e manter operações de guerra consistente. A capitalização político-militar das vantagens oferecidas pela “variável externa” dependeu muito da capacidade de mobilização interna das organizações revolucionárias angolanas.⁹³⁵

Existe um claro consenso historiográfico sobre a ausência de apoio externo significativo da UNITA durante a Guerra da Independência de Angola.⁹³⁶ Este aspeto

Nota: A investigação para este capítulo resultou na seguinte comunicação e publicação: João Fusco Ribeiro, “A UNITA e as Conexões com o Leste Global (1964-19674)”, Paper presented at International Conference: *The Lusophone World: Independências em Escala Global: Anticolonialismos e Redes Internacionais de Apoio no Contexto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)*, LSA and CHAM Org., University of Azores, 2022; João Fusco Ribeiro, “UNITA, China, and the Soviet Bloc: Rivalries, Constraints, and Cooperation (1964-1974)” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s* (Berlin, De Gruyter, 2023): 57-79.

⁹³⁵ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 221-222.

⁹³⁶ Agostinho Alexandre Joaquim da Silva, “Angola: Dinâmicas Internas e Externas na Luta de Libertação (1961-1975)” (Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Lusófona, 2014): 122-130; Alicia Altorfer-Ong, “East Asian Support to the Southern African Liberation Struggle, 1960’s to 1994” in Arnold J. Temu and N. Tembe, eds. *Southern African Liberation Struggles, Contemporary Documents, 1960-1994*, Vol. 8 (Dar-Es-Salaam, Mkuki na Nyota, 2014): 285-288; Bruce D. Larkin, *China and Africa (1949-1970)* (Berkeley, University of California Press, 1973): 189; Fernando Guimarães, “The Origins of The Angolan Civil War: International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976” (PhD Thesis, London, The London School of Economics, 1992): 442-445; Helder Adegar Fonseca, “The Military Training of Angolan Guerrillas in Socialist Countries: A Prosopographical Approach, 1961-1974” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold War ‘East’* (Berlin, De Gruyter, 2019): 126; John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 221, 229-230; Stephen L.

levou Marcum (1978) a caracterizar o movimento de Jonas Savimbi como um “revolutionary outsider”, comparativamente à capacidade de outras organizações nacionalistas angolanas rivais em criar e manter conexões consistentes de solidariedade externa.⁹³⁷ A narrativa interna da UNITA passava a ideia de que a ausência de apoio estrangeiro era parcialmente autoimposta. Os boletins de propaganda *Kwacha* destacavam a necessidade de implementar medidas de autossuficiência logística, de uma postura diplomática de não alinhamento e de uma renúncia à luta armada liderada a partir do exílio, com o objetivo de reduzir a dependência do exterior e, portanto, evitar a instrumentalização da revolução nacional por potências externas, no enquadramento da competição regional da Guerra Fria na África Austral.

A literatura que aborda a variável externa da UNITA pode ser dividida em três categorias. A primeira examina a agência dos fornecedores de apoio, principalmente a República Popular da China. É o caso dos trabalhos de Bruce Larkin (1973), Steven F. Jackson (1995) e Alicia Altorfer-Ong (2014), que identificam as motivações e contribuições anticoloniais da China na Luta de Libertação Angolana.⁹³⁸

Uma segunda categoria centra-se na cronologia da Guerra Civil de Angola e explora, de forma dispersa, algumas das repercussões de longo prazo das conexões de apoio externo anticolonial estabelecidas pelo movimento Galo Negro. A obra de Kirsti Stuvoy (2002) sobre a economia de guerra da UNITA, faz referência à implementação de medidas de autossuficiência de inspiração maoísta.⁹³⁹ Na abordagem de Teresa Koloma Beck (2012) à dinâmica social da Guerra Civil, as influências chinesas do Galo Negro são frequentemente mencionadas.⁹⁴⁰ No trabalho de Justin Pearce (2015), o alinhamento

Weigert, *Angola – A Modern Military History, 1961-2002* (New York, Palgrave Macmillan, 2011): 36-38; Steven F. Jackson, “China’s Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique (1961-1993)”, *The China Quarterly*, 142, 1995: 397-398; Teresa Koloma Beck, *The Normality of Civil War: Armed Groups and Everyday Life in Angola* (Frankfurt, Campus, 2012): 88-92.

⁹³⁷ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 225.

⁹³⁸ Alicia Altorfer-Ong, “East Asian Support to the Southern African Liberation Struggle, 1960’s to 1994” in Arnold J. Temu & N. Tembe, eds. *Southern African Liberation Struggles, Contemporary Documents, 1960-1994*, Vol. 8 (Dar-Es-Salaam, Mkuki na Nyota, 2014): 282-292; Bruce D. Larkin, *China and Africa (1949-1970)* (Berkeley, University of California Press, 1973): 186-193; Steven F. Jackson, “China’s Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique (1961-1993)”, *The China Quarterly*, 142, 1995: 388-403.

⁹³⁹ Kirsti Stuvoy, “War Economy and the Social Order of Insurgencies: An Analysis of the Internal Structure of UNITA’s War Economy”, *Research Unit of Wars, Armament and Development - University of Hamburg*, (3), 2002: 43, 71-72.

⁹⁴⁰ Teresa Koloma Beck, *The Normality of Civil War: Armed Groups and Everyday Life in Angola* (Frankfurt, Campus, 2012): 88-89, 91, 97, 99-100.

ideológico da UNITA com o modelo chinês “importado” e a admiração pessoal de Savimbi por Mao Tsé-Tung são dimensões referidas sumariamente.⁹⁴¹

Uma última categoria aborda as ligações com o “Global East”,⁹⁴² como espaço integrado, e os movimentos de libertação angolanos, principalmente o MPLA. Apesar do desequilíbrio temático, estes estudos oferecem alguns contributos significativos para o caso da UNITA. Natalia Telepneva (2021) e Helder Adegar Fonseca (2023) analisam a experiência de Jonas Savimbi como Ministro das Relações Exteriores do GRAE nas várias tentativas de mobilização de recursos no Bloco de Leste.⁹⁴³ Fonseca (2019) sugere também a existência de um “modelo da UNITA”, que consistia num esquema autónomo de treino de guerrilha militar no interior de Angola (questão analisada no capítulo anterior), com uma ajuda externa limitada.⁹⁴⁴ No entanto, a variável externa da luta anticolonial do Galo Negro carece de um estudo histórico específico guiado por uma investigação baseada em documentação de arquivo.

⁹⁴¹ Justin Pearce, *A Guerra Civil em Angola 1975-2002* (Lisboa, Tinta da China, 2015): 180-183.

⁹⁴² Sobre o conceito espacial de “Leste” durante a Guerra Fria considera-se a seguinte perspetiva: “We use 'East' for countries that were considered in the Cold War decades not to be part of the 'West', but do not include socialist Cuba, located in the Western hemisphere (...) There was no single Eastern bloc. The Soviet Union and the People’s Republic of China were at daggers drawn by the 1970s in what is usually termed the Sino-Soviet split (...) Yugoslavia, seen from the West as belonging to the 'East', was not a Soviet satellite. Even countries in the Warsaw Pact such as the German Democratic Republic (GDR) had a complex relationship with Moscow, which changed over time. (...) We interpret this [East] as the design of an imagined 'space' consisting of multiple spatial layers where differentiated actors operate.” Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, “Southern African Liberation Movements and the Global Cold War ‘East’: Introduction” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold War ‘East’* (Berlin, De Gruyter, 2019): 5.

⁹⁴³ Natalia Telepneva, *Cold War Liberation: The Soviet Union and the Collapse of the Portuguese Empire in Africa, 1961-1975* (Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2021): 81-87; Helder Adegar Fonseca, “Choosing Eastern Partners: The First Phase of the ‘Angolan Revolution’ (1960-1963)” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s* (Berlin, De Gruyter, 2023): 48-56.

⁹⁴⁴ Helder Adegar Fonseca, “The Military Training of Angolan Guerrillas in Socialist Countries: A Prosopographical Approach, 1961-1974” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold War ‘East’* (Berlin, De Gruyter, 2019): 126.

1 - Isolamento Diplomático

Como vimos no Capítulo III, em 1966 a UNITA conseguiu estabelecer uma aliança regional com o ANC e a SWAPO durante a luta anticolonial através da criação da UFA – que atuou militarmente através do eixo UNITA-SWAPO. Porém, dos três movimentos de libertação angolanos, o Galo Negro foi a organização consideravelmente mais marginalizada nas possibilidades de apoio externo e forçada ao quase isolamento diplomático. No plano das plataformas institucionais africanas, nunca gozou do reconhecimento formal da Organização da Unidade Africana durante o período da luta pela independência (ao contrário do MPLA e da FNLA), o que a excluiu dos apoios financeiros disponibilizados pelo Comité de Libertação, e limitou seriamente as oportunidades de publicidade internacional.⁹⁴⁵

No âmbito das plataformas internacionais, a UNITA manteve contactos com a Organização das Nações Unidas (ONU). Perante o Comité Especial de Descolonização (CED) da ONU que visitou Lusaka em 1969, o representante do Galo Negro, David Chinguji Samwinbila, apresentou uma petição onde expôs as atividades anticoloniais desenvolvidas pelas FALA no interior de Angola. Samwinbila relatou ao Comité que apesar da “ausência de ajuda externa” e da “propaganda enganosa de alguns angolanos renegados”, a UNITA possuía o “apoio inquestionável do povo nas cidades e no campo”.⁹⁴⁶ Foram apresentadas fotografias ao Comité de armas capturadas ao exército português pela guerrilha, como prova da utilização de equipamento da NATO em Angola.⁹⁴⁷ Três pedidos foram formulados à ONU pelo Galo Negro: “1) To tell the demented nations to stop supplying arms to Portugal; 2) To exercise pressure on Portugal to induce it to grant immediate and complete independence to Angola; 3) To come with us to Angola and see for itself what is happening there.”⁹⁴⁸ Não há indicação que algum

⁹⁴⁵ Hilmi S. Yousuf, “The OAU and the African Liberation Movement”, *Pakistan Horizon*, 38, (4), 1985: 55-67; John Gay Nout Yoh, “The Institutional Role of the Organisation of African Unity (OAU) in Conflict Resolution in Africa” (PhD, University of South Africa, 2008): 178.

⁹⁴⁶ UNARMS/ Department of Trusteeship and Information from Non-Self-Governing Territories/ Series 0504/ Box 99/ File 1/ *Petition submitted by UNITA to the United Nations Special Committee on Decolonization at Lusaka, Zambia*, 1969: 2.

⁹⁴⁷ Ver Anexos, Figura 9.

⁹⁴⁸ UNARMS/ Department of Trusteeship and Information from Non-Self-Governing Territories/ Series 0504/ Box 99/ File 1/ *Petition submitted by UNITA to the United Nations Special Committee on Decolonization at Lusaka, Zambia*, 1969: 3.

representante da ONU tenha visitado as áreas operacionais da UNITA durante a Guerra de Libertação.

Nos alinhamentos entre organizações independentistas africanas, o movimento do Galo Negro foi excluído do bloco da “Aliança de Casablanca”, que formou, em 1961, a CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), constituída pelo MPLA, FRELIMO, PAIGC e CLSTP. Foi deixado de fora do eixo da “Aliança do Congo”, associação de curta duração formada em 1963, entre a FNLA, COREMO, UDENAMO, PAC e ZANU, mas que continuou a agir informalmente até à década de 70.⁹⁴⁹ Em 1969, na Conferência de Khartoum, os movimentos que integravam a AAPSO (Afro-Asian People’s Solidarity Organisation) - MPLA, FRELIMO, PAIGC, ANC, ZAPU e SWAPO - foram consideradas as únicas organizações “representativas” das lutas de libertação em África.⁹⁵⁰ A AAPSO constituía, na verdade, o conjunto dos movimentos “autênticos” patrocinados pela política externa soviética, na qual a UNITA nunca foi incluída.⁹⁵¹

Contrastando com os casos do MPLA e da FNLA, que desenvolveram relações colaborativas na Argélia com a FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional) e a FPL (Frente Portugal Livre), o movimento do Galo Negro foi incapaz de estabelecer relações significativas com organizações antifascistas portuguesas.⁹⁵² Isto não significa que a UNITA não mantivesse contactos com elementos oposicionistas ao Estado Novo. Foi o caso da correspondência que Tony da Costa Fernandes e Jonas Savimbi mantiveram com Francisco Ramos da Costa, dissidente do PCP e fundador, juntamente com Mário Soares, da RPS (Resistência Republicana e Socialista).⁹⁵³

⁹⁴⁹ Steven F. Jackson, “China’s Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique (1961-1993)”, *The China Quarterly*, 142, 1995: 389-390.

⁹⁵⁰ AHS/ ICS/ Coleção História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 144/ *International Affairs Bulletin*, ‘Khartoum Conference and Six Liberation Movements’, Vol. IV, No. 1, 1969: 1-2.

⁹⁵¹ Natalia Telepneva, “Our Sacred Duty: The Soviet Union, the Liberation Movements in the Portuguese Colonies, and the Cold War (1961-1975)” (PhD, London School of Economics, 2014): 177-183; Carolinen Stolte, “‘The People’s Bandung’: Local Anti-Imperialists on an Afro-Asian Stage”, *Journal of World History*, 30, (1-2), 2019: 153-154.

⁹⁵² John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 226-227; Dawn Linda Raby, “Portuguese Exile Politics: The ‘Frente Patriótica de Libertação Nacional’ (1962-1973)”, *Luso-Brazilian Review*, 31, (1), 1994: 77-89; Susana Maria Santos Martins, “Exilados Portugueses em Argel - A FPLN das Origens à Rutura com Humberto Delgado (1960-1965)” (Tese de Doutoramento, FCSH, 2013): 56-58, 68, 98-99, 102-109, 340-341.

⁹⁵³ AFMS/ Documentos Francisco Ramos da Costa/ Pasta 04286.003/ *Correspondência com UNITA e MPLA*, 1967-1970: 1-8.

O grande esforço diplomático da UNITA foi o de ser reconhecida formalmente por parte da OUA e, dessa forma, ver a sua luta legitimada a par do MPLA e FNLA, e quebrar o isolamento externo através da participação em redes institucionais de solidariedade que fornecessem ajuda material e publicitassem a sua causa anticolonial. Desde cedo que a presença da guerrilha da UNITA no interior de Angola foi ignorada por parte da OUA. Em Junho de 1967, a Comissão Militar Neutra da OUA analisou, através da aplicação de diversos parâmetros,⁹⁵⁴ o desempenho dos movimentos de libertação em Angola, com o propósito de estabelecer a “base correcta para a assistência militar a ser fornecida de futuro” às guerrilhas independentistas.⁹⁵⁵ Esta Comissão teve em contacto direto com representantes da FNLA e do MPLA, inspecionou centros de operações militares e fez uma apreciação detalhada da evolução da luta armada de ambos os movimentos.⁹⁵⁶ No relatório final, não existe nenhuma referência à presença de um terceiro movimento de libertação em Angola.

Recorrentemente, e sem sucesso, a UNITA apelou ao reconhecimento formal por parte da OUA e convidou representantes desta organização a visitarem as áreas operacionais da guerrilha do Galo Negro.⁹⁵⁷ Por um lado, através do boletim de propaganda *Kwacha*, procurou manifestar publicamente a sua disponibilidade em resolver os problemas da “unidade” do nacionalismo angolano, ao propor a criação de uma Frente Democrática Unida entre os três movimentos de libertação e sob os auspícios da OUA. Por outro, procurou convencer a OUA da legitimidade “revolucionária” da UNITA, demonstrando que a guerrilha de Savimbi mantinha uma presença efetiva no interior de Angola e era prolífica em operações contra as tropas coloniais portuguesas. Por último, denunciou a marginalização do movimento por parte da OUA como manobra das grandes potências em imporem “regimes de partido único” na África independente.

⁹⁵⁴ As linhas orientadoras da Comissão Militar Neutra da OUA para avaliar o avanço da luta de independência em Angola foram divididas em duas componentes: **1) Antecedentes** – a) Data da Fundação do Partido; b) Data do Lançamento da Luta Armada; c) Composição da Chefia do Partido; d) Representações em Países Africanos; e) Jornais e Boletins emitidos pelos Movimentos; **2) Atividades** – a) Zonas de Combate; b) Regiões Libertadas; c) Número de Forças, Armamento e Material; d) Forças Inimigas; e) Relações dos Movimentos de Libertação com os Países Vizinhos; f) Relações entre os Movimentos de Libertação. ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/PI 130.01.01/ Vol.5 /NT 2720-2724/ *Relatório da Comissão Militar Neutra da OUA sobre Angola*, 1967: 37-38.

⁹⁵⁵ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/PI 130.01.01/ Vol.5 /NT 2720-2724/ *Relatório da Comissão Militar Neutra da OUA sobre Angola*, 1967: 28.

⁹⁵⁶ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/PI 130.01.01/ Vol.5 /NT 2720-2724/ *Relatório da Comissão Militar Neutra da OUA sobre Angola*, 1967: 28.

⁹⁵⁷ Ver Anexos, Figura 4.

De facto, numa tentativa de quebrar o isolamento diplomático e adquirir publicidade internacional, a UNITA, desde cedo tentou envolver a OUA como solução para o problema da rivalidade política e ausência de coordenação militar entre os movimentos de libertação angolanos. Em 1968, Savimbi afirmou que para a criação de uma “verdadeira unidade” era necessária a aceitação de todos os angolanos e os estados africanos independentes em reconhecer a “indisputável realidade política angolana”: a existência de três movimentos políticos a combaterem em Angola - FNLA, MPLA e UNITA.⁹⁵⁸ Um dos elementos que o Presidente do Galo Negro considerou essencial para a realização efetiva da cooperação entre as organizações rivais, foi a participação da OUA como mediador das negociações e a sua inclusão na futura aliança tripartida com o estatuto de observador.⁹⁵⁹ Durante o 2º Congresso foi relançado o apelo à OUA para a formação urgente de uma Frente Democrática Unida que resolvesse a fratura entre as três organizações independentistas.⁹⁶⁰ Em 1969, numa carta enviada ao Comité de Libertação, a UNITA demonstrou-se novamente disponível a encetar conversações de “unidade” com o MPLA e FNLA, nas quais a OUA funcionaria como plataforma neutra para as negociações.⁹⁶¹ No mesmo ano, o Comité Central da UNITA convocou uma reunião urgente “of the Angolan Liberation movements for unity talks under the auspices of the OUA”.⁹⁶² Em 1972, o movimento reconheceu que todos os memorandos relativos à reconciliação nacional enviados ao Comité de Libertação foram ignorados.⁹⁶³ As declarações públicas a favor da unidade angolana e o apelo à OUA como base para a sua concretização, constituíram um dos temas mais assíduos na literatura panfletária da UNITA.⁹⁶⁴

Outro dos temas recorrentes nos boletins informativos foi o da exposição dos moldes da luta armada e descrição das atividades anticoloniais desenvolvidas pela guerrilha do Galo Negro contra o colonialismo português, o que incluiu a publicação de correspondência entre a Direção do movimento e o Comité de Libertação da OUA.

⁹⁵⁸ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04357.006.007/ *Angola Seventh Year – UNITA Central Committee*, 1968: 38.

⁹⁵⁹ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04357.006.007/ *Angola Seventh Year – UNITA Central Committee*, 1968: 38-39.

⁹⁶⁰ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 30/ *II Congresso f UNITA*, 1969: 5.

⁹⁶¹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 9.

⁹⁶² AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 2, 1969: 4.

⁹⁶³ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 9, 1972: 4.

⁹⁶⁴ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 2, 1969: 7-8; AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 3, 10.

Numa dessas cartas, em Janeiro de 1969, a UNITA demonstrou preocupação perante os comunicados de guerra “bombásticos e monótonos” publicados pelos movimentos independentistas rivais, e responsáveis por minarem a credibilidade da luta anticolonial angolana: “We ask the African Liberation Committee to note that credibility of the nationalist propaganda efforts has fallen very low because of exaggeration and distortion. We believe that the best propaganda in the struggle is always the truth.”⁹⁶⁵ Porém, o Galo Negro reivindicou perante o Comité de Libertação a presença “inquestionável” da guerrilha das FALA, desde 1966, em seis províncias angolanas (Moxico, Cuando-Cubango, Lunda, Bié, Malanje e Huambo), regiões onde mantinha “largas áreas” sob seu controlo, e onde havia organizado serviços de educação, saúde e fomento agrícola entre as populações.⁹⁶⁶ Noutra carta ao Comité de Libertação, datada de Agosto de 1969, voltou a ser exagerada a dimensão territorial da luta armada das FALA, ao se afirmar que a UNITA havia “enraizado” as suas forças no Huambo e tinha aberto uma nova frente na província da Huíla, expandindo a atividade da guerrilha para sete dos quinze distritos de Angola.⁹⁶⁷ De forma semelhante aos excessos propagandísticos que denunciou por parte da literatura panfletária de outros movimentos, a UNITA exagerou claramente a extensão da atividade da sua luta armada em Angola à OUA. A guerrilha do Galo Negro nunca atuou no Huambo e na Huíla, a sua atividade na Lunda e Malanje foi essencialmente de carácter transitório e, para este período, o único núcleo territorial sob controlo efetivo localizava-se no alto curso do rio Lungué-Bungo no distrito do Moxico.⁹⁶⁸ Resumindo, entre 1968 e 1969, a UNITA desenvolvia atividades em três províncias (Moxico, Cuando-Cubango e Bié) e mantinha uma zona reduzida sob domínio permanente numa região (Moxico).

Para além da distorção da dimensão da luta armada, foram elaborados vários convites a representantes da OUA para inspecionarem as zonas operacionais da UNITA, o que se tornou num registo comum na literatura propagandística do movimento. Em 1969, a organização de Savimbi solicitou ao Comité de Libertação a criação de uma comissão que visitasse o interior de Angola e avaliasse o desempenho das guerrilhas independentistas: “We think that the African Liberation Committee should send a

⁹⁶⁵ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 8.

⁹⁶⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 8.

⁹⁶⁷ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha-Special Issue*, No. 2, 1969: 7-8.

⁹⁶⁸ ADN/SGDN/Fundo 002/ Secção 02/ Série 007-002/ Caixa 01/ N° 28 CCFA-SUPINTREP: *UNITA*, 1973: Capítulo I, Anexo C, 2-5.

commission of enquiry to find out who is doing what inside Angola. By doing this the Committee would be in a better position to assess the achievement and the needs of the Angolan struggle. UNITA would extend a hearty welcome to the commission and would give all possible assistance and co-operation.”⁹⁶⁹ No mesmo ano, apelou ao envio de observadores imparciais da OUA às “áreas libertadas” da UNITA “to evaluate our work”.⁹⁷⁰ Em 1970 foi feito novo pedido público para a criação de uma comissão que visitasse as áreas dos três movimentos de libertação, e distribuísse assistência material “according to their merits”.⁹⁷¹ Samuel Chiwale, em Maio de 1971, apresentou uma petição ao Comité de Descolonização da ONU e ao Comité de Libertação da OUA, onde expôs a “excelente situação das áreas libertadas da UNITA” e enviou um convite público formal aos dois Comités para as visitarem.⁹⁷²

Outra tendência que se registou nos comunicados públicos do Galo Negro, foi a de denunciar a marginalização do movimento por parte da OUA. Estas reações ao isolamento diplomático expõem aquilo que a UNITA via como as suas três características originais na luta armada: a doutrina de autossuficiência; o estabelecimento da liderança político-militar no interior de Angola; e uma política internacional de não alinhamento. Por um lado, argumentou ser um movimento legítimo do reconhecimento oficial da OUA e merecedor de receber assistência material e financeira, por outro, nas acusações que fez ao isolamento que lhe foi votado, tentou demonstrar que ao pôr em prática aqueles três princípios, a UNITA tinha a capacidade de ultrapassar as desvantagens criadas pela marginalização que atravessava no plano externo.

A principal acusação feita à OUA foi a de tentar estabelecer um regime de “partido único” nos países africanos que lutavam pela independência. Já antes da fundação oficial da UNITA, em 1965, Savimbi tinha alertado para o que seriam, na sua opinião, os “erros” da OUA que se explicavam pela carência de informações adequadas sobre as lutas pela independência em África. O dirigente da então AMANGOLA foi mais longe e declarou: “Os reconhecimentos dados [pela OUA] a uns e recusados a outros não reflectem nem a opinião dos Povos colonizados nem a determinação dos grupos reconhecidos.”⁹⁷³ Em 1968, Savimbi expressou mais uma vez críticas à OUA, ao acusar a organização de

⁹⁶⁹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 8.

⁹⁷⁰ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 1, 1969: 4.

⁹⁷¹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 8.

⁹⁷² AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 7, 1971: 5.

⁹⁷³ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 72/ *Basta: Confie em ti mesmo antes de esperar pelo próximo*, 1965: 26.

funcionar como um veículo de interesses estrangeiros com o propósito de impor a “hegemonia de certos grupos políticos sobre o nacionalismo angolano.”⁹⁷⁴ Durante o 2º Congresso, em 1969, afirmou-se que a OUA devia ter em conta a situação existente em Angola e não aquela que lhe fosse politicamente conveniente, e foi lançado o aviso de que qualquer manobra para impor uma única organização, não passava de “truques para atrasar a nossa libertação nacional”.⁹⁷⁵ Além disso, o movimento do Galo Negro reafirmou publicamente a firmeza em continuar a luta armada apesar do isolamento que lhe fora votado: “UNITA is determined to go forward with or without external aid.”⁹⁷⁶ Numa entrevista concedida em 1996, N’Zau Puna acusou a OUA de prejudicar propositadamente a UNITA, ao não seguir as estipulações da sua carta fundadora, que requeriam que quando um movimento de libertação fosse constituído, se criasse uma comissão que verificasse a existência das suas atividades político-militares no terreno.⁹⁷⁷

A retórica panfletária da UNITA distanciou os moldes da sua luta do MPLA e FNLA,⁹⁷⁸ e estabeleceu uma ligação direta entre a luta a partir do exílio e a vulnerabilidade à instrumentalização de potências externas: “The struggle led from exiled headquarters is very dangerous, because it will breed the seeds of corruption, lack of initiative, international intrigues and inevitably leading the country and people to a neo-colonialist situation.”⁹⁷⁹ O movimento de Savimbi apresentou-se como um modelo exemplar imune a qualquer manipulação, ao praticar uma doutrina de autossuficiência que reduzia a dependência do exterior.⁹⁸⁰ Nesta retórica, a OUA foi acusada de funcionar

⁹⁷⁴ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04357.006.007/ *Angola Seventh Year – UNITA Central Committee*, 1968: 17.

⁹⁷⁵ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 30/ *II Congresso da UNITA*, 1969: 5.

⁹⁷⁶ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 30/ *II Congresso da UNITA*, 1969: 4

⁹⁷⁷ Entrevista a Miguel N’Zau Puna conduzida por Tor Sellstrom, Luanda, 17 de Abril 1996. Disponível: <https://nai.uu.se/library/resources/liberation-africa/interviews/miguel-n%C2%B4zau-puna.html>

⁹⁷⁸ “They [MPLA & FNLA] became exiled movements which survive a la grace of international sympathies and manipulations.” AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 31/*To the Fighting Women of the World, meeting in Tirana - Albania*, 1971: 2; “The armed struggle propagated by some groups in exile has nothing in common with UNITA’s conception of armed struggle. (...) This mighty political task can not be done from exiled headquarters but from within.” AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 2, 1969: 1-2.

⁹⁷⁹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 3.

⁹⁸⁰ “The real liberation that will make the colonized Angolan a ‘New’ Angolan man has to come from inside by waging a people’s war, relying on the creative power of the people, pursuing the policy of self reliance, and adopt correct tactics and strategy against the enemy. (...) The successes of UNITA are due precisely to the policy of self reliance, and rallying on the creative power of the people.” AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 3.

como uma plataforma de ingerência externa em Angola, onde favorecia organizações independentistas que lutavam a partir do exílio e propositadamente ignorava a luta armada do Galo Negro no interior do país.

Uma acusação de ingerência externa foi a proposta de Kwane Nkrumah à OUA de criar um exército Pan-Africano que apoiasse as lutas pela independência.⁹⁸¹ A UNITA rejeitou a hipótese de criação de brigadas transnacionais africanas, ao reivindicar que a “luta pela independência angolana deve ser feita por angolanos em solo angolano” e que o colonialismo português só seria derrotado por uma “guerra popular guiada pela liderança revolucionária” baseada nos “princípios científicos do Marxismo-Leninismo”.⁹⁸²

As vantagens materiais concedidas pela OUA, foram também alvo de denúncias pela UNITA, que acusou o Comité de Libertação de disponibilizar equipamento militar ao MPLA que, por sua vez, o utilizava contra o movimento de Savimbi e não contra as tropas coloniais portuguesas.⁹⁸³ Em 1970, o Galo Negro apelou publicamente à OUA que cortasse a assistência à organização de Neto: “UNITA several times brought to the attention of the Liberation Committee of the OUA such shameful and counter-revolutionary activities of MPLA which gets support from the Committee. It is an illusion to believe that more material aid, more weapons given to one group would end the colonial war by crashing other groups. The Liberation Committee of the OUA can and must stop assisting a liberation movement that is using its weapons against the Angolans. This is nonsense.”⁹⁸⁴ Chiwale refere nas suas memórias que o equipamento militar prometido pela China nunca foi entregue à UNITA pelo Comité de Libertação, mas que foi distribuído a outros movimentos de libertação.⁹⁸⁵ Relatórios da PIDE sugerem que as armas foram apreendidas pelo governo da Tanzânia sob pressão do MPLA, mas não existe nenhuma menção explícita relativamente ao envolvimento da OUA no desvio destas armas.⁹⁸⁶

⁹⁸¹ T. A. Imbobighe, “An African High Command: The Search for a Feasible Strategy of Continental Defence”, *African Affairs*, 79, (315), 1980: 241-254; Benedikt Franke, “A Pan-African Army: The Evolution of an Idea and its eventual realization in the African Standby Force”, *African Security Review*, 15, (4), 2006: 1-16.

⁹⁸² AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 9, 1972: 2, 7.

⁹⁸³ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04357.006.007/ *Angola Seventh Year – UNITA Central Committee*, 1968: 35.

⁹⁸⁴ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 71/ *Kwacha*, No. 4, 1970: 2.

⁹⁸⁵ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 120.

⁹⁸⁶ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Processo C.1.UNITA/Vol.1/ NT9093/ *Zâmbia: Actividades da UNITA/2274-68*, 1968: 193.

A AAPSO, fundada no Cairo em 1957, foi outra das plataformas internacionais na qual a UNITA “remained a revolutionary outsider”.⁹⁸⁷ Em 1967, com a retirada da China da organização no contexto da rivalidade Moscovo-Pequim, a AAPSO passou a patrocinar exclusivamente os movimentos de libertação considerados “autênticos” pela política externa soviética – MPLA, FRELIMO, PAIGC, ANC, ZAPU e SWAPO.⁹⁸⁸ Apesar da UNITA demonstrar publicamente o seu interesse em participar na AAPSO,⁹⁸⁹ o alinhamento pró-chinês do movimento significou a exclusão do leque de organizações reconhecidas como “progressistas” na Conferência de Khartoum. O comandante da UNITA, N’Zau Puna, resumiu a sua percepção do espírito da Conferência numa entrevista: “The so called ‘authentic’ – or ‘the progressives’ – were in the Soviet sphere and stated that they were the only ones. The others were [considered] CIA agents.”⁹⁹⁰

A reação panfletária da UNITA à marginalização passou por denunciar a AAPSO como um palco de “conspirações imperialistas”.⁹⁹¹ Alguns dos movimentos que integravam a associação, foram acusados de hesitarem na opção da luta armada e de nunca terem disparado um tiro nos seus respetivos países: “Ironically enough, many of these ‘favoured six’ have not yet fired a single shot or handle a single grenade within their own countries, and they are already deciding who will run the governments and who will carry the future portfolios.”⁹⁹²

A UNITA não esteve isolada nestas denúncias. Em 1969, quatro movimentos de libertação de tendência maoista – COREMO, PAC, UNITA e ZANU – reagiram numa declaração conjunta ao favorecimento das seis organizações do grupo de Khartoum. Nesta declaração afirmou-se que a Conferência de Khartoum não representava as “massas oprimidas da África Austral” e que os movimentos presentes eram incapazes de fornecer

⁹⁸⁷ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 225.

⁹⁸⁸ Charles Neuhauser, *Third World Politics: China and the Afro-Asian People’s Solidarity Organization (1957-1967)* (Harvard, Harvard University Asia Center, 1968): 39-68; Natalia Telepneva, “Our Sacred Duty: The Soviet Union, the Liberation Movements in the Portuguese Colonies, and the Cold War (1961-1975)” (PhD, London School of Economics, 2014): 177-178.

⁹⁸⁹ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04357.006.007/ *Angola Seventh Year – UNITA Central Committee*, 1968: 25.

⁹⁹⁰ Entrevista a Miguel N’Zau Puna conduzida por Tor Sellstrom, Luanda, 17 de Abril 1996. Disponível: <https://nai.uu.se/library/resources/liberation-africa/interviews/miguel-n%C2%B4zau-puna.html>

⁹⁹¹ AHS/ ICS/ Arquivo de História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 137/ *An International Conspiracy against the African Peoples*, 1970: 3.

⁹⁹² AHS/ ICS/ Arquivo de História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 137/ *An International Conspiracy against the African Peoples*, 1970: 3.

uma imagem autêntica da luta armada.⁹⁹³ A AAPSO foi considerada uma associação “lacaia” da URSS, com uma atitude “divisionista”, e com o objetivo de marginalizar os movimentos que não acatavam ordens do Kremlin, particularmente em relação ao caso angolano.⁹⁹⁴ Indicativo da retórica maoísta utilizada na competição Sino-Soviética pela liderança das revoluções africanas, estes movimentos marginalizados argumentaram que a AAPSO funcionava como um instrumento soviético para conter as lutas de libertação, com o propósito de servir a prioridade global de *détente* de Moscovo com o imperialismo Norte-Americano.⁹⁹⁵ A conexão soviética foi retratada como um elo manipulador que limitava a autonomia das organizações nacionalistas: “No liberation movement or progressive organization can align itself with the Kremlin and still maintain its dignity and independence.”⁹⁹⁶

Do lado soviético, as emissões internacionais da Rádio Moscovo frequentemente retratavam qualquer organização independentista angolana que não colaborasse com o MPLA, como uma força divisionista no enquadramento da luta de libertação. A FNLA e a UNITA foram retratadas como organizações “reacionárias” e “criações imperialistas”, a UNEA foi acusada de receber apoio da CIA, e o movimento separatista da FLEC foi considerado uma criação de Jonas Savimbi, com o propósito exclusivo de dificultar as atividades anticoloniais do MPLA em Cabinda.⁹⁹⁷ A Rádio Moscovo noticiou também a suposta “influência negativa” de Pequim na África Austral, ao apoiar movimentos com “ideologias anti-soviéticas” como a FNLA, COREMO e a UNITA.⁹⁹⁸ O movimento de Savimbi foi apresentado como o exemplo de uma organização tipicamente maoísta que “not only form impotent groups of conspirators and counterfeiterers, but also end up in the camp of the enemies of freedom of the African people”.⁹⁹⁹

⁹⁹³ AHS/ ICS/ Arquivo de História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 142/ *Joint Statement on the AAPSO Khartoum Conference*, 1969: 2.

⁹⁹⁴ AHS/ ICS/ Arquivo de História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 142/ *Joint Statement on the AAPSO Khartoum Conference*, 1969: 1.

⁹⁹⁵ AHS/ ICS/ Arquivo de História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 142/ *Joint Statement on the AAPSO Khartoum Conference*, 1969: 1; Jeremy Friedman, *Shadow Cold War: The Sino-Soviet Competition for the Third World* (Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2015): 182-183.

⁹⁹⁶ AHS/ ICS/ Arquivo de História Social/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 142/ *Joint Statement on the AAPSO Khartoum Conference*, 1969: 3.

⁹⁹⁷ ANTT/ SCCIA/ Livro 135/ Relatório de Situação Nº256/ 1MAR67 a 6MAR67, 1967: 12; ANTT/ SCCIA/ Livro 135/ Relatório de Situação Nº259/ 22MAR67 a 29MAR67, 1967: 8; ANTT/SCCIA/ Livro 140/ Relatório de Situação Nº356/ 2FEV69 a 8FEV69: 21.

⁹⁹⁸ ANTT/ SCCIA/ Livro 152/ Relatório de Situação Nº517/ 4MAR72 a 11MAR72, 1972: 24; ANTT/ SCCIA/ Livro 152/ Relatório de Situação Nº521/ 1ABR72 a 8ABR72, 1972: 13; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação Nº628/ 9FEV74 a 16FEV74, 1974: 14.

⁹⁹⁹ ANTT/ SCCIA/ Livro 156/ Relatório de Situação Nº567/ 17FEV73 a 24FEV73, 1973: 14.

2 - Conexões Globais

O discurso propagandístico da UNITA fez passar a ideia de que a organização estava totalmente privada de redes de solidariedade externas e não recebeu nenhuma “bala, arma, ou pistola de algum país estrangeiro”.¹⁰⁰⁰ Apesar do movimento do Galo Negro estar em clara desvantagem na chamada “variável externa” em relação aos rivais da FNLA e do MPLA, isto não significa que existisse uma ausência completa de ajuda material e financeira vinda do exterior. Esta assistência externa variou institucionalmente, cronologicamente e nos meios disponibilizados. O apoio de atores governamentais à UNITA durante a Guerra de Libertação resumiu-se a três países: China, Egipto e Suécia.

Como vimos no Capítulo I, a República Popular da China esteve intimamente ligada ao processo de fundação da UNITA, através da oportunidade do curso de guerrilha que disponibilizou, em meados de 1965, ao “grupo dos onze”.¹⁰⁰¹ A formação militar deste núcleo duro de comandantes foi, muito provavelmente, um dos apoios externos mais determinantes para a concretização da luta armada do Galo Negro no interior de Angola.

Após este importante episódio, a ajuda chinesa focou-se essencialmente no apoio financeiro e moral. Brigland refere que apesar dos pedidos de equipamento militar feitos por Savimbi em 1966, as autoridades chinesas optaram pelo apoio financeiro, devido às dificuldades logísticas em transportar armamento através da Tanzânia e Zâmbia até às mãos da UNITA em Angola. A questão prendia-se também com a doutrina de guerrilha chinesa, que dava ênfase à diminuição da dependência do exterior, através da implementação de métodos de autossuficiência: “Instead they gave us money. Their theory of guerrilla warfare, anyway, was that the best source of arms was from the enemy.”¹⁰⁰² A literatura académica que se debruçou sobre o assunto, considerou a ajuda monetária chinesa relativamente modesta, totalizando até aos inícios da década de 70 cerca de 5 mil dólares.¹⁰⁰³ Contudo, relatórios militares portugueses sugerem uma escala de ajuda financeira consideravelmente maior. Para 1972, por exemplo, um destes

¹⁰⁰⁰ AFMS/ Fundo Mário Pinto de Andrade/ Pasta 04357.006.007/ *Angola Seventh Year – UNITA Central Committee*, 1968: 35.

¹⁰⁰¹ ADN/SGDN/Caixa 4385/Pasta 5/ N°008/P/72, *Guerre Subversive en Angola*, 1972: 57; Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 66.

¹⁰⁰² Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 71.

¹⁰⁰³ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 229-230; Steven F. Jackson, “China’s Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique (1961-1993)”, *The China Quarterly*, 142, 1995: 398.

relatórios faz referência à doação de 12 mil dólares para a causa do Galo Negro por parte da China.¹⁰⁰⁴

O apoio financeiro de Pequim teve aplicações polivalentes. Com base neste financiamento a UNITA estabeleceu, em 1968, um centro de recrutamento e de receção de armamento no Cairo.¹⁰⁰⁵ Na Zâmbia, a embaixada chinesa em Lusaka apoiou o movimento do Galo Negro em vários moldes, particularmente durante o período de exílio. Por um lado, entregou dinheiro e material para fabrico de explosivos a Smart Chata, que então liderava as células da UNITA em Lusaka.¹⁰⁰⁶ Por outro, o corpo diplomático chinês colocou pressão sob o governo de Kaunda para impedir a expulsão de militantes do Galo Negro e o encerramento de representações do movimento naquele país.¹⁰⁰⁷ Durante o exílio de Jonas Savimbi no Cairo, a embaixada chinesa na Zâmbia tornou-se num elo de comunicação importante entre a UNITA *externa* e a UNITA *interna*, ao transmitir as ordens de Savimbi aos militantes em Lusaka, que por sua vez as encaminhavam para os comandantes da guerrilha no interior de Angola.¹⁰⁰⁸

Ao contrário do caso egípcio, não há conhecimento que a UNITA tenha mantido uma representação permanente na China. No entanto, relatórios da PIDE sugerem que Viriato da Cruz, o histórico fundador e dissidente do MPLA, que se juntou à FNLA em 1964 para depois abandonar a organização em 1966, altura em que se refugiou na China, desempenhou funções de representante da UNITA durante o exílio naquele país.¹⁰⁰⁹

Pequim também disponibilizou solidariedade moral através de publicidade na imprensa. Os jornais de língua inglesa, *Peking Review* e *Xinhua News Agency*, publicados pelo governo do Partido Comunista Chinês, fizeram diversas menções à luta do Galo Negro em Angola. Esta imprensa representou a UNITA como um movimento que aplicou, de forma bem-sucedida, os princípios da guerrilha maoísta, e um exemplo dos

¹⁰⁰⁴ ADN/SGDN/ Caixa 5702/ Pasta 4/ *Relatório Ministério dos Negócios Estrangeiros para Grupo de Peritos sobre África da NATO*, 1973: 61.

¹⁰⁰⁵ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.2/ NT 7444-7448/Apoio da China à UNITA, 1968: 242.

¹⁰⁰⁶ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.2/ NT 7444-7448/Apoio da China Comunista à 'UNITA', 1968: 340.

¹⁰⁰⁷ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.2/ NT 7444-7448/Encerramento da Sede da 'UNITA' em Lusaka, 1968: 355.

¹⁰⁰⁸ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.2/ NT 7444-7448/Actividades da UNITA, 1968: 424.

¹⁰⁰⁹ ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/Processo 6573/Vol.2/ NT 7444-7448/Actividades da UNITA, 1968: 390.

contributos anticoloniais chineses nas lutas de libertação em África.¹⁰¹⁰ De forma recíproca a UNITA saudou “os sucessos da Revolução Cultural que transformaram a China no centro da Revolução Mundial” e, em 1969 enviou “[the] most cordial revolutionary greetings to Chairman Mao”.¹⁰¹¹ O favorecimento moral ao Galo Negro alterou-se nos inícios da década de 70, quando a publicidade à UNITA na imprensa chinesa foi suplantada por menções exclusivas às atividades anticoloniais do MPLA.

Nos períodos finais da Guerra de Libertação a política externa chinesa em relação à questão africana alterou-se, fruto do abrandamento do fervor da Revolução Cultural e do reconhecimento da China pela ONU em 1971.¹⁰¹² Isto contribuiu para uma aproximação entre Pequim e o regime de Mobutu no Zaire, que por sua vez influenciou a questão regional angolana.¹⁰¹³ A prioridade das relações Sino-Zairenses, levou a China a patrocinar de forma determinada a FNLA a partir de 1973, e a um gradual afastamento da causa da UNITA.¹⁰¹⁴

O apoio institucional do governo de Gamal Abdel Nasser integra-se no chamado “Ciclo Norte Africano” de ajuda aos movimentos de libertação da África negra.¹⁰¹⁵ A partir dos finais da década de 50, o Egito tornou-se numa das “Mecas da Revolução” e a cidade do Cairo num dos “Hubs of Decolonization”, a par das capitais de Argel, Accra

¹⁰¹⁰ “Armed Struggle is the only way to Victory in Revolution: African People’s Anti-Imperialist Armed Struggle Gains Momentum”, *Peking Review*, 3 of January 1968: 35-36; “The Angolan People forge ahead along the Road of Armed Struggle”, *Peking Review*, 7 of February 1970: 21-22; ANTT/PIDE-DGS/Serviços Centrais/ Processo 6573 SCCI (2)/Vol.3/NT7444-NT7448/ *Angola segundo a Agência China Nova: os Nacionalistas Angolanos exercem domínio em nove das quinze províncias de Angola*, 1970; O testemunho de José Prata, guerrilheiro do Galo Negro capturado pela PIDE em 1970, refere a visita de um jornalista chinês, procedente da Zâmbia, nas áreas operacionais da UNITA no interior de Angola. ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo 160.02.04/Vol.1/ NT2235/ *José Prata o “O Camuanha”*, 1970: 44-48.

¹⁰¹¹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 30/ *II Congresso f UNITA*, 1969: 4; “Message of Greetings from National Union for Total Independence of Angola”, *Peking Review*, 5 of May 1969: 37.

¹⁰¹² Alicia Altorfer-Ong, “East Asian Support to the Southern African Liberation Struggle, 1960’s to 1994” in Arnold J. Temu and N. Tembe, eds. *Southern African Liberation Struggles, Contemporary Documents, 1960-1994*, Vol. 8 (Dar-Es-Salaam, Mkuki na Nyota, 2014): 287; Jeremy Friedman, *Shadow Cold War: The Sino-Soviet Competition for the Third World* (Chapell Hill, University of North Carolina Press, 2015): 202-203.

¹⁰¹³ Steven F. Jackson, “China’s Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique (1961-1993)”, *The China Quarterly*, 142, 1995: 403; Julia Lovell, *Maoism: A Global History* (New York, Vintage, 2019): 215-216.

¹⁰¹⁴ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°608/ *IDEZ73 a 8DEZ73*, 1973: 17, 25.

¹⁰¹⁵ Helder Adegar Fonseca, “The Military Training of Angolan Guerrillas in Socialist Countries: A Prosopographical Approach, 1961-1974” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold Water ‘East’* (Berlin, De Gruyter, 2019): 110.

e Dar-es-Salaam.¹⁰¹⁶ O apoio do governo egípcio ao movimento do Galo Negro passou pela cedência de escritórios no bairro de Zamalek, no Cairo, a partir de onde a Tony da Costa Fernandes publicava o boletim político *Kwacha*.¹⁰¹⁷ Não existe nenhuma indicação de formação militar de militantes do movimento ou de assistência material à guerrilha. A ajuda governamental do Cairo centrou-se na vertente *externa* da UNITA, através da disponibilização de infraestrutura para efeitos de propaganda e na abertura de canais diplomáticos. O apoio egípcio revelou-se particularmente importante durante a prisão de Savimbi na Zâmbia em Julho de 1967. De acordo com Brigland, a pressão diplomática de Nasser sobre Kaunda foi determinante em impedir a entrega do presidente da UNITA às autoridades portuguesas.¹⁰¹⁸ Após a expulsão da Zâmbia, Savimbi utilizou o Cairo como base para relançar o movimento, onde criou a Missão Externa, composta por Miguel N'zau Puna, encarregue da vertente militar, o histórico fundador Tony da Costa Fernandes, com responsabilidades versáteis de diplomacia e propaganda, e Jorge Sangumba como representante da UNITA no exterior. Nasser concedeu à Missão Externa da UNITA um estatuto igual ao dos outros movimentos de libertação com representação no Egipto.¹⁰¹⁹

A Suécia foi outro dos estados que apoiou oficialmente a luta da UNITA, embora durante um curto período (1966-1968). Antes da fundação do movimento do Galo Negro em 1966, já a UNEA, dirigida por Jorge Valentim, mantinha estreitas relações com o mundo estudantil escandinavo através do IUEF (International University Exchange Fund) e dos seus colaboradores Gunnar Eriksson e Pierre Schori.¹⁰²⁰ De acordo com Puna, foi esta ligação prévia que possibilitou os primeiros contactos entre a UNITA e o governo sueco: “In 1967, Savimbi visited Sweden and the other Nordic countries thanks to the

¹⁰¹⁶ Jeffrey James Byrne, *Mecca of Revolution: Algeria Decolonization & the Third World* (New York, Oxford University Press, 2016): 188-210; Eric Burton, “Hubs of Decolonization. African Liberation Movements and ‘Eastern’ Connections in Cairo, Accra and Dar es Salaam” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold Water ‘East’* (Berlin, De Gruyter, 2019): 27, 30-40.

¹⁰¹⁷ ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *Actividades da UNITA*, 1969: 185.

¹⁰¹⁸ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 75.

¹⁰¹⁹ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 77-79.

¹⁰²⁰ Entrevista a Jorge Valentim conduzida por Tor Sellstrom, Luanda, 18 de Abril 1996. Disponível: <https://nai.uu.se/library/resources/liberation-africa/interviews/jorge-valentim.html>; Tor Sellstrom, *Sweden and National Liberation in Southern Africa: Volume I, Formation of a Popular Opinion (1950-1970)* (Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, 1999): 404-405.

support of Schori and Eriksson and openings by them. They worked alot.”¹⁰²¹ A visita de Savimbi a Estocolmo, em Maio de 1967, que se realizou com base num convite do Partido Social Democrata Sueco, proporcionou a primeira ocasião de publicidade internacional para a UNITA.¹⁰²² O apoio financeiro concedido ao movimento foi limitado. A visita de Savimbi à Suécia incluiu atividades de angariação de fundos através do Uppsala South Africa Committee e do Stockholm Africa Committee. O primeiro, em 1967, reuniu quantidades monetárias pequenas para serem distribuídas entre dez movimentos de libertação, incluindo a UNITA. O segundo doou ao movimento do Galo Negro mil coroas suecas. Não há indicação de nenhum financiamento a fundo perdido por parte do Governo de Estocolmo à UNITA.¹⁰²³

No entanto, a Suécia facilitou consideravelmente a logística da UNITA *externa* no ano de 1968, numa altura crítica em que Savimbi se encontrava exilado no Cairo, fruto da sua expulsão da Zâmbia, e a guerrilha no interior de Angola corria o risco de desintegração total. Através dos contactos com o IUEF, foram organizados vários voos de militantes da UNITA que possibilitaram a reentrada em Angola e a posterior refundação do movimento: “He [Eriksson] even arranged the trip from Cairo to Dar es Salaam, Lusaka and our entry in Angola in 1968. Our contacts with Sweden were through Lars-Gunnar Eriksson and Pierre Sochi. Eriksson was a great friend of ours. When we were in Cairo, he came to visit us at home in Zamalek.”¹⁰²⁴

A entrada de Savimbi em Angola, em meados de 1968, significou o corte da linha de solidariedade que a UNITA mantinha com a Suécia desde 1966. As razões apresentadas para o fim das relações são duas. Puna refere que a fixação da liderança político-militar nas matas fragilizou as linhas de comunicação com o exterior, o que dificultou a manutenção das relações com a Suécia: “With our entry into the interior of Angola, our contacts with Schori and Eriksson were in practice cut off.”¹⁰²⁵ Por outro lado, Sellstrom sugere uma mudança na opinião pública sueca em favor do MPLA e o

¹⁰²¹ Entrevista a Miguel N’Zau Puna conduzida por Tor Sellstrom, Luanda, 17 de Abril 1996. Disponível: <https://nai.uu.se/library/resources/liberation-africa/interviews/miguel-n%C2%B4zau-puna.html>

¹⁰²² Tor Sellstrom, *Sweden and National Liberation in Southern Africa: Volume I, Formation of a Popular Opinion (1950-1970)* (Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, 1999): 401, 406.

¹⁰²³ Tor Sellstrom, *Sweden and National Liberation in Southern Africa: Volume I, Formation of a Popular Opinion (1950-1970)* (Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, 1999): 409.

¹⁰²⁴ Entrevista a Miguel N’Zau Puna conduzida por Tor Sellstrom, Luanda, 17 de Abril 1996. Disponível: <https://nai.uu.se/library/resources/liberation-africa/interviews/miguel-n%C2%B4zau-puna.html>

¹⁰²⁵ Entrevista a Miguel N’Zau Puna conduzida por Tor Sellstrom, Luanda, 17 de Abril 1996. Disponível: <https://nai.uu.se/library/resources/liberation-africa/interviews/miguel-n%C2%B4zau-puna.html>

lobby da CONCP como a razão da exclusão da UNITA do apoio governamental oficial de Estocolmo.¹⁰²⁶ O testemunho de Jorge Valentim reforça esta linha interpretativa: “They [CONCP] acted as a group. They represented each other and that had some influence. I think Sweden was getting the impression that it was better to work with those movements rather than connect ideologically. There was some kind of attitude that ‘let us gamble on these movements [MPLA, FRELIMO, PAIGC] and forget the rest’.”¹⁰²⁷

As ligações da UNITA com o Bloco de Leste foram episódicas. Da República Democrática Alemã a organização recebeu apoio financeiro pontual em 1966, através da representação diplomática daquele país em Lusaka (Ver Capítulo I).¹⁰²⁸ Da República Popular Socialista da Albânia recebeu apoio moral, através da participação de uma delegação feminina da UNITA na conferência da União das Mulheres da Albânia realizada em 1971, em Tirana, que permitiu ao movimento uma oportunidade de divulgar a sua luta nos círculos maoístas internacionais.¹⁰²⁹ De acordo com os serviços de informação portugueses, as conexões entre a União Soviética e o movimento do Galo Negro eram inexistentes.¹⁰³⁰ Porém, José Milhazes, baseando-se em fontes de arquivo russas, sugere que os serviços de espionagem soviéticos tentaram estabelecer ligações com todos os movimentos armados que lutavam em Angola contra as tropas portuguesas, com o propósito de “definir a sua política”.¹⁰³¹ Estes contactos, se ocorreram do lado da UNITA, não tiveram eco nem nas narrativas memoriais, nem nos relatórios produzidos pela PIDE.

Fora do Bloco de Leste, e além do apoio recebido pela China já mencionado, do restante mundo comunista o Galo Negro recebeu armas oferecidas por Fidel Castro durante o arranque da luta armada.¹⁰³²

A UNITA foi também recipiente de assistência por parte de atores não estatais, particularmente dos Estados Unidos da América. Esta ajuda privada, essencialmente

¹⁰²⁶ Tor Sellstrom, *Sweden and National Liberation in Southern Africa: Volume I, Formation of a Popular Opinion (1950-1970)* (Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, 1999): 409-410.

¹⁰²⁷ Entrevista a Jorge Valentim conduzida por Tor Sellstrom, Luanda, 18 de Abril 1996. Disponível: <https://nai.uu.se/library/resources/liberation-africa/interviews/jorge-valentim.html>

¹⁰²⁸ ANTT/PIDE-DGS/ Delegação de Angola/ Processo C.1.UNITA/Vol.1/ NT9093/ *Zâmbia: Actividades da UNITA/2274-68*, 1968: 193.

¹⁰²⁹ AHS/ ICS/ Fundo José Laranjo/ Movimentos Nacionalistas Africanos/ 31/*To the Fighting Women of the World, meeting in Tirana - Albania*, 1971: 1-4.

¹⁰³⁰ ANTT/PIDE-DGS/ Serviços Centrais/ Processo 6573 SCCI (2)/Vol.4/NT7444-NT7448/ *Apoio da Rússia à UNITA*, 1970: 1003.

¹⁰³¹ José Milhazes, *Angola: O Princípio do Fim da União Soviética* (Lisboa, Nova Vega, 2015): 41.

¹⁰³² ANTT/ SCCIA/ Livro 134/ Relatório de Situação N°241/ *16NOV66 a 23NOV66*, 1966: 26.

financeira, ultrapassou de longe o apoio monetário disponibilizado pelos governos simpatéticos à causa do Galo Negro. Do WCC (World Council of Churches), organização cristã internacional, o movimento recebeu, entre 1970 e 1974, um total de 34 mil dólares, proveniente de um fundo especial para combater o racismo. Em termos comparativos o MPLA recebeu da mesma organização 78 mil dólares e a FNLA 60 mil dólares.¹⁰³³

O movimento do Galo Negro encontrou considerável apoio nos movimentos emancipalistas dos direitos civis afro-americanos nos inícios da década de 70. Em 1972, o movimento tornou-se beneficiário financeiro do ALSC (African Liberation Support Committee), organização de ativismo negro fundada em Detroit de orientação anti-imperialista e anti-racista.¹⁰³⁴ Porém os laços de solidariedade mais fortes foram estabelecidos com o BPP (Black Panther Party), movimento político promotor do *Black Power*, e fortemente influenciado pelo Pan-Africanismo e pelos contributos revolucionários do Maoísmo.¹⁰³⁵ De acordo com Marcum, o suposto “unirracismo” da UNITA permitiu aos ativistas afro-americanos dos Panteras Negras associarem-se a um movimento que, tal como eles, partilhava uma aversão pela “manipulação” das lutas de libertação em África pelas elites “mestiças”.¹⁰³⁶ O “multirracismo” do MPLA, por outro lado, tinha um apelo mais forte no público branco e progressista norte americano do que no universo de organizações negras associadas ao *Black Power*: “Strict black nationalists within the United States who directed their anger at all whites found such multiracial rethoric troubling. UNITA took advantage of the nationalist aspects of the culture and appealed to African Americans along racial terms.”¹⁰³⁷ Em Maio de 1970, demonstrando solidariedade recíproca com a causa do BPP, Savimbi batizou uma coluna

¹⁰³³ ANTT/PIDE-DGS/ Serviços Centrais/ Processo 6573 SCCI (2)/Vol.4/NT7444-NT7448/ *Organizações Internacionais: Actividades do Conselho Mundial das Igrejas a Favor dos Movimentos Revolucionários Africanos*, 1971: 315-316; Darril Hudson, “The World Council of Churches and Racism in Southern Africa”, *International Journal*, 34, 3, 1979: 481; Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 93, 482.

¹⁰³⁴ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 239.

¹⁰³⁵ Michael Delli Carpini, “Black Panther Party (1966-1982)” in I. Ness and J. Ciment, eds. *The Encyclopedia of Third Parties in America* (New York, Armonk, 2000): 190-197; Jana Cary Alvarez, “Revolution or Reform: Contradictions within the Ideology and Actions of the Black Panther Party (1969-1960)” (Honors Thesis, University of Puget Sound, 2014): 8-11.

¹⁰³⁶ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 240.

¹⁰³⁷ Raymond Joseph Parrot, “We Are African People: The Development of Black American Solidarity with Portuguese Africa” (Master’s Dissertation, University of Texas, 2014): 66.

das FALA com o nome de *Panteras Negras*.¹⁰³⁸ Durante o 3º Congresso, em Agosto de 1973, os *Black Panthers* tornaram-se na primeira organização ocidental a participar numa conferência política da UNITA, com o envio do representante Kwadwo Akpan às matas de Angola. No Congresso, o tópico da cooperação com a comunidade Afro-Americana foi abordado por Savimbi, e Akpan discursou perante os delegados, anunciando uma doação de 5 mil dólares à UNITA.¹⁰³⁹

Os laços de solidariedade transnacionais forjados pela UNITA durante a luta anticolonial tiveram repercussões duradouras na Angola pós-colonial. A hostilidade em relação à União Soviética esteve presente desde o início do movimento, fortemente influenciada pela experiência de Nanquim e reforçada pela competição nacional com o MPLA pelo controlo hegemónico da arena anticolonial angolana. Esta hostilidade intensificou-se durante a Guerra Civil, conflito que se caracterizou pelo papel ativo dos atores estatais do Ocidente Global, Leste Global e de atores estatais regionais africanos do Sul Global.

O movimento do Galo Negro retratou a Guerra Civil como uma “Segunda Guerra de Libertação” contra as forças governamentais do MPLA, que eram apoiadas por uma “social imperialist coalition of Russians, Cubans, East Germans, Katanguese, Bulgarians [and] Czech”.¹⁰⁴⁰ Durante este período, as credenciais anticomunistas do movimento tornaram-se num elemento central da sua identidade política e discurso aos níveis nacional e internacional. Em 1985, quando Savimbi acolheu a Internacional Democrática¹⁰⁴¹ nas matas de Angola, a UNITA era já um ator regional estabelecido na África Austral. A realização de uma conferência política de organizações anticomunistas, com a presença de representantes dos Contras da Nicarágua e dos Taliban do Afeganistão,

¹⁰³⁸ Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 91; Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 135; Paula Cristina Roque, “The Rebel Governance of the SPLM/A and UNITA: A Comparative Study on Parallel States in Angola and South Sudan” (PhD Thesis, University of Oxford, 2017): 192.

¹⁰³⁹ AFMS/ Fundo AMS/ Pasta 02236.001/ *Come and see us for Yourself, UNITA asks OUA*, 1973: 9

¹⁰⁴⁰ Jonas Savimbi, *Por um Futuro Melhor* (Lisboa, Nova Nórdica, 1986): 13-14.

¹⁰⁴¹ A Internacional Democrática foi uma conferência de organizações anticomunistas realizada na Jamba, e financiada pelo investidor Republicano norte americano Lewis Lehrman e organizada pelo ativista anticomunista norte americano Jack Abramoff. A conferência política contou com a presença dos líderes de várias organizações armadas de extrema-direita que lutavam contra regimes considerados como “aliados” de Moscovo: Adolfo Calero (Nicarágua - Fuerza Democrática Nicaraguense); Pa Kao Her (Laos - Organização pela Libertação Étnica do Laos); Abdul Rahim Wardak (Afeganistão – Frente Nacional Islâmica do Afeganistão). Victoria Britain, *Death of Dignity: Angola's Civil War* (London, Pluto Press, 1998): 23; Nina J. Easton, *Gang of Five: Leaders at the Center of the Conservative Crusade* (New York, Simon & Schuster, 2000): 165-167.

que fez da Jamba “[the] capital of resistance to Soviet expansion in the world”, foi uma prova da internacionalização do conflito no enquadramento da competição global da Guerra Fria.¹⁰⁴²

¹⁰⁴² Jonas Savimbi, *Por um Futuro Melhor* (Lisboa, Nova Nórdica, 1986): 161.

Capítulo VII – A Descolonização: Da Revolução de Abril ao Acordo do Alvor

O foco deste Capítulo centra-se nas manobras políticas e diplomáticas da UNITA durante a descolonização, fase caracteristicamente fluída e dinâmica, na qual o movimento do Galo Negro participou em múltiplos acordos de cessar-fogo, alinhamentos diplomáticos e negociações com as autoridades portuguesas, o MPLA e a FNLA, que culminaram no Acordo do Alvor – acordo no qual Portugal e os movimentos de libertação definiram o programa de transição para a independência de forma exclusiva e com base na legitimidade revolucionária.

O arco temporal desta análise histórica vai desde a Revolução de 25 de Abril de 1974 à assinatura do acordo de independência de 15 de Janeiro de 1975, um período de intensa mobilização política e agitação laboral na sociedade angolana, e marcado por grandes incertezas em relação aos moldes concretos em que se efetuariam a transição para a independência. A cronologia entre o Acordo do Alvor de 15 de Janeiro de 1975 e as proclamações unilaterais da República Popular de Angola (RPA) e da República Popular Democrática de Angola (RPDA) a 11 de Novembro de 1975, caracteriza-se pelo colapso do Governo de Transição perante o arranque da Guerra Civil e de diversas intervenções militares externas. Contudo, esta investigação centra-se nos acontecimentos que levaram à assinatura do Acordo do Alvor, que estabeleceu o enquadramento da partilha do poder entre o governo português e as três guerrilhas nacionalistas. As dinâmicas que tornaram inoperável o Acordo pós-Janeiro de 1975 merecem um estudo autónomo que está fora do âmbito deste Capítulo.

O processo de transição para a independência de Angola, entre 1974 e 1975, foi um dos episódios mais controversos da descolonização do império português.¹⁰⁴³ O particularismo do caso angolano está ligado de forma estreita ao problema crónico da ausência de unidade nacional, que intensificou a competição militar tripartida entre as guerrilhas numa luta pela hegemonia política da Angola independente. Esta competição interna foi acompanhada pelo rápido colapso da autoridade portuguesa antes da

¹⁰⁴³ Timor-Leste foi outro dos casos onde o processo de transferência de soberania teve contornos tumultuosos e envolveu pesados custos humanos. Ver Laura Southgate, “The Indonesian Invasion of East Timor” in Laura Southgate, *ASEAN Resistance to Sovereign Violation: Interests, Balancing and the Role of the Vanguard State* (Bristol, Bristol University Press, 2019): 25-70.

transferência de soberania, particularmente após a escalada de violência que impediu a aplicação do Acordo do Alvor de Janeiro de 1975, e que abriu as portas para a rápida internacionalização de uma Guerra Civil que, com algumas intermitências, acabou de forma efetiva com a morte de Jonas Savimbi em Fevereiro de 2002.

A literatura sobre as dinâmicas da descolonização de Angola caracteriza-se por um considerável desequilíbrio temático que privilegia abordagens centradas em atores externos ou na ação portuguesa do processo. Como vamos ver, para esta fase, a perspetiva dos movimentos de libertação tem sido uma dimensão pouco tratada.

Fruto da relevância geopolítica que a questão angolana ganhou no panorama estratégico da Guerra Fria após 1974, desde cedo que a literatura académica internacional procurou abordar as dinâmicas do processo de descolonização. Esta literatura pioneira (1975-1978) apresenta várias características comuns. Impossibilitado o acesso a documentação oficial dos arquivos de Moscovo, Washington, Lisboa, Pretória, Havana e Luanda, alguma dela desclassificada apenas ao longo das últimas três décadas, a primeira geração de académicos baseou-se essencialmente em materiais de imprensa e em relatórios de testemunhas. Dimensões abordadas por este corpus literário incluem descrições do potencial económico de Angola, a análise dos moldes em que se efetuou a transferência de soberania, a complexa geometria política entre as guerrilhas e os atores externos, e alertas sobre os custos humanitários do conflito e sobre o carácter incerto do futuro da Angola recém-independente.¹⁰⁴⁴

Também em Portugal, os anos que se seguiram à Revolução de Abril (1975-1979), foram abundantes em produção bibliográfica sobre o processo de descolonização de Angola.¹⁰⁴⁵ Esta é uma literatura heterogénea e complexa, maioritariamente escrita por

¹⁰⁴⁴ John A. Marcum, “The Anguish of Angola: On Becoming Independent in the Last Quarter of the Twentieth Century”, *Journal of Opinion*, 5, (4), 1975: 3-11; Joseph C. Miller, “The Politics of Decolonization in Portuguese Africa”, *African Affairs*, 74, (295), 1975: 135-147; Kenneth L. Adelman, “Report from Angola”, *Foreign Affairs*, 53, (3), 1975: 558-574; Nkwelle Ekaney, “Angola: Post-Mortem of a Conflict”, *Présence Africaine*, Nouvelle Série, 98, 1976: 211-233; Thomas H. Henriksen, “Angola and Mozambique: Intervention and Revolution”, *Current History*, 71, (421), 1976: 153-157; Shanti Sadiqali, “Angola: Hopes and Fears”, *India International Centre Quarterly*, 3, (1), 1976: 24-37; Christopher Stevens, “The Soviet Union and Angola”, *African Affairs*, 75, (299), 1976: 137-151; John A. Marcum, “Lessons of Angola”, *Foreign Affairs*, 54, (3), 1976: 407-425; Stephen Larrabee, “Moscow, Angola and the Dialectics of Détente”, *The World Today*, 32, (5), 1976: 173-182; Colin Legum and Tony Hodges, *After Angola: The War over Southern Africa* (London, Holmes & Meier, 1976); Robin Hallet, “The South African Intervention in Angola (1975-1976)”, *African Affairs*, 77, (308), 1978: 347-386; Jiri Valenta, “The Soviet-Cuban Intervention in Angola (1975-1976)”, *Studies in Comparative Communism*, 11, (2), 1978: 3-33.

¹⁰⁴⁵ Amadeu José de Freitas, *Angola: O Longo Caminho da Liberdade* (Lisboa, Editora Moraes, 1975); Valdemiro de Sousa, *Angola: A Guerra e o Crime* (Lisboa, Editorial Formação, 1976); Artur Manuel de

autores não académicos e com trajetórias individuais ligadas de forma estreita a Angola, muitos deles testemunhos ou atores ativos durante o período da transição para a independência. Parte desta produção literária é marcada por interpretações conspirativas relativas a uma “facada nas costas”¹⁰⁴⁶ arquitetada pela ala de esquerda do MFA em Lisboa, com o propósito de entregar o poder de forma exclusiva ao MPLA e facilitar a expansão da influência soviética na África Austral, e que teve como uma das consequências mais dramáticas o êxodo massivo da comunidade branca de Angola.¹⁰⁴⁷ Este tipo de abordagem teve um eco residual nas últimas décadas, com a publicação de obras em que as opções dos títulos denunciam perspectivas não isentas e onde a utilização de fontes é largamente assistemática.¹⁰⁴⁸

A publicação de memórias sobre as trajetórias individuais dos brancos em Angola, particularmente relativas às experiências durante a crise humanitária que levou ao súbito

Jesus Linha, *Angola em Chamas* (Queluz, Literal, 1977); Artur Queiroz, *Angola, do 25 de Abril ao 11 de Novembro: A Via Agreste da Liberdade* (Lisboa, Ulmeiro, 1978); Fernando Luís da Câmara Cascudo, *Angola, a Guerra dos Traídos* (Rio de Janeiro, Bloch, 1979).

¹⁰⁴⁶ Termo utilizado pelo historiador israelita Michael Harsgor para definir os sentimentos políticos de parte da comunidade de retornados portugueses perante o processo de descolonização conduzido por Lisboa. Ver Michael Harsgor, “Aftereffects of an ‘Exemplary Decolonization’”, *Journal of Contemporary History*, Special Issue: *Imperial Hangovers*, 15, (1), 1980: 143-167; A percepção, entre os meios mais conservadores do Pós-25 de Abril, que uma eventual vitória militar portuguesa em África havia sido “traída” por um golpe de estado na metrópole liderado por elementos comunistas e socialistas, apresenta várias semelhanças com o mito do “Dolchstoßlegende”, propagado pela direita radical alemã durante a República de Weimar, que argumentava que a derrota na Primeira Guerra Mundial fora fruto da “traição” política interna de bolcheviques, socialistas e judeus, e não das consequências da insustentabilidade social e económica da situação militar. Ver Wilhelm Deist, “The Military Collapse of the German Empire: The Reality Behind the Stab-in-the-Back Myth”, *War in History*, 3, (2), 1996: 186-207; Esta percepção da “traição” política contra os militares no terreno foi perpetuada por António de Spínola: “Longe estava, ainda, do meu espírito a ideia de que a traição da facção marxista do MFA provocaria uma rápida degradação de unidades militares sediadas em África e a demissão de outras, forçando-me a homologar acordos na vexatória situação de vencidos de uma guerra que não havíamos perdido no campo militar e que as Forças Armadas acabaram por perder no campo político, abrindo caminho à vergonhosa descolonização que se seguiu.” António de Spínola, *País sem Rumor: Contributo para a História de uma Revolução* (SCIRE, 1978): 257; Também Pompílio da Cruz, o líder de extrema-direita da Frente de Resistência Angolana (FRA), comungou da ideia da “traição” política: “Na verdade as Forças Armadas Portuguesas não foram vencidas! Foram traídas, por uma minoria de palhaços fardados e políticos partidários, alcunhados de progressistas (...)” Pompílio da Cruz, *Angola: Os Vivos e os Mortos* (Lisboa, Intervenção, 1976): 14.

¹⁰⁴⁷ Pompílio da Cruz, *Angola: Os Vivos e os Mortos* (Lisboa, Intervenção, 1976); Luiz Aguiar, *O Livro Negro da Descolonização* (Lisboa, Intervenção, 1977); Joaquim da Luz Cunha, Kaúlza de Arriaga, Bethencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques, *África: A Vitória Traída* (Lisboa, Intervenção, 1977); Silvino Silvério Marques, *Os ‘Descolonizadores’ e o Crime de Traição à Pátria* (Lisboa, Ulisseia, 1983).

¹⁰⁴⁸ Adulcino Silva, *Cabinda: A Verdade Oculta* (Oeiras, Edição de Autor, 1994); Maria Leonor Figueiredo, *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola* (Lisboa, Alêtheia, 2009); Alexandra Marques, *Segredos da Descolonização de Angola* (Lisboa, Dom Quixote, 2013).

êxodo de 300 mil refugiados para Portugal¹⁰⁴⁹ e outros destinos, tem sido uma área de produção bibliográfica contínua desde o 25 de Abril.¹⁰⁵⁰ Esta produção multifacetada, que inclui reportagens, diários, ensaios políticos e autobiografias, constituiu uma literatura de *Retorno* com características distintas de outras expressões memoriais sobre a descolonização.

No campo historiográfico, várias obras académicas de síntese e de coletânea têm abordado a questão angolana, enquadrando-a no contexto geral do fim do império, e focando-se na perspetiva portuguesa do processo de descolonização.¹⁰⁵¹

Abordagens focadas nas perspetivas das políticas externas de vários países em relação ao processo de transição da independência angolana, têm sido um campo de produção historiográfica de volume considerável. Esta literatura com ênfase nos atores externos, pode ser dividida em duas categorias: uma primeira ligada às tendências, impasses e decisões no campo da diplomacia de diversos países durante a fase da descolonização, que culmina na questão do reconhecimento da República Popular de Angola proclamada unilateralmente pelo MPLA;¹⁰⁵² uma segunda categoria focada nas

¹⁰⁴⁹ Para um contributo sobre a origem e destino dos portugueses regressados das ex-colónias ver: R. Pena Pires, M. José Maranhão, João P. Quintela, Fernando Moniz e Manuel Pisco, *Os Retornados: Um Estudo Sociográfico* (Lisboa, Instituto dos Estudos para o Desenvolvimento, 1984).

¹⁰⁵⁰ Manuel de Resende, *Vida de Refugiados* (Lisboa, Literal, 1977); Paula Maria Costa Pereira, *Angola, Juventude em Fuga* (Braga, Braga Editora, 1977); João dos Reis, *Malandros: A Evacuação Aérea dos Portugueses de Angola* (Queluz, Literal, 1978); Reis Ventura, *Os Dias da Vergonha: De 25 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975* (Lisboa, Edições Fernando Pereira, 1986); Ildeberto Teixeira, *E aos Costumes Disse Nada* (Lisboa, Edição de Autor, 1998); Maria Alves Nogueira Leal Gomes, *Andanças a Preto e Branco* (Lisboa, Tribuna Pacense, 1998); Filomena Carreira, *África e Descolonização: Angola entre o Amor e o Ódio* (São Paulo, Habra, 1998); Aida Viegas, *Abandonar Angola: Um Olhar à Distância* (Aveiro, AVI, 2002); Jaime da Cruz Soares, *Angola: Rabiscos de um Retornado do Caminho de Ferro de Benguela* (Castelo de Vide, Póvoas e Meadas, 2002); António Mateus, *Lobito: Longe da Restinga, a Oeste da Sanzala* (Lisboa, Guerra & Paz, 2009); António Coimbra, *Angola: Horizonte Perdido* (Porto, Papiro, 2011); Amélia Meireles, *A Minha Fuga de Angola: Do que ficou ao que trouxemos de África* (Lisboa, Chiado, 2012); Rogério Amorim, *O Adeus a Angola: Diário da Fuga pela Costa dos Esqueletos* (Vila do Conde, Verso da História, 2015); Manuela Amoedo, *1975 na Primeira Pessoa, Lobito, uma Cidade com Histórias para Contar* (Lisboa, Nova Vega, 2016).

¹⁰⁵¹ René Pélissier, *Le Naufrage des Caravelles: Etudes sur la Fin de l'Empire Portugais (1961-1975)* (Orgeval, Pélissier Editions, 1979); Norrie MacQueen, *The Decolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire* (London, Longman, 1997); António Costa Pinto, *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização* (Lisboa, Livros Horizonte, 2001); Stewart Lloyd-Jones and António Costa Pinto, eds., *The Last Empire: Thirty Years of Portuguese Decolonization* (Chicago, Intellect, 2003); Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira, orgs., *O Adeus ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa* (Lisboa, Nova Vega, 2015).

¹⁰⁵² Kenneth Maxwell, "Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976)" in Luís Nunes Rodrigues, coord., *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX* (Lisboa, Luso-American Foundation, 2006); Márcia Maro da Silva, *A Independência de Angola* (Brasília, MRE, 2008); Shannon Rae Butler, "Into the Storm: American Covert Involvement in the Angolan Civil War, 1974-1975"

reformulações geoestratégicas causadas pela independência de Angola, e no intervencionismo militar direto ou indireto de protagonistas globais e regionais.¹⁰⁵³

Merecem particular destaque três obras que abordam em detalhe o período de transição para a independência de Angola. Uma delas é o estudo seminal de John Marcum (1978), obra com uma abordagem equilibrada entre os três movimentos, e que analisa em pormenor os eventos da descolonização utilizando as fontes disponíveis no rescaldo do processo, abordando as dinâmicas internas da competição entre as guerrilhas e a dimensão externa que internacionalizou a eclosão da Guerra Civil.¹⁰⁵⁴ A tese de doutoramento de Fernando Guimarães (1992) é outro estudo incontornável, com enfoque nas causas da Guerra Civil através de uma examinação substantiva dos moldes em que foi efetuada a transição para a independência, que inclui a intervenção de atores globais e regionais, a influência dos acontecimentos políticos em Lisboa ao longo de 1974/1975, e o contexto das rivalidades políticas entre os movimentos nacionalistas.¹⁰⁵⁵ Por último, o trabalho monográfico de Natalia Telepneva (2014), fortemente alicerçado em trabalho de arquivo na Europa de Leste (Rússia, Polónia, República Checa e Bulgária), representa um sólido

(PhD Thesis, University of Arizona, 2008); Tiago Moreira de Sá, *Os EUA e a Descolonização de Angola* (Lisboa, Dom Quixote, 2011); Carlos Frederico Domínguez Ávila, “La Independencia de Angola y la Política Internacional (1975-1976): Un Estudio basado en Fuentes Brasileñas”, *Estudios de Asia y Africa*, 47, (3), 2012: 547-580; Luís Nuno Rodrigues, “The United States and Portuguese Decolonization”, *Portuguese Studies*, 29, (2), 2013: 164-185; Thiago Carvalho, “O Brasil e o Fim do Império Português” in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, org., *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais* (Lisboa, Edições 70, 2014); Lúcia Sofia Pais Correia, “O Papel dos Estados Unidos da América no Processo de Descolonização de Angola” (Tese de Mestrado, Universidade da Beira Interior, 2016); Andrea Pires Rocha e José Francisco dos Santos, “Angola Pós-Independência: Apontamentos acerca das Perspectivas da Relação Brasil e Angola”, *Revista África[s]*, 5, (9), 2018: 39-65; Sabina Widmer, “Getting Out of a Foreign Policy Impasse: The Decolonisation of Angola and Mozambique” in Sabina Widmer, *Switzerland and Sub-Saharan Africa in the Cold War (1967-1979): Neutrality meets Decolonisation* (Leiden, Brill, 2021).

¹⁰⁵³ Daniel Spikes, *Angola and the Politics of Intervention: From Local Bush War to Chronic Crisis in Southern Africa* (Jefferson, McFarland, 1993); Piero Gleijeses, *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa (1959-1976)* (Chapel Hill, University of North Carolina, 2002); Edward George, *The Cuban Intervention in Angola (1965-1991): From Che Guevara to Cuito Canavale* (London, Routledge, 2005); Odd Arne Westad, *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of our Times* (Cambridge, Cambridge University Press, 2006); Vladimir Shubin, *The Hot ‘Cold War’: The USSR in Southern Africa* (London, Pluto Press, 2008); Jamie Miller, “Things Fall Apart: South Africa and the Collapse of the Portuguese Empire (1973-1974)”, *Cold War History*, 12, (2), 2012: 183-204; Filipe Ribeiro de Meneses and Robert McNamara, “South Africa and the Aftermath of Portugal’s ‘Exemplary’ Decolonization: The Security Dimension”, *Portuguese Studies*, 29, (2), 2013: 227-250; José Milhazes, *Angola: O Princípio do Fim da União Soviética* (Lisboa, Nova Vega, 2015).

¹⁰⁵⁴ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978).

¹⁰⁵⁵ Fernando Guimarães, “The Origins of The Angolan Civil War: International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976” (PhD Thesis, University of London, 1992).

contributo para clarificar a visão complexa dos serviços de informação soviéticos sobre o processo de descolonização de Angola, bem como as motivações, objetivos e o grau da participação da União Soviética por detrás do apoio ao MPLA.¹⁰⁵⁶

Para além destas três obras de referência, outros estudos multidimensionais contribuíram para uma visão mais completa do período de transição para a independência. É o caso do ensaio pioneiro de sociologia política desenvolvido por Franz Heimer (1980), que abordou a luta interna pelos diferentes modelos de descolonização em Angola, privilegiando a análise das dinâmicas endógenas da sociedade angolana e secundarizando a influência dos atores internacionais.¹⁰⁵⁷ Por outro lado, a obra de Fernando Tavares Pimenta (2008) enceta o debate historiográfico sobre as complexas identidades políticas dos colonos brancos em Angola no advento da independência.¹⁰⁵⁸ A literatura académica contou também com a participação de antigos protagonistas, como é o caso de Pedro Pezarat Correia (2017), membro da Comissão Coordenadora do MFA em Angola, que elaborou a sua tese de doutoramento em relações internacionais sobre o processo de descolonização, onde abordou a questão angolana.¹⁰⁵⁹ O campo das relações internacionais tem sido, aliás, a área de maior produção monográfica em relação à descolonização de Angola.¹⁰⁶⁰

Este Capítulo procura introduzir a perspetiva da UNITA no debate sobre as dinâmicas da descolonização de Angola, baseando-se na triangulação de documentação de arquivo com testemunhos pessoais de protagonistas ativos no processo de transição para a independência. Com base nesta metodologia, as fontes coevas utilizadas são compostas: pelos Relatórios de Situação Semanais elaborados pelos Serviços de

¹⁰⁵⁶ Natalia Telepneva, “Our Sacred Duty: The Soviet Union, the Liberation Movements in the Portuguese Colonies, and the Cold War (1961-1975)” (PhD Thesis, The London School of Economics, 2014).

¹⁰⁵⁷ Franz Wilhelm Heimer, *O Processo de Descolonização em Angola (1974-1976)* (Lisboa, Regra do Jogo, 1980).

¹⁰⁵⁸ Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os Brancos e a Independência* (Porto, Afrontamento, 2008).

¹⁰⁵⁹ Pedro Pezarat Correia, “Da Descolonização: Do Proto-Nacionalismo ao Pós-Colonialismo” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2017).

¹⁰⁶⁰ Carlos Alberto de Jesus Alves, “Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2013); Agostinho Alexandre Joaquim da Silva, “Angola: Dinâmicas Internas e Externas na Luta de Libertação (1961-1975)” (Tese de Doutoramento, Universidade Lusófona, 2014); Maria Teresa Pereira Esteves, “O Papel de Portugal no Processo de Transição para a Independência de Angola (1974-1975)” (Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2016); Raul Tati, “Incidências da Guerra Fria na Política Externa de Angola (1975-1992)” (Tese de Doutoramento, Universidade Católica de Lisboa, 2018); João Manuel Pinto Correia, “Portugal, a Arquitetura de Segurança da África Austral e a Globalização da Guerra Fria (1949-1975)” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2021).

Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA), que continuaram em atividade até Outubro de 1974; pelos relatórios desenvolvidos pela Polícia de Informação Militar (PIM), organismo que sucedeu à PIDE/DGS no âmbito da pesquisa de informações militares e que continuou em atividade até à independência em 1975; por documentação da Comissão Coordenadora do Programa do MFA em Angola (CCPA), órgão colegial que manteve comunicação regular com os movimentos de libertação; pela documentação relativa ao processo de descolonização de Angola no fundo do Ministro sem Pasta Ernesto Melo Antunes (EMA); pelos telegramas diplomáticos do Consulado Norte Americano em Luanda (TNA); por relatórios do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola (CCFAA), que inclui informações sobre a situação militar de Angola pós-25 de Abril; por recortes de imprensa local e nacional, e boletins políticos das guerrilhas independentistas.

Um conjunto de memórias de particular interesse para este Capítulo são as autobiografias políticas, “entrevistas de vida” e estudos biográficos dos protagonistas do processo de transição para a independência de Angola. Uma primeira categoria é composta pelos atores portugueses, que inclui figuras de alto perfil político,¹⁰⁶¹ agentes da descolonização¹⁰⁶² e facilitadores de comunicação com a guerrilha¹⁰⁶³. A segunda e última categoria consiste nas ego-narrativas publicadas por guerrilheiros da UNITA, que

¹⁰⁶¹ António de Spínola, *País sem Rumo: Contributo para a História de uma Revolução* (S.L, SCIRE, 1978); Mário Soares, *Democratização e Descolonização: Dez Meses no Governo Provisório* (Lisboa, Dom Quixote, 1978); Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, o Último Marechal: Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro* (Lisboa, Centro de Documentação 25 de Abril, 1998); António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, Vol. I e II (Braga, Círculo de Leitores, 2006).

¹⁰⁶² Rosa Coutinho, *Notas Sobre a Descolonização de Angola*, Associação 25 de Abril, [Sem Data], Disponível: <https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/RosaCoutinho.pdf>; Pedro Pezarat Correia, *Descolonização de Angola: A Jóia da Coroa do Império Português* (Sintra, Editorial Inquérito, 1991); AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ Depoimentos do General António Soares Carneiro, Brigadeiro Fernando Passos Ramos, Brigadeiro Pedro Pezarat Correia e Coronel Rui Antunes Tomás, 1995; AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ Depoimentos dos Brigadeiros Fernando Passos Ramos e Pedro Pezarat Correia, Almirante Rosa Coutinho e Comandante Jorge Correia Jesuíno, 1996; AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ Depoimentos do General António Silva Cardoso, Brigadeiro Heitor Almendra e General António Gonçalves Ribeiro, 1997; AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ Depoimentos de Vasco Vieira de Almeida e do Brigadeiro Fernando Passos Ramos, 1998; General Silva Cardoso, *Angola, Anatomia de uma Tragédia: Um Testemunho Dramático sobre a Descolonização* (Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2005); Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011); Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes: Uma Biografia Política* (Lisboa, Âncora, 2012); António Belo, *Angola e a Independência: Diário da Transferência de Soberania* (Lisboa, Colibri, 2022).

¹⁰⁶³ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017).

participaram nos diversos acordos e negociações entre o movimento e as autoridades portuguesas,¹⁰⁶⁴ ou que integraram a primeira geração de recrutas do Galo Negro do Pós-25 de Abril¹⁰⁶⁵.

1- 25 de Abril: Incertezas e Cessar-Fogo

Nas vésperas do 25 de Abril, seis grupos de guerrilha distintos operavam no território de Angola (FNLA, MPLA-Neto, MPLA-Chipenda, UNITA, FLEC e SWAPO), um panorama divisionista que contrastava com as lutas de libertação da Guiné e Moçambique. No caso do Galo Negro a situação militar era particularmente ativa. A partir do colapso do acordo de colaboração com as autoridades coloniais (Operação Madeira) em Janeiro de 1974, a guerrilha da UNITA retomou operações ofensivas contra alvos militares e civis. Entre estas ações destacam-se diversas tentativas de sabotagem de estradas, pontes e da linha do CFB,¹⁰⁶⁶ raptos de populações,¹⁰⁶⁷ e um ataque ao aquartelamento da tropa portuguesa em Nhunga no Moxico, com a utilização de morteiros e lança-granadas foguete¹⁰⁶⁸ (**Mapa 8.1**). Apesar destas ações foi a tropa portuguesa que manteve a iniciativa militar no Leste, através da ofensiva “Operação Castor” desenvolvida pelo comandante da ZML, general Abel Hipólito, com o propósito de destruir a guerrilha do Galo Negro.¹⁰⁶⁹ Duas semanas antes do 25 de Abril, a tropa portuguesa operava com frequência na zona tradicional de refúgio da UNITA no Lungué-Bungo, onde destruiu de forma metódica uma dezena de acampamentos do movimento.¹⁰⁷⁰ Pezarat Correia sugere que, nas vésperas do golpe, as operações contra a guerrilha de Savimbi eram as que empregavam o maior número de militares em todo o

¹⁰⁶⁴ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008); Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019).

¹⁰⁶⁵ Jardo Muekalia, *Angola, a Segunda Revolução: Memórias da Luta pela Democracia* (Lisboa, Sextante, 2010).

¹⁰⁶⁶ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°612/ 29DEZ73 a 5JAN74, 1974: 17; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°613/ 5JAN74 a 12JAN74, 1974: 24; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°616/ 26JAN74 a 2FEV74, 1974: 23.

¹⁰⁶⁷ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°612/ 29DEZ73 a 5JAN74, 1974: 17; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°614/ 12JAN74 a 19JAN74, 1974: 21.

¹⁰⁶⁸ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°612/ 29DEZ73 a 5JAN74, 1974: 17.

¹⁰⁶⁹ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°617/ 2FEV74 a 9FEV74, 1974: 24; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°619/ 16FEV74 a 23FEV74, 1974: 17; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°625/ 30MAR74 a 6ABR74, 1974: 15-16; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°626/ 6ABR74 a 13ABR74, 1974: 18.

¹⁰⁷⁰ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°627/ 13ABR74 a 20ABR74, 1974: 18.

teatro de guerra em Angola e “onde se registava maior número de baixas”.¹⁰⁷¹ A ocorrência do 25 de Abril durante o auge da “Operação Castor” recuperou a legitimidade anticolonial da UNITA após o episódio colaborativo com as autoridades coloniais em 1973, e garantiu a participação do Galo Negro no processo de descolonização que se seguiu.

O golpe militar protagonizado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) a 25 de Abril de 1974, acompanhado de efusivas manifestações populares em seu apoio, depôs o regime ditatorial do Estado Novo sem resistência significativa em menos de 24 horas. Após o cerco ao quartel do Carmo por militares sob o comando do capitão Salgueiro Maia, o chefe do governo, Marcelo Caetano, aceitou transferir o poder para o general António de Spínola, e seguiu para o exílio no Brasil via ilha da Madeira. No final do mesmo dia foi anunciada a formação da Junta de Salvação Nacional (JSN) presidida por Spínola,¹⁰⁷² que assumiu perante o noticiário nacional os compromissos de garantir a liberdade de expressão e de livre associação política dos cidadãos, a realização de eleições por sufrágio universal para uma assembleia constituinte, e assegurar “a sobrevivência da nação como pátria soberana no seu todo pluricontinental”.¹⁰⁷³ Outras medidas de aplicação imediata do programa do MFA incluíram a extinção da PIDE-DGS no Portugal metropolitano e a sua reestruturação em Polícia de Informação Militar (PIM) nas colónias, a destituição dos governadores-gerais das províncias ultramarinas e a sua substituição pelos respetivos secretários-gerais, e uma amnistia geral para todos os prisioneiros políticos.¹⁰⁷⁴ A autoridade da Junta de Salvação Nacional em Lisboa foi reconhecida pelo governo da província de Angola no dia 26 de Abril, o que implicou a substituição do governador-geral Fernando Santos e Castro pelo seu secretário-geral Soares Carneiro.¹⁰⁷⁵

¹⁰⁷¹ Pedro Pezarat Correia, *Descolonização de Angola: A Jóia da Coroa do Império Português* (Lisboa, Inquérito, 1991): 40.

¹⁰⁷² A JSN era encabeçada pelo general António de Spínola (1910-1996) e era composta pelo general Francisco da Costa Gomes (1914-2001), os brigadeiros Jaime Silvério Marques (1915-1986) e Manuel Diogo Neto (1924-1995), o capitão de mar e guerra José Batista Pinheiro de Azevedo (1917-1983), o capitão de fragata António Rosa Coutinho (1926-2010) e o coronel Carlos Galvão de Melo (1921-2008).

¹⁰⁷³ Arquivo RTP, Noticiário Nacional, *Chegada dos membros da Junta de Salvação Nacional ao estúdio da RTP no Lumiar, onde o General António de Spínola lê em directo uma proclamação ao País*, 1974.

¹⁰⁷⁴ AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11013.002/ *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas*, 1974: 1-2; CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA/ SCC: PIDE/DGS-Angola/ *Decreto-Lei Nº171/74, Legislação para os funcionários da PIM de Angola*, 1974: 1; CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA/ SCC: PIDE/DGS-Angola/ *Mensagem de GERALDEFNAC para COMECHEFEANGOLA e COMECHEFEMOÇAMBIQUE*, 1974: 1.

¹⁰⁷⁵ Fernando Tavares Pimenta sugere a resistência de Santos e Castro em obedecer às ordens da JSN. Ver Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os Brancos e a Independência* (Porto, Afrontamento, 2008): 351.

Em Luanda o ambiente da população africana pautou-se por um clima de grande expectativa e de apoio generalizado à JSN.¹⁰⁷⁶

Na manhã do mesmo dia, um grupo de guerrilheiros da UNITA emboscou uma coluna do exército português no distrito do Moxico, causando 18 mortos e considerável captura de material, no que se registou como o ataque mais mortífero da guerra em Angola.¹⁰⁷⁷ Este episódio é celebrado nas narrativas memoriais dos comandantes do Galo Negro como o culminar da luta de libertação: “Terminávamos assim e em grande a nossa luta.”- “ (...) o ataque de 26 de Abril de 1974 deveria ficar nos anais da história de Angola. Talvez até de outras histórias de África, nos sítios onde a guerrilha teve de funcionar.”¹⁰⁷⁸ Não é claro o momento no qual a guerrilha de Savimbi, isolada nas matas do Leste, teve conhecimento da ocorrência do golpe em Portugal, e que tipo de interpretação política foi tirada no rescaldo imediato do acontecimento.¹⁰⁷⁹ Contudo, Benjamim Almeida sugere que os ataques de 26 de Abril foram efetuados tendo em conta a situação ocorrida em Lisboa, com o objetivo de “mostrar serviço” contra a tropa colonial num ambiente incerto e fluído de pós-golpe, e, deste modo, evidenciar militarmente o compromisso anticolonial do Galo Negro.¹⁰⁸⁰

A atitude dos movimentos de libertação perante o 25 de Abril pode ser classificada como de cautelosa desconfiança. Agostinho Neto, que se encontrava no Canadá, declarou que a luta armada do MPLA só terminaria com a independência total de Angola, e que

¹⁰⁷⁶ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°628/ 20ABR74 a 27ABR74, 1974: 18; Contudo, foi apenas no 1º de Maio de 1974 que os sentimentos políticos da população africana em Luanda em relação à mudança de regime em Lisboa se definiram de forma mais clara, com a ocorrência dos primeiros sinais sérios de contestação social do pós-golpe em Angola. A data decretada como feriado nacional pela JSN, foi marcada em Luanda pela realização de manifestações populares de carácter anticolonial, onde ocorreram várias detenções policiais entre os manifestantes, e pela eclosão de um movimento laboral reivindicativo que ganhou considerável tração nos meses que se seguiram em vários sectores ocupacionais de toda a província. Ver Pedro Pizarat Correia, *Descolonização de Angola: A Jóia da Coroa do Império Português* (Lisboa, Inquérito, 1991): 73-74; Jean-Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 393.

¹⁰⁷⁷ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°628/ 20ABR74 a 27ABR74, 1974: 15.

¹⁰⁷⁸ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 184; Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 121.

¹⁰⁷⁹ Anos mais tarde, Jonas Savimbi referiu que as primeiras notícias que recebeu do 25 de Abril estavam longe de serem claras em relação à natureza concreta do golpe: “As notícias eram confusas e a nossa ignorância grande. Sentíamos apenas que podia acontecer alguma coisa. Tínhamos arranjado o Portugal e o Futuro [de António de Spínola], no Luso, e pensámos logo que as propostas do livro eram demasiado radicais para que o regime português as pudesse digerir sem sobressaltos. A seguir ao livro tinha de vir mais alguma coisa. Ficámos atentos e enviámos homens à Zâmbia para reunir outras informações sobre o que se estava a passar em Portugal.” Esteves B.I. Pena, *Primeiro o Angolano, Segundo o Angolano... Angolano Sempre: Os Discursos do Dr. Jonas Malheiro Savimbi* (Lisboa, GEPMI, 2019): 113.

¹⁰⁸⁰ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 215-216.

nunca aceitaria a formação de uma federação na qual Portugal teria a “última palavra”. Holden Roberto reagiu em moldes semelhantes a partir do Zaire, afirmando que não se opunha a encetar conversações com o novo governo português, mas apenas no enquadramento de uma independência total, e que excluía taxativamente qualquer solução federativa. Do lado da UNITA, uma vez que Jonas Savimbi se encontrava nas matas do Moxico, a primeira reação pública veio de um comunicado do emissário do Galo Negro em Paris, que qualificou a orientação do novo governo português de “neocolonialista”, incompatível com as reivindicações do povo angolano.¹⁰⁸¹ As reações dos movimentos de libertação foram acompanhadas por pressão internacional exercida pelo Comité de Descolonização da ONU e pelo Comité de Libertação da OUA, que exigiram ao governo português que reconhecesse sem ambiguidades o direito à independência dos territórios africanos.¹⁰⁸² À missão especial portuguesa nas Nações Unidas, composta por Jorge Sampaio e João Cravinho, o Secretariado Geral da ONU indicou que o processo de descolonização de Portugal devia-se guiar pelos princípios da autodeterminação e independência, “embora se reconheça que os passos para esta última são difíceis e não necessariamente rápidos. Têm é de ser inequívocos.” – posição partilhada pela missão da argelina que considerou que o “processo de descolonização não pode ir tão depressa quanto se desejaria, pois há possíveis consequências a evitar.”¹⁰⁸³

No rescaldo do 25 de Abril, a questão da independência não foi assumida pela JSN, nem era uma consequência clara da queda do regime para a sociedade angolana. Nenhuma forma de transferência de poder administrativo ou soberania política foi contemplada no programa do MFA para os territórios ultramarinos. Aliás, no documento não é evidente a existência de um problema colonial organicamente ligado à questão ultramarina: “A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios: a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar; b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino; c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.”¹⁰⁸⁴ Ou seja, à resolução da questão ultramarina, é implicitamente negado um problema de natureza colonial,

¹⁰⁸¹ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°628/ 20ABR74 a 27ABR74, 1974: 7-8.

¹⁰⁸² ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°632/ 18MAI74 a 25MAI74, 1974: 4-5.

¹⁰⁸³ APJVS/ *Relatório da Missão Especial do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros Junto das Nações Unidas – 4/8 de Junho*, 1974: 4, 5.

¹⁰⁸⁴ AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11013.002/ *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas*, 1974: 3.

sendo desejável uma paz “entre os Portugueses de todas as raças e credos”¹⁰⁸⁵ num enquadramento de manutenção imperial. A própria questão ultramarina, e o debate nacional em torno dela, estava subordinada ao processo de democratização do ponto B-5 do programa, que estabelecia que as “grandes reformas de fundo” só poderiam ser adotadas no âmbito da futura Assembleia Constituinte e do conseqüente apuramento da vontade geral da nação.¹⁰⁸⁶ Em suma, a descolonização só arrancaria após o encerramento do processo de democratização nacional.

Nas suas memórias, Spínola assume a “cautela de linguagem relativamente ao fenómeno ultramarino” como uma alteração sua ao que seria o programa original do MFA,¹⁰⁸⁷ com o objetivo de garantir que a resolução do problema “dependeria da vontade expressa das populações dos territórios portugueses, após uma consulta à Nação no seu todo geográfico e humano.”¹⁰⁸⁸ Esta declaração é ambígua, uma vez que ao mesmo tempo que assume a hipótese de uma consulta democrática, afasta a possibilidade que essa consulta se execute em moldes referendatários de forma autónoma em cada um dos territórios ultramarinos. Isto sugere que a intenção inicial de Spínola passaria por uma “consulta à Nação no seu todo geográfico e humano” através de eleições para a Assembleia Constituinte, que futuramente garantiria constitucionalmente a reformulação

¹⁰⁸⁵ AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11013.002/ *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas*, 1974: 1.

¹⁰⁸⁶ AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11013.002/ *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas*, 1974: 2; Em relação a este ponto do programa do MFA, a leitura pessoal de Almeida Santos sobre o seu significado é a seguinte: “Descolonizar era a mais funda das ‘reformas de fundo’. Foi como se se tivesse dito: quanto a descolonizar...temos tempo. E não tínhamos.” António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, Vol. I (Braga, Círculo de Leitores, 2006): 235.

¹⁰⁸⁷ Pezarat Correia corrobora as alterações ao programa do MFA efetuadas por Spínola, e sugere que o programa original consagrava o direito à autodeterminação dos territórios ultramarinos: “Na noite de 25 de Abril, quando, no Quartel da Pontinha, posto de comando operacional do Movimento, se realiza a primeira reunião entre os homens do MFA e os generais da Junta de Salvação Nacional, o programa que está em cima da mesa para ser apresentado à Nação contempla a generalidade das alterações propostas pelo general Spínola, mas mantém a versão original do nº 8, exactamente porque sobre ele não incidia qualquer sugestão de alteração. Mas é então que o general Spínola, em nome da JSN, propõe mudanças substanciais ao texto relativo à política ultramarina. Depois de um debate bastante aceso, acabou por ser retirada aquela que era talvez a alínea mais significativa de todo aquele nº 8. Era a alínea c), que estipulava o ‘Claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e clara participação das populações autóctones’. Também a alínea d) teve de ser alterada. Do ‘Estabelecimento de medidas julgadas convenientes para um rápido restabelecimento da paz’, passou a ‘Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz’, muito mais ambíguo e traduzindo um menor empenhamento na efectiva obtenção da paz.” Pedro Pezarat Correia, *Descolonização de Angola: A Jóia da Coroa do Império Português* (Lisboa, Inquérito, 1991): 56-57.

¹⁰⁸⁸ Sublinhado nosso - António de Spínola, *País sem Rumo: Contributo para a História de uma Revolução* (SCIRE, 1978): 252-254.

do espaço colonial português num modelo federativo (semelhante em forma à *Communauté Française* (1958) estabelecida por Charles de Gaulle). O pensamento spinolista foi obrigado a fazer concessões ao longo de 1974, primeiro em direção à opção do referendo e, depois, por um abandono total das teses federalistas expressas no *Portugal e o Futuro* com a assinatura da Lei 7/74 em 27 de Julho do mesmo ano. Nada indica que, em Abril/Maio de 1974, as intenções de Spínola fossem além de uma autonomia limitada que não pusesse em causa a integridade da “nação soberana no seu todo pluricontinental”, o que implicava a rejeição taxativa do direito à independência, mesmo que esta aspiração à independência se efetuasse democraticamente via consulta popular nos territórios ultramarinos e não através de uma solução de força baseada nas armas das guerrilhas dos movimentos de libertação.¹⁰⁸⁹

Esta ausência completa de uma visão política consensual de descolonização concreta por parte de Lisboa levou os movimentos de libertação a assumirem o compromisso de intensificarem a luta armada. Do lado do MPLA, este compromisso foi essencialmente retórico, uma vez que a atividade da guerrilha liderada por Neto era praticamente inexistente em Angola, fruto das profundas lutas intestinas que o movimento atravessava com a Revolta do Leste e a Revolta Activa.¹⁰⁹⁰ Isto não impediu o movimento, na semana que se seguiu ao 25 de Abril, de aumentar consideravelmente a agressividade retórica das emissões radiofónicas a partir de Brazzaville, ao incentivar os soldados angolanos alistados no “exército fascista” a fazerem levantamentos nos quartéis, e ao apelar à sociedade civil a formação de uma “ampla frente unida de resistência” que desenvolvesse greves e manifestações de massas.¹⁰⁹¹ De forma semelhante, a propaganda da FNLA através da emissora *Voz do Zaire* afirmou que a proposta federativa de Spínola significava a “exterminação da raça negra” e reafirmou a intenção de continuar a guerra.¹⁰⁹²

¹⁰⁸⁹ Um facto particularmente inultrapassável no caso da Guiné-Bissau, no qual a declaração unilateral de independência proclamada pelo PAIGC (24 de Setembro de 1973), colhia já o reconhecimento formal de mais de oitenta países soberanos no rescaldo do 25 de Abril. Ver António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, Vol. I (Braga, Círculo de Leitores, 2006): 351.

¹⁰⁹⁰ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00399/ *Situation in Eastern Angola*, 1974: 1; Jean-Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 371-378.

¹⁰⁹¹ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°629/ 27ABR74 a 4MAI74, 1974: 7-9.

¹⁰⁹² ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°629/ 27ABR74 a 4MAI74, 1974: 9-10; Para um contributo mais alargado sobre o papel da Rádio na Luta de Libertação de Angola ver: Marissa J. Moorman, *Powerful Frequencies: Radio, State Power, and the Cold War in Angola, 1931-2002* (Athens, Ohio University Press, 2019): 49-93.

As declarações públicas prestadas pela delegação do MFA presidida por Francisco da Costa Gomes, de visita a Angola a 4 de Maio, não tranquilizaram as reivindicações independentistas dos movimentos de libertação. Costa Gomes afirmou a intenção da JSN de “continuar a lutar contra as guerrilhas e essa posição manter-se-á até que os guerrilheiros aceitem a nossa oferta para depor as armas e se apresentarem como um partido político legal.” Um apelo coerente com as declarações prestadas aos jornalistas por Soares Carneiro, que substituiu o governador-geral Santos e Castro, que Angola teria de esperar cerca de 16 meses pela elaboração da nova constituição, processo no qual as guerrilhas seriam bem-vindas a “tomarem parte nos debates constitucionais” assim que pusessem “termo à luta” e integrassem a “actividade política normal.”¹⁰⁹³

As reações dos movimentos de libertação a este apelo foram unânimes. O MPLA afirmou que só aceitaria negociar um cessar-fogo após a retirada das forças armadas portuguesas de Angola e o reconhecimento claro do direito à independência. A FNLA reivindicou como o primeiro passo para a negociação da cessão das hostilidades uma declaração pública de Lisboa do “direito do povo angolano à independência nacional”, e advertiu os seus militantes que a “guerra não acabou, não obstante os apelos e panfletos dos portugueses”.¹⁰⁹⁴ A UNITA, através do representante em Lusaka, reagiu ao apelo de cessar-fogo da JSN, exigindo o fim do envio de tropas portuguesas para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e a retirada das que lá se encontravam, como pré-condição a cessação de hostilidades.¹⁰⁹⁵ Esta situação foi recorrente até ao reconhecimento do direito à independência em Julho de 1974, uma vez que Portugal exigia um cessar fogo por parte das guerrilhas como passo obrigatório para encetar negociações, e, por sua vez, os movimentos de libertação reivindicavam o reconhecimento ao direito à independência como base prévia para o assinar de um acordo de cessar fogo.

A 28 de Maio, a posição do Galo Negro, em relação ao que seria o rumo que as negociações com Portugal deviam tomar, foi clarificada através de uma conferência de imprensa concedida por Puna e Chiwale em Lusaka. A opção federalista da manutenção de Angola numa “Comunidade Lusitana” foi rejeitada e foram estabelecidas quatro condições para iniciar negociações com Portugal: 1) Reconhecimento de uma

¹⁰⁹³ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06819.169.26712/ *Diário de Lisboa*, N°18448, Ano 54, Domingo, 5 de Maio de 1974: 7.

¹⁰⁹⁴ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°630/ 4MAI74 a 11MAI74, 1974: 10-12.

¹⁰⁹⁵ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA00893/ *UNITA and COREMO Respond to Costa Gomes*, 1974: 1.

independência completa; 2) Libertação imediata de todos os prisioneiros de guerra angolanos; 3) Completa participação política africana em Angola, incluindo o direito de assembleia e da liberdade de expressão; 4) Cessação imediata das hostilidades contra os movimentos de libertação, seguida da retirada de todas as forças militares e policiais “dentro de um prazo razoável”.¹⁰⁹⁶

Contudo, apesar das tomadas de posição públicas da UNITA em continuar a luta armada até Portugal “aceitar o princípio da independência total dos 5,5 milhões de africanos em Angola”,¹⁰⁹⁷ desde 30 de Maio que o movimento do Galo Negro e as autoridades militares portuguesas mantinham contactos diretos não oficiais para avançar com um processo de negociação que levasse à cessação de hostilidades.¹⁰⁹⁸

Os primeiros contactos foram feitos de forma indireta através do padre António Oliveira, que já tinha agido como intermediário entre a UNITA e o comando da Zona Militar Leste durante a fase final da Operação Madeira em 1973. O primeiro contacto pós-golpe ocorreu a 30 de Abril, quando Savimbi enviou uma carta ao padre Oliveira na qual pediu uma cópia do *Portugal e o Futuro* de Spínola, afirmou que “a UNITA não foi apanhada descalça” pela Revolução de Abril, e pressionou com urgência para a realização de um encontro pessoal.¹⁰⁹⁹ Encontro que se materializou a 25 de Maio nas matas a sul do Luso, com Jonas Savimbi, N’Zau Puna, Samuel Chiwale, António Vakulukuta, e onde foi dito ao padre Oliveira que transmitisse às autoridades portuguesas que o movimento do Galo Negro estava disposto a negociar um acordo de cessar fogo.¹¹⁰⁰

O encontro para as negociações da suspensão de hostilidades realizou-se nas matas do Lungué-Bungo a 14 de Junho, entre as delegações portuguesa¹¹⁰¹ e a da UNITA¹¹⁰², onde se assinou um acordo de cessar-fogo.¹¹⁰³ Uma das cláusulas do acordo limitou a presença militar da guerrilha do Galo Negro à área geográfica definida na

¹⁰⁹⁶ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA01080/ *UNITA Conditions for Negotiations with Portuguese*, 1974: 1-3.

¹⁰⁹⁷ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA01080/ *UNITA Conditions for Negotiations with the Portuguese*, 1974: 1-2.

¹⁰⁹⁸ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00406/ *Attempts to Open Contacts with UNITA*, 1974: 1.

¹⁰⁹⁹ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 148-150.

¹¹⁰⁰ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 156.

¹¹⁰¹ Presidida pelo Tenente-Coronel Fernando Passos Ramos e composta pelo Major Pezarat Correia, Capitães Manuel Moreira Dias e Benjamim Almeida, e contava com a presença do padre António Oliveira com o estatuto de observador.

¹¹⁰² Chefiada pelo Presidente Jonas Savimbi e composta pelo Major Smart Chata, Capitães Eduardo André e Samuel Elanga, e pelo Tenente Veríssimo Sabino.

¹¹⁰³ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00465/ *UNITA Agrees to Cease-Fire*, 1974: 1-2

Operação Madeira (**Mapa 8.2**), ao mesmo tempo que permitia a liberdade do movimento em desenvolver atividades políticas fora desta área.¹¹⁰⁴ A reação dos outros movimentos de libertação ao fim do comprometimento da luta armada por parte da UNITA foi imediata, com a FNLA a acusar Savimbi como um “traidor do povo angolano” e “joguete nas mãos dos portugueses”, e o MPLA a denunciar uma suposta campanha das forças armadas portuguesas a favor do Galo Negro junto das populações do sul e centro de Angola.¹¹⁰⁵

Porém, a paz resultante do acordo de cessar-fogo foi ameaçada pela publicação de alguns documentos relativos à Operação Madeira, pela revista francesa *Afrique-Asie* a 8 de Julho, considerados por Savimbi como fabricação da KGB,¹¹⁰⁶ mas que evidenciavam, de forma inequívoca, a colaboração da guerrilha do Galo Negro com as autoridades coloniais.¹¹⁰⁷ Situação que foi oportunamente explorada pelo MPLA, que nos dias que se seguiram à revelação, transmitiu através da rádio *Voz da Revolução Conguesa* a leitura das provas sobre a cooperação do presidente da UNITA com as forças coloniais.¹¹⁰⁸ Estas revelações denegriram a legitimidade revolucionária do movimento num período politicamente sensível do pós-25 de Abril, em que a questão do reconhecimento formal da UNITA pela OUA, a par da FNLA e MPLA, era já uma opção considerada e debatida nas reuniões ministeriais da organização africana.¹¹⁰⁹

Além dos efeitos negativos externos para a credibilidade anticolonial do Galo Negro, a divulgação desta documentação abriu clivagens dentro do movimento. A

¹¹⁰⁴ Pedro Pezarat Correia, *Descolonização de Angola: A Jóia da Coroa do Império Português* (Lisboa, Inquérito, 1991): 98; Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 226-227; Esta liberdade concedeu uma vantagem estratégica na mobilização política, reconhecida abertamente por Savimbi: “Ao fazê-lo, a UNITA averbou uma vantagem, que hoje é histórica: arriscou, negociou, de tal maneira que em 14 de Junho de 1974 havia conseguido um trunfo sobre a FNLA e o MPLA, que foi o de, a partir daquela data, ter podido livremente propagar os seus ideais pelo País fora, coisa que surpreendeu e confundiu os seus opositores.” Jonas Savimbi, *Angola: A Resistência em Busca de uma Nova Nação* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 35-36.

¹¹⁰⁵ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°636/ 15JUN74 a 22JUN74, 1974: 16; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°637/ 22JUN74 a 29JUN74, 1974: 14; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°639/ 6JUL74 a 13JUL74, 1974: 9; TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974KINSHASA05320/Portuguese-UNITA Cease-Fire in Angola, 1974: 1.

¹¹⁰⁶ Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977): 64, 67; Jonas Savimbi, *Angola: A Resistência em Busca de uma Nova Nação* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 32.

¹¹⁰⁷ Jack Bourderie, “Angola – La Longue Trahison de L’UNITA: Un Document Explosif”, *Afrique-Asie*, 61, 1974: 7-17.

¹¹⁰⁸ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°640/ 13JUL74 a 20JUL74, 1974: 13.

¹¹⁰⁹ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974YAOUNDE01591/23rd Meeting of the African Liberation Committee, 1974: 3.

principal tensão interna relacionava-se com Savimbi ter assinado o acordo de cessar-fogo com a tropa portuguesa sem a consulta e posterior aprovação por uma maioria qualificada do Bureau Político.¹¹¹⁰ De facto, na assinatura do acordo de 14 de Junho estiveram ausentes duas figuras centrais da organização, o secretário-geral Miguel N’Zau Puna e o comandante das FALA Samuel Chiwale, que se encontravam na Zâmbia em missão diplomática, e que só tiveram conhecimento do acordo após o regresso a Angola.¹¹¹¹ Benjamim Almeida sugere a hipótese de Savimbi ter aproveitado a ausência destas personalidades para assinar a paz com as forças portuguesas.¹¹¹² A publicação da documentação relativa à Operação Madeira endureceu a fação interna da UNITA que se tinha oposto à assinatura da paz com Portugal, transformando-se, para todos os efeitos, numa contestação direta contra a liderança e a tomada de decisões autocrática de Jonas Savimbi.¹¹¹³

Face ao panorama de contestação interna e de deslegitimação externa, Savimbi ameaçou voltar à guerra contra Portugal, chegando mesmo a estabelecer o objetivo de manter a luta armada até causar 800 baixas no exército colonial.¹¹¹⁴ Perante a ameaça, real ou retórica, Luanda enviou uma nova delegação para negociar com a UNITA a 14 de Julho, composta pelos Tenentes-Coronéis Passos Ramos e Francisco Charais, e pelo padre António Oliveira. Nas conversações, Savimbi expressou descontentamento em relação à nomeação de Silvério Marques como governador geral de Angola e à ausência de um compromisso anticolonial claro por parte da JSN. A delegação portuguesa, composta quase exclusivamente por membros do MFA, transmitiu que eles próprios tinham diferendos com a orientação política de Spínola, e asseguraram o presidente da UNITA que Silvério Marques estava em vias de ser afastado,¹¹¹⁵ como aliás se registou após o ultimato do MFA em Angola que exigiu a sua demissão como governador a 17 de

¹¹¹⁰ AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ *Depoimentos dos Brigadeiros Fernando Passos Ramos e Pedro Pezarat Correia, Almirante Rosa Coutinho e Comandante Jorge Correia Jesuíno*, 1996: 22.

¹¹¹¹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 186-187; Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 121, 123.

¹¹¹² Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 227.

¹¹¹³ AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ *Depoimentos dos Brigadeiros Fernando Passos Ramos e Pedro Pezarat Correia, Almirante Rosa Coutinho e Comandante Jorge Correia Jesuíno*, 1996: 23.

¹¹¹⁴ Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 229.

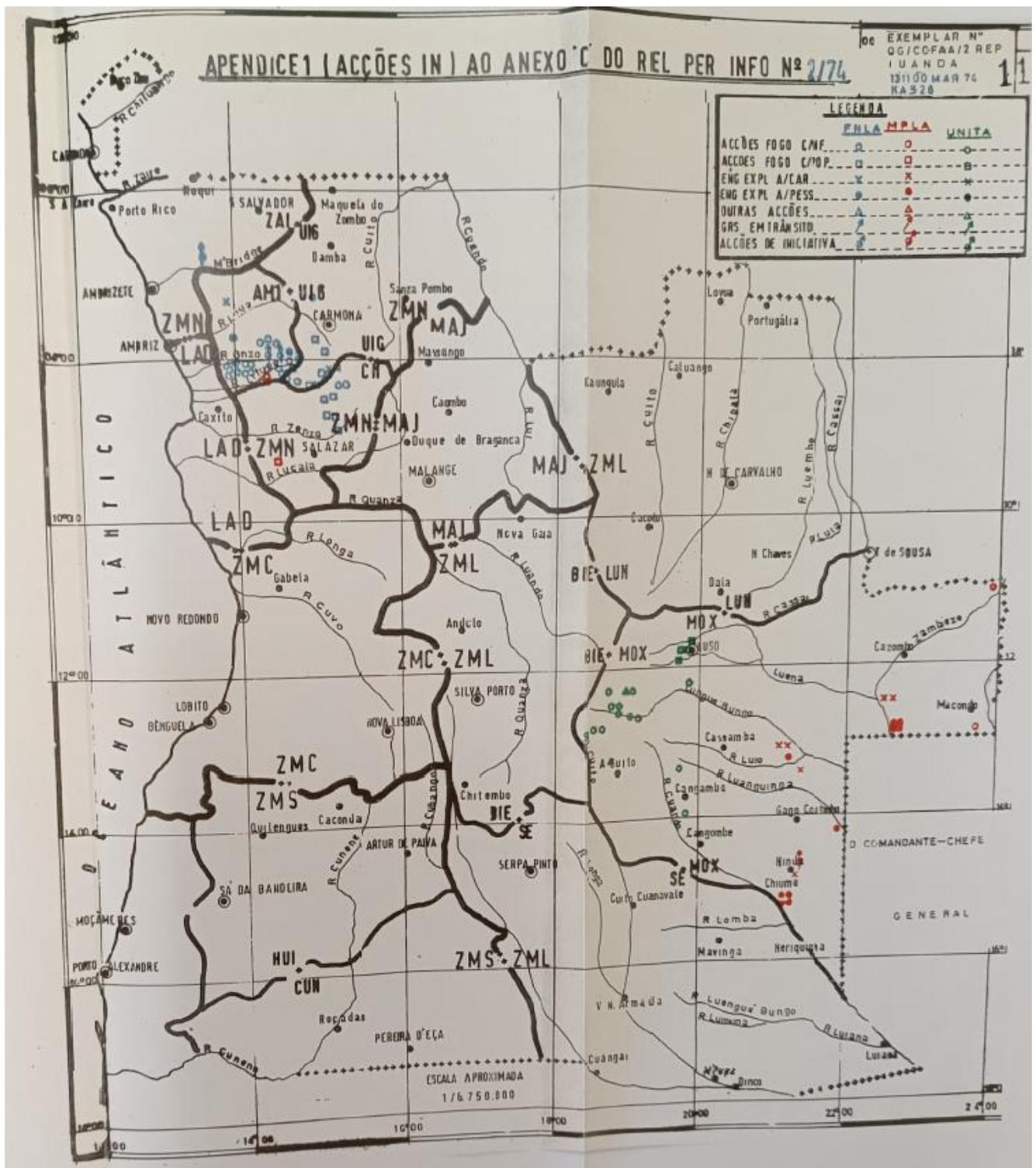
¹¹¹⁵ AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ *Depoimentos dos Brigadeiros Fernando Passos Ramos e Pedro Pezarat Correia, Almirante Rosa Coutinho e Comandante Jorge Correia Jesuíno*, 1996: 26; Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 230.

Julho¹¹¹⁶. Após estes esclarecimentos, firmou-se um segundo acordo de cessar-fogo, desta vez com a aprovação dos membros do Bureau Político do Galo Negro.¹¹¹⁷

A UNITA foi o único movimento de libertação da África colonial portuguesa que suspendeu as hostilidades sem um reconhecimento formal por parte de Portugal do direito à independência. Porém, este pioneirismo concedeu três importantes vantagens ao movimento: passou a ser reconhecido por Portugal como um locutor legítimo para as futuras negociações do processo de descolonização; colocou considerável pressão sobre os movimentos angolanos rivais para negociarem a paz; e expandiu a capacidade de mobilização do Galo Negro, ao permitir o livre desenvolvimento de atividades de recrutamento e consciencialização política entre as populações.

¹¹¹⁶ António Belo, *Angola e a Independência: Diário da Transferência de Soberania* (Lisboa, Colibri, 2022): 56-57.

¹¹¹⁷ AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ Depoimentos dos Brigadeiros Fernando Passos Ramos e Pedro Pazarat Correia, Almirante Rosa Coutinho e Comandante Jorge Correia Jesuíno, 1996: 24.



Mapa 8.1 – Distribuição das ações militares das guerrilhas angolanas. (Fevereiro de 1974)

Fonte: ANTT/ ASC/ Secretário-Geral de Angola e Encarregado do Governo-Geral de Angola/ 0010/ Relatório Periódico de Informações Nº2/74, 1974: Anexo C, 12.

2- Mobilização Política: Bases de Apoio e Alinhamentos

Após o 25 de Abril, Jonas Savimbi demonstrou ser um hábil operador político na mobilização em massa das populações e na capacidade em estabelecer importantes conexões com sectores influentes da sociedade angolana. Esta destreza política compensou as fragilidades iniciais que a UNITA exibia na vertente militar, causadas pela considerável desvantagem nos apoios externos em relação aos movimentos rivais, e representou um fator determinante na legitimação do Galo Negro como um dos três interlocutores exclusivos da descolonização.

A forte aposta na opção da politização das massas surge no quadro da avaliação que Savimbi fez do que seria a situação dos outros movimentos no contexto pós-25 de Abril, e que transparece na correspondência privada que trocou com o padre Oliveira: 1) O MPLA era uma força política incontornável, com um forte bastião de apoio urbano em Luanda, mas encontrava-se profundamente enfraquecido pelas dissidências internas; 2) A FNLA não tinha suficiente expressão política nacional em Angola para concorrer em pé de igualdade com os outros movimentos, mas poderia cair na tentação de utilizar uma solução militar de curto prazo para se tentar impor como força hegemónica.¹¹¹⁸ Em certos aspetos, a análise do presidente do Galo Negro foi confirmada pelos acontecimentos pós-Alvor.

Neste contexto de fragilidade política dos movimentos rivais, o pioneirismo no cessar-fogo com o exército português permitiu à UNITA antecipar-se no livre desenvolvimento de atividades de politização em relação ao MPLA e à FNLA, e garantir o quase monopólio representativo do grupo etnolinguístico mais numeroso de Angola, os ovimbundos do Planalto Central. Isto possibilitou, no espaço de meses, a criação de uma ampla base de apoio popular e de uma considerável reserva de recrutamento militar para a guerrilha, algo sem paralelo até então na história do movimento.

A segunda metade de 1974 pautou-se por aquilo que Chiwale considerou como uma “avalanche humana” de jovens angolanos determinados em militarem na UNITA, incluindo brancos, que desciam na estação de Cangumbe da linha do CFB, de onde depois se dirigiam a pé para as bases do movimento que se encontravam nas matas a sul.¹¹¹⁹ A

¹¹¹⁸ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 329-330.

¹¹¹⁹ Muitos destes jovens que integraram a 2ª geração de quadros da UNITA em 1974, vieram a desempenhar cargos de destaque e liderança na estrutura político-militar do movimento durante a Guerra

capacidade do Galo Negro em atrair para as suas fileiras uma vaga massiva de simpatizantes não se limitava geograficamente ao *hinterland* angolano do Planalto Central. O clima de violência aberta nos musseques de Luanda, provocado por tensões políticas, tumultos raciais e banditismo, e inflamado por uma dinâmica popular muitas das vezes fora do controlo quer dos movimentos de libertação quer da Junta Governativa de Angola, precipitou a fuga de dezenas de milhares (25 mil) de angolanos migrantes originários do Planalto para as zonas de mobilização política da UNITA.¹¹²⁰ Porém, o grosso da onda migratória em direção ao Sul provinha do êxodo massivo dos trabalhadores contratados ovimbundo (60 mil) das zonas cafezeiras do norte de Angola, região de base étnica bakongo e bastião da FNLA.¹¹²¹ Como sugere um relatório do quartel general do CCFAA, de Julho de 1974, a UNITA demonstrou também a capacidade em atrair militantes com experiência militar entre as forças auxiliares africanas que apoiavam o exército português, embora isto não tenha sido um fenómeno exclusivo ao movimento de Savimbi.¹¹²²

Contudo, a infraestrutura logística do Galo Negro no Lungué-Bungo, que sustentou o pequeno, mas móvel dispositivo de guerrilheiros durante a luta anticolonial, teve dificuldades em expandir-se ao ritmo necessário para acomodar adequadamente uma vaga massiva de recrutas. Em Outubro de 1974, Jardo Muekalia, que integrou, com 15 anos, esta onda de jovens recrutas, relatou de forma ilustrativa os contornos da crise humanitária presente entre as fileiras das FALA provocada pela escassez alimentar em Cangumbe: “Decidi dar uma volta pela vila antes de cair a noite. Ao passar pelo armazém de alimentação, deparei com um grupo de cinco soldados que tinham uma magreza esquelética arrepiante. Estendiam as mãos a qualquer alma que se aproximasse, num gesto desesperado de quem pede socorro. Aproximei-me deles e perguntei-lhes o que se

Civil: Isaiás Samakuva, Sachipengo Nunda, Demóstenes Chilingutla, David Katata, Belita Coelho, Aninhas Sachiampo, Renato Campos, Isaiás Chitombi, Zacarias Mundombe, Jardo Muekalia, Isidro Chindondo, Vatuva Kanhali, Arlindo Pena e Elias Salupeto. Ver Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 187; Miguel N’Zau Puna, *Mal me Querem* (Lisboa, Guerra & Paz, 2019): 128.

¹¹²⁰ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°640/ 13JUL74 a 20JUL74, 1974: 32-33; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°642/ 27JUL74 a 03AGO74, 1974: 37; TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00759/*Internal Security Situation: Short Term Assessment*, 1974: 1-6; TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00970/ *Assessment of the Recent Wave of Violence in Luanda*, 1974: 1-4.

¹¹²¹ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 246.

¹¹²² ADN/EMGFA/ Caixa 39/ N° 7/Memorando: *Situação Militar – Áreas de Preocupação e Vulnerabilidades*, 1974: 13.

passava. Contaram-me que vinham do Massive, a base central de treino da UNITA, e estavam ali à espera que lhes dessem algo para comer.”¹¹²³

A influência da personalidade carismática de Savimbi, na transformação da UNITA num partido de massas, foi um fator assinalado por vários atores que testemunharam as interações, de contornos quase-religiosos, do presidente do Galo Negro com as populações do Planalto durante as atividades de mobilização política.¹¹²⁴ O facto de discursar em umbundo, língua falada por 1,5 milhões de angolanos, consolidou a capacidade de atração da UNITA entre a sua base étnica de apoio. Fator que valeu ao movimento várias acusações por parte do MPLA de tribalismo, e de denúncias de uma tomada de posição dupla em umbundo, distinta da transmitida publicamente em português.¹¹²⁵

Entre a Revolução de Abril e o Alvor, o discurso político do Galo Negro foi marcado pela ambiguidade. No campo ideológico, pautou-se inicialmente por convicções fortes relativas ao rumo desejado para uma Angola independente, do qual se seguiu o oposto, a da ausência de um comprometimento por parte da UNITA com um projeto concreto de *state-building* para a futura realidade pós-colonial. No rescaldo do 25 de Abril, o objetivo era claro: o futuro de Angola passava pela substituição do sistema colonial português por

¹¹²³ Jardo Muekalia, *Angola, a Segunda Revolução: Memórias da Luta pela Democracia* (Lisboa, Sextante, 2010): 30; A situação em Cangumbe no último quartel de 1974, foi também descrita pelo padre Oliveira, que testemunhou os trágicos contornos humanos da situação: “Aqueles milhares e milhares de jovens inexperientes e com uma visão romântica desta realidade, de repente encontravam-se numa situação desesperada. Muitos deles, esfomeados, tentaram fazer o caminho de volta, a pé e, enfraquecidos, desfaleciam e acabavam por morrer ao longo da picada para Cangumbe. Era um espetáculo comovedor e revoltante.” António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 190.

¹¹²⁴ “As Savimbi began to speak, the assembly stilled to hear a master of a speaking style once popular in our own society but now as rare as the deep-throated belly laugh and the barrom brawl. Savimbi’s voice was rich and well-modulated. As he spoke his whole body turned to different parts of the audience and he leaned forward and gestured, reaching his hands to the people, then drawing them back to his chest. When he nodded the crowd agreed; his displeasure was theirs also; answers to his questions came thundering back in unison, ‘UNITA’, ‘Angola’, ‘MPLA’. The performance reflected his missionary upbringing – his father had been a part-time evangelical preacher – and the crowd’s reaction was spiritual, more like a prayer meeting than a political gathering.” John Stockwell, *In Search of Enemies: A CIA Story* (Toronto, Norton, 1978): 139; “Para os da sua tribo, os Umbundos, o homem que aparece na selva, lutador e libertador, assume, de repente, um estatuto mítico. E sucediam-se as peregrinações ao santuário da UNITA para venerar o herói da independência. Com o seu discurso populista e inteligente, usando, ritmicamente, a palavra ‘povo’ e a expressão ‘nosso povo’, sabendo sublinhar as suas queixas e traduzir as suas exigências, a todos prometendo um futuro risonho quando a UNITA governasse Angola, não admira que a sua popularidade subisse em flecha.” António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 189.

¹¹²⁵ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA01072/ *Roundup of Political Activity*, 1974: 1, 3.

um modelo económico socialista.¹¹²⁶ Contudo, ao longo de 1974, Savimbi demonstrou exasperação, perante a imprensa, com a associação da UNITA como um movimento de orientação maoista.¹¹²⁷ A retórica revolucionária foi progressivamente posta de parte em função de um discurso mais moderado,¹¹²⁸ e a definição dos compromissos ideológicos do Galo Negro transformou-se numa questão vaga e sem urgência, secundarizada por uma abordagem pragmática às novas realidades políticas de uma sociedade angolana polarizada, e que enfrentava as incertezas trazidas pelo processo de descolonização.

Como veremos, a ambiguidade do discurso da UNITA, e o conseqüente gradual afastamento das suas origens revolucionárias, tem de ser entendido num quadro de gestão de expectativas políticas díspares: 1) a tranquilização da população branca, sector demográfico minoritário, mas social e economicamente influente, e que estava longe de constituir um universo político monolítico; 2) a politização das massas africanas do Planalto, muitas delas sem qualquer experiência de associação política, mas em clara busca de uma plataforma que soubesse traduzir as suas exigências; 3) a ansiedade do Galo Negro em obter o reconhecimento formal da OUA, processo fragilizado pelas revelações do colaboracionismo com o exército português no âmbito da Operação Madeira, e pelas contínuas acusações lançadas pelo MPLA de tribalismo, reacionarismo, e da aspiração a uma solução neocolonial.

Este delicado ato de equilíbrio político da UNITA manifestou-se, de forma particular, na questão da transição para a independência. Como vimos anteriormente, a determinação pública inicial em continuar a luta armada até Portugal reconhecer o direito à independência total, foi oportunisticamente posta de lado em função das vantagens estratégicas, políticas e militares, que os acordos de cessar-fogo de Junho e Julho concederam. Porém, a 27 de Julho, isto não impediu Savimbi de afirmar, numa carta aberta ao ministro dos negócios estrangeiros da Zâmbia, que a UNITA nunca tinha assinado qualquer acordo de cessar-fogo, e que jamais trairia o povo angolano. Juntamente a esta declaração, apelou para que a OUA reconhecesse o movimento.¹¹²⁹

¹¹²⁶ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA01080/ *UNITA Conditions for Negotiations with the Portuguese*, 1974: 2.

¹¹²⁷ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00536/ *Published Interview with UNITA Chief*, 1974: 2.

¹¹²⁸ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00689/ *In View of Increasing Prospects for Civil War in Angola*, 1974: 2.

¹¹²⁹ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA01508/ *Savimbi Letter to Zambian Foreign Minister*, 1974: 1.

Após a opção pelo fim da luta armada, e a UNITA ter iniciado livre atividade política em Angola, o discurso relativo às perspectivas da independência estruturou-se em torno de três princípios chave. O primeiro passava por uma solução de contornos democráticos que guiasse o processo de transferência da soberania. Esta solução diferia da posterior proposta spinolista de realizar um referendo sobre a independência,¹¹³⁰ uma vez que Savimbi favorecia a realização de eleições gerais para uma assembleia constituinte angolana, que, após a sua formação, seria a responsável pelas negociações com os portugueses.¹¹³¹ Contudo, estas eleições teriam um carácter exclusivista, contando apenas com a participação dos três movimentos independentistas que empunharam armas.¹¹³²

O segundo princípio, estreitamente ligado com o primeiro, prendia-se com a apologia de um processo de transição demorado que não implicasse a independência imediata, e que permitisse a politização prévia das populações para a realização de eleições gerais. O interesse por esta alternativa, conveniente para a estratégia da UNITA em capitalizar na vantagem da mobilização política, foi manifestado por diversas ocasiões. A 18 de Junho, Savimbi afirmou que o “exercício da autodeterminação” em Angola exigia a preparação política das populações de modo a ser um fenómeno genuíno, e apelou para que o “processo democrático” não fosse apressado.¹¹³³ A descolonização só deveria avançar a partir do momento em que a democracia se consolidasse em Portugal, e a preparação política das populações angolanas devia se feita “slowly and carefully”.¹¹³⁴ De acordo com Passos Ramos, membro do MFA que se reuniu com Savimbi para as negociações do cessar-fogo, o líder da UNITA transmitiu às autoridades portuguesas que Angola não

¹¹³⁰ Sobre o resultado de um eventual referendo à independência, Savimbi concedeu a seguinte interpretação pessoal em 1979: “O que eu penso, sinceramente, é que é um problema que temos de abordar com cuidado. Porque, em primeiro lugar, se se fizesse um referendo naquele momento, com certeza que as populações optariam pela portugalidade, na fórmula preconizada pelo presidente Spínola. Mas eu penso que tal fórmula a ser definitiva, não teria sido aceite na ex-colónias portuguesas, que a população portuguesa votasse, em massa, pela continuação da sua portugalidade, tal como as próprias populações africanas. Porque, fundamentalmente, faltava-lhes preparação política.” João Rosa, *Jonas Savimbi: O Homem do Projecto Angolano – Texto Integral da Histórica Entrevista Recentemente Concedida ao Jornalista do ‘Tempo’* João Rosa (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 38.

¹¹³¹ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00536/ *Published Interview with UNITA Chief*, 1974: 1-2.

¹¹³² António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 330.

¹¹³³ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00459/ *Self-Determination, Savimbi and Spínola*, 1974: 1-2.

¹¹³⁴ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00536/ *Published Interview with UNITA Chief*, 1974: 2.

estava preparada para um processo de independência rápido, e que favorecia um prazo de transição de sete anos até à descolonização completa.¹¹³⁵

O terceiro princípio expresso pela UNITA, passava pela construção de uma sociedade multirracial em Angola.¹¹³⁶ A Frente de Apoio à UNITA (FAU), particularmente ativa na distribuição de panfletos políticos na cidade de Luanda, apelou à população, independentemente da “Raça, Etnia, Credo Religioso ou Político” para não “abandonar Angola”, uma vez que o movimento do Galo Negro “lutava pela independência de Angola, numa MULTIRRACIALIDADE ABSOLUTA, em toda a acepção da palavra, contando já com 4 MILHÕES DE ADEPTOS!” e que a “GRANDE MASSA POPULACIONAL DO CENTRO, SUL E LESTE DE ANGOLA, incluindo NEGROS, BRANCOS e MESTIÇOS, está de ALMA E CORAÇÃO com a UNITA!”¹¹³⁷ No entanto, estes apelos foram direcionados no sentido da criação de uma coligação que agregasse brancos, mestiços e ovimbundos contra os “DONOS DA TERRA DE LUANDA” - “IRMÃOS BRANCOS: EM 1961 – QUEM TE DEFENDEU? O POVO BAILUNDO, O POVO BAILUNDO HOJE É UNITA. IRMÃO MESTIÇO AONDE IRÁS? QUEM TE DEFENDERÁ?”¹¹³⁸

O discurso moderado e de contornos aparentemente conciliadores, expresso nas máximas da “UNITA É PAZ! UNITA É ORDEM! UNITA É CONCÓRDIA!”,¹¹³⁹ contrastou com o militarismo da FNLA e o admitido radicalismo militante do MPLA.¹¹⁴⁰ Esta retórica foi visível durante os diversos episódios de agitação social ocorridos em Luanda, onde o movimento do Galo Negro condenou “todos os extremismos” e

¹¹³⁵ AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ *Depoimentos do General António Soares Carneiro, Brigadeiro Fernando Passos Ramos, Brigadeiro Pedro Pezarat Correia e Coronel Rui Antunes Tomás*, 1995: 49; AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ *Depoimentos dos Brigadeiros Fernando Passos Ramos e Pedro Pezarat Correia, Almirante Rosa Coutinho e Comandante Jorge Correia Jesuino*, 1996: 24-25.

¹¹³⁶ Esta ideia continuou presente durante a Guerra Civil, ver Jonas Savimbi, *O Que é o ‘Espírito de Bissau’? Todos os Portugueses poderão regressar?* (Jamba, Terra Livre de Angola, 1978): 39.

¹¹³⁷ Maiúsculas presentes no documento original - ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°642/ 27JUL74 a 03AGO74, 1974: 18.

¹¹³⁸ Maiúsculas e sublinhado presentes no documento original - ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°642/ 27JUL74 a 03AGO74, 1974: 20.

¹¹³⁹ Maiúsculas presentes no documento original - ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°642/ 27JUL74 a 03AGO74, 1974: 19.

¹¹⁴⁰ John A. Marcum, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)* (Massachusetts, MIT Press, 1978): 247.

considerou que a realização de comícios políticos não contribuía para a manutenção da paz.¹¹⁴¹

O posicionamento da UNITA relativamente a uma solução de contornos democráticos com um demorado prazo até à independência, e o apelo à construção de uma sociedade multirracial, granjeou o apoio significativo da comunidade branca em Angola, e, entre ela, de diversos sectores conservadores e extremistas de cariz assumidamente anti independentista. Como veremos, estes sectores, particularmente agitados após a nomeação do “Almirante Vermelho” Rosa Coutinho, como Presidente da Junta Governativa a 24 de Julho,¹¹⁴² momento que marca o início da influência direta do MFA no processo de descolonização de Angola, procuraram estabelecer relações significativas com a UNITA.

Da mesma forma que o discurso político do Galo Negro se alterou profundamente, através do distanciamento do seu passado revolucionário de inspiração maoísta, também a posição pública do movimento relativamente ao lugar dos brancos na sociedade sofreu modificações. Durante a luta armada anticolonial, os brancos estavam excluídos da comunidade nacional angolana.¹¹⁴³ Esta visão alterou-se após o 25 de Abril, com as manifestações da UNITA a favor da construção de um estado de contornos multirraciais, e de uma especial ênfase direccionada para a tranquilização dos anseios de uma comunidade branca diversa politicamente, e com múltiplos e complexos sentimentos de identidade nacional dilacerados entre Portugal e Angola.

N’Zau Puna, na conferência de imprensa que concedeu à imprensa zambiana a 28 de Maio, considerou que a transferência do poder político para uma maioria negra era inevitável, mas garantiu que os portugueses que desejassem permanecer em Angola seriam “protegidos como uma minoria”.¹¹⁴⁴ Savimbi foi mais longe na entrevista que concedeu à *Província de Angola* em Julho, onde afirmou que a cor não era importante mas sim a atitude, e que quem se identificasse como angolano seria considerado

¹¹⁴¹ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação Nº643/ 03AGO74 a 10AGO74, 1974: 13.

¹¹⁴² AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06819.169.26802/ *Diário de Lisboa*, Nº18519, Ano 54, Quarta, 24 de Julho de 1974: 24.

¹¹⁴³ “O nosso povo deve unir-se na luta comum contra os portugueses que são todos estrangeiros.” ANTT/PIDE-DGS/Delegação de Angola/Processo C.1.UNITA/ Vol.2/NT 9093/ *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da “UNITA”*, 1972: 31.

¹¹⁴⁴ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA01080/ *UNITA Conditions for Negotiations with the Portuguese*, 1974: 2.

angolano.¹¹⁴⁵ As diversas manifestações políticas ocorridas Luanda, onde se misturavam bandeiras portuguesas, cartazes pró-Savimbi e palavras de ordem anti independentistas, evidenciam as simpatias que certos sectores conservadores e reacionários da população branca nutriam pelo Galo Negro.¹¹⁴⁶

Entre o vasto universo de grupos, movimentos e partidos que apareceram ou reapareceram na arena política angolana após o 25 de Abril,¹¹⁴⁷ alguns procuram associar-se à UNITA, na tentativa de formar uma frente “moderada” ou uma “terceira força”, capaz de contrabalançar a influência política das forças “revolucionárias”.¹¹⁴⁸

Entre esses grupos, encontrava-se o Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), uma frente de pequenos movimentos conservadores de inspiração religiosa liderada por António Ferronha, com particular popularidade entre a demografia branca, e que promovia a construção de uma “frente única democrática pacifista e multirracial”.¹¹⁴⁹ O movimento gozava, de facto, do apoio determinado da elite económica colonial, através do financiamento de Joaquim Fernandes Vieira, presidente da Associação Comercial de Luanda, e da ampla cobertura jornalística concedida pela *Província de Angola*, que tinha como diretor Rui Correia de Freitas, um dos dirigentes da organização.¹¹⁵⁰ A principal linha do discurso do PCDA pautava-se pelo apelo à moderação e pelas denúncias generalizadas à polarização política que havia tomado conta da sociedade angolana.¹¹⁵¹ Um dos pontos em comum com as posições da UNITA, prendia-se com o argumento de que uma solução democrática exigia a necessária consciencialização política, e que isto só seria possível através de um processo de transição longo. Porém, o PCDA exibia um tom paternalista relativamente à capacidade de participação democrática das populações

¹¹⁴⁵ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00536/ *Published Interview with UNITA Chief*, 1974: 2.

¹¹⁴⁶ Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os Brancos e a Independência* (Porto, Afrontamento, 2008): 375; Jean-Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 395; António Belo, *Angola e a Independência: Diário da Transferência de Soberania* (Lisboa, Colibri, 2022): 69.

¹¹⁴⁷ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°630/ 4MAI74 a 11MAI74, 1974: 13-22; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°631/ 11MAI74 a 18MAI74, 1974: 15-24; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°632/ 18MAI74 a 25MAI74, 1974: 15-21.

¹¹⁴⁸ Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os Brancos e a Independência* (Porto, Afrontamento, 2008): 362-363.

¹¹⁴⁹ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°631/ 11MAI74 a 18MAI74, 1974: 19.

¹¹⁵⁰ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00834/ *White Extremists in Angola*, 1974: 4; Fernando Tavares Pimenta, “O Processo de Descolonização de Angola” in Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira, orgs., *O Adeus ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa* (Lisboa, Nova Vega, 2015): 160.

¹¹⁵¹ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°631/ 11MAI74 a 18MAI74, 1974: 20.

africanas: “Se fazer uma revolução já não é coisa fácil, continuar o ideal da revolução é bem mais difícil, se novos sofismas, novas confusões mentais, novos oportunismos, novas mentiras colectivas, vierem disputar os votos de uma massa de gente ainda sem arcaboço mental para se decidir.”¹¹⁵²

A Frente de Unidade Angolana (FUA), fundada originalmente em 1961 e reconstituída em Setembro de 1974 por Fernando Falcão, foi outra das organizações que procurou estabelecer ligações com a UNITA. Em termos programáticos, a FUA assumiu-se como um movimento sem “ideologia política específica”,¹¹⁵³ embora na prática se possa descrever esta Frente como uma amálgama de brancos progressistas com um longo passado de ativismo antifascista e anticolonial.¹¹⁵⁴ Com um compromisso sem ambiguidades pela causa independentista, a FUA pretendia constituir uma “quarta força” a par dos movimentos de libertação, que desse voz a “gente que não se bateu por armas na mão pela independência de Angola, mas foi quem construiu o que é Angola”, através de uma solução democrática e multirracial.¹¹⁵⁵

A sintonia dos objetivos políticos do PCDA e da FUA em relação ao discurso da UNITA é evidente, comungando por uma via democrática e a construção de um estado multirracial. Porém, uma diferença fundamental separava o Galo Negro destas duas organizações de orientação pacifista, e o aproximava muito mais quer do MPLA quer da FNLA. Tal como Neto e Holden, Savimbi nunca abriu mão da exclusividade representativa baseada na legitimidade revolucionária, que marginalizava as organizações políticas não armadas, e que, com o consentimento do governo português, canonizou os movimentos de libertação como os únicos interlocutores para as negociações da descolonização no Alvor. Logo após o 25 de Abril, Savimbi considerou os movimentos de libertação em armas como a única base legítima para as negociações e mostrou-se particularmente resistente à proliferação de novos partidos: “O nosso pensamento deve dirigir-nos antes de mais e sobretudo para aqueles que com o seu sangue tornaram

¹¹⁵² ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°631/ 11MAI74 a 18MAI74, 1974: 19-20.

¹¹⁵³ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação N°646/ 24AGO74 a 31MAI74, 1974: 24.

¹¹⁵⁴ Ver entrevista a Fernando Falcão: <https://tudosobreangola.blogspot.com/2012/04/fua-e-o-eng-fernando-falcao-entrevista.html>

¹¹⁵⁵ “Aceitamos o Governo dos Melhores, eleitos pela pluralidade dos votos, já que a independência só é possível com a intervenção de todos” ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação N°646/ 24AGO74 a 31MAI74, 1974: 24.

possível a democracia em Portugal e em Angola.”¹¹⁵⁶ Posição essa, que o Galo Negro assumia publicamente através dos seus órgãos de informação.¹¹⁵⁷

A solução democrática apregoada pela UNITA limitava-se, portanto, à participação exclusiva dos três movimentos de libertação, e contrastava em particular com o projeto inclusivo da FUA. Fernando Falcão foi especialmente combativo nesta frente, afirmando em Setembro que a FUA “lutará para que as forças políticas internas tenham a mesma legitimidade que as forças revolucionárias, participando, conseqüentemente, nos processos de descolonização e independência”.¹¹⁵⁸ Isto em resposta aos rumores existentes em Luanda, divulgados pela *Província de Angola* e por panfletos políticos de autoria anónima, da realização de uma reunião à porta fechada no Palácio do Governo a 18 de Setembro, em que quinhentos oficiais das Forças Armadas (supostamente do MFA) aprovaram uma moção que excluía os movimentos pacifistas do processo político, à luz da recente (10 de Setembro) tentativa de golpe protagonizada pelos colonos em Lourenço Marques.¹¹⁵⁹

A rejeição da UNITA do pluralismo partidário não impediu, quer o PCDA quer a FUA, de tentarem estabelecer alinhamentos com o Galo Negro. O PCDA entre as várias atividades de mobilização que realizou no centro e leste de Angola,¹¹⁶⁰ organizou manifestações de apoio à UNITA na cidade do Luso.¹¹⁶¹ Mais significativas foram as reivindicações da organização relativamente a uma suposta aliança política firmada com Savimbi.¹¹⁶² Já Fernando Falcão, afirmou que a FUA estava aberta a cooperar com o MPLA e a FNLA, mas que com a UNITA encontravam-se “relativamente unidos”.¹¹⁶³ Porém, estas declarações de alinhamento não foram mútuas, uma vez que Savimbi nunca reconheceu ou formalizou qualquer tipo de colaboração quer com o PCDA, quer com a

¹¹⁵⁶ Ver correspondência entre Savimbi e o Padre Oliveira - António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 329-332.

¹¹⁵⁷ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação N°650/ 21SET74 a 28SET74, 1974: 10.

¹¹⁵⁸ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação N°649/ 14SET74 a 21SET74, 1974: 21.

¹¹⁵⁹ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação N°649/ 14SET74 a 21SET74, 1974: 12-13, 37; Esta reunião em Luanda foi precedida pela entrevista de Mário Soares ao jornal alemão *Der Spiegel*, onde o Ministro dos Negócios Estrangeiros reconheceu a legitimidade revolucionária e alertou para os perigos de uma “solução rodesiana” Mário Soares, *Democratização e Descolonização, Dez Meses no Governo Provisório* (Lisboa, Dom Quixote, 1975): 75-84.

¹¹⁶⁰ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação N°648/ 7SET74 a 14SET74, 1974: 16-19.

¹¹⁶¹ ANTT/ SCCIA/ Livro 160/ Relatório de Situação N°643/ 3AGO74 a 10AGO74, 1974: 14.

¹¹⁶² António Belo, *Angola e a Independência: Diário da Transferência de Soberania* (Lisboa, Colibri, 2022): 78, 93.

¹¹⁶³ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00834/ *White Extremists in Angola*, 1974: 3; Ver também ANTT/ SCCIA/ Livro 160/ Relatório de Situação N°642/ 27JUL74 a 3AGO74, 1974: 37.

FUA.¹¹⁶⁴ No entanto, a associação da UNITA com estes grupos valeu ao Galo Negro acusações, por parte do MPLA, de ser um movimento apoiado por “grupos de racistas brancos”.¹¹⁶⁵

Este distanciamento foi evidente quando Savimbi rejeitou o convite¹¹⁶⁶ para participar na reunião das “Forças Vivas” convocada pelo presidente Spínola em Lisboa a 27 de Setembro.¹¹⁶⁷ A reunião, que incluiu o PCDA mas que não contou com a presença da FUA, foi imediatamente alvo de oposição política por parte MPLA, que organizou uma manifestação de repúdio no aeroporto de Lisboa durante a chegada dos movimentos.¹¹⁶⁸

O distanciamento tático de Savimbi destas organizações não impediu o líder da UNITA de estabelecer importantes contactos com membros influentes da comunidade branca, particularmente entre os empresários portugueses, que patrocinaram financeiramente o movimento.¹¹⁶⁹ Destaca-se em particular o nome de Joaquim Fernandes Vieira, financiador do PCDA e da UNITA, que se tornou num importante conselheiro e homem de confiança de Savimbi e representante do movimento junto das autoridades portuguesas.¹¹⁷⁰

A relutância da UNITA em colaborar abertamente com estas organizações, pode ser interpretada como uma estratégia de Savimbi em manter várias opções abertas, num contexto revolucionário fluído e com desfechos políticos ainda imprevisíveis. O estabelecimento definitivo do princípio da legitimidade revolucionária – o único verdadeiro campo de entendimento comum entre a FNLA, MFA, MPLA e UNITA – representou para a FUA e para o PCDA, um rude golpe nas suas aspirações de participação ativa nas negociações para a transição para a independência. Deste modo, estas organizações, em claro processo de marginalização política, necessitavam de uma

¹¹⁶⁴ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00834/ *White Extremists in Angola*, 1974: 2; TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00723/ *Savimbi Interview, Several Semi-Solid Pronouncements*, 1974: 2.

¹¹⁶⁵ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação N°645/ 17AGO74 a 24AGO74, 1974: 9.

¹¹⁶⁶ Esteves B.I. Pena, *Primeiro o Angolano, Segundo o Angolano...Angolano Sempre: Os Discursos do Dr. Jonas Malheiro Savimbi* (Lisboa, GEPMI, 2019): 113.

¹¹⁶⁷ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06820.170.26898/ *Diário de Lisboa*, N°18573, Ano 54, Sexta, 27 de Setembro de 1974: 1.

¹¹⁶⁸ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação N°650/ 21SET74 a 28SET74, 1974: 26; TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LISBON04177/ *Spinola takes further step in Angolan Decolonization Process*, 1974: 1-2.

¹¹⁶⁹ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 188-189; Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os Brancos e a Independência* (Porto, Afrontamento, 2008): 359.

¹¹⁷⁰ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 174.

associação formal com um interlocutor válido para a descolonização como o Galo Negro, com quem, aliás, comungavam diversos objetivos políticos comuns. Por outro lado, para a UNITA, o estabelecimento de um acordo de colaboração público com estas organizações representaria uma aposta de alto risco político, que certamente intensificaria as acusações de neocolonialismo por parte do MPLA, fragilizaria o processo de reconhecimento do movimento por parte da OUA, e teria o potencial de alienar parte da base de apoio africana. Com a “quase fatalista”¹¹⁷¹ e progressiva canonização da “legitimidade revolucionária” durante o último quartel de 1974, o discurso da UNITA em relação a estas organizações alterou-se no sentido de promover o seu desaparecimento da arena política angolana através da integração total nas fileiras do Galo Negro.¹¹⁷²

O nome da UNITA esteve, no entanto, associado a diversas conspirações de elementos extremistas brancos que procuravam uma solução de inspiração rodesiana. Em princípios de Agosto, circularam rumores em Luanda de uma coligação entre a África do Sul, elementos brancos “reacionários” e a UNITA, com apoio francês (mercenários?), com vista ao estabelecimento de um estado cliente no sul de Angola liderado por Savimbi mas controlado por um governo de minoria branca.¹¹⁷³ O silêncio das fontes não permite verificar as origens ou a veracidade por detrás destes rumores secessionistas.

A tentativa de golpe de estado, com contornos amadores, organizada pela Frente de Resistência Angolana (FRA), e desmantelada pela “manobra revolucionária”¹¹⁷⁴ da Junta Governativa de Angola na noite de 23 para 24 de Outubro,¹¹⁷⁵ também foi alvo de rumores que a associaram à UNITA.¹¹⁷⁶ A FRA procurava, nas palavras do seu líder Pompílio da Cruz, “um país novo, arracial, em que prevalecesse a força do direito e não o direito da força” através, precisamente, de uma solução golpista baseada na força, para a qual procurou ajuda “na África do Sul, na Rodésia, em França, [e] nos Estados Unidos.”¹¹⁷⁷ Apesar dos inúmeros contorcionismos retóricos empregues por Pompílio da Cruz em camuflar a sua aspiração a uma solução de tipo rodesiano para Angola, nas suas memórias

¹¹⁷¹ Jean-Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 402.

¹¹⁷² Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os Brancos e a Independência* (Porto, Afrontamento, 2008): 405.

¹¹⁷³ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00679/ *UNITA's possible Southern Strategy and rumours of French Involvement in Right-Wing Plotting*, 1974: 1-3.

¹¹⁷⁴ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA/ SCC: CCPA I/ *Intentona da FRA*, 1974: 2.

¹¹⁷⁵ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06819.170.26941/ *Diário de Lisboa*, N°18598, Ano 54, Segunda, 28 de Outubro de 1974: 23.

¹¹⁷⁶ Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977): 70.

¹¹⁷⁷ Pompílio da Cruz, *Angola: Os Vivos e os Mortos* (Lisboa, Intervenção, 1976): 173, 194.

transparece de forma clara uma visão nacionalista, anticomunista, antidemocrática, e uma profunda desconfiança por regimes de maioria negra.

A capacidade de mobilização política da FRA era, no entanto, reduzida, com pouco eco entre a população branca autóctone, embora contasse com a adesão de alguns elementos das Forças Armadas Portuguesas e de ex-funcionários da PIDE-DGS não naturais de Angola.¹¹⁷⁸ Não existe indicação de envolvimento direto da UNITA com a tentativa de golpe protagonizada por Pompílio da Cruz, embora seja importante referir que membros fundadores da FRA, como Jaime Nogueira Pinto, se tornaram mais tarde apoiantes do Galo Negro durante a Guerra Civil.¹¹⁷⁹

O Consulado Norte-Americano em Luanda concluiu que seria altamente improvável que Savimbi deixasse que o seu movimento fosse instrumentalizado por um golpe movido pelos sectores extremistas brancos¹¹⁸⁰ – isto não afasta, no entanto, a possibilidade de terem existido contactos. Porém, a eventual colaboração num projeto golpista de inspiração rodesiana, representaria para a UNITA um alto risco político, que colocaria em causa a expansão da sua base de apoio política, a legitimidade da sua candidatura na procura do reconhecimento formal pela OUA, e as diversas iniciativas diplomáticas com a FNLA e MPLA rumo à criação de uma plataforma comum de negociação para a descolonização. Resumindo: a associação aberta com os golpistas não se enquadraria nas manobras políticas e taticismo pragmático usualmente empregues por Jonas Savimbi.

¹¹⁷⁸ Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os Brancos e a Independência* (Porto, Afrontamento, 2008): 374.

¹¹⁷⁹ Pompílio da Cruz, *Angola: Os Vivos e os Mortos* (Lisboa, Intervenção, 1976): 173; Pedro Pezarat Correia, *Descolonização de Angola: A Jóia da Coroa do Império Português* (Sintra, Editorial Inquérito, 1991): 107.

¹¹⁸⁰ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00834/ *White Extremists in Angola*, 1974: 4.

3- Rumo ao Alvor: A Construção de uma Plataforma Comum

O processo de descolonização expôs de forma inequívoca o problema crónico das profundas rivalidades entre os movimentos de libertação angolanos e da consequente dificuldade em encontrar fórmulas de entendimento comum. Apesar de se terem registado várias tentativas (falhadas) de criação de frentes unidas durante a luta anticolonial, o contexto revolucionário pós-25 de Abril tornou mais urgente que nunca a construção de uma plataforma comum entre os movimentos, com a coesão e legitimidade necessárias para negociar os termos da independência com Lisboa. Outra questão que influenciou particularmente este processo, foram as disputas intestinas do MPLA herdadas da luta de libertação, que atrasaram e marcaram o compasso das negociações para a formação desta plataforma. Estes impasses e desafios foram ultrapassados através de vários acordos bilaterais e trilaterais, que culminaram, primeiro na cimeira de Mombaça, e, posteriormente, no Acordo do Alvor – ambos reivindicados pelos agentes de descolonização como um conseguimento da diplomacia portuguesa, e onde a agência angolana no processo é, por vezes, secundarizada.¹¹⁸¹

O primeiro encontro tripartido entre os três movimentos de libertação angolanos realizou-se em Lusaka, entre 25 e 26 de Maio, sob os auspícios de Kaunda e de Mobutu, com o objetivo de criar uma frente unida de negociação com as autoridades portuguesas. Contudo, os problemas internos do MPLA demonstraram ser um sério obstáculo à evolução das negociações. A decisão de Kaunda e Mobutu em incluir Daniel Chipenda no processo levou Neto a abandonar abruptamente a reunião.¹¹⁸² Da cimeira saiu, no entanto, um acordo de colaboração entre a UNITA, FNLA e MPLA-Chipenda, que foi prontamente repudiado pelo MPLA-Neto ao argumentar que “ninguém está autorizado a assinar acordos em nome do MPLA sem consentimento do Dr. Agostinho Neto.”¹¹⁸³ Este foi o único encontro tripartido dos movimentos de libertação angolanos até à realização da cimeira de Mombaça de 4 de Janeiro de 1975, que reuniu as fórmulas de entendimento

¹¹⁸¹ Pedro Pezarat Correia, *Descolonização de Angola: A Jóia da Coroa do Império Português* (Sintra, Editorial Inquérito, 1991): 104; AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ Depoimentos de Vasco Vieira de Almeida e do Brigadeiro Fernando Passos Ramos, 1998: 24; General Silva Cardoso, *Angola, Anatomia de uma Tragédia: Um Testemunho Dramático sobre a Descolonização* (Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2005): 497-498; António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, Vol. II (Braga, Círculo de Leitores, 2006): 168.

¹¹⁸² TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA01030/ *Kaunda and Mobutu initiate MPLA-FNLA-UNITA Unity Talks*, 1974: 1-2.

¹¹⁸³ ANTT/ SCCIA/ Livro 160/ Relatório de Situação N°633/ 25MAI74 a 1JUN74, 1974: 13.

necessárias para se proceder à assinatura do Acordo do Alvor – até lá, a geometria das iniciativas diplomáticas entre os movimentos de libertação limitou-se a encontros bilaterais, normalmente sob a presença mediadora de um terceiro representante estatal português ou africano.

O período entre o 25 de Abril e a promulgação da Lei 7/74 a 27 de Julho – batizado por Rosa Coutinho como a fase da “descolonização da continuidade”¹¹⁸⁴ – caracterizou-se pelo impasse negocial entre os movimentos de libertação e as autoridades portuguesas, fruto, essencialmente, da ausência de uma política concreta de descolonização por parte da JSN. Por um lado, Lisboa exigia o estabelecimento prévio de um cessar-fogo com as guerrilhas como passo para encetar negociações sobre o futuro de Angola, e, por outro, os movimentos de libertação pretendiam o reconhecimento formal do direito à independência como pré-condição para a assinatura de um acordo que pusesse fim às hostilidades. Como vimos anteriormente na primeira parte deste capítulo, o comprometimento em manter a luta armada até ao reconhecimento do direito à independência, foi rapidamente e oportunisticamente posto de lado pelo Galo Negro através dos acordos de cessar-fogo que estabeleceu com o exército português. Esta situação foi denunciada pela FNLA e pelo MPLA,¹¹⁸⁵ e contribuiu para a exclusão da UNITA das negociações da cimeira de Bukavu (27-29 de Julho), que procurou estabelecer uma frente unida sem a participação do Galo Negro.¹¹⁸⁶

Durante esta fase, assistiu-se também aos primeiros passos no sentido de resolver um dos maiores obstáculos à construção de uma plataforma comum: as divisões internas do MPLA. Os líderes da Revolta Activa, que denunciavam o “presidencialismo absoluto” e a tomada de decisão autocrática da liderança do MPLA sem a participação dos militantes de base do movimento, reuniram-se com Agostinho Neto em Brazzaville, a 4 de Junho.¹¹⁸⁷ O “Grupo dos 19” apelou a Neto à realização de um Congresso Nacional aberto

¹¹⁸⁴ Rosa Coutinho, *Notas Sobre a Descolonização de Angola*, Associação 25 de Abril, [Sem Data]: 2, disponível: <https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/RosaCoutinho.pdf>

¹¹⁸⁵ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°636/ 15JUN74 a 22JUN74, 1974: 16; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°637/ 22JUN74 a 29JUN74, 1974: 14; ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°639/ 6JUL74 a 13JUL74, 1974: 9; TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974KINSHA05320/Portuguese-UNITA Cease-Fire in Angola, 1974: 1.

¹¹⁸⁶ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação N°642/ 27JUL74 a 03AGO74, 1974: 10.

¹¹⁸⁷ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06819.169.26744/ *Diário de Lisboa*, N°18477, Ano 54, Terça, 4 de Junho de 1974: 9; TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00439/Luanda Newsman's contacts with Liberation Group Representatives in Lusaka, 1974: 1-2; Ver também o testemunho de Manuel Videira, *Angola, Um Intelectual na Rebelião* (Lisboa, Guerra & Paz, 2021): 362-404.

a todos os militantes para a “correção dos erros, o reajustamento da linha política, o regresso à direcção colectiva e, em segundo lugar com determinação pela materialização da mais ampla Frente Unida para a Independência Nacional.”¹¹⁸⁸ Deste encontro seguiu-se uma “reunião de unidade” em Lusaka a 8 de Junho, entre a Revolta Activa, o MPLA-Neto e o MPLA-Chipenda, do qual se deram importantes passos para a convocação de um Congresso Nacional “Unificador”, que se realizaria em Lusaka durante a segunda metade de Agosto.¹¹⁸⁹

A publicação da Lei de 7/74 em 27 de Julho,¹¹⁹⁰ que o Presidente Spínola afirmou mais tarde ter assinado com a preocupação em “não [se] deixar ultrapassar pelos acontecimentos”,¹¹⁹¹ removeu o maior obstáculo às negociações entre os movimentos de libertação e as autoridades portuguesas, através do reconhecimento do direito à independência dos territórios ultramarinos e do suporte jurídico que estabeleceu para avançar com processo de descolonização. Em Angola, a publicação da Lei de 7/74, coincidiu com o afastamento do Governador Geral Silvério Marques por pressão do MFA-Angola,¹¹⁹² e a nomeação de Rosa Coutinho como Presidente da Junta Governativa de Angola a 24 de Julho,¹¹⁹³ que marcou o início da influência direta do MFA no processo de descolonização deste território.

O reconhecimento do direito à independência satisfez as pressões da comunidade internacional, particularmente da OUA¹¹⁹⁴ e da ONU¹¹⁹⁵, e resultou num substancial melhoramento das relações diplomáticas entre Portugal e as Nações Unidas, que culminou na visita do Secretário-Geral Kurt Waldheim a Lisboa a entre 2 e 4 de Agosto,

¹¹⁸⁸ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06819.169.26744/ *Diário de Lisboa*, Nº18477, Ano 54, Terça, 4 de Junho de 1974: 9.

¹¹⁸⁹ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06819.169.26761/ *Diário de Lisboa*, Nº18491, Ano 54, Sexta, 21 de Junho de 1974: 8.

¹¹⁹⁰ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06819.169.26807/ *Diário de Lisboa*, Nº18522, Ano 54, Sábado, 27 de Julho de 1974, Edição Especial da Tarde: 1.

¹¹⁹¹ António de Spínola, *País sem Rumor: Contributo para a História de uma Revolução* (SCIRE, 1978): 262.

¹¹⁹² AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06819.169.26789/ *Diário de Lisboa*, Nº18513, Ano 54, Quarta, 17 de Julho de 1974, Edição da Manhã: 1.

¹¹⁹³ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06819.169.26804/ *Diário de Lisboa*, Nº18520, Ano 54, Quinta, 25 de Julho de 1974: 1.

¹¹⁹⁴ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação Nº642/ 27JUL74 a 03AGO74, 1974: 6.

¹¹⁹⁵ UNARMS/ Peacekeeping Africa 1963-1981/ S-0902-0010-02-0001/*Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples*, 1974: 1-3; Ver também a Resolução 1514 (XV) adotada pela Assembleia Geral da ONU a 14 de Dezembro de 1960, disponível: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-granting-independence-colonial-countries-and-peoples>

a convite do Presidente Spínola.¹¹⁹⁶ A Lei de 7/74, no seu conteúdo, emendou o Artigo 1º da Constituição de 1933,¹¹⁹⁷ no sentido que os territórios ultramarinos deixaram de ser considerados como território português – isto dispensou a necessidade da prévia elaboração de uma assembleia constituinte e conseqüente aprovação de uma nova Constituição para a resolução do problema da descolonização, e dispensou a realização de um referendo (embora a opção pudesse ser exercida), favorecendo a negociação direta com os movimentos de libertação, do qual o acordo resultante necessitaria apenas de ser assinado e promulgado pelo Presidente da República para vincular o Estado português.¹¹⁹⁸

A realização da Cimeira de Bukavu (27-29 de Julho) no Zaire, imediatamente após o reconhecimento do direito à independência por Portugal, procurou estabelecer fórmulas de entendimento comuns entre os movimentos de libertação angolanos, e a criação de uma frente de unidade efetiva para as negociações para a descolonização. Este esforço pela unidade foi conduzido exclusivamente por atores africanos (W. Mboumoua – OUA; J.D. Mobutu – Zaire; M. Nguabi – Congo; K. Kaunda – Zâmbia; J. Nyerere – Tanzânia; S. Machel – FRELIMO), e contou com a presença de Holden Roberto, e dos líderes das várias facções do MPLA (Agostinho Neto, Daniel Chipenda e Mário Pinto de Andrade).¹¹⁹⁹ No entanto, nenhum representante da UNITA foi convidado para participar na cimeira.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Vernon Mwaanga, considerou que apesar da vitória diplomática em juntar os movimentos angolanos numa conferência (excetuando a UNITA), Bukavu “did not achieve much as expected”.¹²⁰⁰ O resultado político prático da conferência de Bukavu foi limitado – concordou-se com a formação

¹¹⁹⁶ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06819.169.26818/ *Diário de Lisboa*, Nº18528, Ano 54, Segunda, 5 de Agosto de 1974, Edição da Manhã: 1; UNARMS/ Peacekeeping Africa 1963-1981/ S-0902-0010-02-0001/*Secretary-General meets with President of Portugal in Lisbon*, 1974: 1-2.

¹¹⁹⁷ No Artigo 1º da Constituição de 1933 lê-se: “O território de Portugal é o que actualmente lhe pertence e compreende: 1º - Na Europa: o Continente e Arquipélagos da Madeira e dos Açores; 2º - Na África Ocidental: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola; 3º - Na África Oriental: Moçambique; 4º - Na Ásia: Estado da Índia e Macau e respectivas dependências; § único – A Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre qualquer outro território.” Constituição de 1933, Diário do Governo, Decreto Lei Nº 22241, 22 de Fevereiro de 1933.

¹¹⁹⁸ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, Vol. I (Braga, Círculo de Leitores, 2006): 263-269.

¹¹⁹⁹ ANTT/ SCCIA/ Livro 159/ Relatório de Situação Nº642/ 27JUL74 a 03AGO74, 1974: 10; Kaunda foi preponderante em persuadir Mobutu em aceitar a presença de Neto na conferência de Bukavu. Ver TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA01580/ *Foreign Minister's Report on Bukavu Meeting* 1974: 1.

¹²⁰⁰ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA01579/ *Bukavu meeting on Angolan Unity*, 1974: 1.

de uma frente unida FNLA-MPLA, mas a sua realização só se efetuariá após o Congresso “Unificador” do MPLA em Lusaka.

Todavia, o Congresso de Lusaka, que decorreu entre 12 e 27 de Agosto, não só fracassou em resolver o problema das dissidências, como patenteou a profundidade das divergências internas do MPLA.¹²⁰¹ Os delegados MPLA-Neto abandonaram o congresso a 21 de Agosto, declarando a sua dissolução, denunciando a “infiltração de 15 elementos da FNLA, integrados na Revolta do Leste” e afirmando que a “facção do Leste e a revolta activa pactuaram, para, em maioria, torpedearem a direcção e lesarem os interesses do povo.”¹²⁰² Perante a ausência dos delegados netistas, os restantes 235 delegados das duas facções elegeram Daniel Chipenda como presidente, que prometeu estabelecer contactos com a FNLA e a UNITA.¹²⁰³ Uma nova tentativa na busca pela unidade deu-se a 3 de Setembro, após a realização da IX Cimeira da Conferência dos Estados da África Central e Oriental em Brazzaville, que resultou num acordo entre as facções para o estabelecimento de uma direcção tripartida do MPLA. Contudo, apesar desta tomada de intenção, não se procederam a iniciativas concretas que materializassem a estrutura do novo MPLA aprovada em Brazzaville.¹²⁰⁴

O pioneirismo do Galo Negro em assinar o acordo de cessar-fogo e a publicação dos documentos relativos à Operação Madeira, foram dois fatores decisivos que contribuíram para a marginalização do movimento das iniciativas em busca de uma frente unida. Como vamos ver, esta situação alterou-se durante o frenesim diplomático do último quartel de 1974, que culminou na cimeira de Mombaça a 4 de Janeiro de 1975. Contudo, em Agosto/Setembro, a principal ansiedade dos atores políticos da UNITA era a perspectiva de se verem excluídos da mesa das negociações para a independência, caso se empregasse um modelo de negociar de forma separada com cada movimento por parte de Portugal.¹²⁰⁵ Perante o contexto político fluído em alinhamentos esta seria uma perspectiva real, caso o cenário de uma eventual aliança entre o MPLA e a FNLA se materializasse, o que poderia levar ao entendimento entre estes dois movimentos em marginalizar a UNITA de participar na descolonização. Este receio levou António Vakulukuta, representante do

¹²⁰¹ Ver Fátima Salvaterra Peres, “A Revolta Activa: Os Conflitos Identitários no Contexto da Luta de Libertação em Angola” (Dissertação de Mestrado, FCSH, 2010): 76-84.

¹²⁰² ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação N°646/ 24AGO74 a 31MAI74, 1974: 14, 43.

¹²⁰³ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação N°646/ 24AGO74 a 31MAI74, 1974: 15.

¹²⁰⁴ Fátima Salvaterra Peres, “A Revolta Activa: Os Conflitos Identitários no Contexto da Luta de Libertação em Angola” (Dissertação de Mestrado, FCSH, 2010): 84-86.

¹²⁰⁵ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação N°646/ 24AGO74 a 31MAI74, 1974: 12.

Galo Negro em Lusaka, a utilizar o argumento da força, a 17 de Setembro, ao ameaçar que a exclusão da UNITA das negociações para a independência significaria o começo de uma guerra civil em Angola.¹²⁰⁶

No entanto, o estabelecimento de um entendimento comum entre o MPLA-Neto e a FNLA tornou-se uma perspectiva improvável após o encontro da ilha do Sal entre Spínola e Mobutu a 14 de Setembro.¹²⁰⁷ A cimeira de estado convocada por Spínola, que, aliás, desde a promulgação da Lei de 7/74 tinha reclamado para si a pasta da descolonização de Angola “com a esperança de, pelo menos nesse território, salvar a honra nacional”,¹²⁰⁸ esteve particularmente envolvida em secretismo. Spínola limitou-se a assinalar publicamente que foram abordados “variadíssimos assuntos, incluindo o processo de descolonização nos territórios ultramarinos”,¹²⁰⁹ enquanto Mobutu referiu como questões centrais o problema da presença de cerca de um milhão de refugiados angolanos no Zaire e a preocupação com a resolução do problema dos três mil gendarmes katangueses, ainda em serviço nas fileiras do exército português.¹²¹⁰ Por outro lado, a imprensa em Lisboa e Luanda deu eco a rumores de um encontro secreto dos dois chefes de estado com Holden Roberto, onde se definiu uma estratégia para a descolonização.¹²¹¹

Conhecem-se hoje os desígnios intervencionistas de Mobutu para Angola. O grau de conhecimento ou comprometimento de Spínola com esses desígnios na cimeira da ilha do Sal continua campo de pura especulação. Todavia, a estratégia da política externa zairense para Angola era clara: passava pela criação de uma frente FNLA, UNITA e MPLA-Chipenda e pela marginalização do MPLA-Neto do processo de descolonização. Esta intenção foi manifestada abertamente pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros zairense, Umba di Lutete, ao Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Africanos norte-americano, Donald B. Easum, numa reunião a 8 de Outubro em Nova Iorque. Umba convocou o argumento que a questão angolana era um problema para ser resolvido entre os africanos, e denunciou o MPLA-Neto como uma força exógena a essa “africanidade”,

¹²⁰⁶ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA01920/ *UNITA Representative threatens Civil War if excluded from Independence Talks*, 1974: 1.

¹²⁰⁷ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06820.170.26881/ *Diário de Lisboa*, Nº18563, Ano 54, Segunda, 16 de Setembro de 1974: 1, 10.

¹²⁰⁸ Spínola, *País sem Rumor: Contributo para a História de uma Revolução* (SCIRE, 1978): 191; Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, o Último Marechal: Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro* (Lisboa, Centro de Documentação 25 de Abril, 1998): 243.

¹²⁰⁹ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação Nº648/ 7SET74 a 14SET74, 1974: 9.

¹²¹⁰ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação Nº649/ 14SET74 a 21SET74, 1974: 9.

¹²¹¹ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LISBON04013/ *Spinola-Mobutu Meeting*, 1974: 1-2.

apoiada por uma coligação de “socialistas científicos” composta por Marien Ngouabi, Mário Soares e o Kremlin. O objetivo do Zaire passava por contrabalançar esta coligação através de uma frente Holden-Chipenda-Savimbi.¹²¹²

Todavia, Savimbi não deu sinais positivos às iniciativas de Mobutu e Holden para a realização desta frente.¹²¹³ De acordo com Passos Ramos, esta rejeição relacionava-se com o não reconhecimento por parte de Savimbi da legitimidade do MPLA-Chipenda,¹²¹⁴ e explica a reivindicação do líder do Galo Negro, em 1979, que a UNITA tinha desempenhado um papel fundamental ao impedir a marginalização do MPLA-Neto: “O MPLA sempre foi considerado como uma força. E é preciso lembrar ao Agostinho Neto, ao Lúcio Lara e ao próprio Melo Antunes, porque também este soube disso, que foi a UNITA que salvou o MPLA de Neto, quando, nos tempos das negociações, tínhamos este partido dividido em três facções: a de Andrade, a de Chipenda e a de Neto. Por uma questão sociológica, a UNITA decidiu, então, que era o MPLA de Neto que melhor representava o partido e declarou-o.”¹²¹⁵ Rosa Coutinho, no relatório que apresentou ao Presidente Costa Gomes, relativo à sua reunião com Savimbi a 27 de Outubro em Cangumbe, referiu que o presidente da UNITA afirmou ter recusado vários convites para se descolar a Kinshasa por parte de Mobutu, com o propósito de criar uma aliança com Holden e Chipenda de forma a isolar Agostinho Neto.¹²¹⁶ Por outro lado, Silva Cardoso, que se encontrou com Savimbi em Outubro de 1974, refere nas suas memórias que, em privado, o líder do Galo Negro considerava “a solução encontrada para a liderança do MPLA não ser talvez a melhor, pois embora interessasse às forças que do exterior apoiavam o seu movimento, [Savimbi] não acreditava que Agostinho Neto dentro de Angola tivesse a mesma receptividade.”¹²¹⁷

Apesar da pressão zairense para a FNLA estabelecer uma frente com a UNITA, Holden mostrou alguma apreensão em negociar com Savimbi nesta fase.¹²¹⁸ Numa

¹²¹² TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974STATE223686/ *Zaire and Angola*, 1974: 1-2.

¹²¹³ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974STATE223686/ *Zaire and Angola*, 1974: 3.

¹²¹⁴ AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ *Depoimentos dos Brigadeiros Fernando Passos Ramos e Pedro Pezarat Correia, Almirante Rosa Coutinho e Comandante Jorge Correia Jesuino*, 1996: 87.

¹²¹⁵ João Rosa, *Jonas Savimbi: O Homem do Projecto Angolano – Texto Integral da Histórica Entrevista Recentemente Concedida ao Jornalista do ‘Tempo’ João Rosa* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 60.

¹²¹⁶ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Acta da Reunião do dia 28 de Outubro*, 1974: 2-3.

¹²¹⁷ General Silva Cardoso, *Angola, Anatomia de uma Tragédia: Um Testemunho Dramático sobre a Descolonização* (Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2005): 422.

¹²¹⁸ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação Nº648/ *7SET74 a 14SET74*, 1974: 11.

reunião com o Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Africanos norte-americano, Donald B. Easum, a 20 de Outubro em Kinshasa, o presidente da FNLA referiu-se a Neto como um “instrumento dos soviéticos e dos brancos” e a Savimbi como um “oportunista” e alguém em quem não confiaria, embora estivesse disponível a trabalhar com ele para a formação de uma frente unida.¹²¹⁹

A estratégia regional do Zaire para Angola ia muito além de simples manobras diplomáticas de favorecimento à FNLA e de tentativas de exclusão do MPLA-Neto de uma frente comum. Natalia Telepneva, com base em documentação de arquivo soviética, sugere que Mobutu teria planos para a anexação de Cabinda em Outubro de 1974.¹²²⁰ Esta foi uma ameaça considerada como provável durante a reunião da Comissão Nacional da Descolonização realizada a 23 de Outubro em Lisboa, onde se considerou que “Mobutu, no prosseguimento das pretensões territoriais sobre Cabinda e o Norte de Angola, estava preparado para intervir militarmente em Angola no momento oportuno.”¹²²¹ As intenções intervencionistas de Mobutu em Angola foram, aliás, sugeridas subtilmente pelo próprio num encontro com o diplomata norte-americano, Donald B. Easum, a 22 de Outubro em Lubumbashi, quando referiu a inclusão de 15 mil soldados da FNLA no orçamento do exército zaireense.¹²²²

Após a demissão de Spínola da Presidência da República a 30 de Setembro, na sequência do falhanço da manifestação da “maioria silenciosa” orquestrada pela ala política conservadora, o recém empossado Presidente Costa Gomes, demonstrou a intenção de dirigir pessoalmente o processo de descolonização de Angola.¹²²³ No mês de Outubro as iniciativas diplomáticas ganharam uma nova dinâmica. No dia 10, em Kinshasa, sob os auspícios de Mobutu, encetaram-se negociações entre a FNLA e a delegação portuguesa, consideradas como um “prosseguimento das conversações iniciadas na Ilha do Sal”,¹²²⁴ e que a dia 11 resultaram no assinar de cessar-fogo com

¹²¹⁹ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974KINSHASA08971/ *Angola-Holden Roberto/ Easum Conversation*, 1974: 1-4.

¹²²⁰ Natalia Telepneva, “Our Sacred Duty: The Soviet Union, the Liberation Movements in the Portuguese Colonies, and the Cold War (1961-1975)” (PhD Thesis, The London School of Economics, 2014): 235.

¹²²¹ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Acta da Reunião do dia 23 de Outubro*, 1974: 3.

¹²²² TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974KINSHASA08964/ *Assistant Secretary Easum's meeting with President Mobutu*, 1974: 1, 3.

¹²²³ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06820.170.26905/ *Diário de Lisboa*, Nº18576, Ano 54, Quarta, 2 de Outubro de 1974: 1, 18.

¹²²⁴ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação Nº652/ *5OUT74 a 12OUT74*, 1974: 9.

suspensão imediata das hostilidades.¹²²⁵ Seguiu-se, a 22 de Outubro, o acordo de cessar-fogo com MPLA, assinado nas matas do Moxico, e considerado pelo chefe da delegação portuguesa, Leonel Cardoso, como “um passo largo para a paz em Angola.”¹²²⁶

Após o estabelecimento de um cessar-fogo formal com os três movimentos de libertação, iniciou-se uma fase de intensa atividade diplomática que pode ser dividida em duas categorias. A primeira consistiu no aprofundamento dos contactos bilaterais entre os movimentos, normalmente sob mediação portuguesa, e que resultaram em três acordos de cooperação (24 de Novembro – Kinshasa, 18 de Dezembro – Luso e 4 de Janeiro – Mombaça). Estas iniciativas a dois foram um passo fundamental que possibilitou a realização do acordo trilateral de Mombaça, que estabeleceu uma plataforma comum para as negociações do Alvor. A segunda categoria prende-se com os encontros bilaterais entre as delegações portuguesas e os movimentos de libertação. Destaca-se em particular o encontro de Melo Antunes com Agostinho Neto em Argel (18-19 de Novembro), que concedeu importantes vantagens ao MPLA, e, como veremos, foi um dos momentos determinantes do processo de descolonização de Angola.

A atividade diplomática do último quartel de 1974 demonstrou que, apesar das profundas rivalidades, existiam várias questões consensuais entre os movimentos de libertação. Um dos pontos de claro entendimento comum foi o de considerar o princípio da “legitimidade revolucionária” como o único elemento que definia a validade dos possíveis interlocutores políticos para a descolonização.¹²²⁷ Este consenso precedia a atividade diplomática referida, mas foi o estabelecimento destes acordos que o cristalizou oficialmente. Outra questão consensual, foi o da inviolabilidade da integridade territorial de Angola, particularmente relevante face aos acontecimentos em Cabinda. Por último, nenhum dos movimentos foi favorável a abrir mão dos seus exércitos privados ou de efetuar algum tipo de desarmamento – embora uma ideia comum entre os três, este não foi um fator de aproximação, e contribuiu para a desconfiança mútua entre as organizações nacionalistas.

¹²²⁵ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA/ SCC: Pré-Alvor/ *Acordo sobre o Cessar-Fogo*, 1974: 1-5.

¹²²⁶ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06820.170.26934/ *Diário de Lisboa*, Nº18594, Ano 54, Quarta, 23 de Outubro de 1974: 1, 10; ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as Delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974: 24; Ver correspondência entre Savimbi e o Padre Oliveira - António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 329-332.

¹²²⁷ ANTT/ SCCIA/ Livro 161/ Relatório de Situação Nº647/ 31AGO74 a 7SET74, 1974: 16-17.

Formalizada a paz em Angola, Rosa Coutinho demonstrou a intenção de se tornar no interlocutor privilegiado entre os três movimentos de libertação de forma a ultrapassar os impasses que impediam a criação de uma frente unida.¹²²⁸ Em conversas com o cônsul norte americano em Luanda, Silva Cardoso referiu que Rosa Coutinho temia que se a iniciativa diplomática fosse deixada aos movimentos de libertação no seguimento dos acordos de cessar-fogo, o despoletar de uma guerra civil seria provável. De forma a impedir este cenário, o objetivo passaria por formalizar encontros onde se estabeleceriam as “regras do jogo” e onde cada movimento se subordinasse ao conceito de uma “nação unificada”.¹²²⁹

Foi com a preocupação de “tornar a questão de Angola num processo interno”¹²³⁰ que uma delegação da Junta Governativa de Angola chefiada por Rosa Coutinho, se avistou com Jonas Savimbi, a 27 de Outubro, em Cangumbe. O encontro teve um carácter essencialmente exploratório, e foi marcado pela desconfiança mútua, com ambas as delegações acompanhadas de um considerável aparato de segurança.¹²³¹ A reunião contou também com a presença significativa da imprensa, no que acabou por se tornar na primeira apresentação pública de Savimbi desde a sua saída das matas.¹²³² Nada de substancial foi acordado. De acordo com o relatório apresentado por Rosa Coutinho ao Presidente Costa Gomes, o dirigente da UNITA mostrou-se evasivo em relação às sugestões portuguesas relativas à criação de um exército nacional angolano. Savimbi ter-se à mostrado particularmente alarmado com o potencial militar da FNLA, receando as perspectivas de uma guerra civil. No seguimento desta preocupação demonstrou interesse em avistar-se pessoalmente com Agostinho Neto.¹²³³

Paralelamente às atividades no plano diplomático, a situação em Luanda degradou-se rapidamente fruto das rivalidades políticas entre os movimentos. A 10 de Novembro, a inauguração de uma delegação do Galo Negro na cidade inflamou uma onda de violência política entre elementos do MPLA, UNITA e FNLA que provocou a morte de cerca de

¹²²⁸ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA009250/ *Junta meets with Savimbi: Junta member discusses next steps*, 1974: 2.

¹²²⁹ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA009250/ *Junta meets with Savimbi: Junta member discusses next steps*, 1974: 2.

¹²³⁰ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Acta da Reunião do dia 28 de Outubro*, 1974: 2.

¹²³¹ António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 192.

¹²³² Benjamim Almeida, *Angola: O Conflito na Frente Leste* (Lisboa, Âncora, 2011): 253.

¹²³³ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Acta da Reunião do dia 28 de Outubro*, 1974: 2-3.

cinquenta pessoas. Seguiram-se dois dias de tumultos, que incluíram crimes de oportunidade como assassinatos, pilhagens e assaltos. A abundância de armamento nas mãos da população luandense foi o principal fator que contribuiu para a intensidade da violência deste episódio – abundância essa causada pela infiltração de variado equipamento militar na cidade por parte dos três movimentos de libertação, e em particular pela distribuição de armas feita pelo MPLA entre os musseques.¹²³⁴

Se, por um lado, a logística do armamento da FNLA era largamente tributária do apoio do Zaire, por outro, o fornecimento de armamento às forças da UNITA e do MPLA em Luanda contou, não só com a conivência, como com o apoio ativo do lado português. O comandante do Comando Operacional de Luanda (COPLAD), Heitor Almendra, no último trimestre de 1974, afirma ter testemunhado a chegada de material militar ao aeroporto de Luanda que se destinava ao MPLA, mas do qual desconhece a origem – de acordo com Almendra, Rosa Coutinho admitiu-lhe pessoalmente a mão da Junta Governativa por detrás deste apoio logístico. Este testemunho refere também que a UNITA gozou de vantagens semelhantes providenciadas pelo próprio e por elementos das forças armadas portuguesas simpatizantes da causa do Galo Negro.¹²³⁵ Relativamente ao apoio ao MPLA, Diogo Freitas do Amaral recorda, nas suas memórias, uma intervenção de Rosa Coutinho ao Conselho de Estado em Outubro de 1974, em que o Almirante explicou a razão por detrás deste favorecimento: “Fui eu que o [MPLA] armei e equipei, com material das Forças Armadas portuguesas, para o pôr em condições de igualdade militar com a FNLA e a UNITA. Era essa, penso eu, a minha obrigação como representante máximo de Portugal em Angola: dar a todos os movimentos de libertação plena igualdade de oportunidades.”¹²³⁶

A 15 de Novembro, o presidente da UNITA viajou para Lusaka, no que ficou marcada como a primeira visita oficial de Savimbi à Zâmbia após ter sido expulso do país em 1967, na sequência dos ataques da guerrilha do Galo Negro ao CFB. Na conferência de imprensa no aeroporto, Savimbi comentou os tumultos em Luanda, e alertou que a ocorrência destes episódios poderia vir a ser explorada pela África do Sul e pelos colonos brancos numa

¹²³⁴ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA00970/ *Assessment of Recent Wave of Violence in Luanda*, 1974: 1-4.

¹²³⁵ AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ *Depoimentos do General António Silva Cardoso, Brigadeiro Heitor Almendra e General António Gonçalves Ribeiro*, 1997: 39-44.

¹²³⁶ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)* (Braga, Círculo de Leitores, 1995): 312-313.

tentativa de impor uma solução de estilo rodesiano.¹²³⁷ Em relação às acusações de oportunismo relativas ao prematuro assinar de cessar-fogo com Portugal, Savimbi defendeu que o pioneirismo da UNITA foi com a intenção de criar uma “peaceful atmosphere for negotiations of unity among Angolan liberation movements.”¹²³⁸ A ofensiva diplomática da UNITA em Lusaka pode ser sintetizada em três frentes: primeira, regularizar as relações com o governo de Kaunda, na sequência do que tinham sido as relações tensas durante a luta armada; segunda, reforçar a candidatura da UNITA à OUA, para a qual se realizou uma reunião entre Savimbi e uma delegação Comité de Libertação da OUA; terceira, manifestar publicamente perante a imprensa internacional a disponibilidade da UNITA em cooperar quer com a FNLA quer com o MPLA, e transmitir a ideia do Galo Negro como uma força conciliadora chave na resolução definitiva dos problemas crónicos da unidade angolana.¹²³⁹

O périplo diplomático da UNITA continuou com a visita de Savimbi a Kinshasa, a 20 de Novembro, onde se encontrou com Mobutu, Mário Soares e Holden Roberto.¹²⁴⁰ Na reunião com Soares, o presidente do Galo Negro referiu a necessidade “urgente de se avançar com o processo de descolonização de Angola”, e considerou a realização de uma conferência geral entre os três movimentos após o estabelecimento de acordos bilaterais separados. À sugestão deste encontro se realizar nos Açores, Savimbi indicou que a localização estava associada à presença americana na base aérea das Lajes, o que poderia levantar as conotações erradas – a proposta do líder da UNITA passava por realizar a conferência tripartida numa fragata da marinha portuguesa. Além disso, Savimbi transmitiu algum receio que a exclusão de um representante da comunidade branca desta eventual conferência pudesse “suscitar ou criar frustrações em certas áreas da opinião pública e política de Angola”. O presidente do Galo Negro denunciou também o que seria a parcialidade da Junta Governativa. Embora não tenha mencionado o beneficiário desta parcialidade, entende-se a referência à inclinação de Rosa Coutinho em favorecer o MPLA.¹²⁴¹

¹²³⁷ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA02402/ *UNITA Leader in Lusaka*, 1974: 2.

¹²³⁸ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA02409/ *Savimbi visit to Lusaka*, 1974: 2.

¹²³⁹ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUSAKA02409/ *Savimbi visit to Lusaka*, 1974: 1-3.

¹²⁴⁰ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974KINSHASA09841/ *UNITA President Savimbi arrives in Kinshasa*, 1974: 1; Fred Brigland, *Jonas Savimbi: Key to Africa* (Edinburgh, Mainstream, 1986): 112-113

¹²⁴¹ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA/ SCC/ Pré-Alvor/ *Conversa havida com os dirigentes da UNITA em 24 de Novembro*, 1974: 1-2.

As conversações com Holden, a 25 de Novembro, resultaram no estabelecimento de um acordo de cooperação militar e na criação de uma comissão mista com o propósito de materializar uma plataforma comum.¹²⁴² No rescaldo do acordo, Daniel Chipenda, que reivindicava a presidência do MPLA, demonstrou-se disponível em cooperar com o programa estabelecido por Savimbi e Holden.¹²⁴³ A posição de Chipenda como líder do MPLA foi legitimada por Mobutu durante um comício no estádio de Kinshasa, onde o líder zaireense o apresentou ao público lado a lado com Soares, Holden e Savimbi.¹²⁴⁴ A estratégia de favorecimento por parte do Zaire à FNLA e a tentativa de marginalização do MPLA-Neto da mesa das negociações para descolonização era, por esta altura, totalmente transparente. Tornava-se também evidente que, um dos maiores desafios na construção de uma plataforma tripartida comum passava pela aproximação e conseqüente estabelecimento de um acordo efetivo entre a FNLA e o MPLA-Neto.

Paralelamente ao períplo diplomático de Savimbi na Zâmbia e no Zaire, ocorreram conversações entre as delegações portuguesa e do MPLA em Argel,¹²⁴⁵ entre 18 e 20 de Novembro.¹²⁴⁶ A propósito da reunião com Agostinho Neto, Melo Antunes classificou como “estritamente reservada a natureza dos assuntos tratados”, limitando-se a referir à imprensa que o problema da descolonização havia sido abordado.¹²⁴⁷ Na verdade, estas negociações definiram, em larga medida, o esquema de descolonização de Angola.

Pezarat Correia, que integrou a delegação portuguesa que negociou com o MPLA, fez referências sumárias a Argel com pouca margem para interpretações.¹²⁴⁸ Por outro lado, António de Almeida Santos, que atuou como agente de descolonização na qualidade de Ministro da Coordenação Interterritorial, sugeriu, nas suas memórias, uma relação umbilical entre a cimeira de Argel e o acordo de Alvor: “O Acordo do Alvor foi o que os movimentos de libertação quiseram que fosse, a partir, repito, de uma proposta originária

¹²⁴² CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA/ SCC: Pré-Alvor/ *Communiqué FNLA-UNITA*, 1974: 1-3.

¹²⁴³ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974KINSHASA10010/ *Daniel Chipenda comments on FNLA/UNITA Agreement*, 1974: 1-3.

¹²⁴⁴ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974KINSHASA10011/ *Mobutu addresses the Nation*, 1974: 2

¹²⁴⁵ A delegação portuguesa era chefiada pelo Ministro Sem Pasta, Major Melo Antunes e composta pelo Major Pezarat Correia e pelo Dr. Fernando Reino; a delegação do MPLA era chefiada pelo Presidente Agostinho Neto e composta por Iko Carreira, Paulo Jorge e Afonso Van Dúnm.

¹²⁴⁶ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06821.171.26975/ *Diário de Lisboa*, Nº18617, Ano 54, Terça, 19 de Novembro de 1974: 1.

¹²⁴⁷ ATD/ Arquivo Lúcio Lara/ C0573.002.015/ *Melo Antunes de Regresso a Lisboa*, 1974: 1.

¹²⁴⁸ Pedro Pezarat Correia, *Descolonização de Angola: A Jóia da Coroa do Império Português* (Lisboa, Inquérito, 1991): 104; Pedro Pezarat Correia, “Da Descolonização: Do Proto-Nacionalismo ao Pós-Colonialismo” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2017): 344.

do MPLA, com a ajuda de Melo Antunes, elaborada na reunião de Argel, de 20 de Novembro de 1974, com Agostinho Neto.”¹²⁴⁹

O roteiro das conversações de Argel pode ser dividido em três partes: discussão sobre o impasse diplomático que se assistia nas tentativas de formalizar uma frente comum; debate sobre os moldes de descolonização e a arquitetura do futuro governo de transição; e considerações finais onde se estabeleceram os princípios consensuais entre as duas delegações.

Agostinho Neto fez algumas considerações relativamente à criação de uma plataforma comum entre os movimentos de libertação. O líder do MPLA alertou para o carácter “reaccionário” da FNLA e para o historial colaborativo da UNITA com o exército português e com a “reacção branca”, pelo que se mostrou ambivalente em relação às perspectivas de atingir a unidade, embora se tenha comprometido a efetuar diligências com ambos os movimentos nesse sentido.¹²⁵⁰

Em resposta à análise elaborada por Neto, Melo Antunes referiu que o governo português também partilhava algumas reservas relativamente à FNLA, particularmente à ameaça de uma futura tentativa militar de assalto unilateral ao poder, mas que se impunha a criação de uma “aliança tática” com Holden Roberto para a formação de um governo de coligação. Por outro lado, relativamente à UNITA, Pezarat Correia demonstrou um tom reabilitador, afirmando que o Galo Negro tinha marcado distância dos “brancos reaccionários”, não admitia projetos separatistas em Angola, e que Savimbi se demonstrava a favor de uma independência “isenta de neocolonialismo” – em resposta a delegação do MPLA reconheceu o apoio que a UNITA gozava entre certos sectores da população, e que a sua exclusão das negociações poderia “desencadear certos fenómenos altamente inconvenientes”.¹²⁵¹ Neto admitiu incluir a UNITA na referência, a par da FNLA e do MPLA, de “únicos e autênticos representantes do povo angolano, não só na OUA como nas várias instâncias das Nações Unidas.”¹²⁵²

¹²⁴⁹ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, Vol. II (Braga, Círculo de Leitores, 2006): 169.

¹²⁵⁰ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974: 3, 7.

¹²⁵¹ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974: 4-5, 11.

¹²⁵² ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974: 24.

As delegações concordaram que a “descolonização autêntica” passava pela aliança das “forças progressistas de Angola e de Portugal”, e que o MPLA desempenharia um papel fundamental neste eixo colaborativo.¹²⁵³ Melo Antunes manifestou preocupação relativamente às divisões internas do movimento, ao qual sugeriu que se encontrassem “formas práticas que conduzam ao fortalecimento do MPLA e que dê possibilidades de liderar o futuro de Angola.”¹²⁵⁴

Perante o espírito colaborativo da delegação portuguesa, o comandante Iko Carreira sondou a disponibilidade de conceder vantagens militares ao MPLA. Carreira argumentou que, apesar do apoio popular, o MPLA encontrava-se numa situação militar fraca, particularmente tendo em conta as perspectivas de uma invasão do Zaire/FNLA. Uma vez que as “forças da reacção” não iriam desarmar, era fulcral reforçar o poder militar do MPLA através da colaboração com as Forças Armadas Portuguesas (FAP). Melo Antunes demarcou-se desta sugestão referindo que, por um lado, levantava a questão da neutralidade das FAP no processo de descolonização, e, por outro, a criação de forças militares diferenciadas entre os movimentos poria em causa o projeto de formação de um exército nacional angolano. Porém, a delegação portuguesa prometeu fazer esforços em disponibilizar uma pista de aterragem para as forças o MPLA no leste de Angola.¹²⁵⁵ O MPLA sondou também a hipótese da manutenção das FAP em Angola após a independência, ao qual a delegação portuguesa referiu que tal situação só poderia ser considerada após um pedido formal do futuro governo angolano independente. Conclui-se que “A intervenção de tropas portuguesas, quer a partir de Portugal quer estacionadas em Angola, poderá vir a justificar-se tendo em conta a ameaça de uma agressão externa.”¹²⁵⁶

Após esta troca inicial de impressões, as conversações foram marcadas por um debate sobre o esquema concreto da descolonização e sobre os moldes do período de transição.

¹²⁵³ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974: 2-3, 9.

¹²⁵⁴ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974: 5.

¹²⁵⁵ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974: 10-11, 23.

¹²⁵⁶ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974: 25.

O MPLA considerou que o prazo de transição para a independência devia ser “muito curto”, por volta de 6 meses após a constituição do governo de coligação, que contaria com a presença quer da FNLA quer da UNITA.¹²⁵⁷ Além disso, a delegação do MPLA, na proposta que entregou à delegação portuguesa, manifestou reservas relativamente à realização de eleições para uma Assembleia Constituinte – os problemas convocados relacionavam-se com as “populações alienadas pelo colonização” e a possibilidade de se verificarem incidentes. A contraproposta de Melo Antunes passava pela elaboração de uma Constituição entre os três movimentos de libertação durante o período de transição, que seria plebiscitada no ato da independência. Neto e Carreira demonstraram algumas reservas em relação a esta alternativa, a não ser que a Constituição tivesse um carácter transitório – a principal resistência do MPLA na questão constitucional aparenta ter sido o facto da Constituição ser um documento de compromisso.¹²⁵⁸

Seguiram-se considerações sobre a arquitetura do futuro período de transição. A distribuição das pastas governamentais foi assumida como uma questão de natureza complexa e a resolver no futuro com a participação dos outros movimentos. A definição dos poderes do Alto-Comissário foi consensual entre as delegações,¹²⁵⁹ e não se afastou do que acabou por ser formalizado no Acordo do Alvor.¹²⁶⁰ Já o esquema do governo de transição foi alimentado pelo debate entre a hipótese de um primeiro-ministro português ou do MPLA¹²⁶¹ – ainda distante da solução tripartida de partilha do poder encontrada no Alvor, através do estabelecimento de um Colégio Presidencial rotativo.¹²⁶²

A cimeira concluiu com a deliberação da necessidade de levar a cabo conversações preparatórias com a FNLA e a UNITA, com vista à realização de uma conferência geral com o governo português, preferencialmente em Lisboa, e com uma data prevista antes

¹²⁵⁷ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974: 11.

¹²⁵⁸ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974: 14, 16-17.

¹²⁵⁹ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974: 14-15.

¹²⁶⁰ AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11007.001/ *Acordo entre o Estado Português e a FNLA, MPLA e a UNITA*, 1975: 4-5.

¹²⁶¹ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Conversações entre as delegações Portuguesa e do MPLA*, 1974:16

¹²⁶² AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11007.001/ *Acordo entre o Estado Português e a FNLA, MPLA e a UNITA*, 1975: 5-10.

do final de 1974.¹²⁶³ A reunião de Argel patenteou o MPLA como o pólo negocial privilegiado da diplomacia portuguesa durante o processo de descolonização de Angola. As simpatias pessoais de Melo Antunes com o movimento de Neto foram, aliás, admitidas em várias ocasiões pelo próprio.¹²⁶⁴ No entanto, apesar do rascunho da descolonização ter sido acordado em Argel, a fórmula descolonizadora não foi decidida unilateralmente entre Melo Antunes e Agostinho Neto, foi posteriormente sujeita a mecanismos de consenso: ajustada e aprovada pelos três movimentos de libertação em Mombaça, e afinada e formalizada no Acordo do Alvor com Portugal. O conteúdo de Argel expôs também a leitura da delegação portuguesa sobre a situação angolana: uma profunda desconfiança relativamente às possíveis intenções de assalto ao poder por parte da FNLA com o apoio do Zaire, e a oportunidade de estabelecer uma aliança MPLA-UNITA.

As conversações para a formalização de um acordo MPLA-UNITA iniciaram-se em Dar es Salaam, a 7 de Dezembro, entre Neto e Savimbi, no que foi descrito pelo líder do Galo Negro como um “encontro fraternal”.¹²⁶⁵ Na opinião de Weidi E. Mwasakafyuka, encarregado da diplomacia tanzaniana na OUA, apesar da pressão que Julius Nyerere exerceu sobre o MPLA para encontrar fórmulas de entendimento, Agostinho Neto demonstrou ser um negociador inflexível, e que esta incapacidade em ceder compromissos e tolerar a oposição se revelaram num dos principais obstáculos à criação de uma frente comum tripartida.¹²⁶⁶

Paralelamente às iniciativas de unidade no plano diplomático, as rivalidades no terreno continuaram em Dezembro de 1974, denunciado um ambiente político competitivo, hostil, e carregado de acusações mútuas. A principal arma no arsenal propagandístico dos movimentos de libertação passava por acusar a organização rival de alguma forma de “não-angolanidade”,¹²⁶⁷ ao funcionarem como o instrumento de influência estrangeira em Angola. O representante do Galo Negro em Nova Lisboa, defendeu-se de acusações de reacionarismo provenientes do MPLA, e considerou como

¹²⁶³ AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11007.001/ *Acordo entre o Estado Português e a FNLA, MPLA e a UNITA*, 1975: 20-21.

¹²⁶⁴ Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes: Uma Biografia Política* (Lisboa, Âncora, 2012): 168-169.

¹²⁶⁵ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974DARES04030/ *MPLA-UNITA Talks*, 1974: 2.

¹²⁶⁶ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974DARES04052/ *MPLA-UNITA Talks*, 1974: 2; TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974DARES04042/ *MPLA-UNITA Talks move to Zambia*, 1974: 1, 3.

¹²⁶⁷ Para um contributo reflexivo sobre as questões político-identitárias em Angola ver: Jean-Michel Mabeko-Tali, *Barbares et Citoyens: L'Identité Nationale à L'Épreuve des Transitions Africaines: Congo-Brazzaville, Angola* (Paris, L'Harmattan, 2005); Jean-Michel Mabeko-Tali, *Rótulos Atribuídos, Rótulos Assumidos: Memórias e Identidades Políticas em Angola, da Luta Armada Anticolonial ao 27 de Maio de 1977 (1960-1977)* (Lisbon, Guerra e Paz, 2023).

um sinal de superficialidade a frequente utilização dos termos “reacionário”, “imperialista” e “capitalista”.¹²⁶⁸ Num comício da FNLA no estádio de São Paulo em Luanda, Hendrick Vaal Neto negou o apoio financeiro do Zaire ao movimento, e em resposta à retórica do MPLA, acusou que os promotores da “luta ideológica” queriam desviar Angola do rumo para a independência imediata e total. A FNLA foi apresentada como o único movimento com a “coragem para atacar quer o imperialismo soviético quer o americano.” Já Lúcio Lara, durante a inauguração de uma delegação do MPLA em Nova Lisboa, alertou para a existência de inimigos internos controlados pelo exterior, numa clara referência ao movimento de Holden Roberto.¹²⁶⁹

As conversações entre o MPLA-UNITA na Tanzânia culminaram no Acordo do Luso a 18 de Dezembro, entre Neto e Savimbi, e sob a presença mediadora de Rosa Coutinho.¹²⁷⁰ Nas suas linhas gerais o acordo foi mais um passo nas iniciativas bilaterais de melhoramento de relações entre os movimentos, com vista à realização de uma conferência geral. O conteúdo do documento oficial que saiu da reunião não difere muito do já realizado entre a FNLA e a UNITA: estabelecimento de um acordo de cooperação e o compromisso de criar iniciativas para a construção de uma plataforma comum.¹²⁷¹ Daniel Chipenda denunciou o acordo a partir de Kinshasa, criticando o seu carácter antidemocrático, e a violação do compromisso estabelecido pelo governo português e pela UNITA em não interferirem nas questões internas do MPLA.¹²⁷²

A reunião do Luso resultou também numa tentativa da Junta Governativa em integrar a UNITA na dinâmica do MPLA e, por sua vez, marginalizar diplomaticamente a FNLA. Esta interpretação é sustentada, por um lado, pelas memórias de Silva Cardoso que, embora não tenha integrado a delegação portuguesa no Luso, refere que Coutinho lhe

¹²⁶⁸ Durante a Guerra Civil, Savimbi considerou a utilização de chavões ideológicos como contraproducente na mobilização política das massas: “O Povo não compreende os termos ‘revolucionário’, ‘reaccionário’, ‘progressista’, ‘socialismo’, ‘imperialismo’, ‘mais valia’, ‘solidariedade internacional’, ‘quadros’, ‘classes’, ‘emulação socialista’ e tantos, tantos outros. Esses são termos que embora aprendidos nos nossos manuais, o Povo não compreende, não lhes diz absolutamente nada. Procuraremos estabelecer entre nós e o Povo um movimento constante, uma osmose, uma penetração constante entre o que aprendemos teoricamente nos livros, da experiência de outros povos e aquilo que ele sente e quer.” Jonas Savimbi, *Quo Vadis Angola Nossa* (Paris, UNITA, 1978): 58.

¹²⁶⁹ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA01072/ *Roundup of Political Activity*, 1974: 1-3.

¹²⁷⁰ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06821.171.27024/ *Diário de Lisboa*, N°18644, Ano 54, Quinta, 19 de Dezembro de 1974: 1, 24.

¹²⁷¹ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974LUANDA01105/ *MPLA and UNITA sign Agreement*, 1974: 1-3.

¹²⁷² TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974KINSHASA10868/ *UNTA-MPLA meeting in Luso*, 1974: 1-3.

transmitiu essa estratégia no rescaldo do encontro, e, por outro, pelas memórias do padre Oliveira que refere que Savimbi lhe confidenciou que o encontro tinha sido, na verdade, uma tentativa de “isolar e controlar” o Galo Negro através de uma aliança com o MPLA.¹²⁷³ Rosa Coutinho assume abertamente que promoveu uma estratégia de isolamento da FNLA junto do então Presidente Spínola, embora não refira que lhe tenha dado continuidade junto de Neto e Savimbi no Luso: “Parecia-me possível congregar os brancos, o MPLA e a UNITA contra a FNLA que, ainda dentro da população branca, tinha o estigma da UPA e dos massacres de 1961.”¹²⁷⁴ A particular propensão pessoal em marginalizar a FNLA pode ser explicada pela experiência de cativo de Rosa Coutinho no Congo Leópoldville em 1961, ocorrida depois a captura do navio e respetiva tripulação da marinha portuguesa que capitaneava – após ter sido espancado e sujeito a diversas humilhações pelos soldados do *Armée Nationale Congolaise* (ANC) seguiram-se meses na prisão, interrompidos apenas por uma exposição pública à imprensa internacional sem a oportunidade de poder responder às acusações de espionagem.¹²⁷⁵

O líder do Galo Negro afirma ter rejeitado as pressões portuguesas em formar uma união com o MPLA contra a FNLA: “Compreendemos imediatamente o objectivo final de tal união: a UNITA serviria de carne para canhão ao MPLA, para este liquidar a FNLA, e, uma vez isso conseguido, o MPLA liquidaria a UNITA.”¹²⁷⁶ Esta imagem da UNITA como uma força mediadora, que impediu a exclusão do MPLA-Neto, e, mais tarde, rejeitou a marginalização da FNLA no Luso, contribuiu para a construção do mito de Savimbi como o “caixeiro viajante da paz”¹²⁷⁷ que vivia numa permanente “busca de diálogo” pela unidade.¹²⁷⁸

¹²⁷³ General Silva Cardoso, *Angola, Anatomia de uma Tragédia: Um Testemunho Dramático sobre a Descolonização* (Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2005): 481-484; António Oliveira, *O Padre de Savimbi* (Lisboa, Aletheia, 2017): 193.

¹²⁷⁴ AHS/ ICS/ Arquivo Manuel de Lucena/ Atividades de Investigação Científica/ Descolonização Portuguesa/ Angola/ Depoimentos dos Brigadeiros Fernando Passos Ramos e Pedro Pazarat Correia, *Almirante Rosa Coutinho e Comandante Jorge Correia Jesuíno*, 1996: 49.

¹²⁷⁵ Carlos de Almada Contreiras, *Rosa Coutinho, Prisioneiro na República do Congo* (Lisboa, Colibri, 2021): 51-53, 57, 68, 70-72, 142.

¹²⁷⁶ Jonas Savimbi, *Angola: A Resistência em Busca de uma Nova Nação* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 45.

¹²⁷⁷ Jonas Savimbi, *O Que é o ‘Espírito de Bissau’? Todos os Portugueses poderão regressar?* (Jamba, Terra Livre de Angola, 1978): 15.

¹²⁷⁸ Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977): 51, 75.

Detenhamo-nos na problemática da sinceridade de Savimbi. A geometria de forças pré-Alvor foi marcada pela superioridade militar da FNLA,¹²⁷⁹ e por intenções claras de assalto militar ao poder por parte de Holden com o apoio do regime de Mobutu. Como demonstra Tali, também o MPLA mostrou uma forte resistência a esquemas que implicassem a partilha do poder, exigindo ser tratado como o único ou, no mínimo, como o principal interlocutor para a transferência de poder.¹²⁸⁰ No meio destas duas forças com tentações hegemónicas, Savimbi cultivou uma imagem de arquiteto de consensos, apelando à moderação e à criação de fórmulas práticas de unidade. Porém, a retórica savimbista da paz tem de ser entendida no contexto das desvantagens da UNITA no campo militar, e na incapacidade do Galo Negro em impor uma agenda de assalto unilateral ao poder baseada na força. Consciente da vantagem política do Galo Negro num hipotético cenário eleitoral, Savimbi apostou num projeto democrático limitado aos três movimentos – o facto do esquema eleitoral previsto no Alvor não se ter realizado, serviu, aliás, como um dos principais argumentos de legitimação de Savimbi: “Nunca ninguém quis entrar em competição eleitoral com a UNITA.”¹²⁸¹

Todavia, apesar dos apelos a uma via democrática de partilha do poder, a UNITA, tal como os outros movimentos, procurou reforçar o seu dispositivo militar privado através de linhas de apoio externas. Sabe-se hoje que, em inícios de Dezembro de 1974, um grupo de mercenários sul-africanos liderados por Sam Cassidy,¹²⁸² tinha planos para intervir dentro de Angola com o propósito de apoiar militarmente a UNITA.¹²⁸³ Este plano implica, no mínimo, a existência de contactos regulares entre Savimbi e atores militarizados não estatais associados ao regime do Apartheid antes do Acordo do Alvor – o que vai contra a narrativa linear do Galo Negro que o apoio sul africano foi uma reação defensiva à intervenção soviético-cubana em Angola na segunda metade de 1975.

Após o estabelecimento dos acordos bilaterais FNLA-UNITA e MPLA-UNITA, as conversações de unidade tiveram seguimento em Mombaça, entre 3 e 5 de Janeiro de

¹²⁷⁹ Natalia Telepneva, “Our Sacred Duty: The Soviet Union, the Liberation Movements in the Portuguese Colonies, and the Cold War (1961-1975)” (PhD Thesis, The London School of Economics, 2014): 237

¹²⁸⁰ Jean-Michel Mabeko-Tali, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977* (Lisboa, Mercado de Letras, 2018): 305-308.

¹²⁸¹ João Rosa, *Jonas Savimbi: O Homem do Projecto Angolano – Texto Integral da Histórica Entrevista Recentemente Concedida ao Jornalista do ‘Tempo’ João Rosa* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 59.

¹²⁸² Sobre as atividades deste grupo mercenário na Crise do Congo ver: Lazlo Patrick Christian Passemiers, “South Africa and the ‘Congo Crisis’, 1960-1965” (PhD Thesis, University of the Free State, 2016); Stephen Edward Rookes, “From the Bay of Pigs to Lake Tanganyka: Non-State Armed Actors in the Congo Crisis, 1960-1967” (PhD Thesis, Université de Toulouse, 2018).

¹²⁸³ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1974CAPET00875/ ‘Wild Goose’ Lays an Egg, 1974: 1-2.

1975,¹²⁸⁴ no que ficou marcada como a primeira reunião entre os três movimentos desde Maio de 1974, em Lusaka. A UNITA cultivou a imagem de Savimbi como o “idealizador e construtor do acordo firmado” que aproximou Holden e Neto e formalizou a plataforma comum entre os três movimentos¹²⁸⁵ – a representação do líder do Galo Negro como um apaziguador ganhou especial tração nas vésperas do Alvor.

Tal como o encontro de Lusaka, a cimeira de Mombaça ocorreu exclusivamente sob mediação africana, desta vez sob os auspícios do Presidente do Quênia, Jomo Kenyatta. A reunião resultou em três acordos: 1) uma declaração de princípios, onde se reafirmou a integridade territorial de Angola, e se estabeleceram os compromissos de construir uma sociedade democrática e de salvaguardar os interesses das massas trabalhadoras; 2) um memorando de cooperação entre o MPLA e a FNLA, semelhante em forma e substância aos acordos bilaterais anteriormente assinados; 3) um comunicado final onde se anunciou a formalização de uma plataforma comum, e a consequente disponibilidade para encetar negociações com o governo português numa conferência geral com data e local já definidos.¹²⁸⁶ Embora os detalhes das decisões tomadas nas conversações à porta fechada sejam escassos, sabe-se que foi discutida a partilha das pastas do futuro governo provisório, bem como a criação de um comando militar unificado de 30 mil homens para o período de transição.¹²⁸⁷ A semelhança entre o que foi discutido entre Melo Antunes e Agostinho Neto em Argel e o que mais tarde se formalizou no Alvor, aponta para que o rascunho do projeto de descolonização do MPLA tenha sido, nas suas linhas gerais, aceite pela FNLA e UNITA em Mombaça.

O problema do não reconhecimento do Galo Negro pela OUA, considerado como o último obstáculo para avançar com as negociações entre a plataforma comum e o governo

¹²⁸⁴ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06820.171.27038/ *Diário de Lisboa*, Nº18656, Ano 54, Segunda, 6 de Janeiro de 1975: 1.

¹²⁸⁵ Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977): 90.

¹²⁸⁶ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA/ SCC: CCPA I – Cimeiras de Mombaça e Alvor/ *Telex da Reuters sobre as conversações de Mombaça*, 1975: 1-2; TNA/ AAD/ US Department of State/ 1975LUANDA00007/ *English translations of the texts of Mombassa Agreements*, 1975: 1-3.

¹²⁸⁷ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1975NAIROBI00153/ *Mombasa meeting of Angolan Liberation Movements*, 1975: 1-2.

português,¹²⁸⁸ foi resolvido nas vésperas do Alvor, após pressão diplomática exercida por Portugal e pela Zâmbia.¹²⁸⁹

A 10 de Janeiro de 1975, iniciou-se a primeira sessão de trabalho no Hotel Penina, que consistiu na troca de formalidades e a apresentação da ordem de trabalhos, entre as delegações da FNLA, MPLA, UNITA e portuguesa¹²⁹⁰ – esta última composta por vários elementos do MFA, considerado como um “quarto movimento de libertação”.¹²⁹¹

Dia 11 iniciaram-se as negociações tendo como base o documento acordado entre os movimentos de libertação em Mombaça. As sessões de trabalho foram marcadas pela definição do método de trabalho, por clarificações de vocabulário e redação, e por questões técnicas de ordem jurídica. Iniciou-se a discussão de algumas questões de fundo, que continuou pelas sessões dos dias seguintes, como a distribuição das pastas governamentais, os mecanismos de votação do colégio presidencial, a necessidade da introdução de uma lei fundamental, a criação de uma lei eleitoral e de recenseamento geral, e a participação portuguesa no governo provisório.¹²⁹² A postura defensiva da UNITA na conferência de imprensa no final de dia 11, onde Jorge Valentim e António da Costa Fernandes afirmaram que seria um insulto ao povo impedir a participação política do Galo Negro no futuro de Angola, é um sintoma evidente do ressurgimento de rivalidades no âmbito das conversações paralelas que os movimentos de libertação mantinham à margem da delegação portuguesa.¹²⁹³

As sessões de dia 12 contaram com Savimbi como porta-voz da delegação e foram marcadas por negociações mais incisivas. Os três movimentos de libertação rejeitaram a proposta portuguesa de estabelecer zonas de implantação militar para cada movimento

¹²⁸⁸ ANTT/ EMA/ Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório/ Documentos Relativos ao Processo de Descolonização/ Caixa Nº 49/ Pasta 18/ *Acta da Reunião do dia 28 de Outubro*, 1974: 5.

¹²⁸⁹ UNARMS/ Peacekeeping Africa 1963-1981/ S-0902-0010-02-0001/*Notes of a meeting held in Secretary-General's office on Monday, 23 September*, 1974: 1-2; António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, Vol. II (Braga, Círculo de Leitores, 2006): 167.

¹²⁹⁰ AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11007.008/ *Conversações da Cimeira do Alvor, 10 de Janeiro*, 1975: 1-5.

¹²⁹¹ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06821.171.27045/ *Diário de Lisboa*, Nº18661, Ano 54, Sábado, 11 de Janeiro de 1975: 1.

¹²⁹² AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11007.009/ *Conversações da Cimeira do Alvor, 11 de Janeiro, Manhã*, 1975; AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11007.010/ *Conversações da Cimeira do Alvor, 11 de Janeiro, Tarde*, 1975; CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA I/ *Cimeiras de Mombaça e Alvor/ Reunião do dia 11 às 23,30 horas*, 1975.

¹²⁹³ TNA/ AAD/ US Department of State/ 1975LISBON00175/ *Substantial progress claimed at Angolan Summit*, 1975: 2.

em Angola, e empurraram a eventual discussão dessa ideia para o pós-Alvor.¹²⁹⁴ Em relação à representação portuguesa no governo de transição, Melo Antunes argumentou para a necessidade de atribuir 1/4 das pastas governamentais a Portugal, de forma a tranquilizar os anseios da população branca.¹²⁹⁵ Esta proposta levantou objeções por parte dos três movimentos, que receavam que as pastas fossem entregues a colonos, o que, de acordo com Savimbi, seria uma “grande surpresa e decepção”. Agostinho Neto alertou que se oporia à nomeação de personalidades consideradas “reacionárias” e Holden Roberto afirmou que não aceitaria a participação de europeus no governo que pertencessem a partidos que não existissem em Angola antes do 25 de Abril. No final da sessão chegou-se a um consenso onde a delegação portuguesa aceitou “fazer um apelo a personalidades metropolitanas” para integrar o governo de transição, com a condição prévia de os nomes escolhidos serem consensuais entre os movimentos de libertação.¹²⁹⁶

As negociações de dia 13 foram dominadas por questões técnicas sobre a arquitetura do comando militar e a definição de poderes do alto-comissário. Através do Artigo 31º, consagrou-se em definitivo a participação exclusiva dos três movimentos na futura eleição para a assembleia constituinte de Angola.¹²⁹⁷ Sobre a questão da nacionalidade, os movimentos assumiram o compromisso de considerar cidadão angolano todos os indivíduos nascidos em Angola desde que não desejassem optar por outra nacionalidade – aos residentes foi reconhecido o direito a requerer cidadania angolana nos termos a definir na futura lei da nacionalidade.¹²⁹⁸ Acordou-se o dia 29 de Fevereiro de 1976 como a data para a retirada do último contingente militar português de Angola.¹²⁹⁹ Após o encerramento da sessão de trabalho manifestaram-se novamente sinais de desunião quando Paulo Jorge, na conferência de imprensa do MPLA, declarou que a plataforma

¹²⁹⁴ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA I/ Cimeiras de Mombaça e Alvor/ *Reunião do dia 12.1.1975 às 15,30 horas*, 1975: 2-3.

¹²⁹⁵ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA I/ Cimeiras de Mombaça e Alvor/ *Reunião do dia 12.1.1975 às 15,30 horas*, 1975: 7-9.

¹²⁹⁶ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA I/ Cimeiras de Mombaça e Alvor/ *Reunião do dia 12.1.1975 às 15,30 horas*, 1975: 10-18.

¹²⁹⁷ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA I/ Cimeiras de Mombaça e Alvor/ *Reunião do dia 13.1.1975 às 13,00 horas*, 1975: 3.

¹²⁹⁸ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA I/ Cimeiras de Mombaça e Alvor/ *Reunião do dia 13.1.1975 às 13,00 horas*, 1975: 5-6; No acordo final estabeleceu-se que a “qualidade de angolano se define pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio” desde que os domiciliados se identificassem com as “aspirações da Nação Angolana através de uma opção consciente.” AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11007.001/ *Acordo entre o Estado Português e a FNLA, MPLA e a UNITA*, 1975: 16.

¹²⁹⁹ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA I/ Cimeiras de Mombaça e Alvor/ *Reunião do dia 13.1.1975 às 13,00 horas*, 1975: 14.

comum existia apenas para negociar com o governo português, e que não existia uma frente comum tripartida. Perante a afirmação de Mário Soares que os movimentos angolanos falavam agora “com uma só voz”, Paulo Jorge retorquiu: “Isso é o que diz o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e não o que diz o MPLA. Essa é a opinião do dr. Soares.”¹³⁰⁰

Apesar destas tensões, a dia 14, a imprensa dava o acordo como praticamente concluído.¹³⁰¹ As sessões de trabalho deste dia focaram-se essencialmente no processo de desmobilização dos combatentes angolanos – *Flechas, Fiéis, Leais, Grupos Especiais* e OPVDCA – na extinção da PIDE-DGS em Angola, e na libertação recíproca de prisioneiros de guerra.¹³⁰²

No dia 15, o último dia das negociações, a delegação portuguesa rejeitou a proposta do MPLA de entregar o arquivo da PIDE-DGS de Angola, mas prometeu cooperar na disponibilização de informações relativas à “detecção e neutralização de todos os ex-agentes e informadores da PIDE/DGS.”¹³⁰³ O resto da sessão de trabalho foi dedicada a acertar de redação, à preparação do documento final e aos detalhes da cerimónia de assinatura. Foi consensual entre as delegações manter secreto o Anexo do Acordo, que, entre outras coisas, previa a disposição dos movimentos de libertação em “encarar com clemência os actos criminosos contra o povo angolano cometidos por angolanos ou por portugueses domiciliados em Angola”, a desmobilização da componente angolana que integrava as FAP até 15 de Março, e a expulsão dos ex-agentes da PIDE “no mais curto prazo possível”.¹³⁰⁴ A delegação portuguesa argumentou que manter em segredo o Anexo “por um, dois dias” evitaria lançar o pânico entre a população europeia de Angola.¹³⁰⁵

No seu conteúdo, o acordo constituiu um modelo único no processo de descolonização do império português, ao prever a eleição de uma assembleia constituinte – o que contrastava com os casos de Moçambique e da Guiné. Por outro lado, o

¹³⁰⁰ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06821.171.27046/ *Diário de Lisboa*, N°18662, Ano 54, Segunda, 13 de Janeiro de 1975: 24.

¹³⁰¹ AFMS/ Documentos Ruella Ramos/ Pasta 06821.171.27047/ *Diário de Lisboa*, N°18663, Ano 54, Terça, 14 de Janeiro de 1975: 1.

¹³⁰² CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA I/ Cimeiras de Mombaça e Alvor/ *Reunião do dia 14.1.1975 às 9,00 horas e Recomeço 19,45*, 1975: 1-28.

¹³⁰³ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA I/ Cimeiras de Mombaça e Alvor/ *Reunião do dia 15.1.1975 às 9,30 horas*, 1975: 4-5.

¹³⁰⁴ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA I/ Cimeiras de Mombaça e Alvor/ *Anexo ao Acordo entre o Estado Português e a FNLA, MPLA e a UNITA*, 1975: 1-3.

¹³⁰⁵ CD25A/ Fundo António Belo/ CCPA I/ Cimeiras de Mombaça e Alvor/ *Reunião do dia 15.1.1975 às 9,30 horas*, 1975: 22-23.

estabelecimento de um multipartidarismo limitado para as eleições previstas para Outubro de 1975, consagrou em definitivo a legitimidade revolucionária dos três movimentos.¹³⁰⁶ Para a arquitetura do governo de transição foi encontrada uma solução de triunvirato para a partilha do poder, através de um colégio presidencial composto por um membro de cada movimento, e com a partilha entre as pastas ministeriais. A representatividade portuguesa até à independência tomava corpo na figura do alto-comissário, que devia assegurar o cumprimento do acordo, e exercer, essencialmente, um papel moderador entre o governo de transição. Sob a autoridade direta do alto-comissário foi criada um estado maior unificado, que reunia os três ramos das FAP e dos três comandos armados dos movimentos de libertação – as forças dos três movimentos seriam integradas, em paridade com as FAP (8 mil de cada movimento e 24 mil das FAP).¹³⁰⁷ Esta solução devia, em princípio, impedir que a competição entre os movimentos assumisse contornos violentos, e se exprimissem apenas no campo político.

Savimbi reivindicou ser o autor da solução colegial, e de se ter batido pelos direitos da comunidade branca, através da inclusão da opção pela cidadania angolana consagrada nos artigos 47º e 48º.¹³⁰⁸ A posterior narrativa da UNITA relativa ao Alvor, denunciou a existência de reuniões secretas paralelas às sessões de trabalho entre a delegação portuguesa e o MPLA,¹³⁰⁹ com a intenção de colocar o movimento de Neto no poder inviabilizando o processo eleitoral.¹³¹⁰ No essencial, o Galo Negro representou o Alvor como um “grande logro”¹³¹¹ onde as regras foram manipuladas em função de um suposto plano neocolonialista do MFA de favorecimento ao MPLA.¹³¹²

¹³⁰⁶ AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11007.001/ *Acordo entre o Estado Português e a FNLA, MPLA e a UNITA*, 1975: 8, 13.

¹³⁰⁷ AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11007.001/ *Acordo entre o Estado Português e a FNLA, MPLA e a UNITA*, 1975: 4-12.

¹³⁰⁸ Marco Vinicius e Maria João Saldanha, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola* (Pontão, Edições Armasilde, 1977): 94; João Rosa, *Jonas Savimbi: O Homem do Projecto Angolano – Texto Integral da Histórica Entrevista Recentemente Concedida ao Jornalista do ‘Tempo’ João Rosa* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 66-67; AFMS/ Fundo António Arnao Metello/ Pasta 11007.001/ *Acordo entre o Estado Português e a FNLA, MPLA e a UNITA*, 1975: 15.

¹³⁰⁹ “No hotel em que nos alojámos, os delegados foram instalados da seguinte forma: no primeiro andar, os da FNLA; no segundo, os da UNITA; no terceiro, os do MPLA; e no quarto, os portugueses. Essa disposição ardilosa permitia encontros secretos permanentes à margem de possíveis indiscrições – mas os delegados da UNITA surpreenderam-nos algumas vezes – entre a delegação portuguesa e a do MPLA.” Jonas Savimbi, *Angola: A Resistência em Busca de uma Nova Nação* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 48.

¹³¹⁰ Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História* (Lisboa, Sextante, 2008): 191.

¹³¹¹ Jonas Savimbi, *Angola: A Resistência em Busca de uma Nova Nação* (Lisboa, Agência Portuguesa, 1979): 46.

¹³¹² Jonas Savimbi, *Por um Futuro Melhor* (Lisboa, Nova Nórdica, 1986): 3.

O Acordo do Alvor foi assinado a 15 de Janeiro de 1975. A 31 de Janeiro tomou posse o Governo de Transição de Angola, “feito isso, deram-se tiros”.¹³¹³ As dinâmicas que tornaram inoperável o Acordo pós-Janeiro de 1975, merecem um estudo autónomo que contribua para clarificar como a solução da força tomou conta do processo de transição para a independência.

¹³¹³ António de Almeida Santos, *Quase Memórias*, Vol. II (Braga, Círculo de Leitores, 2006): 171.

Conclusão

Em 1964, o esquema competitivo que se vivia na arena anticolonial angolana era favorável ao aparecimento de uma “terceira força”. Este facto deveu-se, por um lado, à incapacidade da UPA-FNLA representar adequadamente os anseios dos militantes do centro e leste de Angola, tanto entre as fileiras da guerrilha como entre o sector intelectual no exílio. Esta insatisfação resultou na dissidência que ganhou corpo na AMANGOLA. Por outro lado, o nascimento da “terceira força” só foi possível graças à incapacidade do MPLA em integrar a cisão chefiada por Jonas Savimbi que saiu da FNLA. Foi neste contexto que o projeto da AMANGOLA ganhou um rumo autónomo em direção ao que se viria a tornar a UNITA.

O processo fundacional do Galo Negro não pode ser entendido sem o contributo determinante da República Popular da China. A experiência formativa dos “chineses negros” na Academia de Nanquim foi fundamental na criação de um núcleo de comandantes com o treino militar necessário para encetar a luta armada na Frente Leste. A contribuição chinesa não se esgotou no plano militar. O modelo político maoista maturou o projeto da UNITA ao imprimir uma nova dinâmica, baseada na ênfase pela autossuficiência e por uma postura diplomática não alinhada, e no fortalecimento da retórica anti-soviética e do princípio da luta a partir do interior.

Apesar da trajetória fundacional da UNITA ter decorrido maioritariamente no exílio, o discurso legitimador do movimento optou por sacralizar o momento fundacional de Muangai, como uma credencial da angolanidade do Galo Negro: ao contrário do MPLA e da FNLA, a UNITA nascera no coração de Angola. Em 1966, os atores do Galo Negro identificavam-se como pioneiros de um novo capítulo da libertação nacional contra o colonialismo português, que marcava a transição de uma luta armada dependente da variável externa, para o investimento no potencial revolucionário do campesinato angolano, apenas alcançado através da renúncia à luta liderada pelo exílio e do estabelecimento da liderança político-militar no interior das matas do Leste.

O discurso da UNITA teve, aliás, uma narrativa mista relativamente ao isolamento das redes de solidariedade externa que o movimento atravessou. Por um lado, reivindicou que este isolamento era auto-imposto, causado pela rejeição deliberada de conexões “manipulativas”, e fruto das iniciativas de auto-suficiência logística implementadas pela guerrilha, que tinham como objetivo reduzir a dependência do exterior e, portanto, evitar a instrumentalização da revolução nacional por potências externas, no enquadramento da

competição regional da Guerra Fria na África Austral. Por outro lado, um discurso de vitimização, onde o isolamento do Galo Negro era explicado pela agenda conspirativa do Kremlin e dos seus “fantoques revisionistas” a nível regional (OUA e AAPSO) e nacional (MPLA), que procurava marginalizar os movimentos de libertação que demonstrassem seguir uma linha revolucionária maoísta. Estas retóricas contribuíram para a construção da imagem da UNITA como um modelo de luta armada exemplar, imune às manipulações externas.

Porém, como demonstrámos neste estudo, o discurso relativo ao isolamento total de redes de solidariedade externas foi, na verdade, um exagero propagandístico. Apesar da desvantagem comparativa em relação às organizações nacionalistas angolanas rivais em criar e manter conexões consistentes de solidariedade externa, a UNITA foi recipiente de diversa assistência polivalente de atores institucionais e governamentais. Entre os apoios governamentais mais determinantes destacam-se os contributos da República Popular da China, da Suécia e do Egipto, e, também, o apoio intermitente da República Democrática Alemã, da Albânia e de Cuba. No entanto, entre estes países, apenas a China e Cuba disponibilizaram o recurso mais cobiçado pela guerrilha do Galo Negro: o armamento militar, sem o qual seria impossível manter a luta armada contra o colonialismo. No campo das alianças com outros movimentos de libertação, a UNITA ensaiou uma aliança regional com o ANC e a SWAPO, e estabeleceu uma colaboração próxima com esta última organização, que incluiu a criação de um comando militar unificado no sul de Angola.

A luta anticolonial da UNITA em Angola caracterizou-se por dois contributos originais. O primeiro desses contributos foi a abertura da Frente Leste em inícios de 1966, que ocorreu num verdadeiro ambiente de corrida competitiva com o MPLA pela estreia da almejada segunda frente. A 25 de Dezembro de 1966, o Galo Negro reforçou este pioneirismo com o ataque frontal à Vila de Teixeira de Sousa junto da fronteira com o Congo, data que ficou eternizada no calendário comemorativo do movimento. Até ao final da Guerra de Libertação, a UNITA manteve a vanguarda territorial na Frente Leste em relação aos movimentos rivais. O segundo contributo anticolonial foi o da presença da liderança político-militar do movimento no interior de Angola. A rejeição de um comando no exílio concedeu vantagens práticas no plano militar, ao facilitar a comunicação, coordenação, e a supervisão direta das operações da guerrilha. No plano político, a aura de legitimidade que esta opção atribuiu ao Galo Negro não pode ser subestimada.

As condições logísticas em que a luta armada se desenrolou foram, invariavelmente, adversas. O ano de 1967 foi particularmente duro, fruto da prisão e exílio de Jonas Savimbi, e da hostilidade das autoridades de Lusaka ao trânsito de material e efetivos do Galo Negro em território zambiano – momento marcado pela ameaça real de desintegração total da guerrilha como força operacional de combate, e do empurrar da UNITA para a periferia política da arena anticolonial angolana. Como argumentámos neste estudo, a ameaça de extinção foi ultrapassada pelo processo de refundação efetuado na segunda metade de 1968, que imprimiu uma nova dinâmica e possibilitou a reativação da luta armada. No entanto, a sobrevivência física da guerrilha continuou a ser desafiada pelo duplo cerco das tropas portuguesas e dos movimentos angolanos rivais. A ofensiva colonial foi especialmente intensa, através do bombardeamento aéreo indiscriminado das populações e das suas lavras, da introdução do sistema de aldeamentos à base da deslocação forçada de comunidades rurais, das iniciativas psico-sociais polivalentes, da eficiente utilização operacional de tropas especiais helitransportadas, e de um esforço geral no sentido da africanização da guerra. Às pressões militares aliou-se o crónico problema logístico, que se traduziu na constante penúria de material da guerrilha a todos os níveis. As duras condições de vida nas matas criaram um ambiente de permanente desmoralização, terreno fértil para o aprofundamento de clivagens pessoais e disputas internas, que resultaram em casos de deserções e traições, que afetaram tanto a base como o topo da hierarquia político-militar do movimento.

Com a reestruturação de 1968, assistiu-se à consolidação territorial do Galo Negro na região próxima das nascentes do Lungué-Bungo, no que se tornou a zona tradicional de implantação do movimento até ao final da Guerra de Libertação. Esta região de acantonamento permitiu à guerrilha das FALA resistir, numa situação de isolamento e sobrevivência, quer à pressão da tropa portuguesa, quer ao avanço das forças do MPLA no Leste, que ocorreu com particular intensidade nos anos de 1969 e 1970. A UNITA procurou estabelecer, neste território, o que chamou de “Terras Livres de Angola”, através da implantação de sistemas de gestão social e de esquemas administrativos alternativos ao do regime colonial – uma experiência de construção de um Quase Estado que teve continuidade durante a Guerra Civil na Jamba, em oposição ao governo do MPLA em Luanda. Esta dinâmica foi acompanhada de uma estratégia de alto-custo para atrair a colaboração voluntária das “populações libertadas”, através da criação de serviços rudimentares de saúde e ensino, e de iniciativas de fomento agrícola. Porém, a utilização de táticas coercivas como método de recrutamento, permaneceu como uma prática

recorrente durante toda a Guerra de Libertação. Como demonstrámos ao longo deste estudo, a instrumentalização da violência pela UNITA para obter atitudes colaborativas entre os civis, consistiu numa estratégia multifacetada que combinava intimidação, coerção e propaganda.

No enquadramento competitivo da luta fratricida, a UNITA optou por abandonar o compromisso anticolonial e estabelecer um pacto de colaboração com o regime português, que concedeu vantagens logísticas fundamentais para o aumento da capacidade operacional da guerrilha do Galo Negro no interior de Angola. Durante a Operação Madeira, que decorreu entre Novembro de 1971 e Dezembro de 1973, as forças das FALA atacaram de forma ativa e exclusiva as guerrilhas nacionalistas da FNLA e do MPLA. Às pressões portuguesas para se integrar no aparelho colonial, Jonas Savimbi reagiu com ambiguidade numa tentativa de ganhar tempo, o que demonstra a intenção de se manter autónomo, apenas disponível para uma colaboração sem subordinação. Contudo, na perspectiva de contra-subversão em que estava imbuída a hierarquia militar portuguesa, este “jogo duplo” foi encarado como uma ameaça à estabilidade de longo prazo da Frente Leste, e foi um fator decisivo que levou ao colapso da Operação Madeira na passagem de 1973 para 1974.

As guerrilhas independentistas angolanas foram incapazes de infligir uma derrota militar decisiva às forças armadas portuguesas. Contudo, o estado de rebelião permanente criado pelos movimentos de libertação em Angola, contribuiu, de forma significativa, para a erosão do regime colonial, e foi decisivo na criação das condições que levaram à realização do 25 de Abril, momento que marcou o início da transição democrática em Portugal, e o fim do império em África.

Após a revolução em Lisboa, e mesmo perante a ausência de um programa de descolonização por parte da JSN, Jonas Savimbi mostrou-se imediatamente disponível a negociar um cessar-fogo com as novas autoridades portuguesas. Esta atitude contrastou com as posições públicas do MPLA e FNLA, que só se comprometeram a abandonar a luta armada após um reconhecimento inequívoco por parte de Portugal relativamente ao direito à independência de Angola. O pioneirismo no cessar-fogo com o exército português permitiu ao Galo Negro antecipar-se no livre desenvolvimento de atividades de politização em relação aos seus rivais, e garantir o quase monopólio representativo do grupo etnolinguístico mais numeroso de Angola, os ovimbundos do Planalto Central. Isto possibilitou, no espaço de meses, a criação de uma ampla base de apoio popular e de uma considerável reserva de recrutamento militar para a guerrilha.

Como demonstrámos, entre o 25 de Abril e o Alvor, a UNITA começou a distanciar-se do seu passado revolucionário, atenuando a utilização da retórica maoísta que a caracterizava, em função de um discurso mais moderado, e de uma abordagem pragmática às novas realidades políticas de uma sociedade angolana polarizada, e que enfrentava as incertezas trazidas pelo processo de descolonização. Este discurso consistiu na apologia de um processo de descolonização demorado, com contornos democráticos limitados, e a construção de uma sociedade “multirracial” – posicionamentos que granjearam ao Galo Negro o apoio significativo da comunidade branca.

O processo de descolonização expôs de forma inequívoca o problema crónico das rivalidades entre os movimentos de libertação e da consequente dificuldade em encontrar fórmulas de entendimento comum. Apesar destas rivalidades, os três movimentos angolanos e o MFA foram unânimes na canonização da “legitimidade revolucionária” como o único elemento definidor da validade dos possíveis interlocutores políticos para a descolonização.

A construção da plataforma tripartida foi marcada pela construção da imagem de Jonas Savimbi como um arquiteto de consensos, e peça fundamental na criação de fórmulas práticas de unidade que possibilitaram a aproximação do MPLA e da FNLA, e que criou as condições necessárias para a realização do Acordo de Alvor. Porém, a retórica pacifista de Savimbi tem de ser entendida, por um lado, no contexto das desvantagens no campo militar em relação aos movimentos rivais, o que se traduziu na incapacidade do Galo Negro em impor uma agenda de assalto unilateral ao poder baseada na força. Por outro lado, pela vantagem política da UNITA num hipotético cenário eleitoral, que levou Savimbi a apostar num jogo democrático limitado aos três movimentos. Tal como o MPLA e a FNLA, a UNITA também exibiu tendências hegemónicas pelo controlo político exclusivo de uma Angola independente.

Jonas Savimbi demonstrou ser um operador político hábil e pragmático, permanentemente disponível a negociar e a estabelecer manobras paralelas pela sobrevivência política. Apesar das diversas vantagens conseguidas através do estabelecimento destes compromissos, o preço reputacional pago pela UNITA foi grande. O descrédito causado pelo episódio colaborativo com as forças coloniais foi um dos principais obstáculos ao reconhecimento formal por parte da OUA, e forneceu munição política gratuita à propaganda contra o Galo Negro operada pelas organizações angolanas rivais. Este taticismo pragmático teve continuidade após a independência, através da aliança estabelecida entre a UNITA e as forças do regime racista do *Apartheid*, que

concedeu ajudas materiais fundamentais na manutenção do esforço de guerra do Galo Negro contra o MPLA e os seus aliados soviéticos e cubanos. Porém, com esta associação, a figura de Jonas Savimbi como nacionalista africano saiu politicamente desprestigiada.

Fontes e Bibliografia

I – Fontes

a. Arquivos

African Activist Archive (AAA)

Adwoa Dunn-Mouton Collection

Liberation Support Movement Pamphlet Collection

Private Collection of Candice Wright

Private Collection of David Wiley and Christine Root

Selma Waldman Collection on the Seattle Coalition Against Apartheid

Arquivo da Defesa Nacional (ADN)

SGDN, 2REP-I, Caixa 1

SGDN, 2REP-I, Caixa 11

SGDN, 2REP-I, Caixa 39

SGDN, 2REP-I, Caixa 4259

SGDN, 2REP-I, Caixa 4345

SGDN, 2REP-I, Caixa 4385

SGDN, 2REP-I, Caixa 524

SGDN, 2REP-I, Caixa 528

SGDN, 2REP-I, Caixa 536

SGDN, 2REP-I, Caixa 5702

Arquivo da Fundação Mário Soares (AFMS)

DFRC, Pasta 04286.003

DRR, Pasta 06819.169.26712

DRR, Pasta 06819.169.26744

DRR, Pasta 06819.169.26761

DRR, Pasta 06819.169.26789

DRR, Pasta 06819.169.26802

DRR, Pasta 06819.169.26804

DRR, Pasta 06819.169.26807

DRR, Pasta 06819.169.26818

DRR, Pasta 06819.170.26941

DRR, Pasta 06820.170.2688

DRR, Pasta 06820.170.26905

DRR, Pasta 06820.170.26934

DRR, Pasta 06820.171.27038

DRR, Pasta 06821.171.26975

DRR, Pasta 06821.171.27024

DRR, Pasta 06821.171.27045

DRR, Pasta 06821.171.27046

DRR, Pasta 06821.171.27047

FAAM, Pasta 11007.001

FAAM, Pasta 11007.008

FAAM, Pasta 11007.009

FAAM, Pasta 11007.010

FAAM, Pasta 11013.002

FAMS, Pasta 02236.002

FMPA, Pasta 02236.001

FMPA, Pasta 04339.001.002

FMPA, Pasta 04352.011.005

FMPA, Pasta 04357.006.007

FMPA, Pasta 0438.002.013

FMPA, Pasta 10201.023

Arquivo de História Social (AHS-ICS)

AML, Atividades de Investigação Científica, Descolonização Portuguesa, Angola,
Depoimentos – Estudos Gerais da Arrábida

CHS, Movimentos Nacionalistas Africanos, 137

CHS, Movimentos Nacionalistas Africanos, 142

CHS, Movimentos Nacionalistas Africanos, 144

CHS, Movimentos Nacionalistas Africanos, 15

CHS, Movimentos Nacionalistas Africanos, 17

CHS, Movimentos Nacionalistas Africanos, 174

CHS, Movimentos Nacionalistas Africanos, 66

CJB, Movimentos Nacionalistas Africanos, 8

FJL, Movimentos Nacionalistas Africanos, 11

FJL, Movimentos Nacionalistas Africanos, 17

FJL, Movimentos Nacionalistas Africanos, 3

FJL, Movimentos Nacionalistas Africanos, 30

FJL, Movimentos Nacionalistas Africanos, 31

FJL, Movimentos Nacionalistas Africanos, 55

FJL, Movimentos Nacionalistas Africanos, 60

FJL, Movimentos Nacionalistas Africanos, 61

FJL, Movimentos Nacionalistas Africanos, 71

FJL, Movimentos Nacionalistas Africanos, 72

Arquivo Histórico da Presidência da República (AHPR)

GB1729, Presidência do Conselho, Secretariado-Geral da Defesa Nacional, Actas do Conselho Superior da Defesa Nacional

Arquivo Pessoal de José Veiga Simão (APJVS)

Relatório da Missão Especial do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros Junto das Nações Unidas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

ASC, Secretário-Geral de Angola e Encarregado do Governo-Geral de Angola, Relatórios de Informações, Pasta 10

EMA, Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório, Documentos Relativos ao Processo de Descolonização, Caixa 49

EMA, Ministro Sem Pasta do 3º Governo Provisório, Documentos Relativos ao Processo de Descolonização, Caixa 53

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Central Intelligence Pool, Vol.1, NT 2515

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Central Intelligence Pool, Vol.2, NT 2515

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Fotografias Capturadas, NT 9044-NT 9045

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 1 Leste de Angola 71-74, Vol.2, NT 9089

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 11.24.A, NT 1843

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 11.26.1, NT 1854

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 11.26.A, NT 1851

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 11.27.D1, NT 1858

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 111.09.02, NT 2612-2613

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 130.01.01, Vol.5, NT 2720-2724

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 131.07.68, NT 2749

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 131.07.68, NT 2749-2751

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 14.46.A2, NT 2062

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 1479, NT 989

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 16.12, NT 2122

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 160.02.04, Vol.1, NT 2235

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 2197, NT 6951

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 26781, NT 8535

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 2996, NT 8109

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 6773, NT 7460

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 7480, NT 8195

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo 9345, NT 8233

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo C.1.UNITA, Vol.1, NT 9093

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo C.1.UNITA, Vol.2, NT 9093

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo Dolisie, Vol. 2, NT 2721

PIDE-DGS, Delegação de Angola, Processo I.16.21^a/3 MIAA, NT 2131

PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 10167, NT 7589

PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 128/65/, NT 3446

PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 6573, Vol.1, NT 7444-7448

PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 6573, Vol.2, NT 7444-7448

PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 6573, Vol.3, NT 7444-7448

PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 6573, Vol.4, NT 7444-7448

PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 6573, Vol.4, NT 7447

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 119

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 120

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 121

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 123

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 124

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 126

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 127

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 128

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 130

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 131

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 132

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 134

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 135

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 136

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 137

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 139

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 140

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 152

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 156

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 159

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 160

SCCIA, Relatórios de Situação, Livro N° 161

Associação Tchiweka de Documentação (ATD)

ALL, Cota 0075.000.001.001

ALL, Cota 0124.003.033

ALL, Cota 0505.004.001

ALL, Cota 0505.004.002

ALL, Cota 0570.001.106

ALL, Cota 0573.002.015

ALL, Cota 1002.001.018.001

ALL, Cota b-04108

Central Intelligence Agency Historical Collections (CIA-HC)

CIA, RDP71T00730R000200070007-7

CIA, RDP85T00875R002000160013-5

Centro de Documentação 25 Abril (CD25A)

FAB, CCPA, SCC: PIDE/DGS-Angola

FAB, CCPA, SCC: CCPA I

FAB, CCPA, SCC: Pré-Alvor

The National Archives (TNA-AAD)

US State Department, Central Foreign Policy Files, Electronic Telegrams, LUANDA,
1974

US State Department, Central Foreign Policy Files, Electronic Telegrams, LUSAKA,
1974

US State Department, Central Foreign Policy Files, Electronic Telegrams, NAIROBI,
1974

US State Department, Central Foreign Policy Files, Electronic Telegrams, KINSHASA,
1974

US State Department, Central Foreign Policy Files, Electronic Telegrams, YAOUNDE,
1974

US State Department, Central Foreign Policy Files, Electronic Telegrams, CAPETOWN,
1974

US State Department, Central Foreign Policy Files, Electronic Telegrams, DAR ES
SALAAM, 1974

US State Department, Central Foreign Policy Files, Electronic Telegrams, LISBON, 1974

United Nations Archives and Records Management Section (UNARMS)

Department of Trusteeship and Information from Non-Self-Governing Territories, S-
0504-0099-0001-001

Peacekeeping Africa 1963-1981, S-0902-0010-02-0001

b. Fontes Impressas

Fontes da UNITA

Angola – Seventh Year, UNITA Central Committee, 1968.

Boletim Angola 66, UNEA Oegstgeest Office, 1965-1966.

Boletim Basta, UNEA Brussels Office, 1964-1966.

Boletim Kwacha, UNITA Cairo Office, 1968-1969.

Boletim Kwacha, UNITA London Office, 1969-1973.

Boletim Kwacha, UNITA Lusaka Office, 1966-1967.

PENA, Esteves B.I, *Primeiro o Angolano, Segundo o Angolano...Angolano Sempre: Discursos do Dr. Jonas Malheiro Savimbi*, Lisboa, GEPMI, 2019.

ROSA, João, *Jonas Savimbi: O Homem do Projecto Angolano – Texto Integral da Histórica Entrevista Recentemente Concedida ao Jornalista do ‘Tempo’ João Rosa*, Lisboa, Agência Portuguesa, 1979.

SAVIMBI, Jonas, *1ª Edição da Cartilha do Guerrilheiro da UNITA*, Terra Livre de Angola, UNITA, 1968.

SAVIMBI, Jonas, *Comunicação ao Povo Angolano*. Departamento de Informação e Propaganda da UNITA, 1975.

SAVIMBI, Jonas, *O Que é o ‘Espírito de Bissau’? Todos os Portugueses poderão regressar?*, Jamba, UNITA, 1978.

SAVIMBI, Jonas, *Quo Vadis Angola Nossa*, Paris, UNITA, 1978.

SAVIMBI, Jonas, *Angola: A Resistência em Busca de uma Nova Nação*, Lisboa, Agência Portuguesa, 1979.

SAVIMBI, Jonas, *Por um Futuro Melhor*, Lisboa, Tempo, 1986.

UNITA, *The UNITA Leadership*, Jamba, UNITA, 1990.

VALENTIM, Jorge Alicerces, *Qui Libere L'Angola?*, Bruxelas, Coppens, 1969.

VINICIUS, Marco e SALDANHA, Maria João, *Jonas Savimbi: Um Desafio à Ditadura Comunista em Angola*, Pontão, Edições Armasilde, 1977.

Legislação

Constituição de 1933, Diário do Governo, Decreto Lei Nº 22241, 22 de Fevereiro de 1933

Diário do Governo, Decreto Lei Nº 44864, Série I, Número 22, 26 de Janeiro de 1963.

Diário do Governo, I Série, Nº 224, Portaria nº 568, 16 de Outubro de 1971.

Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.

Censos

Anuário Estatístico do Império Colonial de 1949, Lisboa, INE, 1951.

Anuário Estatístico do Ultramar de 1952, Lisboa, INE, 1953.

Anuário Estatístico do Ultramar de 1953, Lisboa, INE, 1954.

Anuário Estatístico do Ultramar de 1954, Lisboa, INE, 1955.

Anuário Estatístico do Ultramar de 1955, Lisboa, INE, 1956.

Anuário Estatístico: Províncias Ultramarinas, Volume II, Lisboa, INE, 1966.

Memórias e Autobiografias

- ALMEIDA, Benjamim, *Angola: Conflito na Frente Leste*, Lisboa, Âncora, 2011.
- AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)* (Braga, Círculo de Leitores, 1995
- AMOEDO, Manuela, *1975 na Primeira Pessoa, Lobito, uma Cidade com Histórias para Contar*, Lisboa, Nova Vega, 2016.
- AMORIM, Rogério, *O Adeus a Angola: Diário da Fuga pela Costa dos Esqueletos*, Vila do Conde, Verso da História, 2015.
- BOURDERIE, Jack, “Angola – La Longue Trahison de L’UNITA: Un Document Explosif”, *Afrique-Asie*, 61, 1974: 7-17.
- CARDOSO, General Silva, *Angola, Anatomia de uma Tragédia: Um Testemunho Dramático sobre a Descolonização*, Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2005.
- CARREIRA, Filomena, *África e Descolonização: Angola entre o Amor e o Ódio*, São Paulo, Habra, 1998.
- CHIWALE, Samuel, *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante, 2008.
- COIMBRA, António, *Angola: Horizonte Perdido*, Porto, Papiro, 2011.
- CORREIA, Pedro Pizarat, *Descolonização de Angola: A Jóia da Coroa do Império Português*, Sintra, Editorial Inquérito, 1991.
- CRUZ, Pompílio da, *Angola: Os Vivos e os Mortos*, Lisboa, Intervenção, 1976.
- CUNHA, Joaquim da Luz, ARRIAGA, Kaúlza de, RODRIGUES, Bethencourt e MARQUES, Silvino Silvério, *África: A Vitória Traída*, Lisboa, Intervenção, 1977.

GOMES, Maria Alves Nogueira Leal, *Andanças a Preto e Branco*, Lisboa, Tribuna Pacense, 1998.

MARQUES, Silvino Silvério, *Os 'Descolonizadores' e o Crime de Traição à Pátria*, Lisboa, Ulisseia, 1983.

MATEUS, António, *Lobito: Longe da Restinga, a Oeste da Sanzala*, Lisboa, Guerra & Paz, 2009.

MEIRELES, Amélia, *A Minha Fuga de Angola: Do que ficou ao que trouxemos de África*, Lisboa, Chiado, 2012.

MUEKALIA, Jardo, *Angola, A Segunda Revolução: Memórias da Luta pela Democracia*, Porto, Sextante, 2015.

NUJOMA, Sam, *Where Others Wavered*, London, Panaf, 2001.

OLIVEIRA, António, *O Padre de Savimbi*, Lisboa, Aletheia, 2017.

PEREIRA, Paula Maria Costa, *Angola, Juventude em Fuga*, Braga, Braga Editora, 1977.

PUNA, Miguel N'Zau, *Mal me Querem*, Lisboa, Guerra & Paz, 2019.

REIS, João dos, *Malandros: A Evacuação Aérea dos Portugueses de Angola*, Queluz, Literal, 1978.

RESENDE, Manuel de, *Vida de Refugiados*, Lisboa, Literal, 1977.

SANTOS, António de Almeida, *Quase Memórias*, Vol. I e II, Braga, Círculo de Leitores, 2006.

SOARES, Jaime da Cruz, *Angola: Rabiscos de um Retornado do Caminho de Ferro de Benguela*, Castelo de Vide, Póvoas e Meadas, 2002.

SPÍNOLA, António de, *País sem Rumor: Contributo para a História de uma Revolução*, SCIRE, 1978.

STOCKWELL, John, *In Search of Enemies: A CIA Story*, Toronto, Norton, 1978.

VIDEIRA, Manuel, *Angola, Um Intelectual na Rebelião*, Lisboa, Guerra & Paz, 2021.

WINTER, Gordon, *Inside BOSS: South Africa's Secret Police*, London, Penguin, 1981.

Outros Materiais

AGUALUSA, José Eduardo, *Vidas e Mortes de Abel Chivukuvuku: Uma Biografia de Angola*, Lisboa, Quetzal, 2023.

BELO, António, *Angola e a Independência: Diário da Transferência de Soberania*, Lisboa, Colibri, 2022.

GALVÃO, Henrique, *Outras Terras, Outras Gentes (Viagens em África)*, Porto, Empresa do Jornal de Notícias, 1944.

História de Angola (Apontamentos), Centro de Estudos Angolanos, Argel, 1965.

HOUSER, George M., “A Report on a Journey Through Rebel Angola”, *American Committee on Africa*, 1962: 1-15.

LARA, Lúcio, *Itinerário do MPLA através de Documentos e Anotações de Lúcio Lara: Um Amplo Movimento – Vol.I (Até Fev. 1961)*, Luanda, Associação Tchiweka de Documentação, 2017.

MPLA – 18 Anos de Luta (1956-1974), Luanda, MPLA, 1974.

NGANGA, João Paulo, *O Pai do Nacionalismo Angolano – As Memórias de Holden Roberto (1923-1974)*, São Paulo, Parma, 2008.

PEPETELA, *Mayombe*, São Paulo, Ática, 1982.

PINHEIRO, Joaquim Franco, OLIVEIRA, Hermes de Araújo, e LEANDRO, Jaime de Oliveira, “Subversão e Contra-Subversão”, *Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais*, 62, 1963: 1-129.

QUEIROZ, Dário, *O Clima de Angola*, Luanda, Serviço Meteorológico de Angola, 1955.

SOARES, Mário, *Democratização e Descolonização: Dez Meses no Governo Provisório*, Lisboa, Dom Quixote, 1978.

TEIXEIRA, Ildeberto, *E aos Costumes Disse Nada*, Lisboa, Edição de Autor, 1998.

TÍSCAR, Maria José Tíscar, *A PIDE no Xadrez Africano: Conversas com o Inspector Fragoso Allas*, Lisboa, Mão de Ferro, 2018.

TSE-TUNG, Mao, *Selected Military Writings*, Peking, Foreign Languages Press, 1963.

VENTURA, Reis, *Os Dias da Vergonha: De 25 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975*, Lisboa, Edições Fernando Pereira, 1986.

VIEGAS, Aida, *Abandonar Angola: Um Olhar à Distância*, Aveiro, AVI, 2002.

c. Webgrafia e Áudio-Visual

Arquivo da RTP, *A Guerra – O Jogo Duplo de Savimbi*, Episódio 17, Dir. Joaquim Furtado, 2004:

- <https://www.youtube.com/watch?v=0iZo2EeyEkg&list=PLtjGobLxy4C66lZVM92KZIPwSVKqRhVte&index=18>

Arquivo da RTP, Noticiário Nacional, *Mensagem de Ano Novo dirigida aos Portugueses, de Américo Tomás, Chefe de Estado, no Palácio de Belém em Lisboa*, 1967:

- <https://arquivos.rtp.pt/page/2/?advanced=1&s=Am%C3%A9rico+Tom%C3%A1s+Ano+Novo>

Arquivo RTP, Noticiário Nacional, *Chegada dos membros da Junta de Salvação Nacional ao estúdio da RTP no Lumiar, onde o General António de Spínola lê em directo uma proclamação ao País*, 1974:

- <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/proclamacao-da-junta-de-salvacao-nacional/>

ATD, Local do Segundo Congresso da UNITA em Sachimbanda, 2013:

- <https://www.tchiweka.org/audiovisuais/9745001011>

Entrevista a Fernando Falcão conduzida por Fernando Pereira, 15 de Junho de 2011:

- <https://tudosobreangola.blogspot.com/2012/04/fua-e-o-eng-fernando-falcao-entrevista.html>

Entrevista a Jorge Valentim conduzida por Tor Sellstrom, Luanda, 18 de Abril de 1996:

- <https://nai.uu.se/library/resources/liberation-africa/interviews/jorge-valentim.html>

Entrevista a Miguel N'Zau Puna conduzida por Tor Sellstrom, Luanda, 17 de Abril de 1996:

- <https://nai.uu.se/library/resources/liberation-africa/interviews/miguel-n%C2%B4zau-puna.html>

Entrevista a Óscar Cardoso conduzida por Leonardo Ralha (CMTV), Lisboa, 14 de Fevereiro de 2016:

- https://www.cmjornal.pt/domingo/detalhe/oscar_cardoso_nunca_vi_torturar_ninguem?ref=Mais%20Sobre_BlocoMaisSobre

Estatutos da UNITA Aprovados pelo XIII Congresso Ordinário do Partido, Novembro de 2019:

- http://www.unitaangola.org/PT/Tableestatutos1.awp?WD_ACTION=CLICTABLE;TABLEDISCUR&TABLEDISCUR=1

Resolução 1514 (XV) adotada pela Assembleia Geral da ONU a 14 de Dezembro de 1960:

- <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-granting-independence-colonial-countries-and-peoples>

Resumo da História Oficial da Fundação da UNITA, *13 de Março no Leste de Angola*:

- http://www.unitaangola.com/PT/PrincipNouvP0.awp?WD_ACTION=MENU&ID=OPT_OPTIONMODELE3

Rosa Coutinho, *Notas Sobre a Descolonização de Angola*, Associação 25 de Abril, [Sem Data]:

- <https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/RosaCoutinho.pdf>

[Séries completas do Peking Review:](#)

- <https://www.marxists.org/subject/china/peking-review/index.htm>

Le Monde:

- https://www.lemonde.fr/archives/article/1975/03/29/1-angola-dechire_2581746_1819218.html
- https://www.lemonde.fr/archives/article/1991/06/02/angola-jonas-savimbi-l-enfant-de-mao-et-de-reagan_4159256_1819218.html

II – Referências

ADELMAN, Kenneth L., “Report from Angola”, *Foreign Affairs*, 53, (3), 1975: 558-574.

AGLIN, Douglas G., “Confrontation in Southern Africa: Zambia and Portugal”, *International Journal*, 25, 3, 1970: 497-517.

AGUIAR, Luiz, *O Livro Negro da Descolonização*, Lisboa, Intervenção, 1977.

ALEXANDER, Jocelyn and MCGREGOR, JoAnn, “African Soldiers in the USSR: Oral Histories of ZAPU Intelligence Cadre’s Soviet Training, 1964-1979”, *Journal of Southern African Studies*, 43, 1, 2017: 49-66.

ALEXANDER, Jocelyn, MCGREGOR, JoAnn and TENDI, Blessing-Miles, “The Transnational Histories of Southern Africa Liberation Movements: An Introduction”, *Journal of Southern African Studies*, 43, 1, 2017: 1-12.

ALMADA E SANTOS, Aurora Alexandrina, “A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa”, Tese de Doutorado, FCSH, 2014.

ALMADA E SANTOS, Aurora Alexandrina, “O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976”, Dissertação de Mestrado, FCSH, 2008.

ALTORGER-ONG, Alicia, “East Asian Support to the Southern African Liberation Struggle, 1960’s to 1994” in Arnold J. Temu & N. Tembe, eds. *Southern African*

Liberation Struggles, Contemporary Documents, 1960-1994, Vol. 8, Dar-Es-Salaam, Mkuki na Nyota, 2014.

ALVAREZ, Jana Cary, “Revolution or Reform: Contradictions within the Ideology and Actions of the Black Panther Party (1969-1960)”, Honors Thesis, University of Puget Sound, 2014.

ALVES, Carlos Alberto de Jesus, “Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo”, Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2013.

ÂNGELO, Fernando Cavaleiro, *Os Flechas: A Tropa Secreta da PIDE/DGS na Guerra de Angola*, Alfragide, Casa das Letras, 2017.

ANSTEY, Roger, “The Congo Rebellion”, *The World Today*, 21, 4, 1965: 169-176.

ÁVILA, Carlos Frederico Domínguez, “La Independencia de Angola y la Política Internacional (1975-1976): Un Estudio basado en Fuentes Brasileñas”, *Estudios de Asia y Africa*, 47, (3), 2012: 547-580.

BARRADAS, Acácio, dir., *Agostinho Neto – Uma Vida Sem Tréguas (1922-1979)*, Luanda, Edição de Autor, 2005.

BARROSO, Luís Fernando Machado, “A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral”, Tese de Doutoramento, ISCTE, 2012.

BAYART, Jean-François, *The State in Africa: The Politics of the Belly*, London, Longman, 1993.

BECK, Teresa Koloma, *The Normality of Civil War: Armed Groups and Everyday Life in Angola*, Frankfurt, Campus, 2012.

BIRMMINGHAM, David, *Breve História da Angola Moderna (Séc.XIX-XXI)*, Lisboa, Guerra & Paz, 2017.

BITTENCOURT, Marcelo, “‘Estamos Juntos’: O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)”, Tese Doutoramento, Universidade Federal Fluminense, 2002.

BONCI, Gianluca, *Contra guerriglia – Una Anilisi di Casi Storici*, Bologna, LEG Edizioni, 2019.

BRIDGER, Emily, “Functions and Failures of Transnational Activism: Discourse of Children’s Resistance and Repression in Global Anti-Apartheid Networks”, *Journal of World History*, 26, 6, 2015: 865-887.

BRIGLAND, Fred, *Jonas Savimbi: Key to Africa*, Edinburgh, Mainstream, 1986.

BRIGLAND, Fred, *The Guerrilla and the Journalist: Exploring the Murderous Legacy of Jonas Savimbi*, London, Delta Books, 2022.

BRINKMAN, Inge, “Porters in the Angolan Nationalist War (1961-1974)” in Iva Pesa & Jan-Bart Gewald, eds. *Magnifying Perspectives – Contributions to History: A Fetstschrift for Robert Ross*, Leiden, African Studies Centre of Leiden, 2017.

BRITAIN, Victoria, *Death of Dignity: Angola’s Civil War*, London, Pluto Press, 1998.

BURLINGHAM, Kate, “‘In the Image of God’: A Global History of the North American Congregational Mission Movement in Angola, 1879-1975”, PhD Thesis, State University of New Jersey, 2011.

BURTON, Eric, “Hubs of Decolonization. African Liberation Movements and ‘Eastern’ Connections in Cairo, Accra and Dar es Salaam” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold Water ‘East’*, Berlin, De Gruyter, 2019.

BURTON, Eric, DIETRICH, Anne, HARISCH, Immanuel R. and SCHENK, Marcia C., eds., *Navigating Socialist Encounters: Moorings and (Dis)Entanglements between Africa and East Germany during the Cold War*, Berlin, De Gruyter, 2021.

BYRNE, Jeffrey James, *Mecca of Revolution: Algeria Decolonization & the Third World*, New York, Oxford University Press, 2016.

CAHEN, Michel, “Seis Teses sobre o Trabalho Forçado no Império Português Continental em África”, *Revista África*, 35, 2015: 129-155.

CANN, John P., “Securing the Borders of Angola (1961-1974)”, *Revista Militar*, 2495, 2009: 1667-1695.

CANN, John P., *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de fazer Guerra (1961-1974)*, Lisboa, Atena, 1997.

CARNEIRO, José Luís Pereira, “Formação e Consolidação da Elite Dirigente do MPLA (1960-1978)”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, 1999.

CARPINI, Michael Delli, “Black Panther Party (1966-1982)” in I. Ness and J. Ciment, eds. *The Encyclopedia of Third Parties in America*, New York, Armonk, 2000.

CARVALHO, José Manuel, *O MPLA na Destruição de Angola*, Lisboa, Resenha, 1976.

CARVALHO, Thiago, “O Brasil e o Fim do Império Português” in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, org., *Portugal e o Fim do Colonialismo: Dimensões Internacionais*, Lisboa, Edições 70, 2014.

CASCUDO, Fernando Luís da Câmara, *Angola, a Guerra dos Traídos*, Rio de Janeiro, Bloch, 1979.

CASTELO, Cláudia, “O Projecto-Piloto de Extensão Rural do Andulo (Angola): Conhecimento, Desenvolvimento e Contra-Subversão”, *Ler História*, 76, 2020: 1-19.

CHILDS, Gladwin, “The Kingdom of Wambu (Huambo): A Tentative Chronology”, *Journal of African History*, (5), 3, 1964: 367-379.

CHILDS, Gladwin, *Umbundu Kinship and Character: Being a Description of Social Structure and Individual Development of the Ovimbundu*, Oxford, Oxford University Press, 1949.

CHINGONO, Mark F., *The State, Violence and Development: Political Economy of War in Mozambique 1975-2002*, Hong Kong, Avebury, 1996.

CHONGO, Clarence, “A Good Measure of Sacrifice: Aspects of Zambia’s Contribution to the Liberation Wars in Southern Africa (1964-1975)”, *Zambia Social Science Journal*, 6, (1), 2016: 1-27.

CILLIERS, Jackie and DIETRICH, Christian, *Angola’s War Economy: The Role of Oil and Diamonds*, Pretória, ISS, 2000.

CLAPHAM, Christopher, *Africa and the International System: The Politics of State Survival*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

CLISSOLD, Gillian Rosalind Gunn, “Coercion versus Co-Optation: Western Relations with the MPLA and FRELIMO from 1956 to 1976”, PhD Thesis, London School of Economics and Political Science, 2001.

COELHO, João Paulo Borges, “African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guine-Bissau and Mozambique”, *Portuguese Studies Review*, 10, 1, 2002: 129-150.

COELHO, João Paulo Borges, “Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-Colonial Violenta: Sobre um Legado das Guerras Coloniais nas Ex-Colónias Portuguesas”, *Lusotopie*, 10, 2003: 175-193.

CONTREIRAS, Carlos de Almada, *Rosa Coutinho, Prisioneiro na República do Congo*, Lisboa, Colibri, 2021.

CORREIA, João Manuel Pinto, “Portugal, a Arquitetura de Segurança da África Austral e a Globalização da Guerra Fria (1949-1975), Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2021.

CORREIA, Lúcia Sofia Pais, “O Papel dos Estados Unidos da América no Processo de Descolonização de Angola”, Tese de Mestrado, Universidade da Beira Interior, 2016.

CORREIA, Pedro Pezarat, “Da Descolonização: Do Proto-Nacionalismo ao Pós-Colonialismo”, Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2017.

CROWLEY, Daniel J., “Politics and Tribalism in the Katanga”, *The Western Political Quarterly*, 16, (1), 1963: 68-78.

CRUZ, Bernardo Luís Campos Pinto da, “As Origens Institucionais da Moderação da Violência: Regedorias e Concentração em Angola (1914-1974)”, Tese de Doutoramento, FCSH, 2022.

DALLYWATER, Lena, SAUNDERS, Chris, and FONSECA, Helder Adegar, eds., *Southern African Liberations Movements and the Global Cold War ‘East’ – Transnational Activism 1960-1990*, Berlin, De Gruyter, 2019.

DALLYWATER, Lena, SAUNDERS, Chris, and FONSECA, Helder Adegar, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s*, Berlin, De Gruyter, 2023.

DAVIDSON, Basil, “Angola in the Tenth Year: A Report and an Analysis”, *African Affairs*, 70, (278), 1971: 37-49.

DAVIDSON, Basil, “Portuguese-Speaking Africa,” in Michael Crowder, eds., *The Cambridge History of Africa, Volume 8, from 1940 to 1975*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

DEIST, Wilhelm, “The Military Collapse of the German Empire: The Reality Behind the Stab-in-the-Back Myth”, *War in History*, 3, (2), 1996: 186-207.

EASTON, Nina J., *Gang of Five: Leaders at the Center of the Conservative Crusade*, New York, Simon & Schuster, 2000.

EKANEY, Nkwelle, “Angola: Post-Mortem of a Conflict”, *Présence Africaine*, Nouvelle Série, 98, 1976: 211-233.

EMÍDIO, Fernando, *Jonas Savimbi: Do Lado Errado da História*, Lisboa, D.Quixote, 2012.

ESTEVES, Maria Teresa Pereira, “O Papel de Portugal no Processo de Transição para a Independência de Angola (1974-1975), Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2016.

FALCÃO, Margarida Isabel Botelho, “Mulheres na Luta Armada em Angola: Memória, Cultura e Emancipação”, Tese de Doutoramento, ISCTE, 2014.

FERNANDES, António Horta, “A Guerra Subversiva lida a partir da Escola Estratégica Portuguesa e da Experiência Portuguesa nas Guerras Coloniais em África”, *Janus E-Journal of International Relations*, 8, (2), 2017: 32-41.

FIGUEIREDO, Maria Leonor, *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola*, Lisboa, Alêtheia, 2009.

FONSECA, Helder Adegar, “Angola: Presentes Instáveis, Passados Imprevisíveis” in José Manuel da Silveira Lopes, *Lutem até Alcançarem a Liberdade: Uma Leitura do ‘4 de Fevereiro’ de 1961 em Luanda*, Pontinha, Nova Vega, 2021.

FONSECA, Helder Adegar, “Choosing Eastern Partners: The First Phase of the ‘Angolan Revolution’ (1960-1963)” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s*, Berlin, De Gruyter, 2023.

FONSECA, Helder Adegar, “The Military Training of Angolan Guerrillas in Socialist Countries: A Prosopographical Approach, 1961-1974” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds. *Southern African Liberation Movements and the Global Cold War ‘East’*, Berlin, De Gruyter, 2019.

FONSECA, Helder Adegar, *Agostinho Neto and Biographical Historiography*, Mauritius, Lambert Academic Publishing, 2020.

FRANKE, Benedikt, “A Pan-African Army: The Evolution of an Idea and its eventual realization in the African Standby Force”, *African Security Review*, 15, (4), 2006: 1-16.

FREITAS, Amadeu José de, *Angola: O Longo Caminho da Liberdade*, Lisboa, Editora Moraes, 1975.

FRIEDMAN, Jeremy, *Shadow Cold War: The Sino-Soviet Competition for the Third World*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2015.

GEORGE, Edward, *The Cuban Intervention in Angola (1965-1991): From Che Guevara to Cuito Canavale*, London, Routledge, 2005.

GLEIJESES, Piero, *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa (1959-1976)*, Chapel Hill, University of North Carolina, 2002.

GOYDER, David J. e GONÇALVES, Francisco Maiato P., “A Flora de Angola: Colectores, Riqueza e Endemismo” in Brian J. Huntley, Vladimir Russo, Fernanda Lages e Nuno Ferrand de Almeida, eds. *Biodiversidade de Angola, Ciência e Conservação: Uma Síntese Moderna*, Porto, Arte & Ciência, 2019.

GUERRA, João Paulo, *Savimbi: Vida e Morte*, Lisboa, Bertrand, 2002.

GUIMARÃES, Fernando, “The Origins of The Angolan Civil War: International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976”, PhD Thesis, University of London, 1992.

HALLET, Robin, “The South African Intervention in Angola (1975-1976)”, *African Affairs*, 77, (308), 1978: 347-386.

HARSGOR, Michael, “Aftereffects of an ‘Exemplary Decolonization’”, *Journal of Contemporary History*, Special Issue: *Imperial Hangovers*, 15, (1), 1980: 143-167.

HEIMER, Franz Wilhelm, *O Processo de Descolonização em Angola (1974-1976)*, Lisboa, Regra do Jogo, 1980.

HENRIKSEN, Thomas H., “Angola and Mozambique: Intervention and Revolution”, *Current History*, 71, (421), 1976: 153-157.

HERRICK, Allison Butler, *Area Handbook for Angola*, Washington, American University, 1967.

HERRICK, Allison Butler, *Area Handbook for Tanzania*, Washington, American University, 1968.

HEYDWOOD, Linda, “UNITA and Ethnic Nationalism in Angola,” *Journal of Modern Africa Studies*, 27, (1), 1989: 47-66.

HUANG, Reyko, "Rebel Diplomacy in Civil War," *Journal of International Security*, 40, (4), 2016: 89-126.

HUDSON, Darril, "The World Council of Churches and Racism in Southern Africa", *International Journal*, 34, 3, 1979: 475-500.

IMBOBIGHE, T. A., "An African High Command: The Search for a Feasible Strategy of Continental Defence", *African Affairs*, 79, (315), 1980: 241-254.

JACKSON, Robert H., *Quasi-States: Sovereignty, International Relations, and the Third World*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

JACKSON, Steven F., "China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique (1961-1993)", *The China Quarterly*, 142, 1995: 393-400.

KAPLAN, Irving, *Area Handbook for Zambia*, Washington, American University, 1969.

KASFIR, Nelson, *Kingdom, State and Civil Society in Africa: Conceptual and Political Collisions* Pretória, Basler Afrika, 2017.

KENNES, Erik and LARMER, Miles, *The Katangese Gendarmes and War in Central Africa: Fighting Their Way Home*, Bloomington, Indiana University Press, 2016.

LARKIN, Bruce D., *China and Africa (1949-1970)*, Berkeley, University of California Press, 1973.

LARRABEE, Stephen, "Moscow, Angola and the Dialectics of Détente", *The World Today*, 32, (5), 1976: 173-182.

LEGUM, Colin and HODGES, Tony, *After Angola: The War over Southern Africa*, London, Holmes & Meier, 1976.

LINHA, Artur Manuel de Jesus, *Angola em Chamas*, Queluz, Literal, 1977.

LISSONI, Arianna, “Transformations in the ANC External Mission and Umkhonto We Sizwe, 1960-1969,” *Journal of Southern Africa Studies*, 35, (2), 2009, 287-301.

LLOYD-JONES, Stewart and PINTO, António Costa, eds., *The Last Empire: Thirty Years of Portuguese Decolonization*, Chicago, Intellect, 2003.

LOPES, José Manuel da Silveira, *Lutem até Alcançarem a Liberdade: Uma Leitura do ‘4 de Fevereiro’ de 1961 em Luanda*, Pontinha, Nova Vega, 2021.

LOPES, José Manuel da Silveira, *O Cónego Manuel das Neves – Um Nacionalista Angolano*, Lisboa, Nova Vega, 2017.

LOVELL, Julia, *Maoism: A Global History*, New York, Vintage, 2019.

LUQUE, Alba Martín, “‘We Have Made History’: Yugoslav Visual Solidarity with FRELIMO’s Struggle (1967-1975)” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s*, Berlin, De Gruyter, 2023.

MACAIA, Fernando Panzo, “Os Movimentos Religiosos Africanos e a Luta Anti-Colonial na África Austral: O Caso do Tocoísmo em Angola (1949-1975)”, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2020.

MACQUEEN, Norrie, *The Decolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*, London, Longman, 1997.

MALAGUIAS, Assis, “Diamonds are a Guerrilla’s Best Friend: The Impact of Illicit Wealth on Insurgency Strategy”, *Third World Quarterly*, 22, (3), 2001: 311-352.

MARCUM, John, “Lessons of Angola”, *Foreign Affairs*, 54, (3), 1973: 407-425.

MARCUM, John, “The Anguish of Angola: On Becoming Independent in the Last Quarter of the Twentieth Century”, *Journal of Opinion*, 5, (4), 1975: 3-11.

MARCUM, John, *The Angolan Revolution Volume II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Massachusetts, MIT Press, 1978.

MARQUES, Alexandra, *Segredos da Descolonização de Angola*, Lisboa, Dom Quixote, 2013.

MARTINS, Susana Maria Santos, “Exilados Portugueses em Argel - A FPLN das Origens à Rutura com Humberto Delgado (1960-1965)”, Tese de Doutoramento, FCSH, 2013.

MARTINS, Vasco, “The Plateau of Trials: Modern Ethnicity in Angola”, Tese de Doutoramento, ISCTE, 2015.

MARTINS, Vasco, *Colonialism, Ethnicity and War in Angola*, London, Routledge, 2022.

MASON, Jamie, *African's Freedom Railway: How Chinese Development Project Changed Lives and Livelihoods in Tanzania*, Bloomington, Indiana University Press, 2009.

MATEUS, Dalila Cabrita, “A Formação das Elites Políticas Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC: 1945-1975”, Dissertação de Mestrado, ISCTE, 1997.

MATEUS, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa, Terramar, 2004.

MAXWELL, Kenneth, “Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976)” in Luís Nunes Rodrigues, coord., *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, Luso-American Foundation, 2006.

MAZRUI, Ali A. and WONDJI, C.Wondji, eds., *General History of Africa Volume 8: Africa since 1935*, Paris, UNESCO, 1993.

MBAH, Jean Martial Arsene, *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola e o Movimento Popular de Libertação de Angola (1961-1975)*, Luanda, Mayamba, 2010.

MCCOLL, Robert W., "The Insurgent State: Territorial Bases of Revolution", *Annals of the Association of American Geographers*, 59, (4), 1969: 614.

MENESES, Filipe Ribeiro de and MCNAMARA, Robert, "South Africa and the Aftermath of Portugal's 'Exemplary' Decolonization: The Security Dimension", *Portuguese Studies*, 29, (2), 2013: 227-250.

MESSIANT, Christine, "L'Angola Colonial, Histoire et Societé: Les Premisses du Mouvement Nationaliste," Tese de Doutoramento, Université de Paris, 1986.

MESSIANT, Christine, *L'Angola Colonial, Histoire et Societé: Les Premisses du Mouvement Nationaliste*, Basileia, Schlettwein, 2006.

METSOLA, Lalli, "The Liberation Narrative and Post-Return Life Stories of Namibian former Exiles", Master's Thesis, University of Helsinki, 2001.

MILHAZES, José, *Angola: O Princípio do Fim da União Soviética*, Lisboa, Nova Vega, 2015.

MILLER, Jamie, "Things Fall Apart: South Africa and the Collapse of the Portuguese Empire (1973-1974)", *Cold War History*, 12, (2), 2012: 183-204.

MILLER, Joseph C., "The Politics of Decolonization in Portuguese Africa", *African Affairs*, 74, (295), 1975: 135-147.

MINTER, William, *Operation Timber: Pages from the Savimbi Dossier*, New Jersey, Africa World Press, 1988.

MOORMAN, Marissa J., *Powerful Frequencies: Radio, State Power, and the Cold War in Angola, 1931-2002*, Athens, Ohio University Press, 2019.

MUNSLOW, Barry, *Mozambique: The Revolution and its Origins*, London, Zed Books, 1986.

NASCIMENTO, Salvador José, “A Política Externa Portuguesa face aos Apoios dos Movimentos de Libertação Angolanos – Os casos da República Democrática do Congo/Zaire e da Zâmbia”, Dissertação de Mestrado, FLUP, 2015.

NELSON, Harold D., *Area Handbook for Southern Rhodesia*, Washington, American University, 1975.

NETO, Maria Conceição, “Igrejas Cristãs e Nacionalismo Angolano: O Paradoxo Católico”, *Mulemba*, 3, (6), 2013: 185-202.

NETO, Maria Conceição, “In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (1902-1961)”, PhD Thesis, University of London, 2012.

NETO, Maria Eugénio e NETO, Irene, coord., *Agostinho Neto e a Libertação de Angola, 1949-1974 – Arquivos da PIDE-DGS*, Luanda, Fundação Dr. Agostinho Neto, 2011.

NEUHAUSER, Charles, *Third World Politics: China and the Afro-Asian People's Solidarity Organization (1957-1967)*, Harvard, Harvard University Asia Center, 1968.

NJOKU, Raphael Chijioke, “Bantu Migrations and Cultural Transnationalism in the Ancient Global Age, 2500 BCE-1400 CE” in Raphael Chijioke Njoku, dir., *History, Memory and Transnationalism*, Rochester, Boydell & Brewer, 2020.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de, dir., *A Descolonização Portuguesa: Aproximação ao seu Estudo*, Aveiro, Instituto da Democracia e Liberdade, 1979.

PACHECO, Carlos, *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador: A História do MPLA em Carne Viva*, Lisboa, Nova Vega, 2016.

PACHECO, Carlos, *MPLA – Um Nascimento Polémico*, Lisboa, Vega, 1997.

PAREDES, Marçal de Menezes, “The Political Discourse of Jonas Savimbi: Historicity, Scale, and Power” in José C. Curto, ed., Maryann Buri, ass., *New Perspectives on Angola: From Slaving Colony to Nation State*, Ontario, Baywolf Press, 2021.

PARROT, Raymond Joseph, “We Are African People: The Development of Black American Solidarity with Portuguese Africa”, Master’s Dissertation, University of Texas, 2014.

PASCAL, Jean-Daloz and CHABAL, Patrick, *Africa Works: Disorder as Political Instrument*, Oxford, African Institute, 1999.

PASSEMIERS, Lazlo Patrick Christian, “South Africa and the ‘Congo Crisis’, 1960-1965”, PhD Thesis, University of the Free State, 2016.

PEARCE, Justin, “Control, Ideology and Identity in Civil War: The Angolan Central Highlands 1965-2002”, PhD Thesis, University of Oxford, 2011.

PEARCE, Justin, *Political Identity and Conflict in Central Angola (1975-2002)*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015.

PÉCLARD, Didier, “Religion and Politics in Angola: The Church, the Colonial State and the Emergence of Angolan Nationalism (1940-1961)”, *Journal of Religion in Africa*, 28, (2), 1998: 160-186.

PÉCLARD, Didier, *Les Incertitudes de La Nation en Angola: Aux Racines Sociales de l’UNITA*, Paris, Karthala, 2015.

PÉLISSIER, René, “Comments on Recent Historical Writings Concerning Angola and Mozambique” in *The Historiography of Southern Africa – The General History of Africa Studies and Documents 4*, Paris, UNESCO, 1980.

PÉLISSIER, René, *Le Naufrage des Caravelles: Etudes sur la Fin de l’Empire Portugais (1961-1975)*, Orgeval, Péliissier Editions, 1979.

PERES, Fátima Salvaterra, “A Revolta Activa: Os Conflitos Identitários no Contexto da Luta de Libertação em Angola”, Dissertação de Mestrado, FCSH, 2010.

PIMENTA, Fernando Tavares, “O Processo de Descolonização de Angola” in Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira, orgs., *O Adeus ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa*, Lisboa, Nova Vega, 2015.

PIMENTA, Fernando Tavares, “White Settler Politics and Euro-African Nationalism in Angola” in Edward Cavanagh and Lorenzo Veranici, eds. *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*, Abingdon, Routledge, 2017.

PIMENTA, Fernando Tavares, “White Settler’s Anti-Fascist and Anti-Colonial Movements in Angola (1930-1945)”, *South African Historical Journal*, 74, (1), 2022: 75-99.

PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola, os Brancos e a Independência*, Porto, Afrontamento, 2008.

PIMENTA, Fernando Tavares, *Branco de Angola – Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*, Coimbra, Minerva, 2005.

PINTO, Alberto Oliveira, *História de Angola da Pré-História ao Início do Século XXI*, Lisboa, Mercado de Letras, 2015.

PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

PIRES, R. Pena, MARANHÃO, M. José, QUINTELA, João P., MONIZ, Fernando e PISCO, Manuel, *Os Retornados: Um Estudo Sociográfico*, Lisboa, Instituto dos Estudos para o Desenvolvimento, 1984.

PLESSIS, Stan Du and PLESSIS, Sophia Du, “Explanations for Zambia’s Economic Decline”, *Development Southern Africa*, 23, 3, 2006: 351-369.

QUEIROZ, Artur, *Angola, do 25 de Abril ao 11 de Novembro: A Via Agreste da Liberdade*, Lisboa, Ulmeiro, 1978.

RABY, Dawn Linda, “Portuguese Exile Politics: The ‘Frente Patriótica de Libertação Nacional’ (1962-1973)”, *Luso-Brazilian Review*, 31, (1), 1994: 77-89.

REIS, Fidel Raul Carmo, “Das Políticas de Classificação às Classificações Políticas (1950-1996): A Configuração do Campo Político Angolano, Contributo para o Estudo das Relações Raciais em Angola”, Tese de Doutoramento, ISCTE, 2010.

REZOLA, Maria Inácia, *Melo Antunes: Uma Biografia Política*, Lisboa, Âncora, 2012.

RIBEIRO, João Fusco, “A UNITA e a Operação Madeira (1971-1974): Narrativas, Motivações e Termos de Colaboração” in Fernando Martins, Maria Ana Bernardo e Paulo Eduardo Guimarães, eds., *Entre África e Europa: Estudos Históricos em Homenagem ao Professor Helder Adegar Fonseca*, Famalicão, Húmus, 2022.

RIBEIRO, João Fusco, “UNITA, China, and the Soviet Bloc: Rivalries, Constraints, and Cooperation (1964-1974)” in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950’s to 1990’s*, Berlin, De Gruyter, 2023.

ROCHA, Andrea Pires e DOS SANTOS, José Francisco, “Angola Pós-Independência: Apontamentos acerca das Perspectivas da Relação Brasil e Angola”, *Revista África[s]*, 5, (9), 2018: 39-65.

ROCHA, Edmundo, *Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (1950-1964)*, Lisboa, Kilombelombe, 2003.

RODRIGUES, Fátima da Cruz, “Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas: A Guerra Colonial como Território de (Re)conciliação”, Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012.

RODRIGUES, Luís Nuno, “The United States and Portuguese Decolonization”, *Portuguese Studies*, 29, (2), 2013: 164-185.

ROOKES, Stephen Edward, “From the Bay of Pigs to Lake Tanganyka: Non-State Armed Actors in the Congo Crisis, 1960-1967”, PhD Thesis, Université de Toulouse, 2018.

ROQUE, Paula Cristina, “The Rebel Governance of the SPLM/A and UNITA: A Comparative Study on Parallel States in Angola and South Sudan”, PhD Thesis, University of Oxford, 2017.

ROSAS, Fernando, MACHAQUEIRO, Mário e OLIVEIRA, Pedro Aires, orgs., *O Adeus ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa*, Lisboa, Nova Vega, 2015.

RUPNIK, Jacques, *The Other Europe: The Rise and Fall of Communism in East-Central Europe*, New York, Schocken, 1989.

SÁ, Tiago Moreira de, *Os EUA e a Descolonização de Angola*, Lisboa, Dom Quixote, 2011.

SADIQALI, Shanti, “Angola: Hopes and Fears”, *India International Centre Quarterly*, 3, (1), 1976: 24-37.

SANTOS, Marcelino dos, “Les Mouvements de Libération et les Etats Africains”, *Présence Africaine*, Nouvelle Série, 3e Trimestre, 75, 1970: 3-10.

SAPIRE, Hilary and SAUNDERS, Chris, eds., *Liberation Struggles in Southern Africa in Context: New Local, Regional and Global Perspectives*, Claremont, UCT Press, 2013.

SAPIRE, Hilary, “Liberation Movements, Exile, and International Solidarity: An Introduction”, *Journal of Southern African Studies*, 35, (2), 2009, 271-286.

SAUNDERS, Chris and FONSECA, Helder Adegar, “From the ‘Ovambo Strike’ (Namibia) to ‘Agitation in the Lower Cunene’ (Angola): ‘SWA agitators’, Trans-Imperial Work Mobilization and Liberation Struggles (1971-1972)”, Paper presented at International Conference: *The Lusophone World: Global and Local Communities*, LSA and CIGP Org., University of Évora, 2019.

SAUNDERS, Chris, “Namibian Solidarity: British Support for Namibian Independence”, *Journal of Southern African Studies*, 35, (2), 2009, 437-454.

SCHENCK, Marcia C., “Negotiating the German Democratic Republic: Angolan Student Migration during the Cold War, 1976-1990”, *Africa - Cambridge University Press*, 89, (1), 2019: 144-166.

SELLSTROM, Tor, *Sweden and National Liberation in Southern Africa: Volume I, Formation of a Popular Opinion (1950-1970)*, Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, 1999.

SHIGWEDHA, Vilho Amukwaya, “The Relationship between UNITA and SWAPO: Allies and Adversaries”, *Journal of Southern African Studies*, 40, (6), 2014: 1275-1287.

SHUBIN, Vladimir, *The Hot ‘Cold War’: The USSR in Southern Africa*, London, Pluto Press, 2008.

SILVA, Adulcino, *Cabinda: A Verdade Oculta*, Oeiras, Edição de Autor, 1994.

SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da, “Angola: Dinâmicas Internas e Externas na Luta de Libertação (1961-1975)”, Tese de Doutorado, Universidade Lusófona, 2014.

SILVA, Dayane Augusta Santos da, “Na Cobertura da Retaguarda: Mulheres Angolanas na Luta Anticolonial (1961-1974)”, Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2021.

SILVA, Márcia Maro da, *A Independência de Angola* (Brasília, MRE, 2008); Shannon Rae Butler, “Into the Storm: American Covert Involvement in the Angolan Civil War, 1974-1975”, PhD Thesis, University of Arizona, 2008.

SILVEIRA, Maria Anabela Ferreira da, “Dos Nacionalismos à Guerra: Os Movimentos de Libertação Angolanos – De 1945 a 1965”, Tese de Doutorado, Universidade do Porto, 2011.

SOMMER, Peter, “Jonas Savimbi and UNITA’s Struggle for Independence: An Application of Mao’s Theory of Warfare?”, *National War College, Core Course II, Seminar X*, 1997: 1-10.

SOUSA, Valdemiro de, *Angola: A Guerra e o Crime*, Lisboa, Editorial Formação, 1976.

SOUTHGATE, Laura, “The Indonesian Invasion of East Timor” in Laura Southgate, *ASEAN Resistance to Sovereign Violation: Interests, Balancing and the Role of the Vanguard State*, Bristol, Bristol University Press, 2019.

SPIKES, Daniel, *Angola and the Politics of Intervention: From Local Bush War to Chronic Crisis in Southern Africa*, Jefferson, McFarland, 1993.

STEVENS, Christopher, “The Soviet Union and Angola”, *African Affairs*, 75, (299), 1976: 137-151.

STOLTE, Carolinen, “‘The People’s Bandung’: Local Anti-Imperialists on an Afro-Asian Stage”, *Journal of World History*, 30, (1-2), 2019: 125-156.

STUVOY, Kirsti, “War Economy and the Social Order of Insurgencies: An Analysis of the Internal Structure of UNITA’s War Economy”, *Research Unit of Wars, Armament and Development - University of Hamburg*, (3), 2002.

TALI, Jean-Michel Mabeko, *Barbares et Citoyens: L’Identité Nationale à L’Épreuve des Transitions Africaines: Congo-Brazzaville, Angola*, Paris, L’Harmattan, 2005.

TALI, Jean-Michel Mabeko, *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante si Próprio (1962-1977)*, Luanda, Nzila, 2001.

TALI, Jean-Michel Mabeko, *Guerrilhas e Lutas Sociais – O MPLA perante si próprio: 1960-1977*, Lisboa, Mercado de Letras, 2018.

TALI, Jean-Michel Mabeko, *Rótulos Atribuídos, Rótulos Assumidos: Memórias e Identidades Políticas em Angola, da Luta Armada Anticolonial ao 27 de Maio de 1977 (1960-1977)*, Lisboa, Guerra e Paz, 2023.

TATI, Raul, “Incidências da Guerra Fria na Política Externa de Angola (1975-1992)”, Tese de Doutoramento, Universidade Católica de Lisboa, 2018.

TELEPNEVA, Natalia, “Our Sacred Duty: The Soviet Union, the Liberation Movements in the Portuguese Colonies, and the Cold War (1961-1975)”, PhD Thesis, London, The London School of Economics, 2014.

TELEPNEVA, Natalia, *Cold War Liberation: The Soviet Union and the Collapse of the Portuguese Empire in Africa, 1961-1975*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2021.

VALENTA, Jiri, "The Soviet-Cuban Intervention in Angola (1975-1976)", *Studies in Comparative Communism*, 11, (2), 1978: 3-33.

VIGNE, Randolph, "SWAPO of Namibia: A Movement in Exile", *Third World Quarterly*, 9, (1), 1987: 85-107.

VOEVODSKI, Alexandr, "The Sino-Soviet Split and Soviet Policy towards Southern Africa Liberation Movements in the Early 1960s" in Lena Dallywater, Chris Saunders and Helder Adegar Fonseca, eds., *Eastern Europe, The Soviet Union, and African: New Perspectives on the Era of Decolonization, 1950's to 1990's*, Berlin, De Gruyter, 2023.

WARNER, Rachel, "The Society and its Environment" in Thomas Collelo, ed. *Angola: A Country Study*, Washington, Federal Research Division, 1991.

WEIGERT, Stephen L., *Angola – A Modern Military History, 1961-2002*, New York, Palgrave Macmillan, 2011.

WESTAD, Odd Arne, *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of our Times*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René, *História de Angola*, Lisboa, Tinta da China, 2009.

WHEELER, Douglas, "The Portuguese Army in Angola", *Journal of Modern African Studies*, 7, (3), 1969: 425-439.

WIDMER, Sabina, "Getting Out of a Foreign Policy Impasse: The Decolonisation of Angola and Mozambique" in Sabina Widmer, *Switzerland and Sub-Saharan Africa in the Cold War (1967-1979): Neutrality meets Decolonisation*, Leiden, Brill, 2021.

WILLIAMS, Christian, "Living in Exile: Daily Life and International Relations at SWAPO's Kongwa Camp," *Kronos*, 37, 2011, 60-86.

WOOD, Reed M., “Rebel Capability and Strategic Violence against Civilians”, *Journal of Peace Research*, 47, (5), 2010: 601-614.

YOH, John Gay Nout, “The Institutional Role of the Organisation of African Unity (OAU) in Conflict Resolution in Africa”, PhD Thesis, University of South Africa, 2008.

YOUSUG, Hilmi S., “The OAU and the African Liberation Movement”, *Pakistan Horizon*, 38, (4), 1985: 55-67.

Anexos

I – Imagens



Figura 1 – Grupo dos onze militantes da UNITA que fizeram formação na Academia Militar de Nanquim em 1965 - 1) Isaiás Massumba; 2) Samuel Chiwale; 3) José Kalundungo; 4) Mateus Bandua; 5) Nicolau Biango; 6) Jeremias Kussia; 7) David Jonatão Chinguji “Samwinbila”; 8) Paulino Moisés; 9) Jacob Hossi Inácio; 10) Tiago Sachilombo; 11) Samuel Civala “Mwanangola”.

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/DELA/C.1/ UNITA/ Vo.1/NT 9093: Fotos Especiais.

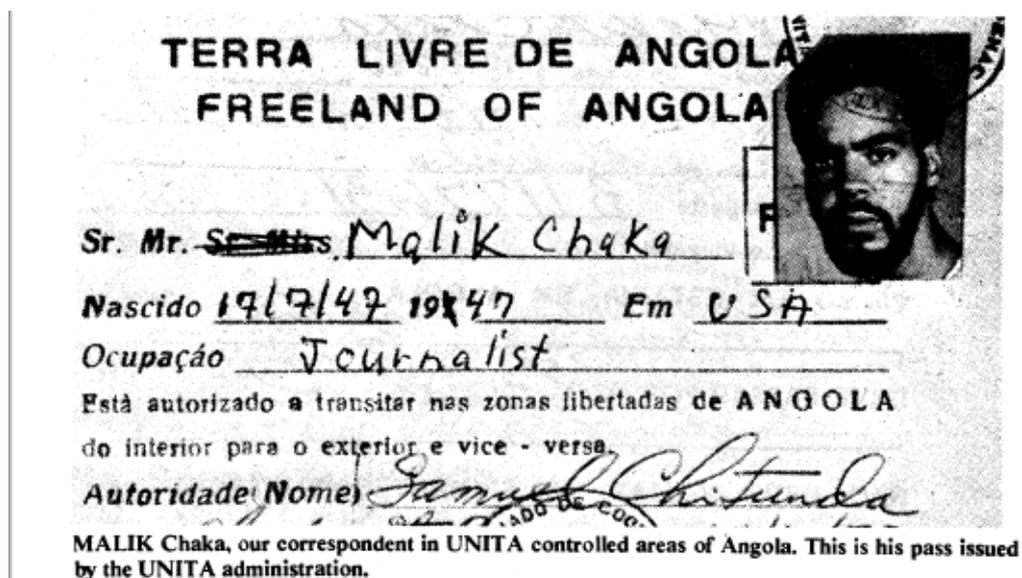


Figura 2 – Documento de trânsito na “Terra Livre de Angola” concedido ao jornalista Malik Chaka pela administração da UNITA, pela ocasião do acompanhamento que fez do III Congresso do movimento nas matas do Moxico em 1973.

Fonte: AFMS/AMS/Pasta 02236.002, 1973: 2.



**Jaa Matende says he
fled from forced labor
in diamond mines.**

Figura 3 – Fotografia de Jaa Matende, bosquímano forçado a trabalhar na exploração de diamantes do Sul de Angola, que se juntou à guerrilha da UNITA em 1968.

Fonte: AFMS/AMS/ Pasta 02236.002, 1973: 11.

THESE MEN WANT RECOGNITION



● DR SAVIMBI, sixth from left, stands proudly with his fellow freedom fighters in Angola. (TIMES OF ZAMBIA 26-9-1972)

**Come and see us
for yourself,
Unita asks OAU
UNITA**

1972

Figura 4 – UNITA urge a OUA a visitar as “Áreas Libertadas” da guerrilha do Galo Negro através da imprensa zambiana.

Fonte: AFMS/ FMPA/ Pasta 02236.001, 1972: 90.



Figura 5 – Cartaz relativo à realização do III Congresso da UNITA, onde se observa um guerrilheiro a transportar um lança foguetes RPG2 de fabrico soviético.

Fonte: AFMS/ FMPA/ Pasta 02236.001, 1973: 91.

APPEAL TO ALL READERS

We have presented in this booklet the present situation of the Angolan liberation struggle.

Will you help us in our cause?

Whether you represent an organisation or are concerned individually we would ask you to please raise the question of the Angolan struggle amongst your friends, in your community and throughout the country. If your Government is involved directly or indirectly in the colonial war of oppression against the Angolan people, please exert whatever pressure is possible and through protests make clear your condemnation of your Government's stand.

The UNITA (National Union for Total Independence of Angola) programmes in the military, agricultural, health, etc. fields in the liberated areas inside Angola are desperately short of funds, equipment and trained personnel. Despite UNITA's strong belief in the principle of self-reliance, the Angolan liberation struggle needs - and deserves - your political, moral and financial support.

For further information on the Angolan situation, please write to:-

UNITA Representative in Europe,
25 Ospringe Road,
LONDON, N.W.5,
England.

Telephone: 485 - 3075

Figura 6 – Apelo aos leitores do boletim *Kwacha* a contribuírem “politicamente, moralmente e financeiramente” para a luta armada do Galo Negro.

Fonte: AFMS/ FMPA/ Pasta 04357.006.007, 1968: 49.

TIMES OF ZAMBIA

FORWARD WITH THE NATION

4 ngwee

TUESDAY, May 4, 1971



Guerrillas and liberated villagers load maize for Zambia.



Commander Chivale.

Freedom army in Angola gives us maize

By Times Reporter
A FREEDOM movement in Angola has made Zambia a present of 2,000 kilograms of maize. The unprecedented gift was announced in Lusaka yesterday.

But there was unofficial speculation that the unsolicited gift might prove an embarrassment to Zambia.

The commander of the UNITA guerrillas, Mr. Samuel Chivale, said a decision to "help Zambia" followed the Portuguese blockades on maize coming through Beira.

UNITA had decided that Portugal's economic aggression must be met with actions that words, he said.

The movement had resolved to contribute the maize from the producer co-operatives of the armed forces.

Commander Chivale, witnessed the arrival of the first bags of maize, which were brought to Kalombo District Governor, Mr. N. Nyendwa.

The remainder was still being brought in when he went to Lusaka, he said. It

was being brought by "human traffic" from liberated areas of Angola.

Commander Chivale said UNITA had also called for unification of all liberation forces in Angola "to hasten our deliverance so as to protect Zambia on the west with a firm frontier which would be friendly to her."

Commanders and fighters had promised to increase their actions against the enemy so that "forces intended to make aggression against Zambia will be kept busy against UNITA forces."

A UNITA conference had concluded that unity between liberation movements of Angola was imperative to make their struggle a complete success.

It stressed the necessity of creating what was termed the United Democratic Front—uniting all parties, including MPLA—in a bid to foil attempts by the Portuguese to divide the people of Angola.

UNITA also claimed that a total of 434 Portuguese troops were killed in recent months by party guerrillas.

Figura 7 – Recorte do jornal *Times of Zambia*, onde se descreve a oferta de duas toneladas de milho pela UNITA ao povo da Zâmbia em 1971.

Fonte: AHS/ICS/ FJL/MNA/ 71, 1971: 4.



Figura 8 – Cartão de militante da UNITA de 1967. De acordo com o site oficial da UNITA, o Galo Negro representa o despertar dos povos de África contra a dominação estrangeira. [http://www.unitaangola.com/PT/affiartinouv4.awp?WD_ACTION =MENU&ID=OPT_OPTIONMODELE13]

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/DEL.A/C.1/UNITA/Vol.1/NT 9093: Apêndice.

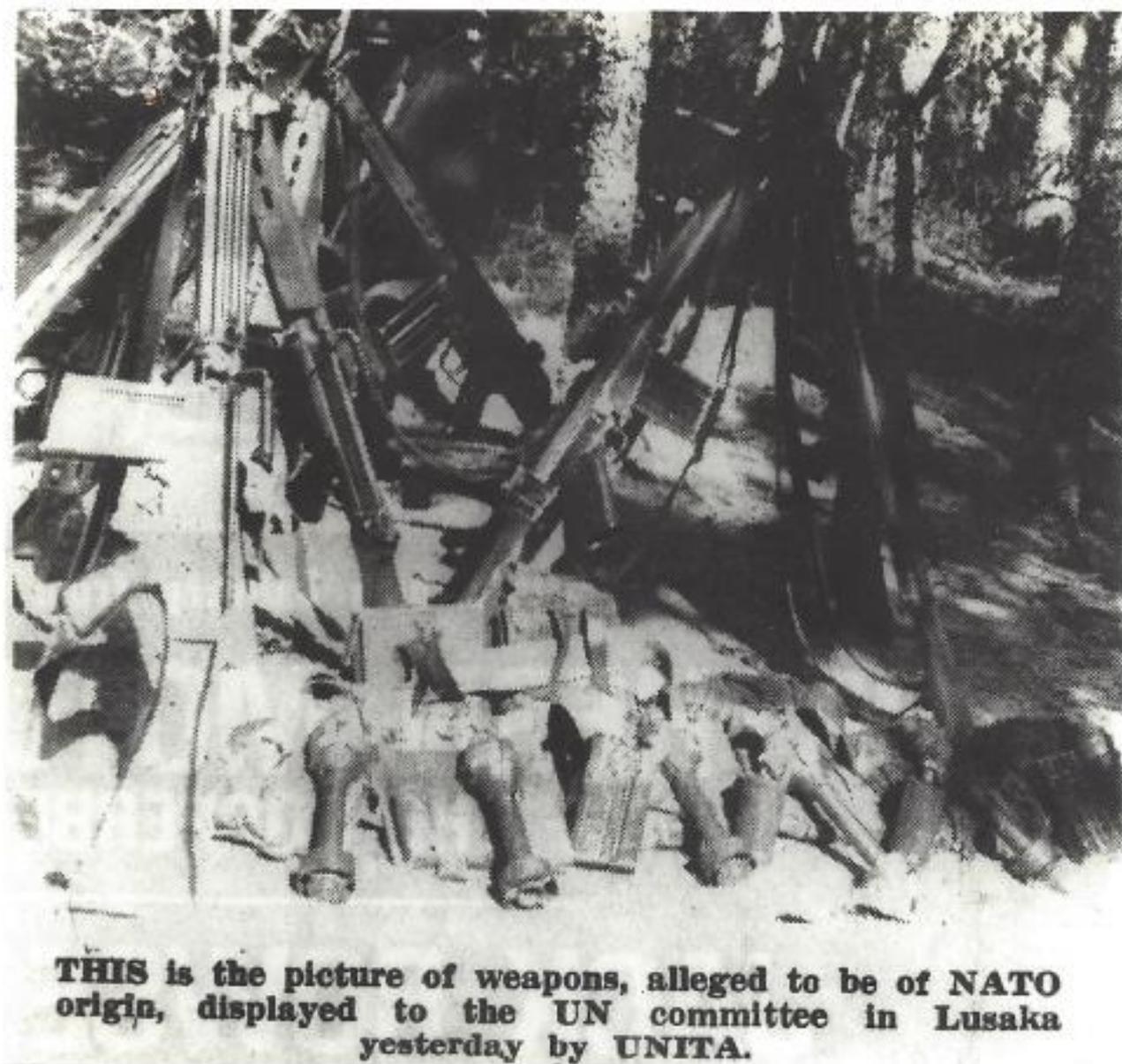


Figura 9 – Armas do exército português, de fabrico NATO, capturadas pela guerrilha do Galo Negro e apresentadas na Zâmbia por ocasião da visita do Comité de Descolonização da ONU em 1969.

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/DEL.A/C.1/UNITA/Vol.2/NT 9093: 205.

29000

ATA EM FORMA LEGAL (Exclusivo da Imprensa Nacional e Gráfica) Modelo 1

JULGO DE 1958

9/1/58

9.1.58

2 SET. 1958

2 OUT. 1958

URGENTE

Ex.ª Senhor Director da Secção Ultramarina
9do Arquivo de Identificação

1958

DISCIB.

Luanda

(a) *Jonas Malheiro* (b) *soltteiro*

de nacionalidade *Portuguesa*, (c) *estudante*
Savimbi e de *Helena Sacato*
filha de (d) *Lolô Malheiro*

nascido no dia *3* de *Agosto* de *1934*,
em (e) *Munhango*, e residente em (e) *Chilesoo Andulo*

requer a V. Ex.ª se digne (f) *mandar passar o Bilhete de*
Identidade, de *26* de *Agosto* de *1958*.

(g) *Jonas Malheiro*

Confirmamos a exactidão das declarações do
requerente, que conhecemos pessoalmente

Impressão do dedo *ind.*
da mão *direita*

Assinatura das testemunhas

1. *Francisco António do Diniz* B. I. n.º _____
2. *Francisco António do Diniz* B. I. n.º _____

Morada das testemunhas

1. *Andulo*
2. *Andulo*

DECLARAÇÃO

Declaro que as impressões digitais e as assinaturas do requere-
nte constantes deste requerimento e do impresso do bilhete de
identidade que o acompanha forem feitas na minha presença.

O *ENCARREGADO*
João Delgado
JOÃO DELGADO
ASP. PROV.ª

(h) _____
(i) _____

OBSERVAÇÕES

(a) Nome completo do requerente.
(b) Estado civil. Sendo casado, viúvo ou divorciado, indicar o nome completo do outro cônjuge.
(c) Profissão.
(d) Nomes completos do pai e da mãe.
(e) Indicar o local, freguesia ou posto, concelho ou circunscrição e o distrito.
(f) Tratando-se de substituição ou segunda via de bilhete, indicar o motivo do pedido.
(g) Assinatura com o nome completo do requerente.
(h) Assinatura do funcionário encarregado do serviço.
(i) Nome à máquina do funcionário que assina a declaração.

13702/29/58

Luanda - 17/3/1958
Andulo - 5/4/1958

10053

dy

Figura 10 – Pedido de Bilhete de Identidade efetuado por Jonas Malheiro Savimbi em 1958.

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/ DEL.A/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951: 126.

251

Lista das coisas

- 1 frasco de vaselina
- 1 caixa de pomada NIVEA ou um tubo com nivea em liquido
- 2 metros de fio NYLON(para uso no ponteiro de sintonizacão do radio.O meu foi comido pelas baratas que entraram no aparelho)
- 12 pilhas secas 1,5 volts(tamanho normal)
- 1,20 bom kaki primeira para calcas(soube que há um pano que se vende aos metros quadrados.Será verdade?)
- 1,40 do mesmo tecido para uma camisa de mangas compridas
- 1,20 do mesmo pano para calcas
- 2 pares de meias altas de boa qualidade
- 1 alicata pequeno"bico de pato" para pequenas porcas de radio
- 1 jogo de pequenas chaves de fenda
- 1 cigarreira(se tiver uma coberta de cabedal é preferivel.Se nao uma de metal pode servir)
- 1 esqueiro à gaz.(caso o tenha,entao mais 2 tubas de gaz de reserva)
- 1 tesoura pequenina para cortar o bigode
- 2 pares de cuecas e 2 pares de camisolas interiores a 1500 cada uma
- 2 escovas de dentes
- 1 tubo pepsodente a 750
- 8 camisas usadas 2 3500(de preferencia cores escuras e flamela)
- 7 cortes de kaki a 5000 cada corte
- 4 pares de sapatos"bolingo" a 3500(numeros:41-42,43-44,42-43, e 42-43.
- 6 cortes de pano para mulher a 2500 (cores azuis mas nao muito claras)
- 4 cortes de pano para mulher a 3000 (azuis com flores nao muito claras)
- 1 pano para mulher a 5000 vistoso.
- 1 manta a 4000
- 1 caixa de cigarros A.C. ou L.M.(creio que a caixa contem 12 maços)
- 10 maços de cigarros MARINA
- 5 latas de atum
- 5 latas de chouriço
- 5 kilos de açucar
- 6 carros de linhas de Kaki
- 6 metros de ferro

Estou desactualizado quanto aos precos de artigos no comercio a retalho.Decidi entao aumentar mais 30000 para totalizar 1.30000.Se houver um saldo a seu favor espero que fará como indiquei na minha carta. F.S.

T

Figura 11 – Lista de materiais pedidos por Savimbi (através do pseudónimo *Folha Seca*) a um militante da UNITA que residia nas zonas controladas pela administração colonial. O material destinava-se ao abastecimento da guerrilha do Galo Negro que se encontrava nas matas (1969).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/ DEL.A/ P. Inf/ Processo 2197/ NT6951: 251.

10. Organigrama do dispositivo militar

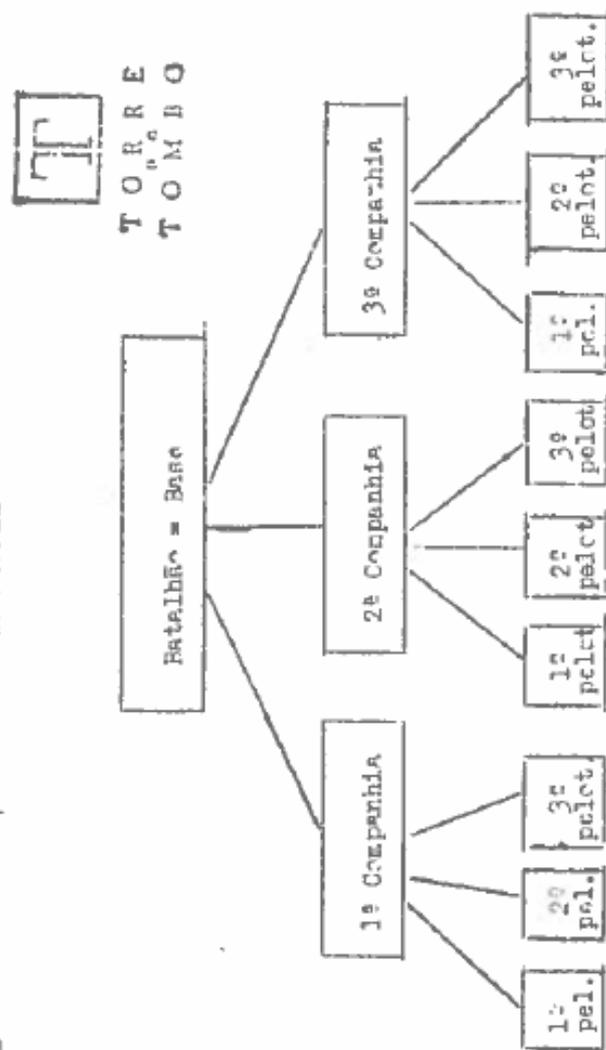


Figura 12 – Dispositivo militar da UNITA de acordo com a 1ª edição da Cartilha do Guerrilheiro de 1968.

Fonte: ANTT/PIDE-DGS/DEL.A/C.1/UNITA/Vol.2/NT 9093: 42.

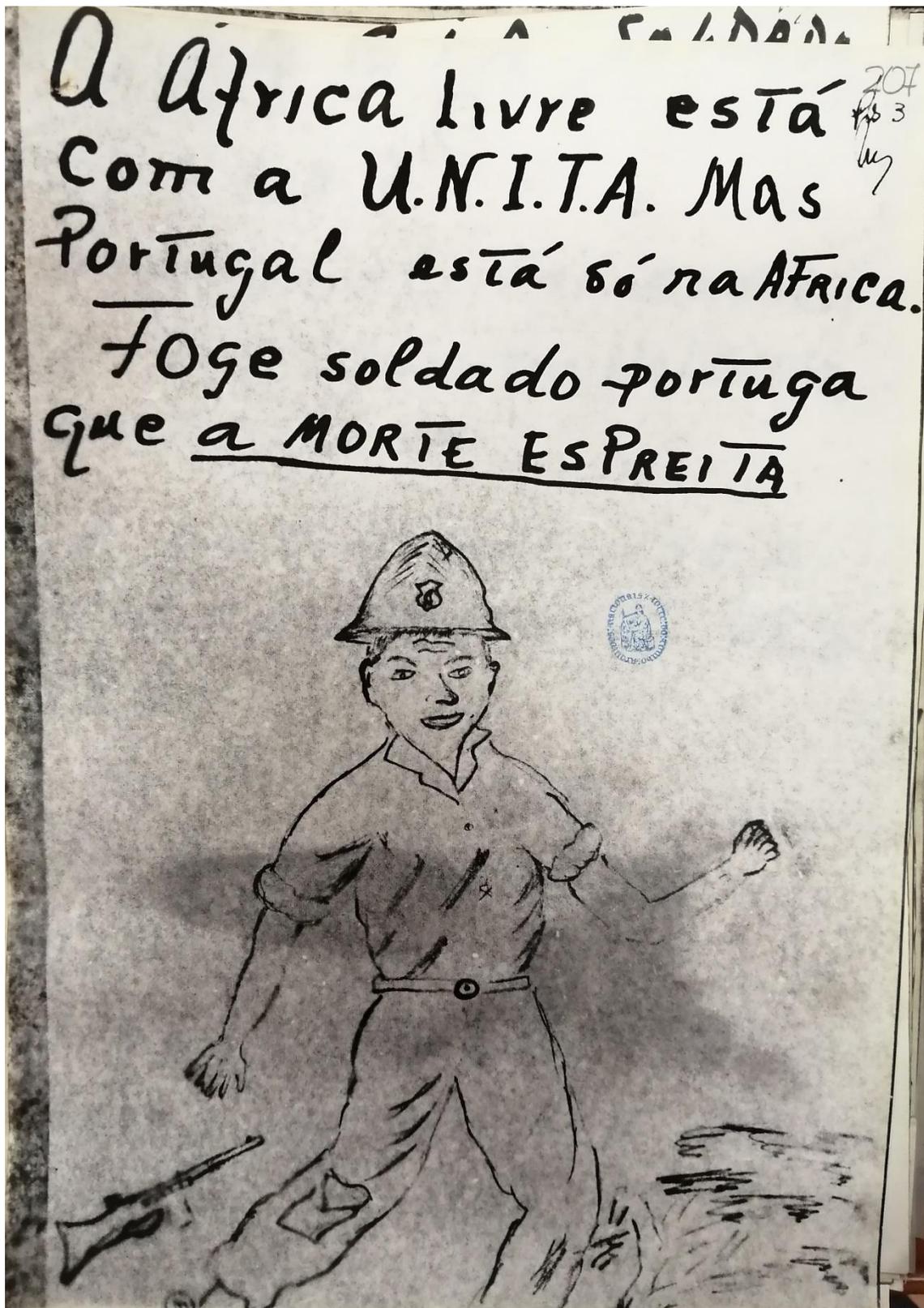


Figura 14 – Exemplo de propaganda visual do Galo Negro direcionada aos soldados portugueses (1968).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/SCCI/Processo 6573/ Vol. 1/ NT7444-7448: 207.

ESTE ANO NÃO
HAVERÁ NATAL
PARA TI SOLDADO
SAFA-TE
OS GUERRILHEIROS
DA UNITA SÃO
INVISÍVEIS.
FOGE

Figura 15 – Exemplo de propaganda do Galo Negro direcionada aos soldados portugueses (1968).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/SCCI/Processo 6573/ Vol. 1, Vol. 2/ NT7444-7448: 217.

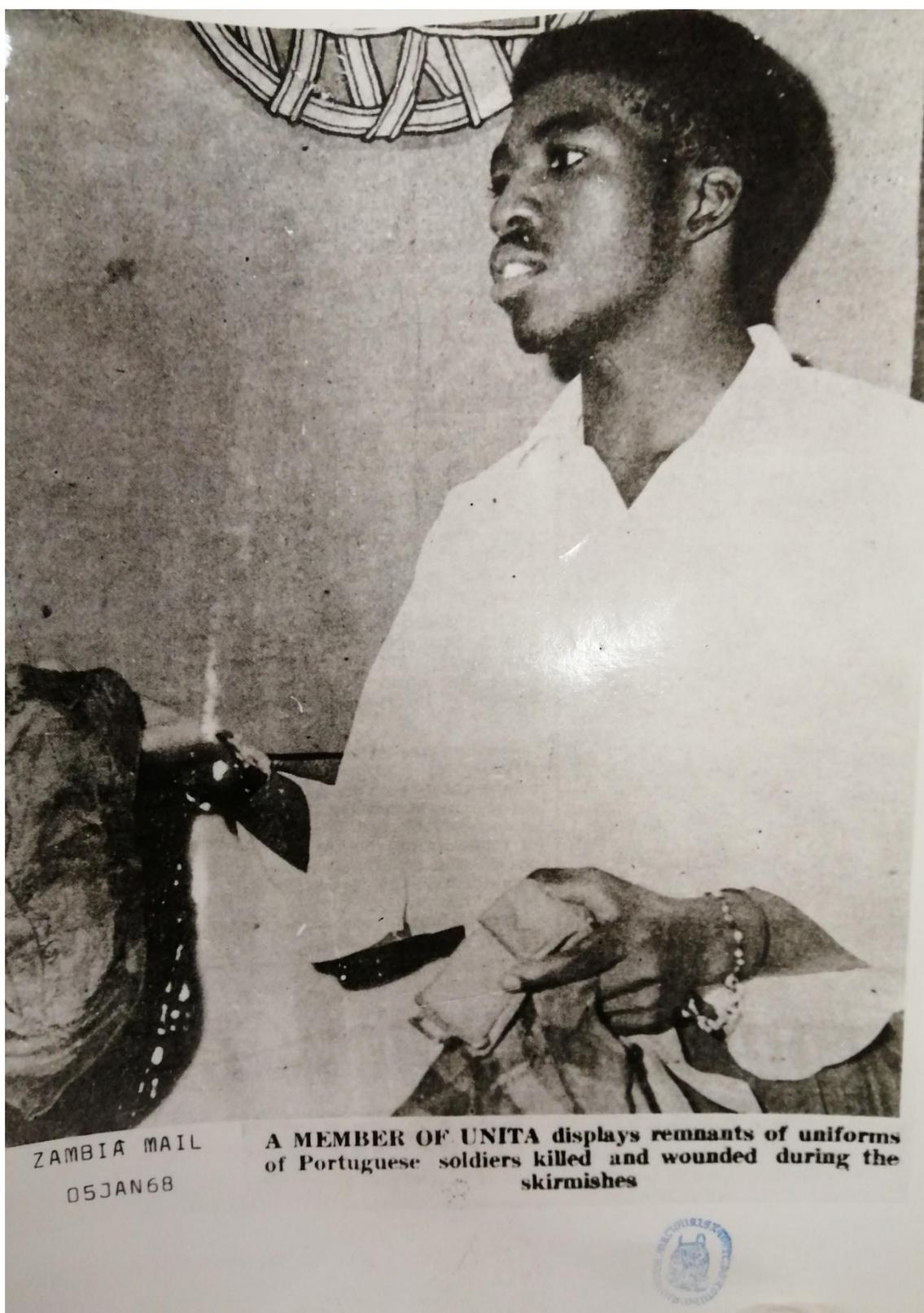


Figura 16 – Militante da UNITA mostra provas dos confrontos da guerrilha do Galo Negro com o exército português perante a imprensa Zambiana (1968).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/SCCI/Processo 6573/ Vol. 1/ NT7444-7448: 424.



Figura 17 – Anúncio da Cruz Vermelha Internacional relativo à libertação de Maria Adelina e Maria Luísa, duas euro-africanas raptadas pela guerrilha da UNITA em Setembro de 1970.

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/SCCI/Processo 6573/ Vol. 3/ NT7444-7448: 834.



Figura 18 – Guerrilheiros da UNITA exibindo a bandeira do Galo Negro (1970).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/SCCI/Processo 6573/ Vol. 4/ NT7444-7448: 127.



Figura 19 – Jonas Savimbi na Zâmbia com colaboradores próximos (1968). 1) Moisés Muliata; 2) Isaiás Massumba; 3) Jonas Savimbi; 4) Smart Chata; 5) Daniel Muliata. Chata (4) e Muliata (5), tinham experiência política anterior de militância anticolonial no ATECAR, e após participarem no processo de fundação da UNITA (1964-1966) ficaram responsáveis pelas atividades do movimento na Zâmbia.

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/SCCIA/Processo 6573/ Vol. 4/ NT7444-7448: 375.

REPORTAGEN UND BERICHTE

Bei den »Schwarzen Chinesen« in Angola

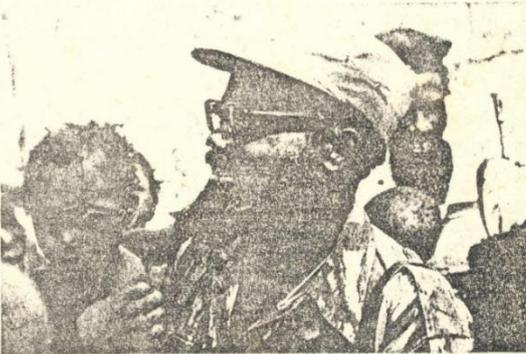
Fritz Sitte besuchte als erster Journalist die Unita-Guerilla-Republik

Was bisher noch keinem TV-Team und keinem Reporter gelang, das schaffte der österreichische Journalist und TV-Reporter Fritz Sitte im Ablaufgang des »Ein-Mann-Team« mit einem 2000-km-Fußmarsch durch Dschungel, Sümpfe und Unwetterlagen. Er suchte und besuchte als erster Journalist die räthselhafte, mysteriöse Unita-Guerilla-Republik der »Schwarzen Chinesen« im Innern Angolas, die von dem in Lausanne ausgebildeten Dr. Jonas Savimbi geleitet und vom Volk »Schwarze Chinesen« genannt wird.

Es ist äußerst schwierig, in diese mystischen und räthselhaften Guerilla-Republik der »Schwarzen Chinesen« zu gelangen, die politisch und geographisch völlig isoliert im Landesinnern von Angola existiert: ein 200 km breiter und völlig menschenleerer, entvölkertes Grenzgebiet und etliche portugiesische Militärrouten sind zu passieren. Vor allem gibt es kein Verkehrsnetz, nur die eigenen Flüsse, die Guerillas

Es existieren drei verschiedene Angola-Befreiungsbewegungen. Die nicht nur gegen die portugiesische Herrschaft, sondern auch sehr intransigente gegeneinander kämpfen:
 • GRAE (LUPA, Governo Revolucionario de Angola no Exil), Präsident Roberto Robredo. Sitz seiner Exilregierung ist Kinshasa (Kongo). Wird unterstützt von amerikanischen und westeuropäischen Kräften und ganz besonders von der Demokratischen Republik Kongo.
 • MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), Präsident Dr. Meis, dessen Hauptquartier in Brazzaville (Volksrepublik Kongo) liegt und der von Sambia aus operiert. Genießt eine sehr massive offizielle Hilfe von Moskau und ist als einzige Angola-Befreiungsbewegung von der OAS anerkannt. Militärisch liegt meist nur im unmittelbaren Grenzgebiet.
 • UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), der Präsident Dr. Jonas Savimbi leitet mit seiner ganzen Führungscrew im Kampfgebiet von Angola. Unterstützung vom Volk »Schwarze Chinesen«, geographisch und politisch völlig isoliert, aber die erfolgreichste und gefährlichste Angola-Befreiungsbewegung, die sich die meisten Erfolge aufzuweisen hat.

gründen Camp. Wenn man keinen Unita-Gruppenleiter trifft, sozusagen ein »Schwarzer Chinese« zu sein, so ist dies die einzige Möglichkeit, die Unita-Republik zu betreten. Der 37jährige Dr. Savimbi kam nur in seinem jetzigen portugiesischen Kampfgebiet entgegen, an seinem Geburtsort in einem portugiesischen Militärlager. Er ist einer der markantesten afrikanischen Führerpersönlichkeiten, die mit jenseitigen Begünstigten. Als Sohn eines Pastors studierte er zuerst in Portugal Medizin, bekam politische Schwereigkeiten mit der Staatspolizei und ging in die Schweiz, wo er mit einem Kirchenstudium die Universität Lausanne besuchte und an der juristischen Fakultät doktorierte. Dr. Savimbi war dann in der GRAE (LUPA) der Angola-Exilregierung Roberto Robredos - Außenminister und Gesundheitsminister, aber er war mit den politischen Praktiken und Zielen Roberto Robredos nicht einverstanden und verließ sich mit etlichen anderen GRAE-Führern ab Sie gründeten eine neue Angola-Befreiungsbewegung die Unita. Zwei dieser Unita-Hauptleute marschierten, nur mit Pfeil und Bogen bewaffnet, zu sechs verschiedenen Punkten im Landesinnern von Angola, sechs dieser Hauptleute an drei Punkten versagten, sie hatten keinen Erfolg und wurden von den Portugiesen verhaftet und sitzen noch heute im Gefängnis von Luanda. Aber an den drei restlichen Punkten hatte die Unita Erfolg. Es ist dies derselbe Weg der Revolution, den Fidel Castro in Kuba, Mao in China oder Guevara auf Zypern gegangen ist, mit wachen Guerilleros, aber zusammen mit der Zivilbevölkerung im endlosen Landesinnern den alangen Marsche beginnen. Der wesentlichste Punkt dabei ist - das ist auch der Unterschied gegenüber den beiden anderen Angola-Gruppen - dass die Guerilla-Führer bei ihren Leuten im Kampfgebiet leben und kämpfen und nicht - wie Dr. Neto (MPLA) und Roberto Robredo (GRAE) - vom sicheren Ausland aus agieren und kommandieren. Dr. Savimbi studierte das Kapitel »Revolução através wissenschaftlich, und er versucht aus allen anderen Re-



Dr. Jonas Savimbi, der Präsident der Unita-Rebellen-Republik, hat an der Universität Lausanne studiert. Der Pastorensohn ist einer der faszinierendsten Führerpostalen Schwarzafrikas und ein hinreißender Redner. (Bild: Fritz Sitte).

volutionen die eine oder andere Taktik oder Methode für seine Unita zu verwenden. Seine Vorbilder sind Fidel Castro, Che Guevara, Guevara und Mao, aber er verliert auch Maoismus.
 Dieser parallele Weg zur chinesischen Revolution Mao trug der Unita die Bereicherung »Schwarze Chinesen«, nicht wegen der politischen Doktrin, Dr. Savimbi predigt keine kommunistische Doktrin in seiner Unita, er vertritt eine radikale linkssozialistische Tendenz. Er will die totale Unabhängigkeit Angolas von Portugal, aber er benötigt keine Hilfe an, die ihm angeboten wird, wenn damit keine Bedingungen politischer oder kommerzieller Art verbunden sind. Er ist auch sehr gut, dass er im Fall einer Befreiung Angolas auf die Hilfe und Unterstützung - speziell in militärischer Hinsicht - fremder Länder angewiesen sein würde. Er hat auch gegen die Portugiesen als sol-

che nichts einzuwenden, aber er ist konsequent gegen die portugiesische Herrschaft in Angola.
 Das Schicksal ist auf dem Prinzip von Internatschulen maßgebend, befindet sich in einem belagerten Zustand, weil kein nützlicher Arzt vorhanden ist. Sanitätserkrankungen und operierbare Verwundungen - es fehlt an den notwendigen medizinischen Einrichtungen und Instrumenten. Die Landwirtschaft ist halbwegs angelegt und macht die Unita mit den Grundnahrungsmitteln Mais, Manioka und Mais auszukommen. Vorräte und Reserven liegen in Fachbüchern in den Wäldern. Die Portugiesen bombardieren das Belagerte Tag für Tag mit Napalm, aber die Unita wächst und schlägt hart zurück. Waffen und Munition holen sich die Unita-Guerilleros bei den portugiesischen Streifenkräften durch Über-

fälle, oder sie erzwängen die MPLA-Patrollen, die in ihre Zonen eindringen, dass Sambia kein Transporthilfe für die Unita nach Angola passieren. Ein besonderes Dilemma bildet die Benutzungsfrage für die Unita, denn mit dieser seltene Achillsehne für Militärtransporte aus. Drei Stunden lang rollen die Kupfertransporte durch Unita-Gebiet und können jederzeit und überall gestoppt werden, aber diese Sabotage würde den afrikanischen Brudersystemen Kongo und Sambia nicht schaden als den Portugiesen.
 Die Unita bildet ihre Guerilleros ohne fremde abstrakte oder instruktoren selbst im Kampfgebiet aus, und zwar mit dem strengsten und schärfsten Guerilla-Nahkampftraining, das man Fortsetzung nächste Seite

haben einen Schnellschritt mit einer Durchschnittsgeschwindigkeit von 8 bis 10 km pro Stunde, marschieren wird, mit äußerst kurzer Exzessspannen, von 2 Uhr morgens bis erst in die Nacht hinein. Mäuser muss man in gefährlichen offenen Zonen nach Nachtschicht in Kauf nehmen. Nach stichlichen Tagen aber trifft man in diesen unendlichen Urdwäldern auf einen rechtlichen Schlagbaum eines Grenzgebietes der Unita-Guerillas mit einem dahinterlie-



Auch Frauen und Mädchen werden zu Guerillas ausgebildet. Der Waffenausbildung geht ein Training mit zugespitzten Holzstöcken voraus. Die UNITA behauptet, über eine Armee von 3000 gutausgebildeten Kämpfern zu verfügen, die größtenteils mit erbeuteten Nato-Waffen ausgerüstet sind.

Figura 20 – Reportagem do jornalista austríaco Fritz Sitte, publicado no jornal suíço *Tages-Anzeiger*, sobre a sua experiência com os “Chineses Negros” nas áreas operacionais da UNITA em 1971.
 Fonte: ATD/ ALL/ Cota 0124.003.003: 1.



Chairman of the Women's Brigade of UNITA in Angola is pictured in Zambia with the President of UNITA. She asked her President: "You have started the struggle and when will Angola be free?"



The President of UNITA Dr Jonas Savimbi with his members Angolan refugees in Zambia

Figura 21 – Jonas Savimbi com militantes na Zâmbia (1966).

Fonte: ATD/ ALL/ Cota 0505.004.001: 8, 12.

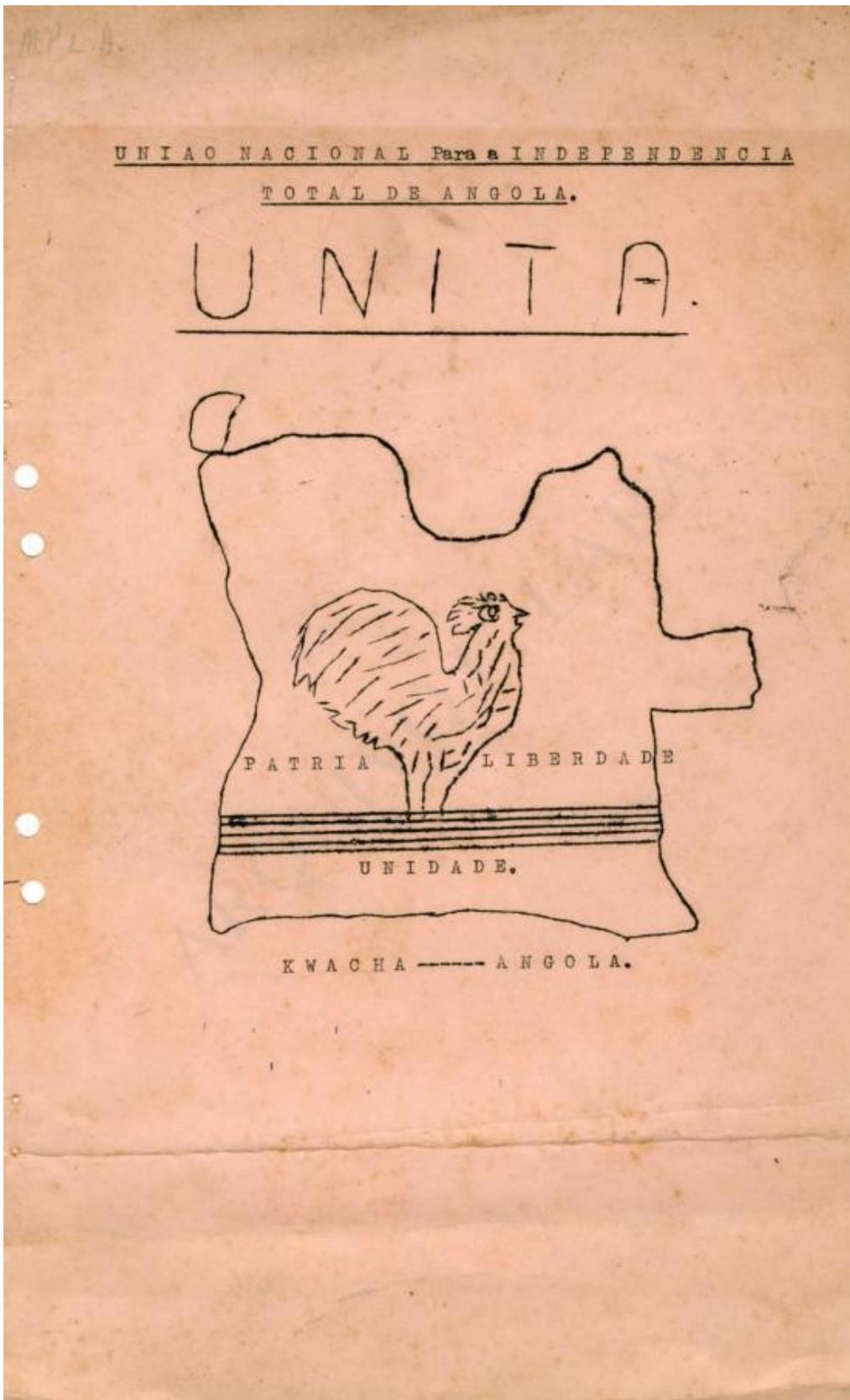


Figura 22– Primeira edição do boletim *Kwacha* impresso na Zâmbia (1966).

Fonte: ATD/ ALL/ Cota 0505.004.001: 1.



Figura 23 – Edição do boletim *Kwacha* impressa na Zâmbia em (1967).

Fonte: ATD/ ALL/ Cota 0505.004.002: 1.

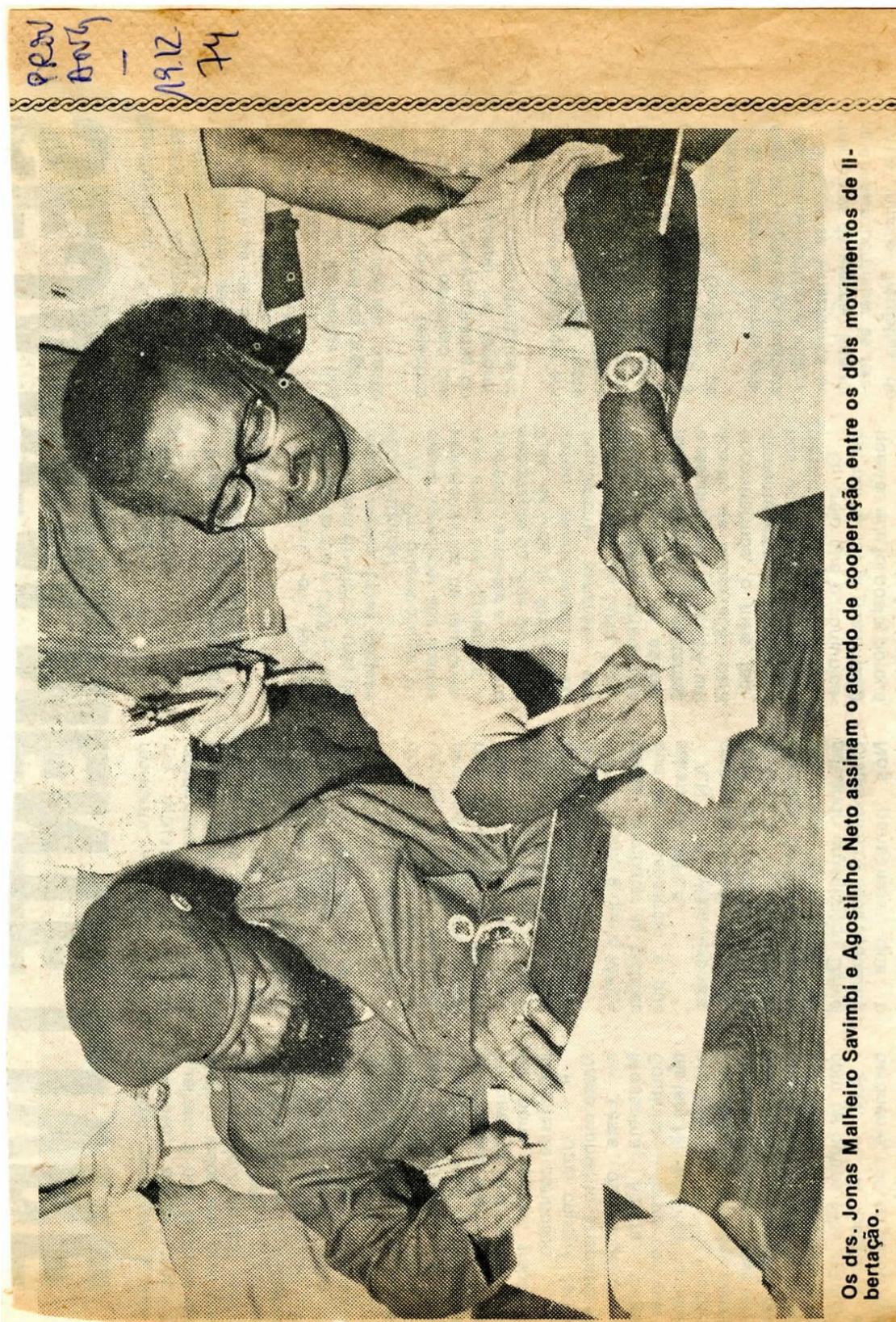


Figura 24 – Assinatura do acordo bilateral de cooperação entre a UNITA e o MPLA a 19 de Dezembro de 1974.

Fonte: ATD/ ALL/ Cota 0570.001.106: 1.



Figura 25 – Caricatura produzida pelo Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do MPLA, relativamente ao colaboracionismo de “Judas” Malheiro Savimbi com as forças coloniais no âmbito da Operação Madeira (Sem Data).

Fonte: ATD/ ALL/ Cota b-04108: 22.



Figura 26 – Descarrilamento de comboio no CFB provocado por ataque da guerrilha da UNITA (1967).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/SC/CI (2)/ Processo 6573/NT7444: Figura B, 4.



Presidente da UNITA Falando as massas populares em Angola

Figura 27 – Jonas Savimbi discursando para militantes e guerrilheiros nas matas (1971)

Fonte: AHS/ICS/AHS/MNA/15: 1.



Figura 28 – Jonas Savimbi (UNITA), Agostinho Neto (MPLA) e Holden Roberto (FNLA) no Acordo do Alvor de 15 de Janeiro de 1975.

Fonte: ANTT/FLA/SF/001/1793/012.



Figura 29 – Delegação da UNITA na cerimónia de encerramento do Acordo de Alvor.

Fonte: ANTT/FLA/SF/001/1793/019.

CONSELHO DISTRI TAL DE CONTRA-SUBVERSÃO DO MEXICO

ANEXO A CIRCULAR Nº.953/5

25JUL1969

TABELA DE PREMIOS POR APREENSÃO DE MATERIAL DE GUERRA AO INIMIGO

Canhão sem recuo	2.000\$00
Lança granadas foguete //	2.000\$00
Morteiro pesado (107 mm)	2.000\$00
Morteiro médio (81 mm)	2.000\$00
Morteiro Ligeiro (60 mm)	1.000\$00
Metralhadora super pesada	1.750\$00
Metralhadora pesada	1.500\$00
Metralhadora ligeira	1.000\$00
Pistola-metralhadora	750\$00
Espingarda Automática	750\$00
Espingarda semi-automática	750\$00
Espingarda Mauser	500\$00
Espingarda ou carabina (não de guerra)	300\$00
Espingarda gentílica ou caçadeira	200\$00
Pistola	200\$00
Mina A/C	2.000\$00
Mina ou armadilha A/P ou forninho	1.000\$00
Granada morteiro	200\$00
Granada de L.G.F. e canhão s/recuo	200\$00
Granada de mão	150\$00
Explosivos (arredondando ao Kg)	50\$00/KG
Munições de arma ligeira (arredondando à 1/2 centena inferior)	25\$00/50



Figura 30 – Recompensas monetárias utilizadas pelas autoridades coloniais para promover a deserção de guerrilheiros e a colaboração das populações (1969).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/DEL. A/ P.Inf/ Processo 11.26.1/NT1854: 284.



POLÍCIA INTERNACIONAL
E DE DEFESA DO ESTADO

DELEGAÇÃO EM ANGOLA

----- C Ó P I A -----

Atenção Português

Idem para o vosso putu

Aqui é na nossa terra.

Se não quiseres ir vão ver.

O Regedor do Mucuzo junto o professor de Canjimbi foram mortos do Caminho por serem os participantes vossos no ataque de Chiteque.

Se sois homens perseguem-nos por terem aqui esses dois criminosos Augusto Cambimba e Rodrigues Chitungo levamos todo o pessoal daqui, são as nossas famílias não levamos nenhum Cindele vosso. Vocês vão já. já. já.

Não queremos os cindels aqui.

Mas cuidado com os que deixamos.

Se acontecer qualquer coisa aos que deixamos a vocês não ficarão nem um sobrevivente.

Se vocês acompanhar-nos morreram todos se é mentira experimentem. Vão se bora Angola é nossa. Há 500 anos que estão aqui a escravizar o angolano, escandalizar com as nossas mulheres, trabalhar sem dinheiro e tanto desprezo ao Africano.

Estamos pronto, vão, idem.

Se matar qualquer dos que ficaram não teram tempo de ir ao vosso Putu.

O Augusto e o Rodrigues são mortos e o resto são salvo.

Quem manda é a UNITA



TORRE
TOMBÓ

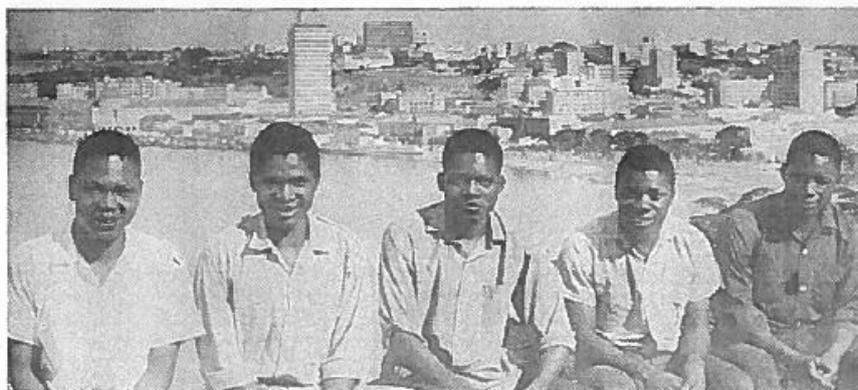
----- ESTÁ CONFORME -----

Silva Porto a Subdelegação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, 30 de Março de 1968.

O CHEFE DA SUBDELEGAÇÃO,

Figura 31 – Exemplo de propaganda da UNITA utilizada para intimidar as populações (1968).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/DEL.A/C.1/UNITA/Vol.1/NT 9093: 216.



Nós, NICOLAU CHIÚCA BIANGO, JACOB HOSSI INÁCIO, AUGUSTO DILAI MUCONDA, VIEIRA ELAMBO e JEREMIAS CUSSIA CHINHUNDO, também fomos da UNITA e viemos para junto das Autoridades e convidamos JONAS MALHEIROS SAVIMBI a fazer o mesmo, antes que o MPLA o mate.

Sabemos que os comunistas do MPLA querem matar JONAS SAVIMBI e todos os que são da UNITA.

Venham para junto de nós que nenhum mal vos acontecerá.

Apresentem-se à Autoridade mais próxima como nós fizemos e digam que são da UNITA.

Nicolau Chiúca Biango
 Nicolau Chiúca Biango,
Jacob Hossi Inácio
 Jacob Hossi Inácio,
Augusto Dilai Muconda
 Augusto Dilai Muconda,
Vieira Elambo
 Vieira Elambo,
Jeremias Cussia Chinhundo
 Jeremias Cussia Chinhundo.

Figura 32 – Guerrilheiros da UNITA que desertaram ou foram capturados, apelam aos militantes do Galo Negro em geral, e a Jonas Savimbi em particular, que se entreguem às autoridades coloniais “antes que o MPLA o mate” (1968).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/DEL.A/C.1/UNITA/Vol.1/NT 9093: 156.

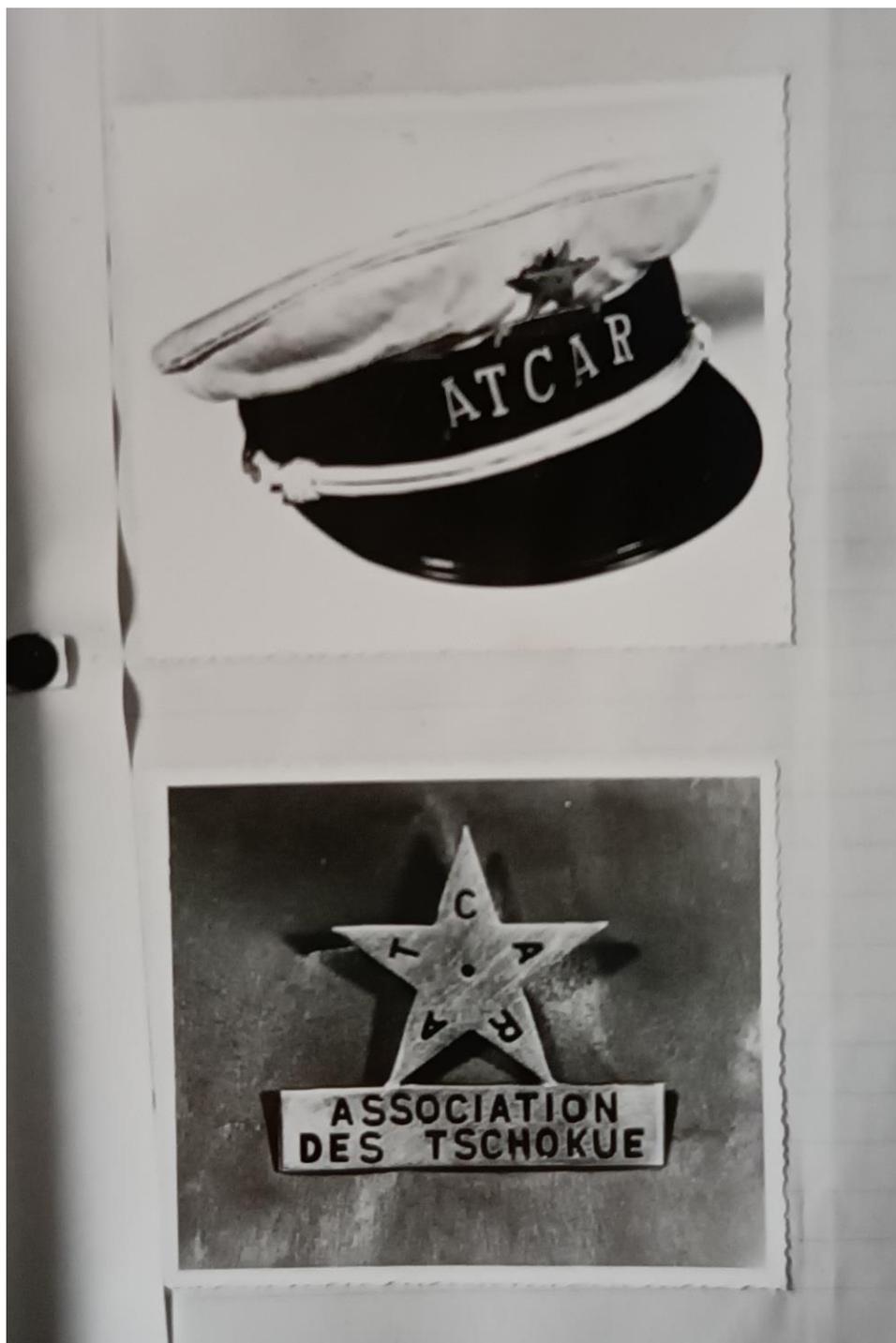


Figura 33 – Chapéu e Pino da ATECAR/ATCAR provenientes do Congo Léopoldville (1960).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/DEL.A/P.Inf/Processo 11.27.D1 /NT 1858: 111.

86

A T C A R

est votre Cartel

Balubakat -
Fedeka -
Atcar



Votez Muhunga Ambroise Herman Président Gén. de l'Atcar
Sakuleni Muhunga Ambroise H. Tetekeli wa kweswe wa Atcar
Muchanguwe Muhunga Ambroise H. Président Gén. wa Atcar

Pour voter il faut faire la croix Saint André au casier

Hukusakula sonekenu chinyingi cha kulusu wa Musandu André ngwe chize

Kwa kuchanguwa mufanye musalaba ya Mutakatifu André sawa hivi

Talenu ku chifwatulo chenye sali ya kuoko lia wutata kwenano munumona chinyingi cha kamushete ngwe chize
Kumanyi sonekenumo kulusu wa André Musandu

Monsieur Muhunga Ambroise Herman avec son Cartel Katangais défend les Programmes suivants :

Mwata Ambroise Muhunga nyi Cartel wenyi wa Katanga kazanga yino :
Bwana Ambroise Muhunga na Cartel yake ya Katanga wana kinga masauti hii :

- a) Un Katanga prospère dans un Congo fort et uni — Katanga apwe nyi tatshi mu Congo yimuwika
Katanga ya ngvu katika Kongo moja
- b) La sauvegarde et respect de nos autorités coutumières — Kukwasa nyi kutwala myanangana jetu kulutwe
Kusayidia na kuwa tangasha ma sultani wetu mbele
- c) Une vie meilleure dans nos villages grâce au travail de tous et l'installation du courant électrique
Chiseke chinene kuli eswe muyihunda ha kutangila mjno hamuwika nyi kusa kahia-ka kupangula nacho mumasuwo muyihunda. — Tunapenda fraha katika minjini yetu kuwa wekeya moto na kufania kazi wote pamoja.
- d) Une éducation meilleure partout pour tous nos enfants — Kulongesa chipema kweswe hangana anetu akakanyame
Kuweka masomo kwote wato wetu wapate kunjifuzwa.
- e) La liberté pour tous Blancs et Noirs dans la paix et fraternité
Kuyukisa eswe yindele nyi atu alaa hanga alive n atangile amuwika
Imani kwa wote Wazungu na Weusi katika masikiano ya kindugu na fraha.



VOTEZ VOTEZ VOTEZ VOTEZ

Sakulenu, Sakulenu, Sakulenu, Sakulenu yoze manumanyina: **MUHUNGA**
Muchaguwe yule atakaye shimamia sheria yenu katika Congo moja tu: nyi **MUHUNGA**

Imp. Decoster-Eville

Figura 34 – Panfleto político da ATECAR/ATCAR proveniente do Congo Léopoldville e distribuído na Vila de Teixeira de Sousa em Angola (1961).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/DEL.A/P.Inf/Processo 11.27.D1 /NT 1858: 86.

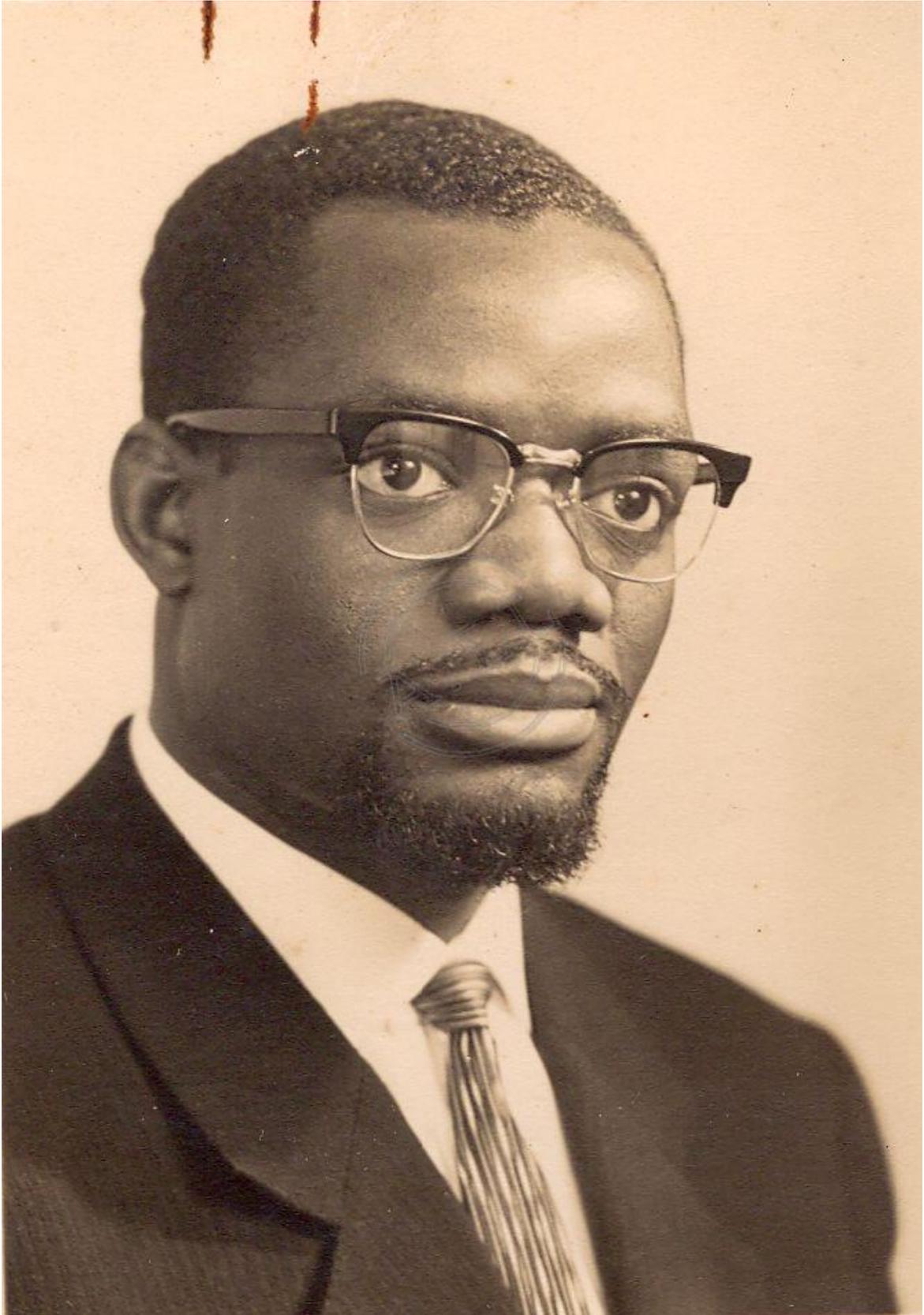


Figura 35 – Retrato de Jonas Savimbi (Data estimada 1960-1962).

Fonte: ATD/ ALL/ Cota 1002.001.018.001: 1.

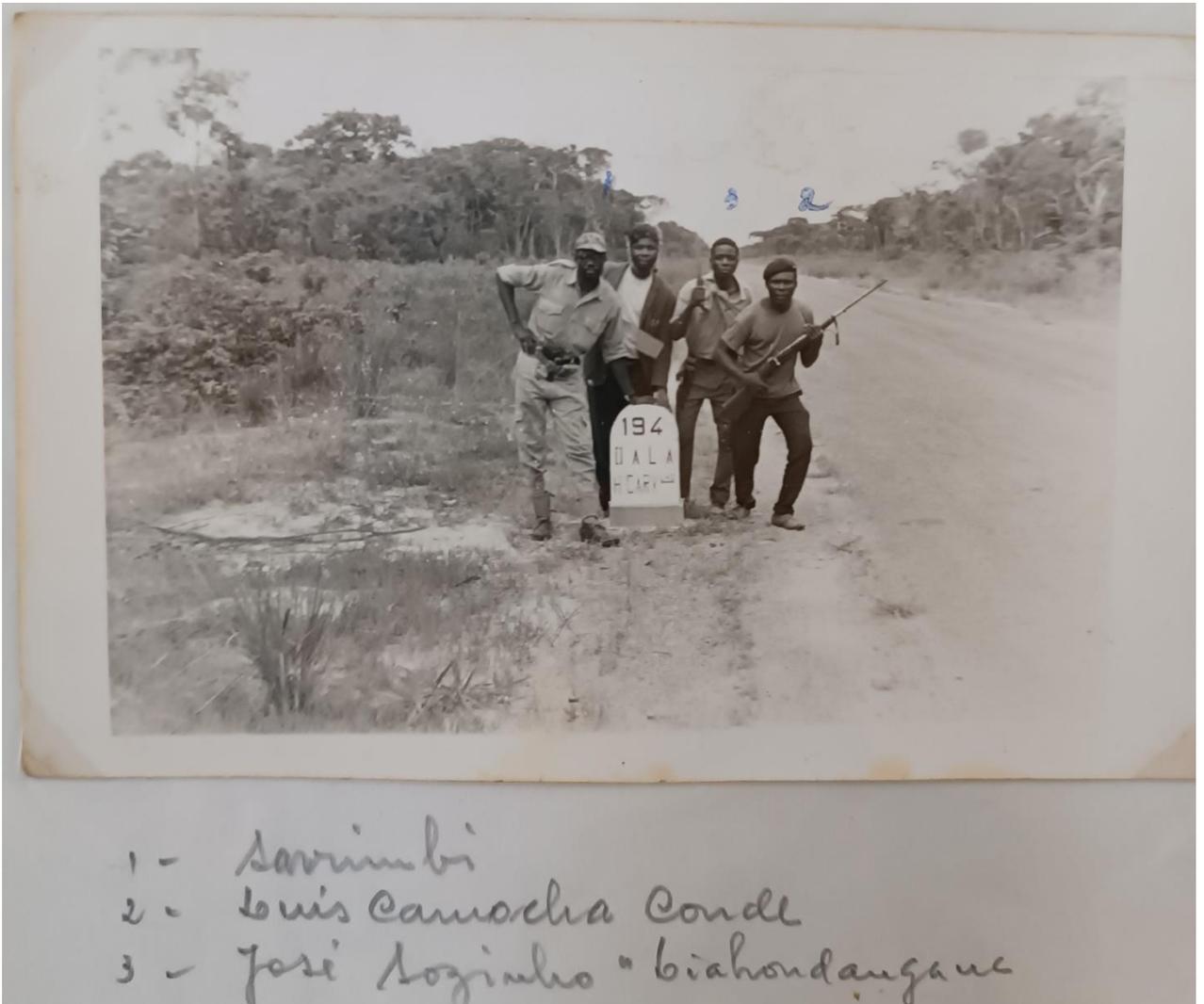
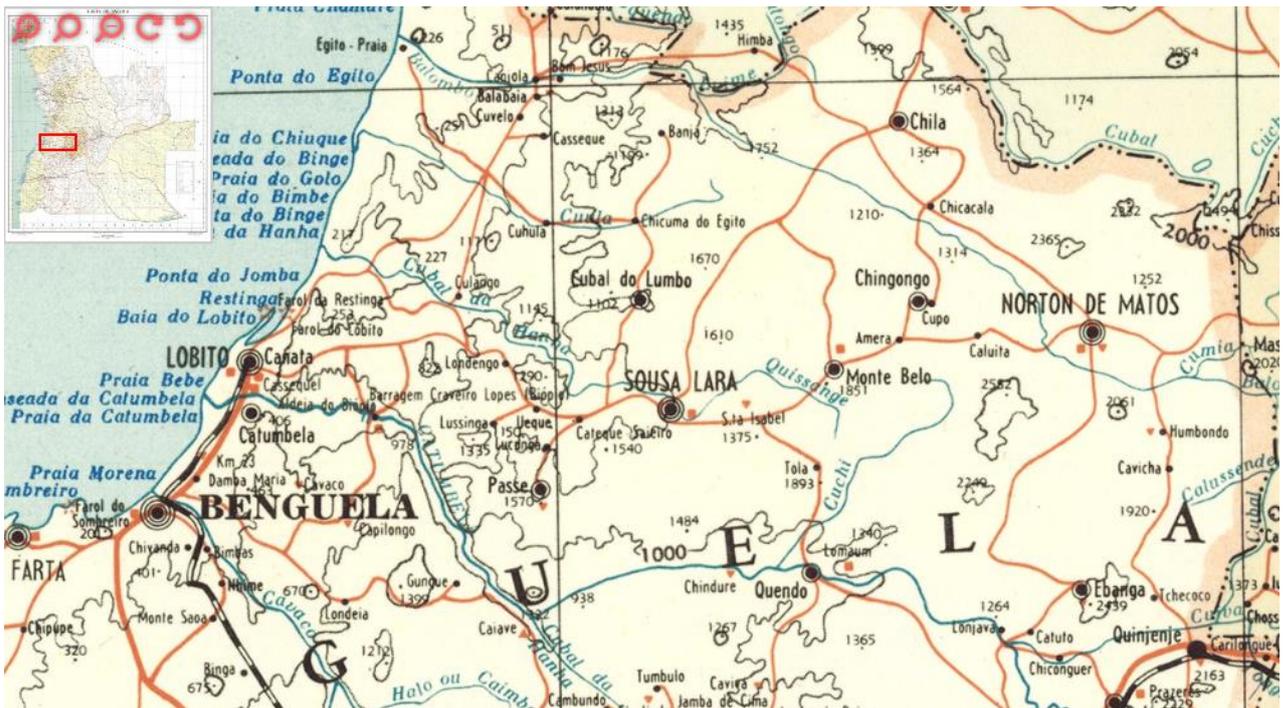


Figura 36 – Jonas Savimbi (primeiro a contar da esquerda) acompanhado pelos seus colaboradores, no marco rodoviário 194 da estrada entre Dala e Henrique de Carvalho (1969).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/DEL.A/Fotografias Capturadas, Parte 7, NT 9044-NT 9045: 19.

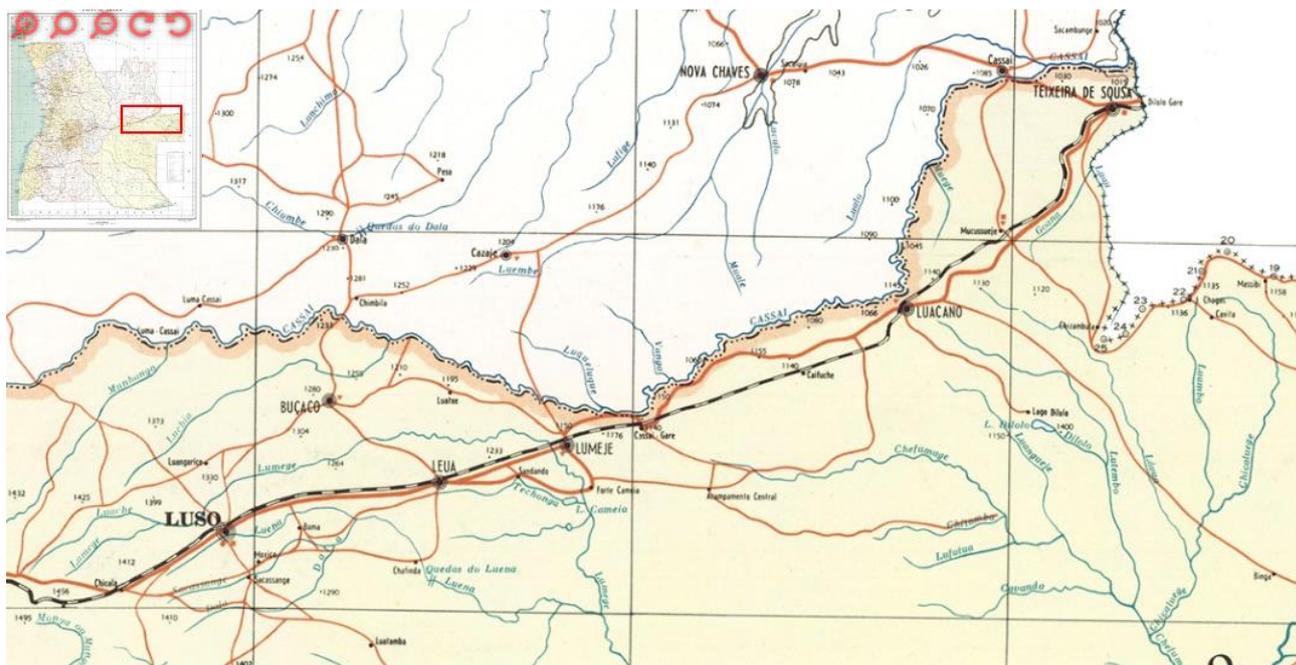
II – Cartografia



Mapa 1 – Interior da Província de Benguela. Especial destaque para a zona de Monte Belo, onde a PIDE-DGS desmantelou os preparativos de uma revolta em Agosto de 1961.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

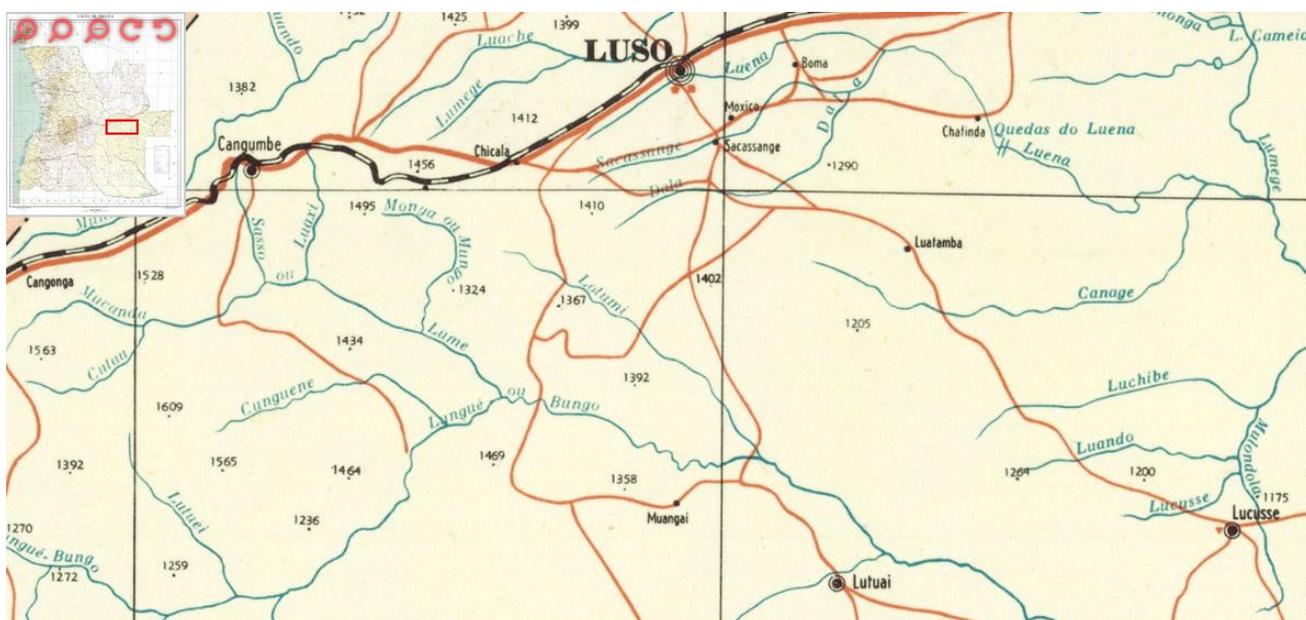
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 2 – Troço oriental do CFB entre o Luso e a Vila de Teixeira de Sousa.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

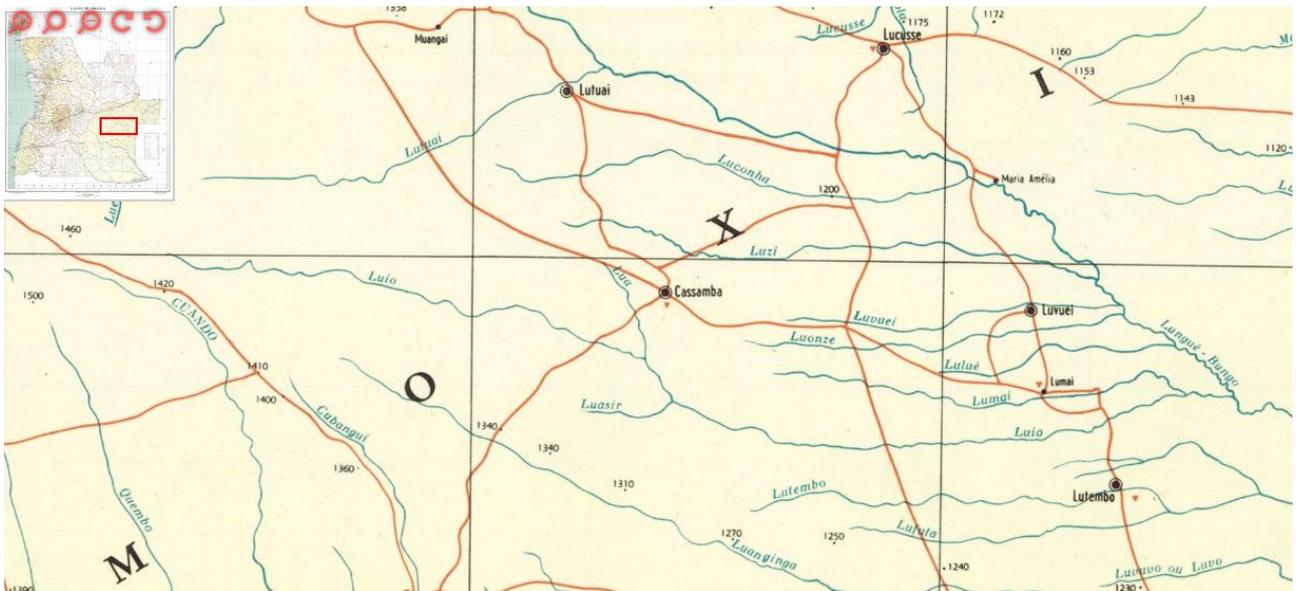
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 3 – Região a sul do Luso. Especial destaque para a povoação de Muangai.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

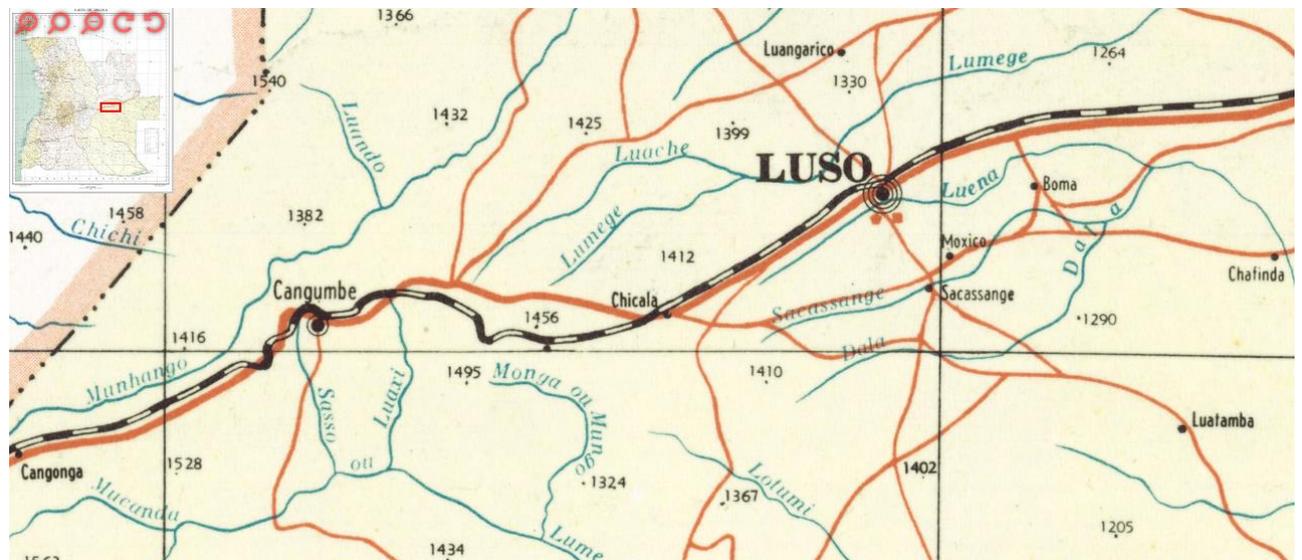
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 4 – Zona da Sede de Posto de Cassamba.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

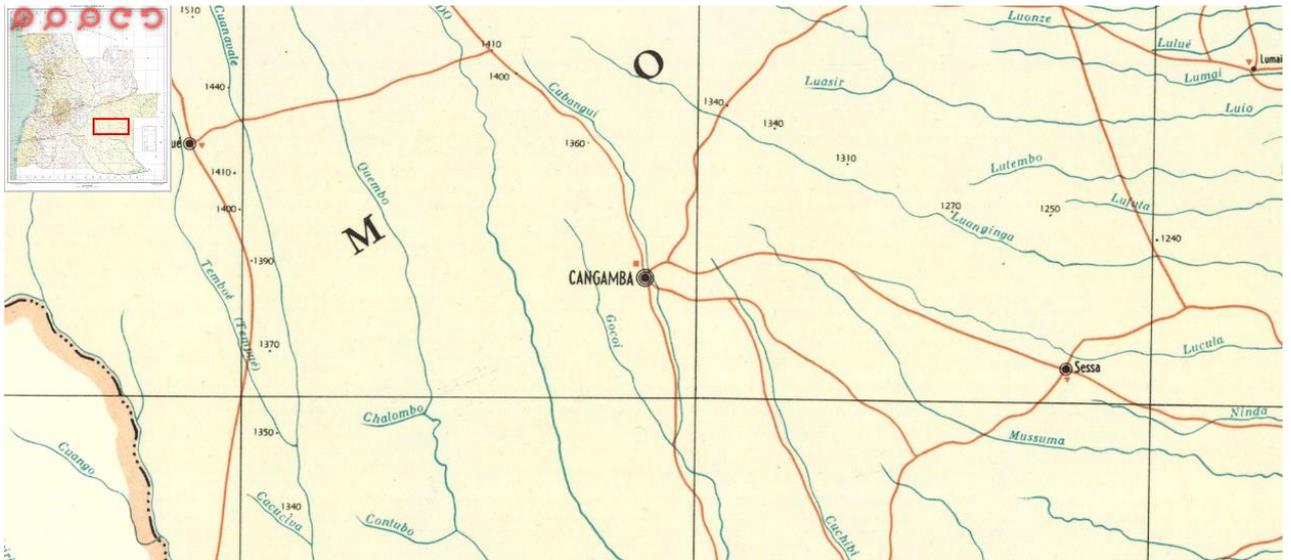
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 5 – Detalhe do trecho do CFB, Cangumbe-Chicala-Luso.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

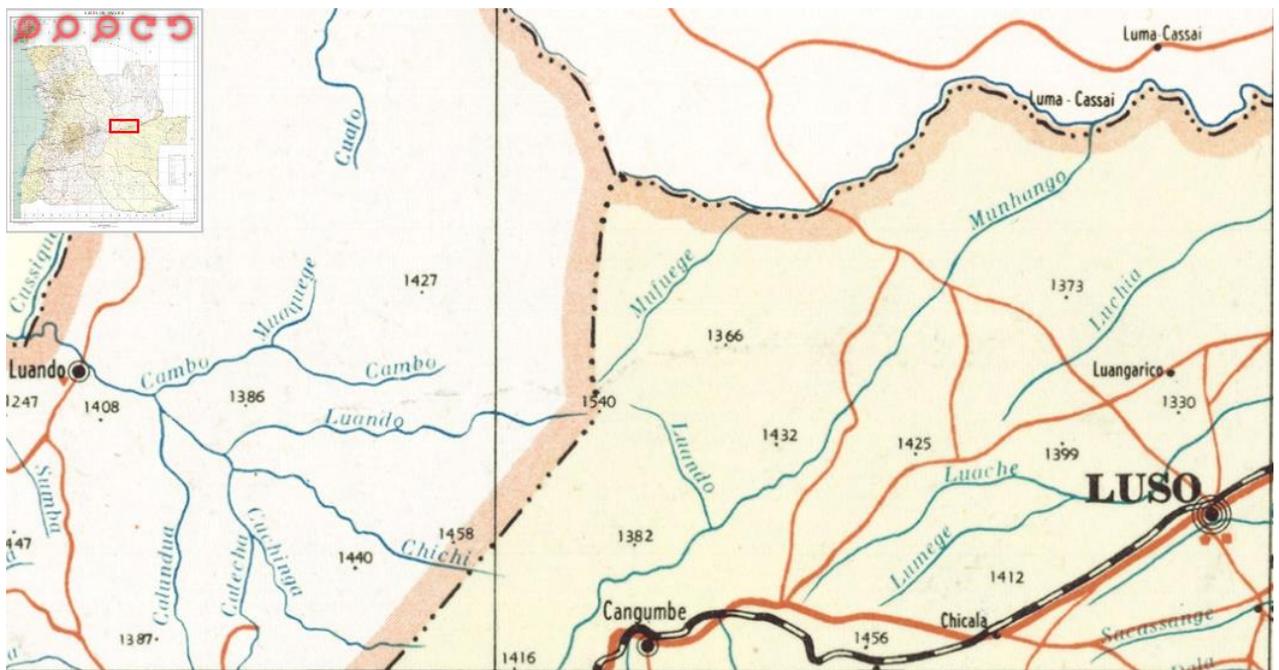
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 6 – Zona da Sede de Circunscrição de Cangamba.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

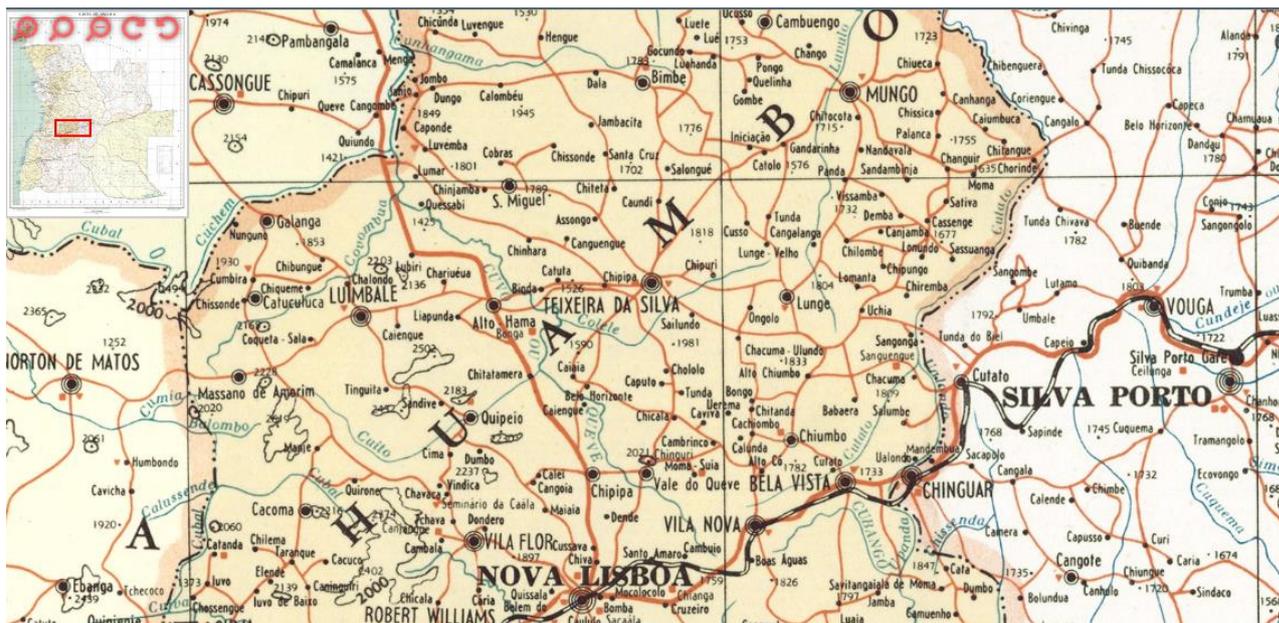
<https://gpixel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 7 – Detalhe da Zona entre Cangumbe e o Rio Cassai.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

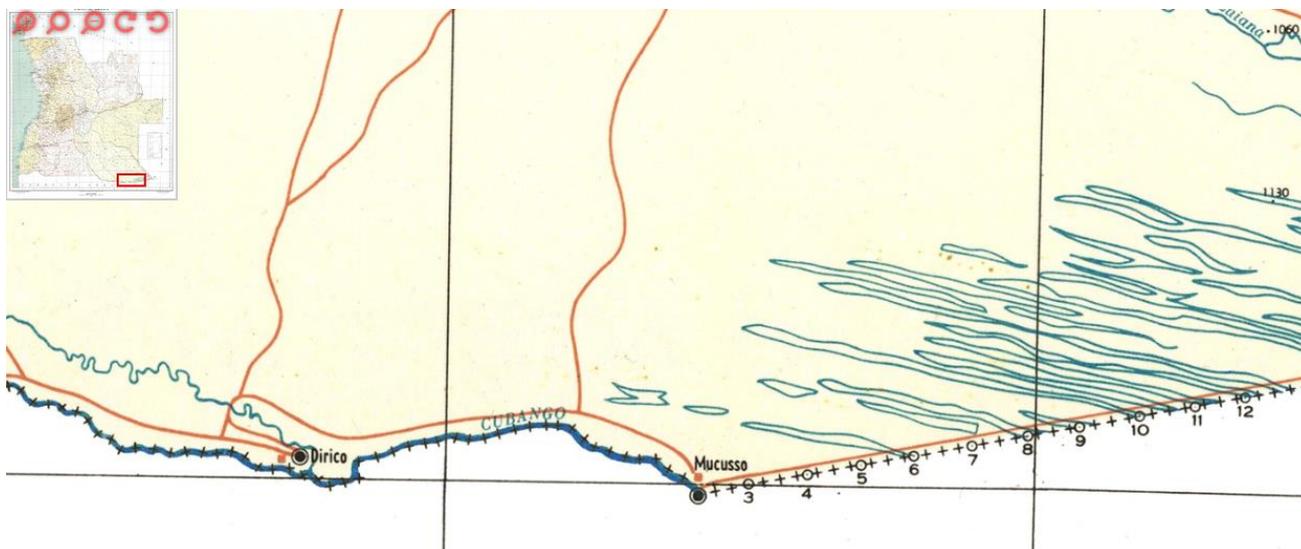
<https://gpixel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 8 – Detalhe da Zona do Bailundo, na Província do Huambo.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

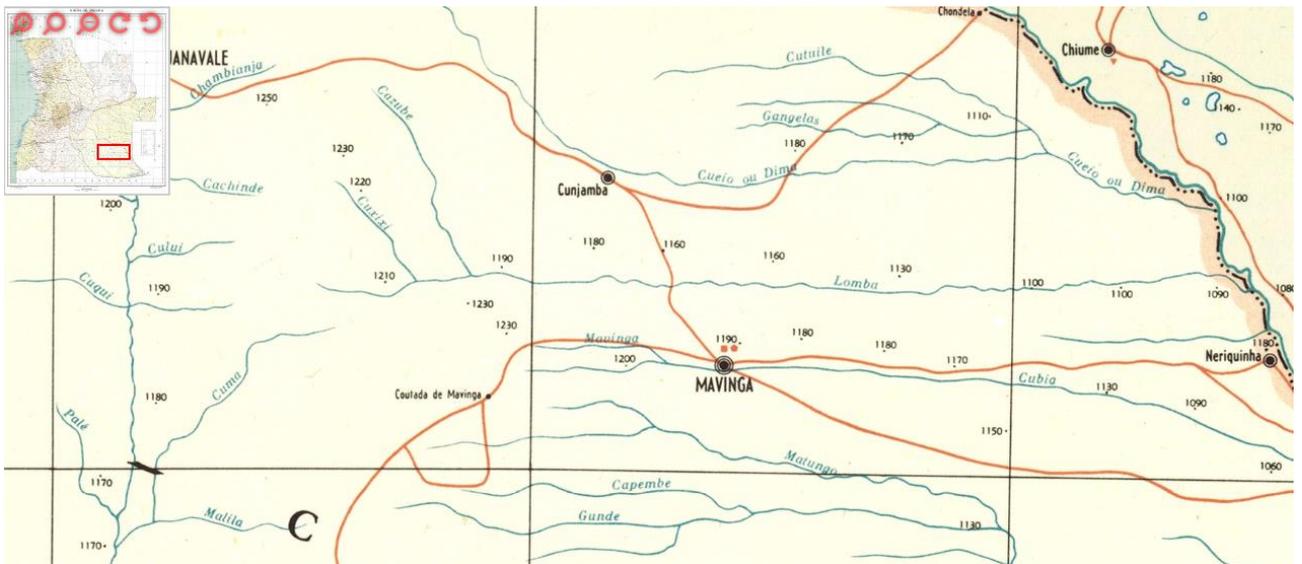
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 9 – Sede de Posto do Mucusso, no extremo sul da Província do Cuando Cubango.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

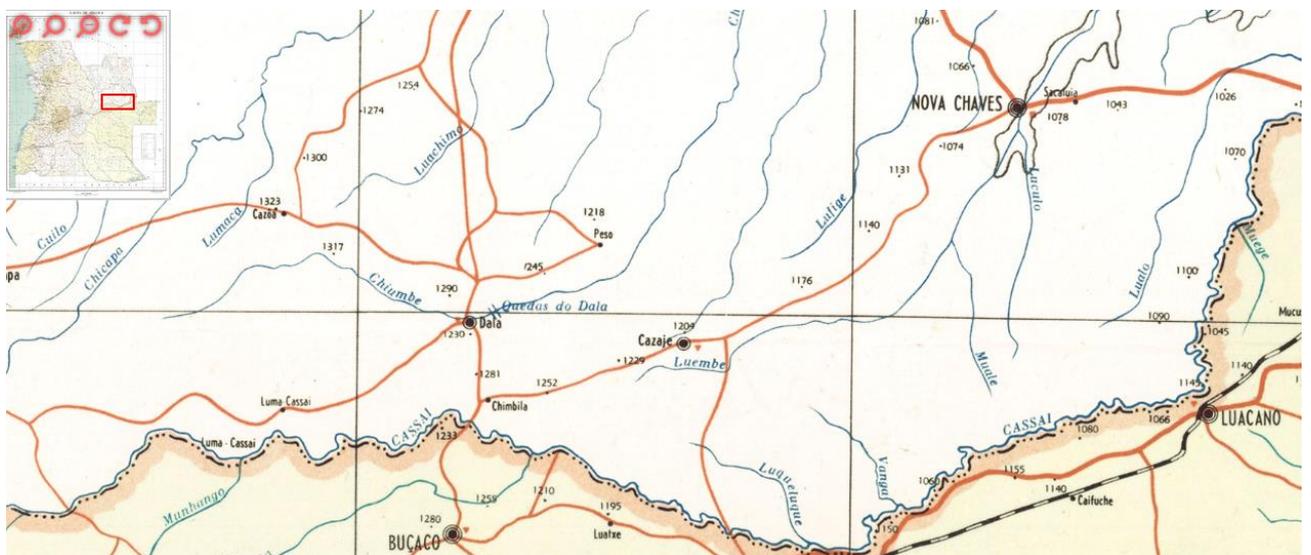
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 10 – Zona da Sede de Circunscrição de Mavinga, no norte da Província do Cuando Cubango.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

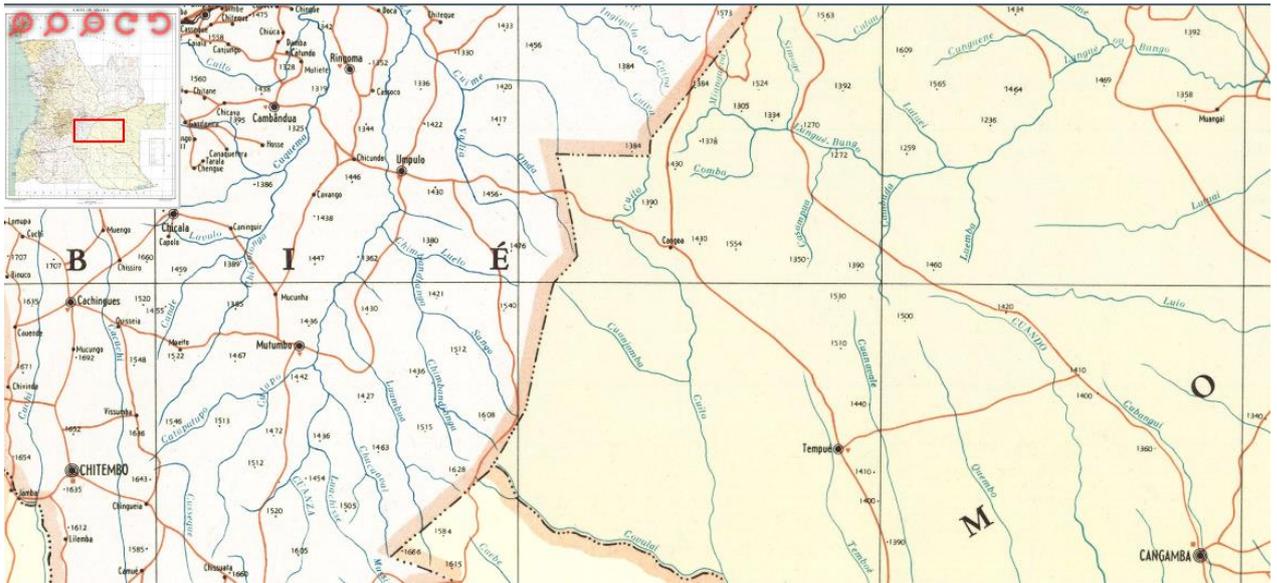
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 11 – Fronteira sudeste da Província da Lunda.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

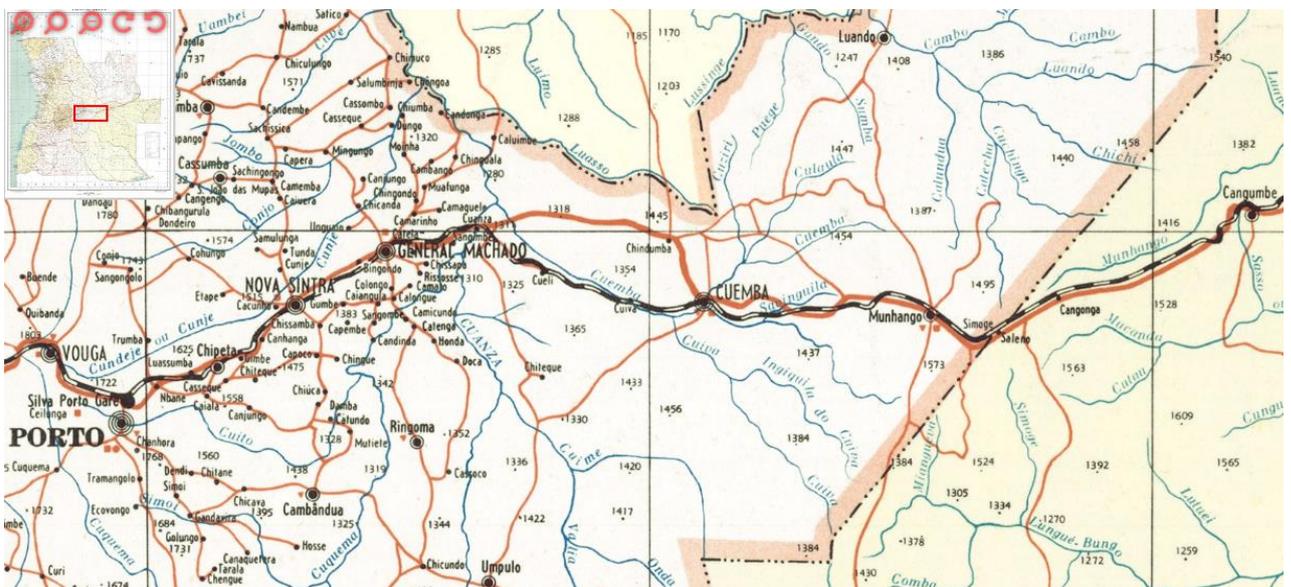
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 12 – Zona sudeste do curso do Alto Cuito.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

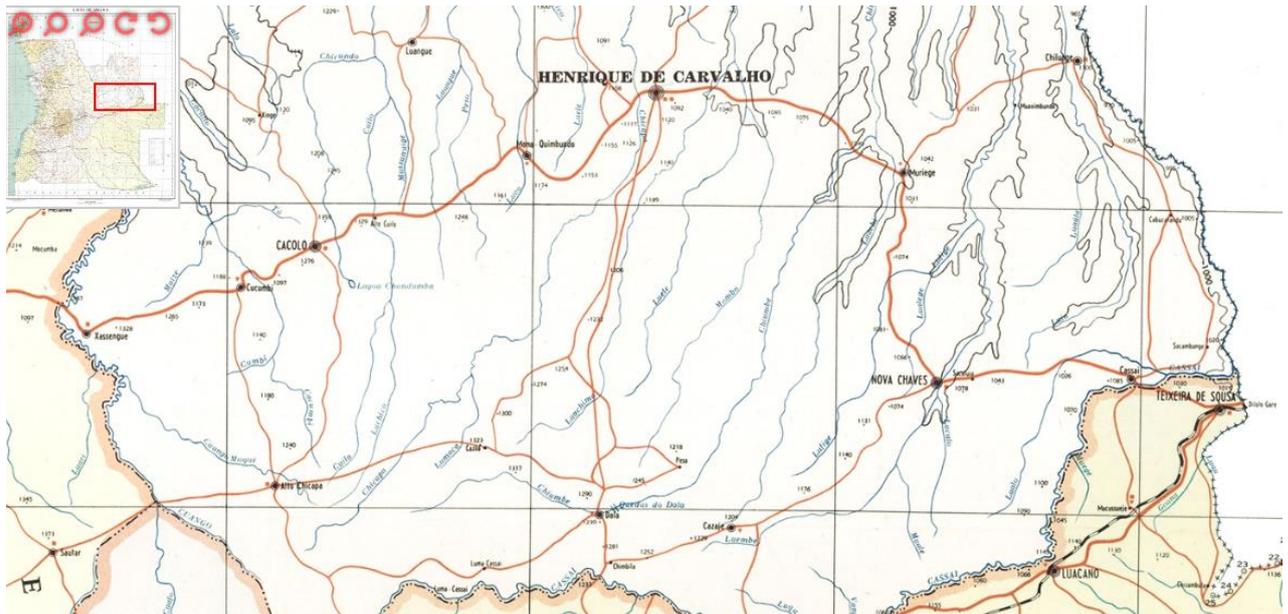
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 13 – Zona leste da Província do Bié.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

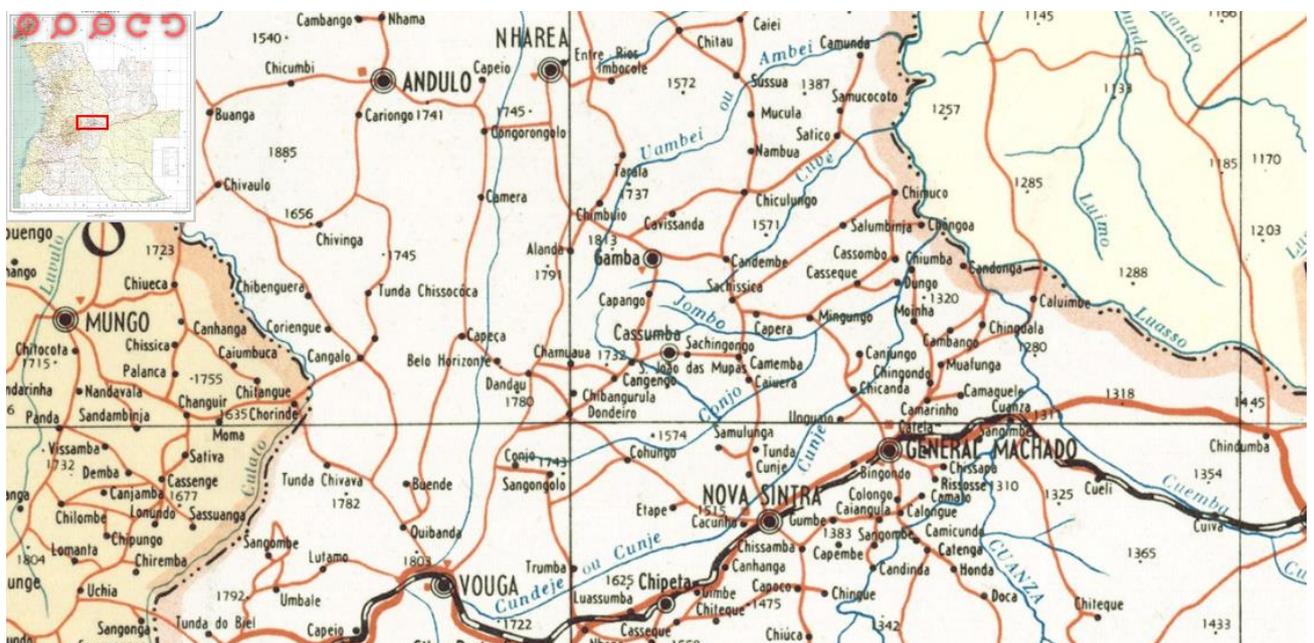
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 14 – Zona sul da Província da Lunda.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

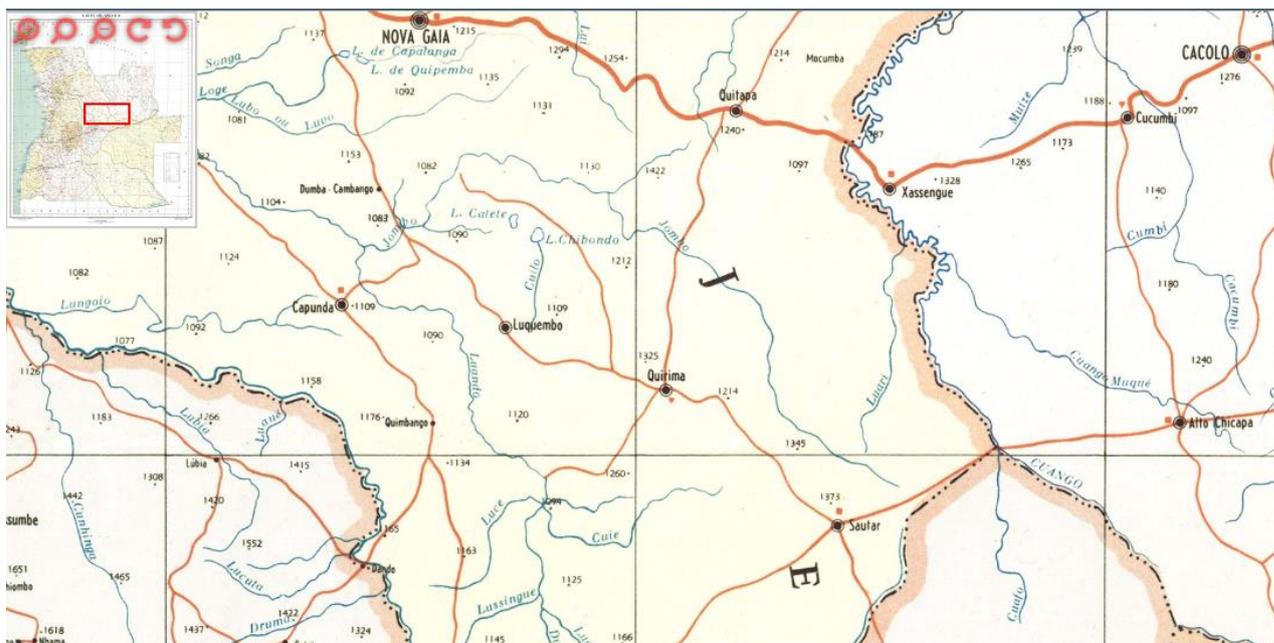
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 15 – Zona norte da Província do Bié.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

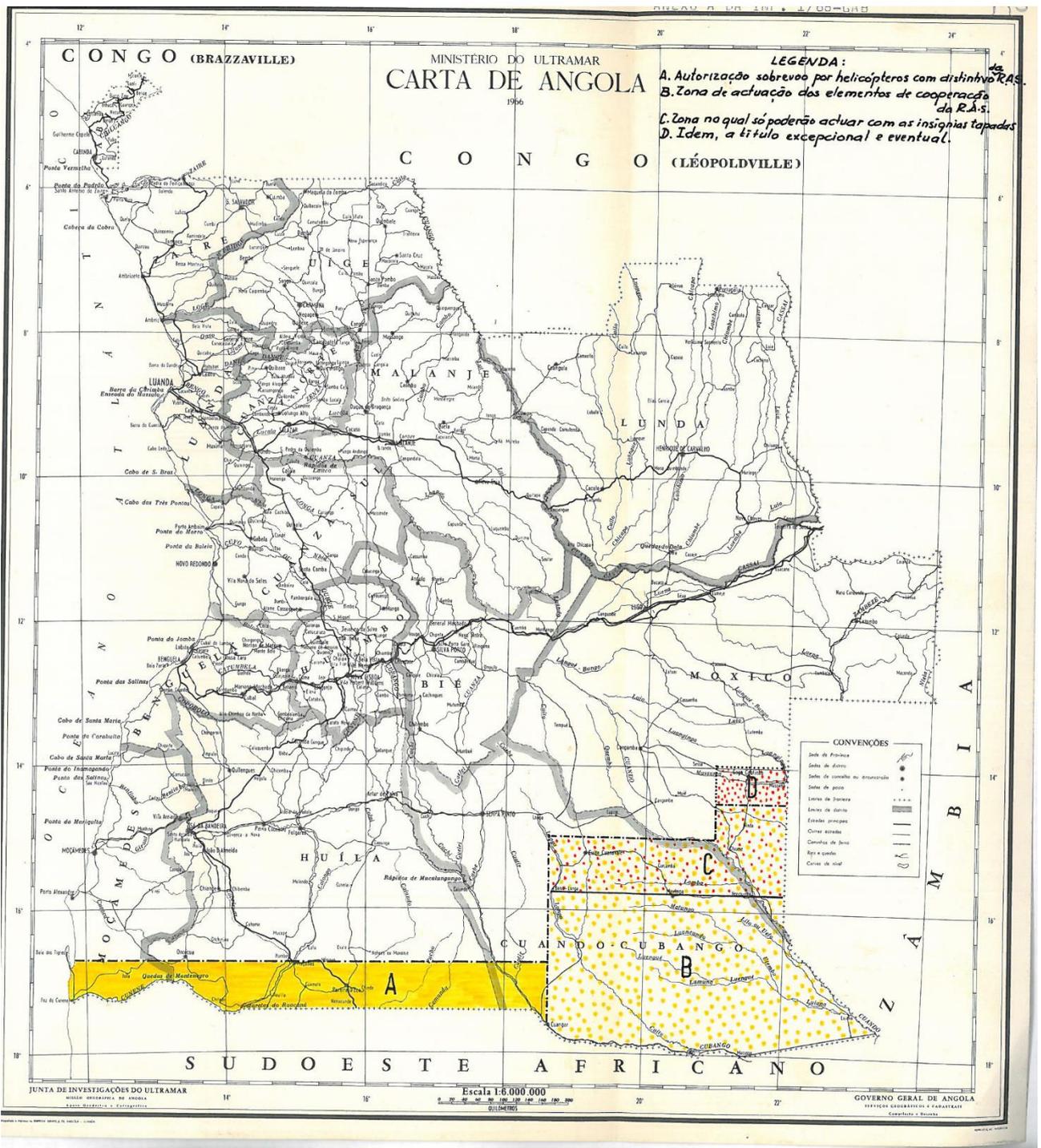
<https://gpxel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 16 – Extremo sul da Província do Malanje.

Fonte: Junta de Investigação do Ultramar/ Missão Geográfica de Angola/ Carta Rodoviária de Angola, 1966. Disponível:

<https://gpixel.org/q/m/ao/yndex.php#zoom=0.3598417&x=0.5&y=0.596402>



Mapa 19 – Mapa de Angola com as quatro zonas de colaboração nas quais as forças armadas da República da África do Sul tinham autorização para operar (1968).

Fonte: ANTT/PIDE/DGS/Del.A/ Central Intelligence Pool/P 21.10.02.1/ Vol.1, NT 2505: 190.

